Março de 2018

Extractos da imprensa Angolana sobre questões sociais e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação

DW CEDOC

DEVELOPMENT WORKSHOP
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-economico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. Redução da Pobreza e Economia
2. Microfinanças
3. Mercado Informal
4. OGE investimens públicos e transparência
5. Governação descentralização e cidadania
6. Urbanismo e habitação
7. Terra
8. Serviços básicos
9. Género e Violência
10. Ambiente
11. Migraçao
12. Explorção Mineira
13. Investimentos Chineses em Angola

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, O PAÍS, Novo Jornal, Expansão, Economia e Finanças, A República, O Crime, Manchete, Liberdade, Continente, Grandes Notícias e Visão
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção

Redação
Sobriano César Capitão

Conselho de Ediçao
Allan Cain, João Domingos
e Massomba Dominique

Editado por
Development Workshop Angola

Endereço
Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc. dwang@angonet. Org

Com apoio de
Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Dislaimer

1. Content
DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links
The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles
DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA 9

1.1 Desemprego no país afecta 46% dos Jovens 9
1.2 Os rendimentos das famílias e as pequenas e médias empresas 9
1.3 Estatística recolhe informações sobre rendimento das famílias 10
1.4 Inquérito no Cunene abrange várias famílias 10
1.5 Angola sobre 5 lugares no "Doing Bussiness" 11
1.6 Popularidade de João Lourenço em decadência 12
1.7 96 Mil Firmas falidas em Angola 13
1.8 Executivo quer rigor no combate à pobreza 14
1.9 Executivo prevê redução do impacto da pobreza 15
1.10 Acção social adopta novo plano de combate à pobreza em Malanje 16
1.11 As terras e o combate à pobreza 17

2. MICROFINANÇAS 18

2.1 José Massano contra bancos pequenos e casa de câmbios 18
2.2 Clientes bancários angolanos preferem banca digital, revela relatório da McKinsey 18
2.3 Unaca defende reestruturação do crédito agrícola de campanha 19
2.4 Banco faz desembolsos para o Angola Investe 20
2.5 96 Mil firmas falidas em Angola 21
2.6 Banco Postal entra no negócio de Microcrédito 21
2.7 Lucros Dos Bancos Disparam 17% Para 256 Mil Milhões Kz E Crédito Aumenta 15% Em 2017 22
2.8 Falta de contabilidade trava crédito às micro empresas 23

3. MERCADO INFORMAL 25

3.1 Bens de sola e cabedal são reparados em ruas de Luanda 25
3.2 Desvio de material escolar sem fim à vista em Luanda 26
3.3 Poucos cumprem, quase todos ignoram 27
3.4 Vendedores discordam da cobrança tributária 28
3.5 Garagens transformadas em casas comerciais 28
3.6 Zaire combate especulações de se obter qualquer sucesso 29
3.7 Mercado da Estalagem com apenas 20 vendedores 31
3.8 Vendedores têm pouca noção da legislação 31
3.9 Populares continuam a recolher alimentos expirados na lixeira 32
3.10 500 Kwanzas por 1 Euro no informal 32
3.11 Mulheres continuam a perder para homens no mercado de trabalho 33

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA 36

4.1 Concelho de Auscultação e Concertação Social em Malanje aprecia OGE de 2018 36
4.2 Reservas caem 26,34 por cento 37
4.3 Executivo reforça OGE com mais de Kz 2 trilhões 38
4.4 Parlamento nega pedido da bancada da UNITA 39
4.5 FESA e Amangola estão de fora da lista das que beneficiam do OGE 40
4.6 Gastos com Defesa e Interior são na maioria para salários 41
4.7 O verdadeiro OGE não é o aprovado pelos deputados 42
4.8 OGE reserva Kz 1,2 mil milhões a governadores 44

4.9 Programas consomem 4,41 triliões de kwanzas no OGE 45
4.10 Receitas fiscais sobem 7,56% 45
4.11 Título Chumbada comissão parlamentar de inquérito a divida pública 46
4.12 "Chumbo" à auditoria à dívida pública faz duvidar das intenções da governação 47
4.13 Endividamento público 48
4.14 IVA será introduzido gradualmente em nove meses 49
4.15 Um quarto das dívidas reclamadas ao estado é fraudulenta 52
4.16 UNITA insiste na auditoria à divida pública 53

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 54

5.1 APN contra implementação gradual das autarquias 54
5.2 Cartoon 54
5.3 Bornito de Sousa criou sobas fantasmas 54
5.4 Chivukuvuku quer autárquicas no segundo semestre de 2020 56
5.5 Mais de 100 detidos e três mortos 57
5.6 Munícipes contestam Carlos Alberto Cavuquila 58
5.7 Partidos apoiam descentralização 58
5.8 A questão autárquica em Angola 59
5.9 Samakuva pode apresentar candidatura como autarca 61
5.10 CASA-CE prepara quadros para as autarquias no Huambo 62
5.11 Chivukuvuku quer autárquicas no segundo semestre de 2020 63
5.12 A conceptualização das autarquias 63
5.13 A conceptualização das Autarquias 64
5.14 Municípios devem resolver necessidades da população 65
5.15 Autarquias essenciais no Estado democrático 66
5.16 Autoridade tradicional defende construção de Jangos comunitários 66
5.17 Deputado disserta no Lubango sobre as autarquias 67
5.18 Liradualismo reúne consenso para realização de eleições autárquicas em 2020 67
5.19 Autarquias em todos os municípios 67
5.20 Autárquicas em todos os municípios 68
5.21 UNITA quer autarquias em Angola ´´já e em todos os municípios´´ 69
5.22 Executivo garante condições para autarquias em dois anos 70
5.23 Legislação para as autarquias concluída no primeiro semestre 71
5.24 Autarquias Presidente quer ampla discussão a nível da sociedade civil 72
5.25 Autarquias, um dos grandes desafios do mandato de JLO 72
5.26 Conselho da República exige implementação das autarquias 73
5.27 Conselho da República aborda OGE e autarquias 74
5.28 Conselho da República exige implementação das autarquias 75
5.29 Eleições autárquicas a partir de 2020 arrancam com municípios pilotos 75
5.30 O «partido colonial» e as autarquias municipais 76
5.31 O Conselho da República e as autarquias locais 78
5.32 OPSA adeverte para cuidados na aplicação do gradualismo nas eleições autárquicas 78
5.33 MPLA cria as condições para vencer as autarquias 79
5.34 UNITA considera 2020 momento certo para a implementação das autarquias municipais 80
5.35 Finalmente as autarquias 81
5.36 Processo das autarquias opõem CASA-CE à UNITA 82
5.37 Critérios para a selecção dos municípios em análise 83
5.38 Martírio dos moradores da Ilha de seca perto do fim 84
5.39 Autarquias: Governo começou a sociedade civil 85

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 87

6.1 "Boa Vida" ineveste mais de USD 500 milhões em projectos habitacionais 87
6.2 Moradores abandonam casas nas centralidades 87
6.3 Executivo quer reforço da oferta de habitações 88

6.4 O caso valor patrimonial de prédios urbanos 89
6.5 Infiltração em residência provoca litígio entre vizinhos 90
6.6 Compra de casas cai este ano 91
6.7 Empresas adoptam novas estratégias para sobreviver. 93
6.8 Papel dos privados na habitação social 94
6.9 Sem apoios o Kilamba pode passar a um simples dormitório 94
6.10 Dezenas de famílias estão a ser realojadas 96
6.11 Diocese do Luena recupera casas de adobe centenárias 97
6.12 Pais atrasado na habitação e nos objectivos do milénio 98
6.13 Património habitacional. Mais de metade sem regularização 99
6.14 Jornal ECONOMIA E FINANÇAS 100
6.15 Processo de fomento de casas sociais em Angola está atrasado 101
6.16 SONIP «flutua) rendas para mais de 50 por cento 102
6.17 Imobiliário está em estagnação 102
6.18 Moradores da vila nova culpam a administração municipal pelas inundações no bairro 103
6.19 Centralidade recebe primeiros inquilinos 104
6.20 Em Angola, Luanda é a pior cidade para viver 105
6.21 Mau matéria reduz qualidade 109
6.22 Ninguém leva mais que ninguém! 110
6.23 LOBITO. Famílias desfavorecidas vão receber residências 110
6.24 "A falta de regulação no sector imobiliário é forte entrave ao investimento" 111
6.25 Custo de vida afugenta moradores de centralidades 112
6.26 Centralidades são um desastre, diz engenheiro Resende de Oliveira 113
6.27 Estender o prazo de pagamento 114
6.28 Soluções de baixo custo 114
6.29 De 54 empresas de construção civil só 14 chegaram a 2018 114
6.30 AGI cobra imposta predial na Cidade do Kilamba 115
6.31 500 casas de Viana deram lugar a "luxuosas" moradias no projecto 115
6.32 Cobranças de atrasados desde 2013 divide contribuintes e AGT no Kilamba 117
6.33 Angola na defesa e na segurança continental 118
6.34 Municípios devem resolver necessidades da população 119
6.35 A inscrição matricial de imóveis 119
6.36 Vamos salvar Luanda! 120
6.37 A vida nos bairros periféricos 120
6.38 Isabel dos Santos afastada do plano bilionário para Luanda 121
6.39 TCUL abre rotas para a cidade do Kilamba 122
6.40 Famílias vivem dias infernais no "Condomínio de Prata" 123
6.41 Aprovado plano directo de Luanda 124
6.42 Vamos salvar Luanda! 124

7. TERRA 126

7.1 "A administração trata-nos de ratos por vivermos no buraco" 126
7.2 Dezenas de famílias em risco de desalojamento resultante da requalificação da Baía Farta 127
7.3 Desfavorecidos recebem terrenos e residências 128
7.4 DISTRIBUIÇAO DE TERRENOS COM FISCAIS SERIOS 128
7.5 Nova esperança leva moradores ao desespero 129
7.6 Fazendeiro refuta informações do relatório da UNITA sobre terras 130
7.7 CASA-CE defende realojamento dos cidadãos 131
7.8 Deputados indignados com a destruição de campos agrícolas no Uíge 131
7.9 Fazendeiro desmente acusações da UNITA 132
7.10 Disputa de terrenos do estádio 11 de Novembro começa a ser dirimida hoje 133
7.11 Amiguismo e compadrio permitiram açambarcamento dos terrenos do estádio 11 de Novembro 134
7.12 Construções na Praia Morena em Tribunal 135
7.13 Não há ocupação anárquica, mas há uma ocupação identificada 135

7.14 Dezenas de casas demolidas em Benguela 136
7.15 Tribunal embarga obra no pequeno Brasil 136
7.16 Antigo governador de Cabinda acusado de usurpar terrenos do motocross 138
7.17 Efectivado embargo das obras na Praia Morena 138
7.18 Militares invadem terreno da UPRA supostamente a mando de um general 138
7.19 Militares invadem terreno da UPRA supostamente a mando de um general 139
7.20 Famílias vivem dias infernais no "Condomínio de Prata" 140
7.21 Cartoon 141

8. SERVIÇOS BÁSICOS 142

8.1 Ver água a passar 142
8.2 Estratégia de gestão dos recursos hídricos 142
8.3 Distribuição de água abrange mais municípios 143
8.4 Habitantes da região já bebem água potável 143
8.5 Falta de água na centralidade do KK-5000 144
8.6 Dande sobrevive sem energia e água potável 144
8.7 Angola participa no 8° Fórum Mundial pensando no futuro 145
8.8 Energias e Águas beneficiam de USD 13 mil milhões em 4 anos 145
8.9 EPAL continua a fornecer água turva e não tratada às populações 146
8.10 Huíla vai contar com laboratório para testar qualidade de água regional 147
8.11 Plano estratégico ajuda a enfrentar crise de água 149
8.12 Secretario de Estado avalia surto de cólera 150
8.13 Fórum Mundial da Água é aberto hoje em Brasília 151
8.14 Desafios do executivo divulgados em fórum 152
8.15 Água: direito de cada um, desafios de todos. 152
8.16 Angola quer partilha justa de recursos 153
8.17 Casos de cólera sob controlo 153
8.18 Milhões de pessoas em Angola ainda não consomem água própria 154
8.19 Moradores da Maianga recebem promessas de melhorias 155
8.20 Abastecimento de água restabelecido no Sumbe 156
8.21 Mais de USD 18 milhões investido no projecto "Água para Todos" 156
8.22 Fórum Mundial aponta soluções inovadoras para a gestão da água 156
8.23 Mais água, mais saúde no Golungo Alto 158
8.24 UNICEF apoia 30 milhões de pessoas 159
8.25 Projectos estruturantes para localidades afectadas pela seca 159
8.26 ÁGUA corrente chega a zona alta do Lobito 159
8.27 Moradores da Mabor agastados com a administração municipal do Cazenga 160
8.28 Bacia de retenção Transbordada e obstrui vias 161
8.29 Chuvas destapam problemas de saneamento 161
8.30 «Lagoa do bagre» irrita moradores da zona do Quintalão do Petro 162
8.31 Confirmados 13 casos de cólera em Cabinda 162
8.32 Pontes destruídas há menos de três anos desabam em Cacuaco 163
8.33 Combate à cólera no Uíge condicionado pela melhoria do saneamento 164
8.34 Autoridades do Bengo fazem combate cerrado ao lixo 164
8.35 Secretario de Estado avalia surto de cólera 165
8.36 Populares continuam a recolher alimentos expirados na lixeira 165

9. GÉNERO E VIOLENCIA 167

9.1 DEPUTADAS DEFENDEM ACÇÕES CONTRA VIOLÊNCIA NAS FAMILIAS 167
9.2 Grupo de Mulheres Parlamentares quer OGE sensível ao género 167
9.3 Lideres das organizações femininas defendem mais dignididade e inclusão social 168
9.4 Huambo regista aumento de violência contra homens 170
9.5 Huambo regista aumento de violência contra homens 170
9.6 Deputadas defendem acções contra violência nas familias 171

9.7 Mulheres denunciam violência no trabalho 172
9.8 Os valores culturais e aviolência doméstica 172
9.9 A mulher, a violência doméstica e a família 174
9.10 Mulheres marcham contra a violência em Luanda 175
9.11 A sociedade e a violência 175
9.12 Deputadas defendem acções contra violência nas familias 176

10. AMBIENTE 178

10.1 "A administração trata-nos de ratos por vivermos no buraco" 178
10.2 Chuva mata mais 3 crianças em Luanda 179
10.3 Chuvas acentuam sofrimento renovado na mudança do ano 179
10.4 Cidadãos descrevem experiências sombrias 182
10.5 Autoridades apertam cerco contra tráfico de madeira 184
10.6 Chuvas matam pessoas em Luanda 184
10.7 Moradores da Mabor agastados com a administração municipal do Cazenga 185
10.8 Sobe para seis o número de mortes causadas pelas chuvas 185
10.9 Activistas defendem responsabilização do Estado pelas mortes de menor nas chuvas 186
10.10 INAMET prevê fortes chuvas no Cuando Cubango 186
10.11 O drama das chuvas 187
10.12 Recados e reclamações 187
10.13 Activistas defendem responsabilização do Estado pelas mortes de menor nas chuvas 188
10.14 Bacia de retenção Transbordada e obstrui vias 189
10.15 Chuvas desnudam Belo Monte, causam luto e desabrigam 189
10.16 Chuvas destapam problemas de saneamento 191
10.17 MORADIAS SÃO ABANDONADAS POR RISCO DE DESABAMENTO 192
10.18 Chuvas causam estragos no Cuanza Norte 192
10.19 Vítimas das chuvas beneficiam de apoio 192
10.20 Pontes destruídas há menos de três anos desabam em Cacuaco 193
10.21 Temos factores ambientais críticos apesar da baixa emissão de gases 194
10.22 CASA-CE defende realojamento dos cidadãos 197
10.23 Moradores da vila nova culpam a administração municipal pelas inundações no bairro 197
10.24 Vitimas das chuvas recebem apoios 198
10.25 Mais de duas mil famílias deixaram as residências devido ás inundações 199
10.26 Madeira da Lunda Sul transformadas em carteiras 200
10.27 Dezenas de casas demolidas em Benguela 201
10.28 A chuva como causa justificativo das faltas ao trabalho 201
10.29 Moxico aposta em unidades para transformar madeira 202
10.30 Industrias de serrações podem encerrar por falta de madeira 203
10.31 Chuvas causam estragos no Cuanza Norte 205
10.32 Obras travam avanço de ravina no Dundo 205
10.33 Projectos estruturantes para localidades afectadas pela seca 206
10.34 Alterações climáticas debatidas no Huambo 206
10.35 Cartoon 207

11. MIGRAÇÃO 208

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 209

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA 210

13.1 Negócios entre Angola e China ultrapassam USD 23 biliões 210
13.2 China alivia dificuldades do Hospital Geral de Luanda 210
13.3 Grupo empresarial chinês investiu mais de USD 30 milhões em 18 anos 211

13.4 País obteve os maiores empréstimos da China 212
13.5 Fórum ambiental de Macau pode ter presença angolana 213
13.6 Iniciar uma nova fase nas relações entre a China e Angola 214
13.7 Os chineses têm bons produtos 215

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Desemprego no país afecta 46% dos Jovens

Jornal Novo Jornal
02 De Março de 2018

Angola registou até final de 2015 uma taxa de desemprego de 46% dos jovens e adolescentes entre 15 e 19 anos, refere o Relatório sobre Emprego 2015/2016, divulgado no ano passado sob a chancela do Instituto Nacional de Estatística (INE).

O documento sublinha que a percentagem "mostra a situação de carência dos jovens, sem existir grandes diferenças entre homens e mulheres".

A província da Lunda-Sul aparece no relatório como a campeã no índice de desemprego no país, com uma taxa fixada nos 40%, seguida de perto por Cabinda (37%), Moxico (31), Luanda (25%) e o Cuando Cubango (23%). Kwanza-Sul e Bié aparecem bem cotadas na pesquisa, com uma taxa de desemprego de 8% para cada província.

Segundo o relatório, no período em análise, apenas 33% dos desempregados procuravam emprego, sendo 18% um novo emprego e 16% o primeiro emprego.

O Instituto Nacional de Estatística prepara-se para, a partir de Março próximo, começar a elaborar o Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA) 2018-2019.

Segundo avançou Camilo Ceita, director do INE, o inquérito terá a duração de 12 meses, com arranque em simultâneo em todo o país e será realizado de cinco em cinco anos.

Para servir de suporte à realização do inquérito, a direcção do Instituto Nacional de Estatística levou a cabo uma acção de formação que teve a duração de 30 dias, tendo preparado cerca de 200 jovens inquiridores e supervisores nas 18 províncias.

1.2 Os rendimentos das famílias e as pequenas e médias empresas

Jornal de Angola
05 De Março de 2018

Estão os sectores produtivos do país, públicos e privados, empenhados em encontrar soluções para que a produção interna se constitua num factor que possa contribuir para o crescimento económico.

Sabe-se que só o crescimento económico proporciona emprego, que, por sua vez, permite que muitas famílias tenham rendimentos e possam consumir para, consequentemente, fazer com que as empresas possam continuar a existir.

Havendo baixo consumo, as pequenas e médias unidades produtivas podem correr o risco de irem à falência. Não basta pois que haja empresas. É necessário que haja rendimentos para que as famílias possam adquirir bens e serviços.

É necessário que se trabalhe seriamente na política de rendimentos das famílias, ao mesmo tempo que se criam incentivos para que as pequenas e médias empresas possam produzir resultados e disseminar-se por vários pontos do território nacional.

O ideal é que tenhamos no nosso vasto território nacional muitas pequenas e médias empresas, que possam absorver quadros que se formam nos inúmeros estabelecimentos de ensino médio e superior existente em Angola. Importa que se dê oportunidades a jovens talentosos e com vontade de enveredar pela actividade empresarial. É importante que tenhamos muitos angolanos no país a produzirem bens e serviços a fim de se ir aumentando a oferta de produtos diversos, fazendo com que diminuam os preços no mercado.

E importante que se comece a criar incentivos para os que estejam dispostos a criar empresas nas zonas rurais, a fim de nos campos e poder contar com unidades produtivas que possam apoiar a actividade agrícola e pecuária.

Os jovens formados devem também ter a ambição de se realizarem profissionalmente nas zonas rurais, potenciando projectos produtivos com os conhecimentos que adquiriram nas universidades ou no ensino médio.

Angola é terra de muitas oportunidades. Não é por acaso 'que muitos estrangeiros se querem instalar no país para realizar investimentos de vária natureza.

Os angolanos devem, também eles, tomar iniciativas que possam fazer com que haja um aproveitamento das nossas potencialidades económicas.

Os angolanos devem acreditar que são capazes de fazer coisas boas em prol do crescimento económico do país. Os angolanos devem aplicar os seus conhecimentos e capitais no seu próprio país, para que ele se torne num lugar que produza para satisfazer as nossas necessidades internas e para exportar para outras partes do mundo.

E a produção interna, já o dissemos várias vezes, não se deve concentrar apenas em grandes empresas. A diversificação da economia faz-se com pequenas, médias e grandes unidades produtivas.

É preciso acabar com o mau hábito de se "queimarem" iniciativas de angolanos que desejam criar pequenos negócios. É verdade que nem todos os que dizem pretender ser empresários estão em condições de levarem a cabo uma actividade produtiva, ou por falta de vocação, ou porque só se querem aproveitar de facilidades, em termos financeiros, para fins que não têm nada a ver com a produção.

Mas os casos particulares de pessoas desonestas não devem ser tomados como a regra. É preciso continuar a apoiar os angolanos jovens ou já com muita experiência no campo produtivo, porque temos de ser nós a cuidar, em primeira linha, da nossa terra, em vários domínios da vida nacional.

1.3 Estatística recolhe informações sobre rendimento das famílias

Jornal de Angola
7 De Março de 2018
Texto: Edna Dala

O Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego (IDREA) arrancou em todo o país sem quaisquer constrangimentos, garantiu o director do Instituto Nacional de Estatística UNE).

Camilo Ceita disse que o processo, iniciado na segunda - feira, começou conforme o programado e conta com a supervisão de 39 técnicos seniores do INE, em estreita ligação com os 18 responsáveis dos serviços provinciais do instituto. Dentro de sete dias, informou, vai ser feita uma avaliação sobre o processo, tendo em conta que a recolha de dados está a ser feita através do sistema de recolha assistida por tabletes.

Sobre as principais dificuldades que os agentes poderão enfrentar no terreno' Camilo Ceita aventou a hipótese da recusa dos agregados e as dificuldades de acesso em algumas áreas, devido às chuvas e dificuldades geográficas.

O director do INE aproveitou a ocasião para apelar aos órgãos de informação no sentido de fazerem a divulgação do processo que tem a duração de 12 meses e vai atingir mais de 12 mil agregados em todo o país, quer nas áreas urbanas quer rurais, correspondentes a 60 mil cidadãos.

"Todo o apoio é útil e importante, daí a necessidade de todos apoiarem para esta grande causa", considerou. Para o IDREA, estão mobilizados 200 inquiridores e supervisores. Cada província conta com duas equipas compostas por um supervisor, quatro inquiridores, um cartógrafo e um motorista. Luanda é, de longe, a província mais populosa, tem quatro equipas com a mesma composição.

O Executivo defende a disposição de estatísticas económicas e sociais abrangentes e de qualidade, enquanto instrumentos de suporte ao planeamento do desenvolvimento nacional para a formulação de política públicas e as decisões da acção governativa, entre outros fins.

1.4 Inquérito no Cunene abrange várias famílias

Jornal de Angola
13 De Março de 2018
Texto: Sérgio V Dias e Elautério Silipuleni

O inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA), que arrancou na semana finda em todos pais deve, atingir, até Março próximo, 616 agregados familiares na província do Cunene, numa acção que visa medir o nível de pobreza da população.

Nessa conformidade, o responsável do Serviço Provincial do Instituto Nacional de Estatística do Cunene (SPINE), José Pedro Jacinto, afirmou tratar-se de um inquérito por amostragem, cujos trabalhos vão incidir apenas nas áreas selecionadas para o efeito, mas os resultados daí obtidos hão de espelhar a realidade da província de forma geral.

Na províncias do Cunene, tal como noutras dezasseis províncias do país, o inquérito vai cobrir 72

aglomerados. Para o feito, a actividade estende-se a zonas urbanas e rurais de seis municípios. O trabalho vai ser suportado por equipas que integram inquiridores, supervisores, cartógrafos e motoristas.

Por isso, José Jacinto pediu a população da província a prestar informações verdadeiras que permitam produzir indicadores credíveis, do Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego de Angola (IDREA), que teve início segunda-feira ultima em o todo país.

O responsável do organismo no Cunene frisou ser imperioso, no início do inquérito, que as famílias dêem informações reais sobre a sua realidade socioeconómica, com vista a produzirem-se indicadores fiáveis e que permitam ao Executivo criar políticas mais acertadas a favor das camadas mais desfavorecidas da sociedade.

As equipas do IDREA na capital da província do Cunene, Ondjiva, realizam trabalho em três bairros, nomeadamente Castilhos e Cafitu I e II.

Realidade de Luanda

Ao contrario da previsão de atingir 72 aglomerados em cada uma das dezassete províncias do pais, em Luanda, pela sua especificidade, terá o dobro desta cifra, como informou na semana finda, o porta-voz do IDREA.

Paulo Fonseca assegurou, por outro lado, que os grupos de trabalho vão ser integrados por dez agentes de campo em cada província. Luanda, por conseguinte, vai contar com uma cifra duplicada de agentes de campo face as suas particularidades.

Na ocasião, o responsável do Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola frisou que o objectivo é calcular os indicadores sobre a pobreza no país, uma vez que os dados que Angola possui sobre a situação deficitária datam de 2008-2009. Disse, ainda, que espera contar com a população que vai informar onde existem infra-estruturas como escolas, postos médicos e condições que posteriormente serão tratadas pelo Instituto Nacional de Estatística para apresentar ao Executivo.

É importante lembrar que na capital do país os inquiridores começaram a trabalhar nos municípios do Cazenga, Cacuaco, Kilamba Kiaxi e Viana para fazerem o reconhecimento e listagem dos agregados a serem inquiridos. A nível de todo o país este e o terceiro Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego de Angola (IDREA) e que prevê abranger 12 mil e 500 agregados familiares, numa iniciativa do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Duração da actividade.

Por outro lado, é importante lembrar que o Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA), com duração de 12 meses, tem como objectivo a recolha de informação relacionada ao consumo das famílias.

A iniciativa, segundo apurou ainda a nossa equipa de reportagem, visa acima de tudo a obtenção de dados sobre o poder de compra da famílias e a sua condição de emprego. A nível da provinda do Cunene, o 1° e 2º inquéritos ocorreram em 2001 e 2008, respectivamente, e de forma quinquenal.

1.5 Angola sobre 5 lugares no "Doing Bussiness"

Jornal Economia e Finanças
16 De Março de 2018
Texto: Pedro Peterson

O processo de criação de um ambiente favorável de comércio no mercado nacional tem melhorado significativamente nesses últimos anos, a julgar pelo aumento da facilidade de negócio que o país tem proporcionado aos comerciantes. Dados divulgados indicam que Angola melhorou a sua posição na classificação do "Doing Business" de 2018, passando na posição 170 de 2017 para 175, segundo o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) no seu informe anual sobre "Desempenho e Perspectivas de África 2018". No caso da classificação do ambiente de negócios, o BAD cita o relatório do Banco Mundial (BM) para este ano.

Nos últimos anos, vários programas de criação de negócios foram criados em Angola, como forma de dar mais emprego aos cidadãos e criar um ambiente microeconómico favorável para o aparecimento de micro e pequenas empresas.

O relatório do BM, do "Doing Business" de 2017, assegurava que o país se encontrava no grupo de economias que implementaram três reformas que proporcionaram um clima favorável para a criação de negócio. Assim, no período entre 2 de Junho de 2016 e 1 de Junho de 2017, o Doing Business registou 264 reformas aumentando a facilidade de se fazer negócios no mundo -119 economias implementaram pelo menos uma reforma nas diferentes áreas medidas pelo programa.

Várias economias da África Subsahariana implementaram três ou mais reformas no último ano, incluindo o Quénia (6 reformas), Mauritânia, Nigéria, Rwanda e Senegal (5 reformas cada), Malawi, Maurícia e Níger (4 reformas cada) e Angola, Benim, Cabo Verde e Zâmbia (3 reformas cada).

Desde o seu lançamento o "Doing Business", registou 3.188 reformas.

A Zâmbia implementou um sistema global informatizado para dados aduaneiros (Asycuda), permitindo assim que as empresas pratiquem com mais facilidade a sua actividade comercial além-fronteiras, enquanto Angola e Moçambique facilitaram o comércio transfronteiriço melhorando a infra-estrutura portuária.

Em 2017, realizaram-se um total de 83 reformas na área de negócios, ultrapassando as 80 do ano anterior. Assim, nos últimos 15 anos, concluiu-se um total de 798 reformas nas 48 economias da região, monitorizadas pelo Doing Business 2018: Reformar para gerar empregos.

A África Subsahariana continua a enfrentar dificuldades na área de obtenção de electricidade. Em média, demora cerca de 115 dias para se obter uma ligação eléctrica na região.

1.6 Popularidade de João Lourenço em decadência

Jornal Liberdade
16 De Março de 2018
Texto: Licínio Adriano

Sendo agora menos expressiva do que quando começou o seu mandato, a popularidade interna do Presidente da República, João Lourenço, está a decair.

Na população em geral, e na das cidades em particular, assim como nas camadas ricas, chamadas de elites nacionais, nota-se um descontentamento cada vez maior, alimentado, na população, pelas difíceis condições de vida a que a situação económica a expôs, não apenas no que toca a necessidades básicas, como no acesso aos serviços públicos. A situação só não é pior porque a linha anti-corrupção seguida por João Lourenço é bem acolhida. O povo angolano, hoje por hoje, está consciente de que a corrupção instalada no Estado e na administração é a principal causa do sofrimento e da conjuntura de carências e de pobreza. Já as chamadas elites ou camada rica, estão sobressaltados por causa da lei do repatriamento de capitais exportados ilicitamente para o estrangeiro e sentem ameaçados os seus estilos de vida desregrados, estatuto social e fortunas.

Sobre João Lourenço tem recaído a responsabilidade da precária situação económica, financeira e social, por alegada falta de políticas de responsabilização do passado pelo actual estado de coisas. Num contexto de contínua degradação da situação económica e financeira "em virtude do arrastamento da quebra das receitas petrolífera desde 2014, a assistência financeira prestada pela China tem-se revelado essencial para o financiamento do Estado e manutenção do investimento público. Porém, segundo fontes bem situadas, causou surpresa e apreensão, sobretudo em meios políticos e empresariais, a diminuição dos contactos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre um resgate financeiro.

De acordo com dados disponíveis, até meados de Fevereiro do corrente ano, a desvalorização acumulada do Kwanza foi de cerca 30%, com média semanal de 2%, correspondente à depreciação dos salários; mas os salários dos funcionários bancários, apenas esses, continuam indexados ao dólar norte-americano.

Sendo assim, no mesmo período, o agravamento do custo de vida elevou-se para 60%, conforme estimativa baseada na evolução dos preços de bens da cesta básica, que corresponde à degradação do poder de compra.

Apesar desta calamitosa situação, como bom "papão" que tem sido, a China aproveita-se e vai puxando "a brasa para a sua sardinha" e, de acordo com as fontes, vão pressionando sorrateiramente o Presidente da República João Lourenço para não aceitar um acordo de financiamento entre Angola e o FMI, assegurando disponibilidade para apoiar o Governo angolano por outras vias.

As fontes asseguram que esta mensagem foi reiterada de viva voz a João Lourenço pelo ministro das Relações Exteriores da Cinana, Wang Yi quando visitou Angola a 13 de Janeiro do corrente.

Tudo isto deixa a entender, garantem especialistas, que o governo angolano ainda não decidiu que politicas adoptar com o fim de aliviar o estado de "emergência financeira" em que o país se encontra, obrigando-o não só a uma severa contenção orçamental, como afectando mesmo a gestão corrente da Tesouraria, já que o rendimento disponível é absorvido em quase 52% pelo pagamento da dívida, enquanto o restante é canalizado na totalidade para gastos do Estado e encargos sociais.

Para os especialistas do sector, na verdade, um acordo com o FMI limitado a um programa monitorado, contribuiria para melhorar a credibilidade externa do país e não acarretaria medidas de austeridade de um programa financeiro, que seriam dolorosas para a população. Enquanto

isso, o Executivo deve reestruturar imediatamente a dívida da China e atrair novos parceiros estratégicos internacionais com grande capacidade de investimento.

Numa outra vertente, consideram os especialistas, um acordo de assistência técnica e financeira com o FMI pode responder melhor às exigências da crise actual, em vez de negociar créditos concessionais, com baixas taxas de juro, em acordos de Estado a Estado, em condições de fragilidade para Angola. Para as inevitáveis reformas económicas é politicamente preferível que sejam traçadas no quadro de um entendimento com o FMI, um acordo completo com o FMI, que possa contribuir de forma mais expressiva para a credibilidade externa do país.

Pânico pelo repatriamento de capitais

A lei do repatriamento de capitais, garantem as fontes, causou um estado de intranquilidade não só na camada mais rica, como também em meios da classe média, o que dá a entender que o fenómeno da corrupção atinge níveis incomensuráveis no país. O receio dos corruptos começou logo a manifestar-se com o discurso vincadamente anti-corrupção seguido por João Lourenço desde a sua campanha eleitoral.

Apesar do medo que reina nessas camadas, apenas alguns se manifestaram publicamente contra a lei, no caso, figuras identificadas como próximas do círculo de José Eduardo dos Santos, como Bento Kangamba ou Norberto Garcia, que tem aproveitado o facto de ser porta-voz do MPLA para defender a "sua dama".

Contudo, as fontes afirmam que, apesar de todo e qualquer pronunciamento, o anúncio da referida lei de repatriamento de capitais causou grandes sobressaltos em tais figuras e meios, a pontos de, nas últimas semanas, haver um corre-corre com abordagens mútuas, tanto pessoais como por via de telefonemas, directos ou por interpostas pessoas, mensagens através das redes sociais, entre os detentores de grandes fortunas, no sentido de determinar qual a postura que devem assumir em relação ao repatriamento de capitais. Muitos estão a tentar aproximar-se do Presidente da República, para tentarem obter favores extras. Para as fontes citadas, o repatriamento de capitais, cuja lei tem contradições que não facilitam a sua aplicação, tem muito que se lhe diga e não será com tanta facilidade que tal vai acontecer. Talvez possam ser repatriadas algumas pequenas somas, mas o grande capital depositado no estrangeiro, não voltará com tanta facilidade, devido à proveniência ilícita dos mesmos e ao alto nível de corrupção existente entre as diversas instituições do país ligadas ao processo, havendo também a considerar as actuais dificuldades dos bancos que restringem o movimento de capitais, e que ameaçam a estabilidade e mesmo a sobrevivência de algumas insti- tuições financeiras.

1.7 96 Mil Firmas falidas em Angola

Jornal Economia e Finanças
16 De Março de 2018

O sector do comércio, prestação de serviços e construção civil lideram o número de empresas falidas em Angola. Das 152.359 empresas, apenas 46.096 estão em actividade, o que equivalente a 32 por cento do total do tecido empresarial. Ou seja, existem 96 mil empresas no país que não existem fisicamente, tendo Luanda como a cidade com maior actividade empresarial. Segundo dados indicativos do Instituto Nacional de Estatística (INE), além do ramo do comércio a grosso e a retalho, faliram firmas do ramo de reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico, em cerca de 45 mil, seguidas das de actividades imobiliárias, aluguer e serviços prestados, com mais de 15 mil.

Apesar de equipa do INE estar ainda a trabalhar na preparação do "anuário das estatísticas empresariais de 2017", que será divulgado em Junho de 2018, Angola tem 104.088 empresas inexistentes com registo no GUE que não iniciaram a actividade.

Em 2015, 166 viram a actividade suspensa e 1.609 foram dissolvidas. Naquele ano, o país contava com 41.507 empresas em actividade de um universo de 139.980 empresas registadas. No final de 2016, as empresas fantasmas representavam 68 por cento do total.

Especialistas dizem que muitas das 106.263 empresas que têm estado a falir não conseguem justificar o serviço que era suposto terem prestado às instituições do Estado.

Quanto à distribuição geográfica das empresas registadas até 2016, a maior parte (58 por cento), situa-se na província de Luanda.

A província de Benguela continua a ser a segunda com maior actividade empresarial com um total de 3.657 empresas activas, enquanto Cuanza Norte com apenas 416 surge em último na tabela.

A maior taxa de mortalidade de empresas constatou-se na província do Bengo, com 8,7 por cento em 2014, seguindo-se o Cuando Cubando com 6,3 em 2016.

A análise da mortalidade de empresas por actividade económica no período em referência demonstra que a taxa mais elevada ocorreu na indústria transformadora, com 4,4 por cento em 2016 e na agropecuária, produção florestal e silvicultura, com 4,1 em 2015. A menor taxa de mortalidade registou-se nas actividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, com 0,00 por cento.

Ficheiro estatístico

Os dados do registo das empresas publicados no período 2013-2016 constituem uma resposta à crescente procura por informações estatísticas oficiais sobre empresas em Angola, com base nos dados do Ficheiro de Unidades Estatísticas Empresariais (FUE) do INE.

O instituto nota que, com a realização do primeiro recenseamento de empresas e estabelecimentos (REMPE), em 2003, o FUE passou a ser dinâmico, mais coerente e atualizado de forma regular, recorrendo a fontes administrativas, inquéritos, jornais e relatórios sectoriais.

A publicação compreende dois capítulos, tendo como primeiro objectivo apresentar a caracterização do tecido empresarial, nomeadamente a distribuição de empresas por província, por classificação das actividades económicas, por natureza jurídica, por sectores institucionais segundo a situação na actividade, sendo activas ou inactivas, e por ano de início da actividade.

O segundo objectivo proporciona a informação agregada relativa à população de empresas implantadas em todo o território nacional, tendo em consideração os aspectos vinculados à dinâmica empresarial, com a aplicação das metodologias internacionais recomendadas.

1.8 Executivo quer rigor no combate à pobreza

Jornal de Angola
28 De Março de 2018

O secretário de Estado da Acção Social pediu ontem em Malanje aos administradores municipais, mais disciplina e eficiência na gestão da coisa pública, para o êxito do Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

Lúcio do Amaral fez o apelo, no encerramento do seminário provincial de orientação metodológica para operacionalização do Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, que permitiu aos administradores reflectirem sobre os problemas e prioridades das populações nos diferentes municípios.

O seminário permitiu dotar os técnicos de vários departamentos ministeriais, directores nacionais, autoridades tradicionais e religiosas, representantes de partidos políticos, e parceiros sociais, de conhecimentos sobre os mecanismos metodológicos de operacionalização do Plano Integrado de Desenvolvimento.

Para garantir o êxito do plano, é necessário que os administradores municipais observem com rigor as orientações plasmadas no mesmo (plano), respeitem as rubricas estabeleddas a nível superior, para garantir uma gestão, indicou o secretário de Estado.

"Ao retomarmos as acções de combate à pobreza, devemos corrigir os erros do passado e direccionar melhor as nossas intervenções a favor dos angolanos que mais necessitam de apoio do Estado", realçou.

Reintegração de ex-militares

A conclusão do processo de reintegração de ex-militares, constitui prioridade do Executivo, lembrou o secretário de Estado, e assegurou que o Plano Integrado vai dar especial atenção à localização dos potenciais beneficiários do projecto de inclusão produtiva, de acordo com as estatísticas oficiais do Instituto de Reintegração Sócio -Profissional dos ex-Militares (IRSEM).

Lúcio do Amaral apontou Malanje, como uma das províncias mais preparadas em que é possível concluir o processo de reintegração de ex-militares em curto espaço de tempo.

Aos presentes, sobretudo os administradores municipais, pediu mais reflexão sobre as vantagens do processo de descentralização e desconcentração administrativa e financeira, dados os desafios do Executivo de reduzir a pobreza de 36, 6 por cento para 25 por cento, num universo de três milhões de cidadãos, durante o quinquénio 2018-2022.

O encontro recomendou o reforço de mecanismos de fiscalização, do Plano Integrado de Desenvolvimento Local de Combate à Pobreza a nível local, provincial e central.

A formação e capacitação permanente dos quadros, visa melhorar o desempenho na realização do programa de combate à pobreza, e a homologação dos projectos junto do governador provincial, para posterior aprovação a nível central, constam também entre as recomendações saídas do seminário.

Os participantes defenderam o envolvimento das micros, pequenas e médias empresas locais nas empreitadas, com vista a potencializá-las, de acordo com a legislação vigente o quadro da contratação pública.

Na abertura do encontro, segunda-feira, o vice-governador para o sector Técnico e Infra-estruturas, Gabriel Pontes, afirmou que o Executivo assumiu a aposta da reintegração sócio-económica dos antigos militares como uma das principais prioridades até 2022 no âmbito do Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza. Gabriel Pontes disse que registaram-se resultados satisfatórios, com a execução de vários projectos sociais.

1.9 Executivo prevê redução do impacto da pobreza

Jornal de Angola
Data: 29 de Março de 2018
Texto: Marcelo Manuel

O Governo prevê reduzir o impacto da pobreza no seio de cerca de três milhões de cidadãos até 2022, através da execução de projectos ligados à agricultura, pesca, comércio rural, obras públicas' habitação e pequenas indústrias, inseridos no programa de desenvolvimento local e combate à pobreza.

O facto foi anunciado terça - feira, em N'Dalatando, pelo secretário de Estado da Acção Social, Lúcio do Amaral, no encerramento do seminário provincial sobre a disseminação e orientação metodológica do Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, destinado a administradores municipais e seus adjuntos.

De acordo com Lúcio do Amaral, a prioridade do programa recai para a conclusão do processo de reintegração de 80.537 ex-militares em projectos de produção de bens e serviços, para além da desmobilização e atribuição de subsídios a outros 41.182, entre sargentos e praças.

Com a execução do programa, Lúcio do Amaral acredita que o Estado pode reduzir os índices de incidência da pobreza de 36,6 por cento para 25 por cento até 2022, criando efeitos geradores de renda e de produção.

Lúcio do Amaral chamou a atenção dos gestores municipais para a necessidade de se corrigir os erros do passado, melhorando as acções do presente a favor dos cidadãos que mais precisam de apoio do Estado, para que se possa, de forma paulatina, reverter a situação de dependência social em que actualmente se encontram.

O Cuanza-Norte, disse, possui cerca de dois mil ex-militares por reintegrar, facto que, no seu entender, coloca a provinda entre as que devem concluir o processo de reintegração num curto espaço de tempo.

A vice-governadora do Cuanza - Norte para o Sector Político, Social e Económico, Leonor Garibaldi, destacou a pertinência do programa, pelo facto de apresentar premissas que concorram para a erradicação da pobreza extrema, criando condições para uma nova etapa de desenvolvimento e potenciação da riqueza nacional.

Os participantes recomendaram o ajustamento dos indicadores dos vários projectos inseridos no programa, em função das rubricas definidas no Plano Integrado de Desenvolvimento Local, privilegiando acções que garantam maiores probabilidades de sustentabilidade. Os participantes recomendaram também o reforço dos mecanismos de monitorização, acompanhamento e fiscalização do Plano Integrado, nos três níveis de intervenção, central, provincial e municipal.

Participaram no evento directores nacionais do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, membros Governo provincial do Cuanza - Norte, administradores municipais e adjuntos, delegados e directores de órgãos locais.

Em Malanje, num encontro semelhante, o secretário de Estado da Acção Social pediu aos administradores municipais, mais disciplina e eficiência na gestão da coisa pública, para o êxito do Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

A conclusão do processo de reintegração de ex-militares, constitui prioridade do Executivo, lembrou o secretário de Estado, e assegurou que o Plano Integrado vai dar especial atenção à localização dos potenciais beneficiários do projecto de inclusão produtiva, de acordo com as estatísticas oficiais do Instituto de Reintegração Sócio - Profissional dos ex-Militares (IRSEM).

Lúcio do Amaral apontou Malanje, como uma das províncias mais preparadas em que é possível concluir o processo de reintegração de ex-militares, em curto espaço de tempo. Pediu mais reflexão sobre as vantagens do processo de descentralização e desconcentração administrativa.

1.10 Acção social adopta novo plano de combate à pobreza em Malanje

Jornal O PAIS
30 De Março de 2018
Texto: Miguel José

Para o êxito do combate efectivo à pobreza, que se quer no país, o vice-governador de Malanje para o Sector Técnico, Gabriel Pontes, que formalizou a abertura do seminário, referiu ser determinante a aplicação racional dos recursos financeiros, por parte dos administradores municipais e comunais, aliado ao cumprimento integral das acções constantes nos projectos, em benefício da população vulnerável.

Porém, o representante do Governo da Província de Malanje fez saber aos participantes que o modelo de implementação do Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP) surge na perspectiva de corrigir os erros cometidos no Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP), criado em 2010, com o intuito de melhorar o seu modo de operacionalização, em proveito das comunidades.

De acordo com o dirigente, o acesso à alimentação e à saúde; o incremento da agricultura familiar e empreendedorismo; a ampliação e promoção de serviços públicos básicos e acesso ao ensino; a mobilização e concertação social, bem como na transferência social produtiva, têm como foco a Organização das Nações Unidas (ONU), que reduziu de 69 para 35 por cento o nível de pobreza extrema. De tal sorte, acrescentou, que em todos os municípios foram realizados' identificados e desenvolvidos projectos, nomeadamente: merenda escolar, cuidados primários de saúde, água para todos, construção de infra-estruturas sociais e micro-fomento, comércio rural, cartão kikuia, entre outros.

Contudo, em face de novos desafios, de modo alcançar os objectivos, nos próximos 5 anos, o programa evoluiu para um plano com abrangência maior designado "Plano Integrado de Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza" (PIDSDLCP), capaz de integrar diferentes programas e projectos transversais, de diferentes departamentos ministeriais, tendo como grande prioridade a reintegração socioeconómica dos ex-militares.

Insucesso do Programa Anterior Afinal, no âmbito de tais projectos, nem tudo correu na perfeição, porque, segundo alegação de Gabriel Pontes, o mau estado das vias de comunicação; a deficiência de recursos humanos qualificados; a pouca cooperação institucional; a falta de meios técnicos e rolantes; bem como a escassez de recursos derivada da crise económica e financeira; constituíram obstáculos, quer ao nível de execução de projectos, como no seu acompanhamento e monitoria.

"Por isso, os resultados obtidos do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza no quinquénio 2010/2015, alguns objectivos importantes não tiveram o sucesso desejado, o que aconselhou a correcção de pontos críticos' de modo a potenciar os ganhos já alcançados", declarou.

Em razão disso, o secretário de Estado para Acção Social, Lúcio do Amaral, disse que a retomada das acções de combate à pobreza, que encerra uma nova matriz de implementação, pretende, em primeiro plano, privilegiar a conclusão e consolidação de projectos anteriores, assim como corrigir os erros do passado, melhorar a focalização dos beneficiários e direcionar melhor a intervenção ministerial, a favor dos cidadãos que, realmente, necessitam do apoio do Estado para reverterem, paulatinamente, a situação de dependência social em que se encontram. Porquanto, tal desiderato só se tornará possível se os administradores observarem com rigor as orientações plasmadas no PIDLCP, aplicarem os recursos de forma parcimoniosa, respeitarem as rubricas superiormente pré-estabelecidas, de modo a assegurar uma gestão transparente e dar azos a um processo de monitorização dos diferentes níveis de tomada de decisão.

Falando da perspectiva da meta estabelecida pelo executivo, de reduzir a incidência da pobreza no país de 36, 6 para 25 por cento, em cerca de 3 milhões de cidadãos' durante 2018-2022, o alto funcionário ministerial apelou aos administradores municipais a reflectirem sobre as vantagens que o processo de descentralização e desconcentração administrativa e financeira está a proporcionar, de forma a contribuir para um melhor exercício de suas atribuições, em torno dos desafios.

Portanto, o comunicado final, entre vários pontos, recomendou ajustar os indicadores dos projectos em função das rubricas definidas no PIDLCP, privilegiando as acções que garantam maiores probabilidades de sustentabilidade; Reforçar os mecanismos de monitorização e acompanhamento e fiscalização do PIDLCP, nos 3 níveis de intervenção: local, provincial e central; Promover o reforço de recursos humanos locais, a sua formação e permanente capacitação para melhorar a performance das realizações dos programas de combate à pobreza;

Observar com rigor as orientações metodológicas saídas do seminário, solicitando a homologação dos projectos junto do governador provincial e, a posterior, aprovação ao nível central; Promover o envolvimento das micro, pequenas e médias empresas locais nas empreitadas, com a finalidade de potenciá-las de acordo com legislação vigente de contratação pública; Assegurar a capacitação contínua dos beneficiários nas acções de inclusão produtiva, de forma a garantir o crescimento da aprendizagem e a sustentabilidade das iniciativas geradoras de rendimento, criando influências internas e o comprometimento no seio de integrantes.

1.11 As terras e o combate à pobreza

Jornal de Angola
30 De Março de 2018

Que se erradique a pobreza no país, por via do aumento dos rendimentos das famílias, integrando-se muitos milhares de pessoas em projectos produtivos, nos domínios das pescas, agricultura, comércio rural e pequenos negócios.

Angola é um país com muitas oportunidades em termos de actividade produtiva e era bom que o Estado continuasse a ajudar muitos angolanos a ter acesso a crédito para desenvolverem negócios que pudessem garantir-lhes uma vida digna.

Importa entretanto que o financiamento da actividade produtiva beneficie pessoas que estão realmente interessadas em, por exemplo, trabalhar a terra para que se produzam bens para serem comercializados, com vista a torná-los mais baratos no mercado. Não se deve dar dinheiro a pessoas que não estão vocacionadas para a actividade agrícola.

Importante que haja muitos produtores no campo para que haja uma elevada procura de bens agrícolas a fim de os preços destes baixarem consideravelmente. Há angolanos que sabem realmente tratar das terras e que podem fazer um bom aproveitamento delas. Não queremos que haja apenas ocupações de terrenos, sem que haja actividade produtiva quando há angolanos que estão dispostos a produzir o que todos nós precisamos. Não é justo que um pequeno grupo de pessoas ocupe largas extensões de terrenos sem nada lá fazer, quando há camponeses que estão em condições, pela sua experiência, de os potenciar em benefício da economia.

Temos de apostar na economia agrícola. Uma parte considerável da nossa população vive no campo, pelo que faz sentido que as autoridades prestem atenção aos projectos produtivos! Nas zonas rurais, no quadro do combate à pobreza.

Há felizmente em Angola recursos hídricos para se de envolver a agricultura. Temos também cidadãos que capazes de desenvolver projectos produtivos se lhes forrem dadas oportunidades, sobretudo em termos financeiros.

Necessário que se preste atenção às competências dos angolanos que desenvolvem actividades agro-pecuárias. AJ terras devem ser exploradas por quem delas pode tirar (melhor proveito e deste modo contribuir para o desenvolvimento da economia. As terras constituem uma importante riqueza do nosso país. No momento de crise que atravessamos devemos tirar melhor proveito das nossas principais riquezas.

2. MICROFINANÇAS

2.1 José Massano contra bancos pequenos e casa de câmbios

Jornal A República
2 De Março de 2018
Texto: Ana Paula Clemente

Vários conselhos de administrações de instituições financeiras, bancárias e não bancárias, demonstram as suas insatisfações com o actual Governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José Massano, pelo facto de este ter exigido o aumento de capital às instituições financeiras.

Caricato é o facto da direcção olhar para o lado, como se nada estivesse a acontecer, relativamente às instituições financeiras que há mais de dois anos vêem demonstrando falência, atitude que estrangula o sistema financeiro e económico angolano, causando incumprimentos, nomeadamente, com prazos e todos os procedimentos legais na liquidação dos procedimentos e compromissos.

Outra situação dicotómica é facto de indivíduos publicamente conhecidos e politicamente expostos, com dívidas estrambólicas na banca, continuarem a operar no sistema financeiro angolano, por serem da entourage política e económica do regime, por seu turno, o banco central oculta toda a transparência possível no sector financeiro angolano, comportamento que contrasta com a exigência da actual embaixadora dos EUA em Angola, Nina Fite.

Importa lembrar que só com medidas sérias e de transparência, a serem implementadas pelo Governo angolano, principalmente pelo Banco Central, como o combate à corrupção, ao branqueamento de capitais, bem como a luta pela transparência, os bancos americanos voltarão a permitir as instituições financeiras angolanas, o acesso as divisas.

A falta de um sistema financeiro eficiente conduz qualquer país à ineficácia das decisões de política económica.

Outra reclamação dos operadores financeiros (Casas de câmbios) continua a ser o facto de José Massano ter exigido a constituição de conselhos de administrações, auditorias financeiras, remuneração ao órgãos sociais, e seguidamente restringir a venda de divisas à casas de câmbios, desde Outubro do ano findo.

Outra situação preocupante passível de denúncia é o nepotismo no banco central, e o incumprimento do regulamento do Banco Nacional de Angola por parte de alguns bancos: que determina que as instituições bancárias devem publicar as demonstrações financeira: num determinado prazo. Ainda assim, com os atropelos a regulamento, estas mesmas instituições continuam a operar no mercado bancário.

2.2 Clientes bancários angolanos preferem banca digital, revela relatório da McKinsey

Jornal O PAÍS
5 De Março de 2018

O relatório da McKinsey Global Banking, intitulado 'Roaring to Life: Crescimento e inovação na banca de retalho africana, a que OPAÍS teve acesso, revela que Angola é um dos quatro países do continente em que os clientes da banca preferem os canais digitais aos canais físicos. De acordo com o estudo, 45% dos clientes bancários angolanos prefere a banca digital, acedida através do telemóvel ou do computador. É na Nigéria que a percentagem dos que dizem preferir os canais digitais atinge a maior expressão, seguindo-se a África do Sul e Angola. Segundo o relatório da McKinsey 40% dos africanos preferem usar canais digitais para transacções, sensivelmente a mesma percentagem dos que preferem recorrer às agências.

Os mercados bancários africanos estão, refere o relatório, entre os mais interessantes do mundo, apresentando-se o mercado bancário do continente como o segundo com maior crescimento e o segundo mais rentável a nível mundial, sendo considerado um 'viveiro de inovação'. Actualmente, quase 300 milhões de africanos encontram-se bancarizados, um número que poderá aumentar para 450 milhões em cinco anos. O relatório segmenta o mercado africano em quatro tipologias - desde mercados avançados como a África do Sul e o Egipto, a mercados em transição e rápido crescimento, como o Quénia, o Gana e a Costa do Marfim, a gigantes adormecidos como a Argélia, a Nigéria e Angola, e a mercados bancários emergentes, como a República Democrática do Congo e a Etiópia.

O relatório revela ainda não existir 'trade-off' (permuta) entre crescimento e rentabilidade, já que os bancos que mais crescem são igualmente os mais rentáveis.

Estes 'vencedores' definem-se por empregar uma ou mais de cinco práticas ganhadoras: acertar na localização geográfica e na segmentação adequada,

melhorar a eficiência, apostar na digitalização e inovar no risco.

A geografia prefigura-se como um factor importante no negócio, com cerca de 65% da rentabilidadedos bancos africanos (medida pelo ROE, ou seja, rentabilidade dos capitais próprios) e de 94% do crescimento das suas receitas a ser atribuída à localização geográfica. O relatório destaca que se assiste a um rebalanceamento da receita a nível do continente para o norte, este e oeste de África, com possível perda de relevância relativa da África do Sul.

Os segmentos que mais crescem

O relatório aponta igualmente que 70% do crescimento das receitas agregadas irá ocorrer nos segmentos intermédios, definidos como rendimentos entre os USD 6.000 e os USD 36.000 de rendimento anual. O mercado 'de massas' - indivíduos que recebem menos de USD 6.000 por ano - representa 13% do crescimento, mas é o segmento com maior aceleração. O inquérito conduzido junto de cerca de 2.500 clientes bancários em 6 países africanos apurou que 25% destes escolhem o preço como o factor mais importante na escolha do seu banco. Igualmente importante é a conveniência, também referida por 25% dos clientes. O serviço é o terceiro factor mais relevante, sendo seleccionado por 12% dos clientes. O estudo aponta ainda grandes oportunidades de 'cross selling' (venda cruzada) - enquanto 95% dos africanos possuem produtos de pagamentos, menos de 20% têm produtos de crédito, de seguros, de investimento ou depósitos.

Banca mais simples e mais eficiente

África possui o segundo rácio mais elevado de custos sobre activos quando comparado com as demais regiões, o qual se situa em 3,6% e apresenta uma trajectória negativa. Somente as margens significativas têm protegido os bancos africanos de uma que da no rácio que confronta os custos com as receitas, provavelmente o mais utilizado como indicador de eficiência. No entanto, é possível obter ganhos rápidos neste domínio, sendo destacados no relatório oito bancos africanos que melhoraram a sua eficiência nos últimos cinco anos, mediante uma combinação de três alavancas: digitalização 'ponta a ponta', melhorias na produtividade das vendas em resultado da utilização de abordagens analíticas avançadas e optimização do 'middle-office'.

O estudo aprofunda quatro temas da inovação emergente em África: transformações digitais de ponta a ponta (o Equity Bank é dado como exemplo), parcerias com empresas de telecomunicações (CBA no Quénia ou Diamond Bank na Nigéria, são exemplos referidos), construção de um banco digital (é citado o caso do ALAT na Nigéria), e construção de um ecossistema (domínio em que é referido o Alipay na China).

Inovar no risco

A banca africana mantém o segundo custo decorrente do risco mais elevado do mundo. A fraca disponibilidade de dados representa uma boa parte do problema, já que os departamentos de crédito cobrem somente 11% dos africanos, comparativamente a mais de 90% da população em mercados avançados. No entanto, assiste-se a significativas inovações, como é o caso das parcerias de bancos com empresas de tecnologia, como a Jumo, das parcerias de bancos com empresas de telecomunicações para emitir pequenos empréstimos móveis e ainda da utilização do crédito consignado.

2.3 Unaca defende reestruturação do crédito agrícola de campanha

Jornal O PAÍS
15 De Março de 2018
Texto: Borges Figueira

O crédito de campanha agrícola deve ser reestruturado e forma a beneficiar directamente o próprio camponês, defendeu nesta Segunda-feira, em Luanda, o presidente da Confederação das Associações e Cooperativas Agropecuária (Unaca) Albano Lussati. "O crédito de campanha deve ser reestruturado para que o mesmo beneficie directamente os próprios camponeses. Por outro lado, o crédito deve merecer, igualmente, um acompanhamento", considerou, acrescentando que os operadores agrícolas precisam de avançar com projectos estudados localmente, pois existem projectos elaborados nas estruturas superiores do Estado e quando chega à base não têm credibilidade.

O responsável que falava ao Jornal O PAÍS, fez saber que a diversificação da economia não pode ficar apenas pelo papel, deve ser materializada e, para o efeito, é necessário que os bancos comerciais façam uma abertura do crédito, bem como criar condições para o acompanhamento de toda a extensão rural. Por outro lado, Albano Lussati afirmou que os técnicos agrónomos devem abandonar os gabinetes para estar junto dos camponeses nos campos de cultivos, para que haja acompanhamento dos meios adquiridos, nomeadamente, adubos, sementes e equipamentos técnicos como tractores, charruas, entre outros meios.

"Até hoje ainda não recebemos nenhum relatório de uma cooperativa ou associação de camponeses que beneficiou de um crédito bancário. O crédito de que tanto se fala é de alguns bancos que vão junto de pequenos projectos. Hoje, os camponeses já têm uma visão diferente e USD 100 é insuficiente para dar resposta aos problemas", afirmou.

Referiu ainda que os camponeses já conseguem explorar cinco ou mais de 10 hectares de campos de cultivos e existem cooperativas com mais de 150 hectares. Por isso, acredita que o crédito de campanha deve ser reestruturado, no sentido de beneficiar directamente o próprio camponês.

"Muitos beneficiaram destes pacotes de crédito, designadamente, o microcrédito, crédito de campanha e Angola/Investe. No entanto, o que se passa é que as cooperativas também concorreram e muita delas não receberam, mas aqueles que se identificaram com projectos agrícolas, muito deles, que nem sequer tinham terra própria para trabalhar, foram beneficiados'" desabafou.

Albano Lussati afirmou ainda que, actualmente, para se obter um crédito junto das instituições bancárias o processo é muito burocrático e, muitas vezes, os camponeses chegam mesmo a não receber o pretendido crédito.

Confederação das Associações e Cooperativas Agropecuária (Unaca) controla actualmente ao nível nacional cerca de mil e 50 associados, 2.900 cooperativas, e 8 mil associações de camponeses.

2.4 Banco faz desembolsos para o Angola Investe

Jornal de Angola
18 De Março de 2018
Texto: Arão Martins

O presidente da Comissão Executiva do Banco Millennium Atlântico (BMA), Daniel Carvalho dos Santos, anunciou na sexta-feira, no Lubango, desembolsos de 11 por cento do crédito solicitado ao abrigo do Angola Investe, um programa de financiamento de iniciativa institucional.

Daniel Carvalho dos Santos prestou a informação no final de um encontro com o Governo Provincial da Huíla, onde deu a conhecer as actividades desenvolvidas pelo banco na província e declarou que outros créditos, fora do âmbito do Angola Investe, também foram desembolsados.

Indagado acerca da relevância dos desembolsos de apenas 11 por cento do financiamento solicitado, o presidente da Comissão Executiva do BMA lembrou que se estava à referir à província da Huíla, que tem cerca de dez por cento da população de Angola e de seis por cento do território nacional.

"Em termos relativos, 11 por cento é acima daquilo que seria a quota natural da província para o crédito. Tem um impacto muito expressivo. Estamos comprometidos com o processo de diversificação económica do país, uma prioridade do Executivo", afirmou.

Em todo o caso, prosseguiu, a administração do BMA visitou a Huíla, na quinta e sexta-feira, para averiguar as necessidades adicionais dos clientes e encontrar uma forma de actuação para servir melhor, no interesse dos projectos das autoridades locais.

Daniel dos Santos declarou que o banco "tem um enorme compromisso" com a economia nacional e acredita que os empresários e autoridades da Huíla possam desenvolver projectos com o concurso do programa Angola Investe e de outros mecanismos.

"Temos a convicção de que, com um conjunto de projectos bem estruturados, o banco pode dar o seu contributo", disse. O banqueiro disse estar convencido que" o futuro vai nos permitir fazer desembolsos relevantes e dar um contributo valioso à região e aos empresários".

No contacto com as autoridades locais, adiantou, foi constatada a existência de um conjunto de projectos bem estruturados de empresas de dimensão nacional sedeadas na Huíla. "Estamos convictos de que vamos poder, junto destes parceiros e clientes, dar o contributo para a economia", disse.

O BMA decidiu inserir um valor no seu plano global para financiar tais projectos, anunciou o presidente da Comissão Executiva, prevendo "um trabalho muito próximo junto das autoridades na componente da infra-estrutura básica e da energia", para implantar "uma indústria com eficiência e capaz de competir com outras, de outras regiões".

"Há uma componente turística muito importante e uma indústria diversificada que passa pelas rochas ornamentais e não só, para fazer face aos desafios do futuro", ao que se junta o conhecimento aferido pelo conjunto de universidades com grande adesão popular e a componente agrícola e agro-pecuária que pode ser desenvolvida na região, apontou o responsável.

2.5 96 Mil firmas falidas em Angola

Jornal Economia e Finanças
16 De Março de 2018

O sector do comércio, prestação de serviços e construção civil lideram o número de de empresas falidas em Angola. Das 152.359 empresas, apenas 46.096 estão em actividade, o que equivalente a 32 por cento do total do tecido empresarial. Ou seja, existem 96 mil empresas no país que não existem fisicamente, tendo Luanda como a cidade com maior actividade empresarial. Segundo dados indicativos do Instituto Nacional de Estatística (INE), além do ramo do comércio a grosso e a retalho, faliram firmas do ramo de reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico, em cerca de 45 mil, seguidas das de actividades imobiliárias, aluguer e serviços prestados, com mais de 15 mil.

Apesar de aquipa do INE estar ainda a trabalhar na preparação do "anuário das estatísticas empresariais de 2017", que será divulgado em Junho de 2018, Angola tem 104.088 empresas inexistentes com registo no GUE que não iniciaram a actividade.

Em 2015, 166 viram a actividade suspensa e 1.609 foram dissolvidas. Naquele ano, o país contava com 41.507 empresas em actividade de um universo de 139.980 empresas registadas. No final de 2016, as empresas fantasmas representavam 68 por cento do total.

Especialistas dizem que muitas das 106. 263 empresas que têm estado a falir não conseguem justificar o serviço que era suposto terem prestado às instituições do Estado.

Quanto à distribuição geográfica das empresas registadas até 2016, a maior parte (58 por cento), situa-se na província de Luanda.

A província de Benguela continua a ser a segunda com maior actividade empresarial com um total de 3.657 empresas activas, enquanto Cuanza Norte com apenas 416 surge em último na tabela.

A maior taxa de mortalidade de empresas constatou-se na província do Bengo, com 8,7 por cento em 2014, seguindo-se o Cuando Cubando com 6,3 em 2016.

A análise da mortalidade de empresas por actividade económica no período em referência demonstra que a taxa mais elevada ocorreu na indústria transformadora, com 4,4 por cento em 2016 e na agropecuária, produção florestal e silvicultura, com 4,1 em 2015. A menor taxa de mortalidade registou-se nas actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas, com 0,00 por cento.

Ficheiro estatístico

Os dados do registo das empresas publicados no período 2013-2016 constituem uma resposta à crescente procura por informações estatísticas oficiais sobre empresas em Angola, com base nos dados do Ficheiro de Unidades Estatísticas Empresariais (FUE) do INE.

O instituto nota que, com a realização do primeiro recenseamento de empresas e estabelecimentos (REMPE), em 2003, o FUE passou a ser dinâmico, mais coerente e actualizado de forma regular, recorrendo a fontes administrativas, inquéritos, jornais e relatórios sectoriais.

A publicação compreende dois capítulos, tendo como primeiro objectivo apresentar a caracterização do tecido empresarial, nomeadamente a distribuição de empresas por província, por classificação das actividades económicas, por natureza jurídica, por sectores institucionais segundo a situação na actividade, sendo activas ou inactivas, e por ano de início da actividade.

O segundo objectivo proporciona a informação agregada relativa à população de empresas implantadas em todo o território nacional, tendo em consideração os aspectos vinculados à dinâmica empresarial, com a aplicação das metodologias internacionais recomendadas.

2.6 Banco Postal entra no negócio de Microcrédito

Jornal O PAIS
29 De Março de 2018
Texto: Hélder Caculo

O Banco Postal vai lançar' dentro de dois meses, o seu primeiro produto de microcrédito, através da sua unidade de negócio denominada "Xikila Money". O produto será direcionado a um público diversificado, sobretudo aos pequenos empreendedores. A informação foi avançada por Dalmo Silva, director de Marketing do Xikila Money, em entrevista a OPAÍS.

" O banco tem uma unidade voltada para o crédito à economia que denominamos Comércio e Empresários, contudo, podemos avançar que teremos dentro de seis meses o nosso primeiro serviço de micro- crédito. Será um produto transversal à nossa base de clientes", disse.

O responsável esclareceu que os microcréditos serão direcionados para aquisição de determinados produtos e não serão propriamente em dinheiro.

"Vamos nos focar mais nos produtos e não dar dinheiro aos clientes como acontece "com o crédito pessoal. No Xikila Money os pro- dutos de microcrédito estarão voltados para aquisição de determinados produtos", frisou.

Por outro lado, Dalmo Silva revelou que, nos primeiros dois meses do presente ano económico, o Xikila Money recebeu depósitos de clientes avaliados em Kz 700 milhões.

"O Xikila Money é uma nova forma de fazer banca em Angola. Pretendemos levar um número considerável de cidadãos ao sistema bancário. A outra vantagem é que para abertura de conta no Xikila Money "basta ter um telemóvel e, no mínimo, Kz 100 ", disse.

Kz 700 milhões em depósitos

Entre Janeiro e Fevereiro, o Xikila Money obteve Kz 700 milhões em depósitos e, no último mês de Fevereiro, realizou um total de 150 mil transações, desde depósitos, levantamentos e outros serviços.

As operações bancárias no Xikila Money, como transferências, pagamentos e consultas são feitas através de um canal de SMS via telemóvel.

"Acreditamos que o facto de termos uma abordagem muito simples e próxima das pessoas tem contribuído para o sucesso da ope- ração Xikila Money", disse.

O banco já definiu os principais desafios para o presente ano: lançar o produto de microcrédito, consolidar a carteira de clientes e expandir os seus serviços em Luanda e algumas províncias do país.

Actualmente, o Xikila Money conta com quatro agências, três em Luanda e uma no Huambo, e 156 quiosques, prevendo chegar aos 200 até ao final de Junho. O Banco Postal conta já com mais de 560 colaboradores, dos quais cerca de 270 estão afectos à Unidade de Negócio "Xikila Money".

2.7 Lucros Dos Bancos Disparam 17% Para 256 Mil Milhões Kz E Crédito Aumenta 15% Em 2017

Jornal EXPANSÃO
29 De Março de 2018
Texto: Maurício Vieira Dias

A soma dos lucros dos 20 bancos comerciais que disponibilizaram as demonstrações financeiras do quarto trimestre de 2017 atingiu os 256 mil milhões Kz, representando um crescimento de 16,8% em relação ao mesmo período de 2016, quando estas instituições bancárias obtiveram resultados líquidos de 219 mil milhões Kz. Os dados constam dos balancetes do IV trimestre de 2017.

O Banco de Fomento Angola (BFA), o Banco Angolano de Investimento (BAI) e o Banco Internacional de Crédito (BIC) são os campeões dos lucros pois, juntos, obtiveram resultados líquidos de 157,1 mil milhões Kz em 2017, correspondente a 62% ao valor total dos bancos. Face a 2016, há um aumento de 9% nos lucros destes três bancos, que corresponderam a 145,1 mil milhões Kz.

O BFA lucrou, em todo ano passado, 69,1 mil milhões Kz, um crescimento de 12% em relação a 2017, tendo sido o banco com maior desempenho em 2017. Já o BAI, que viu os seus resultados líquidos aumentarem 10%, saindo de 49,7 mil milhões Kz para os actuais 54,7 mil milhões Kz, ficou na segunda posição. O BIC fecha o pódio com lucros de 34,2 mil milhões Kz, um crescimento de 2% face aos 33,6 mil milhões de 2016.

O Banco Millennium Atlântico (BMA) viu, no entanto, os seus lucros recuarem 4,3% no ano passado, tendo obtido lucros de 23,8 mil milhões Kz, contra os 24,8 mil milhões Kz de há dois anos. O BMA foi o quarto maior banco em lucros do sistema financeiro em 2017. O top cinco fica completo com os resultados do Standard Bank Angola (SBA), operador que no exercício económico de 2017 registou resultados líquidos avaliados em 17, 1 mil milhões Kz, um crescimento de 116% face os 7,9 mil milhões Kz referentes a 2016.

Em Fevereiro, o Expansão divulgou um trabalho sobre o resultado líquido de 21 bancos que disponibilizaram os balancetes do terceiro trimestre de 2017, dando conta que as instituições registaram lucros avaliados em 217 mil milhões Kz, um crescimento de 36,2% face aos 159,4 mil milhões Kz registados no mesmo período de 2016 pelos mesmos bancos. Nota-se, porém, que no quarto trimestre de 2017 houve uma desaceleração significativa no aumento dos lucros dos três principais bancos privados do sistema financeiro.

Menos lucros para BAI, BFA e BIC no quarto trimestre

A situação é explicada pelo facto de no último trimestre do ano passado o BFA, o BAI e o BIC, registarem uma queda significativa nos seus lucros comparativamente aos períodos anteriores. No caso do BFA, por exemplo, houve do segundo trimestre de 2017 para o terceiro do mesmo ano um aumento de 60%, saindo de 41,3 mil milhões Kz para os 65,9 mil milhões, enquanto do terceiro trimestre para o quarto a margem de crescimento foi de apenas 5%, assinalam os balancetes consultados pelo Expansão.

De acordo com um bancário sénior que pediu anonimato, a questão é também explicada pelo facto de no terceiro trimestre de 2017, período eleitoral, ter-se registado muitas operações os referidos bancos em função do próprio contexto. Ao passo que rio período pós-eleitoral as instituições terem registado menores operações.

Especialistas consultados pelo Expansão explicam que o êxito dos bancos em 2017 está relacionado com o facto de as instituições do sector virarem as suas baterias para o serviço da dívida governamental, tendo em conta que oferece menos riscos e as taxas de juro são altas, com a vantagem adicional de pagarem somente entre 5% e 10% de impostos. O facto de os bancos terem aderido fortemente ao negócio da venda de divisas aos clientes também explica, segundo os especialistas, a subida dos lucros dos bancos quando o País tem estado em crise.

Segundo a economista Judite Correia, num cenário em que o crédito malparado na banca é muito elevado, e aliado ao facto de a crise ter diminuindo a actividade económica privada, o contexto não é favorável para os bancos emprestarem dinheiro aos privados.

"Os títulos da dívida pública, nomeadamente as Obrigações do Tesouro (OT), além de juros, têm também correcção cambial. Ou seja, o acto de resgate de capital é feito com a cotação do câmbio actual, independentemente da cotação a que tenha sido comprada, o que é excelente para os bancos", disse Judite Correia.

Crédito cresceu 15%

Os 20 bancos que disponibilizaram as demonstrações financeiras do quarto trimestre do ano passado concederam crédito no valor de 2,6 biliões Kz, corresponde a um aumento de 15% se comparado aos 2,3 biliões Kz cedidos em crédito em 2016, indicam os dados compilados pelo Expansão. O BAI foi, segundo os cálculos, o campeão da concessão de crédito, com um total de crédito de 919,3 mil milhões Kz, representando 35% do valor total, destronando o Banco Millennium Atlântico que em 2016 foi o que contabilizou maior volume de crédito, correspondente a 19,5% do total cedido.

2.8 Falta de contabilidade trava crédito às micro empresas

Jornal Economia e Finanças
30 De Março de 2018
Texto: Regina Handa

O acesso ao financiamento de kz 5.000.000 (cinco milhões de kwanzas) reservado a 500 Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), pelo Banco Angolano de Investimentos (BAI), está uma autêntica "dor de cabeça" para os interessados, tudo porque a exigência primária é a apresentação de uma contabilidade organizada.

Ao que apurou o JE, até ao momento nem ainda uma centena (100) de empresas, do total de 500 que o banco quer financiar, já reuniu condições conforme regulamento do crédito.

Sabe-se no entanto que os 2,5 mil milhões de kwanzas com que se pretende financiar as empresas angolanas resultam de um acordo entre o BAI e o BAD (Banco Africano de Desenvolvimento), tendo este último desembolsado 100 milhões de dólares ao homónimo angolano.

Facilitar comércio externo Numa primeira intenção, o objectivo do BAD junto de BAI era o de garantir financiamento em divisas para que as empresas angolanas possam manter a sua ligação ao exterior, onde além de comprar insumos e outras maquinarias necessárias pudessem também criar pontes para futuras vendas de bens produzidos localmente.

Para tal, "o BAD aprovou uma linha de financiamento de 100 milhões de dólares a favor do BAI, destinada a apoiar o comércio internacional de 500 Pequenas e Médias Empresas (PME) em

Angola", conforme se lê numa nota divulgada pelo banco continental.

Atendendo aos processos de organização que os bancos angolanos têm vindo a efectuar, numa resposta já também ao compliance e às normas internacionais, os gestores do BAI colocaram entre os requisitos para o acesso ao financiamento a demonstração do balanço financeiro auditado dos dois últimos exercícios da empresa candidata.

Nesse quesito, as intenções das empresas esbarram-se, pois a organização contabilística é assumida como sendo a maior fragilidade das empresas, ainda mais as que actuam no segmento das pequenas e médias empresas.

Ainda assim, um gestor de cliente, numa das agências contactado sobre o assunto e que aceitou falar sob anonimato à nossa equipa, disse ser um processo com alguma morosidade mais da parte do cliente/empresa interessado do que do banco.

Assegurou que aquelas empresas que facilmente reúnem os requisitos conforme exigência do banco num prazo de até 30 dias recebem o financiamento, com carência de 12 meses (1 ano) e prazo de reembolso nos 36 meses (3 anos) posteriores.

O BAI, de acordo com o gestor, pode aceitar a renegociação dos prazos de reembolso em função da especificação do projecto financiado e das condições que possam alterar as já previamente definidas.

Um dado avançado pelo bancário é o de que a instituição credora, no caso o BAI, assume a tarefa de monitorar a utilização dos valores financiados e que em caso de o beneficiário em 12 meses não movimentar os valores disponíveis na sua conta/empresa poder vir a ser cativado o mesmo, seguindo-se urna eventual anulação do contrato de mútuo.

Contabilistas são escassos

Numa recente entrevista ao Jornal de Economia & Finanças, na Huíla, o vice-presidente da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA), Tomás Faria, reconheceu serem poucos os técnicos certificados pelo país, sendo estratégia do pelouro o reconhecimento e cedência de carteiras aos profissionais que exerçam e tenham também frequentado os cursos de actualização realizados pela Ordem.

Na ocasião, Tomás Faria adiantou que o rácio entre contabilistas disponíveis e o número de empresas existentes em Angola é ainda muito baixo, aquém das necessidades do mercado, pois que a Ordem controla, neste momento, perto de cinco mil membros para atender o universo de cerca de 100 mil empresas.

"Os contabilistas existentes no país ainda não correspondem às exigências e à demanda da economia angolana, cuja avalanche de empresas, de acordo com cálculos do banco mundial, ronda às centenas de milhares", argumentou.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Bens de sola e cabedal são reparados em ruas de Luanda

Jornal de Angola
5 De Março de 2018
Texto: Helma Reis

Face à situação económica e financeira que se vive, muitos antigos e já esquecidos ofícios voltam a ganhar espaço em várias esquinas de Luanda, principalmente na Baixa. O conserto de sapatos é um deles. A profissão de sapateiro, que é muito antiga, voltou a ser a opção de quem a vê como ganha-pão.

O mais velho João da Silva, 53 anos, exerce a profissão desde a infância e afirma que, com este ofício, conseguiu formar três dos seus quatro filhos. Na sua oficina, de cerca de dois metros quadrados, situada no Prenda, distrito da Maianga, ele ganha a vida a consertar sapatos. Passa parte do dia "cercado" por uma pilha de sapatos. Às vezes, são tantos, que a pergunta da maioria dos clientes é: será que ele reconhece os verdadeiros donos? Numa outra perspectiva, este número é um sinal de clientela considerável.

Antes, explica o sapateiro, já havia tentado outras profissões, mas não deu certo, porque o amor à arte falou mais alto. Desde que aprendeu o ofício, há mais de 30 anos, tio João, como é carinhosamente chamado, mantém-se fiel. É um profissional à moda antiga.

"Reparo mais de dez pares de calçados por dia. Claro que também existem dias ruins" esclarece. Além do dinheiro que aufere, ainda tem a recompensa da amizade e o carinho de muitas pessoas que confiam no seu trabalho. O material usado é todo adquirido nos mercados e lojas da cidade. São basicamente solas, couro, laminas, linhas, cola e outros, que o ajudam a reparar e, às vezes, a dar uma nova forma estética aos sapatos ou outro acessório.

Actualmente, conta, a maioria dos clientes o procura para trocar ou costurar solas. Quando questionado sobre o número de clientes, disse não ter ideia de quantos sapatos, ténis e sandálias conserta por ano.

"Sempre trabalhei como sapateiro. Aprendi a profissão quando era criança. Na altura, era apenas ajudante dos mais velhos que conheciam melhor a arte. Com o tempo, fui aperfeiçoando. Hoje, já consigo fazer de tudo... ", gaba-se.

Tio João considera que a globalização gerou inúmeras transformações na sociedade, sobretudo em relação aos produtos mais sofisticados, assim como trouxe novas tecnologias ao mercado. Mas resiste e prefere trabalhar com meios rudimentares. Estes ainda garantem o seu ganha-pão.

FIDELIDADE

O trabalho de sapateiro é reconhecido por muitas pessoas. Umas devido à crise, outras, por estimar um determinado par de sapato. A procura pelos serviços de João da Silva comprova isto mesmo.

Cláudio Morais é um destes clientes. Para ele, apenas João da Silva pode mexer nos seus sapatos. "Confio na qualidade do seu trabalho. Tenho provas disso. Além disso, é mais célere do que muitos destes jovens sapateiros", justifica.

Ele defendeu a necessidade da valorização do sapateiro. "É importante que se valorize mais essa profissão, que já ajudou muitos a sustentar as suas famílias. Remendar os sapatos foi realidade nos anos passados, quando o poder de compra das pessoas era reduzido. Hoje, a realidade voltou a ser a mesma, devido à crise", destaca Cláudio Morais.

Embora as críticas contra os jovens sapateiros sejam inúmeras, João da Silva acredita que eles são fundamentais para o renascimento desta profissão e mostra sinais de optimismo com este ressurgimento.

António Paulo é sapateiro há mais de sete anos. Apesar de ainda se considerar um iniciante, o jovem, de 28 anos, diz que o trabalho já teve dias melhores, devido à diversidade de calçado e os preços acessíveis cobrados pelos sapateiros.

"O único contratempo é que o preço dos sapatos também varia e baixou muito, ao ponto das pessoas preferirem comprar um novo, ao invés de remendar, constata. O orgulho e o amor de António Paulo pela profissão são os motivos que o fazem resistir, mesmo com a crise.

"Quando prestámos um bom serviço e o cliente fica satisfeito, ao ponto de voltar, sentimos que vale a pena", destaca.

Entre a clientela de António Paulo, destacam-se as mulheres. "Mas os homens também vêm, geralmente, para arranjar aquele sapato que mais gosta. As mulheres são mais os saltos", disse.

QUANTO CUSTA

Os preços dos consertos dos sapatos acompanham a crise económica. Hoje, o serviço de colar um sapato custa de dois a cinco mil Kwanzas. O mesmo preço é cobrado para colar saltos alto. Para cozer ou refazer a costura de um sapato, o valor oscila entre os 10 e os 15 mil Kwanzas. Outros arranjos dependem da complexidade do serviço e do tamanho do calçado.

A aplicação de novas solas é outro serviço muito procurado e um pouco mais caro. Há quem prefira de borracha ou de sola seca. O cliente pode fazer o seu pagamento de forma parcelada. A primeira parcela é paga no acto de entrega da obra. No final do serviço, paga-se a outra prestação. Os sapateiros adoptaram por esta medida para tranquilizar o cliente.

VANTAGENS

As vantagens destes pequenos trabalhos recaem mais para as famílias, embora pequenas profissões não acrescentem nada no valor do PIB, de acordo com o economista Carlos Gomes.

"Desta forma, é sempre mais um jovem que ganha o seu primeiro emprego e que, com certeza, vai, amanhã, dar oportunidade aos demais", explicou.

Para Carlos Gomes, é também uma forma de ocupar os jovens com os pequenos ofícios, para a sua melhor integração na sociedade.

"É importante que estes jovens saibam usar o dinheiro que ganham para que os seus investimentos não desapareçam", sublinhou.

3.2 Desvio de material escolar sem fim à vista em Luanda

Jornal de Angola
5 De Março de 2018
Texto: Carla Bumba

Paragem de táxis do São Paulo 10 horas da manhã. Um aglomerado de homens e mulheres agita-se ante a chegada de uma viatura da marca Toyota, modelo Hiace, vulgo Quadradinho". A curiosidade dos transeuntes aumenta com a gritaria que se ouve. "Negócio barato", gritava uma mulher, que quase não conseguia explicar de que negócio se tratava. "São materiais escolares", confirmou uma outra senhora, depois de conseguir adquirir duas caixas para comercializar.

Do carro, saem caixas de livros de Língua Portuguesa, Matemática, Estudo do Meio, Educação Musical, Educação física, Educação Manual e Plásticas do I Ciclo do Ensino Primário e batas escolares. Havia também manuais do Ensino Secundário.

Distribuídos gratuitamente pelo Ministério da Educação, a várias escolas, através do Departamento Provincial de Educação, os manuais escolares acabam por serem desviados e colocados no mercado informal. A actividade é ilícita e cresce todos os dias, sem um fim à vista.

Com o início do Ano Lectiv0-2018, tudo parece muito difícil para os encarregados de educação, principalmente, do 10 Ciclo, que são obrigados a comprar os materiais - apesar de gratuitos - pelo facto de muitas escolas não disporem dos mesmos.

O Luanda, Jornal Metropolitano, andou em várias artérias da cidade, principalmente, em mercados, onde as "famosas" zungueiras comercializam esses materiais escolares, muitos dos quais tinham como destino as províncias de Malange, Benguela e Huambo.

Os "esquemas" são feitos nos mercados dos Congolenses e Kikolo, por fornecedores considerados "habituais", ligados à Educação. São manuais escolares que seriam distribuídos de forma gratuita nas classes do I Ciclo, da 1ª à 6ª classe. Com muitos vendedores ainda encontramos caixas com etiquetas. Estas são prontamente retiradas, para não levantar suspeitas.

PREÇOS ALTOS

As vendedoras do mercado informal adquirem os materiais escolares da 1ª classe ao preço de 550 kwanzas cada, a partir dos seus fornecedores, e revendem-nos a preços que variam entre os' 1.800 a 2.500 kwanzas.

Esses preços são ligeiramente mais altos do que os praticados nas livrarias de Luanda. Na livraria Chá de Caxinde, por exemplo, os manuais do 10 Ciclo do Ensino Primário são todos vendidos ao preço de 800 kwanzas. Os livros de Matemática e Inglês da 10" classe são comercializados no valor de 2.240 e 2.280 kwanzas, respectivamente.

Já o manual de Inglês I, da 11ª classe, custa 2.040. Os livros de Matemática e Inglês II, da 12" classe, são comercializados ao preço de 4.380 e 2.880 kwanzas respectivamente. Bernarda Manuel, que há mais de cinco anos dedica-se à venda de materiais escolares, no mercado do São Paulo, confessa ter recebido do seu fornecedor manuais que tinham como destino as províncias de Malange, Benguela e Huambo. Apesar de beneficiar do negócio, Bernarda reconhece que

esse" é um círculo vicioso", que é necessário combater.

A paragem de táxis do São Paulo é um dos principais locais de venda de manuais escolares. Por isso, Bernarda Manuel escolheu-a para comercializar os livros, numa altura em que aumenta a procura, com o início do ano lectivo.

Os pais e encarregados de educação com filhos a estudar em colégios privados são os seus maiores clientes. Afinal, estas instituições do ensino privado exigem aos alunos a apresentação de todo material, para terem um bom aproveitamento no final do ano lectivo.

"Muitos pais, principalmente com capacidade financeira, preferem ter os filhos em escolas privadas. O sistema de ensino público continua com muitas lacunas e, por isso, optam pelo ensino particular, por ter mais credibilidade", considera Bernarda Manuel.

Há sete anos a vender livros e cadernos no São Paulo, joana João aproveita para chamar a atenção dos pais que ali passam. Ela explica que os livros da 1ª à 4ª classe são os mais procurados. A vendedora disse que os preços dos manuais variam bastante, de acordo com a zona. No centro da cidade, os livros são comercializados a um custo mais elevado, comparativamente, aos preços praticados na periferia. "O livro da iniciação, no São Paulo, está a ser vendido a 1.800 kwanzas. Na Mutamba, custa 2.000 kwanzas", exemplificou, acrescentando que o valor máximo de um manual pode chegar a 2.500 kwanzas.

3.3 Poucos cumprem, quase todos ignoram

Jornal de Angola
5 De Março de 2018
Texto: Arcângela Rodrigues

Na Rua da Alfândega, defronte a uma esquadra da Polícia Nacional, foi colocado um enorme gerador no passeio, que obstrui a circulação de peões. Estes são obrigados a andar nas faixas de rodagem, colocando em perigo a vida. Dar de caras com esse tipo de cenários tornou-se tão comum em Luanda, que, de tão caricatos, são vistos com normalidade. Esse tipo de comportamento é punido pela Lei n012/ll, Lei das Transgressões Administrativas. Porém, a norma é ignorada tanto pelo cidadão, quanto por quem devia fazê-la cumprir.

Apesar de existir a referida lei, o cenário acima descrito repete-se um pouco por toda a cidade de Luanda e quase ninguém se move para acabar com a desordem.

O Luanda, Jornal Metropolitano, percorreu ruas e bairros da capital e constatou que a transgressão administrativa é um mal que a assola.

No bairro Operário, onde a falta de água e os cortes de energia eléctrica são uma constante, moradores ocuparam as ruas com geradores, tanques ou reservatórios de água. O mesmo cenário vive-se na Rua Doutor Américo Boavida, Distrito Urbano da Ingombota, onde parte do passeio e parede de dois edifícios foram, igualmente, ocupados com geradores e reservatórios de água. Ainda no mesmo distrito, no espaço comum do prédio número 42, foram colocados geradores, tanques e reservatórios de água de forma desordenada. Alguns dos geradores foram instalados junto às paredes do edifício e de vivendas.

No mesmo prédio, foram colocados dois "hipopótamos" (bidon) grandes, por cima de um tecto. O espaço onde estão arrumados dava visibilidade a partir de um dos apartamentos, no segundo andar.

Os moradores explicaram que a montagem de alguns geradores e tanques de água tem causado muitos constrangimentos, principalmente nessa época de chuva. Obstrui a passagem da água para os esgotos, acabando por invadir os estabelecimentos comerciais e a cave do prédio.

"Os reservatórios de água colocados no tecto junto às paredes das vivendas têm causado infiltração. Os geradores, quando ligados, ninguém consegue ficar em casa, porque sentimos as paredes a tripidar", contou um morador.

A situação já é do domínio do Serviço de Fiscalização de Luanda, que até agora nada fez para resolver o problema. Desesperados, os moradores solicitam a intervenção do governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho. No interior do antigo prédio do Hotel Catequeiro, no Largo Serpa Pinto, instalou-se um mercado, onde se vende de tudo um pouco: churrasco, pincho, magoga, cerveja, gasosa, entre outros. Na zona da Mutamba, junto à paragem de táxi para os Congolenses, todos os dias, no final da tarde, os peões têm dificuldades em circular, pelo facto do passeio ter sido transformado em local de comércio.

Defronte ao hotel Epic Sana, o passeio também serve para a venda: todos os dias há senhoras a assar bombo com jinguba em fogareiros. À excepção do reboque de viaturas e "perseguição sem tréguas" aos vendedores ambulantes, não se conhece outra

punição aplicada à luz das transgressões administrativas.

3.4 Vendedores discordam da cobrança tributária

Jornal De Angola
8 De Março de 2018
Texto: Domingos Mucuta

A cobrança de impostos prevista no programa de conversão da economia informal em formal está a provocar mal-estar entre os vendedores do mercado do Mutundo, no Lubango, e a representação da Administração Geral Tributária (AGT) na Huíla, apurou o Jornal de Angola.

Em causa está a cobrança, pelos funcionários da S.ª Região Tributária de impostos sobre o Rendimento do Trabalho (IRT), de Selo, de Consumo, Predial Urbano (IPU) e outros, à luz daquele programa e da estratégia de alargamento da base tributária.

As cobranças já provocaram reclamações dos comerciantes dos contentores do mercado junto dos serviços da AGT, dando lugar a reuniões de concertação para ultrapassar o diferendo iniciado no ano passado, quando a administração fiscal iniciou campanhas de esclarecimento sobre o processo.

O vendedor Patrício Manuel, que falou em nome dos demais, disse que a insatisfação decorre do facto de não concordarem "com as modalidades, as taxas e a incidência dos impostos".

Patrício Manuel reclamou que, na cobrança do IRT, a tributação incide sobre as vendas brutas, ao invés de taxar os lucros resultantes da actividade comercial, com o que os comerciantes não estão de acordo, apesar de acatarem o princípio geral do pagamento de impostos.

"Tivemos um encontro com os responsáveis da AGT e expusemos as nossas preocupações", declarou, sublinhando que os vendedores não recusam pagar os impostos, "mas, tratando-se de uma actividade comercial informal, a AGT deve avaliar melhor os parâmetros da cobrança do IRT".

Os vendedores consideram os impostos muito altos e acham que a incidência das cobranças ameaça paralisar os negócios, ao contrário do director da 5ª Região Tributária, Garcia Afonso, que numa reunião realizada na segunda - feira, no mercado, afirmou que a cobrança em curso está inserida na legislação tributária, que define o que todos os contribuintes devem pagar ao Estado.

"Não há nenhuma ilegalidade. Os comerciantes, em função da sua classe e actividade, têm vários impostos a pagar, que são os impostos de Consumo, Industrial, sobre o Rendimento de Trabalho' de Selo e Predial Urbano. Este conjunto todo é que provocou confusão porque não estavam devidamente informados", explicou.

Afonso Garcia disse que ouviu as inquietações apresentadas e prometeu analisar as questões para apresentar soluções numa reunião a realizar em data a definir pelos comerciantes. "Não é possível fazer cobranças fora daquilo que está estipulado. As percentagens estão definidas e o sistema não aceita taxas fora dos parâmetros. Faltou informação e assumimos a responsabilidade de voltar a prestar os esclarecimentos e auxilio aos cidadãos, para reduzir o défice de conhecimento", acrescentou.

O mercado informal do Mutundo, criado em 2011 como consequência da sua transferência do bairro do Tchioco, acolhe perto de dois mil vendedores informais e é uma fonte de sobrevivência de muitas famílias. Nos últimos tempos, o mercado registou um aumento de vendedores grossistas, o que desencadeou o interesse e a acção da AGT.

Afonso Garcia revelou que o número de contribuintes registados pela Repartição Fiscal do Lubango aumentou em 17 mil nos últimos meses, como resultado das acções de sensibilização encetadas na 5ª Região Tributária. A AGT tem expectativas de alargar a base tributária, para elevar a colecta fiscal e reduzir o défice.

3.5 Garagens transformadas em casas comerciais

Jornal de Angola
10 De Março de 2018
Texto: Carlos Calongo

De um tempo a esta parte vinha ponderando sobre a oportunidade e mérito de uma abordagem reflexiva em torno de certas garagens que nos bairros Vila Alice, Maianga, Maculusso, Mártires, Cassenda, etc., foram transformadas em estabelecimentos comerciais como boutiques, mini mercados, barbearias, salões de beleza, etc.

Porém, a intenção que se concretiza por via deste texto tem fundamento numa cena que fui obrigado a assistir há dias, numa das ruas da Vila Alice, que por pouco não teve fim trágico, se calhar, como diz o outro, não estava para acontecer.

Valeu a pronta intervenção dos transeuntes que frustraram a intenção de um agente de segurança privada duma garagem transformada em estabelecimento comercial que, empunhando uma metralhadora do tipo "akâeme", pretendia tirar a vida de um jovem que, no seu direito de usar o passeio, para os devidos efeitos, afastou a cadeira que impedia a normal circulação.

Mais do que a ira por ver afastada a cadeira, (não era para tanto), o segurança julgou-se autorizado, por quem não se sabe, a usar a arma de guerra para o fim que, de certo, não lhe foi recomendado em nenhuma instância.

Por esta altura estará o jovem com a cabeça às voltas, imaginando que a sua peregrinação nesta terra pudesse terminar naquela manhã, não fosse a intervenção e solidariedade de alguns cidadãos, dos quais se destaca um homem trajado de jeans preta e camisa azul-bebé, que prontamente interveio, impedindo que o pior acontecesse.

Minutos depois veio a saber-se que o autor do golpe subtil que retirou o carregador da arma do agente de segurança privada é um sobrevivente da célebre brigada 47 das extintas FAPLA, cuja bravura dos integrantes foi determinante no desfecho da batalha do Cuito Cuanavale.

Bastante aplaudido pelos presentes, o "salvador", qual Silvester Stallone, em uma das suas muitas acções no mundo cinematográfico de Hollywood, ganhou a simpatia de todos que presenciaram a cena que, como atrás dito, não terminou em tragédia por conta da coragem do antigo combatente cujo destino era a caixa social das Forças Armadas Angolanas, saber do estado da sua reforma como antigo combatente, que faz anos continua em banho-maria... Ainda por cima!

Não dispondo de muito tempo para continuar a acompanhar o desenrolar da cena, até porque as responsabilidades laborais impunham o chamado ante o meu desejo, tratei de desenvencilhar-me do trânsito que naquela altura complicou-se no perímetro, facto que reforçou o desejo em reflectir sobre as transformações de várias garagens em estabelecimentos comerciais, e algumas das repercussões sociais advenientes do facto, claro, com carga negativa.

E a primeira conclusão a que cheguei é que, nos referidos bairros, para além de outros motivos, uma das causas de estrangulamento do trânsito advém da citada prática, porquanto as garagens deixaram de exercer a sua função de lugar próprio para se estacionar e guardar veículos.

O termo é oriundo do francês "garage" e geralmente está anexa a uma casa, apartamento ou a uma sala comercial e diferencia-se do estacionamento porque este é necessariamente pago.

Não exercendo o seu papel, a prática de transformação das garagens promove a exposição das viaturas aos amigos do alheio e outros tantos riscos advenientes, como o embate involuntário, entre outros.

Logo, julgo que quem de direito deve fazer alguma coisa para alterar o quadro.

A título de exemplo, o Governo Provincial de Luanda pode, no uso das suas competências, reorientar o trânsito nas citadas zonas, com acções como proibição de estacionamento nas ruas, nem que seja apenas durante o período normal de expediente, e por esta via, obrigar os que deram outra finalidade às garagens, sobretudo para fins comerciais, que repensem que, apesar de ser bom, o dinheiro não deve ser feito em prejuízo do bem comum que, para este caso, é a via pública.

Uma eventual medida na direcção apontada permitiria a fluidez do trânsito em muitas das ruas das zonas citadas, como escapatória das principais avenidas da urbe luandense que se tornam precárias em hora de ponta e não só.

Outras instituições, tais como o Ministério do Comércio, a Polícia Económica, só para citar estas, são chamadas a reavaliar o mérito e oportunidade do comércio realizado em garagens ora transformadas em estabelecimentos comerciais.

3.6 Zaire combate especulações de se obter qualquer sucesso

Jornal de Angola
21 De Março de 2018
Texto: João Mavinga

A comissão multissectorial (INADEC, SIC, e Inspecção do Comércio), à semelhança de Luanda, realiza desde Dezembro último acções pedagógicas e de correcção de preços nas superfícies comerciais.

Com as acções pedagógicas pretende-se inspecionar regularmente as actividades comerciais e de prestação de serviços, para que a população possa adquirir bens e serviços a um preço justo, o que não se verifica à risca, até hoje, na provinda do Zaire.

Duas grandes actividades de inspeção, para regularizar a tabela de preços nos mercados formal e informal, foram realizadas pela comissão

multissectorial no município de Mbanza Kongo. No acto de inspecção, a comissão constatou diversas infracções, como especulação de preços, adulteração de produtos, açambarcamento, défice na conservação dos produtos e alteração da data de expiração.

Ao que se sabe, nos dias de fiscalização a população nota ligeira redução de preços nos produtos, na ordem de menos 100 ou 500 kwanzas, situação que perdura pouco, pois, logo depois a tabela volta a "disparar". Nos armazéns do antigo Mercado Municipal de Mbanza Kongo, um recipiente com 20 litros de óleo alimentar que custava 7.100 kwanzas desceu para 6.800 kwanzas na tabela reajustada pela comissão multissectorial. O saco de arroz de 25 quilogramas baixou para 5.800 kwanzas, contra os anteriores seis mil, e a caixa de sabão azul em barra, que valia 12.100, ficou em 11 mil kwanzas.

Para a população local, a redução de preços imposto pela comissão multissectorial não colhe as suas reais aspirações, na medida em que a mercadoria atingiu uma subida de 100 por cento desde Dezembro último Tembo um dos comerciantes grossistas, justifica a alta de preços como os encargos de estiva e transporte de Luanda para Mbanza Kongo.

A subida drástica do preço os produtos da cesta básica, registada em Dezembro de 2017, despoletou uma onda e descontentamento entre a pulação, o que obrigou o Governo a criar de emergência comissão multissectorial, para regular os preços e moralizar o mercado.

INADEC agastado

O porta-voz do Instituto acional da Defesa do Consumidor (INADEC) em Mbanza Kongo, Alex Casimiro Domingos, sente-se agastado com a insistência de alguns comerciantes que desrespeitam a lei do lucro, relativamente à estrutura de cálculo de preços e de formação do lucro, que consiste na soma do valor de compra, dos encargos gerais de 14 por cento e a margem de lucro de 25 por cento.

Os produtos alimentícios comercializados na província do Zaire são adquiridos em Luanda e, por incrível que possa parecer, Zaire está desprovido de potenciais agentes importadores para garantirem o abastecimento de produtos aos retalhistas. Para já, os grossistas da região dependem única e simplesmente dos importadores da capital do país, que influenciam a tabela de preços praticados na província, disse:

O Governo do Zaire, segundo apurou a reportagem do Jornal de Angola, está a fazer uma sondagem junto dos empresários e outros interessados no negócio, para serem habilitados como importadores locais, socorrendo-se aos serviços do Porto de Águas Profundas da Base Logística do Kwanda, localizado no município petrolífero do Soyo, para as descargas dos artigos importados.

Numa ronda aos supermercados, o Jornal de Angola constatou que o Nosso Super é o único que pratica preços aceitáveis, por ser uma unidade importadora. Por exemplo, no Nosso Super a lata de leite em pó grande sai a3.390 kwanzas, quando nos demais estabelecimentos da cidade de Mbanza Kongo custa entre cinco e seis mil kwanzas.

Segundo argumentos, mal chega às prateleiras o óleo alimentar e a coxa de frango esgotam em pouco tempo, porque pessoas organizadas em grupos compram esses produtos em grande quantidade' para posterior revenda no mercado informal a preços exorbitantes.

Face a esse imbróglio na tarifa, a população diz esperar por uma maior actuação do INADEC e da Inspecção do Comércio, visando o combate à essa especulação de preços, sobretudo nos produtos da cesta básica. Josefina Manza, doméstica, descreveu o momento actual como sendo " o fim", porque " cada dia que passa os preços dos produtos essenciais sobem sem obediência as leis do país". Antigamente tudo era diferente porque com 50 mil kwanzas conseguíamos de tudo um pouco, desde os frescos até os produtos básicos da dieta alimentar" recordou:

Para Mangani Alice Manuel' vendedora de frescos no Mercado Municipal da Bela Vista, a situação dos preços praticados pelos agentes grossistas e proprietários de câmaras frigoríficas é péssima, uma vez que uma caixa de carapau custa agora 13.500 kwanzas, contra os 12 mil praticados em Dezembro.

A caixa de peixe sardinha, tida como "o alimento de pessoas de baixa renda", que antes valia 4.500 kwanzas, passou para 6.500. a inflação afectou agora qualquer cidadão e por força disso, Mangani Manuel vende três peixes carapau a mil kwanzas e três outros de sardinha a 300, contra os anteriores 200 kwanzas. "Afinal onde está a acção das autoridades económicas da província, quando se sabe que em Luanda grande parte dos estabelecimentos comerciais reduziu os preços" reagiu Mangani Manuel. Na luta pela sobrevivência, os mercadores inflacionam o preço, em troca de lucros fabulosos, pontualizou.

3.7 Mercado da Estalagem com apenas 20 vendedores

Jornal Novo Jornal
23 De Março de 2018

No mercado da Estalagem, inaugurado em 2012, no Km 9, em Viana, pouco se compra e vende, não por falta de condições no recinto, que até foram criadas, mas por falta de vendedores, que nunca ocuparam os mais de três mil espaços comerciais existentes. Entrar no mercado da Estalagem é desolado r. Por ali, os funcionários estão sentados à espera do nada. Com uma capacidade para receber 3.106 vendedores, hoje, apenas 20 pessoas vendem no recinto.

Joana Lucas, administradora, confessa ao Novo Jornal online que o empreendimento erguido em 2012 está as moscas.

"O mercado está absolutamente abandonado porque os vendedores preferem as ruas e não querem o mercado onde as condições de higiene estão cria-das", desabafa.

"É uma desgraça", diz Ana Pedra, vendedora desde 2012, juntando-se à conversa, e destacando que "o mercado possui lojas, armazéns, padarias, creche, um parque infantil, câmaras frigoríficas e outras condições que nenhum mercado de Luanda tem".

"A carência de vendedores tem complicado a nossa vida. É pena observar um mercado com uma capacidade de 3.106 pessoas, onde hoje apenas temos 20 vendedores", diz ainda a administradora do mercado, afirmando que o "recinto foi construído com o objectivo de colocar um ponto final na venda desordenada que se verifica no município de Viana.

A situação cansa a administradora do mercado. Ao cair da tarde, segundo ela, "pessoas estranhas aparecem nos aglomerados das vendedoras ao longo da estrada distribuindo fichas para que ninguém as incomode. "Não sabemos a proveniência dessas fichas. Mas já comunicámos à polícia para investigar a situação", concluiu a responsável.

3.8 Vendedores têm pouca noção da legislação

Jornal de Angola
24 De Março de 2018
Texto: Ana Paulo

A Direcção Nacional do Comércio Interno e Serviços Mercantis reconhece que o comércio informal continua a ser realizado por cidadãos de origem nacional e estrangeira em locais impróprios com divergente conhecimento técnico, profissional e legislativo.

"Os infractores continuam em grande número nas ruas, esquinas, defronte aos estabelecimentos comerciais, mercados paralelos, passadeiras, passeios e quintais de residências", referiu o director nacional do Comércio Interno e Serviços Mercantis, Estêvão Chaves.

Para colmatar esta situação' disse, o Executivo implementou um programa, para a regularização do comércio informal, que abrange todo o território nacional No que toca à legislação e com base naLein.ºOl107,de14deMaio, Lei das actividades Comerciais' as instituições envolvidas no programa vão diagnosticar e inserir no sistema formal todos os que praticam o comércio precário, os feirantes, os ambulantes e vendedores em bancadas dos diversos mercados.

Estêvão Chaves diz que "isto corresponde ao assentamento da população com espaços próprios para esta actividade, com vista a promover, facilitar e consolidar a formalização das micro actividades comerciais' criando-se, em alguns casos, cooperativas de comercialização que podem gerar novos empregos,- ou mesmo grupos solidários para acesso ao crédito e frequência de for- mação na gestão de pequenos negócios.

Nesse processo, os governos provinciais têm um papel preponderante, já que colaboram na coordenação e supervisão das actividades comerciais e de prestação de serviços mercantis.

No âmbito dessa colaboração, o Ministério do Comércio tem cumprido com as orientações do Executivo, no âmbito da definição de políticas para a implementação de estratégias de desenvolvimento do comércio e modernização da actividade comercial a nível nacional, além de se aprovar novos modelos de licenças, recolha, e outros de carácter mercantil.

"O trabalho é de longo prazo e as províncias têm a obrigação de acompanhar e orientar as actividades desenvolvidas em cada área, com a participação das administrações locais, que têm por incumbência localizar e indicar espaços para a implementação das infra-estruturas comerciais necessárias e, com isso, licenciar o negócio.

3.9 Populares continuam a recolher alimentos expirados na lixeira

Jornal Novo Jornal
29 De Março de 2018
Texto: Isabel João e Osmar Edgar

Nem mesmo a mudança de corpo de segurança trava os populares da zona que, desde Setembro do ano passado, fizeram da empresa de Recolha de Lixo (RECOLIX), em Luanda, a fonte de alimentação e de sustento para as suas famílias.

Carne seca, chouriço, mosquiteiro, chocolates, feijão, frango, azeite doce, salsichas, mortadela e presunto são alguns dos produtos recolhidos diariamente no aterro sanitário dos Mulenvos. Os destinos são os mercados do quilómetro 30, Asa Branca, kwanzas e Panguila, onde uma parte é comercializada e outra para alimentar as famílias dos populares.

No mês de Janeiro, a direcção da empresa Recolix e a Polícia Nacional ainda tentaram travar a "apetência" dos moradores, fazendo a troca do corpo de segurança, afectos ao Comando de Polícia de Protecção de Objectivos Estratégicos, que era acusado de facilitar a entrada no local dos residentes para recolha dos resíduos, porém, sem o êxito aparente.

Nesta semana, o Novo Jornal esteve no local onde apurou que a recolha de comida estragada continua a ser feita pelos moradores do bairro do Ngomguebo, no município de Cacuaco.

A equipa de reportagem deste semanário embrenhou-se mata adentro, com ajuda de três moradores da zona. Caminhou por 20 minutos e encontrou a entrada por onde passam os moradores. Uma boa parte da rede de cobertura encontrava-se já vandalizada.

Os companheiros da missão revelaram que a rede foi destruída no início do mês de Setembro de 2017, altura em que foram deitados centenas de mosquiteiros no local.

Ao longo do percurso, foi possível observar-se alguns produtos deteriorados como feijão, chocolates e pacotes de chouriço.

Anabela, de 39 anos, moradora da zona, afirmou que comercializa os produtos há mais de cinco meses. Contou que "antes de entrar no negócio andava de lixeira em lixeira, à procura de latas de gasosa nos contentores".

"A minha vida era difícil. Foi um amigo que me contou que fazia esse negócio, de recolha de comida expirada para vender nos mercados. Inicialmente, tinha medo de ser apanhada, mas agora não", confidenciou a mulher, revelando que com dinheiro arrecadado tem conseguido sustentar a si e a sua família.

"Até já consegui construir uma pequena casa e colocar os meus filhos na escola", pormenorizou.

Ajudados pela Polícia

Já Francisco, de 32 anos, morador de Viana, contou que está no "negócio" desde Novembro do ano passado. Revelou que numa única noite conseguiu sair do aterro sanitário com duas carrinhas carregadas de frango e carne, que foram comercializados no mercado do 30.

Relatou que tudo foi possível "graças à boa colaboração" que mantinha com os efectivos da polícia que asseguravam o local. "Mas, agora está difícil. Estes polícias estão um pouco mais duros. Contudo, conseguimos sempre alguma coisa", salientou, acrescentando que a carne estragada é vendida a 500 Kwanzas por pacote e revendidos pelas comerciantes ao preço de mil Kwanzas cada.

Outros cidadãos disseram, igualmente, que eram efectivos do corpo de guarda policial que comunicavam o momento do depósito dos alimentos deteriorados e facilitava à entrada dos mesmos no local.

"A recolha era feita antes das 6h00 ou depois das 20h00, e os valores são repartidos entre os polícias e nós", contaram, reconhecendo um maior aperto devido ao reforço policial.

3.10 500 Kwanzas por 1 Euro no informal

Jornal Economia e Finanças
30 De Março de 2018

O que é mais visível, nos dias de hoje, são elas/eles a venderem recargas telefónicas, tinteiros, resmas ou até mesmo bijuteria. Mas é pura "camuflagem". Algumas ainda resistem às restrições de acesso às divisas (sejam euro, dólares ou até mesmo rands) impostas pelo BNA. E contra os oficiais 264 kwanzas por cada 1 euro, na rua vende-se a nota a troco de 500 kwanzas. Assim 100 euros custam 50 mil kwanzas.

À medida que flutua o câmbio, elas também flutuam com as divisas, que, ainda que poucas, vendem de forma selectiva só a quem mostra realmente interesse e que no seu "raio X" instintivo aprove no teste de detecção de fiscais e agentes infiltrados.

O que é facto é que a procura por cambiais ainda persiste. Na baixa, bem defronte do "prédio velho" onde a Edições Novembro EP, faz mais de 40 anos, produz os títulos diários Jornal de Angola e dos Desportos; o semanário Economia & Finanças e os quinzenais Cultura e o Luanda Jornal Metropolitano, que foram surgindo ano após 'ano de forma sequencial e nessa ordem.

Mas conforme disse ao JE, Tia Engrácia, elas hoje também são pequenos bancos informais, porque dedicam-se à venda de dinheiro.

"Emprestamos dinheiro a muitos trabalhadores, que devolvem no final do mês após cair o salário. O juro que cobramos é de 50 por cento do valor. Uns pagam a tempo outros nos "aguentam" (risos), mas ainda assim é a forma de sobreviver que encontramos", disse.

Mas como conseguem os dólares ou euro nessa época difícil?

A kinguila responde com sorrisos: - temos os nossos canais. O dinheiro não é nosso. Temos a boss e é ela a "mãe grande" ou o nosso "papoite" "que nos traz as divisas para repassar-mos. Os amigos dos bancos é que estão mais achados. "Acho que os gerentes também arrearam", conclui.

3.11 Mulheres continuam a perder para homens no mercado de trabalho

Jornal O PAIS
31 De Março de 2018

Governos de 65 economias tomaram medidas para melhorar a inclusão económica das mulheres, promulgando 87 reformas legais nos últimos dois anos, segundo o relatório Women, Business and the Law 2018 (Mulheres, Empresas e o Direito 2018) do Grupo Banco Mundial, divulgado esta semana.

"No entanto, em mais de metade do mundo as mulheres continuam a ser impedidas de fazer certos trabalhos apenas por causa do seu género", denuncia no mesmo documento a directora executiva do Banco Mundial, Kristalina Georgieva.

As mulheres continuam a enfrentar inúmeras barreiras que as mantêm fora dos empregos e as impedem de ter um negócio, por restringir seu acesso ao crédito ou controlo sobre a propriedade conjugal, diz o relatório bienal, que agora monitora 189 economias.

Por exemplo, o relatório constata que em 104 economias as mulheres são impedidas de trabalhar à noite ou em certos ofícios em muitas áreas, incluindo manufactura, construção, energia, agricultura, água e transportes impedimento este que se reflecte negativamente sobre pelo menos 2,7 bilhões de mulheres.

"Nenhuma economia pode atingir todo o seu potencial sem que as mulheres e os homens tenham uma participação plena", defende a directora executiva do Banco Mundial, Kristalina Georgieva.

O relatório também revela que onde existe uma igualdade de género nas leis laborais, mais mulheres trabalham e ganham mais em relação aos homens. As mulheres devem ter a mesma igualdade de oportunidades que os homens para sustentarem a si próprias, e para darem aos seus filhos o melhor início de vida possível argumenta-se no documento.

Agora na sua 5ª edição, o relatório introduz, pela primeira vez, um sistema de pontuação de 0 a 100, para melhor informar a agenda de reformas. São atribuídas pontuações a cada economia monitorada em cada um dos sete indicadores do relatório que são acesso às instituições, uso da propriedade, acesso ao emprego, incentivos ao trabalho, acesso aos tribunais, acesso ao crédito e protecção da mulher contra a violência.

Embora nenhuma economia obtenha a pontuação perfeita de 100 em todos os sete indicadores, as economias que apresentam um bom desempenho em todos os indicadores incluem o Reino Unido, a Nova Zelândia e a Espanha. As economias de alta renda da OCDE têm em geral a mais alta pontuação média na maioria dos indicadores.

Proteger as mulheres contra a violência, por meio de leis contra a violência doméstica e o assédio sexual no trabalho ou em estabelecimentos educacionais, continua a ser uma área em que ainda é necessário muito trabalho.

Das 189 economias analisadas, 45 não têm leis sobre a violência doméstica e 59 não têm leis contra o assédio sexual no trabalho. No geral, 21 economias receberam uma pontuação de O no indicador de protecção da mulher contra a violência. Muitas dessas

economias estão localizadas na África Subsaariana e no Médio-Oriente e Norte de África.

Embora a grande maioria das economias monitoradas tinha leis que estabelecem a não discriminação no trabalho com base no género, apenas 76 estabelecem uma remuneração igual par trabalho de igual valor e 37 economias não têm leis que protege as trabalhadoras grávidas da de missão.

Na área de acesso ao crédito também há muito espaço para melhorias. Legislação que proíba a discriminação baseada no género nos serviços financeira existe em apenas 72 economia e outras 79 economias receberam uma pontuação de 0 nesta medida. As economias de baixa renda têm um desempenho particular mente baixo, com uma pontuação média de oito.

"Dar oportunidades iguais à mulheres é um imperativo moral e económico e a revogação das leis discriminatórias é um importante primeiro passo. Temo esperança que os dados de Mulheres, Empresas e o Direito, que estão disponíveis para o público sejam utilizados para promove as mudanças tão necessárias para permitir que as mulheres façam as escolhas que são melhores para elas, para as suas famílias e para as suas comunidades' disse Shanta Devarajan, Directa Sénior para a Economia do Desenvolvimento do Banco Mundial.

O relatório cita pesquisas que mostram que as diferenças do género resultam em uma perda média de renda de 15 por cento nas economias da OCDE, 40 por cento das quais são devidas a disparidades em matéria de empreendedorismo. Estima-se que as perdas sejam significativamente mais altas nos países em desenvolvimento.

As pesquisas estimam que, para algumas economias, uma grande parte das diferenças no produto per-capita entre os países pode ser atribuída à desigualdade de género, e muitos países podem aumentar o produto per-capita desencorajando as barreiras baseadas no género no mercado de trabalho.

"Infelizmente, as leis são uma linha recta para os homens e um labirinto para muitas mulheres em todo o mundo. E isso tem de mudar. Não existe nenhuma razão para excluir as mulheres de determinados trabalhos ou impedir que sejam donas de empresas. A nossa mensagem é simples: sem as mulheres não há crescimento", disse Sarah Iqbal, Directora do Programa Mulheres, Empresas e o Direito.

O relatório deste ano inclui um estudo de caso sobre a inclusão financeira das mulheres, examinando como as leis discriminatórias podem afeitar a procura de serviços financeiros pelas mulheres. Por exemplo, restrições ao acesso e o controlo sobre a propriedade limitam a capacidade das mulheres de darem garantias para empréstimos.

O relatório regista diversas reformas em alguns países em desenvolvimento. Entre estes incluem-se a República Democrática do Congo, Iraque, Quénia, Tanzânia e Zâmbia.

Por região, as economias do Leste da Ásia e o Pacífico implementaram 11 das 87 reformas feitas globalmente nos últimos dois anos. Os destaques das reformas na região incluíram a China, que prolongou a maternidade paga para mulheres com menos de 2S anos, para igualar esse benefício para todas as mulheres; Kiribati, onde um novo código do trabalho removeu todas as restrições sobre o emprego das mulheres, e a Malásia, que agora permite que as vítimas de assédio sexual procurem compensações civis.

Quinze das reformas feitas nos últimos dois anos ocorreram na região da Europa e Ásia Central. Os destaques das reformas incluíram a Bósnia e Herzegovina, que eliminou várias restrições ao emprego das mulheres, incluindo empregos considerados árduos, empregos considerados perigosos e trabalho subaquático; a Bulgária, onde todas as restrições ao emprego de mulheres foram removidas; e o Tajiquistão, que aboliu uma restrição ao trabalho nocturno das mulheres.

As economias da América Latina e o Caribe fizeram 8 reformas nos últimos dois anos. Os destaques das reformas incluem a Colômbia, onde o Tribunal Constitucional eliminou restrições ao emprego das mulheres, e o Equador, que igualou os direitos de propriedade entre homens e mulheres, ao deixar de permitir que as decisões do marido prevaleçam no caso de discordância entre os cônjuges sobre como administrar os bens.

As economias do Médio Oriente e Norte de África fizeram 10 reformas nos últimos dois anos. O Iraque, com quatro reformas, ganhou um lugar de destaque entre as cinco principais economias do mundo com o maior número de reformas.

As reformas do Iraque cobriram as áreas de acesso às instituições, acesso ao emprego, incentivos ao trabalho e protecção da mulher contra a violência. Na área de acesso ao emprego, o Iraque aumentou a duração da licença - maternidade remunerada de 72 para 98 dias e o seu novo código do trabalho proíbe a discriminação com base no género.

No Sul da Ásia, foram implementadas quatro reformas nos últimos dois anos. Os destaques das reformas incluíram o Afeganistão, onde o assédio sexual no trabalho e na educação são agora proibidos, tendo também sido introduzidas penas criminais e recursos civis para o assédio sexual no trabalho.

Pertencem à África Subsaariana quatro das cinco economias do mundo que implementaram mais reformas nos últimos dois anos. Com 13 reformas implementadas colectivamente pela República Democrática do Congo, Quénia, Tanzânia e Zâmbia, a região levou acabo um total de 34 reformas. Cerca de um terço dessas reformas foram na área de acesso ao crédito, um ponto fraco em todo o mundo, incluindo nos países de alta renda da OCDE.

Com uma pontuação média de 19, a África Subsaariana está ao mesmo nível do Leste da Ásia e o Pacífico nesse indicador. A região também fez quase a metade das 13 reformas implementadas em todo o mundo para proteger as mulheres contra a violência. No entanto, das 45 economias do mundo que não têm leis contra a violência doméstica, 19 estão na África Subsaariana, tendo a região uma pontuação média de 46 neste indicador.

A região tem um bom desempenho nas áreas de acesso às instituições, com uma pontuação média de 87. De facto, 20 das 47 economias da região monitoradas tiveram uma pontuação de 100 neste indicador, não tendo nenhuma economia recebido uma pontuação de zero. O uso da propriedade é outra área relativamente forte para a região, com uma pontuação média de 76, em que 16 economias obtiveram uma pontuação perfeita.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Concelho de Auscultação e Concertação Social em Malanje aprecia OGE de 2018

Jornal Novo Jornal
09 De Março de 2018
Texto: Miguel José

A informação sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) recentemente aprovado, pela Assembleia Nacional, o estado de preparação do Plano de Desenvolvimento Provincial de Malanje, bem como a proposta de estatuto orgânico da província nortearam a assembleia.

Na abertura do encontro, o governador afirmou que a realização das acções programadas para 2017 foi adequada à realidade económica e financeira do país, tendo sido privilegiado o funcionamento dos sectores da Saúde, Educação e das instituições do Estado.

Ressaltou que, para o ano de 2018, o OGE comporta acções sob responsabilidade de órgãos da Administração Central de Estado com incidência na província de Malanje que representam cerca de 87% dos projectos de investimentos públicos.

"Não deveremos apenas nos debruçar sobre a execução financeira do período e em análise, mas, fundamentalmente, ter em consideração o princípio da qualidade da defesa", frisou.

Perspectivas

Para o ano de 2018, o Governo local perspectiva que o orçamento aprovado comporte despesas que estejam em consonância com a probabilidade de arrecadar receitas, para que haja condições de execução das acções que dele constam.

Kwata Kanawa também fez saber que o Governo Provincial tem em curso a elaboração do plano de desenvolvimento local para o quadriénio de 2018-2022 que deverá ser alvo de auscultação da sociedade civil para a sua posterior aprovação.

Comunicado final

A Iª Sessão Ordinária do CACS apreciou o relatório do Governo Provincial de Malanje em que constatou uma execução financeira de 67,5 por cento, sendo que as despesas de funcionamento e apoio ao desenvolvimento representaram cerca de 48 por cento das despesas globais do período em referência.

No Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza verificou-se uma execução financeira de cerca de 35 por cento do valor orçamentado, ao passo que os programas de cuidados primários de Saúde e de merenda escolar tiveram uma execução financeira de 27 e 13 por cento do valor orçamentado, respectivamente.

No domínio da agricultura, a grande preocupação consiste ainda nas terras cedidas para agricultura que continuam sem aproveitamento útil. A agricultura familiar teve uma produção estimada em 902 mi l891 toneladas de produtos diversos.

Foram ainda produzidos em 2017, 5 mil e 664 quilogramas de peixe das espécies tilápia, vulgo cacusso e bagre através do projecto de piscicultura.

Educação e Saúde

No sector da educação, o ano lectivo 2017 registou no ensino primário a redução da taxa de abandono escolar de 11 por cento para 5 por cento em comparação ao ano anterior.

O número de crianças fora do sistema de ensino revela-se preocupante, havendo recomendações para a sua quantificação por localização e necessidade de tomada de medidas urgentes para a sua resolução.

No domínio da saúde, recomendou-se dentre outras medidas a intensificação da sensibilização para o uso dos mosquiteiros por forma a diminuir os casos de malária que continuam a ser a maior causa de mortes na província.

Habitação

Durante a reunião, os participantes foram informados sobre o estado actual do projecto dos 200 fogos no bairro Catepa, na cidade de Malanje.

Também foram informados sobre a proposta do novo estatuto orgânico do Governo Provincial de Malanje, a campanha nacional de vacinação contra sarampo rubéola e pólio, bem como a criação da comissão provincial de combate à malária.

Tomaram ainda conhecimento sobre o Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Comercialização, sobre a vacinação anti-rábica; Início

da realização do inquérito sobre despesas, receitas e emprego em Angola 2018/2019.

4.2 Reservas caem 26,34 por cento

Jornal de Angola
9 De Março de 2018
Texto: Armando Estrela

As Reservas Internacionais Brutas (RIB) permaneceram no final de 2017 em níveis confortáveis, com uma cobertura acima da meta de seis meses de importação de bens e serviços, que é o indicador de convergência da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), apesar das incertezas e da volatilidade dos preços do petróleo no mercado internacional.

As Reservas Internacionais Brutas no último trimestre do ano passado fixaram-se em 17.937,65 milhões de dólares e correspondem a uma cobertura de 6,85 meses de importação, contraosanteriores19.710,40 milhões de dólares, que correspondiam à cobertura de 7,58 meses de Importação.

Ainda assim, o "Relatório de Inflação", divulgado quarta-feira pelo Banco Nacional de Angola (BNA), no quadro do seu esforço trimestral para abordar a evolução dos principais indicadores macroeconómicos da economia nacional e internacional que influenciam a inflação, indica que a diminuição das Reservas Internacionais Brutas em 26,34 por cento deve-se ao maior fluxo de saída em relação à entrada de recursos, essencialmente para pagamentos correntes do Governo, para o serviço da dívida externa e para a venda de divisas pelo banco central.

Por força dessa realidade, o stock das Reservas Internacionais Líquidas baixou, no finalde20l7,para13.299,71 milhões de dólares, reflectindo, igualmente, uma diminuição de 13,04 por cento em termos trimestrais (do terceiro para o quarto trimestre) e de 36,08 por cento em termos homólogos (em relação ao quarto trimestre de 2016).

Comércio externo

No quarto trimestre de 2017, a "Conta de Bens" registou um excedente de 7.050,75 milhões de dólares, que representa um aumento, em termos trimestrais, de 50,92 por cento e, em termos homólogos, de 67,09 por cento. O principal factor desse indicador foi o aumento do valor das exportações em 18,80 por cento, em termos trimestrais, e 27,56 por cento, em termos homólogos.

Essa variação positiva deve-se, fundamentalmente, às exportações petrolíferas que beneficiaram do aumento do preço das ramas angolanas, tal como aumentou em 44.17 por cento, no trimestre em avaliação, a exportação de diamantes. Comparativamente ao quarto trimestre de 2016, a exportação de diamantes subiu 43,02 por cento.

No quarto trimestre de 2017, observou-se ainda a redução das importações em 22,00 por cento, destacando-se a queda das importações de combustíveis em 26,38 por cento, de alimentos em 18,73 por cento e de outros bens em 22,04 por cento. Em relação ao quarto trimestre de 2016, o diferencial da redução das importações ronda 19,35 por cento.

Relativamente aos principais países de origem das importações angolanas, Portugal e a China permaneceram no topo, embora com menor peso. Segundo o relatório; no período em avaliação, as importações oriundas da Bélgica e do Brasil ganharam alguma relevância para a economia angolana.

Política cambial

Apesar de haver uma maior contenção na venda de divisas no período em análise o BNA disponibilizou aos agentes económicos, através dos bancos comerciais e por meio de vendas directas e leilões, cambiais no montante de 2.083,15 milhões de dólares, que reflectem uma diminuição de 16,56 por cento. Comparativamente ao período homólogo a redução foi de 43,38 por cento.

O último trimestre de 2017 foi ainda marcado por um decréscimo do total de montantes colocado à disposição do mercado secundário, verificando-se em Outubro a venda de 608,63 milhões de dólares, em Novembro de 784,85 milhões e em Dezembro de 689,67 milhões. Do total das vendas realizadas pelo BNA no quarto trimestre de 2017, o sector da alimentação foi o que mais absorveu divisas, seguido pelo sector petrolífero.

Por outro lado, os bancos comerciais adquiriram 365,98 milhões de dólares aos clientes, representando uma queda de 4,60 por cento, contra os 383,62 milhões de dólares do trimestre anterior. Em termos totais, o montante de divisas vendido aos bancos foi de 2.449,13 milhões de dólares, que mostra uma redução de 14,97 por cento em relação ao terceiro trimestre de 2017 e de 45,71 por cento face ao quarto trimestre de 2016.

A execução das divisas vendidas aos bancos comerciais baixou para 83 por cento no quarto trimestre de 2017, para 2.050,04 milhões de dólares,

reflectindo uma queda de 11,53 pontos percentuais em relação ao terceiro trimestre e um incremento de 13,91 pontos percentuais face ao período homólogo de 2016. Dos 2.050,04 milhões de dólares, 63,94 por cento foram destinados às operações de mercadorias, 26,77 por cento à invisíveis, 0,03 por cento à reposição cambial, 8,28 por cento às operações de capitais e 0,98 por cento às casas de câmbio.

Igualmente, no último trimestre de 2017 verificou-se um aumento no peso das vendas destinadas a mercadorias em 15,94 pontos percentuais, e uma queda no peso das vendas destinadas a invisíveis em 22,21 pontos percentuais. Em termos homólogos, registou-se um aumento de 7,23 por cento pontos percentuais no peso das divisas destinadas a mercadorias e uma queda de 9,45 pontos percentuais no peso das execuções de operações relacionadas com invisíveis.

Entre Setembro e Dezembro do ano passado, o valor do kwanza face ao dólar norte-americano manteve-se praticamente fixo no mercado primário, mas depreciou-se no mercado secundário de divisas e de notas na ordem de 0,13 por cento e 1,02 por cento, respectivamente. No entanto, observou-se uma apreciação nas casas de câmbio na ordem de 1,44 por cento e uma depreciação no mercado informal de 11,38 por cento.

Contexto

O "Relatório de Inflação" é publicado trimestralmente pelo Banco Nacional de Angola, tendo como principal objectivo abordar a evolução dos principais indicadores macroeconómicos da economia nacional e internacional que podem ter influenciado a evolução da inflação no período em que a avaliação é feita.

Por outro lado, o documento contempla a análise do contexto macroeconómico internacional e os fundamentos que podem ter interferido na trajectória do preço do petróleo e das matérias-primas alimentares, assim como da economia nacional, particularmente no que diz respeito a evolução dos sectores real, externo, fiscal e monetário, A nível internacional, os dados económicos e a evolução dos mercados financeiros perspectivam uma evolução positiva da economia mundial, estimando uma taxa de crescimento de 3,70 por cento em 2017 e um crescimento de 3,9 por cento para 2018.

Na mesma direcção, o Ministério da Economia e do Planeamento (MlNEP) perspectiva um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 0,94 por Cento para 2017, em termos reais, o que corresponde a uma aceleração da actividade económica nacional, face a 2016, de 0,81 pontos percentuais.

No mercado das matérias-primas, a evolução dos preços apresentou -se também positiva, atingindo valores que já não eram registados desde finais de 2014. Assim, no quarto trimestre o "Brent" foi cotado em 64,08 dólares o barril, o WTI em 57,94 dólares o barril e as Ramas angolanas em 65,04 dólares o barril, o que representa, em termos trimestrais, uma subida de 15,43 por cento, 16,17 e 15,74, respectivamente. Para 2018, a Agência Internacional de Energia prevê um preço médio do "Brent" de 59,74 dólares por barril. A política fiscal primou pela contenção das despesas Correntes do exercício e pela maior potenciação das receitas fiscais não petrolíferas, em linha com o Programa de Reforma do Sistema Tributário. No período em análise, o Saldo de Caixa Final do Tesouro Nacional foi nulo, sustentado em grande parte por receitas de financiamento (41,00 por cento dos fluxos financeiros), tendo a arrecadação efectiva da receita fiscal registado uma queda de 16,48 por cento.

Entre as expectativas para 2018, destacam-se a apresentação do Orçamento Geral do Estado (OGE) e as acções facadas na implementação do programa de estabilização macroeconóm1ca, que tem como objectivo o alcance da estabilidade macroeconómica, pela via da implementação de medidas de política fiscal, monetária e cambial, e a menor exposição do país aos choques externos.

Segundo o relatório, a politica monetária continuou facada no controlo da Base Monetária, sendo que o banco central tem actuado no mercada monetário de modo a restringir a liquidez no sistema bancário, visando atenuar as pressões inflacionistas latentes na economia.

4.3 Executivo reforça OGE com mais de Kz 2 trilhões

Jornal O PAIS
15 De Março de 2018

Num valor global avaliado em Kz 2.219.565.000.000, a emissão ocorre dias depois de João Lourenço ter autorizado Archer Mangueira a recorrer a títulos da Dívida Pública (Bilhetes do Tesouro) para financiamento do OGE para o presente ano económico.

Caberá ao ministro das Finanças o acompanhamento da execução da referida emissão

De acordo com um Decreto Executivo, a emissão destina-se à constituição da dívida flutuante (aquela contraída pela Administração Pública, por um breve e determinado período de tempo e da dívida fundada (baseada em contratos de empréstimo ou financiamentos de longo prazo com organismo multilaterais, agências governamentais ou credores privados).

O financiamento destina-se a atender desequilíbrios orçamentários de forma tornar possível o financiamento de obras e serviços públicos. Neste âmbito, o ministro das Finanças, citado no documento, esclarece que o Banco Nacional de Angola deverá adoptar providências necessárias de modo a proceder directamente ao crédito da Conta Única do Tesouro, pelo valor arrecadado da colocação dos títulos do tesouro quando for emitido.

De recordar que o valor da dívida pública está estimada em USD 67 mil milhões e é pretensão do Executivo não aumentá-la. Recentemente, o sector das Finanças esclareceu que o Estado só se vai endividar para pagar os compromissos previstos e que o défice orçamental, (estimado em 3,5% do PIB no a GE 2018) vai ser coberto, maioritariamente, com recurso às reservas cambiais.

4.4 Parlamento nega pedido da bancada da UNITA

Jornal de Angola
15 De Março de 2018
Texto: Adelina Inácio

A Assembleia Nacional recusou um pedido do grupo parlamentar da UNITA para a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito que deveria fazer uma auditoria à dívida pública.

Em declarações ontem ao Jornal de Angola, o presidente do grupo parlamentar do maior partido da oposição, Adalberto Costa Júnior, explicou que a UNITA recebeu uma carta assinada pela primeira vice-presidente da Assembleia Nacional, Joana Lina, que recusa o pedido, fundamentado com a "falta de sustentação suficiente porque o website do Ministério das Finanças, em si mesmo, já faz uma verificação da dívida".

Adalberto Costa Júnior disse que o documento do Parlamento contém "uma série de considerações que não têm nada a ver com a questão jurídica sobre a matéria".

O documento da Assembleia Nacional justifica também a recusa do pedido da UNITA, referindo que durante o debate do Orçamento Geral do Estado deste ano, um conjunto de deputados aplaudiu as explicações do ministro das Finanças.

Para o deputado da UNITA, "os aplausos não significam uma resposta de negação do pedido de verificação da divida". Por isso, ainda esta semana, segundo o deputado, o documento volta a ser remetido ao Parlamento por se tratar de uma matéria que a UNITA não vai deixar ficar pelo caminho.

"Ao invés de termos a resposta ao pedido de inquérito parlamentar anterior sobre o Fundo Soberano de Angola, que entrou no ano passado e continua sem nenhuma resposta até hoje, vimos respondidos o pedido de solicitação sobre a dívida pública, que entrou no princípio de Março. Portanto, em tempo record, o que nós até entendemos dado que uma e outra terem quantidade e volumes de finanças bem distintos", disse.

Adalberto Costa Júnior afirmou que o valor da divida é superior a 50 mil milhões de dólares e contém uma responsabilidade muito relevante.

O presidente do grupo parlamentar da UNITA lembrou que o Regimento da Assembleia Nacional prevê que nestes casos em que o Parlamento considera insuficiente o argumento, o requerente deve complementar o que falta.

"A Assembleia Nacional, como conhecedora das leis, não cumpriu com este requisito, o que nos leva a concluir que o que houve foi uma rapidez em rejeitar, menos respeitar a própria lei", disse o deputado.

Adalberto Costa Júnior garantiu que a UNITA vai reencaminhar a Assembleia nacional o documento, "porque continuamos a pensar que este exercício de verificação da dívida é um elemento de elevadíssimo interesse nacional". Assembleia Nacional sustenta que o website do Ministério das Finanças, em si mesmo, já faz uma verificação da dívida pública.

"Temos o Orçamento Geral do Estado com mais de 50 por cento direcionado ao serviço da dívida, e a tendência de endividamento diz que no próximo ano vai agravar e, com isso, não vamos ter dinheiro para educação, saúde, investimento em capital humano" , afirmou o deputado.

"Elementos não reais"

Adalberto Costa Júnior afirmou que o ministro das Finanças, durante o debate do OGE, reconheceu que a dívida contém "alguns elementos que não são reais" . Por isso, "a UNITA pensa que, começa comissão de inquérito, todos ganhariam, inclusive até o próprio Executivo".

O presidente do grupo parlamentar da UNITA disse não ter dúvidas de que muitas pessoas que participaram ou colaboraram para que levantasse o valor da dívida pública, hoje estão do lado da rejeição do inquérito.

A auditoria à divida pública, segundo Adalberto Costa Júnior, vai permitir provar que a dívida pública "está excepcionalmente especulada", e que a mesma é fruto daquilo que considera serem "vícios do passado".

Segundo ainda o deputado, "a dívida foi criada pelos seus próprios autores" , a maioria dos quais pertencentes às elites.

4.5 FESA e Amangola estão de fora da lista das que beneficiam do OGE

Jornal Novo Jornal
16 De Março de 2018
Texto: Borralho Ndomba

As organizações não-governamentais Amangola e FESA, instituições de utilidade pública, estão fora da lista das que beneficiam do apoio orçamental do Estado.

Por intermédio de uma fonte do Ministério das Finanças, o Novo Jornal teve acesso ao documento em que constam as denominações das associações de utilidade pública.

O mesmo deixa algumas dúvidas devido às ausências de algumas associações que ganharam o mesmo estatuto através de decreto presidencial.

É o caso da Associação Mutualista Usoko, cuja finalidade é "assegurar a protecção social complementar e a solidariedade social dos funcionários dos Serviços de Inteligência e Segurança do Estado", que em 2015 ganhou por intermédio de um decreto presidencial, passou a figurar no grupo das ONGs financiadas pelo Orçamento Geral do Estado. A Fundação Piedoso de Elias Chimuco ganhou o mesmo estatuto também em 2015. Este jornal teve acesso ao diploma um mês depois de ter publicado a matéria que dava conta que os partidos da oposição afirmavam que o ministro das Finanças, Archer Mangueira, não estava a divulgar os nomes das organizações financiadas com o erário.

O governante, durante a discussão do OGE na especialidade, prometeu divulgar os nomes das organizações da sociedade civil subsidiadas com dinheiro do Estado, mas recusou-se a atender no momento, à solicitação dos parlamentares.

Os critérios usados para atribuição do estatuto às ONGs têm sido questionados pela oposição, pelo facto de as acções dos beneficiários estarem focadas em actividades políticas de apoio ao MPLA.

O Orçamento Geral do Estado para o ano económico 2018 está avaliado em 9,6 triliões de kwanzas. E reserva uma dotação avaliada em onze mil milhões para apoio financeiro às associações de utilidade pública. Segundo uma fonte do Ministério das Finanças, as organizações não-governamentais recebem o financiamento estatal através dos órgãos ministeriais em que estão inseridas. "Do ponto de vista de procedimento, as quotas financeiras são atribuídas às unidades Orçamentais. Geralmente Ministérios, Institutos, Fundos, Hospitais, e estes é que transferem os recursos para as instituições de utilidade pública que estejam sob sua tutela e não o Ministério das Finanças", disse, sob anonimato, um funcionário do organismo dirigido por Archer Mangueira. Segundo o documento do MINFIN, a ordem dos Médicos de Angola, a Cruz Vermelha de Angola e a Fundação das Mulheres contra o Cancro da Mama são as instituições de utilidade pública financiadas pelo Estado por intermédio do Ministério da Saúde. A Câmara do Comércio e Indústria está integrada no Ministério do Comércio, enquanto a Associação dos Professores Angolanos está integrada na Educação. Ainda de acordo com a lista enviada ao NJ, as Fundações Dr. Agostinho Neto, Sindika Dokolo, Sagrada Esperança, União dos Escritores Angolanos, União Nacional dos Artistas e Compositores, União Nacional dos Artistas Plásticos e Liga Africana são de igual modo instituições de utilidade públicas (IUP) afectas ao Ministério da Cultura.

Para o sector da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, constam a União Nacional das Associações dos Camponeses Angolanos e a Ordem dos Médicos Veterinários de Angola.

Entretanto, as Ordens dos Engenheiros e dos Arquitectos estão integradas no Ministério do Urbanismo e construção. No Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, estão as associações dos deficientes ex-militares, de apoio aos ex-combatentes das FAPLA, Liga dos Veteranos de Guerra e de Libertação de Angola. O Ministério da Família e Promoção da Mulher controla a Organização Pan-Africana da Mulher. Por sua vez, o Ministério da Indústria tem sob a sua tutela a Associação Industrial de Angola e o Fórum de Auscultação e Concertação Empresarial.

4.6 Gastos com Defesa e Interior são na maioria para salários

Jornal Economia e Finanças
16 De Março de 2018

Do conjunto dos 42 órgãos do Estado (incluindo a Presidência da República e os Tribunais), que dependem do Orçamento Geral do Estado, os sectores da Defesa e Interior têm o maior volume nas despesas com o pessoal, tendo os dois, uma verba de 1.240.450 triliões de kwanzas, o equivalente a 5.766 mil milhões de dólares (12,80 por cento do valor de 9.685.55°.810.785 do total do OGE 2018).

As verbas atribuídas para as despesas com o pessoal aos dois órgãos militares do Estado, sem a inclusão dos Serviços de Inteligência e Segurança do Estado (que têm 35.399 mil milhões de kwanzas-usd 164.933 milhões) e os Serviços de Inteligência Externa com 7.837 mil milhões de kwanzas (usd 36.517 milhões) e ainda os Serviços de Inteligência e Segurança Militar com 1.8, mil milhões de kwanzas (usd 8,7 milhões), estão incluídas as de pessoal civil, militar e paramilitar. No OGE 2018, os órgãos da esfera militar do Aparelho do Estado vão gastam 293.417 triliões de kwanzas (usd 6.01 mil milhões) em despesas com o pessoal, representando 13,35 por cento do valor total do orçamento geral.

O Ministério da Defesa, que engloba os três ramos militares (Exército, Marinha e Força Aérea), o OGE vai suportar em despesas com o pessoal 652.840 mil milhões kwanzas (usd 3.03 mil milhões), enquanto o Ministério do Interior, que tem 14 áreas de superintendência directa, na qual se destaca a Polícia Nacional, Serviços Prisionais, Serviços de Investigação Criminal, Serviços de Imigração e Estrangeiros e de Guarda Fronteira, aparece em segundo com 587.610 mil milhões de kwanzas (usd 2.731 mil milhões).

Ministério das Finanças

O terceiro departamento ministerial a gastar mais com o pessoal, no conjunto dos 27 criados), é o Ministério das Finanças com 38.368 mil milhões de kwanzas (usd 178.770 milhões), o quarto é o Ministério da Saúde com 17.335 mil milhões de kwanzas (usd 80.770 milhões).

Mais adiante vem a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) com 17.246 mil milhões de kwanzas (usd 80.355 milhões), o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação 16.970 mil milhões (usd 79.070 milhões), e o Ministério das Relações Exteriores com 13,368 mil milhões (usd 62.285 milhões), a PGR com 11.311 mil milhões (usd 52.7°4 milhões), o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) com 5.785 mil milhões (usd 26.955 milhões) e Agricultura e Florestas com 4-421 mil milhões (usd 5.018 milhões).

Acção Social

O Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher gere 3:809 mil milhões de kwanzas (usd 17.749 milhões), o da Educação kz 3.620 mil milhões (usd 16.868 milhões) e a Presidência da República 2.673 mil milhões de kwanzas (usd 12.455 milhões).

Sectores económicos

Quanto aos outros sectores da economia andam à volta entre 1,1 a 1,7 mil milhões de kwanzas para pagamento a salários e outras regalias. Por exemplo, o orçamento com o pessoal relativo ao Ministério dos Transportes está em 1,720 mil milhões de kwanzas (usd 8.015 milhões), da Economia e Planeamento 1,379 mil milhões de kwanzas (usd 6,429 milhões), das Pescas e do Mar 1,071 mil milhões (usd 5.018 milhões), Indústria 851,562 milhões (usd 3.967 milhões) e do Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos com 1.447 mil milhões (usd 6.742 milhões). Ainda o Comércio com 1,529 mil milhões (usd 7.127 milhões), Obras Públicas 1,266 mil milhões, Ordenamento do Território e Habitação com 1,391 mil milhões (usd 6,483 milhões) e Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação com 1, 5 mil milhões de kwanzas (usd 7.170 milhões) e o Ministério da Energia e Águas (MINEA) com 1029 mil milhões (usd 4.798 milhões).

Segundo consulta, sob o ponto de vista técnico contábil, a despesa com o pessoal é todo e qualquer recurso consumido ou aplicado pela entidade na remuneração directa ou indireta dos seus funcionários. Também são despesas com pessoal os encargos sociais previstos na Lei e os benefícios oferecidos espontaneamente ou concedidos em razão de previsão legal, de acordos firmados entre empregador e empregados ou de decisões judiciais. Administrativamente, os gastos com o pessoal podem ser classificados em obrigações legais e contratuais, garantidos pela Constituição e obrigações firmadas por meio de acordos ou convenções. A parcela significativa das despesas com o pessoal está compreendida entre as verbas e encargos sociais que transitam pela folha de pagamento de salários, tais como a remuneração directa e indirecta do empregado - salários, descanso semanal remunerado, horas-extras, gratificações, adicionais noturnos, adicionais de insalubridade, comissões, férias, terço constitucional, 13° salário, aviso prévio, participações nos lucros, multa rescisória de 40 por cento de

FGTS, salário-maternidade, licença-paternidade e auxílio-doença.

Alguns benefícios concedidos pela empresa aos empregados, por iniciativa própria ou compulsoriamente, por não ser parte integrante da base de cálculos da contribuição previdenciária, nem do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, ou do Imposto de Renda Retido na Fonte, não são incluídos entre as verbas do empregado.

Uma despesa ou gasto poderá ser um custo de produção ou uma despesa operacional, de acordo com a função do empregado que o consumiu ou dele foi beneficiado.

4.7 O verdadeiro OGE não é o aprovado pelos deputados

Jornal Novo Jornal
16 De Março de 2018
Texto: Nok Nogueira

O Parlamento, alegando falta de fundamentação, chumbou na semana passada a proposta da UNITA para criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito à dívida pública, que o principal partido da oposição entende como sendo um factor inibidor do crescimento e desenvolvimento do país. Este deverá ser o lado político da questão. Qual é ou qual seria a análise económica mais recomendável para este caso?

A actual trajectória da dívida pública em Angola deveria ser um assunto nacional e do dia-a-dia de todas as famílias, empresas, Parlamento (isto é, todos os partidos políticos, sem excepção), Governo e até dos tribunais. Os números dos últimos três Orçamentos de Estado dizem-nos que a primeira prioridade do Governo angolano passou a ser com os credores desde 2016. Dos 9,7 biliões de kwanzas previstos para o OGE 2018, 52% do total será para beneficiar os credores, enquanto os cerca de 30 milhões de habitantes irão disputar os restantes, mas não garantidos, 47%. Não obstante 47% do Orçamento ser, de per si, bastante apertado para a gestão do país, o Governo irá executar ainda menos, tendo em conta a impossibilidade de conseguir angariar as receitas a que se propõe. A capacidade do Estado de conseguir financiar o OGE através de dívida externa é cada vez menhar pujança com a queda em série do investimento privado e do investimento público. Se hoje não se investe, amanhã não se cresce, sem crescimento não existe desenvolvimento.

Em 2013, quando esta dívida representava os 11% do OGE, já nessa altura se avançava o aumento, como veio a acontecer, estando hoje em 52. Este não seria um motivo mais do que suficiente para que o Parlamento tivesse um outro posicionamento?

Claramente... mais do que suficiente! O primeiro a questionar deveria ser o chefe do executivo, o Presidente João Lourenço. Ele corre o risco de ter um mandato fracassado se achar que tem que se limitar a honrar uma dívida praticamente infinita, pois, ninguém sabe sequer, inclusive o próprio Governo, a totalidade exacta, não obstante terem sido apresentados alguns dados formais sobre a mesma. É bom que o Parlamento não politize o problema e coloque o assunto no topo da sua agenda.

Na sua fundamentação, a UNITA afirma querer saber quem são os credores, assim como aponta para os moldes como esta dívida foi contraída. Para um país como Angola, com o histórico de corrupção que tem, fazia todo o sentido que se conhecessem os verdadeiros credores?

Uma vista de olho ao Programa de Estabilização Macroeconómica pode ajudar-nos a perceber, por exemplo, que a dívida pública está a assumir três componentes, nomeadamente a dívida interna, a dívida externa e a dívida indirecta. Creio que as duas primeiras são claras. Já a terceira, parece, num primeiro instante, tratar-se da dívida contraída pelas empresas do Estado, quando afinal de contas não. Trata-se de dívidas de empresas privadas contraídas com garantia do Estado e que foram agora passadas para os contribuintes que terão que pagar mais imposto. Por conta desta dívida privada, a dívida pública aumentou cerca de 3 biliões de kwanzas em 2016 e em 2017, cerca de 14 mil milhões de dólares por cada ano. A RECREDIT é um outro exemplo de escândalo. É a legalização da transferência do dinheiro dos impostos para acudir bancos privados pertencentes a compadres. A promiscuidade aqui é grande. A questão que eu colocaria é a seguinte: não tem o contribuinte direito de saber quem são afinal de contas estes privilegiados para quem ele trabalha?

Deixe-nos voltar ao pedido chumbado da CPI. Um dos argumentos do requerimento que a UNITA apresentou ao Parlamento era de que a real corrupção está no sistema da dívida. Como é que, tecnicamente, se consegue aferir se é um argumento que colhe ou não?

O Estado continua a ser o principal player da economia angolana e o OGE é a via pela qual a maioria esmagadora das pessoas enriquece e de forma muito rápida. É muito difícil encontrar-se um empresário bem-sucedido financeiramente que não faça negócios com o Estado. Todos eles são praticamente empresários de ordem de saque. É

importante e urgente o Governo passar a fazer orçamentos realistas e ser rigoroso no processo de realização da despesa. O Governo fixa despesas tendo a plena certeza de que não irá conseguir executar por falta de verbas, consequentemente, a execução do OGE começa logo com uma série de cativações. Isto é, das várias rubricas orçamentais aprovadas no Parlamento é autorizada um montante de despesa significativamente inferior ao previsto pelo OGE aprovado. Em alguns casos, as cativações podem atingir ou ultrapassar os 50% do valor inscrito no OGE. Por outras palavras, o verdadeiro OGE não é o aprovado pelos deputados, o verdadeiro OGE é aquele que já leva em conta as cativações realizadas pelo Ministério das Finanças.

Por desconhecimento e também por má fé, muitos gestores do Estado, a nível das diferentes unidades orçamentais, contraem despesas em nome do Estado olhando para a verba inscrita no OGE não real, ao invés de levarem em conta a autorizada pelas finanças. Consequentemente surge um conjunto de dívidas não reconhecidas pelo Estado, mas que tarde ou cedo acabam depois sendo registadas como dívida pública. É comum a estas empresas serem propriedade do interesse ou pelo menos pertencentes aos superiores hierárquicos dos gestores públicos que decidem. É nesta confusão que surgem uma série de 'dívidas fantasma', isto é, sem contrapartida de algum serviço ou bem prestado. É urgente o Governo adoptar a feitura de um Orçamento real para reduzir os esquemas na dívida.

E a situação de que o montante líquido de que tem sido divulgado pelo Executivo não contemplar a componente dos juros contraídos com a dívida pública, como se pode aferir isso nos moldes como até aqui tem sido abordada publicamente?

Em princípio a dívida pode ser apresentada de forma bruta ou líquida. Ela é bruta quando contabiliza os valores do empréstimo e os juros associados a cada um destes valores; e é líquida quando se limita a contabilizar os valores do empréstimo. Suponhamos que Angola contrai empréstimos de USD 100 e USD 1.000 dos países A e B a taxas de juro de 15 e 10%, respectivamente. Nesse caso, a dívida líquida acumulada de Angola seria de USD 1.100 ao passo que a dívida bruta seria de USD 1.200,15. Muitos governos, é também esse o caso angolano, tendem a divulgar a dívida líquida por ser sempre menor do que a dívida bruta, pois, chama menos atenção. Um exemplo real disso é notarmos que em 2016 a dívida pública líquida acumulada rondava os 62% do Produto Interno Bruto (PIE). Porém, se calcular-mos uma taxa de juro média com base nos últimos 5 anos do serviço da dívida, chegaremos à conclusão de que a dívida pública bruta acumulada rondava os 92% do PIB. Se à dívida bruta contraída pelo Governo tivéssemos que associar a dívida bruta do sector empresarial público, ultrapassaríamos os 100% do PIE, ou seja, toda a riqueza gerada pela economia, não seria suficiente para pagar a dívida.

De quem deveria ser a maior responsabilidade política sobre este assunto, do PR ou da Assembleia Nacional, visto que há uma decisão política a tomar?

Eu penso ser dos dois órgãos, mas com maiores responsabilidades para o Presidente da República. João Lourenço tem como lema principal o combate à corrupção e à impunidade, estranha-me, enquanto responsável máximo da Política Orçamental, herda para todos os contribuintes uma dívida, dura que era suposto questionar enquanto novo indivíduo no cadeirão máximo. Por sua vez, o Parlamento, enquanto casa dos representantes do povo, deve manifestar todo o interesse em discutir um assunto que está a subtrair cada vez mais rendimentos, particularmente, aos cidadãos já de si pobres.

Já o ouvimos dizer que não é de opinião que a questão da dívida pública seja politizada. Imagine a seguinte situação: O Parlamento que tem as comissões de especialidade, os deputados queixam-se de não poderem contar com os auxiliares (assessores). Como, diante deste quadro, descurar a politização desses temas?

A dívida pública deve deixar preocupado todos os contribuintes porque no final das contas são eles que suportam pagando mais impostos, é o que já está a ocorrer. Por isso, interessa saber a evolução da dívida per capita, isto é, com quanto é que cada habitante teria que contribuir em média, se a dívida tivesse que ser paga igualmente por todos e face àquilo que é o rendimento médio por habitante (PIB per capita). Pelos dados de 2017, nota-se que a dívida média por habitante já representa cerca de 85% do rendimento médio por habitante. Levando em linha de conta os elevados níveis de desigualdades na distribuição de rendimentos em Angola concluiremos que existem milhões de angolanos cujo rendimento médio está abaixo daquilo que é a sua dívida média.

E como é que se maximiza, na sua opinião, uma abordagem mais prática sobre este assunto face ao défice que se regista por serem questões muito técnicas, como é o caso da dívida pública, que gera um certo desinteresse ou mesmo a falta de conhecimento?

Os órgãos de informação têm uma grande responsabilidade nesta questão. Vocês devem ser os primeiros a descortinar as questões realmente importantes e difundirem. Penso que este exercício

que fazemos agora é um exemplo do que deve ser feito para se alertar a sociedade sobre a questão do endividamento em Angola e as suas consequências sobre todos nós. Geralmente, os Governos tendem a ser os menos interessados na matéria, nestas circunstâncias. O Parlamento joga também um grande papel. A sociedade civil idem, até tornar-se um assunto do candongueiro. O Equador demonstrou muito bem a importância de ser o próprio chefe do Governo a preocupar-se com a matéria...

Pessoalmente, pensa que uma auditoria às dívidas públicas devolveria o carácter transparente do Orçamento Geral do Estado?

O caso de sucesso do Equador deveria servir de exemplo para Angola. A iniciativa foi do então recém-eleito Presidente da República Manuel Correia. A auditoria chegou à conclusão de que o Equador já tinha pago todas as suas dívidas e, como até pagou em excesso, era credor. Manuel Correia submeteu o relatório da auditoria ao crivo jurídico nacional e internacional, incluindo os Estados unidos, que validaram os resultados da auditoria. Graças à auditoria, o Equador conseguiu reduzir a sua dívida em 70%. Depois disso, o Equador voltou a ser capaz de investir mais nas áreas sociais+ (educação e saúde), infra-estruturas e na economia em geral. O país cresce normalmente e não entrou em nenhuma lista negra sobre não pagamento de dívida, pois conseguiram demonstrar que a dívida pública lá não passava mais de esquemas para beneficiar privados.

Não estará a escapar nesse debate o limite do endividamento público, que o executivo há poucos anos decidiu alterar o seu regime legal, tornando-o flutuante?

Sim, sim, sim... Creio que foi em 2016 que se alterou o artigo que dizia que a dívida pública acumulada não deveria ultrapassar os 60% do PIE. Actualmente não passa de uma mera referência, o Executivo não é obrigado a cumprir. A eliminação do antigo limite legal de 60% do PIB para rácio da dívida proporcionou um cheque em branco ao Governo que, desde então, se vem endividando cada vez mais. Foi um erro enorme a Assembleia Nacional ter aprovado a proposta do governo de eliminar o tecto da dívida. Nos meus cálculos individuais, já ultrapassámos os 100% do PIB, os cidadãos, de um modo geral, e as empresas serão obrigadas a sacrificar a sua já sacrificada condição de vida.

4.8 OGE reserva Kz 1,2 mil milhões a governadores

Jornal Economia e Finanças
16 De Março de 2018
Texto: Mateus Cavumbo

As despesas com a remuneração dos titulares de cargos públicos vão atingir os214.607 mil milhões de kwanzas, representando um tecto de 0,012%, do valor total de receitas e despesas do OGE de 9.685.550.785 triliões de kwanzas. Os cálculos feitos pelo Jornal de Economia & Finanças basearam-se na última actualização salarial dos governantes ocorrida por via do Decreto Presidencial n095117 de 8 de Junho publicada pelo Diário da República, na qual se reajustava o vencimento base do Presidente da República e dos titulares de cargos da função executiva do Estado. Nas contas feitas pelo JE, inclui, além do vencimento base, as despesas de representação.

Remuneração anual do Presidente

Para o salário do Presidente da República, sem incluir as regalias a que tem direito por lei, o OGE vai despender durante o ano, 12.290.492,9 milhões de kwanzas (usd 57-132,9), a do Vice-Presidente 10.120,452,7 milhões de kwanzas (usd47.045.4), dos Secretários do Presidente da República cada vai auferir ao ano 8.353.694.4 (usd 38.832), salário idêntico a um ministro e governador provincial. Cada ministro de Estado vai embolsar em remuneração anual o valor de 9.217.869,72 (usd 42.8A9,7). Na composição do Governo, além do Presidente e o Vice-Presidente da República, há nove secretários do PR (incluindo a secretaria geral), um director de Gabinete de Quadros do PR, quatro ministros de Estado, 27 ministros, 50 secretários de Estado, 18 governadores e 38 vice-governadores.

As despesas salariais para os governantes, caso não haja nenhum reajuste ou actualização, mantêm-se na rubrica despesas correntes dos diferentes órgãos do Executivo. Para os 31 ministros do Aparelho do Estado, a verba mensal total a ser gasta é kz 21.580.377,2 milhões (usd 100.317) e anual kz 258.964.526 milhões (usd 1,2 milhões), para os secretá-rios de Estado kz 31.366.362 milhões/mês (usd 145.808) e 376.396.344 milhões/ano (usd 1,7 milhões). Quanto aos governadores, o Ministério das Finanças prevê alocar por mês o valor de kz 12.530.541 milhões (usd 58.248) e kz 150.366-499

por ano (usd 698.986), enquanto para os vice das províncias kz 23.838.435 por mês (usd 110.814) e 286.061.221 por ano, que equivale a 1,329 milhões de dólares.

Despesas correntes

Os montantes, que constam do OGE na dotação orçamental reservada à Presidência da República, estão em 2.673.286.°91 mil milhões de kwanzas (usd 12.4 milhões) para despesas com o pessoal no quadro das despesas correntes, numa verba geral de kz 18.720.539.533(usd 87 milhões). Ao Gabinete do Vice-Presidente as despesas com o pessoal previstas no OGE 2018 são de kz 405.701.072 (usd,8 milhões), num orçamento de kz 1.803.682.076 (usd 8,3 milhões). Os governos provinciais vão gerir 7,2 mil milhões de dólares (1,55 triliões de kwanzas do OGE 2018), numa escala de 16,1 porcento do valor geral em despesas e receitas.

Órgãos executivos

Na distribuição da despesa pelas várias funções do Estado, não contempla as operações com dívida, os serviços públicos gerais representam 905,75 mil milhões de kwanzas (19,64%), estando os órgãos executivos (Presidência da República, Vice-presidência e Ministérios) com 577,16 mil milhões de kwanzas.

O sector social tem 1,972,06 mil milhões (usd 9,1 milhões), o sector económico 764.49 (usd 35,5 milhões), Defesa e Segurança e Ordem Pública 970,20 mil milhões de kwanzas (45,1 milhões).

Nas outras áreas económicas, houve cortes no OGE 2018 substanciais nos programas de promoção, fomento e desenvolvimento da actividade económica, cujo valor inicial era de 254,016 mil milhões de kwanzas para 234,016, um corte de 20 mil milhões de kwanzas, e ainda o programa de fomento da actividade produtiva agrícola com 1,050 mil milhões de kwanzas. A proposta inicial era de 5.653 mil milhões e já a definitiva é de kz 5.603 mil milhões.

4.9 Programas consomem 4,41 triliões de kwanzas no OGE

Jornal Economia e Finanças
16 De Março de 2018
Texto: Mateus Cavumbo

Os programas centrais do Governo vão consumir 4.413.010 triliões de kwanzas, equivalente a 4,27 por cento da verba total de 9.685.550 triliões de kwanzas.

No OGE 2018 tem 115 programas dos vários departamentos ministeriais, resumidas na rubrica despesas por programa. Em comparação com a proposta inicial, ou seja, antes da aprovação pela Assembleia Nacional, atribuiu-se mais verbas a 28 programas, com destaque para o Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (0,91%), tendo uma verba de 88,338 mil milhões de kwanzas, contra os 82.296 da proposta inicial. Dos 115 programas, 80 mantiveram-se os montantes da proposta inicial. O Programa Angola Investe implementado pelo Ministério da Economia e Planeamento vai gastar 17,278 mil milhões de kwanzas, o Programa de Facilitação de Acesso ao Crédito (44,570 milhões de kwanzas), assim como o Programa de Incentivo ao Empreendedorismo, que terá despesas à volta de 3,307 mil milhões de kwanzas.

Destaque ainda para outros programas de âmbito económico, no caso de apoio às grandes empresas e suas instituições em clusters empresariais (Kz 16,722 mil milhões), programa de reabilitação e construção das infra-estruturas económicas básicas com 56.189 mil milhões de kwanzas. Este programa sofreu um reajuste na atribuição de verbas no valor de 9 milhões de kwanzas.

4.10 Receitas fiscais sobem 7,56%

Jornal Economia e Finanças
16 De Março de 2018

As receitas fiscais, no quarto trimestre de 2017, totalizaram um montante superior a 19 mil milhões de kwanzas, um aumento de 7,56 e 82,46 por cento em termos trimestrais e homólogos, respectivamente. Este aumento deveu-se, inteiramente, ao aumento das receitas petrolíferas contrastando a evolução decrescente das receitas não petrolíferas.

Note-se que as receitas petrolíferas se situaram em kz 632.833,12 milhões, resultando num significativo aumento quer em termos trimestrais quer em termos homólogos de 2016 em torno de 18,87 e de 286,41 por cento, respectivamente. Este crescimento é essencialmente resultante de uma melhor ia no preço do petróleo nos mercados internacionais, sendo que as quantidades exportadas não têm registado alterações significativas.

Receita não petrolífera

A receita não petrolífera, constituída por receitas diamantíferas, alfandegárias, de capital e outros impostos, representam menos de metade do total das receitas fiscais, facto que se regista desde o primeiro trimestre de 2017.

No período em análise, esta rúbrica atingiu o montante de kz 286.264,90 milhões, tendo registado uma redução de 10,96 e de 15.79 por cento em termos trimestrais e homólogos de 2016, respectivamente.

Relativamente às despesas totais, estas situaram-se em kz 2.°94.6°7,89 milhões, o que representa um aumento de 26,79 e de 39,97 face ao trimestre anterior e homólogo. A categoria de serviço da dívida, que representou um aumento de 21,85 por cento, foi a que mais contribuiu para este incremento no trimestre, seguido da despesa transitada com um aumento de 41,84 e a despesa corrente que teve um incremento de 7,11 por cento.

Relativamente às componentes das despesas correntes, a categoria despesas com pessoal registou um aumento de 15,65, situando-se em linha com o programado, devido ao pagamento das últimas três parcelas do 13° salário.

No entanto, o serviço da dívida está maioritariamente concentrado na despesa com a dívida interna (80,18 por cento do total) que no período em análise registou um aumento de 34,56 devido a apetência das Obrigações do Tesouro indexadas à taxa de câmbio, face a uma perspectiva de desvalorização.

A liquidação da dívida externa registou uma redução trimestral de 11,85 por cento, mas quando comparada ao mesmo período do ano anterior regista-se um aumento de 19,23%.

4.11 Título Chumbada comissão parlamentar de inquérito a divida pública

Jornal A República
16 De Março de 2018

A informação foi transmitida pelo líder parlamentar da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Adalberto da Costa Júnior, que não se conforma com a decisão de indeferimento, tomada em "tempo recorde" - cinco dias - pela direção do Parlamento, alegando falta de fundamentação no pedido.

"O Parlamento nem tomou conhecimento porque não foi sequer distribuído às comissões [de especialidade] ou aos grupos parlamentares. Mesmo em caso de indeferimento posterior, ele [requerimento] é antes distribuído, ou então como é que vai ser avaliado? Não fizeram isso, é em procedimento em violação ao regimento. Entendo porquê, porque isto está a embaraçar', criticou, em declarações à agência Lusa, o líder parlamentar da UNITA.

O maior partido da oposição angolana submeteu a 2 de março, à Assembleia Nacional, um requerimento para a constituição de uma CPI para apurar a real dívida pública bruta angolana e os seus beneficiários, além do real impacto sobre o desenvolvimento económico e social de Angola entre os anos 2003 e 2017.

O pedido de constituição desta CPI surge depois de o peso da dívida pública contraída pelo Estado angolano (exceto empresas públicas) ter atingido, no final de 2017, segundo o Ministério das Finanças, o equivalente a 67% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Discutir "para inglês ver"

Contudo, a pretensão da UNITA foi recusada pela direção do Parlamento, presidido por Fernando da Piedade Dias dos Santos (MPLA), entre outros motivos por falta de fundamentação.

"A nossa fundamentação é imensa, por isso não colhe, e na argumentação [do indeferimento] até vão ao ponto de dizer que o ministro [das Finanças] foi aplaudido no parlamento, como argumento de uma resposta jurídica', critica.

"Isto são, sem dúvida, assuntos de interesse nacional. Só que é esta problemática de que se discute, discute, mas é para inglês ver. Esta é a mais grave de todas, porque não fizeram ainda nenhuma resposta à anterior CPI, sobre o Fundo Soberano, em que o valor envolvido é elevadíssimo, mas são 5,7 mil milhões de dólares. A dívida pública ultrapassa os 45 mil milhões de dólares, é muito mais grave " e houve uma rapidez a tentar lavar as mãos': afirma ainda Adalberto da Costa Iúnior, Com mais um pedido de constituição de uma CPI travado, o deputado da UNITA diz ser necessária uma resposta: "Vamos dar um tratamento adequado a esta situação. Quem gere hoje a Assembleia Nacional não se limita ao cumprimento da lei':

A maior rubrica do Orçamento

Para o grupo parlamentar da UNITA, conforme se lê no requerimento para a constituição da CPI, a que agência Lusa teve acesso, o tema da dívida pública "ainda não alcança a relevância que merece nos debates, não obstante ser a maior rubrica do OGE [Orçamento Geraldo Estado] desde o ano de 2016':

"De um peso de apenas 11 % do total do OGE em 2013, evoluiu para 12% em 2014, 26% em 2015, 32% em 2016 e 2017 e 52% em 2018. Houve um aumento

de 373% do peso da dívida no orçamento só entre 2013 e 2018': fundamenta o documento.

Acrescenta que a tendência é de aumento para os próximos anos, além de que "não obstante ser um problema gravíssimo e inibidor do crescimento e desenvolvimento, o tema da dívida não é discutido por falta de conhecimento e pelo facto de os dados serem embelezados pelo executivo.

A UNITA considera que 'o país está num nó", que é o sistema da dívida, questionando qual o seu valor real, quem são os beneficiários e o porquê da sua existência.

"Precisamos saber (a população tem esse direito) por que subiu bastante a dívida pública, principalmente nos últimos quatro anos? A que é que corresponde o empréstimo legítimo que o ente público realmente contratou e recebeu? O que é que corresponde aos esquemas financeiros que geram dívida pública? Tudo isso tem que ser segregado e esta CPI tem esse mérito", é realçado no requerimento.

O documento pretendia apurar, em 90 dias, se os empréstimos elementares da ordem jurídica nacional e as boas práticas internacionais foram observados no tratamento da dívida pública.

O Governo angolano prevê captar 6,721 biliões de kwanzas (23.800 milhões de euros) de dívida pública em 2018, totalizando 54.500 milhões de euros de endividamento até final, segundo prevê o Plano Anual de Endividamento (PAE).

De acordo com o documento, elaborado pelo Ministério das Finanças em meados de fevereiro e ao qual a Lusa teve acesso, estas necessidades repartidas por 4,762 biliões de kwanzas (18.100 milhões de euros) a captar em dívida emitida internamente e 1,959 biliões de kwanzas (7.400 milhões de euros) em desembolsos externos, visam "colmatar as necessidades de financiamento' do OGE de 2018.

4.12 "Chumbo" à auditoria à dívida pública faz duvidar das intenções da governação

Jornal Economia e Finanças
23 De Março de 2017
Texto: Isaque Lourenço

As boas práticas internacionais de gestão das finanças públicas recomendam um áscio de dívida que não supere a Receita Líquida Corrente, sendo que em Angola, até 2016, a posição legal era desta não ultrapassar os 60 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Nos debates que antecederam a aprovação do OGE/2018 muito falou-se sobre o endividamento, uma vez que 52 por cento do valor previsto na programação económica do Governo destina-se ao pagamento da dívida contraída quer interna seja externamente.

A respeito, o ministro das Finanças, Archer Mangueira, chegou a reconhecer, nos debates, a existência de uma dívida com elementos não reais.

Este posicionamento do Titular das Finanças deu azos às opiniões segundo as quais "era de todo recomendável que se fizesse uma auditoria à dívida pública, para apurar-se a sua real posição".

Credibilidade

Uma das vozes é de Precioso Domingos, a jovem economista e docente universitário que defendeu, numa anterior entrevista a este respeito, que a melhor forma de o país responder aos apelos de combate à impunidade e a corrupção do Presidente da República era de o Estado abrir as portas à auditória externa e independente à dívida. Ele é também investigador pelo Centro de Estudos de Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC/UCAN).a mesmo entende que esse passo credibilizaria a opinião externa e daria maior confiança interna aos objectivos do Executivo.

Por sua vez o também economista Yuri Quixina, nos seus posicionamentos públicos a respeito, corrobora com a opinião de Precioso Domingos. Diz ser de todo necessário que as contas públicas sejam escrutinadas num exame público e feito por entidades de credibilidade reconhecida internacionalmente.

Já o economista Carlos Gomes, comentando as declarações de um certo líder partidário sobre o chumbo à auditoria requerida para a dívida pública, entende que não deixar-se auditar à dívida é um acto pouco patriótico. Conforme diz, há um esforço da AGT, sobretudo, em recolher toda a receita tributária possível e imaginária.

"Essa acção da AGT, deveria ser acompanhada por uma maior abertura para que todos saibamos ao certo quem foram as empresas que prestaram serviços ao Estado", disse.

Carlos Gomez diz não ser crível a falta de abertura de um certo grupo ante ao desafio de transparência lançada pelo Presidente da República até porque o ministro das Finanças terá reconhecido existir uma certa dívida não real, pois há serviços contratados por

entes públicos que não estavam previstos nem tinham a respectiva cabimentação. Esta acção contraria o princípio económico sobre a contratação de dívida, que mais do que simples empréstimo recomenda que ela deve estar inscrita nos programas concebidos pelo Estado.

Uma voz também em consonância com aquelas que defendem a auditoria independente à dívida pública é a do economista Rui de Sousa Malaquias. Este entende que "pode haver gato escondido" e que a melhor maneira de mostrarmos seriedade nesse processo seria mesmo abrir-se.

Estima-se que o valor da dívida seja superior a 50 mil milhões de dólares, sendo que uma das principais premissas do Governo do Presidente João Lourenço está em torno do pagamento da dívida para enriquecer a economia.

Défice orçamental

A medida de cobertura do défice orçamental com os excedentes do petróleo é acertada e tida como a melhor saída para o Executivo angolano minorar os constrangi- mentos que se vive na economia nacional seja na balança comercial ou na de pagamentos.

Conforme programação, entre os compromissos previstos estão incluídas as dívidas às pequenas e médias empresas, pois sabe-se que o contexto actual da economia angolana é difícil, pois uma coisa é governar com os cofres cheios e outra com eles vazios.

Tal posição é justificada pelo aumento do défice orçamental estimado em 3,5 por cento do Produto Interno Bruto no (OGE) recentemente aprovado, ao contrário dos 7,5 registados no orçamento de 2015.

Daí que a consolidação da estabilidade macroeconómica para o ano 2018, passará pela aplicação de acções de política que concorrem para a robustez do quadro da política fiscal e sustentabilidade das finanças públicas.

4.13 Endividamento público

Jornal Economia e Finanças
23 De Março de 2018

Precisamos de entender que, a dívida pública, por si só, não é mau, e nem é causa estranguladora de uma economia. Como instrumento que pode viabilizar as actividades económicas e sociais, tapar os buracos financeiros e levantar as economias, o endividamento público, precisa de ser devidamente balançado, rentável e sobretudo sustentável. O primeiro pressuposto, tem a ver com o estudo, e apuramento das reais necessidades de se contrair dívidas, sendo que estas, deverão ser alocadas, exactamente naquelas actividades com um elevado grau de importância para a economia e para as famílias. Arentabilidade está puramente dependente do primeiro requisito (e dos recursos com que se vai contar para a materialização das ideias, bem como do grau de eficiência dos resultados apurados), e este, vai dar azo a sustentabilidade da dívida, que por sinal, é mais complexo, arrefece - e ou anula - o provável impacto negativo das dívidas, e por isso mesmo, é desejável às economias. Desde logo, a dívida sustentável, é aquela que, para além de obedecer as bitolas de endividarnento definidos por lei e ou por cada contexto macroeconómico, é liquidada adimplentemente pelo mutuário, sem com isso, pôr em causa a vida das famflias de hoje, e nem sequer a geração vindoura.

Não vale pensar que, quando maior for o endivídamento de Utn Estado, é porque, necessariamente, menor é a sua capacidade interna de criar riqueza, e na sequência, maior é a sua vulnerabílidade económica no contexto internacional; nem setnpre contrair dívida, é sinónimo de iliquidez: B, mais, o refínanciamento da dívida, como instrumento financeiro, nos mostra que, continuar a ter dívidas, é economicamente aceitável.

Arelação entre o mutuante e o mutuário, deve ser de ganho mútuo. O mutuante, como não concede créditos de borla, para reinventar e sobreviver, rende dos juros que cobra ao mutuário. A este, se aconselha a alocar os' passivos aí aonde, na verdade, possa lucrar mais. Daí dizer-se que, o custo do crédito, deve ser zerado, pela satisfação das necessi- dades e ou desejos das famílias, na sequên- cia dos resultados das actividades tornadas reais por conta dos empréstimos.

Em Angola, apesar do défice orçamental ser, em bom rigor, o maior motivo do endividamento público, a toma de créditos também serve para refinanciar uma dívida anterior, assim como visa enxugar a massa monetária do mercado, através da emissão de títulos públicos, procedimento desencadeado pelo Banco Central, tão logo o estágio macroeconómico exigir: Fundamentalmente quando a oferta de produtos e serviços no mercado interno está em queda, face à um volume da massa monetária em alta.

Os títulos públicos, que em linguagem "terra-a-terra", significam trocar papéis por dinheiro, mediante certas exigências jurídico-financeiras, que pendem sobre as partes neles interessadas, podem ser representados por bilhete de tesouro - instrumento financeiro de curto prazo - e por obrigações de tesouro -

instrumento de médio e longo prazos . Por conseguinte, quanto a maturidade da emissão de título, este pode ser flutuante quando a dívida-é totalmente amortizada no mesmo ano de exercício económico e fundada - quando será amortizada em exercícios orçamentais futuros.

É líquido avançar que o abaixamento do preço do petróleo e os demais erros (. ..) que cometíamos até bem pouco tempo, tornaram frágil o nosso poder financeiro. É fundamentalmente, Por isso que, a liquidação, só para citar, das dívidas públicas do Estado, costumam ser bastante morosos. Os empresários afirmam isso mesmo! Esperançados por dias melhores, defendem, dentre outras medidas, que o processo de cadastramento e certificação de créditos por parte da Unidade de Gestão de Créditos "UGD", afecto ao Ministério das Finanças, seja mais célere. Na medida em que os atrasados do Estado fragilizam as ernpresas. Essencialmente as pequenas, micro e médias, uma vez que passam a reinventar e a empregar menos.

4.14 IVA será introduzido gradualmente em nove meses

Jornal de Angola
26 De Março de 2018
Texto: Armando Estrela

Para quando entrada em vigor do Imposto sobre o Valor Acres- centado (lVA) e quem será abrangido?

Perspectiva-se que a fase de implementação do Código do IVA entre em vigor no dia 1 de Janeiro de 2019 e que seja aplicada de forma gradual, começando com os Contribuintes cadastrados na Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes, por um período de até dois anos, e posteriormente estender-se aos restantes contribuintes, sem prejuízo de serem criadas condições para os contribuintes que queiram solicitar a sua inclusão na entrada em vigor do diploma.

O que é o Imposto sobre o Valor Acrescentado?

O Imposto sobre o Valor Acrescentado (lVA) é conhecido como sendo um imposto indirecto que tributa o consumo. É plurifásico, de incidência ampla, que abrange, de forma generalizada, as transações de bens e prestação de serviços, abarcando pontos de produção, distribuição e comercialização, baseado no método subtractivo da liquidação e dedução. Assim sendo, afigura-se necessário a substituição do imposto actual imposto de consumo, com vista a tomar a tributação do consumo mais produtiva, eficiente e neutra, à semelhança do que ocorre nos impostos de tipo IVA.

O que implica a introdução do lVA?

A introdução do IVA implica a admissão de um imposto que tribute o consumo, atendendo a lógica de incidências sobre o valor acrescentado nas diversas fases da cadeia produtiva, com possibilidades de dedução do imposto suportado nas fases antecedentes. A sua introdução decorre dos problemas actualmente levantados pelo sistema de tributação monofásico, incidente na fase de produção, nomeadamente a subsistência de situações de cascata (imposto sobre imposto), em alguns casos, e de perda de receita potencial ao longo da cadeia de valor. Adicionalmente, um Imposto sobre o Valor Acrescentado corresponde às melhores práticas internacionais, sendo amplamente utilizado por países com distintas estruturas económicas, estágios de desenvolvimento e capacidade administrativa.

Isto está em linha com os objectivos do Governo para o quinquénio?

No âmbito dos objectivos definidos pelas Linhas Gerais do Executivo para a Reforma Tributária, aprovado pelo Decreto Presidencial nº 50/11, de 15 de Março, tendo em vista a adaptação da legislação à nova realidade económica e social do País, a prática tributária e as experiências vivenciadas revelam a necessidade da realização de alguns ajustamentos no plano legislativo, nomeadamente no domínio do Imposto de Consumo. A tributação do consumo far-se-á essencialmente a partir da evolução do actual imposto de consumo para um imposto do tipo IVA, sem efeitos decascata, adequado à estrutura socioeconómica angolana, devendo, para o efeito, a administração dominar a lógica de funcionamento do imposto e colher experiências estrangeiras "de outros países.

Esta introdução implica alteração ou revogação de outros Códigos?

A introdução de um IVA em Angola requer a aprovação de legislação referente ao imposto, bem com~ a revogação do imposto de consumo. Contudo, a introdução do imposto vai também requerer a aprovação de alterações aos outros diplomas legislativos. No que respeita à diplomas legislativos na área fiscal, serão necessárias alterações ao Código Geral Tributário, ao Código do Imposto de Selo, ao Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes, ao Código do Imposto Industrial, ao Código do Imposto sobre o Rendimento de Trabalho e num caso específico

apenas, à Lei Sobre a Tributação das Actividades Petrolíferas.

Como fica o actual Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes com a introdução do IVA?

Haverá uma alteração no actual Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes devido ao contexto actual e a implementação do IVA em algumas situações, como a:

1. Criação de artigos de definições; 2. Introdução de normas praticadas pelo "mercado", como (i) factura/recibo, (ii) venda a dinheiro e (iii) factura com carimbo de pago; 3.lntrodução de "facturas genéricas" e "facturas globais"; 4. Definição de "notas de débito" e de "notas de crédito", para eliminação de enquadramentos indevidos nas empresas de grupo; 5.lntrodução do mecanismo da "auto- facturação", nas aquisições de bens e serviços a pessoa singular ou colectivas que não têm condições de emitir facturas, para a responsabilidade ser das entidades beneficiárias ou adquirentes; 6. Introdução de um limite tendo em conta o volume de negócios, para obrigação na emissão facturas em programas informáticos e em Tipografias; 7. Definição da competência para a fiscalização; 8. Outros.

Quais serão as vantagens para o sistema fiscal angolano?

A grande vantagem do IVA é o alargamento da base tributária. A adopção do IVA por parte dos países em vias de desenvolvi- mento tem sido, sem dúvida, uma das mais importantes medidas de política fiscal em todo o mundo. Os seus defensores argumentam que o IVA tem servido como uma ferramenta útil para aumentar a receita fiscal dos governos e consequentemente evitar a dupla tributação aos sujeitos passivos na cadeia de produção, distribuição e comercialização como acontece actualmente com o imposto de consumo no "efeito em cascata". O IVA tem ajudado muito os países em via de desenvolvimento na redução da informalidade, trazendo mais contribuintes para o sector formal da economia.

o que se afigura para os diversos sectores da economia? Na implementação do IVA várias situações serão acauteladas, tendo em conta a realidade angolana e a protecção de dife- rentes sectores da economia, a destacar os seguintes:

1. Alguns sectores de actividade, tais como o Estado, Bancos, Seguradoras, Operadoras de Telecomunicações, Petrolíferas e Diamantíferas, propor que o IVA seja retido na fonte "IVA Cativo" por estas entidades que beneficiam de bens e serviços de modos a reduzir a fuga do imposto, quando o fornecimento de bens e os serviços são prestados a estas entidades;

2. Criação de um limiar tendo em conta o volume de negócio para definição do (i) "Regime Geral" e o (ii) Regime Simplificado Declarativo, de modos a proteger os sectores com menos rendimentos;

3. No Regime Simplificado Declarativo, criação de benefício fiscal na dedução de uma percentagem a colecta definitiva do Imposto sobre o Rendimento;

4. Separação da conta do IVA arrecadado destinado aos gastos públicos e a conta do IVA destinado ao reembolso, este último sob gestão da AGT. Os gestores públicos serão proibidos de utilizar a conta de reembolso para a gestão dos gastos públicos;

5. Os reembolsos em "regra" serão em dinheiro (direito do sujeito passivo) e de forma "facultativa" o reembolso poderão ser em títulos;

6; Para os consumidores finais "individuais" serão criados benefício fiscal em função do seu consumo por intermédio das facturas, através de declarações individuais do IVA;

7. Criação de regras especiais de isenção para o sector da agricultura, pecuária, piscatória, aquicultura, silvícola, avicultura e apicultura;

8. Isenção sobre as importações e o consumo interno de bens da cesta básica em alinhamento com a "Pauta Aduaneira", bem como a regra de isenção nas importações de matérias-primas para o sector da produção;

9. Criação de isenção ao sector da educação "ano curricular" e da saúde. Na saúde será criado um regi me de exclusão por intermédio de lista a ser definida;

10. Manter a regra de isenção ao sector petrolífero nas áreas de pesquisa e desenvolvimento.

Nesse campo, haverá colaboração com as associações ou organizações empresariais angolanas?

A AGT tem a colaboração no grupo de trabalho da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA) e a Ordem dos Advogados de Angola (OAA). E simultaneamente está a ser feita auscultação e estudos conjuntos com as principais associações e confederações angolanas, no sentido de acolher as contribuições no diploma e os problemas existentes no mercado angolano, para acautelar no pacote legislativo.

Existe algum apoio das Autoridades Tributárias de outros países que implementaram o IVA?

A AGT está a ter a colaboração das Autoridades Tributárias de outros países em visitas técnicas efectuadas a estes países pelo Grupo Técnico, para a recolha das melhor práticas do IVA para implementação no contexto económico e social de Angola, nomeada- mente (i) África do Sul, (ii) Cabo Verde, (iii) Portugal, (iv) Uruguai, (v) Moçambique, (vi) Uganda, (vii) Quénia e outros.

A nível de recursos humanos, a AGT está preparada para operacionalizar a tributação em sededo IVA?

Para a implementação do IVA foi criado um grupo técnico de implementação do Imposto sobre o Valor Acrescentado, denominado GTIIVA, por Despacho do presidente do Conselho de Administração da AGT. O GTIIVA está encarregue de desenvolver os trabalhos preliminares sobre a implementação do IVA, designa- da mente, o desenho conceitual, o pacote legislativo e regulamentar, a gestão operacional e tecnológica e o acompanhamento do processo pós-implementação.

Isto implica inovação e mais responsabilidades, sem dúvida?
A AGT está a preparar o desenho dos procedimentos administrativos, informáticos e dos sistemas de informação, para porém prática o novo modelo de tributação do consumo, bem como na divulgação do novo modelo de tributação junto dos funcionários e dos contribuintes através de processos de formação e informação específica, como uma questão decisiva para o êxito da reforma. Não obstante a isso, deverá ser garantido que na efectiva entrada em vigor do Código do IVA estejam preparadas todas as condições do sistema informático e exaustivamente testados, para atender às novas demandas do IVA, depois de bem definidos os cronogramas de funcionamento do SIGT e do ASYCUDA, com a activa participação dos funcionários da AGT.

Na região da SADC, quantos países já implementaram o IVA?

A experiência internacional demonstra que o IVA funciona, de acordo com, a realidade de cada país, em 160 países, dos quais 54 africanos. A nível da região da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), Angola é o único membro que até ao momento ainda não implementou um imposto dessa natureza.

Qual será a taxa do IVA para Angola?

Não se sabe ainda, ao certo, qual será a taxa aplicável. Mas, está a ser feito um estudo mais adequado à nossa realidade, sem prejuízo de se apontar para a taxa média da região da SADC.

Que objectivos quer alcançar a AGT com o IVA?

O objectivo é o alargamento da base tributária e o alinhamento com as práticas internacionais para o desenvolvimento do país.

É importante não descurar que a implementação do IVA em Angola pressupõe suprir determinadas contingências, designadamente, a baixa cultura fiscal, promover o surgimento de mais profissionais de contabilidade, auditoria e de direito, reforçar o capital humano com experiência necessária, quer no sector público, quer no sector privado, e a implementação de sistemas informáticos eficientes e robustos.

Tudo estará acautelado na legislação?

Pretende-se que a legislação do IVA de Angola consagre um IVA SLlM: simples, local e moderno.

1. Simples, na medida em que deverá consagrar um âmbito lato de aplicação do imposto, com número mínimo de excepções e cálculos do imposto simplificados, nomeadamente no que respeita à base tributável, à localização das operações tributáveis e ao exercício do direito à dedução.

2. Local, na medida em que deverá ser adequada às realidades locais e ao contexto socioeconómico de Angola, designadamente, através da exclusão da base tributável de alguns bens e serviços por razões de cariz socioeconómico ou de simplificação e a inclusão de regimes especiais para pequenos contribuintes e de regras especiais aplicá- veis à tri butação do sector petrolífero.

3. Moderno, na medida em que deverá, cpnsagrar um IVA, à medida' do possível, digital, designada mente, através da submissão das obrigações declarativas e de facturação, e a inclusão das mais inovadoras práticas internacionais no com- bate à evasão e à fraude fiscal.
Há condições internas, a nível de controlo informático, para a sua implementação?

As condições internas estão a ser criadas ao nível tecnológico. Pretende-se fazer alterações no Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes de acordo com a realidade angolana, para o asseguramento do IVA no contexto existente, bem como a introdução do regime das comunicações electrónicas dos programas de facturação dos sujeitos passivos do IVA por Decreto Executivo.

Os Sistemas de facturação dos contribuintes serão certificados pela AGT e comunicado mensalmente no Sistema Integrado de Gestão Tributária (SIGT)

através de carrega mentos eletrónicos, com a Declaração Fiscal Periódica:

Contribuintes com internet (submissão online); Contribuintes sem internet (submissão com uma pendrive na Repartição ou Posto Fiscal),

As empresas sem contabilidade organizada, como ficam diante do IVA?

As empresas sem contabilidade organizada, estarão abaixo do limiar tendo em conta o seu volume de negócios. Estes contribuintes estarão no Regime Simplificado Declarativo, de forma a proteger os seus rendimentos. Os contribuintes deste regime, sobre a sua declaração fiscal mensal, serão criados benefício fiscal na dedução de uma percentagem a colecta definitiva do Imposto sobre o Rendimento.

Que medidas estão a ser traçadas para evitar a evasão fis- cal em sede do IVA?

A introdução de normas para efeitos do combate à elisão, evasão e fraude fiscal, regras gerais anti-abuso e de responsabilidade de terceiros por evasão e fraude, em conjugação com as regras especiais destinadas a combater tipos específicos de abuso ou evasão. À AGT impõem-se a desmaterialização da informação declarada e simplificação dos procedimentos, através do cruzamento de informação dos dados eletrónicos.

No que à sua implementação respeita...

No que à sua implementação respeita, tendo em conta a complexidade deste imposto e ao seu carácter inovador no panorama tributário angolano, podemos definir, de acordo com experiências internacionais comparáveis, pressupostos essenciais para garantir uma transição com sucesso e redução de possíveis fraudes e evasões fiscais de um regime do Imposto de Consumo para um regime do tipo IVA, nomeadamente:

1. Estrutura de taxas simples e de valor relativamente baixo, de forma a não criar uma tributação excessiva, que fomente práticas fraudulentas e de evasão fiscal;

2. Iniciar a tributação com as Grandes Empresas e a criação de um limiar de inclusão obrigatório após o período transitório, para ir acompanhando o grau crescente de formalização dos agentes económicos;

3. Sistema de devolução do IVA restritivo, privilegiando-se outros sistemas de dedução do imposto anteriormente suportado, de modo a evitar esquemas de devolução indevida;

4. Isenções limitadas e bem sustentadas, promovendo a cultura de impostos abrangentes e justos;

5. Frequência de entrega elevada, facilitando o relacionamento dos contribuintes com a Administração Tributária e aumentando a visibilidade das suas operações;

6. Período alargado entre a entrada em vigor do Código do IVA a abrangência para todos os contribuintes acima do limiar, para permitir a atempada adaptação à nova legislação;

7. Um sistema de facturas uniformizado, que garanta a qualidade das facturas emitidas, como base de todos os sistemas de tributação do consumo.

Nesse campo, haverá colaboração com as associações ou organizações internacionais?

AAGT a nível internacional, irá solicitar apoios técnicos, bem como seguir as recomendações de organismos como o FMI (Fundo Monetário Internacional), ATAF (African Tax Admi- nistration Fórum), TADAT (Tax Administration Diagnostic Assessment Tool), CIAT (Inter-American Centerof Tax Administrations), SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), OCOE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) e outros.

4.15 Um quarto das dívidas reclamadas ao estado é fraudulenta

Jornal EXPANSÃO
29 De Março de 2018
Texto: Maurício Vieira Dias

Cerca de 25% de um bilião Kz em dívidas reclamadas ao Estado entre 2014 e 2016 são fraudulentas, porque se referem a serviços não prestados, avançou esta semana a secretária de Estado para as Finanças e Tesouro, Vera Daves.

Este valor é relativo aos atrasados não registados no Sistema Integrado de Gestão Financeira.

No ano passado, foram assinados acordos de regularização de dívidas a empresas que prestaram serviços ao Estado no valor de 87.170 milhões Kz, correspondentes a atrasados a 137 prestadoras de serviços.

Segundo a secretária de Estado para as Finanças e Tesouro, o trabalho de certificação continua, mas

constatou-se que "25% do que foi analisado eram serviços que não foram prestado, era uma fraude".

Em função da denúncia feita pela secretária de Estado para as Finanças e Tesouro, durante uma conferência de imprensa sobre 'actualização da estratégia de regulação de atrasados, a Procuradoria-Geral da República anunciou que vai abrir uma investigação sobre as supostas dívidas fraudulentas, garantiu esta semana o procurador-geral da República, Hélder Pitta Grós.

O magistrado disse que, sendo uma denúncia pública, há todos os motivos para a PGR arrancar com um processo de inquérito para aferir o que se passa. O procurador-geral disse ainda que, embora seja do conhecimento público, que "alguma coisa não estava bem em relação à dívida pública", foi após a denúncia de Vera Daves que a PGR soube "de fonte segura" o que se passava.

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, defende uma apreciação cuidadosa e profunda no processo de certificação das dívidas, porque há dívidas contraídas pelo Estado em que os credores não recebem nota de cabimentação. A título de exemplo, diz que recentemente duas torres da centralidade do Dundo, na Lunda-Norte, estavam a ser ameaçadas pelas ravinas, o governador solicitou às empresas de construção que tapassem os buracos. "As empresas não receberam nota de cabimentação, nem as dívidas estão orçamentadas".

Dívida registada de 391, 1 mil milhões Kz

As dívidas registadas no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), entre 2014 e 2016, estavam estimadas em 391,lmil milhões Kz.

Dos 71,6 mil milhões Kz vidas cujo valor das facturas não supera, individualmente, os 500 milhões Kz, o MinFin licquidou 67% desse valor em pagamento a dinheiro.

Quanto às dívidas superiores a 500 milhões Kz, cujo valor inscrito é de 319,446 mil milhões Kz, o Estado regularizou apenas 18% desse valor, através de títulos de Tesouro.

A secretária de Estado avançou que uma quarta parte do processo de regularização de pagamentos dos atrasados aos fornecedores corresponde a dívida cuja liquidação se encontra em atras o que acaba por não se efectivar um conjunto de situações destacou, entre elas, o facto de os credores não reconhecerem os valores da dívida, reclamando por exemplo, valores mais elevados devido à depreciação cambial, bem como a apresentação de documentos forjados.

4.16 UNITA insiste na auditoria à divida pública

Jornal O PAÍS
29 De Março de 2018
Texto: Neusa Filipe

Depois de a secretária de Estado das Finanças e Tesouro, Vera Daves, ter revelado nesta Terça-feira, 27, que cerca de 25 por cento dos atrasados reclamados por fornecedores do Estado não existe, a UNITA garantiu que vai insistir na criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para auditar a divida pública.

A garantia foi dada ontem a OPAIS pelo seu porta-voz, Aleides Sakala, quando reagia às declarações da secretária de Estado das Finanças e Tesouro, que disse que os números reclamados são falsos e forjados sob a alegação da depreciação do kwanza.

"Há que se apurar responsabilidades da divida contraída, saber quem são as pessoas e as instituições afectas para se ter uma ideia exacta", afirmou Sakala.

Lembrou que o grupo parlamentar da UNITA já havia solicitado à Assembleia Nacional, a criação da CPI, proposta que foi rejeitada.

"Nós' entendemos a recusa da Assembleia Nacional como um argumento que procura encobrir os responsáveis dessa situação", reforçou Sakala.

Avançou que a instauração do inquérito à divida pública deve ser levada avante "para o bem do país, da transparência na gestão pública e para o combate à corrupção".

Vera Daves informou ainda que uma quarta parte do processo de regularização de pagamentos pelo Estado aos seus fornecedores respeitantes a dívidas cuja liquidação se encontra em atraso, os designa- dos "atrasados", acaba por não se efectivar.

A responsável referiu que nessa situação, os credores acabam por apresentar valores mais elevados, alegando a depreciação cambial, ou os documentos que apresentam são "forjados ou falsos".

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 APN contra implementação gradual das autarquias

Jornal O PAÍS
1 De Março de 2018
Texto: Rila Berta

De acordo com a informação, o BP da APN entende não fazer sentido, após 16 anos de paz e de estabilidade política, que se pretenda implementar de modo gradual as autarquias, pelo que defende eleições do poder local que abarquem todo território nacional.

Por outra, aquela organização partidária atirou-se contra o recente pronunciamento do Presidente da República, aquando da realização da primeira reunião do Conselho de Governação Local, "o qual deixou equívoco, ao pretender consultar as formações políticas com assento parlamentar e a sociedade civil, omitindo os partidos extra -parlamentares", lê-se.

No que se refere à educação, o partido considera imperioso reorganizar-se o ensino, a todos os níveis, as instituições de investigação e de cultura e promover uma política de autêntica educação e formação profissional.

No domínio da saúde, reiterou a implementação de medidas que permitam a prestação de assistência médica e medicamentosa rápida, eficiente e total, através do que considerou uma medicina prestigiada, atenta e humanista.

Na informação, a organização política defendeu a transformação dos dias 2 e 8 de Março, datas em que se celebram o Dia da Mulher Angolana e o Internacional da Mulher, respectivamente, como marcos de reflexão para a defesa do género e dos direitos universais da mulher.

A reunião aconteceu sob orientação do presidente do Partido, Quintino Moreira. Durante o encontro, a BP debruçou-se sobre questões ligadas às autarquias, à saúde, educação e ensino e às atinentes ao quadrante internacional

5.2 Cartoon

Jornal de Angola
1 de Março de 2018

5.3 Bornito de Sousa criou sobas fantasmas

Jornal Liberdade
2 De Março de 2018
Texto: Ana Mendes

O nosso interlocutor afirmou ainda que estes sobas são controlados pelo Ministério do Território, que era tutelado pelo vice-Presidente da República, Bornito de Sousa, como uma via de extorquir dinheiro do Orçamento Geral do Estado por intermédio desses, disse Katapi, interrogando: "estes sobas fazem o quê? Resolvem o quê diante da Nação? Nada!"

Segundo o soba Mário Katapi, a politica de cadeira vazia para melhor reinar levou o MPLA a criar os Comités de Acção do Partido em detrimento dos sobas em 1901, mas Bornito de Sousa não estava ainda como ministro do Território. "Estou a citar porque ele é o mentor como jurista e estou mesmo a acusá-lo porque ele e o seu pai, José Eduardo dos Santos, são os mentores', afirmou Katapi.

"Se hoje os angolanos estão a sofrer, eles é que enganavam JES e gostaria dizer a João Lourenço para abrir os olhos porque o seu vice-presidente não inspira confiança. Foi ele que propôs a lei que diz que a terra é propriedade do Estado, afirmou, dizendo ser esta a razão pela qual tem havido muitas mortes por causa das lutas das terras entre generais que possuem poder e a população indefesa".

José Eduardo dos Santos e Agostinho Neto

“Os presidentes José Eduardo dos Santos e António Agostinho Neto têm a nacionalidade angolana entre aspas porque não nasceram aqui no país, como se tem dito", referiu realçando que JES veio para Angola com quatro anos de idade e os sobas de Catete também sabem que Neto não nasceu em Icolo e Bengo razão peja qual não foi enterrado lá", afirmou o Soba Katapi.

Os pais deles chegaram a Angola como escravos e vos garanto que quando chegar a hora de se falar a verdade sobre a história de Angola todos vão ficar admirados e nós estamos a ensaiar isso para informarmos a real história do nosso país, disse o Soba Mário Katapi.

O presidente João Lourenço

O Chefe de Estado JLo, está no bom caminho no que concerne às exonerações e nomeações, e o que não podia admitir é a compra das viaturas de marca "Lexus" que custaram mais de trezentos e cinquenta mil dólares para os deputados, uma vez que ele informou à Nação que o país não tem dinheiro', disse o soba.

Neste momento, o que o povo deve fazer é abrir o olho, para que não sejamos enganados nas próximas eleições, disse Mário Katapi. Para ele, caso João Lourenço não resolver os principais problemas que afectam os angolanos, “vamos ver uma revolução social porque a população já não acredita na governação do MPLA, portanto o actual presidente é o renascer da esperança dos camaradas”.

“A sociedade civil e deputados devem pautar-se pela fiscalização das acções do governo para que tenhamos instituições sérias e uma Angola boa para se viver e garantir um futuro para as novas gerações não caírem nas mãos dos lobisomens que gostam matar os autóctones”, frisou o soba Mário Katapi.

A autoridade tradicional salientou ainda que o Ministério do Território tinha que ter uma fiscalização eficaz para saber quantos sobas existem em cada provinda, para acabarmos com estes sobas fantasmas, porque existem aí elementos que não são autoridades tradicionais e recebem as verbas com o título de sobas, disse.

Autoridades tradicionais

Um soba é aquele que possui um território e uma população, e o poder não pode-se transmitir de pai para filho, mas sim de tio para o sobrinho ou do pai para o neto, salientou Mário Katapi, para quem falta o bom senso por parte do governo para ajustar a desorganização que se encontra em Angola sobre as autoridades afins.

Hoje as autoridades angolanas não dão legitimidade aos sobas, mas em Angola existem cinco dinastias que é o reino Lunda Tchokwé, onde reina o Mwatchiavua que é o segundo imperador a nível de África, o Mwatchissengue que está na Lunda Sul, Kazembe que está na Zambia e outros, afirmou o soba.

"Pela forma que as autoridades tradicionais são banalizadas, eu não me sinto satisfeito ser soba aqui em Angola, o poder que tenho é uma concepção dos meus antepassados, porque o soba não morre e o nome de Katapi é da minha família, disse acrescentando que não tem medo das outras autoridades tradicionais como Kangombe Kayami que é Umbundu, Tchiemba Tchilupula que é Bakongo porque nos conhecemos”.

Mário Katapi adiantou que não se sente realizado como soba porque não tem um estatuto que o regulariza como soba, em detrimento dos deputados, ministros, Presidente da República, é aí que não me sinto bem, disse Katapi acrescentando que no ano dois mil formaram o fórum Angolano das Autoridades Tradicional com o objecto de levarmos a voz daqueles que não têm voz diante do estado angolano mas não somos tidos nem achados.

Tradicionalmente, hoje não temos as Lundas que sonhávamos nem a Lunda que queremos, porque o MPLA, FN'LA e a UNITA, criaram a força para dizimar a população por causa das riquezas que possui aquele povo, e actualmente a Lunda tornou-se uma área em que cada abutre vai extorquir a sua riqueza, deixando o povo na miséria, disse o Soba Mário Katapi.

“Elenco desvia milhões de Kwanzas dos sobas”

“A questão das autoridades tradicionais é um problema sério, porque as informações que tivemos numa reunião com os membros seniores da Casa Civil da Presidência, é que os sobas não recebem o valor que está estipulado na folha de salários desde o executivo cessante de José Eduardo dos Santos”: disse recentemente a este Semanário o secretário-geral do Conselho de Auscultação das Autoridades Tradicionais (Cacate), Tiago Katumu.

Segundo o referido representante, “o Presidente da República tem conhecimento que os reis recebem sessenta mil Kwanzas mensais e os sobas quarenta mil, enquanto esta informação não condiz com a verdade porque o valor real que recebemos é: os reis 22.000 Kwanzas, os sobas 18.000 Kz e os adjuntos 15.000Kz. Acreditamos que eles ficam com uma parte do dinheiro que é subtraído dos salários das autoridades tradicionais”, disse Tiago Katumu,

acrescentando que estas manobras eram feitas pelo ex-rninistro do Território, Bornito de Sousa, que ocupa o actual cargo de vice-Presidente da República e os seus antecessores.

De acordo com o secretário-geral do Conselho de Auscultação das Autoridades Tradicionais, Tiago Katurnu, o actual vice-presidente Bornito de Sousa levou o processo do cadastramento das autoridades tradicionais para a Presidência da República. Uma vez que era da responsabilidade do Ministério do Território, nós questionamos a que se deve a transferência deste dossiê para a área em referência, porque até nós sempre defendemos que pudesse passar para o Ministério da Cultura, onde há quadros capacitados cientificamente para os estudos que se pretende em Angola.

"Nós gostaríamos saber onde é que o dinheiro subtraído vai ou com quem fica? Porque temos informações fidedignas que os valores vêm e se tiverem dúvidas vão à Casa Civil da Presidência da República e perguntem quanto é que os sobas e reis ganham e vão constatar a veracidade. Nós até queremos um debate nacional para metermos isso em pratos limpos" disse o secretário.

Tiago Katumu salientou ainda a este semanário que já havia informado ao ex-presidente da República, José Eduardo dos Santos, que as autoridades tradicionais recebem um salário de miséria que ronda os 22.000 aos 15.000 Kwanzas, e JES ficou de boca aberta, afirmando que a folha de salários que assinava, naquela altura, não era dos valores que estava a ser informado.

"Gostaríamos de apelar ao Executivo que passe a responsabilidade das autoridades tradicionais ao Ministério da Cultura porque não confiamos no Ministério do Território (MAT), e eles não têm técnicos capazes de fazer investigações sobre a cultura nacional e o património cultural, isso é com o Ministério da Cultura, portanto não faz sentido o MAT assegurar as autoridades tradicionais. Queremos que a ministra Carolina Cerqueira tome a responsabilidade das autoridades tradicionais porque ela é uma pessoa de bem e vai fazer com que o dinheiro dos sobas chegue completo. Nós já não queremos mais aqueles malabaristas que estão habituados a desviar as verbas. Estamos cansados de sermos explorados desde o tempo colonial, com os sobas a ganharem quinze mil Kwanzas e têm mais de cinco filhos o que é que vão fazer com esse dinheiro? Acha que vinte e dois mil para o rei de Mbanza Kongo que é o dono das terras de onde saiem as riquezasdo país é suficiente? Isso é abuso de confiança", rematou Tiago Katumu.

No princípio do contraditório, este Semanário contactou na última terça-feira a área de Comunicação Institucional do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, Sérgio Conceição, que pediu que lhe enviássemos as questões por correio electrónico, assim feito aquela instituição não indignou-se em responder as nossas questões até ao fecho desta edição.

5.4 Chivukuvuku quer autárquicas no segundo semestre de 2020

Jornal de Angola
5 De Março de 2018

O presidente da CASA-CE, Abel Chivukuvuku, disse que as eleições autárquicas, as primeiras no país, devem ocorrer no segundo semestre de 2020.

Ao falar, no sábado, na cidade do Huambo, num encontro metodológico da região centro e sul da coligação que dirige, o político considerou que 2020 é o momento certo para a institucionalização das autarquias, já que dois anos depois acontecem as eleições gerais.

O Presidente da República, João Lourenço, garantiu, recentemente, que as eleições autárquicas terão lugar antes de 2022, altura em que se realizarão as próximas eleições gerais.

Chivukuvuku disse que a CASA-CE também quer que entre 2020 e 2022 ocorra a reforma constitucional, para que o Presidente da República seja eleito directamente pelos cidadãos e não como cabeça de lista de algum partido político, como ocorre actualmente.

Candidato a Presidente da República nas eleições gerais de 23 de Agosto último, Abel Chivukuvuku afirmou que a coligação está disponível a apoiar o Executivo na materialização das políticas de combate à corrupção, reforma constitucional e, de forma conjunta, encontrar uma nova vocação social, para melhor resolver os problemas da população.

Sobre o encontro que orientou, o político referiu que o mesmo permitiu debater assuntos ligados à vida interna da coligação, na perspectiva da sua reformulação e reforço da unidade interna, de modo a doptá-Ia de capacidades de estabilização e funcionalidade e, por via da qual, evitar solavancos.

Antes de orientar o encontro' o líder da CASA-CE reuniu-se com o arcebispo católico do Huambo, Dom José de Queirós Alves, e com o secretário local da Igreja Evangélica Congregacional em Angola, reverendo Tarcísio Pedro Tchokombongue, tendo-se,

posteriormente, inteirado do funcionamento do hospital central.

5.5 Mais de 100 detidos e três mortos

Jornal VISÃO
2 De Março de 2018
Texto: Nelson Francisco

Mais de 101 pessoas detidas e pelo menos três mortos é, segundo o Movimento do Protectorado Lunda- Tchokwe, o balanço da manifestação na região diamantífera das Lundas Norte e Sul.

Segundo a organização, as detenções começaram antes do protesto, durante a madrugada, nas residências dos responsáveis do Movimento, mais concretamente na localidade do Cuango, município da Lunda-Sul, até chegarem aos locais indicados para o início da manifestação, enquanto os manifestantes se concentravam.

"No Cuango e em Capenda-Camulemba, na Lunda Sul, muitos foram apanhados dentro das suas próprias casas. Em Cafunfo, Lunda Norte, na sua maioria, foram detidos na manifestação por volta das 8hOO': explica o líder da organização, José Mateus Zecamutchima. O responsável contabiliza ainda "8 pessoas feridas, entre as quais duas em estado grave, por terem sido atingidas com bala de fogo".

Segundo o presidente do Movimento, as forças de segurança abriram fogo contra cerca de 4 mil manifestantes em Cafunfo. Os oito feridos terão sido levados para a única esquadra policial da localidade, alegadamente sem receber assistência médica. Um dos feridos graves, Estêvão Aroma, de 25 anos, baleado na cabeça, terá perdido a vida na mesma esquadra, segundo Zecamutchima.

Um outro detido, André Zende, viu a sua casa totalmente destruída pela Polícia de Intervenção Rápida (PIR) após a sua detenção na sua residência. "Outro cidadão que está num estado lastimável é o senhor Cândido Mwanhende" diz o presidente do Movimento, que acusa a polícia de torturar o manifestante.

Prossegue a "caça ao homem"

Neste momento, segundo relatos recolhidos, continua a "caça ao homem" contra todos aqueles que se identificam com o Movimento do Protectorado, numa operação coordenada entre a Polícia Nacional da Ordem Pública, a Polícia de Intervenção Rápida e as Forças Armadas. Há relatos de raptos desencadeados por homens trajados à civil que se supõe pertencerem aos Serviços de Inteligência do Estado (SIE).

"A situação permanece tensa em quase toda a extensão da província da Lunda-Sul e nalgumas localidades da Lunda-Norte, porque há neste momento perseguições porta-a-porta, e as pessoas estão a abandonar as suas casas com medo de serem detidas e levadas para locais incertos': diz Zecamutchima.

O presidente do Movimento do Protectorado Lunda Tchokwe afirma ainda que a repressão contra o protesto do "povo Lunda" é um sinal de que o Governo do Presidente João Lourenço não está preparado para governar, apesar dos seus discursos sobre dialogar e saber ouvir as críticas: "O MPLA tem uma estrutura hipócrita e hoje só tivemos mais uma vez prova que Lourenço é uma das caras da mesma moeda".

"Escrevemos à presidência da República, ao ministro do Interior e aos governos locais com 45 dias de antecedência, mas como o MPLA é um partido comunista e contrário às leis e à Constituição que ele próprio aprovou, mais uma vez estamos a ser reprimidos e humilhados, por tentarmos usar um direito Constitucional e defendermos a nossa própria terra e o direito de autodeterminação': acusa o presidente do Movimento do Protectorado.

A organização reivindica há vários anos a autonomia da região, que compreende as províncias de Kuando Kubango, Moxico, Lundas-Norte e Sul, alegando "que a região rica em diamante e madeira não faz parte de Angola" baseando-se num tratado assinado em 1887 entre as autoridades coloniais portuguesas e o reinado de Mwatiãnvua [o imperador da região na época], sendo que as Lundas foram anexadas oficialmente ao território angolano a partir de 1920.

Tortura nas cadeias

Crianças, mulheres e idosos não foram poupados na "acção musculada" das forças de segurança, diz o Movimento do Protectorado.

Nas várias cadeias onde se encontram espalhados os manifestantes detidos, muitos estão a ser submetidos a tortura, segundo fonte ouvida na condição de anonimato junto da polícia em Saurimo, sede da província da Lunda-Sul.

"É arrepiante como nós, enquanto órgão vocacionado para protecção da segurança dos cidadãos, estamos a agir como se fôssemos terroristas ou uma organização criminosa" diz um agente da PIR que pede para não ser identificado. "É mesmo muito

doloroso ver como as pessoas estão a ser agredi das, mesmo a sangrar, e os nossos chefes [comandantes] têm o prazer de ver e incentivar tudo isso. Vou abandonar a corporação por essas práticas': diz o agente.

Entretanto, José Mateus Zecamutchima diz que vai colocar o assunto junto de instâncias internacionais devido a violações graves dos direitos humanos desencadeados pelo Estado angolano, que é membro do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

"Sempre apelámos ao diálogo. A nossa luta foi sempre pacífica. Mas o Governo sempre usou a força da arma e outros meios violentos contra o 'povo da Lundà. Depois disso, não nos resta outra saída senão apresentar uma denúncia junto das Nações Unidas e da União Europeia, assim como junto na Organização da União Africana", garante.

A rádio Deutsche Welle para a África tentou, sem sucesso, contactar o governador da província da Lunda-Sul, e o porta-voz da Polícia Nacional de Angola.

5.6 Munícipes contestam Carlos Alberto Cavuquila

Jornal Liberdade
2 De Março de 2018
Texto: Joaquim Kupenala

Os habitantes salientam que, quase em toda a sua extensão, o município de Cacuaco enfrenta situações que têm a ver com ausência de melhorias infra-estruturais que possam dar condições de vida condignas às suas comunidades.

Por estes e outros tantos motivos sobejamente conhecidos, alertam ao governador provincial de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, para ter mais atenção com o leque dos seus auxiliares, sob pena de lhe serem imputadas as responsabilidades pela incompetência dos mesmos.

Venâncio Manuel, revelou que é morador há mais de 20 anos na comuna da Funda, cujas condições básicas e sociais são totalmente inexistentes, já que os responsáveis nada fazem para melhorar a qualidade de vida local.

O nosso interlocutor descreveu que é necessária a mudança de paradigmas no intuito de se evitar a nomeação de pessoas acostumadas aos vícios de governação, mas por indolência e incompetência, apenas se aproveitam das benesses dos cargos e nada fazem para o bem-estar das famílias. "Queremos administradores honestos que trabalham no espírito de servir o Estado sem olharem primeiro para os interesses pessoais", aludiu a nossa fonte.

Em sua opinião a comunidade da Funda, sendo maioritariamente ligada à produção agrícola, devia merecer maior atenção, no sentido de desenvolver e melhorar a sua condição de vida.

Mormente, os munícipes avançaram que, actualmente, os moradores andam bastante agastados devido a forma como a administração de Carlos Alberto Cavuquila tem conduzido os destinos da circunscrição de Cacuaco.

Na realidade, os munícipes referiram que a população da Funda, concretamente na zona da Kuilunda, anda assolada por uma epidemia que tem estado a vitimar as crianças, manifestando-se através de muita comichão e temperaturas altas.

O município de Cacuaco, fruto da sua divisão administrativa, é composto por duas comunas e quatro distritos urbanos, que aguardam por todo o tipo de melhorias, para proporcionar boas condições de vida aos seus habitantes.

Os munícipes da Funda, maioritariamente jovens, dedicam-se ao cultivo do campo, produzindo diversos produtos que servem para o abastecimento de mercados formais e informais da capital do país. A sua população local está estimada em 8 mil moradores, para além de alguns naturais que vivem em Luanda. Tem como limites geográficos os municípios do Cazenga e Viana da província de Luanda e delimita também com a vizinha província do Bengo.

5.7 Partidos apoiam descentralização

Jornal de Angola
2 De Março de 2018
Texto: Victor Carvalho

O Presidente moçambicano, Filipe Nyusi, na sequência das reuniões que tem mantido com o líder da oposição e da Renamo, Afonso Dhlakama, acaba de formalizar uma proposta de revisão pontual da Constituição que aponta para a gradual descentralização do Estado.

Esta proposta, que resulta dos esforços de busca da paz que Filipe Nyusi e Afonso Dhlakama têm vindo afazer, conta já com o apoio dos três principais partidos moçambicanos que a consideraram esta semana um passo importante para o aprofundamento

da descentralização do Estado, manifestando-se, disponíveis para a aprovar no Parlamento.

A Frente de Libertação de Moçambique (Frelímo), partido no poder, a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), principal partido da oposição, e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) estão de acordo sobre a importância desta proposta de revisão.

Ao intervir esta semana na Assembleia da República, a chefe da bancada da Frelimo, Margarida Talapa, assinalou que o seu grupo parlamentar fará tudo para viabilizar o documento.

"Estamos em condições de, usando o melhor das nossas energias e capacidades, aprovarmos os instrumentos legislativos que se impõem nos mais altos e legítimos interesses dos moçambicanos", afirmou Margarida Talapa, citada pelas agências internacionais.

Segundo aquela responsável o partido no poder vai empenhar-se em garantir uma paz efectiva, sempre na "defesa do interesse nacional". Do lado da Renamo, Ivone Soares, chefe da sua bancada parlamentar, disse na mesma sessão que a aprovação da revisão pontual da Constituição da República será um sucesso para a democracia.

Este partido político, segundo esta sua responsável espera que o Parlamento aprove a revisão pontual da Constituição até Maio deste ano.

Para o líder da bancada do MDM, Lutero Simango, é necessário que a aprovação da revisão pontual da Constituição se faça através de um debate parlamentar franco e de uma consulta pública abrangente.

Para Lutero Simango existe um único ponto desta proposta de revisão constitucional que necessita de ser melhorado, considerando que a eliminação da eleição directa dos presidentes dos municípios retira um direito já adquirido pelos munícipes. A verdade é que o Presidente Filipe Nyusi submeteu ao Parlamento, no dia 9, uma proposta de revisão pontual da Constituição da República que preconiza a nomeação dos governadores provinciais pelo partido vencedor em cada província, a partir das eleições gerais de 2019.

A mesma proposta defende ainda a eleição dos presidentes de município pelas assembleias municipais, acabando com a eleição directa dos autarcas.

Ainda segundo esta proposta, a partir de 2024 os administradores distritais também passam a ser eleitos pelas assembleias distritais, deixando de ser nomeados pelo Governo central.

Há uma semana, o Presidente Filipe Nyusi e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, definiriam durante uma reunião na Gorongosa os passos que são necessários dar no âmbito da consolidação do processo de paz moçambicano.

No final dessa reunião, o Presidente Filipe Nyusi disse que tinham sido clarificados os passos a dar sobre o processo de enquadramento dos oficiais da Renamo, o seu desarmamento e desmobilização bem como a sua posterior reintegração na sociedade civil.

Segundo o Chefe de Estado moçambicano, estes são os pressupostos fundamentais para colocar um ponto final nas hostilidades militares e abrir um capítulo decisivo para garantir a paz efectiva no país.

Nesse sentido, o posto administrativo de Vunduzi, a 40 quilómetros da sede distrital de Gorongosa, onde Afonso Dhlakama se encontra, tem sido desde Agosto do ano passado palco de conversações da Comissão de Assuntos Militares, no âmbito das negociações de paz .

Estes avanços negociais em matéria de âmbito militar surgem depois de um acordo já alcançado entre ambas delegações relativo ao tema de descentralização do Estado, que depois se transformou na referida proposta que vai agora ser submetida ao Parlamento e que já tem a garantia de aprovação por parte de todos os partidos que lá têm assento.

5.8 A questão autárquica em Angola

Jornal VISÃO
2 De Março de 2018
Texto: Carlos Veiga

Tal como foi prometido, trazemos aqui a última parte da análise sobre a deslocação do Presidente da República a província de Benguela onde orientou a primeira reunião ordinária do Conselho de Governação Local, órgão colegial auxiliar do Presidente da República na formulação e no acompanhamento da execução das políticas de governação da Administração do Estado e a implementação das autarquias locais.

Os autarcas não precisam de ser vigiados a milímetros. Basta a autoridade aferida ao povo ou que este saiba castigar ou premiar em sede própria. O maior crivo das autarquias são as eleições autárquicas, oportunidade que os cidadãos têm de sancionar pela boa ou má prestação estugando assim a variável

autonomia de que não mais se negará ao povo. Importante será evitar fricções políticas com a multiplicação de entes desnecessários e a ser assim, importante convirá, outrossim, definir, claramente, as competências de cada um, também, dos distritos urbanos e das com unas na sua relação com as autarquias locais.

Não vale com isso dizer que teremos autárquicas no inframunicipal, ou seja, nos distritos, ou comunas. Não seria "de lege" a julgar pelo entendimento contido no artigo 218.° da Constituição. Relevante será dizer que não deixarão de estar na esfera do poder autárquico as circunscrições de menor dimensão territorial. Apenas se deseja que não haja concorrência positiva ou negativa assim como conflitualidade na sua esfera da acção.

Para acautelar necessário será definir por lei, pode ser com base num Decreto Presidencial, até onde vai a competência ou actuação da autoridade distrital, comunal, "etc. etc".

Mas a questão, dentre várias, que, certamente, irá dividir as opiniões em sede da discussão parlamentar tem a ver com o princípio do gradualismo que resta saber se ao ser assacado valerá, mais ou menos, em razão da geografia económica municipal ou em razão da funcionalidade ou atribuições contidas no artigo 219.° da Constituição. É justo reconhecer que nem todos os municípios estão "inceterisparibus" igualdade de circunstâncias, em termos de desenvolvimento socioeconómico, o que irá obrigar a ponderáveis que mais não seriam por factores funcionais. Ou seja, os municípios de menor valor facial em termos de desenvolvimento podiam sim arrancar com as autarquias sem, no entanto, absorverem todas as funcionalidades ou atribuições "adinitio".

Um dia teremos de discutir sobre a possibilidade de se aumentar a categoria de autarquias locais em obséquio ao número 2 do artigo 218°, isto, por causa de algumas especificidades como as que acontecem com a província de Cabinda de modo a justificar a autonomia administrativa sobre alguns valores culturais ou regionais em jogo, corolário de tudo que vem sendo abordado em apreço por direito reconhecido ou não. Luanda também poderia servir de um balão de ensaio em razão das suas especificidades ou mesmo com fim de acautelar-se o excesso de intervenção central no processo de governação da província.

A cláusula sobre esta matéria é uma conquista do Poder Constituinte de que se atribui o empenho do Deputado Raul Danda, na altura, Deputado independente no Grupo Parlamentar da UNITA, antes de 2010. E, naturalmente, que foi um dos pontos que passou a arvorar a nossa Constituição como sendo de consenso. A Constituição respalda muitas coisas, só que nem sempre os actores políticos dela se socorrem com base na melhor interpretação. Por isso é que ela é um instrumento bem e mal-amado em qualquer parte do mundo. O importante é fazer a melhor aplicação (interpretação) inserido no argumento jus - político-constitucional.

A autarcização é um processo que não inicia hoje. Já no tempo do Presidente Eduardo dos Santos tinham sido lançadas as bases com trabalhos que permitiram a que hoje se levasse o expediente ao parlamento.

Só que ao ser assumido como uma divisa no quadro da campanha eleitoral que logrou vitória do MPLA e o respectivo Cabeça de Lista, eis que o Presidente João Lourenço cumpre assim com mais uma das promessas eleitorais que lhe fará muito bem no início da sua governação. O que o Presidente João Lourenço está a fazer no exercício do poder aparece sempre como uma conquista. Aliás, os nomes não são dados por acaso. LOURENÇO é um nome atribuído a quem se destina a receber louros. Pode durar, mas quem nasce para receber louros espirituais ou naturais sempre vê cumprida a promessa e tudo lhe ocorre como um bónus.

O Conselho de Governação Local em Benguela apanha, na prática, a parte da reforma do Estado a ser levada a cabo quanto mais não seja pelos imputes dados da parte do PR ao recomendar aos senhores governadores um conjunto de dinâmicas no sentido como de proporem a indicação de quadros competentes e comprometidos com a vontade de resolução dos problemas dos cidadãos para o exercício da função de administradores municipais, mas, sobretudo, deixá-los trabalhar no espírito desse novo pensamento.

E qual é o novo pensamento?

É pôr o município a trabalhar agora, dito, "ipsis verbis', funcionar melhor sem esperar a realização das eleições autárquicas já que os munícipes devem começar a sentír os benefícios da desconcentração, ante câmara da descentralização. Na realidade, nem sempre as coisas aconteciam assim, é preciso ter-se a coragem de reconhecer. Havia um centralismo excessivo e, por sua vez, os governadores tinham um intervencionismo mais do que evidente nas contas dos municípios. Com fim disso, estaremos em face dum sinal de reforma, dito de outro modo, mudança no quadro operacional do Estado.

No fundo, assim ficou expressa uma avaliação quanto à aplicação de medidas no domínio do

aprofundamento da desconcentração administrativa e financeira já que nesse âmbito em particular, ainda, foi apreciada a proposta do Regime Financeiro Local preparada nos últimos tempos pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado e pelo Ministério das Finanças. O estado irá apresentar certamente as modalidades da arrecadação de receitas bem como da tributação em sede do regime autárquico. Trata-se dum diploma a ter em atenção. No âmbito da reforma fiscal é importante saber desde já o quer será cedido às autarquias sem deixar de antever que as comunidades locais deverão degustar algo que seja sobre o que da sua terra for produzida em homenagem aos princípios do direito dos recursos naturais. "Quid iuris"?

5.9 Samakuva pode apresentar candidatura como autarca

Jornal de Angola
4 De Março de 3018
Texto: Bernardino Manje

O presidente da UNITA admitiu que pode concorrer como autarca nas próximas eleições autárquicas, que devem ser realizadas antes das gerais de 2022.

Isaías Samakuva concedeu, na sexta-feira à noite, uma entrevista à TV Zimbo, durante a qual falou sobre o actual momento político no país, com destaque para a preparação das autarquias.

À pergunta sobre se estava disponível para concorrer para uma autarquia, Samakuva, que no próximo ano termina o seu mandato como presidente da UNITA, disse que esta era uma hipótese que estava em aberto.

Relativamente ao processo de institucionalização das autarquias, Samakuva admitiu que a UNITA defende o gradualismo, mas não nos moldes em que o Executivo pretende levá-lo a cabo.

Samakuva refutou as afirmações do ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, que, em entrevistas à TPA e ao Jornal de Angola, disse que a UNITA apresentou, em 2010, durante o debate sobre a Constituição da República de Angola, um projecto que dizia, no artigo 288 n.º3, que "a criação, organização e funcionamento das autarquias obedece aos princípios do gradualismo, da legalidade, da diferenciação e da participação do Estado democrático de Direito".

"Não somos pela diferenciação (dos municípios). Defendemos, sim, que a transferência de competências do órgão central para o poder autárquico pode ser feita de forma gradual", disse.

De resto, o líder da UNITA considera que o gradualismo não deve ser a questão fulcral no debate sobre a institucionalização das autarquias, pois, segundo ele, a Lei Magna é clara quanto ao assunto. "A questão central não é o gradualismo, mas sim a autonomia do Poder Local. Não nos distraiamos com essa questão do gradualismo, até porque a Constituição é clara", exortou.

Para Samakuva, a questão é de interpretação e, na óptica da UNITA, as autarquias devem ser realizadas de uma só vez, em respeito aos princípios da universalidade e da igualdade do voto. "Defendemos que as autarquias devem ser institucionalizadas de uma só vez, em todos os municípios. É claro que, em alguns municípios, a transferência das competências do órgão central para o Poder Local pode ser feita de forma gradual", previu.

Dívida pública

O maior partido na oposição socorre-se dos artigos 160º alíneas c) e d) e 162º alínea a) , ambos da Constituição, conjugado com os artigos 33º, nº 1 alínea I), 652 alínea c) e 3102 a 3292 da Lei nº 13/17, de 6 de Julho (Lei Orgânica da Assembleia Nacional) para sustentar o seu pedido de constituição de uma CPI, destinada a apurar, em 90 dias, a "real divida pública bruta, os seus beneficiários e o impacto sobre o desenvolvimento económico e social do país entre os anos 2003 e 2017".

No documento, assinado pelo presidente do grupo parlamentar, a UNITA fundamenta que o tema da dívida ainda não alcança a relevância que merece nos debates, não obstante ser a maior rubrica do Orçamento Geral do Estado desde o ano de 2016.

"De um peso de apenas 11 por cento do total do OGE em 2003, (a dívida pública) evoluiu para 12 por cento em 2014, 26 por cento em 2015,32 por cento em 2016 e 52 por cento em 2017", lembra o partido, sublinhando que houve um aumento de 373 por cento do peso da divida no Orçamento só entre 2013 e 2018 e a tendência é de aumento para os próximos anos.

Segundo a UNITA, só em 2018, Angola prevê gastar dez vezes mais com pagamento de divida do que prevê gastar com a educação e 15 vezes mais com a saúde. Com efeito, com a CPI, a UNITA pretende, entre outras acções, que se identifique o stock da divida bruta interna e externa (linha de crédito, eurobonds, multilateral, privada) juntamente com a totalidade dos títulos públicos emitidos pelo tesouro nos últimos 14 anos, inclusive os que estão sob poder do Banco Central (BNA) e que são passados ao mercado por meia das operações de mercado aberto.

A UNITA quer, também, que se identifique o objectivo que fundamentou a emissão dos títulos, bem como aferir se o destino dos recursos correspondeu aos objectivos que justificaram a contratação de mais dívida. Ou seja, a UNITA quer saber "para onde foi o dinheiro? Foi corretamente aplicado? O país beneficiou-se com esse endividamento?".

5.10 CASA-CE prepara quadros para as autarquias no Huambo

Jornal OPAÍS
5 De Março de 2018
Texto: João Katombela

Para o efeito, esta organização política realizou no último fim-de-semana na cidade do Huambo, o primeiro encontro metodológico do ano político, que envolveu mais de duas centenas de quadros, entre dirigentes e militantes de base vindos das províncias do Cuanza-Sul, Benguela, Huíla, Cuando-Cubango e Bié.

De acordo com o presidente da terceira maior força política do país, o certame teve, entre outros objectivos, capacitar os quadros da CASA-CE em matérias ligadas às autarquias, organização interna, e ainda a Lei de Repatriamentos de Capitais, aprovada recentemente pelos deputados à Assembleia Nacional.

Abel Epalanga Chivukuvuku, líder da Convergência Ampla para Salvação de Angola, disse que a agremiação que dirige está a criar todas as condições necessárias para a sua participação condigna nas eleições autárquicas, daí a realização do encontro metodológico na cidade-vida, onde também foram abordados temas que têm a ver com a actual governação do país.

"Fundamental é que estamos no início do ano de 2018, o país está a conhecer alguns fenómenos e precisávamos de esclarecimentos e de discutir com os responsáveis das províncias da Huíla, Benguela, Cuanza-Sul, Huambo, Bié e Cuando-Cubango sobre três questões fundamentais do Estado; primeiro as questões do Estado, saber como é que está a governação agora como Presidente João Lourenço; segundo as nossas questões internas, a nossa estruturação, a nossa dinâmica e o nosso trabalho; terceiro, as perspectivas em função das eleições autárquicas, quais devem ser as nossas posições e quais devem ser os nossos preparativos para essas eleições autárquicas", disse.

Durante o encontro do Conselho Nacional da Governação Local, decorrido recentemente na cidade do Lubango, o Presidente da República, João Lourenço, anunciou que as eleições autárquicas deverão ser realizadas antes de 2022.

Para o líder dos "companheiros", prazo é consensual, embora impreciso, pelo facto de não haver ainda data exacta para a sua realização. Abel Chivukuvuku defende que as eleições autárquicas devem ser realizadas no ano de 2020, para que se possam criar todas as condições ligadas ao sucesso das mesmas.

Relativamente ao princípio do gradualismo, pressuposto plasmado na Constituição da República inerente à realização das eleições autárquicas, o presidente da CASA-CE afirma que o mesmo deve ser funcional, de forma a se minimizar ao máximo possível as assimetrias regionais.

"A CASA-CE defende que as eleições autárquicas deveriam ocorrer no segundo semestre de 2020 para termos o ano de 2018 e de 2019 para a sua preparação. Há questões ligadas à aprovação de legislação apropriada, há questões relacionadas à delimitação territorial das próprias autarquias, e pensamos que em 2 anos e meio podemos fazer bem esse trabalho.

O nosso entendimento é que o gradualismo deveria ser funcional para garantir a igualdade de todo o território nacional e não colocar uns de primeira categoria e outros de segunda categoria e, por outro lado, também permitir que aqueles municípios que estão um bocadinho mais atrasados em termos de assimetrias possam recuperar, porque se estabelecermos essas categorias de municípios, de uns que evoluem para autarquias e outros que não evoluem, estaremos é a agravar as assimetrias e, eventualmente, em vez de evoluírem no bom sentido, vão regredir, por isso é que nós vamos defender essa posição", afirmou.

"Lei de Repatriamento de capitais é uma traição"

Na abordagem relativa à actual governação do país, Abel Chívukuvuku disse que a mesma ainda carrega os vícios do passado, já que provem de um partido que anda no poder há mais de 40 anos.

No seu entender, as eleições de 23 de Agosto do ano passado não trouxeram alternância, por isso não se deve estranhar a actuação da actual governação que não sai dos discursos.

"Nas eleições de 2017 em Angola não houve alternância de poder, alternância de poder pressupunha de um partido para o outro, não houve. Não houve mudança de regime, porque mantém-se o

mesmo partido que governa Angola há mais de 40 anos, houve sim mudança no topo, o titular do poder executivo é do mesmo partido, são mesmos os vícios e vicissitudes. Exemplo mais puro disso, nós tivemos discursos bonitos do Presidente da República, João Lourenço, que em certo momento apaixonaram o país; a luta contra a corrupção, mas poderíamos até chamar de traição a lei que apresentaram na Assembleia Nacional, a lei que dizem ser Lei de Repatriamento de Capitais sediados ou domiciliados no exterior do país, não é mais do que a lei de legalização do roubo. E o nosso grupo parlamentar terá que combater os pressupostos desta lei, porque não é patriótico aquilo que vem nessa lei", assegurou.

Por outro lado, Abel Chivukuvuku falou da necessidade de todos os angolanos unirem-se à causa da Nação, acções e atitudes que contribuam para a unidade nacional. "Também queremos ser honestos e temos que reconhecer que o Presidente da República, João Lourenço, tem que lutar com o seu próprio partido e por isso nós temos que estar aqui presentes para o encorajar, porque se ele tiver que fazer reformas, tem que ser contra o seu próprio partido, e por isso os angolanos têm que lhe dar um beneficio da dúvida, ainda são só 4 meses, e por outro lado apelar ao Senhor Presidente para que tenha coragem de assumir que Angola precisa de reforma da cultura da Governação, Angola precisa da reforma constitucional, Angola precisa de encontrar uma nova vocação social para entendermos que a governação é para resolver os problemas do cidadão e sobretudo dar uma perspectivas de vida", adiantou.

Durante a sua estadia na cidade do Huambo, depois de ter mantido um encontro com as autoridades religiosas locais, Abel Chivukuvuku visitou também o Hospital Geral do Huambo, para se inteirar do seu funcionamento.

5.11 Chivukuvuku quer autárquicas no segundo semestre de 2020

Jornal de Angola
5 De Março de 2018

O presidente da CASA-CE, Abel Chivukuvuku, disse que as eleições autarquícas, as primeiras no país, devem ocorrer no segundo semestre de 2020.

Ao falar, no sábado, na cidade do Huambo, num encontro metodológico da região centro e sul da coligação que dirige, o político considerou que 2020 é o momento certo para a institucionalização das autarquias, já que dois anos depois acontecem as eleições gerais.

O Presidente da República, João Lourenço, garantiu, recentemente, que as eleições autárquicas terão lugar antes de 2022, altura em que se realizarão as próximas eleições gerais.

Chivukuvuku disse que a CASA-CE também quer que entre 2020 e 2022 ocorra a reforma constitucional, e para que o Presidente da República seja eleito directamente pelos cidadãos e não como cabeça de lista de algum partido político, como ocorre actualmente.

Candidato a Presidente da República nas eleições gerais de 23 de Agosto último, Abel Chivukuvuku afirmou que a coligação está disponível a apoiar o Executivo na materialização das políticas de combate à corrupção, reforma constitucional e, de forma conjunta, encontrar uma nova vocação social, para melhor resolver os problemas da população.

Sobre o encontro que' orientou, o político referiu que o mesmo permitiu debater assuntos ligados à vida interna da coligação, na perspectiva da sua reformulação e reforço da unidade interna, de modo a dotá-Ia de capacidades de estabilização e funcionalidade e, por via da qual, evitar solavancos.

Antes de orientar o encontro, o líder da CASA-CE reuniu-se com o arcebispo católico do Huambo, Dom José de Queirós Alves, e com o secretário local da Igreja Evangélica Congregacional em Angola, reverendo Tarcísio Pedro Tchokombongue, tendo-se, posteriormente, inteirado do funcionamento do hospital central.

5.12 A conceptualização das autarquias

Jornal Visão
09 De Março de 2018

A nossa releitura jurídica tem de constar ou deve constar algumas questões que incidem no entendimento do próximo léxico jurídico em si. Ainda que estejamos em face duma matéria que se repute para as políticas públicas linear será reconhecer que ela detém uma forte componente jurídica. Existe o chamado direito das Autarquias e daqui por alguns dias teremos um livro a nos ser brindado com o referido teor de autoria dum estudioso angolano na área a quem temos o ensejo de saudar com veemência nos aumentar a bibliografia.

É fundamental que tenhamos a essência do que pretendemos apontar no quadro das nossas reflexões jurídicas e políticas. Escrevemos sobre muitas matérias, mas quase sempre deixamos passar a

essência ou definição etimológica da realidade que tendemos descrever.

Estamos a falar a propósito das Autarquias. Somos quase sempre tentados a rebuscar a definição ou enquadramento jurídico e Constitucional da realidade que queremos referir em abono verdade em apreço.

A primeira tentação e irmos ao dicionário ou, propriamente, ao dicionário jurídico, e lá está! Quando muito, vamos logo à Constituição, prontamente, ao seu artigo 217.°. Ora, nada mal, aí encontramos a tendência do legislador, o Constituinte, mas claro que nos irá trazer o condão do que pretendia ou pretende a seu tempo fixar para Angola, com insuficiências ou não. E nos diria o artigo supra: "as autarquias são pessoas colectivas territoriais correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional e que asseguram a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante órgãos próprios representativos das respectivas populações`'. Eis a definição legal de acordo com o que se pretende regimentar entre nós. Trata-se do regime jurídico ou político sobre as autarquias que pretendemos para Angola,mas como as coisas não mudam, de ponto de vista e de vista do regime político, diremos que é o que ainda pretendemos, mesmo numa altura em que falamos da necessidade da reforma do Estado.

Mas o busílis, em função disso, estará no número 2 do mesmo Artigo 217.° da CRA que se refere à organização, ao funcionamento, à competência dos órgãos que irão funcionar nas autarquias que auguramos ou rege a nossa Carta Magna. A Constituição' desde logo, diz que devem funcionarcom base no princípio da descentralização administrativa. E aqui é que são elas: somos ainda um país com muitos problemas no que tange' a essa problemática da descentralização, temos algum problema em admitir a partilha do poder.

Não precisamos de falar de tudo quanto pertine a seguir. Importa apenas tocar no que e como irá funcionar. Ora, sobre a questão do funcionalismo ulterior, obrigar-se-nos- ia a uma reemissão, caso queiramos tão cedo admitir, ao artigo 242.° da Constituição sobre o Gradualismo. E aqui, justamente, poderia assentar a discussão que até se advinha nas mais diferentes esferas da filosofia jurídica ou política. Como serão mesmo implementadas as autarquias, a que tempo e espaço?

Se nos ativermos à Constituição, sem dúvidas, de que pouco ou quase nada teremos para dar, ´´nemo datur quod non habet" ninguém dá o que não tem.

"Quid iuris"? Não podemos ficar pelo texto "restrito" da Constituição que nos obriga a uma convivência com a municipalização no âmbito da tutela administrativa e, para questionar mais, se nos obriga a um fraco poder autárquico ainda acicatado pelo imposto patrimonial enquanto o principal meio de arrecadação de receitas autárquicas. Adiantar, desde já, que as assimetrias são um falso problema. E isso gera uma certa dúvida aos intérpretes ou naqueles que queiram já a autarcisação do país. Então o artigo 221.° da Lei Magna que vimos citando devia ser mais preciso ou mais flexível ou, pelo menos, complementado ao longo das disposições transitórias da Constituição da República de Angola logo logo a seguir ao artigo 242.° da mesma Constituição e, se quisermos, dentro do corpo deste artigo dizendo que logo "ad initio" a autarcisação duma circunscrição terminaria o concurso do poder estatal, no caso, a desconcentração ou que fique só à disposição do governador provincial. Uma lei ou decreto presidencial tem definir isso, atenção!

Só assim far-se-ia "ius" a essência da palavra autarquia.
É uma palavra composta etimologicamente do grego de AUTO'S / PRÓPRIO e ARKE/CHEFIA, AUTORIDADE, PRINCÍPIO, SUPERIOR, PODER a ela aduziríamos a palavra AUTARCIA que significa sociedade economicamente autossuficiente que procura produzir tudo o que necessita, governo independente, isto é, autarquia, ora, tudo isso, entrementes, convenientemente' apontado com caracteres ou no contexto integral do grego clássico para desembocar na autonomia (AUTO'S ŌNYMA).

5.13 A conceptualização das Autarquias

Jornal Visão
09 De Março de 2018
Texto: Carlos Veiga

A nossa releitura tem de constar, ou deve constar algumas questões que incidem no entendimento do próximo léxico jurídico em si. Ainda que estejamos em face duma matéria que se repute para as políticas públicas linear será reconhecer que ela detém uma forte componente jurídica. Existe o chamado direito das Autarquias e daqui por alguns dias teremos um livro a nos ser brindado com o referido teor de autoria dum estudioso angolano na área a quem temos o ensejo de saudar com veemência nos aumentar a bibliografia.

É fundamental que tenhamos a essência do que

pretendemos apontar no quadro das nossas reflexões jurídicas e políticas. Escrevemos sobre muitas matérias, mas quase sempre deixamos passar a essência ou definição etimológica da realidade que tendemos descrever.

Estamos a falar a propósito das Autarquias. Somos quase sempre tentados a rebuscar a definição ou enquadramento jurídico e Constitucional da realidade que queremos referir em abono verdade em apreço.

A primeira tentação é irmos ao dicionário ou, propriamente, ao dicionário jurídico, e lá está! Quando muito, vamos logo à Constituição, prontamente, ao seu artigo 217º. Ora, nada mal, aí encontramos a tendência do legislador, o Constituinte, mas claro que nos irá trazer o condão do que pretendia ou pretende a seu tempo fixar para Angola, com insuficiências ou não. E nos diria o supracitado artigo: "as autarquias são pessoas colectivas territoriais correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional e que asseguram a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante órgãos próprios representativos das respectivas populações". Eis a definição legal de acordo com o que se pretende regimentar entre nós. Trata-se do regime jurídico ou político sobre as autarquias que pretendemos para Angola, mas como as coisas não mudam, de ponto de vista e de vista do regime político, diremos que é o que ainda pretendemos, mesmo numa altura em que falamos da necessidade da reforma do Estado.

Mas o busílis, em função disso, estará no número 2 do mesmo Artigo 217º. 0 da CRA que se refere à organização, ao funcionamento, à competência dos órgãos que irão funcionar nas autarquias que auguramos ou rege a nossa Carta Magna. A Constituição, desde logo, diz que devem funcionar com base no princípio da descentralização administrativa. E aqui é que são elas: somos ainda um país com muitos problemas no que tange a essa problemática da descentralização, temos algum problema em admitir a partilha do poder.

Não precisamos de falar de tudo quanto pertine a seguir. Importa apenas tocar no que e como irá funcionar. Ora, sobre a questão do funcionalismo ulterior, obrigar-se-nos-ia a uma reemissão, caso queiramos tão cedo admitir, ao artigo 242º. 0 da Constituição sobre o Gradualismo. E aqui, justamente, poderia assentar a discussão que até se advinha nas mais diferentes esferas da filosofia jurídica ou política. Como serão mesmo implementadas as autarquias, a que tempo e espaço?

Se nos ativermos à Constituição, sem dúvidas, de que pouco ou quase nada teremos para dar, "nemo datur quod non habet" / ninguém dá o que não tem. "Quid iuris"? Não podemos ficar pelo texto "restrito" da Constituição que nos obriga a uma convivência com a municipalização no âmbito da tutela administrativa e, para questionar mais, se nos obriga a um fraco poder autárquico ainda acicatado pelo imposto patrimonial enquanto o principal meio de arrecadação de receitas autárquicas. Adiantar, des- de já, que as as simetrias são um falso problema. E isso gera uma certa dúvida aos intérpretes ou naqueles que queiram já a autarcisação do país. Então o artigo 221º. 0 da Lei Magna que vimos citando devia ser mais preciso ou mais flexível ou, pelo menos, complementado ao longo das disposições transitórias da Constituição da República de Angola logo logo a seguir ao artigo 242º. 0 da mesma Constituição e, se quisermos, dentro do corpo deste artigo dizendo que logo "ad initio" a autarcisação duma circunscrição terminaria o concurso do poder estatal, no caso, a desconcentração ou que fique só à disposição do governador provinciaL Uma lei ou decreto presidencial tem definir isso, atenção!.

Só assim far-se-ia "ius" a es- sência da palavra autarquia. É uma palavra composta etimologicamente do grego de AUTO'S / PRÓPRIO e ARKE/CHEFIA, AUTO- RIDADE, PRINCÍPIO, SUPERIOR, PODER a ela aduziríamos a palavra AUTARCIA que significa sociedade economicamente autossuficiente que procura produzir tudo o que necessita, governo independente, isto é, autarquia, ora, tudo isso, entrementes, convenientemente' apontado com caracteres ou no contexto integral do grego clássico para desembocar na autonomia (AUTO'S ÚNYMA).

5.14 Municípios devem resolver necessidades da população

Jornal de Angola
11 De Março de 2018
Texto: Matias da Costa

As administrações locais devem estar capacitadas para responder às necessidades colectivas e essenciais da população, defendeu a ministra do Urbanismo e Ordenamento do Território, Ana Paula de Carvalho.

A ministra, que orientou o terceiro seminário regional de ordenamento do território, realizado na sexta-feira na cidade do Cuito, capital da província do Bié, entende que as administrações locais do Estado são unidades prestadoras de serviços públicos, pelo que devem simplificar as suas actividades a favor do cidadão.

A governante defende uma administração dotada de mecanismos capazes de criar infra-estruturas nas reservas fundiárias para as famílias que pretendam construir casa própria em regime de auto-construção dirigida.

Ana Paula de Carvalho advoga a elaboração, em todo o território nacional, de procedimentos eficazes para um plano director e de ordenamento, em que as administrações devem ser o executor das políticas que fiscalizam, promovem e regulam os processos de concessão dos solos.

O seminário regional sobre orientação metodológica do Ordenamento do Território contou com a participação de responsáveis das províncias do Bié, Moxico, Cuanza Sul, Malanje e Luanda.

5.15 Autarquias essenciais no Estado democrático

Jornal de Angola
12 De Março de 2018

As autarquias locais são um elemento fundamental para melhor organização de um Estado democrático, pois não constitui apenas um poder administrativo burocrático mas um poder democrático-constitucional, considerou sábado, no Lubango, o deputado do MPIA pelo circulo provincial da Huíla Vígílio Tyova.

O também jurista fez estas considerações durante uma palestra subordinada ao tema "Democracia e as Autarquias Locais", numa iniciativa do comité provincial do MPLA na Huíla do MPLA, dirigido aos militantes.

De acordo com a Angop, o parlamentar referiu que o pacote legislativo autárquico, sendo um conjunto de leis sobre as Autarquias Locais, deverá ser objecto de consulta pública, antes de ser levado à discussão no Parlamento.

O Estado de direito democrático, explicou, decorre de vários princípios como a soberania popular, o pluralismo de expressão e organização a separação de poderes, a garantia dos direitos fundamentais e a descentralização administrativa, assim como as autarquias locais como instrumentos de realização da democracia económica, social e cultural, bem como do aprofundamento da democracia participativa.

5.16 Autoridade tradicional defende construção de Jangos comunitários

Jornal OPAÍS
12 De Março de 2018

A dissertar no Workshop Sócio-Cultural, com o tema "Princípios herdados", promovido pela direcção local da Cultura, Raimundo Mwakanhika afirmou que os jangos sempre foram e continuam a servir as comunidades na resolução dos problemas das mesmas, para "passar" testemunho de conhecimentos dos ancestrais aos mais novos.

A autoridade tradicional acredita que, com a construção destas infra-estruturas, os hábitos e costumes dos povos da região estarão salvaguardados, pelo que lançou um apelo às autoridades competentes para concretizar tal desiderato.

Admitiu que se forem organizadas cerimónias nas comunidades para a realização de diálogos constantes entre os mais velhos e os jovens, sobretudo com os que demonstram ter um comportamento menos salutar perante os adultos, esse desvio pode ser superado com a ajuda das autoridades tradicionais, entidades religiosas, entre outros membros da sociedade civil.

Desencorajou o uso de roupas indecentes, casamento precoce, noivado sem o consentimento familiar, bem como sugeriu aos pais e encarregados de educação a influenciarem os seus filhos a escolher os conteúdos pedagógicos e sadios transmitidos através da televisão.

Por seu turno, o director da Comunicação Social no Moxico, Aurélio Jonasse, ao dissertar sobre o tema "Oralidade e a transmissão de conhecimentos sócio-cultural moderado", apelou aos jovens para serem vigilantes no consumo de conteúdos expostos na Internet' visto que, na sua maioria, são inapropriados.

Dissertando sobre o tema "Saúde resultante de um convívio sócio-cultural moderado", o chefe do departamento Provincial de Saúde Pública e Controlo de Endemias, Luís Domingos Mufenji, aconselhou as pessoas a terem cuidado com as doenças derivadas do desordenamento comunitário.

Para o responsável, no convívio comunitário a pessoa pode contrair com facilidade doenças sexualmente

transmissíveis como o HIV/Sida, infecções respiratórias, diabetes, hipertensão, entre outras.

Já um dos participantes ao debate, Benedito Massumba, estudante do II ciclo, enalteceu a iniciativa, afirmando que a valorização da Cultura deve ser elogiada e incentivada, por todas as forças vivas da sociedade.

Outro estudante do mesmo nível, Alberto Chico, 19 anos, sugeriu à direcção da Cultura uniformizar a escrita da língua Cokwé, para maior e melhor compreensão, apesar de a mesma ser notável, flexível e muda durante a época.

5.17 Deputado disserta no Lubango sobre as autarquias

Jornal OPAÍS
12 De Março de 2018

O Deputado fez estas considerações durante uma palestra subordinada ao tema, "Democracia e as Autarquias Locais", numa iniciativa do comité provincial da Huíla do MPLA e dirigida aos militantes.

O parlamentar destacou na ocasião que o pacote legislativo autárquico, sendo um conjunto de leis sobre as Autarquias Locais, deverá ser objecto de consulta pública, antes de ser levado à discussão no parlamento.

Explicou que o Estado de direito democrático decorre de vários princípios como a soberania popular, o pluralismo de expressão e organização a separação de poderes, a garantia dos direitos fundamentais e a descentralização administrativa, assim como as autarquias locais são um dos instrumentos de realização da democracia económica, social e cultural, bem como do aprofundamento da democracia participativa.

5.18 Liradualismo reúne consenso para realização de eleições autárquicas em 2020

Jornal O PAIS
23 De Março de 2018
Texto: Norberto Sateco

Segundo o comunicado divulgado no final da reunião, para a realização destas eleições, as primeiras na história do país, deverão ser preparadas inicialmente as condições técnico materiais, financeiras e administrativas.

Nesta reunião, em que estiveram todos os membros, com destaque para o antigo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ficou decidido que sejam definidos os critérios de selecção do primeiro grupo de municípios para a experiência piloto.

O documento refere ainda que nas diferentes fases do processo preparatório sejam consideradas as realidades diferentes dos municípios para a implementação gradual das eleições autárquicas.

Esta realidade passa por identificar alguns aspectos importantes, como é o estágio de desenvolvimento dos mesmos, bem como a sua capacidade na arrecadação de receitas.

O comunicado refere ainda que os participantes manifestaram a vontade do processo das autarquias poder vir a ser "mais inclusivo, abrangente e consensual".

Este consenso, de acordo com documento, deve aglutinar diferentes sensibilidades, por via da realização de debates e outros mecanismos de auscultação dos partidos políticos, da sociedade civil organizada, e cidadãos no geral.

Enaltecida presença do antigo Chefe de Estado

A presença do ex-Presidente da República, José Eduardo dos Santos, foi enaltecida pelo Presidente da República, João Lourenço, e pelos membros do Conselho da República. Com a sua presença, ficam assim dissipadas algumas dúvidas que pairavam em alguns analistas políticos da nossa praça, que aventavam a hipótese da ausência do antigo Presidente da República, pelo facto de não ter tomado posse como membro do Conselho da República.

5.19 Autarquias em todos os municípios

Jornal Visão
16 De Março de 2018

A posição consta de uma nota da Comissão Política da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), a propósito da fundação do partido, a 13 de Março de 1966, na província do Moxico, por Jonas Savimbi.

"A luta que iniciamos em 1966, pela independência total, pela democracia participativa e pelo bem-estar dos angolanos, ainda não terminou porque, no lugar do Estado democrático de direito, Angola tem um partido Estado que capturou a economia" acusa o comunicado.

Acrescenta que a “despartidarização do Estado e da economia exige reconhecer que o modelo de governação sem autarquias faliu em todos os municípios do país”.

“O estado actual de emergência nacional exige que as autarquias sejam implementadas já e em todos os municípios”, lê-se ainda.

Recorda que as autarquias locais “são parte da estrutura organizacional democrática do Estado, ao nível local, e que o Estado já se afirma 'democrático' desde 1992”, exerce a sua soberania sobre a totalidade do território angolano, o que “constitui um dos substratos da sua existência” pelo que “lá onde há território nacional, com residentes, deve haver uma
autarquia”.

“Não pode existir nenhuma parcela do território do Estado unitário, e dos residentes nele, que não pertençam a uma autarquia", aponta.

A UNITA refere mesmo que “o fim dos monopólios implica necessariamente um novo paradigma nas relações de poder”: “Implica inclusão, harmonização e reconciliação. Implica a instalação efectiva do Poder Local em Angola, para a plena concretização do Estado Democrático de Direito conquistado pelos angolanos, com o seu sangue”.

O Presidente angolano, João Lourenço, anunciou em Fevereiro a convocação, para Março, da primeira reunião do Conselho da República do actual mandato, para auscultar os conselheiros sobre o processo de implementação do poder autárquico em Angola.

“O Executivo vai preparar as condições para que as eleições autárquicas sejam realizadas antes das eleições gerais de 2022, em data a negociar entre as formações políticas com assento parlamentar e o concurso da sociedade civil organizada” afirmou o chefe de Estado, na mesma ocasião.

O Governo angolano não adiantou mais pormenores sobre este processo, admitindo apenas que será uma implementação gradual.

Já a UNITA, na mensagem sobre o 52° aniversário, afirma que “em vez de uma economia de mercado, Angola tem uma economia disfuncional, com monopólios e cartéis que oneram os preços” e “no lugar do poder local, Angola tem apenas poder central que bloqueia desenvolvimento dos municípios”.

“No lugar da boa governação, Angola institucionalizou a corrupção, a irresponsabilidade e a impunidade. O desemprego cresce todos os dias. Os hospitais continuam sem medicamentos e as infra-estruturas apresentam-se cada vez mais degradadas”.aponta ainda o partido do 'Galo Negro'.

Comemorações sem pompas e nem circunstâncias

A 13 de Março de 2018, a UNITA comemorou com júbilo e espírito de missão, os 52 anos de luta pela nacionalidade angolana e pela dignidade dos angolanos numa Angola que se deseja de paz social, unida, igual para todos, democrática e próspera.

Neste dia memorável, a UNITA rende uma profunda homenagem aos seus fundadores, com destaque ao seu primeiro Presidente, Jonas Malheiro Savimbi. Homenageia igualmente todos os guerrilheiros, soldados, oficiais, presos políticos, camponeses, intelectuais e demais patriotas que deram a sua vida pela causa da independência, da liberdade e da soberania dos angolanos na Pátria do seu nascimento.

5.20 Autárquicas em todos os municípios

Jornal VISÃO
16 De Março de 2018

A posição consta de uma nota da Comissão Política da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), a propósito da fundação do partido, a 13 de março de 1966, na província do Moxico, por Jonas Savimbi. "A luta que iniciamos em 1966, pela independência total, pela democracia participativa e pelo bem -estar dos angolanos, ainda não terminou porque, no lugar do Estado democrático de direito, Angola tem um partido Estado que capturou a economia" acusa o comunicado.

Acrescenta que a "despartidarização do Estado e da economia exige reconhecer que o modelo de governação sem autarquias faliu em todos os municípios do país'.

"O estado atual de emergência nacional exige que as autarquias sejam implementadas já e em todos os municípios': lê-se ainda. Recorda que as autarquias locais "são parte da estrutura organizacional democrática do Estado, ao nível local, e que o Estado já se afirma 'democrático' desde 1992', exerce a sua soberania sobre a totalidade do território angolano, o que "constitui um dos substratos da sua existência', pelo que "lá onde há território nacional, com residentes, deve haver uma autarquia"

"Não pode existir nenhuma parcela do território do Estado unitário, e dos residentes nele, que não pertençam a uma autarquia", aponta.

A UNITA refere mesmo que "o fim dos monopólios implica necessariamente um novo paradigma nas relações de poder": "Implica inclusão, harmonização e reconciliação. Implica a instalação efetiva do Poder Local em Angola, para a plena concretização do Estado Democrático de Direito conquistado pelos angolanos, com o seu sangue".

O Presidente angolano, João Lourenço, anunciou em fevereiro a convocação, para março, da primeira reunião do Conselho da República do atual mandato, para auscultar os conselheiros sobre o processo de implementação do poder autárquico em Angola.

"O Executivo vai preparar as condições para que as eleições autárquicas sejam realizadas antes das eleições gerais de 2022, em data a negociar entre as formações políticas com assento parlamentar e o concurso da sociedade civil organizada" afirmou o chefe de Estado, na mesma ocasião.

O Governo angolano não adiantou mais pormenores sobre este processo, admitindo apenas que será uma implementação gradual.

Já a UNITA, na mensagem sobre o 52º aniversário, afirma que "em vez de uma economia de mercado, Angola tem uma economia disfuncional, com monopólios e cartéis que oneram os preços" e "no lugar do poder local, Angola tem apenas poder central que bloqueia desenvolvimento dos municípios':

"No lugar da boa governação, Angola institucionalizou a corrupção, a irresponsabilidade e a impunidade. O desemprego cresce todos os dias. Os hospitais continuam sem medicamentos e as infraestruturas apresentam -se cada vez mais degradadas", aponta ainda o partido do 'Galo Negro'.

Comemorações sem pompas e nem circunstâncias

A 13 de Março de 2018, a UNITA comemorou com júbilo e espírito de missão, os 52 anos de luta pela nacionalidade angolana e pela dignidade dos angolanos numa Angola que se deseja de paz social, unida, igual para todos, democrática e próspera.

Neste dia memorável, a UNITA rende uma profunda homenagem aos seus fundadores, com destaque ao seu primeiro Presidente, Jonas Malheiro Savimbi. Homenageia igualmente todos os guerrilheiros, soldados, oficiais, presos políticos, camponeses, intelectuais e demais patriotas que deram a sua vida pela causa da independência, da liberdade e da soberania dos angolanos na Pátria do seu nascimento.

5.21 UNITA quer autarquias em Angola ´´já e em todos os municípios´´

Jornal A República
16 De Março de 2018
Texto: Lusa

A UNITA, o maior partido da oposição angolana, reclamou a 2 De Março deste ano, a implementação de autarquias em Angola "já e em todos os municípios': em contraponto com o modelo progressivo, de fendido pelo Governo, liderado pelo MPLA.

A posição consta de uma nota da Comissão Política da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), a propósito da fundação do partido, a 13 de Março de 1966, na província do Moxico, por Jonas Savimbi.

"A luta que iniciamos em 1966, pela independência total, pela democracia participativa e pelo bem -estar dos angolanos, ainda não terminou porque, no lugar do Estado democrático de direito, Angola: tem um partido Estado que capturou a economia", acusa o comunicado.

Acrescenta que a "despartidarização do Estado e da economia exigi reconhecer que o modelo de governação sem autarquias faliu em todos os municípios do país".

"O estado actual de emergência nacional exige que as autarquias sejam implementadas já e em todos os municípios': lê-se ainda.

Recorda que as autarquias locais "são parte da estrutura organizacional democrática do Estado, ao nível local, e que o Estado já se afirma 'democrático' desde 1992, exerce a sua soberania sobre a totalidade do território angolano, o que "constitui um dos substratos da sua existência', pelo que "lá onde há território nacional, com residentes deve haver uma autarquia"

"Não pode existir nenhuma parcela do território do Estado unitário, e dos residentes nele, que não pertençam a uma autarquia" aponta.

A UNITA refere mesmo que "o fim dos monopólios implica necessariamente um novo paradigma nas relações de poder": "Implica inclusão, harmonização e reconciliação. Implica a instalação efectiva de Poder

Local em Angola, para a plena concretização do Estado Democrático de Direito conquistado pelos angolanos, com o seu sangue".

O Presidente angolano, João Lourenço, anunciou em Fevereiro convocação, para Março, da primeira reunião do Conselho da República do actual mandato, para auscultar os conselheiros sobre o processo de implementação do poder autárquico em Angola.

"O Executivo vai preparar as condições para que as eleições autárquicas sejam realizadas antes das eleições gerais de 2022, em data negociar entre as formações políticas com assento parlamentar e concurso da sociedade civil organizada" afirmou o chefe de Estado na mesma ocasião.

O Governo angolano não adiantou mais pormenores sobre este processo, admitindo apenas que será uma implementação gradual.

Já a UNITA, na mensagem sobre o 52º aniversário, afirma que "em vez de uma economia de mercado, Angola tem uma economia disfuncional, com monopólios e cartéis que oneram os preços" e "no lugar do poder local, Angola tem apenas o poder central que bloqueia desenvolvimento dos municípios".

"No lugar da boa governação, Angola institucionalizou a corrupção, a irresponsabilidade e a impunidade. O desemprego cresce todo: os dias. Os hospitais continuam sem medicamentos e as infraestruturas apresentam-se cada vez mais degradadas", aponta ainda o partido do 'Galo Negro'.

5.22 Executivo garante condições para autarquias em dois anos

Jornal O PAÍS
20 De Março 2018
Texto: Dani Costa

O ministro da Administração do Território, Adão de Almeida, garantiu ontem, durante o Matabicho com jornalistas e fazedores de opinião, que a sua instituição está preparada pra dentro de dois anos criar as condições administrativas que poderão levar o país à realização das primeiras eleições autárquicas.

Pará o êxito das actividades programadas, o Ministério da Administração do Território dividiu o processo em três fases, sendo a primeira a desconcentração administrativa e consequentemente a diminuição do papel do Estado enquanto poder central. Esta fase compreende, segundo o titular da pasta, a transferência de mais competências aos municípios.

A identificação dos municípios que vão constar, numa fase inicial, no arranque das eleições autárquicas, antes de 2002, é outra tarefa sob à mesa de Adão de Almeida e correligionários no Ministério da Administração do Território, assim como os outros que num período posterior serão integrados nestas eleições a nível dos municípios.

No ano em curso e no próximo, isto é 2018 e 2019, as acções do Executivo estarão centradas no reforço da desconcentração. Apesar desta manifestação de interesse, avançada inicialmente pelo Presidente da República, João Lourenço, dia 19 de Fevereiro, na reunião do Conselho de Governação Local, o grande desafio prende-se com a qualidade de quadros que estarão à disposição dos municípios.

Nos dois anos, o ministério deverá apostar num plano de formação para garantir valências, conhecimentos e mecanismos para o funcionamento normal de uma autarquia. Para já, Adão de Almeida avançou ontem que muitos 'quadros que actualmente estão ao serviço dos órgãos centrais ou provinciais poderão ser colocados à disposição dos municípios'.

Para o sucesso do processo, assim como das tarefas em curso, o Ministério da Administração do Território defende como imperiosa a implementação das leis das Comissões de Moradores, da Toponímia e também do processo de registo eleitoral, para que, tal como existe hoje, responda às eleições autárquicas.

'Aqui o desafio é grande', começou por dizer o governante em relação à Lei da Comunicação e Afixação de Residência, realçando que 'tem sido desafiante organizar os dados dos cidadãos em Angola no que respeita às suas residências'. 'Cada um vota apenas no município de sua residência. Temos que ver uma dinâmica para permitir que os dados correspondam com a realidade', acrescentou.

Quebra-cabeças

Os critérios para a escolha dos primeiros municípios que irão ter as eleições autárquicas também mereceram a apreciação durante o encontro desta Segunda-feira. O responsável máximo do Ministério da Administração do Território defende a adopção de um critério misto para que se chegue aos municípios no leque dos 164 que compõem o país.

Sob à mesa estarão apreciações em relação ao facto de virem a ser, por exemplos, os municípios mais ou menos populosos' mais ou menos urbanos, assim como aqueles que eventualmente consigam uma maior arrecadação de verbas. Ainda assim, mesmo os

que são vistos como melhores quanto à arrecadação de receitas, constata-se que muitos deles beneficiam da fraca cobertura no país de repartições fiscais. Isto concorre para com que alguns pagamentos sejam efectuados nas poucas zonas em que existem serviços fiscais, em detrimento daqueles em que as pessoas ou empresas estão domiciliadas.

Assegurados para os municípios, estão o Imposto de Rendimento de trabalho (IRT) e a percentagem do imposto predial urbano. Nos municípios ma rurais, segundo explicações de ministro, haverá necessidade efectuar um cadastramento dos terrenos para que se transformem igualmente em fonte c arrecadação de receitas.

'Cada município vai preparar seu orçamento. Por isso, têm que ter capacidade de prever, suas receitas. Mas haverá, seguramente, as dotações do estado', declarou Adão de Almeida, acrescentando que alguns distritos urbanos têm já administradores adjuntos formados para lidar exclusivamente comas questões orçamentais.

A transferência de competências aos municípios deverá ser um processo rigoroso e cauteloso, na visão do governante que está seguro da necessidade de rever o regime jurídico do financiamento publico.

5.23 Legislação para as autarquias concluída no primeiro semestre

Jornal de Angola
20 De Março de 2018

O pacote de leis sobre as autarquias locais fica concluído no primeiro semestre deste no, garantiu ao Jornal de Angola o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado.

Durante um encontro com jornalistas, Adão de Almeida afirmou que, numa primeira fase, o Executivo vai priorizar os diplomas que considera estruturantes para o processo, com destaque para a Lei sobre a Tutela Administrativa, a Lei sobre Organização e Funcionamento das Autarquias, a Lei das Finanças Locais, a lei Eleitoral das Autarquias e o diploma que vai fixar os critérios para a criação de umas autarquias.

Adão de Almeida garantiu que todas as condições estão a ser preparadas para que a implementação das autarquias se materialize na presente legislatura.

O processo de implementação das autarquias, disse, vai começar com a transferência de competências para os municípios, que deve passar também por transferências de recursos humanos, formação do plano de desenvolvimento municipal e a implementação da Lei sobre comunicação e Fixação de residência, a Lei da Toponímia e da Comissão de Moradores.

O ministro explicou que nem todos os municípios têm hoje o conjunto de valências do ponto de vista dos recursos humanos para oferecerem garantias de exercício com eficiência de determinadas tarefas.

O processo de implementação das autarquias, acrescentou, deve estar ligado ao processo de formação de quadros ao nível da administração local, por isso o ministro propõe a execução e um plano de formação de quadros para garantir um conjunto de valências e conhecimentos necessários ao processo de funcionamento de uma autarquia.

Adão de Almeida propõe um modelo de formação rigoroso para que se possa dotar os quadros de um conhecimento sobre aquilo que vai ser o seu trabalho quando no município for implementada uma autarquia.

No encontro com os jornalistas, que teve como objetivo partilhar questões relevantes no âmbito da preparação das autarquias, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado afirmou que a natureza do processo exige uma grande capacidade de coordenar, estruturar e sistematizar, de modo a que as diferentes fases estejam interligadas. "Há várias tarefas, umas mais sensíveis e outras menos sensíveis, que concorrem para o êxito do processo de implementação das autarquias", disse, apontando três fases para a implementação das autarquias.

A primeira fase, frisou, está relacionada com o reforço da desconcentração administrativa, que vai começar com o processo de diminuição da intervenção do Estado, enquanto poder central, e transferência de mais competências para os municípios.

A segunda é a fase da implementação do primeiro grupo de autarquias, "Aqui haverá um trabalho de identificação dos municípios para se começar com o processo de implementação, de modo faseado, e a terceira está relacionada com o alargamento do número de municípios nos quais serão implementadas as autarquias, bem corno o reforço das suas competências", salientou.

Sem registo eleitoral

Adão de Almeida adiantou que para a realização das eleições autárquicas, o Executivo não fará um novo registo eleitoral. "O trabalho que há a fazer é conseguir unir o registo eleitoral com a dinâmica

alteração de residência. Dai que um dos requisitos seja a implementação da lei de comunicação e fixação e alteração de residência", frisou.

O processo de registo eleitoral, disse, precisa ter uma visão ligeiramente diferente para corresponder aos desafios das eleições autárquicas. "O Executivo tem uma base de dados do registo eleitoral, onde todos foram registados, os Cidadãos são os mesmos e não faremos um novo registo", garantiu.

Quanto ao orçamento, o ministro explicou que o Ministério das Finanças não determina a cobertura do orçamento das autarquias, más que cada autarquia terá de aprovar o seu orçamento.

O ministro disse que os primeiros municípios que forem selecionados para as autarquias vão ter uma estrutura orgânica diferente para terem mais quadros e mais áreas de trabalho para responder ao desafio das autarquias. "Nos municípios onde forem implementadas autarquias deixa de haver administração municipal e a autarquia passa a ser a entidade gestora do município. Vai deixar de haver administração municipal e vai passar a haver autarquia local", disse.

5.24 Autarquias Presidente quer ampla discussão a nível da sociedade civil

Jornal Novo Jornal
23 De Março de 2018
Texto: Borralho Ndomba

O Presidente da República, João Lourenço, defende um amplo debate a nível da "sociedade à volta das eleições autárquicas, cuja data foi anunciada durante a primeira reunião do Conselho da República, que decorreu nesta quinta-feira, 22.

Segundo o chefe de Estado, o assunto necessita de discussão com vista a "alcançar-se o máximo de consenso possível".

João Lourenço sugeriu para 2020 a data das eleições, período considerado como o momento certo pela UNITA, que exige, no entanto, um novo registo eleitoral. Durante o seu discurso, João Lourenço anunciou que o "Executivo já está a dar alguns passos concretos em matérias da sua competência como a desconcentração administrativa, a aprovação do regime financeiro local, a criação do Fundo de Equilíbrio Nacional e do Fundo de Equilíbrio Municipal como meios ao serviço dos municípios menos desenvolvidos".

Para o Presidente, em face da extensão territorial e do número de municípios no país, "necessitamos de tempo" para se preparar "convenientemente" o escrutínio.

João Lourenço espera que, com a realização das eleições autárquicas previstas para 2020, se possa servir "melhor as comunidades e o cidadão".

O Executivo continua a defender o gradualismo como passo inicial para as autarquias.

"Importa reflectir sobre o melhor momento de as realizar, em que ano, e a forma da sua implantação gradual, começando por um certo número de municípios a definir após debate entre os partidos políticos com assento parla- mentar, na base de uma proposta a ser apresentada pelo Executivo", disse o Presidente da República.

Por sua vez, a UNITA refere que em 2020 podem ser criadas as autarquias supramunicipais, ficando a criação das autarquias inframunicipais e o alargamento gradual das respectivas atribuições para as próximas legislaturas. O partido do galo negro considera que o país necessita de "um novo modelo de administração eleitoral, que satisfaça os imperativos da isenção, da integridade e da justiça".

5.25 Autarquias, um dos grandes desafios do mandato de JLO

Jornal Visão
23 De Março de 2018
Texto: Carlos Veiga

Se as coisas se mantiverem ao nível da comunicabilidade com que projecta e trata o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado -MATRE, não restam dúvidas de que não haverá dificuldades em termos dos seus objectivos. Em processos de gênero, a abertura é tudo e não falta isso na agenda do Ministro Adão de Almeida, jovem político de reconhecida intelectualidade na matéria. Dr. Adão de Almeida é bastante respeitado pelos jornalistas e formadores de opinião pela forma como esclarece os objectivos temáticos a cuidado do seu pelouro sendo certo de que na ordem do dia está a questão das Autarquias. Disso é que estamos a tratar.

Este assunto apresenta alguns desafios que, desde logo, passaremos a esclarecer no entendimento de quem propõe a sua orientação legal. É uma proposta do governo, e importante será aflorar alguns dos fundamentos do conteúdo em causa no âmbito da adequação do sistema da arrecadação das receitas autárquicas em função da realidade de cada

município. Todavia como se sabe difícil é desenvolver um assunto ainda por plasmar na lei.

Mas o Ministro não deixou de expor a sua orientação. Surge, por via disso, a necessidade de se ir acicatando a discussão visando a que a lei seja mais racional ao caso. Dentre os mais variados diplomas que irão conformar a nossa realidade autárquica, só para citar a Lei sobre a Tutela Administrativa, a lei Eleitoral das Autarquias, a Lei Orgânica do Funcionamento das Autarquias "etcetera" diga-se que foi a Lei Fiscal que coube mais falar da parte do senhor Ministro porque desta lei depende a vida das autarquias. Nesse sentido, há um conjunto de questões a ter em atenção como sendo a receita a arrecadar, o percentual a pertencer à autarquia e qual a pertencer ao Estado. Esta é, pelo menos, a matéria a discutir "sub conditio sine qua non".

Depois vem a questão quântica de municípios que irão preencher o primeiro grupo no quadro da implementação autárquica. Iremos iniciar dos municípios com maiores estruturas a nível do campesino ou do urbano?

Ocorre que municípios ou localidades há em que sejam explorados recursos, porém tributados nos municípios onde, de facto, estão as repartições fiscais ou nos chamados municípios urbanos por culpa disso passam a ter mais dinheiro.

Naturalmente, que os chamados municípios urbanos têm mais dinheiro e não oferecerão dificuldades em preencher o leque dos primeiros municípios a serem autarcizadas.

E mais, se levantam outros critérios a ter em atenção no âmbito do chamado gradualismo, sobre como nortear a possibilidade deste ou aquele município se poder transferir da autoridade estatal para autárquica.

Para o efeito dos primeiros municípios a se graduarem no âmbito da implementação autárquica, naturalmente, que não bastará o critério de urbanidade ou não, como tal.

Ou seja, este critério, por si só, não pode ser cooptamente de terminante, a pesar de histórico. Não se pode ficar na urbanidade ou ruralidade até porque existem municípios do fundo altamente tributáveis e os factores são claros, agricultura e indústria. Esta é uma questão que permite acrescentar como de reflexão no quadro de maior aprofundamento na agenda do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado.

Sobre a tributação, esta depende da Lei das Finanças Locais. O IRT e IPU, Imposto Predial Urbano serão principais instrumentos a ter em atenção e para efeito de estudo. São meios de arrecadação de receitas por excelência. Portanto, o domicílio a tributar, no caso das empresas, o lugar em que explora e onde esteja sediada, é importante para compreensão do problema. Conta para todos os efeitos, a residência da empresa.

Ocorre que alguns municípios acabam sempre por ficar mais ricos que outros em virtude de expedirem seus recursos, todavia sendo que o imposto sobre a exploração seja pago noutro ponto ou na sede das empresas exploradoras. Assim sendo terá sempre que haver a chamada transferência do Estado porque haverá municípios que não conseguirão gerar riquezas. Portanto, tal se explica com base no Fundo de Equilíbrio Nacional e Fundo de Equilíbrio de Estado, este, particularmente, que visa levar receitas aos municípios com menos capacidade de gerar, no caso, um mecanismo achado para que não fique tudo nos municípios com mais capacidade.

Estamos a falar dum processo sem retorno a julgar pelas palavras vindas das mais altas instâncias do Estado. Dois anos, 2018 e 2019, são determinantes em termos de preparação das Autarquias. Haverá discussões de tido consulta pública outro nível de discussão será em sede parlamentar quando for debatida a proposta do pacote legislativo sobre as autarquias. Aí os deputados vão esbater aquela que será a proposta sendo certo de que o trabalho de casa está a ser feito da parte de quem se lhe incumba.

5.26 Conselho da República exige implementação das autarquias

Jornal Visão
23 De Março de 2018
Texto: Olímpio Carlos

No quadro da conformação de todas as leis à Constituição da República de Angola (CRA), a legislação das autarquias e poder local, está muito atrasada, como se de reles se tratasse.

Hoje, o debate gira em torno do gradualismo interpretado de forma diferente pelo Executivo e pelas principais forças da oposição. Tudo se deve à falta da legislação e tempo suficiente para se analisar o modelo autárquico que se pretende implementar em Angola. A isso associa-se a fraca formação dos juristas da nossa praça.

Seja como for, o assunto foi abordado pelos conselheiros do Presidente da República que, cada um à sua maneira, alguns com ideias mais estruturadas que os outros, conseguiram abordar esta e outras questões com o Chefe de Estado angolano.

A expectativa é grande, sobretudo quando se pretende que o poder local seja instituído antes das eleições de 2022, de acordo com a intenção manifestada antes da reunião por João Lourenço. A definição da data para que elas tenham lugar pode, na verdade, ser a principal decisão saída dessa reunião.

Para os cristãos e entidades tradicionais, a reunião do Conselho da República é uma oportunidade onde se devem discutir assuntos que tocam a sociedade, já que eles é que lidam directamente com ela.

Se o assunto são autarquias, o Rei dos Bayakas diz que qualquer Executivo que se preze não deve por de parte as entidades tradicionais por estarem directamente ligadas às comunidades. Quem também pensa assim, é o reverendo Tony Nzinga que se socorre ao passado para dizer que as entidades religiosas são incontornáveis nesse tipo de abordagens.

"Nada de truques"

A oposição, a que mais 'chora' pela instituição do poder local, está apressada e acha que já é tempo de se partir para este novo figurino previsto na Constituição aprovada em 2010.

Tanto Isaías Samakuva, presidente da UNITA, como AbelChivukuvuku da CASA-CE, assim os líderes do PRS e da FNLA, Benedito Daniel e Lucas Ngonda, respectivamente, foram a esse encontro com sorrisos nos lábios pela intenção manifestada pelo Chefe de Estado sobre a necessidade de se implementarem as autarquias antes das eleições de 2022.

Só esse sinal positivo de JLO, por si só, não é sinal suficiente para um iminente consenso na interpretação da legislação das autarquias. Aliás, já existe uma ténue troca de mimos entre o Ministra Administração do Território e Reforma do Estado Adão de Almeida, que fala em alguma contradição no que a UNITA propôs no passado e no que está advogar agora, no que a gradualização diz respeito.

Samakuva, que um dia antes da reunião do Conselho da República juntou o Comité Permanente da Comissão Política do seu partido para agendar os assuntos a apresentar a JLO, disse, sem citar nomes, haver pessoas e partidos que pensam que entendem melhor as autarquias do que os outros. "Não vamos permitir que a vontade de um partido se sobreponha a vontade dos outros. Por dentro ou por fora, as autarquias vão ser mesmo realizadas. Falta saber se as formações políticas estão devidamente preparadas para esse desafio político ou, apenas, pretendem cumprir calendário.

Quanto à experiência, vários países podem servir de exemplo, como são os casos de Cabo Verde e Moçambique, este último que não precisou de dar tantas voltas como em Angola para instituir o poder local, apesar de termos um passa do comum. Hoje, em Moçambique, as eleições autárquicas realizaram-se regularmente e com normalidade.

5.27 Conselho da República aborda OGE e autarquias

Jornal Economia e Finanças
23 De Março de 2018

O Executivo angolano já está a trabalhar na preparação do pacote de leis sobre a organização e 'o funcionamento das autarquias, 'Pata serem submetidas à Assembleia Nacional, informou ontem, em Luanda, o Presidente da República, João Lourenço. Trata-se da Lei sobre as Atribuições e Competências das Autarquias, Lei sobre as Finanças Locais, Lei sobre a Tutela Administrativa e Lei Eleitoral das Autarquias, a serem submetidas ao Parlamento angolano para a sua aprovação.

Ao falar na abertura da reunião do Conselho da República, o Presidente João Lourenço disse existir consenso entre o Executivo e os principais-actores políticos e a sociedade civil para a realização das primeiras eleições autárquicas antes das eleições gerais de 2022.

Encorajou a necessidade de um alto debate ao nível da sociedade angolana a volta desse assunto que afecta a vida dos cidadãos, com vista a se alcançar o máximo de consenso possível.

Fez saber que o Executivo está a dar alguns passos concretos em matérias da sua competência como a desconcentração administrativa como antecâmara de centralização, a aprovação do Regime Financeiro Local, a criação do Fundo do Equilíbrio Nacional e do Fundo de Equilíbrio Municipal como meios ao serviço dos municípios menos desenvolvidos.

A-agenda de -trabalho do primeiro encontro do órgão consultivo do Chefe de Estado angolano está a tomar conhecimento de uma Informação sobre o Orçamento Geral do Estado 2018 e a Estratégia de Implementação das Autarquias.

O Conselho da República é um órgão de consulta do Presidente da República e no qual tomam parte personalidades da esfera do 'Estado, por inerência de funções.

5.28 Conselho da República exige implementação das autarquias

Jornal VISÃO
23 De Março de 2018
Texto: Olímpio Carlos

No quadro da conformação de todas as leis à Constituição da República de Angola (CRA), a legislação das autarquias e poder local, está muito atrasada, como se de reles se tratasse.

Hoje, o debate gira em torno do gradualismo interpretado de forma diferente pelo Executivo e pelas principais forças da oposição. Tudo se deve à falta da legislação e tempo suficiente para se analisar o modelo autárquico que se pretende implementar em Angola. A isso associa-se a fraca formação dos juristas da nossa praça.

Seja como for, o assunto foi abordado pelos conselheiros do Presidente da República que, cada um à sua maneira, alguns com ideias mais estruturadas que os outros, conseguiram abordar esta e outras questões com o Chefe de Estado angolano.

A expectativa é grande, sobretudo quando se pretende que o poder local seja instituído antes das eleições de 2022, de acordo com a intenção manifestada antes da reunião por João Lourenço. A definição da data para que elas tenham lugar pode, na verdade, ser a principal decisão saída dessa reunião.

Para os cristãos e entidades tradicionais, a reunião do Conselho da República é uma oportunidade onde se devem discutir assuntos que tocam a sociedade, já que eles é que lidam directamente com ela.

Se o assunto são autarquias, o Rei dos Bayakas diz que qualquer Executivo que se preze não deve por de parte as entidades tradicionais por estarem directamente ligadas às comunidades. Quem também pensa assim, é o reverendo Tony Nzinga que se socorre ao passado para dizer que as entidades religiosas são incontornáveis nesse tipo de abordagens.

"Nada de truques"

A oposição, a que mais 'chora' pela instituição do poder local, está apressada e acha que já é tempo de se partir para este novo figurino previsto na Constituição aprovada em 2010.

Tanto Isaías Samakuva, presidente da UNITA, como Abel Chivukuvuku da CASA-CE, assim os líderes do PRS e da FNLA, Benedito Daniel e Lucas Ngonda, respectivamente, foram a esse encontro com sorrisos nos lábios pela intenção manifestada pelo Chefe de Estado sobre a necessidade de se implementarem as autarquias antes das eleições de 2022.

Só esse sinal positivo de JLO, por si só, não é sinal suficiente para um iminente consenso na interpretação da legislação das autarquias. Aliás, já existe uma ténue troca de mimos entre o Ministro Administração do Território e Reforma do Estado Adão de Almeida, que fala em alguma contradição no que a UNITA propôs no passado e no que está advogar agora, no que a gradualização diz respeito.

Samakuva, que um dia antes da reunião do Conselho da República juntou o Comité Permanente da Comissão Política do seu partido para agendar os assuntos a apresentar a JLO, disse, sem citar nomes, haver pessoas e partidos que pensam que entendem melhor as autarquias do que os outros. "Não vamos permitir que a vontade de um partido se sobreponha a vontade dos outros. Por dentro ou por fora, as autarquias vão ser mesmo realizadas. Falta saber se as formações políticas estão devidamente preparadas para esse desafio político ou, apenas, pretendem cumprir calendário.

Quanto à experiência, vários países podem servir de exemplo, como são os casos de Cabo Verde e Moçambique, este último que não precisou de dar tantas voltas como em Angola para instituir o poder local, apesar de termos um passado comum. Hoje, em Moçambique, as eleições autárquicas realizaram-se regularmente e com normalidade.

5.29 Eleições autárquicas a partir de 2020 arrancam com municípios pilotos

Jornal Expansão
23 De Março de 2018
Texto: Nelson Francisco

As primeiras eleições autárquicas que deverão ser realizadas em 2020, de forma faseada, arrancam apenas em alguns municípios. Esta decisão surgiu no Conselho da República, que esteve reunido quinta-feira na Cidade Alta.

De acordo com um comunicado, o órgão consultivo do Presidente da República recomenda que se criem todas as condições para a implementação das autarquias locais ainda na presente legislatura.

"Que, nesse sentido, sejam definidos os critérios de seleção do primeiro grupo de municípios para a experiência inicial, devendo a este respeito considerar-se experiências e critérios diferenciados,

dentre eles: municípios urbanos e municípios rurais, municípios mais populosos e menos populosos, o estágio de desenvolvimento dos municípios e os municípios com maior ou menor capacidade de arrecadação de receitas", refere comunicado.

Neste sentido, João Lourenço informou que o executivo está a preparar quatro leis sobre a organização e funcionamento das autarquias, que deverão ser submetidas ao Parlamento.

"O Executivo já está a dar alguns passos concretos em matérias da sua competência como a desconcentração administrativa como antecâmara da descentralização, a aprovação do regime financeiro local, a criação do Fundo de Equilíbrio Nacional e do Fundo de Equilíbrio Municipal como meios ao serviço dos municípios menos desenvolvi- dos", afirmou o PR.

O destaque desta reunião recai também para a presença do antigo Presidente e líder do MPLA, José Eduardo dos Santos, que não tinha comparecido ao acto de tomada de posse, em Fevereiro. João Lourenço chegou mesmo a considerar "a presença do homem que dirigiu o país por quase quatro décadas", como sendo um marco histórico.

"O legislador ao contemplar na Constituição da República a figura dos antigos presidentes como membros deste Conselho da República, pretendeu com isso passar para toda a sociedade a mensagem da necessidade da transição pacífica de poder, onde os eleitos e os cessantes podem e devem continuar senta- dos à volta da mesma mesa a tratar das questões relevantes da Nação", disse o PR.

5.30 O «partido colonial» e as autarquias municipais

Jornal Novo Jornal
23 De Março de 2018

A implementação das autarquias foi anunciada pelo PR e na sequência foram feitos vários pronunciamentos pelos dirigentes do partido/Estado. Desde logo, no mesmo dia, o Secretário-geral do MPLA abriu um seminário deste partido sobre as autarquias e deu como certo que estas serão realizadas em 2020. Na continuação desta amálgama de agendas (a 'do PR, com a do MPLA), outros vieram explicar (o inexplicável) que essa implementação seria feita num horizonte temporal, de mais ou menos doze anos, porque os municípios não têm todos o mesmo desenvolvimento e há muitos municípios que ainda não estão preparados para ascender a esse estatuto.

Este é um argumento que, mutatis mutandi, é o mesmo que o do colonial-fascismo, para negar a concretização do nosso nobre sonho de independência. Diziam então que Angola não tinha desenvolvimento suficiente, não tinha quadros para prover as estruturas da administração, desde que os portugueses abandonassem o país. Catequizavam que era preciso esperar para que estas condições se criassem, enquanto se agravava a descriminação e teimavam em não fazer a integração universal dos angolanos na civitas, deixando a sua maior parte no espaço (físico e espiritual) do indigenato.

É o mesmo argumento, assente no mesmo paternalismo colonial. A este tipo de argumento, o movimento nacionalista angolano, desde o século XIX, respondeu com a seguinte assertiva: se não o fizeram em mais de 300 anos, perderam a oportunidade de o fazer, agora só resta o caminho da independência. Os filhos de Angola farão o que os senhores não fizeram.

John Kennedy, então presidente dos Estados Unidos, propôs ao governo de Salazar um plano de descolonização de Angola, em dez anos. Salazar negou-se a aceitar uma tal proposta, pois Angola era a "coroa do Império" e não estava à venda - dizia o inquilino de São Bento. O ditador de Santa Comba Dão achava-se proprietário desta nossa terra generosa. Era teimoso, uma teimosia que o levava a não ver as transformações que se operavam no mundo e, em particular, em África.

Para as almas caridosas deixem dizer que a analogia não é exagerada; quantas vezes a arrogância e brutalidade deste regime nos foram impostas? Quantas vezes o ditador local foi apelidado, inclusive por autoridades públicas, de "dono do país"? Querem fazer a implementação das autarquias num horizonte temporal de cerca de 12 anos, isso é uma atitude guiada pelo interesse nacional? São rostos diferentes, mas o mesmo argumento, o mesmo paternalismo e o mesmo desprezo pelas populações e ainda a mesma teimosia, com um mesmo propósito: manter inalterada a hegemonia do poder instalado.

As autarquias estão na Constituição há 25 anos e agora que se proclama a intenção da sua implementação, ficamos a saber que o anúncio do PR não foi para todos. A intenção do "partido colonial", aqueles que se opõem à implementação imediata das autarquias, com o argumento da falta de nível de desenvolvimento, é dividir os angolanos em várias categorias: os que vão entrar na civitas, cuja vida vai passar a ser regulada pela Constituição (a lei civil actual) ascendendo à cidadania e ao auto governo e os que continuarão no mundo do indigenato que serão submetidos à lei dos povos, aplicada por

cônsules do império de Luanda que vão garantir (é o que dizem) a sua elevação à civilização. Só aí passam (pelo menos, é a promessa) a fazer parte da civitas.

Outro argumento do "partido colonial" para justificar a teoria da diferenciação negativa entre municípios é o da desigual capacidade na colecta de impostos. É a repetição do anterior argumento, agora vertido em relação ao regime das finanças locais. Dizem que há muitos municípios que não têm uma colecta suficiente, nem sequer para pagar os salários dos seus funcionários. Desonestamente, dão a impressão de que as autarquias passarão a viver tão-somente dos dinheiros colectados por elas, como se fosse estabelecer um regime de autarcias…

A desigual capacidade de colecta das autarquias municipais, sendo embora uma realidade fáctica inegável, é um falso problema, pois a Constituição estabelece de forma lapidar que o regime das finanças locais deve ser estabelecido em obediência a quatro princípios: (1) o princípio da proporcionalidade dos recursos em relação às atribuições (artigo 215.°, 1, CRA), (2) o princípio da solidariedade nacional e local (artigos 1.0 e 222.°, CRA); (3) o princípio da "justa repartição dos rendimentos e da riqueza nacional" (artigo 101°, CRA), vertido também no princípio da "justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias" (artigo 217.°, 3) e (4) o princípio da "correcção de desigualdades entre as autarquias" (artigo 217.°, 3, CRA).

A este propósito o OGE faz a fixação das despesas autorizadas, em cada ano fiscal, quer para o Estado e seus dependentes, quer para as autarquias (artigo 104.°, 2, CRA). É neste exercício que se deverão tratar de forma desigual situações desiguais, aplicando-se o princípio da equidade, sem que se tenha que negar o princípio da igualdade.

Mas, para além da cabimentação diferenciada inscrita no OGE, com vista a aplanar as simetrias regionais, há ainda a possibilidade da administração central do Estado (Governo) ou local (Governador provincial) investirem nessas regiões directamente ou estabelecendo contratos-programa com as autarquias mais necessitadas, para a recuperação de atrasos, nomeadamente estruturantes, o que é uma obrigação prevista na Constituição e uma forma de realização do princípio de solidariedade nacional.

A questão das autarquias não pode então ser vista como um simples expediente de poder, uma questão táctico-partidária é uma questão nacional com várias vertentes: constitucional, política, económica, social e cultural, entre outras. Os argumentos constitucionais' do "partido colonial" resumem-se a simples citação do artigo 242.°, da Constituição, de que fazem uma leitura literal, não sistémica para catequizarem que o gradualismo se funda no princípio da racionalidade da proporcionalidade e do respeito pela unidade e integridade do Estado". Repetem pois a velha retórica de que as autarquias poderão constituir uma balcanização do país. Daí que durante muito tempo tenha evocado razões políticas sobre a "necessidade da consolidação das instituições' estatais" e da "unidade do território". Alguém acha que as autarquias podem representar um risco de "desagregação do território"? Pelo contrário, vão impulsionar a unidade e a reconciliação nacionais pela percepção das populações de que estas são também um meio de reparação política. Uma possibilidade de participação política e de criação de novas fileiras de promoção política, de responsabilização dos governantes perante os governados, porque as autarquias terão órgãos de governação autónomos, eleitos pelos próprios munícipes: a Assembleia municipal onde estarão representadas várias forças políticas, com carácter deliberativo e perante a qual o Presidente do "executivo colegial" será responsável politicamente (artigo 220.°, CRA).

No plano económico, é a oportunidade de se constituir sistemas locais de economia circular e de alimentar uma cadeia produtiva que permita uma melhor reprodução económica e social. As autarquias serão a oportunidade de uma democracia económica, de olear um sistema financeiro local, com efeitos reprodutores evidentes, como já se verificou com a experiência da distribuição dos célebres 5 milhões de dólares pelos municípios (grupo A), em 2007. Esta medida tinha fins eleitoralistas e logo no ano seguinte, depois das eleições de 2008, foi extinta, concentrando-se tudo, outra vez, no PR que inventou o PMIDRCP que veio desarticular o funcionamento de todos os municípios e tornar os seus administradores impotentes.

Recorrem também a razões culturalistas para dizer que em África o poder tem que estar concentrado num só homem. Estão fora do tempo e não percebem que estamos no século XXI, na era das tecnologias de informação e comunicação, com uma forte urbanização dos países africanos e uma massa crítica cada vez maior, escorada inclusive nas suas diásporas no mundo, o que quer dizer, abertas à inovação e ao diálogo e a novos valores que estão ligados ao Homem, naquilo que tem de mais Íntimo, que é o indivíduo com a sua livre subjectividade. Não percebem que o momento africano que vivemos é graças a incursão do continente na modernidade, que tem mais a ver com razões históricas do que culturais. O que interessa é que as autarquias são também a oportunidade da afirmação da cultura local e das condições de possibilidade de uma política efectiva

do uso das línguas nacionais, da valorização do património histórico-cultural local e do fortalecimento da cultura política de pluralismo que se vai enraizar no tecido nacional.

A Constituição é imperativa em relação à criação das autarquias em todos os municípios do país (artigo 218°) e os angolanos merecem-no, desde há muito tempo.

5.31 O Conselho da República e as autarquias locais

Jornal de Angola
23 De Março de 2018

O Conselho da República 'reuniu-se ontem em Luanda sob a presidência de Chefe de Estado, João Lourenço, para debater um assunto que tem sido objecto de muita discussão na sociedade - o poder local.

Tem havido acesos debates na comunicação social à volta das autarquias locais o que é positivo, porque os poderes públicos, nomeadamente o Executivo e o Parlamento, precisam de contribuições dos cidadãos para produzirem legislações que possa levar Angola a um modelo de poder local que vá de encontro aos interesses das comunidades.

O Presidente da República, ao colocar na agenda do seu mandato a descentralização administrativa, passou a mensagem de que o processo de instauração do poder local em Angola tem de ser uma realidade e não pode mais estar apenas formalmente prevista na Constituição da República.

É opinião generalizada de que é preciso avançar para a descentralização administrativa, que pode proporcionar desenvolvimento aos vários municípios que temos no nosso vasto território nacional. Fez bem o Chefe de Estado submeter aos 20 conselheiros da República a questão das autarquias locais, para poder saber das ideias destes, a fim de receber subsídios de pessoas com larga experiência em diferentes áreas.

O antigo Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, que faz parte do Conselhoda República, é uma dessas pessoas que pode dar uma contribuição valiosa à implementação do processo de instauração do poder local. Os longos anos de governação de José Eduardo dos Santos permitiram-lhe conhecer profundamente todo o país dão-lhe a possibilidade de fazer recomendações ao Chefe de Estado sobre uma série de assuntos que têm a ver com a vida das nossas populações. É inquestionável que o país caminhará mais rapidamente para o desenvolvimento se descentralização administrativa for executada. Pela extensão do nosso território e pela diversidade e complexidade dos problemas do país, faz sentido que não haja mais hesitações em relação à instauração de um poder com autonomia local que pode assegurar o bem-estar de muitos milhões de angolanos. A experiência de outros países do mundo tem mostrado que a descentralização administrativa tem mais vantagens do que desvantagens e que é um caminho correcto a seguir quando um Estado democrático de direito proclama na sua Constituição, como é o nosso caso, que o país é uma "República (...) baseada na dignidade da pessoa humana".

Tendo em conta a importância da implementação do processo de instauração das autarquias, importa que os cidadãos tenham informações sobre a natureza e o alcance do poder local. O amplo debate que se pretende realizar sobre as autarquias antes da aprovação da legislação sobre a matéria vai fazer com que os cidadãos tenham conhecimento sobre o poder local. É necessário que as questões relativas ao poder local não sejam apenas assunto de especialistas e dos poderes públicos. É pois correcta a proposta de lei Presidente da República de amplo debate sobre as autarquias locais em todo o país.

5.32 OPSA adeverte para cuidados na aplicação do gradualismo nas eleições autárquicas

Jornal OPAIS
25 De Março de 2018
Texto: Ireneu Mujoco

O alerta consta num documento intitulado "Reflexão sobre a Institucionalização das Autarquias Locais", a que OPAÍS teve acesso, e pretende fomentar um debate alargado e inclusivo sobre a governação local e a implementação das autarquias.

A OPSA considera ser importante discutir as razões a favor ou contra o gradualismo e os riscos que ele envolve.

Dada a sua dimensão, heterogeneidade e limitação da sua capacidade institucional, existem fortes argumentos baseados na necessidade de "prudência e eficácia" para a implementação gradual em todos os municípios do país, alerta.

Observatório alerta que a criação gradual das autarquias, no contexto político e constitucional Angolano, pode ter "resultados perversos", na medida em que pode vir a perpectuar e aumentar o

foço entre os municípios que passarão a autarquias locais.

Nesta senda, o OPSA defende uma discussão urgente e alargada sobre o gradualismo na governação local e' as formas de mitigar os seus riscos, sem pôr em causa o que está plasmado na Constituição.

Abordagem

Na visão deste organismo, há duas formas de abordar o gradualismo: um gradualismo geográfico e um outro funcional. Argumenta que no geográfico há progressiva implementação das autarquias ao nível do território nacional.

Já no funcional, segundo o documento, há uma transferência gradual de um conjunto de funções e competências do Estado-central para as autarquias locais.

O Observatório entende que durante as discussões sobre as autarquias se deve ter sempre em conta as diferentes dimensões de gradualismo e em que medida se está a aplicar uma ou outra.

Qefende ser necessário saber ' "se se refere aos processos de transferência gradual de funções e competências", ou à indicação dos municípios a serem abrangidos em cada uma das fases.

Critério de selecção dos municípios

O Observatório Politico e Social de Angola entende uma variedade de critérios para a selecção dos municípios que irão integrar a primeira fase de institucionalização das autarquias locais e a realização de eleições autárquicas.

Na visão do OPSA, deve-se seleccionar os municípios mais amadurecidos em termos da sua economia, densidade populacional, Sociedade Civil mais madura, mas também zelar pela harmonia e inclusão de municípios tradicionalmente esquecidos.

Para a escolha dos municípios, tanto urbanos como rurais, deve-se ter ainda em conta alguns aspectos onde, por exemplo, a criação de gado tem importância vital para a população, municípios do litoral e do interior, municípios mais e menos populosos, mais e menos vulneráveis.

Aponta ainda outros aspectos como os da malha urbana de Luanda, municípios localizados em zonas distantes das sedes provinciais, localizados na fronteira com outros países, e outros que albergam no seu território importantes jazidas minerais ou outros recursos naturais.

Estabelecimentos de critérios

O OPSA sustenta ser importante que se estabeleçam critérios que possibilitem que os municípios seleccionados sejam o mais heterogéneos possível, nas várias fases de implementação, e que representem as diversas realidades do país.

Recomenda que sejam feitos estudos multissectoriais por forma a enquadrar a visão estratégica de desenvolvimento intermunicipal.

Calendário autárquico

O OPSA entende que o calendário para a implementação das autarquias deve ser aprovado pela Assembleia Nacional, cujo cronograma poderá ser para um período de 10 a 12 anos, e permitirá uma eficaz monitoria de todo o processo.

Legislação

Para este processo, o Observatório, liderado pelo engenheiro Fernando Pacheco, defende um pacote legislativo que inclui Leis de Autarquias locais, Lei eleitoral autárquica, Regime Jurídico das autarquias locais, tutela administrativa e organização dos serviços, Lei de Financiamento das autarquias e outras.

5.33 MPLA cria as condições para vencer as autarquias

Jornal de Angola
26 De Março de 2018
Texto: Garrido Fragoso

O MPLA deve direcionar as suas acções na preparação das primeiras eleições autárquicas, que devem acontecer em 2020, declarou, em Luanda, o segundo secretário do Comité Provincial de Luanda do partido.

"A educação dos quadros do partido para o grande desafio afigura - se necessária para que possamos vencer o maior número de câmaras municipais", defendeu no sábado Mário Pinto de Andrade, na abertura da segunda Reunião Metodológica Provincial sobre a Organização do Trabalho do MPLA, que contou com a presença do primeiro-secretário provincial Adriano Mendes de Carvalho.

Mário Pinto de Andrade disse ser vital o planeamento estratégico para o desenvolvimento e fortalecimento do partido, sublinhando que "somente com quadros competentes e política e ideologicamente preparados venceremos os desafios que se colocam ao partido".

O político defende que se imprima maior dinâmica na vida interna do partido, aperfeiçoando o trabalho político-partidário e revitalizando os sectores a todos os níveis, para conferir mais protagonismo no seio do partido.

Aos dirigentes, quadros e militantes do partido em Luanda, Mário Pinto de Andrade lembrou as "responsabilidades acrescidas" do partido na condução dos destinos da sociedade, e aconselhou os militantes a serem mais pro-activos na defesa dos nobres interesses do partido e da Nação.

O segundo secretário provincial de Luanda do MPLA também disse ser "imperioso" reforçar o combate às más condutas, calúnias e desrespeito no partido. Para ele os militantes titulares de cargos de responsabilidade devem ser os primeiros detentores de atitudes que dignificam o bom nome do partido.

"O militante do MPLA deve ser o primeiro a combater, na prática, o nepotismo, absentismo, a delapidação do património e outras práticas que prejudicam a vida dos cidadãos e a boa governação", afirmou Mário Pinto de Andrade, apelando à coesão interna no partido.

A reunião analisou a organização e funcionamento das estruturas de base do partido, bem como o desempenho dos órgãos e organismos intermédios, à luz dos estatutos e regulamentos.

A postura e atitude dos dirigentes detentores de responsabilidade política, as organizações sociais e associadas do MPLA e uma informação detalhada sobre o processo de preparação das eleições autárquicas, foram temas analisados no encontro.

Jú Martins no Cuanza-Sul

O MPLA quer a participação activa dos militantes no processo que culmina com às eleições autárquicas, disse, no Sumbe, Cuanza-Sul, o seu secretário para os Assuntos Políticos e Eleitorais do partido, João Martins de Almeida.

Em declarações à imprensa, na sexta- feira, após uma sessão de trabalho com os membros do Comité Provincial do MPLA, "Jú" Martins adiantou que preparação e participação exitosa nas eleições autárquicas são o principal desafio do partido para este período. Por isso, disse, há a necessidade de implementação de um conjunto de acções pelo Executivo e pela Assembleia Nacional, no quadro da preparação das condições técnicas.

O também coordenador do Grupo de Acompanhamento do Bureau Político do MPLA à província do Cuanza-Sul disse que deve haver um espírito de entrega dos militantes, para o êxito do partido nas primeiras eleições autárquicas na história do país.

"Temos de preparar os munícipes com competências e habilidades. Não basta ser eleito pelos cidadãos, é preciso ter capacidade para não defraudar as expectativas dos eleitores" , sublinhou o político, ao dirigir-se aos futuros autarcas. O MPLA tem na província do Cuanza-Sul mais de 348 mil militantes.

5.34 UNITA considera 2020 momento certo para a implementação das autarquias municipais

Jornal O PAIS
26 De Março de 2018
Texto: Ireneu Mujoco

Na observância do princípio do gradualismo, considerar o ano de 2020 como o momento certo para a criação das autarquias municipais, e o ano de 2022, para a criação das autarquias supramunicipais", justificou o partido do "Galo Negro".

Esta força política refere que após este primeiro passo, o segundo será a criação das autarquias inframunicipais e o alargamento gradual das respectivas atribuições para as próximas legislaturas, com base num amplo consenso entre os actores políticos e sociais.

Considera que o país precisa de um novo modelo de administração eleitoral que satisfaça os imperativos "da isenção, da integridade e da justiça eleitoral".

Apontou, mais uma vez, a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) de subverter o seu papel e de não possuir a credibilidade e isenção para organizar, executar e conduzir as próximas eleições gerais ou autárquicas em Angola.

Argumenta no seu comunicado que a garantia das autarquias locais em todos os municípios é assegurada pelos direitos fundamentais dos cidadãos e pelos princípios constitucionais da autonomia local, do Estado de direito, da igualdade e da universalidade do sufrágio.

"A lei ordinária não pode limitar, condicionar nem restringir o exercício desses direitos por nenhum cidadão, ou munícipe", acrescenta a nota a que tivemos acesso, cujo encontro contou com a participação da maior parte dos membros deste órgão decisório do partido.

Registo Eleitoral

A UNITA exige a realização de um novo registo eleitoral e o estabelecimento de garantias para assegurar a integridade, a segurança e a "inviolabilidade das respectivas bases de dados".

Durante a reunião, o Comité Permanente da Comissão Política, apreciou igualmente a situação política e económica do país, tendo transmitido a todos os angolanos uma palavra de conforto e de esperança perante as incertezas reinantes.

Disse estar convencido de que povo angolano não nasceu para sofrer eternamente e que a verdade e a justiça também triunfarão em Angola, tendo reafirmado todo o seu empenho na defesa de Angola e dos anseios mais profundos dos angolanos.

Autarquias reúnem consenso

A primeira reunião do Conselho da República, realizada no dia 22, e orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, apontou o ano de 2020 como o da realização das eleições autárquicas.

Entretanto, para a realização destas, o órgão colegial do Governo determinou inicialmente a preparação das condições técnico-materiais, financeiras e administrativas, bem como os critérios de selecção do primeiro grupo de municípios a beneficiar deste processo.

Nas diferentes fases do processo preparatório serão consideradas as realidades diferentes dos municípios, para implementação gradual das eleições autárquicas, segundo o comunicado final, saído desta reunião.

Esta realidade passa por identificar alguns aspectos importantes como é o estágio de desenvolvimento dos municípios, bem como a sua capacidade na arrecadação de receitas.

A preparação desse processo, segundo a nota, deve aglutinar diferentes sensibilidades, por via da realização de debates e outros mecanismos de auscultação dos partidos políticos, da sociedade civil organizada, e cidadãos no geral.

5.35 Finalmente as autarquias

Jornal de Angola
28 De Março de 2018
Texto: Maurílio Luiele

A primeira reunião do Conselho da República do Presidente João Lourenço, ocorrida a 22 de Março aqui em Luanda, parece ter batido o martelo sobre a questão das eleições autárquicas. Saímos finalmente do "empurrar com a barriga" que caracterizou o processo na era José Eduardo dos Santos, estando agora clarificado o horizonte temporal para a realização das eleições. Atingimos ao que parece o "point de non retour" e, ao que tudo indica, 2020 será o ano da realização das primeiras eleições autárquicas em Angola.

As eleições autárquicas não são a panaceia para todos os problemas sociais, como às vezes se apregoa, mas, representam, seguramente, um passo firme em direcção a uma democracia mais participativa e maior relação de proximidade entre o povo e seus representantes, uma abordagem diferenciada e adaptada a cada contexto dos complexos problemas das comunidades, o que amplia o leque de soluções possíveis para os diferentes problemas destas comunidades. Assim sendo, as autarquias constituem decisivamente um pilar importante que sustenta o imponente edifício que é o Estado Democrático de direito, contribuindo substancialmente para a verdadeira justiça social, a diversificação económica e a redução das assimetrias regionais e, desta forma, abrir largas avenidas para o desenvolvimento sustentado.

Até a realização efectiva das eleições autárquicas em Angola muitas nuvens densas cobrirão o céu do processo e os ventos alísios que virão finalmente dissipá-las deverão emergir do debate franco, aberto e inclusivo, tal como foi referido no comunicado emitido no final da reunião do Conselho da República "que o processo de implementação das autarquias seja o mais abrangente, inclusivo e consensual possível, envolvendo todas as sensibilidades do país, cabendo aos órgãos do Estado promover a realização de debates e outros mecanismos de auscultação dos partidos políticos, das organizações da sociedade civil, das confissões religiosas e dos cidadãos em geral". Para o êxito do processo será importante que este espírito prevaleça, pois, de outro modo, as autarquias se arriscam a converter-se em um autêntico embuste, uma mera transfiguração das administrações municipais com toda a carga de ineficácia e ineficiência que se lhes conhece. O que se pretende não são administrações municipais travestidas, pretende-se sim uma reconfiguração do poder local, assente nos princípios da descentralização político-administrativa e da autonomia local que, tal como estabelece o Art. 214° da CRA, "compreende o direito e a capacidade efectiva de as autarquias locais gerirem e regulamentarem, nos termos da Constituição e da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, os assuntos públicos locais".

Alguns dos possíveis pontos de fricção que se podem tornar factores complicadores do processo podem adivinhar-se do debate ainda não estruturado que se vem fazendo sobre as autarquias. O principal destes pontos é o princípio do gradualismo e o outro tem a ver com a tutela de mérito. Em minha opinião, o princípio do gradualismo é uma norma transitória que não deve ser lida de forma desgarrada das normas perenes estampadas na Constituição da República de Angola, nomeadamente o princípio do Estado unitário constante no Art. 8°,onde se afirma o "respeito aos princípios da autonomia dos órgãos do poder local e da desconcentração e descentralização administrativas", bem como os princípios da universalidade (Art. 22°) e da igualdade (Art. 23°), estes sim, normas perenes da Constituição. Se a Constituição for tomada assim como um corpo e não como artigos isolados, retirados do contexto, como têm vindo a fazer determinados interesses manipuladores, facilmente se conclui que nada obsta que as autarquias sejam simultaneamente instauradas em todo o território nacional. Os argumentos que têm sido levantados em defesa do gradualismo territorial, que prevê que alguns entes administrativos passíveis de se tornar autarquias só poderão fazê-lo daqui a 20, 30 anos, são completamente vazios de razão e só podem ser entendidos à luz dos interesses obscuros que, ao quebrarem deliberadamente as cláusulas pétreas da Lei Constitucional de 1992, instituíram por via da Constituição um poder autoritário que tudo o que conseguiu foi promover a níveis assustadores a corrupção e o nepotismo, responsáveis em larga escala pela encruzilhada económica e crise de valores em que nos situamos hoje. A autonomia do poder local por via das autarquias reduz a margem autoritária do poder central, sendo por isso um rude golpe ao poder paralelo que o autoritarismo, de certo modo, impôs em Angola com todas as consequências sociais de que somos fiéis testemunhas aurículo-oculares.

Em obediência às normas perenes da Constituição, que devem sobrepor-se às normas transitórias é de todo conveniente que as autarquias sejam instauradas simultaneamente em todo o país. Em vez de se garimparem critérios ocos que mais não vão fazer senão introduzir injustiças e aprofundar indesejadas assimetrias, as questões que se levantam como justificativa para se elevar alguns municípios à categoria de autarquias e outros não, podem perfeitamente ser resolvidas por meio da transferência gradual de competências e do doseamento da tutela de mérito tal como prevê o Art. 2420 da CRA. A Constituição admite como norma apenas a tutela administrativa (Art. 2210), porém, como norma transitória, as autarquias podem ser sujeitas a uma tutela de mérito adequadamente ajustada e com desmame progressivo. Portanto, é o gradualismo funcional e não territorial que deve prevalecer, porque o contrário seria ferir de morte princípios constitucionais caros, tais como o princípio da universalidade, da Igualdade e da autonomia do poder local. Pode-se perfeitamente implantar o poder autárquico sem ultrajar estes princípios, fazendo prevalecer o gradualismo na transferência de competências e não o gradualismo territorial. Desta forma as eleições autárquicas em 2020 podem ocorrer em todo o território nacional e todos os cidadãos angolanos poderão, em pé de igualdade, exercer o seu direito de voto tal como manda a Constituição, sem nenhuma forma de discriminação (Princípios da universalidade e da igualdade).

As eleições autárquicas de 2020 serão autênticas eleições intercalares, definidoras da grelha de partida para as eleições gerais que ocorrerão em 2022. Deve ser desenvolvido um grande esforço para que os vícios já crónicos que habitualmente comprometem a lisura dos nossos processos eleitorais sejam atempadamente corrigidos. É preciso suprir as deficiências do registo eleitoral que põem em causa a integridade do ficheiro e é preciso devolver à administração eleitoral a sua efectiva independência. Deveríamos todos concordar da necessidade de realizarmos processos eleitorais verdadeiramente isentos, em que todos nos possamos rever. Para o efeito, torna-se importante que se discutam abertamente todas as questões que envolvem os processos eleitorais e se garanta total e absoluta transparência ao processo eleitoral para que os vencidos se convençam dos resultados e os vencedores não se vejam constrangidos com eventual contestação eleitoral, que acaba sempre elevando a temperatura e tensão políticas. As primeiras eleições autárquicas em Angola merecem ser celebradas como uma verdadeira festa democrática para a qual deverão ser convidados todos os cidadãos angolanos.

Enfim, 2020 será o ano das primeiras eleições autárquicas em Angola!

5.36 Processo das autarquias opõem CASA-CE à UNITA

Jornal de Angola
28 De Março de 2018
Texto: Adelina Inácio

O presidente do grupo parlamentar da CASA-CE, André Mendes de Carvalho "Miau", considera "prematuro" avançar propostas sobre datas para a implementação das autarquias inframunicipais e supramunicipais, sem a promoção de um amplo

debate com a sociedade civil e especialistas sobre a descentralização administrativa.

A implementação das autarquias estão marcadas para 2020, por decisão consensual dos conselheiros do Presidente da República, João Lourenço, mas a UNITA propôs recentemente a implementação gradual das autarquias locais de nível acima dos municípios em 2022 e o resto do processo depois das eleições gerais de 2022.

André Mendes de Carvalho "Miau" disse, ao Jornal de Angola, que uma consulta ampla pode esclarecer melhor o assunto e definir os municípios mais fracos. O presidente do grupo parlamentar da CASA-CE considerou "muito teórico" fazer autarquias inframunicipais. "Do nosso ponto de vista, o normal, aquilo que seria o regular, é fazer eleições a nível do município", disse.

André Mendes de Carvalho defendeu a implementação em simultâneo das autarquias municipais e supramunicipais.

O deputado da CASA-CE disse que a coligação acha que, antes de se tomar qualquer medida relativa às autarquias, deve haver um amplo debate nacional à volta da matéria. "Mesmo essa questão de ver se fazemos as autarquias só num primeiro grupo de municípios e, depois, noutros deve ser debatida. Um debate que vai esclarecer a questão, envolvendo prelectores estrangeiros", disse.

De acordo com André Mendes de Carvalho, o debate deve ser feito antes da produção das leis que vão dar suporte às eleições autárquicas. André Mendes de Carvalho diz não entender a implementação gradual das autarquias. "Tudo isso tem de ser devidamente ponderado. Só depois podemos começar a tomar decisões", concluiu.

MPLA prefere esperar

O secretário para os Assuntos Políticos do MPLA, João Martins, disse que o partido prefere esperar pelo debate. De acordo com o político, as questões ligadas às autarquias vão ser colocadas em sede do Parlamento tão logo que o grupo parlamentar apresentar os seus projectos de leis, com base em estudos já feitos. "O MPLA vai tratar do assunto em sede institucional do Parlamento tão logo submeta os documentos à apreciação dos deputados, tal como anunciou na sua agenda política. É lá onde vai tratar estas matérias de modo institucional", disse João Martins ao Jornal de Angola.

Redefinição da CNE

A UNITA e a CASA-CE têm posições convergentes quanto à redefinição das atribuições e competências da Comissão Nacional Eleitoral.

O presidente do grupo parlamentar da CASA-CE afirmou que a CNE foi uma "grande desilusão e frustração grave" nas últimas eleições. "Há que repensar a CNE na sua composição e na maneira como realiza as suas actividades", defende o deputado. André Mendes de Carvalho lembrou que a CASA-CE deu entrada de um projecto de lei na Assembleia Nacional antes das eleições de 2017 em que propunha que a CNE fosse refeita.

"Aquilo, tal como está, não garante isenção. Tem uma maioria do MPLA. Essa maioria do MPLA vai decidir a favor de quem a colocou lá. Portanto, não é um órgão isento e isso não pode ser assim", disse.

A UNITA considerou recentemente, em comunicado comité permanente da comissão política, que o país precisa de um "novo modelo de administração eleitoral que satisfaça os imperativos da isenção, da integridade e da justiça eleitoral".

5.37 Critérios para a selecção dos municípios em análise

Jornal de Angola
30 De Março de 2018
Texto: Josina de Carvalho

O Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado está a definir os critérios de selecção dos municípios para a implementação das autarquias locais nas diferentes fases do processo.

A informação foi avançada ontem, em Luanda, pelo ministro da Administração do Território e da Reforma do Estado, Adão de Almeida, no final do encontro com activistas cívicos do Observatório Político Social de Angola (OPSA), que apresentaram um documento com as suas reflexões sobre a implementação das autarquias locais no país.

O OPSA apresentou igualmente as suas ideias sobre os critérios de selecção dos municípios para a implementação das autarquias locais, entre outras questões à volta do assunto, que convergem na generalidade com a posição do Executivo, de acordo com o ministro Adão de Almeida.

As reflexões são bastante profundas e abordam diferentes perspectivas que vamos ter em consideração disse o ministro, fazendo uma avaliação do documento apresentado pelo OPSA.

o momento da apresentação pública dos critérios de selecção dos municípios, explicou Adão de Almeida, vai ser dada a conhecer as diferentes visões sobre o assunto, a fim de colher subsídios dos cidadãos, com ideias coincidentes ou divergentes do Executivo. Definidos os critérios, acrescentou, será feita a selecção do primeiro grupo de municípios e mais tarde dos demais. Adão de Almeida esclareceu que o processo de selecção, mesmo na lógica da implementação gradual, não é de exclusão. "Não há exclusões. Há integração de todos os municípios em momentos e fases diferentes", disse.

O Ministério da Administração do Território, prosseguiu, está a criar um conjunto de instrumentos e adoptar um conjunto de medidas para que os municípios que não fazem parte do primeiro grupo, consigam ter uma dinâmica funcional e de desenvolvimento muito próxima dos que terão autarquias.

A visão que temos e nos termos em que estamos a construir o processo, o gradualíssimo não será um instrumento a favor do aumento das assimetrias. Pelo contrário, é um instrumento que vai colocar todos os municípios a andar a uma velocidade boa e positiva", justificou.

O coordenador do OPSA, Sérgio Calundungo, é a favor do gradualíssimo, porque entende que não há condições objectivas para que todos os municípios do país, simultaneamente, possam

Er uma autarquia. "Mas estou aberto a considerar essa diversidade de opiniões que se observa também dentro do próprio OPSA", admitiu, alertando ser importante haver abertura suficiente de todos os intervenientes do processo, para que seja encontrado um meio-termo.

Sérgio Calundungo disse que o OPSA também considera importante gerir bem as expectativas da sociedade, com o apoio dos órgãos de comunicação social, porque de forma inadvertida se está a passar a ideia de que todos os problemas do povo vão ficar resolvidos com as autarquias.

Temos que ser muito responsáveis na comunicação sobre o processo, recomendou o coordenador, alertando igualmente ser necessário evitar o excesso de tecnicismo nas discussões sobre o assunto. "A discussão não pode ser apenas entre juristas ou de políticos. É preciso alargar o debate sobre o processo, para congregar o máximo de ideias e de cidadãos que tenham uma palavra a dizer, fruto das suas experiências, vivências e expectativas", disse…

O documento do OPSA que contém as reflexões sobre a implementação das autarquias recomenda ainda maior disseminação de informação sobre o processo, para que os cidadãos estejam melhor esclarecidos sobre a necessidade de implementação das autarquias. De acordo com Sérgio Calundungo, há gente que defenda que as autarquias são um meio para aprofundar a democracia, enquanto outros entendem que pode ajudar na melhoria da gestão dos seus espaços territoriais e dos serviços prestados ao cidadão.

5.38 Martírio dos moradores da Ilha de seca perto do fim

Jornal de Angola
30 De Março de 2018
Texto: Augusto Cuteta

O martírio está perto do fim. É o que pode acontecer, nos próximos dias, com as 126 famílias que vivem entre os separadores da estrada da rua da Dira, na famosa Ilha Seca do Zango 4, quando as mesmas forem transferidas para um local mais seguro.

Há mais de seis anos a viver no meio da estrada e em casebres de chapas, as famílias tinham sido levadas ao Zango, depois de desalojadas por fortes chuvas que inundaram e destruíram as suas casas nos bairros do Jika (Alvalade) e Vila Nova (imediações da Cadeia de Viana), Mas, esse sofrimento, em casas de chapas de zinco' com menos de 2,5 metros de largura e dois de altura, construídas no meio de uma estrada com muito trânsito, principalmente às noites, pode ficar para passado, como assegurou administrador distrital do Zango, Eduardo Costa Gabriel.

Embora o administrador não tenha avançado a data precisa, garantiu que as famílias da llha Seca vão ser retiradas dali, nos próximos dias. "Eles devem receber um tratamento diferenciado em relação aos outros desalojados. Estão nas nossas prioridades, porque não podemos permitir que continuem a viver naquelas condições, consideradas desumanas", reconheceu.

Questionado se os moradores vão ser já instalados em casas ou apenas num espaço de concentração (transição), o responsável distrital disse apenas que existem já condições para as famílias serem efectiva - mente retiradas da ilha Seca. Não posso realçar mais dados, mas estas não mais vão ficar ali", disse.

Se o problema dos moradores da Ilha Seca já tem solução à vista, Costa Gabriel disse que os outros que se encontram, também, em casebres de chapas no

Condomínio de Prata e no bairro Katondo ainda podem continuar ali por mais algum tempo, embora existam ideias para melhorar as condições de habitabilidade dessas cerca de sete mil famílias.

Esses grupos constituem uma grande dor de cabeça para a administração, uma vez se tratar de um assunto antigo", disse.

Apesar disso, avançou que o assunto está já praticamente sob a mesa das autoridades municipais e provinciais, para ser solucionado o mais rápido possível.

Neste momento, Costa Gabriel referiu que o Governo está a projectar o ordenamento de uma área, com vista ao reassentamento das mais de sete mil famílias, tendo em conta que não existem casas para distribuir a todas elas.

Tendo em conta o número de famílias a viver em péssimas condições, adiantou que, a curto prazo, vai ser encontrada uma área para ser urbanizada com o objectivo de serem distribuídos sete mil lotes à população, no sentido de esta construir as suas próprias habitações.

O administrador garantiu que aquela região de Luanda tem muitos terrenos, estando a ser feito um esforço para se aumentar essa Desde o ano passado, a administração distrital, em conjunto com forças locais, gizou vários programas para serem materializados em curto espaço de tempo. Alguns desses foram submetidos ao Governo Provincial de Luanda, para dar prosseguimento.

Porém, há já acções concretas e, ainda este ano, podem ser realizadas, no quadro dos programas do Governo e da Administração Municipal de Viana. O distrito receberá, nos próximos dias, a lista de execuções agendadas pelas autoridades superiores.

Entre essas preocupações, propostas pelo distrito, está a necessidade da criação de condições de habitabilidade condigna, uma vez que boa capacidade de oferta a nível do Zango.

Por isso, revelou que foi remetido Um plano às autoridades provinciais, para esta entidade autorizar a execução de um programa, que ajudaria a reassentar todas as pessoas em zonas de risco.

Temos capacidade para isso. Basta que nos autorizem e avançaremos", gabasse o administrador do Zango, distrito que se limita entre a via expressa e o Quilo parte dos moradores do Zango vive em casas precárias.

Enquanto se espera pela materialização desse programa, Rita Miranda, Loya José Alberto, ambas com 31 anos, e mães de cinco filhos, e Catarina Francisco, com oito rebentos, vão continuar a enfrentar os perigos a que estão sujeitas, por morarem no meio da estrada, na Ilha Seca.

As senhoras e outras 123 famílias, que antes de chegarem à Ilha Seca, tinham acampado por dois dias junto ao Cemitério de Via na, temem pelas suas vidas, numa altura em que a circulação de viaturas na área é feita, cada vez mais, de forma desregrada.

Aqui, os carros não respeitam os limites de velocidade.

Com mais de 100 quilómetros ao quadrado, o Zango tem uma população estimada em mais de 500 mil habitantes. Desses, a maioria enfrenta ainda muitos problemas com a distribuição de água e energia eléctrica, mau saneamento básico, assim como outros recorrem à delinquência e à prostituição como formas de sobrevivência nas, ou atropelam alguém ou batem nas nossas casas, principalmente à noite", lamenta Catarina Francisco, a coordenadora do grupo de moradores da Ilha Seca. Com lágrimas nos olhos, Catarina recorda os dias mais penosos na ilha. Quando chegaram ali, em Fevereiro de 2012, transportados em camiões, sem tendas nem qualquer tipo de apoio, as famílias foram despejadas na rua e dormiam ao relento durante dois meses.

Na altura, eram 356 famílias, mas 230 tiveram a sorte de beneficiar ainda de casas, três dias depois de terem sido tiradas da zona do cemitério. Desde que o processo parou, nunca mais alguma entidade do governo quis saber dos que ali ficaram.

5.39 Autarquias: Governo começou a sociedade civil

Jornal OPAIS
31 De Março de 2018
Texto: Norberto Sateco

Nesta senda, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, reuniu-se Quinta-feira, 29, em Luanda, com a direcção do Observatório Politico e Social de Angola (OPSA).

No final do encontro, que decorreu à porta fechada, Adão de Almeida informou à imprensa que o mesmo serviu para melhor compreender o parecer de reflexão sobre a Institucionalização das autarquias locais, tornado público pela OPSA na última semana.

"Temos estado a partilhar a nossa visão e a ouvir a de todos. Tivemos a oportunidade de conhecer ao detalhe a reflexão bastante profunda sobre institucionalização das autarquias com perfectiva diferentes e nós subscrevemos na generalidade" disse.

O governante acrescentou que encontro subscreve-se no âmbito do programa de auscultação e concertação pública sobre o processo de implementação das autarquias locais, e abrangerá todas as sensibilidades da Sociedade Civil.

Gradualíssimo

A problemática do gradualíssimo e a sua execução esteve no centro da abordagem, tendo o titular do MAT considerado ser uma questão de "aproveitamento político", justificando que as autarquias não podem ser confinadas às eleições.

Adão de Almeida entende não perder-se de vista os requisitos em termos de condições, desde a unidade orçamental, recursos humanos e sobretudo o conhecimento desta realidade, nesta fase de mudança de paradigma.

Acautelou que o processo não será de exclusão embora a perspectiva de uma provável agudização das assimetrias regionais, levantada por círculos da sociedade civil, seja legítima e que não deixa de ser uma preocupação do Governo.

Quanto à selecção dos municípios experimentais, o governante adiantou estarem em período de elaboração de critérios para que no momento do debate público sejam apresentados.

Discutir para encontrar consenso

Por sua vez, o coordenador do OPSA, Sérgio Calundungo, entende ser normal que existam ideias contraditórias, referindo que o mais importante é continuar a discutir para se alargar o debate e encontrar consenso.

Dentre os vários assuntos explanados no documento elaborado pela sua instituição e apresentado ao MAT, destacou os métodos para a institucionalização das autarquias.

"E preciso esclarecer ao cidadão que as autarquias é uma oportunidade profunda para consolidação da democracia, mas se não tivemos cuidado de escolher as que melhores representam os nossos interesses, logicamente não veremos a nossa vida melhorada", explicou o também economista ao serviço do OPSA.

O Observatório Politico e Social de Angola actua pela realização de debate, produção de documentos de reflexão com o intuito de fundamentar tomadas de decisões.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 "Boa Vida" ineveste mais de USD 500 milhões em projectos habitacionais

Jornal O PAÍS
1 De Março de 2018
Texto: Borges Figueira

O projecto habitacional denominado "urbanização Boa Vida" em construção na Avenida Comandante Fidel Castro, em Luanda, já consumiu mais de USD 500 mílhõesnasuaímplementação.revelou o presidente do Conselho de Administração do Grupo "Boa Vida", Tomasz Dowbor, em declarações ao Jornal OPAÍS.

O projecto, que está a ser erguido numa zona de 722 mil metros quadrados e que contempla cinco condomínios privados e independentes, com vivendas nas tipologia T3, T4 e T5 prontas a morar, com várias opções de serviços, teve o seu inicioem2006, com término previs- to para 2020.

O responsável, que falava à margem da cerimónia de apresentação da nova identidade da firma que passou de Poltec Investimentos para "Grupo Boa Vida", na ocasião, informou igualmente que a empresa cresceu muito nos últimos anos, com a implementação de novos projectos nas áreas da agrícul- tura, mineração, pecuária, hotelaria e turismo entre outros negócios.

"Ao entrarmos num determina- do negócio avaliamos o risco e as oportunidades, uma vez que o país está a atravessar um momento menos bom do ponto de vista económico. No meio desta crise encontrámos oportunidades que incentivaram a realização de diferentes investimentos no âmbito da diversificação da economia em curso no país", disse.

Questionado sobre o valor in- vestido nos diferentes sectores, o PCA do grupo Boa Vida informou que cada sector tem as suas particularidades de investimentos e o seu tempo. Todavia, realça que os sectores da agricultura, mineração bem como da indústria são os que mais oportunidades oferecem, tendo em conta a nossa dependência no que toca aos produtos do campo, devido à ausência da produção nacional.

De acordo com Tomasz Dowbor, a dependência do petróleo fez com que os outros sectores da economia nacional não se desenvolvessem como era desejado.

O responsável do grupo Boa Vida avançou que é seu desejo apostar na diversificação dos investimentos a curto, médio e longo prazo, com vista a tornar a economia angolana cada vez mais robusta, uma vez que a diversificação ajuda a reduzir o risco e garantir o sucesso de todos os projectos que sevê que estão em desenvolvimento no país.

Actualmente, o grupo conta com um investimento no sector mineiro avaliado em USD 50 milhões, enquanto na agricultura o mesmo, já activo, está orçado em mais de USD 60 milhões.

Sobre o grupo Boa Vida

O Boa Vida é um grupo empresarial de direito angolano que tem como principal core businesso ramo imobiliário e já construiu sete condomínios residenciais e de escritórios como Vereda das Flores, Real Park, Hípicus, Park Ville Vermont, Infinity I e II e o Sólida Plaza. Actualmente está a construir a urbanização Boavida.

No âmbito do processo da diversificação da economia angolana, o grupo tem em carteira novos investimentos, com destaque pa- ra as áreas de agricultura, pecuária, hotelaria e turismo, comér- cio geral, serviços diversos, saúde, educação e mineração.

6.2 Moradores abandonam casas nas centralidades

Jornal de Angola
1 De Março de 2018
Texto: Justino Vitorino

Moradores das casas sociais, construídas no âmbito da Programa do. Executivo de Famenta Habitacional "Minha Casa, Meu Sonho", nos municípios da Ecunha e Londuimbali, no Huambo, estão a abandoná-los, por falta de serviços sociais básicos como energia eléctrica, água, saneamento Básico vias de acesso e insegurança.

As casas abandonadas já estão. a ser vandalizadas par indivíduos desconhecidos, que aproveitam a isolamento para roubar partas, janelas, vidros e outros materiais que ali se encontram.

Os moradores pedem ao Governo medidas urgentes, com vista à recuperação e valorização das imóveis, que correm a risca de degradarem -se ou se tornarem refúgios de meliantes, que intensificaram, nas últimas dias, as assaltas e roubos nas referidas localidades.

Víríato Emesta, funcionário pública e um dos moradores das casas sociais do município da Ecunha,

5 lueixa -se da falta de escalas, serviços policiais, creches, serviços de saúde e das péssimas vias que dão. Acesso. ao. projecto.

Segunda Viriata Ernesto, no princípio. Deste ano. Lhes foi dito que as trabalhas de colocação da energia, água, serviços de saneamento básica e outros inerentes à vida humana, além da reabilitação da estrada que dá acesso. Ao. Projecto habitacional, deviam começar no ano. Passada, "mas até hoje não. Há indícios de isso. Acontecer".

A directora provincial do Urbanismo. e Ambiente, Nadir Gomes, disse que as novas infra -estruturas sociais foram entregues há dois anos e a Governo não. Está de braças cruzadas quanto à situação apresentada pelas moradores das projectos habitacionais das munícipes da Ecunha e da Londuímbalí,

"O Governo da Província está a envidar esforços para colocar à disposição das jovens que aderiram aos projectas todos as serviços, para que deixem de abandonar as casas por falta de condições de habitabilidade", garantiu a directora do Urbanismo e Ambiente, exortando. A todos os cidadãos interessadas em adquirir as residências a procurarem informar-se junta das administrações municipais.

Os interessados devem fazer -se acompanhar de uma fato cópia do Bilhete de Identidade declaração de serviço, atestada de residência e número de canta bancária.

No que toca ao. programa de urbanização e construção habitacionais, pelo menos 200 casas sociais foram construídas e entregues à juventude, a nível dos onze municípios da província do Huambo.

6.3 Executivo quer reforço da oferta de habitações

Jornal de Angola
2 De Março de 2018
Texto: Pedro Bica

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, disse ontem, em Caxito (Bengo), que a oferta de habitação social deve ser largamente aumentada e diversificada, para satisfazer a procura em todos os segmentos do mercado, incluindo as pessoas com baixo rendimento.

Ana Paula de Carvalho, que falava no acto que marcou a abertura do segundo encontro metodológico do ordenamento do território e habitação, considerou que a política de gestão do solo deve merecer a atenção do Estado, para evitar especulação na venda ou trespasse de terrenos.

A ministra defendeu a simplificação do processo de aquisição de terrenos para a edificação de urbanizações. "É necessário adoptarmos em todas as localidades planos directores e de ordenamento do território que devem ser acompanhados da promoção de uma cultura de respeito pelo interesse público que ponha termo a índices elevados de ocupação ilegal de terrenos e de construção desordenada e clandestina", disse.

Para a governante, atenção especial deve ser dada às características próprias de cada região que facilitem a solução dos problemas ligados à construção de infra-estruturas e de habitações, de modo a reduzir os encargos e a facilitar a sua integração harmoniosa no ambiente.

Ana Paula de Carvalho reconhece que tanto a planificação económica como a territorial devem ser relevadas, porque os planos de desenvolvimento devem ter em conta os planos territoriais que ordenam a ocupação, uso e transformação do território e dos seus recursos.

A ministra considerou que o Estado deve continuar a assumir as suas responsabilidades em relação ao problema da oferta da habitação social a grupos mais vulneráveis.

Ana Paula de Carvalho indicou que a nova visão deve estar alinhada com a Agenda Habitat e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. A ministra defendeu ser necessário incluir métodos inovadores e céleres para a infra-estruturação das reservas fundiárias, a disponibilização de terrenos ínfra-estruturados e legalizados às famílias que pretendam construir casa própria em regime de auto construção dirigida.

A ministra defendeu a simplificação e uniformização dos processos para atribuição dos títulos de concessão e facilitar o acesso a terrenos para o cultivo agrícola, com canais de irrigação e energia eléctrica.

A governante apelou à criação de infra-estruturas básicas de saneamento, abastecimento de água e energia eléctrica, de vias de acesso e de investimento na saúde e na educação.

Na ocasião, a governadora do Bengo, Mara Quiosa, considerou ser urgente o arranque efectivo das obras de construção da centralidade da ex-Açucareíra, como forma de proporcionar aos jovens da região o sonho de casa própria.

Para Mara Quíosa, a vila de Caxito requer uma atenção muito especial, pois foi construída muito abaixo do nível do rio Dande, o que tem provocado inundações nos períodos chuvoso.

Participaram no encontro técnicos do ministério, vice governadores do Bengo, chefes dos gabinetes provinciais e arquitectos.

6.4 O caso valor patrimonial de prédios urbanos

O PAÍS
2 De Março de 2018
Texto: Júlio César André Londa

A relação entre o valor patrimonial e o valor do rendimento dos prédios vem da reforma do ano de 1929 e ganharia consagração no Código da Contribuição Predial e do Imposto sobre a Industria Agrícola, de 1963.

Na época, ao imposto andava ligada a ideia de uma contribuição voluntária feita ao soberano. O termo "contribuição" perdeu-o seu inicial sentido à medida que a centralização do poder e uma nova formulação da teoria jurídica do Estado deu ao imposto a natureza de acto unilateral do poder político, vinculado à regras de força constitucional e subordinado ao supremo império da legalidade que caracteriza o moderno Estado de Direito.

A utilização do rendimento, como fonte e paradigma central para determinação do valor patrimonial para efeitos fiscais, tinha uma razão histórica que advinha do facto de o imposto sobre o património, ser visto na óptica de um imposto sobre o rendimento.

O traço fundamental do regime anterior à reforma de 1963, que culminou com a aprovação do Diploma Legislativo N° 4044, de 13 de Outubro de 1970, com entrada em vigor em Angola, à 1 de Janeiro de 1971, que aprova o Código do Imposto Predial Urbano (CIPU), consistia na inexistência de um imposto que tributava a riqueza materializada na detenção da propriedade ou na posse de bens imóveis, dado que a Contribuição Predial era um imposto sobre o rendimento desses bens.

Assim, uma das soluções legislativas da reforma de 1963, regime que vigorou, quase sem quase sem substanciais alterações até a entrada em vigor da Lei n.° 18/11, de 21 de Abril, Lei de alteração ao CIPU e do Imposto Industrial, foi a introdução do mecanismo de tributação da riqueza manifestada pela detenção de prédios urbanos, ainda que deles não resulte rendimento real. Com efeito, o DL n° 4044, 13 de Outubro, adoptou a ficção legal que considerava rendimento colectável dos prédios urbanos, quando arrendados, o valor da respectiva renda expresso em renda corrente (renda efectiva ou real), e quando não estivessem arrendados, a equivalente utilidade que deles obtiver, ou tenha a possibilidade de obter, quem possa usar ou fruir dos mesmos prédios (renda presumida ou ficcionada).

Todavia, o critério de tributação adoptado pelo CIPU, não estava imune de críticas, sobretudo, por atentar contra um dos primados da Constituição, consagrado no artigo 88.°, que impõe como critério de tributação, a capacidade económica, auferível pelos acréscimos patrimoniais directos ou indirectos que se verificam na esfera jurídica do contribuinte.

Um outro problema, mas de natureza conceptual, estava ligado à classificação do imposto. Defendem alguns estudiosos, que o regime estabelecido no DL n° 4044, que aprova CIPU, não é, na sua essência, um imposto sobre o património, mas sim, um imposto sobre o rendimento derivado da aplicação de bens patrimoniais.

Aliada às críticas apresentadas, 41 anos depois da entrada em vigor, o CIPU reclamava por reforma, de modo a torna-lo mais prático e moderno, para além da necessidade de adopção de critérios objectivos para a determinação do valor patrimonial dos imóveis e mitigar o grau de irritabilidade que causava aos contribuintes. Algumas das suas normas estavam obsoletas, inaplicáveis, desajustadas, nalguns casos, representando um verdadeiro entrave à actuação da administração fiscal.

Reforma tributária de 2011

No âmbito da execução das tarefas do Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT), foram introduzidas importantes alterações ao Código Predial Urbano, cujo objectivo primário, visava polir o diploma das patologias mais gravosas de que estava enferme.

A reforma de 2011, além de estabelecer um regime de contribuição mais justo e equilibrado, eliminou também um sistema autoritário na sua génese, em que o Estado se assumia com poderes para determinar administrativamente, o valor do rendimento previsível, normal ou potencial de cada imóvel.

Deste modo, para o apuramento do valor patrimonial de prédios urbanos, foram criados critérios objectivos de avaliação através do Decreto Presidencial n.° 81/11, de 21 de Abril, com as alterações introduzi das pelo Despacho n.° 1069/11, de 29 de Dezembro,

do Ministro das Finanças, que aprova a Tabela de Avaliação e Reavaliação de Prédios Urbanos, consubstanciados numa fórmula - ver nesta página.

Feita a avaliação, o valor apurado é fixado na matriz e passa a corresponder ao valor patrimonial do imóvel, sobre o qual incide a taxa de imposto.

Contudo, em caso de alienação do imóvel, procede-se à comparação entre o valor da alienação e o valor da avaliação, e o mais alto passa a vigorar na matriz como o valor patrimonial

Ora, apesar dos reconhecidos avanços alcançados, ainda há um percurso longo para eliminar as várias patologias de que o imposto padece.

6.5 Infiltração em residência provoca litígio entre vizinhos

O PAÍS
3 De Março de 2018
Texto: Afrodite Zumba

O avança o estado de degradação de alguns edifícios, localizados na baixa da cidade de Luanda, que há muitos anos não beneficiam de reabilitações, já começam a causar litígios entre os moradores, chegando mesmo alguns casos à Justiça.

Nesta situação, encontram-se duas moradoras do prédio nº 139, na rua da Missão, no Kinaxixi, que recorreram ao tribunal para solucionar um litígio derivado das infiltrações num dos apartamentos.

África Gomes está a ser acusada por uma das suas vizinhas de causar danos à sua residência, nomeadamente, a cozinha, mas o prédio todo padece deste problema.

A referida estrutura é do tempo colonial, tem mais de 50 anos, e encontra-se em mau estado de conservação, com fissuras, tubagens enferrujadas e manchas, que está a se deteriorar.

Razão pela qual, diz não entender as razões que levam a proprietária do apartamento debaixo do seu a responsabilizá-la por um problema que é geral naquele edifício.

Como prova disso, exibiu alguns vídeos que mostram a água a jorrar no interior do edifício como se uma torneira estivesse aberta.

A entrevistada alega que a 3 de Janeiro de 2017 foi surpreendida por um oficial de Justiça à sua porta, que lhe entregou uma notificação, referente ao processo nº053/16-E, alocado na 3" Secção da Sala do Civil e Administrativo, na qual lhe era solicitado a comparecer no Tribunal Provincial de Luanda, no dia 11 do mesmo mês, para tratar de um litígio.

Somente nesta altura, segundo ela, tomou conhecimento da existência deste processo, visto que até àquela data não lhe havia sido comunicado nada, a si e às suas irmãs que também herdaram o apartamento, em 2016, após o falecimento da sua mãe.

"Desde aquela data estamos em idas e vindas ao tribunal, na tentativa de uma conciliação, mas sem sucesso", disse.

Entretanto, afirma que a 27 de Dezembro o juiz ditou a sentença numa providência cautelar e determinou que fizesse obras na casa da vizinha no prazo de 10 dias. Inconformada, optou por recorrer aos serviços de um advogado.

Sob orientação daquele profissional, África Gomes contratou a empresa de engenharia "Vias do Bem", que após ter visitado o referido edifício emitiu um relatório técnico que apontava a sua degradação devido ao tempo de existência.

"Regista falência das redes técnicas (sistemas de abastecimento de águas, drenagem dos esgotos e instalações eléctricas, bem como dos elementos estruturais, que são: sapatas, vigas, pilares e lajes", lê-se no documento a que OPAÍS teve acesso.

Apesar disso, segundo África, o referido relatório não foi aceite pelo juiz. Pelo que chegou a propor à sua vizinha que de comum acordo contratas sem outra empresa de engenharia para fazer o levantamento, mas esta negou.

Vestígios de canos furados por se encontrar

Por ordem do tribunal, a 1 de Fevereiro de 2018, África Gomes recebeu em sua casa canalizadores, funcionários de uma empresa cujo nome não citou, contratados pela sua vizinha (queixosa), incumbidos de fazer escavações para se comprovar que os canos da cozinha estavam furados.

"Os funcionários não encontraram nenhum vestígio de água nos canos da cozinha. Pelo contrário, eles acabaram por furá-lo com o berbequim. Tenho provas porque estava a filmar enquanto eles trabalham", disse.

Não satisfeitos, a interlocutora salientou, os referidos funcionários afirmavam que pretendiam dar sequências as perfurações na casa de banho, aventando a possibilidade de lá existirem canos

furados, mas esta não autorizou, uma vez que o motivo do litígio era a cozinha.

Salientou que só aceitará com novo pedido do tribunal, uma vez que não sabe quem poderá custear as despesas para a sua reposição.

Por esta razão, disse que a advogada da sua vizinha escreveu ao juiz, alegando que impediu o trabalho dos técnicos.

Foi nesta senda que, a 16 de Janeiro de 2018, África Gomes alega ter endereçado uma carta ao Conselho Superior de Magistratura Judicial, apelando à intervenção deste órgão para a reposição da legalidade no processo.

Disse que tem passado por dias de "sufoco", devido ao litígio, uma vez que este processo está a afectar até o seu rendimento no trabalho. "Eu trabalho com números, preciso estar concentrada, mas a maior parte do tempo penso nesta situação. Tenho filho para sustentar", alegou.

Deste modo, apela aos órgãos de direito que resolvam este litígio, de modo que a sua vida volte ao curso normal.

Advogada nega-se a prestar declarações

Perante tais factos, OPAÍS contactou a advogada da proprietária do apartamento A do primeiro andar, do edifício 139, situado na rua da Missão, Márcia Flora, para obter mais esclarecimentos em torno do processo e dos motivos evocados pela sua constituinte.

Todavia, ela disse que não haveria de se pronunciar sobre o assunto, uma vez que o caso está sob a alçada do tribunal. "Se a outra parte quer expor o caso que decorre em tribunal à comunicação social, isto não nos diz respeito. Entretanto, nada tenho a declarar", sublinhou.

Todos os edifícios da baixa têm este problema.

Convidado a comentar ocaso, o engenheiro Angelino Quissonde explicou que vários são os edifícios na cidade de Luanda afectados por estes problemas, porque atingiram o estado de vida útil.

Por outro lado, acrescentou que as obras realizadas por alguns moradores contribuíram para o aumento do peso da estrutura e estes procedimentos aceleram o processo de degradação dos edifícios.

"As infra-estruturas estão envelhecidas e não se fez a manutenção adequada para preservar o material que foi aplicado na fase de execução", disse tendo acrescentado, a título de exemplo, o edifício do Ministério da Construção.

6.6 Compra de casas cai este ano

Jornal de Angola
4 De Março de 2018
Texto: Victorino Joaquim

A procura cai, este ano, no segmento de compra e venda de residências, pois para grande parte dos investidores, a motivação da aquisição já foi satisfeita, conclui um relatório sobre a evolução do mercado imobiliário de Luanda em 2017 e as perspectivas para 2018 consultado ontem pelo Jornal de Angola.

O "Relatório de mercado imobiliário 2018", produzido pela companhia de consultoria Abacus e a empresa cotada na Bolsa de Valores de Nova Iorque JLL, considera que a motivação para comprar observada no ano passado esteve "quase exclusivamente" ligada às questões da desvalorização do kwanza e não propriamente" à necessidade imobiliária".

O estudo afirma que, em 2017, o segmento residencial de compra e venda assistiu a um ritmo aceitável de colocação de produtos, com os valores de venda a manterem-se em 2018, quando é esperada uma diminuição da procura atribuída ao facto de os investidores terem perdido a motivação.

O segmento residencial de arrendamento de Luanda registou uma" acentuada desaceleração", sobretudo pela saída de muitos quadros expatriados, prevendo-se, para 2018, o agravamento da situação com a desvalorização da moeda nacional e a dificuldade cambial.

O documento avança estar este segmento diante da expectativa da queda do valor das rendas de casa este ano se, como é esperado, "mais expatriados tenham de deixar o país, provocando uma diminuição da procura" que afecta "o retorno para os investidores imobiliários, pela diminuição [do valor] das rendas".

O mercado estabelece os preços das residências por venda ou por arrendamento, por serem novas ou usadas, área de localização e tipo de habitação, considerando se é apartamento ou moradia.

Preços continuam altos

Um apartamento novo localizado em Luanda Sul ou Talatona pode ser vendido a preços de 3.500 a 5.500 dólares por metro quadrado, enquanto o arrendamento fica entre três e 5.500 dólares por mês. Nestas mesmas áreas, um apartamento usado pode

ser vendido entre 2.500 e cinco mil dólares o metro quadrado e de dois mil a 4.500 dólares por mês em arrendamento.

No centro de Luanda, um apartamento novo pode ser vendido de cinco mil a 7.500 dólares o metro quadrado e arrendado entre 4.500 e 12 mil dólares, enquanto os valores do apartamento usado são de quatro mil e sete mil dólares por metro quadrado e de 3.500 a 7.500 por mês.

Na zona Norte (na estrada de Cacuaco), Viana, Camama e Benfica, uma moradia nova pode ser vendida de quatro a 5.500 dólares por metro quadrado e arrendada a preços que vão de 4.500 a oito mil dólares. Caso seja uma moradia usada, o preço de venda vai de 3.500 a cinco mil dólares por metro quadrado e de três a seis mil para o arrendamento.

A taxa de rentabilidade no investimento imobiliário varia de II a 14 por cento nos escritórios, 9,00 a 14 por cento em residências e em edifícios industriais de 12 a 14 por cento, nota: o documento: "existem óptimas taxas de retomo", considera o documento.

Os arrendamentos são feitos por mês e por tipologia de T2 a T3 nos apartamentos e de T3 a TS nas moradias. De acordo com a prática de mercado e em conformidade com a nova Lei do Arrendamento, é comum o pagamento máximo de três rendas em avanço para contratos de um ano, o que cria a expectativa de que o modelo se vai manter no futuro, até que exista um equilíbrio da procura e da oferta.

Em 2018, estima o documento, permanece activa uma oferta importante de áreas em comercialização em Talatona e no centro da Cidade de Luanda, embora exista um excesso de oferta, em especial destinada a quadros expatriados (edifícios com tipologias TI e T2) e edifícios coloniais.

Verifica-se, também, uma procura consistente nos edifícios que, no seu conjunto, oferecem áreas de residência, lazer, estacionamento, segurança e boa manutenção. De acordo com o relatório, o centro de Luanda - Ingombota e Marginal -, a zona do Benfica, Camama, Talatona e a zona Norte da província de Luanda são as principais áreas de residências.

Outras localizações igualmente muito procuradas em termos de moradias são o Miramar, Bairro Azul, Alvalade, Cruzeiro, Vila Alice, Cidade Alta e Praia do Bispo.

Camama, Viana e Benfica têm sido as zonas destinadas à emergente classe média angolana, mas a zona Norte vai ser, no futuro, a área de expansão da cidade, preconiza o relatório.

Desistência do investidor

A entrada de investidores estrangeiros no mercado imobiliário "parece adiada", principalmente, devido à degradação do ambiente económico e à falta de orientações económicas atractivas por parte do Executivo, indica o relatório.

As limitações cambiais são apontadas no documento como sendo o mais importante factor por detrás da desistência desses investidores, pois "é esperado que qualquer investidor queira exportar os dividendos dos investimentos realizados".

Figura, igualmente, a incerteza criada pela nova. Lei do Arrendamento que, apesar de não proibir, gera grandes incertezas no que se refere à índexação das rendas à moeda estrangeira, indica o relatório.

Isto significa que, num cenário de desvalorização continuada do kwanza, quem não consegue utilizar o mecanismo de indexação à moeda estrangeira nos contratos - uma vez que o valor da propriedade não acompanha a taxa de inflação -, vai estar continuamente a gerar perdas.

O estudo declara que continua a existir uma grande oportunidade de negócio para as sociedades gestoras de produtos imobiliários, mas, caso a situação não se alterar, o país pode "caminhar muito rapidamente para a estagnação ou mesmo para o fim do investimento estrangeiro no mercado imobiliário nacional".

O relatório indica que a indústria do investimento imobiliário está instituída é legislada, com a aprovação do Regime Fiscal dos Organismos de Investimento Colectivo, em 2013, mas realça que, embora não tenham arrancado decisivamente, começam a surgir as primeiras sociedades gestoras e os fundos de investimento, um segmento que se torna vital para "que haja diversidade de opções de investimento, poupança e financiamento do mercado da promoção imobiliária.

A gestão imobiliária é apontada corno um desafio para o desempenho do mercado, urna vez que a realidade cambial cria dificuldades, em especial na área de electromecânica, começando a escassear algum tipo de peças e equipamento, com percalços para a operação dos activos imobiliários.

"A manutenção cuidada dos edifícios é determinante para um melhor uso dos seus inquilinos e para urna efectiva poupança com a sua exploração. Além disso um edifício bem mantido, tende sempre a ser mais apreciado quanto à manutenção ou aumento do seu valor no mercado transaccional", lê-se no documento da Abacus.

O relatório afirma tornar-se determinante urna atitude pedagógica das entidades governamentais e dos agentes do mercado para esta importante tarefa, urna vez que continua a existir um compromisso diminuto de grande parte dos proprietários, para o cumprimento das obrigações, para que os edifícios possam ser conservados e bem mantidos.

Angola já tem valores de manutenção e conservação dos activos muito superiores do que a maior parte dos mercados internacionais, mas hoje, diz o relatório, a limitação de divisas torna mais cara a importação de materiais e equipamentos.

O estudo caracteriza o sector imobiliário angolano pela ausência de documentos jurídicos e de terrenos licenciados, pela falta do ordenamento do 'território e de planos directores para as cidades, assim corno a necessidade de infra-estruturas básicas, embora reconheça que, desde o ano passado, a rede eléctrica tem melhorado de forma significativa.

6.7 Empresas adoptam novas estratégias para sobreviver.

Jornal de Angola
4 de Março de 2018
Texto: Leonel Kassana

As empresas do sector imobiliário tiveram de adoptar processos de readaptação para garantir a sobrevivência no mercado, algo que levou, em muitos casos, à redução de trabalhadores, com reflexos na queda da taxa de procura de escritórios.

O "Relatório de mercado imobiliário 2018" aponta que, nas novas estratégias, em 2017, as empresas decidiram-se pela tomada de áreas por força da chamada "preservação de capital" - instrumento utilizado para se defenderem da desvalorização cambial -, mas registaram, em resultado, uma redução da "vacancy rate" (disponibilidade de espaço).

Esse é um cenário que leva a que, no mercado de arrendamento, surja a renegociação do valor da renda dos inquilinos, bem como os prazos dos contratos, provocando um corte efectivo dos valores padrão e médios do arrendamento.

Os valores de venda têm-se mantido, entretanto, mais "estáveis", já que existiu um mercado comprador para a "preservação de capital" contra a desvalorização cambial' segundo a empresa de consultoria imobiliária"Abacus", que espera, para este ano, a manutenção dos preços nos edifícios novos.

Nos arrendamentos, acrescenta o relatório, espera-se a continuação de um comportamento do mercado alinhado a 2017, com acerto nos preços.

O documento alerta para dificuldades na obtenção de valores consistentes e, com a redução de espaço ocupado, começarem a surgir no mercado áreas correspondentes ao stock anterior a 2009, com as novas a trazerem valores que influenciam todo o mercado.

A reflectir o quadro das dificuldades, os valores de arrendamento em Luanda apresentam acertos significativos, descendo de cem dólares por metro quadrado (m2) em 2017, para 80, quando, entre 2013 e 2014, estes valores rondavam os 200 dólares.

"O stock [de espaços] continua a crescer, embora mais moderadamente. A cidade de Luanda fechou 2017 com 1.300 mil metros quadrados e Talatona com cerca de 334 mil metros quadrados", sublinha a Abacus, que adianta, com base num levantamento de 2009, que os dados de Luanda incluem 600 mil metros quadrados.

A taxa de disponibilidade de escritórios de Luanda e Talatona sobre a totalidade do stock foi, em 2017, de cerca de 17 porcento, contra cerca de 20 por cento no ano anterior. "A subzona de Talatona apresentou uma boa 'performance' com o registo da redução de escritórios disponíveis, mesmo considerando os novos, situando-se actualmente a taxa de disponibilidade nos 25 por cento, quando em 2016 estava em 28 por cento".

"São notícias positivas para o mercado", sublinha a Abacus, notando que, hoje,a cidade de Luanda - incluindo o stock antigo disponível e passível de verificação -, apresenta uma disponibilidade de 1'5 por cento de escritórios, correspondente a cerca de 197.500 mil m2, quando no ano anterior a oferta estava em 18,50 por cento.

A diminuição da "vacancy rate", além de resultar das empresas terem tomado espaço, é, também, originada por uma absorção da oferta por parte de empresas do Estado. "O mercado teve, assim, um crescimento do stock total, incluindo Luanda e Talatona, de aproximadamente 5,5 por cento, com uma taxa de disponibilidade de mais de 27 por cento sobre o stock novo de Luanda e Talatona".

A consultora do imobiliário refere que "zona prime" - preferencial de escritórios em Luanda designada internacionalmente por Central Business District (CBD) - situa-se na Baixa, nomeadamente na

Marginal, onde estão os principais departamentos governamentais, sedes de bancos, seguradoras e empresas, sobretudo ligadas ao sector petrolifero.

Desafios do retalho

O comércio a retalho - importante para a promoção imobiliária - é o segmento que mais se vai ressentir do ambiente económico e cambial adverso por que passa o país, já que as rentabilidades dependem do rendimento disponível da população.

O relatório da Abacus e JLL prevê que, caso a desvalorização gerar um cenário inflacionista, este não seja acompanhado pelos salários reais, diminuindo assim o poder de compra da população em geral.

6.8 Papel dos privados na habitação social

Jornal de Angola
4 De Março de 2018

A companhia de promoção e gestão imobiliária, Imogestin, anunciou a realização, na terça e na quarta-feira, em Luanda, de uma conferência consagrada ao "Futuro da habitação social em Angola: o papel do sector privado".

Em comunicado, a Imogestin afirma que o encontro se realiza no âmbito das "Conferências Expansão", debates periódicos promovidos pelo jornal especializado em economia.

O objectivo da conferência' indica o documento, é reunir empresários, gestores, quadros médios e superiores, políticos, académicos e demais interessados num amplo debate sobre o papel do sector privado no asseguramento de melhores condições de habitabilidade e de infra-estruturas de qualidade à população através da habitação social.

A Imogestin, detida por a capitais semipúblicos, E estando envolvida em projectos habitacionais do Estado como o Nova Vida e as centralidades, além de deter investimentos que inclui a rede de hotéis "Terminus", e outros projectos na área a do turismo, como a reabilitação e gestão do Parque do Parque de Chimalavera em Benguela.

6.9 Sem apoios o Kilamba pode passar a um simples dormitório

Jornal Luanda
5 De Março de 2018

Edivaldo Cristóvão

Qual é o balanço que faz da sua gestão como Administrador do Distrito do Kilamba?

O Kilamba de hoje não é o mesmo de ontem. Os problemas que se viviam anteriormente estão ultrapassados. Até Dezembro do ano passado, melhorámos substancialmente a iluminação pública e a segurança, além de tratarmos da imagem da cidade, no que concerne à poda de árvores.

A centralidade tem um Centro Médico que mal funciona...

O Centro Médico quase que não funciona, porque não é uma unidade orçamentada. Tem carência de meios financeiros para a compra de medicamentos, pagamentos dos trabalhadores e manutenção da própria infra-estrutura. Essas responsabilidades foram dadas à administração, mas a nossa capacidade financeira não permite. O Centro, além de atender os moradores do Kilamba, presta também assistência à população dos bairros vizinhos, pelo facto de ser o único existente no perímetro entre a entrada do antigo controlo da via expressa até ao Zango.

Existe algum projecto para a construção de hospitais ou centros médicos?

O Kilamba tem espaços reservados para a construção dessas infra-estruturas o Temos convidado empresários para investirem em clínicas ou centros de saúde, mas aparecem poucos com capacidade para sustentar este projecto. A Empresa de Gestão de Terrenos (EGT), assume a responsabilidade da cedência destes espaços e comercializa o metro quadrado a 275 dólares americanos, um valor que considero caro.

Como avalia a segurança da cidade actualmente?

A administração tem feito tudo para apoiar o trabalho da Polícia Nacional, disponibilizando meios

técnicos que melhorem o sistema de vigilância. A cidade tem quatro esquadras policiais, um posto da Polícia e um destacamento. Os níveis de criminalidade baixaram, de forma considerável.

Quais sãos os crimes mais frequentes?

Actualmente, a preocupação tem sido com os assaltos a residências. Os meliantes usam macacos de carros para afastar o gradeamento e depois entram nas residências e apropriam-se de bens alheios. Anteriormente, o número de casos de violação sexual eram preocupantes, mas baixou significativamente. Muitos cidadãos faziam-se passar por taxistas, para levar moças até à zona do Bita e abusar delas. O roubo de pneus, nos parques de estacionamento, também diminuiu.

Que medidas estão a ser tomadas para travar os assaltos a residências?

A administração complementa o trabalho da Polícia, porque estamos preocupados com a segurança e integridade física dos moradores. Para isso, contribuímos com outros meios que ajudam o serviço da Polícia. Uma das formas de travar estes crimes é resolver o problema da iluminação pública, porque a escuridão toma o trabalho de prevenção mais difícil. A Polícia tem sido incansável na caça a estes delinquentes. Muitos já estão presos e não são moradores da cidade. Pedimos a colaboração dos moradores para denunciar casos de crimes e passar a participar nas reuniões convocadas. pela ordem pública, com intenção de definir novos procedimentos.

Qual é orçamento da cidade do Kilamba?

Tendo em conta as necessidades totais financeiras da administração, a cidade do Kilamba precisa de aproximadamente 121 milhões de Kwanzas por ano, para o tratamento de jardins, iluminação pública, recolha de lixo e água pública. Temos ainda outros serviços, que implicam aqusição de material e equipamentos sociais, alem de ,encargo administrativos. Kilamba e uma cidade que tem Sido orçamentada e recebe uma quota do Ministério das Fianças, como única fonte de receitas, com um valor variável, desde um milhão até dois milhões de Kwanzas por mês. Este valor não é suficiente para satisfazer as necessidades.

A quota do Ministério das Finanças advém de que serviços?

Dos serviços prestados à população, principalmente por via de emissão de documentos, como licenças de construção, selos de verba, pagamentos de propinas das creches, requerimentos, atestados de residência, agregado familiar, multas cobradas pela fiscalização, vistorias, feiras, publicidade luminosa e não luminosa, festas e eventos.

Tendo em conta a diferença entre as reais necessidades e a disponibilidade, o que deve ser feito para resolver a situação?

As dificuldades financeiras que o país vive, actualmente, poderão comprometer o bom funcionamento da cidade e levar à consequente degradação da mesma, por falta de manutenção. Propomos que os valores arrecadados na renda dos estabelecimentos comerciais passem a ser creditados numa conta da Direcção do Nacional do Tesouro, para que, desta forma, a cidade se auto-financie, sem depender do Orçamento Geral do Estado, e ainda proporcionar receitas ao mesmo.

Qual é o procedimento para a cedência de lojas no Kilamba?

A cedência e gestão das lojas no Kilamba é da responsabilidade da Imogestin, mas o proprietário é o Ministério das Finanças. Na simulação que fizemos da cobrança de imóveis comerciais, o valor mínimo equivalente em kwanzas por cada metro quadrado é de 15 dólares, o máximo vai até 25.

Com essas dificuldades financeiras como a cidade tem sobrevivido?

Com o pouco que temos recebido do Estado. Quando assumi a administração, contratámos algumas empresas para atender às situações de manutenção e poda de árvores, mas os pagamentos eram feitos de forma paulatina. Herdámos uma dívida da administração anterior, que não estava prevista no orçamento. Temos 15 trabalhadores convencionais que não recebem salário há algum tempo. Isso perfaz uma dívida de mais de quatro milhões de kwanzas. O serviço prestado por eles era pago através de uma fonte de rendimento proveniente da Sonangol.Porém, esse contrato cessou.

Que serviços ainda faltam na cidade do Kilamba?

No Kilamba, faltam muitas infra-estruturas e equipamentos sociais. Refiro-me a hospitais materno-infantis de referência, serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), mercado municipal, espaços para velórios, salas de conferências, casas da juventude, correios, centros de acolhimento, quartel de bombeiros bem equipado, centros culturais, estacionamento público, canil municipal e ginásio. É uma grande carência de serviços e, se não se houver o apoio necessário, o Kilamba passará de um projecto habitacional para um simples dormitório. Esperamos que, com o arranque da segunda fase do Kilamba,

estes problemas sejam solucionados, na altura da sua implementação.

E como está a ser resolvido o problema da iluminação pública?

Até Dezembro, o Kilamba esteve iluminado em cerca de 85 por cento da sua extensão, na via pública. Porém, actualmente, temos vários pontos da cidade às escuras, com a iluminação na ordem dos 45 por cento. É lamentável essa situação.

A chuva tem sido a principal causadora deste problema e, com o término de contrato com a empresa que fazia a manutenção, o cenário tende a piorar.

Qual é avaliação do fornecimento de água e luz na cidade?

A situação da distribuição de água tem sido resolvida, principalmente, nos edifícios que registavam falhas. Alguns moradores têm reclamado dos cortes que a EPAL faz nas zonas onde os próprios habitantes vandalizavam as bocas de incêndios. A empresa de águas exige, agora, o pagamento de multas, por essas irregularidades. A energia eléctrica domiciliar tem menos problemas, porque o sistema de cobrança é pré-pago e a cidade raramente fica privada de luz.

A recolha de lixo tem sido eficaz?

A recolha de lixo está a cargo da empresa VIsta, contratada pelo Governo Provincial de Luanda. Nos últimos cinco meses tem registado melhorias no seu desempenho, mas notamos alguma limitação dos recursos humanos e equipamentos necessários para corresponder à demanda. Nes- te momento, o lixo produzido durante a quadra festiva ainda não foi todo recolhido e, com a chuva, a situação piorou.

Qual é o destino do pagamento da taxa do lixo que é cobrada na factura da ENDE?

A administração não tem nenhuma interferência neste projecto. É da responsabilidade da ENDE, que, às vezes, condiciona o pagamento da luz ao pagamento da taxa do lixo. Temos recebido algumas reclamações, mas os moradores do Kilamba têm sabido cumprir com a exigência. O que não tem havido é a correspondência com a recolha do lixo.

A administração Intervêm nos casos de moradores que não pagam a taxa de condomínio?

Entendemos que esta situação advém de um problema de consciência dos próprios moradores. Eles sabem que o pagamento do condomínio visa resolver problemas como a manutenção dos elevadores, pagamentos ao corpo de segurança do edifício, troca de lâmpadas e outros serviços. Em suma, essa taxa é cobrada para garantir o bem-estar das famílias. A administração está aqui para consciencializá-los e fazer com que este problema termine.

Em alguns casos, notificamos os moradores e fazemos um trabalho de sensibilização, dando-lhes explicações sobre as consequências do não pagamento. Mas a Comissão de Moradores tem de estar mais engajada neste processo. A sua intervenção só terá impacto quando lhes for conferida a personalidade jurídica. O nosso Gabinete Jurídico tem trabalhado para dar este auxílio.

Qual é o plano para manter a manutenção da cidade?

É preciso instalar na cidade empresas para a manutenção, limpeza, energia eléctrica, poda de árvores e tratamento de jardins. Existem colectores entupidos que fazem transbordar águas residuais. Por isso, muitas ruas e edifícios ficam inundados. O problema da rua dos Bombeiros, por exemplo, surgiu por causa de uma conduta de água que rebentou. A EPAL foi obrigada a cavar, para resolver o problema, mas ainda não foi feita a reposição do asfalto.

Para outros casos, a Imogestin é que deve tomar conta, por ser o responsável da gestão dos imóveis. Os prédios apresentam problemas de fissuras e infiltrações. É preciso saber se esses problemas decorrem do mau uso dos moradores ou se trata de algum defeito de construção, para que os responsáveis sejam notificados e resolvam os problemas.

6.10 Dezenas de famílias estão a ser realojadas

Jornal de Angola
06 De Março de 2018

O primeiro contingente composto por trinta famílias que viviam próximo à cratera da ravina da Cangangawe, no bairro Catraio, no Cuito, começou a receber novas moradias no projecto habitacional SOO casas, no Tchíssíndo 11. A transferência dos moradores foi seguida pelos Serviços Técnicos e Infra-estruturas do Governo do Bié e da Administração do Cuíto. Contando com apoio de autocarros e camiões para o transporte destes e dos seus haveres.

Face às chuvas que se abatem obre o Culto, o Governo do Bié estabeleceu um plano de contingência para retirar famílias em zonas de riscos,

segundo o vice-governador para o Sector Técnico e infra-estruturas. José Tchatuvela reconheceu, no contacto mantido com a imprensa sexta - feira última, a existência de várias famílias em péssimas condições de alojamento, lembrando que o processo de assentamento é feito por fases e de forma sequencial até à ocupação total das 500 residências. Gomes Rodrigues, de 63 anos e morador do bairro Catraio, adjacente à ravina, exprimiu satisfação por ganhar uma residência cómoda e numa área urbanizada.

6.11 Diocese do Luena recupera casas de adobe centenárias

Jornal de Angola
06 De Março de 2018

A diocese do Luena, no Moxico, está a desenvolver um projecto de recuperação de técnicas de construção tradicional que já permitiu recuperar edifícios em adobe construídos no tempo colonial.

O projecto centra-se na recuperação, com as técnicas tradicionais, de construções erguidas entre 1915 e 1920 na aldeia do Moxico Velho, uma povoação que durante pouco mais de meio século, até 1956, foi capital da província do Moxico.

A linha do comboio, ligando o litoral ao leste, obrigaria então a administração colonial a mudar a capital para a margem do rio Luena, chamando lhe vila do Luso e rebaptizada após a independência como Luena.

A 20 quilómetros de distância, que se torna numa viagem de quase uma hora desde Luena, o Moxico Velho ficaria então para trás, assim como as construções em adobe, um tijolo feito com terra e fibras vegetais mistura das com água, que seca ao ar livre.

Kubioka Daniel, um engenheiro civil angolano de 54 anos, decidiu abraçar o projecto de recuperação das técnicas de construção tradicional, lançado pela diocese, e em dois anos já recuperou duas construções em adobe, com praticamente 100 anos, com destaque para o santuário da Senhora de Fátima que existe na aldeia.

Se no tempo das chuvas não queremos apanhar febres, temos de ter bons sapatos e um bom chapéu. Um bom sapato, então tem de ter um bom alicerce, um bom chapéu é ter uma cobertura para cobrir bem o edifício. Esse é o segredo", explicou à Lusa Kubioka Daniel, que lidera a equipa que está literalmente a reconstruir o Moxico Velho com os tijolos de terra da aldeia.

Edifício que, apesar do desgaste do tempo e da construção simples utilizada, sobreviveram a décadas de chuvas fortes e prolongadas, como é tradicional no Moxico.

Ê tudo feito como antes. Recuperámos os adobes daquele tempo afirma, sustentando que a recuperação em curso passa sobretudo pelo reforço dos alicerces e da cobertura. Mas tudo com matéria - prima local, como foi feito há mais de 100 anos, quando o Moxico Velho foi fundado.

O objectivo, além de recuperar aquela histórica aldeia, onde muitos ainda vivem em cubatas de palha, passa por perpetuar as técnicas tradicionais que ajudaram a construir várias povoações em Angola antes da chegada do tijolo de barro ou do cimento.

Vim há dois anos, era por três ou quatro meses e acabei por ficar brinca Kubioka Daniel, formado nesta área em França.

No Moxico Velho vivem actualmente cerca de 800 pessoas, essencialmente dependentes da agricultura, como a mandioca, batata, gengibre, milho e feijão, que depois vendem no Luena. Vive também num palácio de adobe o padre Estêvão, de 83 anos, missionário beneditino, que está em Angola desde 1962 e nunca regressou à terra natal de Chafé em Viana do Castelo.

Desde Janeiro de 2015 na aldeia, a mexicana Margarita Flores, da congregação Filhas de Santa Maria de Guadalupe, do México, é uma das responsáveis pela dinamização a que o povoado tem assistido recentemente, com o ensino das crianças e formações aos jovens.

Há muita vida aqui, graças a Deus" , diz a madre, de 50 anos, os últimos oito em Angola, e que vive na única casa com gerador em toda a aldeia, mas que só funciona, para fornecer electricidade, algumas horas por dia.

A igreja é, de resto, o centro do que resta hoje no Moxico Velho, com uma igreja paroquial e um santuário um padre e a missionárias mexicanas.

No centro da aldeia ainda resiste o palácio do então governador da província, também centenário e que poderá ser o próximo a entrar na lista das recuperações.

6.12 Pais atrasado na habitação e nos objectivos do milénio

Jornal de Angola
7 De Março de 2018
Texto: Victorino Joaquim

Angola está atrasada no fomento de casas sociais e, em consequência, não vai atingir os "Objectivos de Desenvolvimento Sustentável" recomendados pelas acções Unidas (ONU), disse ontem o arquitecto António Gameiro na conferência que aborda em Luanda o futuro da habitação social no país.

Uma das metas, esclareceu António Gameiro, é de os governos garantirem, até 2030, o acesso de todas as famílias a uma habitação segura, adequada, a preço acessível e com serviços básicos implementados, além de proporcionar um sistema de transporte sustentável e o aumento das zonas urbanas existentes.

"Em função do défice habitacional que o país vive, Angola não vai atingir a meta prevista, quando faltam apenas 12 anos, mas o importante é que o país está a desenvolver um conjunto de acções em prol desses objectivos", avaliou o arquitecto.

"A Habitação Social em Angola" foi o tema que marcou, ontem, em Luanda, a abertura dos debates em torno do "Futuro da Habitação Social em Angola: Que Papel para o Sector Privado?", uma co-produção da empresa de gestão imobiliária Imogestin e do Jornal Expansão, que procuram o asseguramento das melhores condições de habitabilidade e de ínfra-estruturas de qualidade para a população, através de habitações sociais.

Na dissertação do tema "A Habitação Social em Angola", o professor universitário António Gameiro disse que, com base na legislação, a habitação social é uma residência totalmente subvencionada pelo Estado, que se destina aos cidadãos que não preenchem os padrões de rendimento mínimo.

Na relação da parceria público-privada e relativamente ao valor formal e económico da terra, António Gameiro defendeu que cabe aos governos provinciais o provimento das terras, dos serviços públicos e das infra-estruturas para todos os extractos sociais, enquanto o sector privado deve ser responsável pela elaboração de projectos, pelo financiamento e pela construção das infra-estruturas que devem depois ser transferidas para o Estado.

Para o arquitecto, o fomento e desenvolvimento urbano deve ocorrer sob tutela do Estado, mesmo delegando, de certa forma, a empresários ou outros parceiros que tenham capacidade financeira e tecnológica de execução e gestão. António Gameiro disse que existem várias formas de parceria entre o Estado e o sector privado.

Quanto à tipologia da habitação social, António Gameiro apontou para a existência de vários tipos, com destaque para a habitação económica, em que o promotor é a administração municipal – o proprietário do terreno, mas com subsidio de infra-estrutura concedido pelo Estado.

Contexto nacional

Ao nível de Angola, Luanda, Benguela, Huambo e Lubango têm cerca de 45 por cento da população urbana do país. O maior percentual da população vive em bairros menos urbanizados e a grande percentagem na periferia, mas com uma carência de equipamentos sociais e serviços básicos.

O economista e director do Jornal Expansão, Carlos Rosado de Carvalho, indicou que as habitações sociais devem ser construídas em função da realidade e das características culturais de cada região. Porém, antes deve-se auscultar a população da localidade onde se vai executar o projecto.

De acordo com Carlos Rosado de Carvalho, exercer a actividade empresarial e estruturar os factores de produção, que viabilizem a distribuição dos bens ou serviços no mercado consumidor, especificamente no ramo imobiliário e de construção, deve ser feito de forma planificada, fiscalizada e rigorosa.

Para tal, precisou, há a necessidade de se fixarem preços baseados na qualidade competitiva e na realidade dos clientes, tendo em conta o contexto actual, sem descurar a aplicação da legislação ligada à concorrência.

Por essa razão, o Estado, em parceria com o empresariado privado, deve possuir uma estrutura organizada, formada por um complexo de bens materiais e imateriais, para exploração da actividade económica, de modo a facilitar a maximização dos lucros das empresas e minimizar os custos, contribuindo significativamente para o crescimento e, consequentemente, minorar a instabilidade económica.

A conferência reúne empresários, gestores e académicos que estão a discutir vários temas, nomeadamente, "Experiência da Habitação Social em alguns países africanos", "A construção de habitação social em novas urbanizações em contexto de requalificação de assentamentos informais" e "A indústria dos materiais de construção e a sua relação com os custos e qualidade dos imóveis"

Pessoas nos Musseques

Em todo o mundo, 828 milhões de pessoas vivem em "musseques" (bairros não estruturados), numa altura em que as cidades ocupam cerca de dois por cento do espaço da terra, usam cerca de 80 por cento do consumo de energia e provocam cerca de 75 por cento da emissão de dióxido de carbono, informou o arquitecto António Gameiro.

Ainda assim, este número tende a aumentar. "O aumento demográfico é um facto, pois, mais de SO por cento da população está a migrar para as cidades em busca de melhores condições de vida, como acontece com os jovens que terminam o curso médio em áreas sem universidades e que sentem essa necessidade de se deslocar para concluir a sua formação.

Comparativamente, António Gameiro apontou que na Índia, até 2030 quase 60 por cento da população vai viver nas cidades. Neste momento, metade da humanidade, isto é 3,5 mil milhões de pessoas vive nas cidades, enquanto se estima que na Índia até 2050 cerca de 700 milhões de indianos vão viver nos centros urbanos.

Nas cidades que têm sido pólo de atracção, a urbanização acarreta desafios enormes em relação às questões sociais e económicas, sobretudo nas cidades de países emergentes, onde o rápido crescimento da economia e da urbanização tem gerado problemas de trânsito, quebras de energia, pobreza, criminalidade e deficiências nos sistemas de ensino e saúde, entre outros.

Imogestin enaltece políticas e estratégias públicas

o presidente do Conselho de Administração da Imogestin, Rui Cruz, enalteceu o encontro e afirmou que o Governo tem vindo a desenvolver políticas e estratégias públicas nos domínios do urbanismo e habitação, com o objectivo de reduzir, de forma gradual, o enorme défice habitacional em Angola.

No entanto, continuou, os desafios impostos pelo aumento populacional exigem que também os agentes privados e a sociedade em geral se associem às instituições públicas. Esta mobilização e esforço conjunto são cruciais, para assegurar a justiça social e bem-estar das actuais e futuras gerações de angolanos. Para o responsável, o evento é uma boa aposta, no sentido de se encontrarem as melhores soluções para a promoção da habitação social no país.

Ao longo do evento, foi organizada uma mesa redonda, composta por Rodrigo Manso, representante da empresa Kora Angola, Carlos Figueiredo, em representação da ADRA, e Amarildo Van-Dúnem, pela Imogestin, tendo como moderador o professor universitário José Octávio. Em resposta às preocupações do auditório, relativamente à situação da centralidade do Kilamba, propriamente do KK 5000, no qual os inquilinos receberam os apartamentos inacabados, Amarildo Van-Dúnem referiu que não foi um processo normal, pelo que as moradias foram alvo de vandalização por parte de algumas pessoas.

Falando da sua experiência sobre um projecto desenvolvido na província do Huambo, Carlos Figueiredo afirmou que as pessoas de baixa renda têm capacidade de se engajar e conseguir uma casa. O mais importante, esclareceu, é o Estado disponibilizar terrenos infra-estruturados, onde as pessoas adquiram o talhão e construam a sua casa, que se adapte ao seu meio, cultura e capacidade de aquisição de material.

Rodrigo Manso, da Koran Angola, defendeu que, para os promotores imobiliários materializarem os seus projectos, o Estado, que é o proprietário da terra, deve disponibilizar espaços para a construção de moradias.

6.13 Património habitacional. Mais de metade sem regularização

Jornal De Angola
Vitorino Joaquim
8 De Março de 2018

Cerca de 60 por cento do património habitacional não está regularizado, uma situação que abarca tanto os edifícios e moradias construídos na época colonial e confiscados pelo Estado, quanto as novas construções, incluindo as centralidades, soube ontem o Jornal de Angola.

Esta informação foi obtida em Luanda, da conservadora do Registo Predial, durante a conferência "O futuro da habitação social em Angola: que papel para o sector privado?", promovido pela Imogestin e o jornal "Expansão".

Edna Silva anunciou o curso de um projecto de regularização do património habitacional do Estado que recai sobre os prédios do casco urbano confiscados e as moradias das novas urbanizações e as centralidades.

A regularização é feita com base na tramitação que conduz à obtenção da escritura do imóvel e do título de propriedade.

Edna Silva lamentou que um dos factores que inviabiliza o processo de regularização do património

é a desistência de grande parte dos interessados, geralmente por falta de capacidade financeira para suportar os custos.

A titulo de exemplo, salientou a conservadora, está o caso da Centralidade do Kílamba, onde alguns dos moradores com o processo completo, depois de serem contactos pelos funcionários do Guiché do Imóvel da Centralidade do Kílamba, têm reclamado, dizendo que os custos de emolumentos a pagar são altos.

Edna Silva garantiu que os moradores em regime de renda resolúvel também têm procedimentos próprios para regularizarem os imóveis.

Para acelerar o projecto de regularização em curso, vão ser instalados 54 postos de serviços equiparados aos do Guiché Único da Empresa, onde estarão representadas todas as entidades que fazem parte do processo, anunciou a conservadora.

O funcionário dos serviços de notariado Amorbelo Vine- vala também defendeu, no encontro, um processo de regularização imobiliária que dê, ao cidadão, a garantia da compra e compreenda a uniformização dos procedimentos, consciencialização das instituições da necessidade de regularização e formalização dos processos.

Construção de casa sócias a preço baixo pode evitar crescimento de Musseque

6.14 Jornal ECONOMIA E FINANÇAS

Antônio Eugênio
9 De Março de 2018

O equilíbrio entre a procura e a oferta habitacional passa por mais acutilância do sector privado na construção de casas sociais a preços baixos e atractivos em todo o país, caso contrário corre-se o risco de se notar uma migração constante para as cidades como Luanda, Benguela, Huambo e Lubango, que registam 45 por cento da população urbana.

A informação foi avançada recentemente pelo arquitecto António Gamero, que falava durante uma conferência promovida pela empresa Imogestin, em parceria com o jornal "Expansão", que decorreu em Luanda, sob o lema "O futuro da habitação social em Angola".

Na ocasião, António Gamero defendeu vários modelos como por exemplo a auto-construçao dirigida, valorização da reservas fundiárias, infra-estruturar os terrenos e a sua legalização para debelar o défice habitacional.

Avançou que o modelo de sustentabilidade habitacional, até 2030, dará garantias ao acesso a uma habitação segura, com saneamento básico, onde a água, luz e transporte facilitem a vida do morador.

Para ele, há ainda a necessidade de se conjugar esforços para se evitar o crescimento dos musseques, para isso é preciso a retenção da migração com a construção de casas para todos, respeitando a cultura de cada região, sob pena de se incumprir os compromissos das Nações Unidas, queestabelece que daqui a 12 anos, uma "habitação para todos".

Segundo a fonte cerca de 820 milhões de pessoas no mundo já vivem nas cidades, com tendência dos números subirem.

Esta cífra ocupa 2 por cento da terra, sendo que 60 por cento das cidades consomem energia e produção de emissão de carbono.

O especialista aponta o reordenamento e repovoamento territorial como ferramentas importantes para a movimentação de pessoas das zonas periféricas para locais seguros.

Para ele, é preciso assegura e acautelar as reservas fundiárias para implementar outros projectos que possam contribuir para a economia.

Corte dos subsídios

O representante da Development Workshop (DW) em Angola, Carlos Figueiredo, defendeu o "corte" de subsídios por parte do Estado na compra ou construção de casas sociais.

Na opinião do gestor, este facto tem provocado que muitos construtores andem à roboque do Estado para efectivar os seus negócios com lucros altíssimos.

Para ele, a retirada de subsídios vai galvanizar o sector da construção e permitir que cada empresa cresça com base no seu capital financeiro e humano e haja mais competividade. " O subsídio não é mais necessário. O importante é o terreno infra-estruturado, o local onde possam comprar o seu talhão ou construir a sua casa. E se for casa, é bom que não seja casa impingida com estilo que alguém pensou, mas um estilo que a pessoa mesmo escolheu.

Desta maneira, haveria uma maior satisfação do cliente em relação ao produto adquirido numa reciprocidade de vantagem.

Mais acções

O representante da construtora Kora-Angola no evento, Rodrigo Manso, defendeu que o Estado deve limitar-se a lotear e criar uma entidade para negociar e vender terrenos.

"O pobre tem poder de poupança para comprar a sua casa só que não pode decidir. Ele é um bom comprador, o que falta é um terreno infra-estruturado para a construção da sua casa", frisou.

O sector privado na construção é mandatário na habitação em todos os sentidos e em qualquer lugar, "só que tem de decidir que tipo de residência pretende ter, seja ele da classe média, alta ou baixa".

Apela, para a necessidade de se terminar com programas habitacionais sem condições de habitabilidade, onde água e luz, não seja um problema.

Um outro problema a superar no sector reside na "lentidão" no processo da legalização, onde geralmente o comprador dificilmente obtém o documento.

Renda resolúvel. O arquitecto Amarildo Van- - Dúnem, que representou no evento a imobiliária Imogestin,
disse que durante 20 anos de existência, a empresa mostrou que é capaz de efectivar os desafios pelos quais se propôs.

Cita o exemplo do projecto "Nova Vida", em Luanda, onde na segunda fase de execução 2006/2009, o Estado investiu 150 milhões de dólares e já estavam executados 20 por cento do projecto.

Depois houve a necessidade de se mudar de estratégia, sendo que o projecto começou a ser parcialmente subvencionado, isto em infra-estruturas e realojamento.

Depois de uma avaliação chegou-se a conclusão de que para o projecto ser sustentável "era necessário ajustar os preços do mercado, o que reduziu a subvenção do Estado".

A partir desta decisão, revelou, o Estado nunca mais injectou recursos, apesar de estarem orçamentos 61 milhões de dólares, sendo que, neste momento, o projecto já consumiu 415 milhões de dólares, e que actualmente sobrevive com os seus próprios recursos.

"Com a degradação da condição social e económica do país, está cada vez mais difícil comercializar uma casa", sublinhou.

Anunciou que a Imogestin vai reforçar o sistema de arrendamento, vendas faseadas e renda resolúvel.

"É muito difícil manter este formato porque a situação macroeconómica está difícil", revelou.

6.15 Processo de fomento de casas sociais em Angola está atrasado

Jornal EXPANSÃO
9 De Março de 2018

Angola está longe de atingir os "Objectivos de Desenvolvimento Sustentável" até 2030 recomendados pelas Nações Unidas aos governos porque está atrasada no fomento de casas sociais.

Esta é uma das principais conclusões emitidas pelo arquitecto António Gameiro durante a conferência sobre "o futuro da habitação social em Angola", organizado pela Imogestin em parceria com o Expansão, que decorreu esta semana.

Os objectivos de desenvolvimento sustentável traça como objectivo que os governos devem garantir às famílias uma habitação segura, adequada, com preço acessível e com os serviços básicos funcionáis. O arquitecto que abordou o tema "a habitação social em Angola", lembra que já só faltam 12 anos para se atingir a meta indicada pelas Nações Unidas e que Angola continua com um défice habitacional. Gameiro lembra, por outro lado, que legislação do País define como habitação social "uma residência totalmente subvencionada pelo Estado", destinada a cidadãos que não preenchem os padrões de rendimento mínimo.

Parte significativa das populações vive em bairros menos urbanizados, sendo que a grande maioria habita na periferia, com carência de equipamentos sociais e serviços básicos. Luanda, Huambo, Lubango e Benguela, têm cerca de 45% da população urbana do País.

De acordo com o arquitecto, muitos projectos habitacionais no País são erguidos sem uma estrutura arquitectónica adequada às necessidades da população, razão pela qual, tais iniciativas acabam por se tornar um fracasso, uma vez que a população procura fixar-se em locais onde consiga realizar as suas actividades económicas.

"Precisa-se de desconcentração dos serviços, o que significa investir em projectos habitacionais onde já exista população, para fazer assentamento dos cidadãos, de acordo com cada região", sugeriu Gameiro.

Quanto ao fomento e desenvolvimento urbano, o arquitecto defendeu que deve ser o Estado pode delegar essa missão a empresários através de parcerias.

Em todo o mundo, 828 milhões de pessoas vivem em "musseques". As cidades ocupam cerca de 2% do espaço da terra, usam cerca de 80% do consumo de energia e provocam cerca de 75% da emissão de dióxido de carbono.

6.16 SONIP «flutua) rendas para mais de 50 por cento

Novo Jornal
9 De Março
Texto: Faustino Diogo

A prestação mensal das habitações na centralidade Vida Pacífica (Zango O), modalidade de renda resolúvel, disparou com a entrada em cena do regime cambial flutuante, havendo casos em que o aumento da mensalidade ultrapassou os 50 por cento, para desagrado dos promitentes compradores.

Segundo apurou o Novo Jornal, a Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) alterou o preço das prestações mensais sem comunicar aos moradores.

"Apenas reparámos que a renda aumentou quando fomos pagar o mês de Fevereiro", disse um membro da coordenação de um dos blocos da centralidade Vida Pacífica.

Segundo o nosso interlocutor, até Dezembro do ano passado, por um apartamento do tipo T4, pagava mensalmente 60 mil kwanzas, valor que passou para mais de 90 mil.

"Antes pagava quase 60 mil kwanzas e agora estão a cobrar-me 93 mil kwanzas. Não entendo!", desabafou.

Quadro semelhante vivem outros moradores. "A renda do meu T3 era de 48 mil kwanzas e agora querem que pague 73 mil kwanzas", disse, em auxílio do seu vizinho, uma moradora que preferiu o anonimato.

De acordo com a moradora, esta situação está a acontecer porque a SONIP mantém os preços das habitações indexados ao dólar, contrariamente ao que acontece em outras centralidades do país.

"Aqui os preços continuam indexados ao dólar. E sempre que este aumenta, a renda aumenta e o preço dos apartamentos também", explica a moradora.

Perante este quadro, os moradores alegam que não conseguem acompanhar a escalada dos preços.

"Assim não conseguimos pagar as casas. Muitas famílias estão aflitas e não sabem como fazer. Hoje já ninguém recebe salários em dólares e não entendemos como é que a SONIP continua a ter os preços das casas indexados ao dólar", lamentou um outro morador.

Para o membro da coordenação de um dos blocos do Zango O, os moradores da localidade devem ter o mesmo tratamento que têm os que residem nas outras centralidades.

"No Kilamba, Cacuaco e outras centralidades, as rendas, na modalidade resolúvel, não estão indexadas ao dólar. Isso acabou, por orientação do Governo. Porque é que aqui as coisas são diferentes, se somos todos angolanos e trabalhadores iguais aos outros?", questionou.

O Novo Jornal contactou, por e-mail, o gabinete de comunicação e imagem da Sonangol para algum esclarecimento, mas infelizmente até ao fecho da edição não obteve qualquer resposta da petrolífera nacional.

6.17 Imobiliário está em estagnação

Jornal de Angola
10 De Março de 2018
Texto: Ana Paulo

O mercado imobiliário está a passar por um processo de estagnação, em que os edifícios e projectos construídos há quatro anos estão por concluir e, os que o foram, não têm clientes para os adquirir, declarou em entrevista ao Jornal de Angola o presidente de Direcção da Associação dos Profissionais Imobiliários (APIMA).

Alexandre Caldeira indicou que a principal dificuldade reside em que os projectos de há quatro anos foram construídos a preços por metro quadrado mais altos do que aqueles que o mercado hoje paga, o que até conduziu a que o mercado passasse de taxas de expansão superiores a 6,00 por cento, em 2012, para níveis situados abaixo do crescimento.

Os negócios realizados actualmente, apontou, são de pequena dimensão, com os clientes a fazerem aquisições em escala mais reduzida e de forma tímida, enquanto os investidores a adoptam medidas de quase desinvestimento, por temerem a incapacidade do mercado absorver nova oferta.

"Depois de ter passado por momentos de crescimento com aumento dos negócios nas mais variadas latitudes - comercio de produtos imobiliários, serviços e outros - , os indicadores macroeconómicos dos últimos dois anos vêm demonstrando uma queda dos negócios - numa e cala de zero à dez - abaixo de dois pontos", declarou o presidente da Direcção da APIMA para definir a conjuntura do mercado imobiliário. O potencial cliente, prosseguiu, deixou de acreditar no investimento imobiliário como forma de recuperar e ganhar dinheiro, ao mesmo tempo que o mercado "mostrou razões objectivas e subjectivas para o insucesso nos anos de 2016 e 2017".

Enquanto parceira na elaboração de políticas públicas, a APIMA quer reverter a conjuntura encorajando a Executivo a tomar seis medidas, entre as quais se conta uma avaliação e melhoramento da Lei da Terra como mola impulsionadora para investimento privado, criação do "Guiché Único do Imóvel" para acelerar os processos de regularização jurídica e patrimonial dos imóveis construídos e implementação do crédito habitação como instrumento de financiamento obrigatório por parte da banca.

Outras medidas propostas são a separação do sector da promoção imobiliária do da mediação, criação - junto das administrações locais - de um departamento com poderes para agilizar os processos de emissão do direito de superfície, bem como a instituição de uma Cédula obrigatória para o desempenho da intermediação imobiliária, um documento que deve ser emitido pela APIMA, com cunho do Instituto Nacional da Habitação e do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social. Entre essas medidas, as que a APIMA mais quer ver aplicadas são as que conduzem ao fim da burocracia no sector a todos os níveis, o que passa por criar lojas do imóvel onde devem ser celebrados com rapidez os processos de transmissão, regularização jurídica e segurança nos negócios, "de modos a acabar com a corrupção e especulação neste processo", de acordo com Alexandre Caldeira.

A Associação propõe o impedimento do exercício da mediação imobiliária por pessoas que não estejam cadastradas e não passem por um processo de "selecção obrigatória" e não possuam alvará e cédula profissional.

Reforma profunda

Estas medidas complementam um pacote legislativo entre 2011 e 2012 adoptado pelo Executivo e o Parlamento de acordo com Alexandre Caldeira, alinhado às recomendações dos fóruns da APIMA e cuja implementação contribuiu para o fortalecimento do mercado imobiliário em Angola.

O presidente da Direcção da APIMA apontou a lei que cria a figura do Notário Privado, a que alterou o Código de Registo Predial e Notariado e a de Propriedade Horizontal, permitindo seu registo provisório, bem como a que baixa de dez para 2,00 por cento os impostos de Sisa e de Selo, bem como outra que reduziu a incidência do Imposto Predial Urbano de 24 para 15 por cento da matéria colectável nos arrendamentos.

Contam-se, ainda, o Decreto Presidencial que cria a conta poupança - habitação a ser implementada pelos bancos comerciais, bem como a lei que regula as condições e estabelece as regras dos créditos habitacionais para aquisição de terrenos, casas ou reformas, com adopção de juros bonificados.

Naquele período, a Assembleia Nacional aprovou na generalidade da Lei de Alienação Fiduciária, mas também foi criada a Central de Riscos, pelo Banco Nacional de Angola, e adoptada a lei que regula a mediação imobiliária.

A APIMA declara ser uma associação dedicada à defesa dos interesses dos promotores, mediadores e gestores imobiliários nacionais, a emitir as cédulas profissionais, promover o relacionamento com o Estado e demais organismos vista à definição e execução das políticas e estratégia de desenvolvimento do mercado imobiliário.

6.18 Moradores da vila nova culpam a administração municipal pelas inundações no bairro

Jornal O Crime
10 De Março de 2018
Texto: Manuel Camalata

A história não é recente. Em todas as épocas chuvosas, as águas que saem da Rua 11 de Novembro, o coração do município, concentram-se no bairro Vila Nova, por trás da Comarca de Viana, onde as residências inundam e seguem para a bacia de retenção do Coelho. Pelo caminho, deixam danos incalculáveis.

Casas inundadas, ruas intransitáveis, fissuras em paredes, asfalto danificado, foram alguns dos estragos causados pelas chuvas da última quarta-feira, 28.

Segundo os moradores daquele bairro do município de Viana, no passado, o bairro não inundava, até que, a cerca de cinco anos, a área sub-elevada que servia

de retenção das águas foi vendida e nele autorizada a construção de vários armazéns e fábricas de plásticos, fazendo com que as águas procurassem seu próprio curso, originando inundação às residências da Vila Nova e dos bairros KM14 e 12-A.

Fernando André disse que vive na Vila Nova a mais de 14 anos. Segundo ele, "o bairro só passou a inundar quando construíram aqui estes armazéns, porque a água parava mesmo ali onde estão os armazéns e a fábrica de plástico".

Outro morador, que tem a residência na área mais elevada, disse "a culpa toda é da administração que vendeu aqueles terrenos e autorizou a construção das infra-estruturas na zona".

Na quinta-feira, 1 de Março, a equipa de reportagem O CRIME fez-se ao local. 13 horas marcava o relógio, dona]ú estava defronte à sua residência, aborrecida. Apesar do muro de quatro fiadas construídos no portão, a água inundou o quintal e a residência adentro. "Como é que estão a ver a água aqui, irmãos?", perguntou ela ao ver a nossa equipa aproximar-se para junto dela.

Dona JÚ estava à espera da electro bomba do vizinho para retirar primeiro a água do quintal, para depois limpar a casa. "Mano, está a ver esse bidon de um litro e o outro de cinco? É de combustível para tirar esta água toda. Desde manhã que estou à espera da electrobomba", disse em tom de lamentos.

Numa recente entrevista à Rádio Eclésia, o Administrador Adjunto de Viana para Área Técnica, Infra- Estruturais e Serviços Comunitários, Fernando Bingi, reconhece a situação. "A construção de armazéns na zona é apenas parte do problema" a própria população também construiu casas desordenadas, ocorreram também cedências fora do conhecimento da administração municipal. Femando-Bingi informou ainda que está para breve a construção de valas de drenagem que servirão para transporte das águas pluviais até ao Rio Kambamba. "A idéia é construir uma vala de macro- drenagem, que parte da Comarca de Viana, corta os bairros KM14, 12, A, a mesma salta a estrada do Camama, passa pelo Belas, até interligar o rio Kambamba", ressaltou.

6.19 Centralidade recebe primeiros inquilinos

Jornal de Angola
11 De Março de 2018
Texto: José Chaves

Os primeiros 172 apartamentos da Centralidade Horizonte Kora - Angola do município do Andulo, no Bié, foram entregues ao Governo da província pela ministra do Ordenamento do Território, Urbanismo e Habitação, Ana Paula de Carvalho.

A entrega dos primeiros apartamentos da referida centralidade, onde estão a ser erguidos um total de mil e que permite aos munícipes que concorreram no regime de venda pública livre, inseriu-se nas comemorações do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

Ana Paula de Carvalho procedeu ao descerramento da placa e ao corte da fita para a inauguração da centralidade do Andulo, que é a par do Cuíto, com um total de 6 mil apartamentos, uma das duas construídas na província do Bié.

A ministra do Ordenamento do Território Urbanismo e Habitação procedeu, também, à entrega simbólica das primeiras casas a alguns beneficiados.

No total 144 são apartamentos, 14 moradias térreas e igual cifra de dois pisos.

A centralidade do Andulo foi erguida no âmbito do programa "Meu Sonho, Minha Casa", em parceria com a Kora-Angola e o Governo.

Durante o acto de inauguração a ministra do Ordenamento do Território, Urbanismo e Habitação disse que a nova centralidade vai permitir que os jovens da circunscrição e não só possam concretizar o sonho da casa própria.

A governante afirmou, ainda, que a construção da nova centralidade "surgiu em boa hora porque vai diminuir o défice habitacional para os funcionários públicos e jovens".

O governador provincial do Bié, Álvaro Manuel de Boavida Neto, sublinhou que além de promover o acesso a uma habitação condigna, a centralidade foi projectada com a finalidade de dar corpo ao processo de urbanização da cidade do Andulo.

O mais alto mandatário do Bié realçou que o estado

actual da vila "é o reflexo das acções de impacto social que o Executivo tem vindo a implementar de forma paulatina para melhorar as condições de vida da população".

A administradora do município, Celeste Adolfo Elavoko, disse que a circunscrição regista avanços significativos, sobretudo nos domínios da Saúde, Educação, Agricultura e Energia e Águas, respectivamente.

Este facto, sublinhou, proporciona a melhoria da qualidade de vida da população do município e a centralidade passa doravante a ser um dos postais da vila.

A semelhança da centralidade do Cuito, a do Andulo conta também com prédios de quatro pisos, bem como com moradias de dois e um piso.

A centralidade vai beneficiar cerca de mil famílias. Na imponente infra-estrutura que vai colmatar o défice habitacional da população foi construído um sistema de abastecimento de água potável e de tratamento de águas residuais além dos da energia eléctrica e das vias de acesso.

O município do Andulo, que fica a 130 quilómetros do Cuito, capital da província do Bié, tem uma superfície de 10.700 quilómetros quadrados e população estimada em mais de 250 mil habitantes.

Serviços básicos

Por outro lado, a centralidade do Cuito dispõe de novas infra-estruturas, inauguradas pela ministra do Ordenamento do Território, Urbanismo e Habitação em companhia do governador do Bié, no âmbito da melhoria dos serviços básicos às populações. Entre os vários empreendimentos destacam-se a inauguração de centros infantis, jardins-de-infância centro de saúde com capacidade para 30 camas e uma escola do ensino secundário do I ciclo.

O centro de saúde conta com consultórios destinados a consultas pré-natal, ginecologia e pediatria, bem como de medicina geral.

Possui também duas salas de observação com capacidade para cinco camas cada, uma sala de planeamento familiar, bem assim como outra de aconselhamento.

Além disso, tem uma área de vacinação, farmácia, dois depósitos de medicamentos e outras estruturas, que completam o centro inaugurado sexta-feira última.

6.20 Em Angola, Luanda é a pior cidade para viver

Jornal de Angola
12 De Março de 2018
Texto: Leonel Kassana

Qual seria a saída, para o ordenamento da cidade e para dar uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes?

Para Luanda ser ordenada, teria que haver muita gente a sair daqui, para ir habitar outros locais, onde tivesse melhores condições de vida. Nunca uma saída compulsiva, mas voluntária, pois é possível viver melhor noutros locais que não Luanda. Digo mesmo que hoje Luanda é o pior sítio para viver em Angola. Está certo que a guerra foi um factor extremamente negativo, mas não explica tudo. Acho que a guerra e o petróleo foram os grandes males que Angola teve. Em relação à guerra, não há que dar explicações, pois é uma verdade insofismável. Mas em relação ao petróleo já não. Toda a gente, sobretudo a classe dirigente, baseou-se no petróleo para traçar programas, esquecendo-se de tudo o resto: agricultura, pescas, indústria transformadora, extractiva, enfim, tudo aquilo que fazia de Angola um país com um papel importante em toda a África Austral ou mesmo em todo o continente, pelas suas imensas potencialidades.

Em concreto, como qualifica os vários tipos de construção na cidade, sobretudo, aqueles que suscitaram nos últimos tempos?

No que diz respeito à arquitectura, Luanda transformou-se num desastre, não só pela dimensão das construções, que a mim não fazia qualquer espécie de mossa, se as infra-estruturas viárias e tudo o resto (saneamento básico, abastecimento de energia e água) tivessem correspondido ao mesmo crescimento que tiveram as construções para cima. Isso não foi acautelado. Onde havia vivendas, surgiram prédios de 15 a 20 andares; não há espaço para estacionamentos; as próprias vias de comunicação não são suficientes para o tráfego que

isso desenvolve e, portanto, tudo isso resultou numa situação muito difícil.

Com que impressão fica quando olha para as construções que surgem quase como cogumelos, em

diferentes bairros de Luanda?

Na periferia, acho que não estamos a construir nada; as próprias centralidades são um desastre. Eu não sei quem é que teve a ideia de fazer centralidades, porque, efectivamente, a centralidade não funciona: não há ocupação, é notória a ausência de serviços, enfim, uma vida que permita ter um emprego para quem ali vive. Isso implica a deslocação das pessoas para os sítios do emprego, que continua a ser na "Luanda velha". A gente vê o caos em que se transformou o trânsito para as pessoas que vivem nas centralidades; gente a sair do Talatona, Kilamba, Sequele e outros locais, para levar, por exemplo, o filho à escola, ir ao banco ou procurar outros serviços nos diferentes departamentos ministeriais. Uma confusão que deveria ser evitada com uma melhor planificação e um trabalho melhor pensado.

Definitivamente, está a dizer que as centralidades não funcionam nas suas várias dimensões?

Ora, o que se pretendeu com a construção das centralidades? Criar alojamento, habitação para as pessoas e para que tipo de pessoas? Foi isso ou mais do que isso? Pensou-se que as centralidades eram para resolver a habitação social? Não há habitação social num décimo andar, porque os custos de viver num prédio de 15, 20 ou mais andares, onde os elevadores não funcionam, o abastecimento de água, bombagem, custos do condomínio e tudo isso não é pensável que uma centralidade possa ser um local para habitação social. Definitivamente, as centralidades não são para resolver os problemas da habitação social, não têm características para isso. Por isso, não me atrevo a idealizar Luanda, porque, no estado em que ela está, vai ser preciso partir muita coisa para ser fazer uma Luanda, uma cidade do futuro, governável, onde haja qualidade de vida, onde as pessoas tenham prazer de viver. Hoje, Luanda não tem nada disso. Está de tal modo deformada, que, para endireitar, sinceramente, acho que era preciso haver aqui operações extremamente traumáticas e isso vinha causar outro tipo de problemas, que não sei se era viável ou não pensar nisso.

O engenheiro conhece o Plano Director Metropolitano de Luanda? Não é a saída para os problemas de uma mega-cidade como a capital angolana?

O Plano Director Metropolitano é, de facto, um instrumento de grande valia. Não digo que seja perfeito e também não era de esperar que o fosse. Mas é, efectivamente, uma forma de ordenar a cidade. Numa área com a extensão que Luanda tem (e estamos a falar praticamente da Barra do Dande à Barra do Kwanza), com a inexistências de dados estatísticos, falta de elementos também técnicos, preparar um plano director perfeito ou próximo da perfeição era uma utopia. Este Plano Director tem muito mérito, mas não é perfeito e, naturalmente, como todas as coisas, terá emendas ao longo do seu desenvolvimento. Ele não contempla questões muito sérias, como o saneamento básico de uma forma correcta. Por exemplo, concentrar todo o saneamento dos esgotos domésticos, em toda essa área metropolitana, em duas Estações de Tratamento de águas residuais não é uma boa opção para a funcionalidade da cidade. Pensar que todos os esgotos daqui vão ter a Cacuaco e vão ser lá tratados não está certo. Só para mandarmos para Cacuaco, quantas estações elevatórias vamos precisar? Ter um centro em Cacuaco e outro nos Ramiros acho que é um disparate.

Mas o saneamento é o principal problema para a administração de uma cidade com a dimensão de Luanda?

Na verdade, as deficiências no saneamento básico são um problema crucial de Luanda, não só para o saneamento propriamente dito das águas domésticas, mas também das

águas pluviais. É só ver o que acontece quando surgem chuvadas mais fortes; ver como ficam alguns bairros da cidade, como o Sambizanga, Rangel, Marçal e tantos outros. Ver pessoas a viver com água à cintura. É, de facto, difícil, doloroso mesmo...

Além das insuficiências que aponta, quais são as outras saídas para dar qualidade de vida aos habitantes da cidade capital. É adepto, digamos, das demolições?

Mas isso é inevitável. Tem de haver demolições, infelizmente. Há construções nos bairros periféricos, onde as populações utilizaram terrenos que estavam aparentemente disponíveis. Mas são linhas de água que têm de ser respeitadas; porque, tapando-as com construções, estamos a criar problemas e não a resolver problemas de ninguém. Não são só essas construções, mas outras que forem necessárias para limpar essas linhas de água e criar pontos de escoamento, respeitar a natureza, que tinha as suas linhas de água que funcionavam. Elas estavam lá, porque eram necessárias para o escoamento das águas pluviais. Temos edifícios de betão armado quatro a

cinco andares em cima de uma linha de água e não faz sentido. Têm que ir abaixo.

Mas tem existido fiscalização…?

Isso não tem nada a ver com a fiscalização, mas com a autoridade. Isso mesmo: falta de autoridade e de planeamento. Ou aquilo é uma construção clandestina - e a fiscalização deveria actuar - ou é uma construção autorizada - quem autoriza são os departamentos, que deviam ter negado. Facilitou-se muito; há tráfico de influências; há muitos interesses que, por vezes, entram na decisão das entidades com o poder de o fazer e isso leva a aberrações autênticas. Mesmo no corpo da cidade, da chamada cidade baixa, há edifícios que estão nitidamente a estornar o desenvolvimento da cidade, nomeadamente, a abertura de vias. São edifícios que nasceram agora, foram construídos recentemente e nunca o deveriam ter sido, sem que primeiro se resolvesse o problema da rede viária, já que, sem vias, não há circulação, não há mobilidade, não há redes técnicas de esgotos e outros serviços. Esses edifícios vieram criar mais dificuldades, mas a verdade é que apareceram e autorizados. Um exemplo: O que se está a passar nas encostas da Fortaleza de S. Miguel é um crime para a cidade.

É um crime terem destruído o mercado do Kinaxixi, terem transformado aquela praça, para depois aparecer aquele conjunto de edifícios inacabados e não sei se alguma vez vão acabar de uma forma correcta. Aquilo não trás serventia nenhuma para a cidade. A única serventia que teria era no "boom" de construção e especulação, enriquecer mais os seus promotores. Havia tudo isso e as pessoas sonharam que, por haver petróleo e recursos financeiros e ser fácil ir buscar dinheiro ao banco, se poderia trabalhar na especulação imobiliária. E o resultado é este: quantos edifícios estão feitos e desabitados? Essa especulação imobiliária não deixou de existir.

Qual é a explicação, em rigor, para a existência de tão elevado número de edifícios não habitados,.mesmo em áreas nobres, como o Talatona, por exemplo?

Não só no Talatona, aqui mesmo na cidade, quem sobe aí o eixo a viário, há edifícios praticamente desocupados. Aliás, nunca foram ocupados, porque os promotores foram apanhados nesta crise. Isto sob o ponto de vista dos interesses de quem pensava fazer a especulação imobiliária é terrível, perfeitamente negativo e depois tem influência sobre o resto. Esses edifícios não foram construídos com capitais próprios, mas com recurso à banca e agora que pague a banca, que como está.

Qual é a solução para os edifícios velhos da cidade, muitos dos quais já se apresentam em avançado estado degradação?

Estes deveriam ser mantidos. É mesmo um crime ter destruído o mercado do Kínaxixi. Um crime se ter transformado o edifício da antiga Fazenda (actual Ministério das Finanças). Um edifício lindo que havia, agora feito um caixote de vidro, sem estética absolutamente nenhuma. O edifício do antigo Instituto do Café, que é hoje o Ministério do Interior, também já está "vestido" de vidro por todos os lados, enfim, não se entende porquê é que isso tem de acontecer! Deveriam ser preservados, como se faz noutras partes do mundo.

A requalificação de Luanda é um desafio actual. Diga-nos quanto tempo deve levar?

Esse é o caminho, sem dúvida. Só não sei quanto tempo isso vai demorar e que recursos vai isto exigir. Não há outro caminho; tem de ser devagar, de acordo com as possibilidades, mas tem de obedecer a um plano, que pode ter a sua base no Plano Director Metroplitano de Luanda. O Plano Director dá-nos as linhas gerais, mas os planos de pormenor têm, de facto, de ser muito bem pensados e tem de haver estruturas, instituições do Governo Provincial de Luanda.

Essas estruturas já existem e, ao que parece, com alguma organização?

Certo, essas estruturas existem, mas estão esvaziadas, porque as instituições foram desmanteladas para passar a haver vontades pessoais e linhas de actuação em que quem decidiu sobre os problemas técnicos de Luanda não foram os técnicos, mas os políticos, que não percebem nada disso. Os técnicos foram postos de lado, porque não são necessários, até atrapalham. Veja, por exemplo, como é que nasce um Aeroporto Internacional de Luanda sem ninguém saber. Ninguém soube; as pessoas souberam que existia um projecto para ser construído um aeroporto, quando viram as vedações daquela área próxima de Bom Jesus, com os taipais dos dísticos chineses. Só assim é que as pessoas souberam que estava a ser erguido um aeroporto. O Laboratório de Engenharia não foi consultado, os Ministérios, dos Transportes, as autoridades aeronáuticas não foram consultadas.

É quase inacreditável?

Estou a falar-lhe a verdade! Como é que aparece um Aeroporto Internacional. É uma decisão política, quando deveria ser técnica e que se baseasse em estudos técnicos. Aí, sim, as coisas seguiriam um caminho normal. E agora o resultado é este: nas

acessibilidades ninguém pensa, do que se pensou nada foi feito e agora é que anda tudo a correr para se fazer acessos ao aeroporto. Entretanto, projecta-se uma cidade aeroportuária à volta, para as pessoas poderem dormir lá em hotéis e apanhar os voos de manhã muito cedo.

Qual é o conhecimento que tem das obras que estão a ser feitas no interior do país, nomeadamente, as centralidades?

Quanto às centralidades, continuo a ter a mesma opinião: não são para nada, são um problema. Eu não concebo, por exemplo, que, no Dundo, haja edifícios na centralidade com 12,14 ou 16 pisos. Mas quem é que se sente feliz a viver nesses prédios? Não deveriam ter feito isso. O que deveriam ter feito era criar habitação, mas de acordo com a cultura dos angolanos. Nós não tempos falta de terreno, poderíamos ter edifícios de dois ou três pisos, no máximo, onde não fossem necessários elevadores, bombas de água, enfim, onde não fosse necessário tudo aquilo que é mau. Porquê, se nós não estamos na China. Aí talvez fosse a solução para eles. Mas o remédio para resolver os nossos problemas, alguém perguntou aos técnicos? Ninguém perguntou nada. Claro que poderíamos ter edifícios com até quatro pisos no máximo, onde as pessoas podem aceder mais facilmente por escada, sem necessidade de bombas de água e outros equipamentos. Podia ter-se uma noção, uma dimensão muito mais apropriada à nossa realidade e não irmos copiar modelos que podem ter sido muito bons lá onde foram criados, mas que aqui não se adaptam, não fazem parte dos nossos hábitos, rigorosamente. Não sei quem é que pensou nelas, que decidiram e isso independentemente da qualidade das próprias obras. Há umas com uma qualidade mais ou menos sofrível, outras que não têm qualidade nenhuma.

Pode avançar obras mal feitas, devido a uma deficiente ou nula fiscalização?

Não quero citar. Certo é que há obras que foram feitas por empresas e talvez tenham sido fiscalizadas porem presas devidamente habilitadas e outras que o foram ou não porém presas que não tinham qualidade para poder realizar esse trabalho. A fiscalização é um parente pobre da construção, porque não há a noção do interesse no seu valor, pois muitos entendem que a fiscalização é uma perda de dinheiro; que não faz falta nenhuma. Porque a ideia é esta: eu sou dono da obra e quero fazer um edifício. Se tiver um projecto e um empreiteiro, eu faço o edifício. Não preciso de fiscalização para nada. Mas os problemas vão aparecer a seguir: falta de qualidade, redes técnicas e a própria qualidade da construção, mal feita, paredes empenadas, infiltrações de água e todos os outros males, perfeitamente evitáveis com uma fiscalização idónea. É uma situação recorrente. O dono da obra pensou em poupar dinheiro, evitando pagar até três por cento do valor da obra. Mas esqueceu-se que poderia poupar mais, se, de facto, tivesse uma fiscalização actuante, capaz de analisar o projecto, verificando as deficiências que existiam e controlando o trabalho do empreiteiro. Na verdade, o dono da obra pouparia muito dinheiro, mas vai gastá-lo a seguir, na reparação de danos. "Poupando" dinheiro na fiscalização, ele não ganhou nada, mas esta é a cultura instalada: fiscalização não interessa, não é grande coisa.

E ligado a isso, qual é realidade nas obras públicas feitas em todo o país?

Nas obras públicas é a mesma coisa. A gente vê em que estado é que as estradas estão. Realmente, não se justifica que estradas construídas ou reconstruídas há meia dúzia de anos estejam no estado em que estão. Gastou-se muito dinheiro. Alguns dos empreiteiros que fizeram mal o seu trabalho já se foram embora; outros ainda estão por aí, mas ninguém lhes pede responsabilidade. Ora, uma estrada é uma obra pública e, de acordo com a Lei, tem cinco anos de garantia e, durante esse período, o que estiver mal feito o empreiteiro deve corrigir. Quem pediu responsabilidades? Ninguém. E a fiscalização que esteve lá, se esteve, o que esteve a fazer?

Mas a fiscalização que existe em Angola é ou não credível?

Muitas dessas fiscalizações foram fabricadas, foram postas lá muito a pressa; foram constituídas empresas às quais foram adjudicadas essas fiscalizações. Empresas de "import & export", sem "know how", técnicos incapazes e sem prova nenhuma de capacidade, mas lhes foram entregues obras, através do sistema que agora se chama de "contratação simplificada". Uma situação com todos os condimentos para o surgimento de muitas inconformidades nas obras. É verdade, eu tenho uma obra qualquer, sou eu que decido quem vou lá fiscalizar - um primo ou amigo - e não há responsabilização absolutamente nenhuma.

Ainda viaja por estrada, como no passado? Tem exemplo de troços de troços que são exemplos do que está mal feito?

Já não anda muito por estrada. A idade já não permite... Mas digo que há estradas mal feitas, como aquele troço que sai do Sumbe para o Lobito. Porquê? Mais uma vez, falta de fiscalização. Mas também há outras bem feitas, como aquela entre a

cidade do Huambo e Cuito. Na generalidade, as estradas que foram feitas depois de terminar o conflito foram mal feitas. O que era necessário, na altura, era tapar buracos, para permitir a passagem. Tudo bem. Mas poderia ser muito melhor e os custos que tivemos para tapar esses buracos quase que davam para fazer, de facto, uma reabilitação capaz de ainda hoje termos estradas em condições para uma circulação segura. Há outras estradas que estão agora a ser feitas, como a do Nzeto e Soyo, Saurimo e Lucapa e Dundo, que obedecem aos mais elementares padrões da engenharia. Mas repito: a importância da fiscalização deve ser assumida pelas autoridades e pelos investidores como algo incontornável.

O Laboratório de Engenharia cumpre, na plenitude, o papel que lhe está reservado?

O Laboratório de Engenharia, pelos reflexos que a sua actuação teve no passado, esteve muita limitada. A sua acção não se fez sentir, por falta de capacidade, falta de meios; por não ser necessário, porque também era um órgão de fiscalização, nomeadamente, das obras públicas que, se calharem muitos casos, não interessava. O Laboratório de Engenharia é o principal fiscal das obras públicas e a sua acção é, nomeadamente, aferir a qualidade, os ensaios do material que é aplicado, ensaios finais, tudo isso. O Laboratório é um órgão fundamental da fiscalização. Nas últimas decisões que foram tomadas pelo Ministério da Construção há, nitidamente, o regresso do Laboratório ao seu papel que sempre deveria ter tido e que, durante muitos anos, deixou de ter. E isso hoje sente-se.

6.21 Mau matéria reduz qualidade

Jornal de Angola
13 De Março de 2018
Texto: Victorino Joaquim

A má qualidade das obras de construção civil executadas no pais, particularmente de habitação deve se, em parte, à utilização de materiais de construção não apropriados, defendeu, quarta - feira, em Luanda, o engenheiro civil Jorge Rufino.

O engenheiro, que participou na discussão do tema "A indústria dos materiais de construção e a sua relação com os custos e qualidade dos imóveis", na conferência sobre o futuro da habitação social, promovido pela Imogestin e o Jornal "Expansão", disse ser vasta a quantidade de materiais de construção disponível no mercado, mas ser necessária uma oferta de maior qualidade.

A título de exemplo, salientou Jorge Rufino, no mercado nacional estão disponíveis dois tipos de cimento, nomeadamente, o Portland e Fíler, sendo o primeiro o mais apropriado ao clima do pais, por ser um tipo de cimento que suporta a variação de temperatura, evitando o surgimento de fissuras nas paredes.

Jorge Rufino, que é autor de um livro sobre materiais de construção, chamou a atenção das empresa imobiliárias, incluindo à Imogestín, para que respeitem as normas para o uso de determinado materiais de construção, bem como a ter em conta o custo das obras.

O engenheiro civil defende que na construção da habitação social, sejam tidas em conta as camadas mais desfavorecidas da sociedade, cujo o nível de rendimento são os mais reduzidos possíveis. Para estas pessoas, propôs, a solução seria utilizar material de construção produzido no país, de baixo custo, e que facilite um novo tipo de construção habitacional.

"A verdade é que este tipo de construção nem sempre dá lucros aos promotores imobiliários, sendo apenas uma solução de cidadania", afirmou, defendendo a utilização de materiais alternativos de origem local.

"Angola tem muita matéria-prima que a indústrias poderiam aproveitar para produzir novos tipos de materiais de construção, sem o uso de multa energia", acrescentou.

Pedro Meirele, membro da Associação dos Industriais de Materiais de Construção de Angola (AIMCA), garantiu que a indústria angolana de materiais de construção tem capacidade para responder à procura para construção de habitação social.

Actualmente, esclareceu, existem no pais diversos fornecedores de matéria-prima que permitem às indústria produzirem e dar resposta ao solicitado no mercado, em produtos que ainda necessitam de melhoramento tecnológico.

O presidente da AIMCA, José Mangueira garantiu que o país tem capacidade suficiente para produzir cimento e varão de aço, embora sectores importantes como a indústria das cerâmicas e a de tubagem precisam de ser mais de envolvidos.

O mercado também tem que desenvolver as indústrias de outros materiais de construção, como a chapas, placa, para a canalização e electricidade, apontou o engenheiro José Mangueira.

Com cerca de 200 empresas do sector existentes no país, José Mangueira mostrou-se esperançado em que seja possível a construção de habitação social com cem por cento do material nacional, reduzindo significativamente a importação e desenvolvendo progressivamente a qualidade.

Relativamente ao abastecimento irregular de energia e água para as indústrias, José Mangueira salientou que algumas foram implantadas de forma desorganizada e desordenada, tomando-se hoje, dado o próprio ordenamento do território, difícil fornecer energia e água a estas unidades.

Para evitar situações do género, continuou José Mangueira, o Ministério da Indústria está a criar os pólos de desenvolvimento industrial, zona que permitem um fornecimento de energia e água regular e a preços compatíveis com custos eficientes.

Quanto as industrias em funcionamento fora do pólos de desenvolvimento, há obrigação do Ministério da Indústria encontrar soluções na medida em que se vai melhorando o fornecimento de energia eléctrica e de água, o que, a acontecer, pode trazer vantagens competitivas, reduzindo os custos.

6.22 Ninguém leva mais que ninguém!

Jornal OPAÍS
13 De Março de 2018
Texto: Kléber Joniel

Encaminho os meus sinceros cumprimentos, caro director do jornal OPAÍS. Espero que o senhor e a sua equipa estejam bem.

Em cumprimento do mapa de viadutos esboçados para a cidade de Luanda, o Governo Provincial de Luanda (GPL) está na fase final das obras. E, coincidentemente, chegou a vez do meu bairro, Golfe II.

Tal como nas vezes passadas, o Governo vai dar casa para quem, realmente, for afectado pela construção deste bem público. Uma vez que desalojar famílias não é a intenção do Executivo.

Dizer que a ganância é um sentimento muito ruim, que cada vez mais consome o ser humano. Indirectamente, quero dizer com isso que alguns, trata-se de alguns, vizinhos meus estão a construir anexos, alegando que pertence ao filho mais velho, ao irmão que vive na província e ou a alguém de confiança. Isso até é pouco. Quando vim para cá morar, ouvi que determinadas pessoas, que tinham casas rés do chão, acrescentaram andares, para posteriormente distribuírem. Eles mentiam que a casa é de família. Assim, cada andar pertencia a um membro da família. Desta forma, o Governo distribuía as asas, pelo número de andares.

Na minha óptica, para evitar essa balbúrdia, o Governo tinha de implementar um sistema rigoroso e, extremamente confidencial para que ninguém tivesse como enganar.

É que isso já está demais!

Ninguém leva mais que ninguém!

Já agora, caro director, muito obrigado por permitir-me, cá nesse espaço, dar o meu parecer.

6.23 LOBITO. Famílias desfavorecidas vão receber residências

Jornal de Angola
15 De Março de 2018
Texto: Jesus Silva

O administrador municipal do Lobito, Nelson da Conceição, anunciou, ontem, a construção, ainda este ano, de mil e 450 casas para transferir às famílias que residem em zonas consideradas de risco. "Na medida em que as casas serão erguidas vamos retirar as pessoas dos lugares perigosos e alojá-las," disse.

Nelson da Conceição adiantou que algumas famílias que se encontram na chamada zona de risco serão contempladas com terrenos na urbanização do Projecto do Novo Lobito. Este projecto prevê atribuição de casas e terrenos", disse.

O administrador informou, por outro lado, que o seu elenco está preocupado em garantir melhores condições de vida às familias reassentadas no bairro 11 de Março, nos Cabrais. " Neste momento a Empresa de Distribuição de

Energia (Ende) está a instalar nova rede de energia eléctrica no bairro, que sai da subestação da Quileva.

"Estamos também a concluir os trabalhos da rede de distribuição de água no bairro, que vai igualmente abranger à refinaria do Lobito", informou.

Homenagem às vítimas

As 70 vitimas mortais das enxurradas de 11 de Março de 2015 foram relembradas numa missa organizada pela Administração Municipal do Lobito, na Paróquia de São José da Caponte, assistida por populares e vários membros da sociedade civil

Na ocasião, o padre José Mongo disse que "devemos pedir ao Senhor para interceder por nós junto da alma dos nossos irmãos que partiram antecipadamente".

6.24 "A falta de regulação no sector imobiliário é forte entrave ao investimento"

Jornal Economia e Finanças
16 De Março de 2018
Texto: Ismael Botelho

A intensificação dos mecanismos de supervisão, o cumprimento das normas e a presentação de uma proposta para a mudança de paradigma, que até agora é baseada na supervisão feita mediante uma check list, é na visão de Leonildo Manuel, um modelo que deve ficar para o passado.

O autor do livro "Mecanismos de Protecção do Investidor no Mercado de Valores Mobiliários", livro composto por sete capítulos, onde debruça as questões ligadas aos conceitos, a regulação, supervisão, sanções e os intervenientes do mercado, aborda, em 180 páginas, tudo sobre o que é relevante sobre o funcionamento deste sector e apresenta os caminhos do futuro mercado de acções e obrigações no país. O JE conversou com o também especialista em mercados financeiros, que lança o seu livro, dia 22 de Março, no auditorio Maria do Carmo Medina, para saber o valor da sua obra, pioneira em Angola.

O que são, na verdade, valores mobiliários?

Os valores mobiliários são títulos que são negociados nos mercados de capitais. No fundo são obrigações como títulos de créditos emitidos por pessoas, instituições e até pelo próprio Estado quando este precisa de financiamento, sobretudo, dinheiro para fazer face às despesas públicas e não tem como retirar valores das suas fontes próprias, por exemplo, daquelas que resultam da exploração do seu património ou muitas vezes da venda destes passivos. Neste caso, o Estado pode lançar mão ao endividamento, endividando-se junto do público ou de outros organismos.

Ao endividar-se emite títulos?

As obrigações acabam por ser aqui um tipo de valor mobiliário. Ao lado das obrigações temos as acções, que são parte representativa do capital social de uma sociedade anónima. Além destes, também temos as forças de participação dos fundos de investimento, ou seja, os investimentos apresentam-se como uma espécie de património colectivo em que muita gente junta dinheiro para investir numa certa actividade financeira que renda juros, nomeadamente em acções, obrigações, quotas dos fundos de investimento e outros activos financeiros que têm características muito próprias a estas.

Continuam a existir esses riscos mesmo apesar destes mecanismos de protecção que muitos deles avança no livro?

Exactamente! No fundo, no livro apresentamos os mecanismos de protecção existentes, consagrados internacionalmente e, como é que estes mecanismos foram adoptados, se foram admitidos do melhor modo possível. Procuramos, logo no início, formular uma questão: Em Angola estão consagrados os mecanismos eficientes e eficazes para proteger os investidores de possíveis fraudes?

E na sua óptica estão?

Estes no fundo precisam de ser melhorados para transcender a mera consagração das leis. Nós temos, por exemplo, do ponto de vista legal, o código de valores mobiliários e alguns mecanismos de protecção na Lei das Instituições Financeiras e até mesmo na Constituição, mas estes mecanismos só estando consagrados não bastam, é preciso que passemos para um outro estágio, que é o da sua aplicação. Na aplicação discutimos três questões: a regulação, que pensamos ser necessário passarmos para a fase de uma regulação proactiva e inclusiva, e para termos uma regulação inclusiva é fundamental lançarmos mão à um processo de consulta pública, ou seja, quando se faz uma lei, não podemos apenas olhar para a realidade internacional, é preciso olhar para as características dos destinatários da norma e para efeito é preciso que se faça uma consulta pública. Depois é preciso atender às necessidades reais do mercado, se criamos uma norma em que as pessoas são chamadas a participar, se os seus destinatários estão mais propensos a cumprir a norma e se esta protege de facto os investidores, é um bom caminho a trilhar.

Qual é o nosso grande problema actual?

Hoje o nosso maior problema é exactamente o da aplicação das normas e a questão sancionatória. Estes são os pontos mais problemáticos. É preciso sancionar quem viole a legislação.

Ou seja, as normas ou leis existentes actualmente não garantem essa protecção?

Para que ela tenha eficácia é preciso que a norma possua um palco de aplicação e seja concretizada. Não basta apenas que ela preveja sanções para quem

não cumpra, é necessário que estas sejam efectivamente aplicadas.

Já temos um mercado de valores mobiliários tão desenvolvido que justifique todo esse aparato que propõe no livro?

Ainda não é tão desenvolvimento! Tem vindo a dar passos significativos. Agora que vamos avançar com o processo de privatização de empresas publicas em bolsa, o mercado de acções poderá ter uma outra dinâmica, mas é necessário que aprendamos com os erros dos outros, para não cometermos os mesmos erros. O mais aconselhável é a mudança de paradigma pautando pela supervisão, a intensificação do processo regulatório, no sentido de haver inclusão e por outro lado quando as entidades não cumprirem com as normas do mercado sejam efectivamente sancionadas.

Que instituições vão gerir todo esse processo?

A primeira instituição responsável pela gestão deste processo para garantir a protecção dos investidores é o organismo de supervisão, cá entre nós, a Comissão do Mercado de Capitais (CMC). Esta é a primeira entidade que deve garantir que o investidor se sinta protegido. Alias, é sua vocação a protecção do investidor. Portanto, se o investidor sentir-se lesado em função do comportamento de um agente do mercado, vai recorrer ao organismo de supervisão e apresentar a reclamação e as evidências, depois de merecer uma indemnização de danos.

Qual é o grande sentido deste livro?

Este livro tem três grandes objectivos. Apresenta as grandes soluções de protecção dos investidores, de elementos que garantem confiança, e procura responder a esta questão e chegar a seguinte conclusão: temos muitos elementos que garantem a sua protecção, mas alguns precisam de ser melhorados.

Que avaliação faz ao estado actual do nosso mercado de acções?

Se olharmos o que foi feito desde 2015 até hoje, veremos que o mercado cresceu muito. Agora temos mais entidades a intervirem e a actuarem no mercado. Há também um número significativo de pessoas a intervirem. Hoje, a máquina toda está criada para o arranque do mercado de acções e neste particular estou optimista relativamente ao arranque deste mercado ainda no decurso deste ano.

6.25 Custo de vida afugenta moradores de centralidades

Jornal de Angola
19 De Março de 2018
Texto: Nilza Massango

Pagar a prestação mensal da casa, energia e água, escola dos filhos, combustível, taxa de condómino, taxa do lixo, Imposto Predial Urbano, transporte, alimentação, telefone e televisão são despesas que, cada vez mais, arrasam com o bolso e tiram o sono de muitos moradores das novas centralidades, principalmente, de quem perdeu o poder de compra, desde que se instalou a crise económica e financeira no país.

Deny mora no Kilamba desde 2013. Quando para lá foi viver, trabalhava numa empresa de dragagem marítima, onde auferia um salário de 170 mil kwanzas, o que lhe possibilitou inscrever-se na centralidade. Até 2015, pagava normalmente as prestações mensais, até que ficou desempregado, devido à crise. Hoje, Deny faz serviço de táxi com a própria viatura e assumiu que o eu poder de compra caiu e, por isso, está em dívida desde 2017.

"O Governo era o maior cliente da empresa onde eu trabalhava e, divida à cri e, deixou de contratar os serviços dela. A empresa entrou em contenção de despesas vários funcionários foram obrigados a pedir a conta", disse.

O morador revelou que tem atraso no pagamento da prestação mensal da casa e dois mes da taxa de lixo. Mas não é o único em falta. Afirma que alguns vizinhos seus até hoje não conseguem liquidar a primeira prestações, porque ficaram desempregados.

"Com a crise, muita empresas fecharam e as indemnizações não foram as melhores, porque a nova Lei Geral do Trabalho não protege o empregado como deve ser", referiu.

Deny é casado e tem o três filhos a estudar no Brasil. Ele é de opinião que o Governo não pode simplesmente dizer que vai penalizar o que nunca pagaram, quando nunca procurou saber a razão de tantos moradores faltarem ao compromisso assumido.

De acordo com o morador, desde que perdeu o emprego, ficou difícil pagar todas as contas, inclusive a prestação mensal, que pensa ser alta demais.

"Eu pago a prestações mensal quando puder e penso que, enquanto o Governo não achar um meio-termo, que seja alongar o nos de prestação, já que não e pode baixar o preço da habitações, vão surgir mais moradores em dívida", defendeu.

O morador paga mensalmente 34.804 Kwanza pelo T3 simples, seis mil pela taxa do condómino, 2.500 pela taxa do lixo, cinco mil pela energia eléctrica (pré-paga), quatro mil pela água e 10 mil Kwanza anual pelo Imposto Predial Urbano.

"Contando com o dinheiro que envio ao fi1ho no exterior, com a alimentação, manutenção da viatura, combustível, televisão, telefone, o rendimento que ganho na actividade de táxi não chega para cobrir todas as contas e você fica proibido de adoecer", disse. Acrescentou que muitos moradores do Kilamba estão na condição de fazer táxi com viaturas próprias para sobreviverem.

"O Governo age sem dar uma oportunidade ao cidadão. Entregam os apontamentos e ao mesmo tempo colocam-te uma corda ao pescoço", lamentou.

MUITOS DESISTEM DO KILAMBA

Ao contrário de Deny, Anacleto Alexandre desistiu do Kílamba, porque as despesas revelavam-se cada vez mais altas. Gastar cerca de 45 mil kwanzas, todos os meses, só de combustível para a viatura, fez com que o jovem trabalhador deixasse para atrás o seu apartamento T3 A e voltasse a viver na periferia da cidade capital.

Ele revelou que paga, mensalmente, uma prestação de 43 mil kwanzas e, com os outros gastos, não compensava viver no Kilamba. Também tem atraso nas prestações. Ainda por causa das despesas, teve de anular a matrícula na universidade. O jovem disse ainda que as despesas aumentam com cada vez mais impostos, taxas e outras contas, mas que o salário continua o mesmo de há cinco, dez anos atrás.

Anacleto aguentou quatro anos no Kílamba, período que considerou de "sufoco, quando o assunto era pagar as contas do mês". Disse que, além do valor da prestação mensal, tinha o factor distância (Kilamba - Mutamba e vice-versa, todos os dias), que consumia muito combustível e exigia manutenção permanente da viatura.

"Ao construir o tipo de habitação das centralidades e a praticar os preços que pagamos, penso que o Estado não pensou na das e que, realmente, precisava, no poder de compra dos cidadão na distância e na falta de transportes público", frisou.

Ângela Míngas, por seu lado, confessou à nossa reportagem que, diante de tantas despesas, opta em alimentar-se, pagar a televisão, telefone, energia, água, ao invés de dar prioridade à prestação mensal da casa, um valor que já acha absurdo. A jovem, funcionária pública, também deixou para atrás o seu apartamento T3 no KK 5000, por causa da distância e do dinheiro que gastava no combustível. O valor rondava os 50 mil Kwanza por mês.

"Voltei a viver na baixa da cidade, por causa da distância e do custo alto que era viver no KK 5000. Confesso ainda que estou em atraso no pagamento de algumas prestações da casa. Mensalmente, tenho de pagar 34 mil kwanzas, um valor contraditório. Se vão alargar o ano de pagamento que o façam já, porque muitos moradores perderam o poder de compra nesses últimos três ano", defendeu Angla.

6.26 Centralidades são um desastre, diz engenheiro Resende de Oliveira

Jornal de Angola
19 De Março de 2018
Texto: Nilza Massango

Em entrevista ao Jornal de Angola na qual se pronunciou sobre as várias construções que surgem na cidade capital, o engenheiro Manuel Resende de Oliveira definiu as centralidades como um desastre onde nada funciona.

"Eu não sei quem é que teve a Ideia de fazer central idades porque efectivamente. a centralidade não funciona: não há ocupação, é notória a ausência de serviços, enfim. uma vida que não permita ter um emprego para quem ali vive. Isso Implica a deslocação das pessoas para os gastos do emprego, que continua a ser na Luanda velha".

Manuel Resende de Oliveira questionou-se ainda sobre o que se pretendeu com a construção das centralidades se foi para alojamento habitação para as pessoas e para que tipo de pessoas.

Ministro dó Urbanismo Obras Públicas e Habitação no primeiro Governo da Angola Independente o engenheiro afirmou que não há habitação social num 100 andar. porque os custos de viver num prédio de 15, 20 ou mais andares onde os elevadores não funcionam o abastecimento de água bombagem custos do condomínio e tudo Isso não é pensável que uma centralidade possa ser um local para habitação social. Definitivamente as centralidades não são para

resolver os problemas da habitação social; não têm características para isso Por isso não me atrevo a Idealizar Luanda porque no estado em que ela está vai ser preciso partir multa coisa para se fazer uma Luanda uma cidade do futuro, governável onde haja qualidade de vida onde as pessoas tenham prazer de viver", rematou.

6.27 Estender o prazo de pagamento

Jornal de Angola
19 De Março de 2018
Texto: Nilza Massango

Numa entrevista ao Jornal de Angola, a ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho disse que, diante de muitas queixas que se prendem com os valores das moradias taxados inicialmente houve uma concertação, no sentido de se estender o prazo de pagamento do sistema de renda resolúvel que actualmente varia de 20 a 25 anos para até 30 anos.

A alteração significa que os moradores das centralidades vão poder pagar menos mas por um período mais alargado.

6.28 Soluções de baixo custo

Jornal de Angola
19 De Março de 2018
Texto: Nilza Massango

Numa conferência sobre habitação social promovida há cerca de uma semana pela Imogestln. Carlos Figueiredo da ADRA falou sobre a necessidade de habitação em Angola e do acesso à terra que é massivo. O prelector que participou na mesa redonda, disse ainda que só é possível responder rapidamente a essa necessidade com soluções de baixo custo.

"Sempre que formos para soluções mais caras estaremos na realidade a decidir que vamos servir melhor uns e deixar muitos sem serviços ou sem solução nenhuma", referiu. Carlos Figueiredo que acredita que para servir muita gente a solução tem de ser a mais económica possível.

Por seu lado o arquitecto António Gameiro, outro Interveniente no evento afirmou que o preço que se cobra numa habitação ou casa tem muito a ver com o tamanho e com o que se gasta na construção. "O valor das casas nas centralidades é cobrado abaixo do custo de construção" disse.

Questionado sobre a qualidade das casas respondeu que do ponto de vista de habitabilidade respeita padrões de qualquer casa no mundo.

"O que acontece é que essas casas não reflectem multas vezes os nossos hábitos e costumes. Elas não estão projectadas para aquilo que é o nosso habitar. Nós não vivemos dentro da casa mas sim fora no alpendre. Passamos o dia debaixo da sombra da árvore. E quando queremos fazer uma habitação massiva não nos podemos dar ao luxo de fazer grandes casas", referiu.

António Gameiro disse ainda que as centralidades são habitações de nível médio e que quem tem um salário mínimo não pode comprar uma casa nelas.

"Para comprar uma casa nas centralidades, o cidadão tem de ter um salário mensal de pelo menos 50 mil kwanzas. Que vai pagar num espaço de 25 a 30 anos, disse Gameiro.

Questionado sobre as central idades serem ou não habitações sociais. Amarildo Van-Dúnem da Imogestin disse por seu lado, que, de acordo com a lei as habitações sociais estão divididas em totalmente subvencionadas e parcialmente subvencionadas. E os projectos habitacionais do Estado são claramente subvencionados. Por isso, não há dúvidas de Que se trata de projectos sociais. As casas nesses projectos sociais do Estado são vendidas abaixo do seu custo de construção", justificou Amarildo Van-Dúnem, Quando Questionado sobre os preços estipulados das habitações nas centralidades.

6.29 De 54 empresas de construção civil só 14 chegaram a 2018

Jornal Expansão
23 De Março de 2018
Texto: Nauwick Tchilau

A crise económica reduziu para 14 o universo de 54 empresas de construção civil existentes em Benguela, de 2014 a 2017, resultando no desemprego de mais de 20 mil trabalhadores.

Só a Odebrecht atirou para o desemprego mais de 3.500 trabalhadores, seguindo-se a MotaEngil, com 526, e a Conduril, com 306 trabalhadores, segundo dados avançados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Material de Construção e Habitação.

Estas três empresas detinham o maior volume de contratos de obras do governo da província, com realce para a construção e reabilitação de infra-

estruturas sociais, desde escolas, postos médicos, estradas, hospitais e indústrias.

Segundo o secretário do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Material de Construção e Habitação, Albano Calei, havia também seis cerâmicas na província que fabricavam tijolos, gravilhas, telhas e que, com a invasão chinesa nesse sector, ficaram reduzidas a apenas uma unidade produtiva.

Entre as empresas com maior número de trabalhadores no sector da construção contam-se a Secil, com 234 trabalhadores, e a Cimanfort, com 183.

As empresas nascidas em 2017 não chegam para compensar os empregos perdidos. O Expansão soube junto da direcção do Comércio, Indústria e Recursos Mineiras que, de 2016 a 2017, houve um declínio de 0,78% na criação de novas empresas no sector industrial em Benguela, período em que o Estado arrecadou mais de um milhão e 202 mil Kz em actividades de licenciamento de empresas.

Em 2016, foram constituídas 125 novas empresas e, 2017, o número reduziu para apenas 28, segundo o director do Comércio, Indústria e Recursos Mineiros, Abel Máquina. Para este ano, prevê-se a abertura de 15 empresas, ligadas à produção de sal, peixe, agro-indústria, in- dústria alimentar, construção civil e tratamento de lixo.

De acordo com Abel Máquina, estão em funcionamento em Benguela 406 empresas de diversos ramos, com realce para os sectores do comércio, pescas, turismo, construção civil e industria alimentar, localizadas no litoral, nomeadamente, Lobito, Catumbela, Bengue- la e Baia Farta.

6.30 AGI cobra imposta predial na Cidade do Kilamba

Jornal O PAIS
24 De Março de 2018

A Quarta Repartição Fiscal de Luanda desenvolve do presente mês ao mês de Junho uma acção de fiscalização porta-a-porta aos moradores da Centralidade do Kilamba sobre o Imposto Predial Urbano (IPU)

Em sede desta informação, Adebayo Vunge, do Gabinete de Comunicação e Imagem da Administração Geral Tributária (AGT), esclareceu que na centralidade em questão há um posto fiscal, da 4ª Repartição Fiscal, e o que poderá acontecer é que "para além de ser feita a cobrança, os moradores que não pagam serão sensibilizados a pagar".

Sem adiantar detalhes sobre o assunto, uma vez que disse desconhecer o documento posto a circular nas redes sociais, que dá conta desta informação, o responsável acrescentou que se pode tratar de uma campanha, como as outras, que a AGT tem feito, porta-a-porta. Importa frisar que se lê no documento, assinado por José João Carvalho, que durante este período (Março a Junho) os moradores irão receber os Técnicos da Administração Fiscal para apurar o cumprimento das suas obrigações fiscais de IPU, pelo que devem estar preparados.

A preparação passa em apresentar o contrato promessa de compra e venda, os comprovativos de pagamento de IPU (caso tenha a situação regularizada), bem como o contrato de arrendamento (caso seja esta a situação do imóvel). "O não cumprimento do presente será considerado falta de dever de colaboração, previsto no Código Geral Tributário", lê-se.

Entretanto, importa frisar que muitos são os moradores da referida centralidade a quem a notícia não agradou, tendo alguns dos deles alegado que, caso o IPU seja cobrado hoje (24 de Março), como muitos esperam, não estariam em condições de pagar.

6.31 500 casas de Viana deram lugar a "luxuosas" moradias no projecto

Economia e Finanças
30 De Março de 2018
Texto: Manuel Barro

A primeira vista o sentimento de emoção que "assalta" o pensamento de quem sempre deambulou por aquelas paragens de Viana é o de "quem te viu e quem te vê"!..

Há mesmo quem para lá se negou a mudar porque em 1995,a localidade era só matagal e a paisagem de capim verde acastanhado pouco fazia crer em dias melhores.

O Governo chamou-lhe mesmo de Projecto "500 casas" e rápido tornou-se famoso o bairro, pois os ex-militares que eram os beneficiários começaram a fazer trespasses e a ceder os direitos à terceiros, os quais logo-logo arregaçaram as mangas para o trabalho e deram nova forma ao bairro.

Hoje, as casas estão totalmente modificadas em várias tipologias, sendo umas até com piso. Surgiram as clínicas privadas de saúde, lojas de materiais de construção, estações de serviço automóvel entre outras. A realidade do projecto habitacional "500

casas", no município de Viana, em Luanda, construído num espaço de 3.700 quilómetros quadrados é outra, quase moderna, só quase, porque os problemas de luz, água e saneamento básico permanecem.

O projecto teve os primeiros ocupantes os ex-militares deficientes de guerra, vindos do Centro Monte Claro em 1995. Hoje, com características totalmente diferentes dado passado, muitos dos primeiros habitantes venderam as suas residências outros fizeram anexos no quintal e arrendaram os imóveis.

Como resultado das vendas, os novos moradores ampliaram as estruturas das residências e o condomínio cresceu tanto em número de casas como em cidadãos, que se estima estarem a residir nesse aglomerado cerca de seis mil habitantes.

Em entrevista ao JE, o coordenador-adjunto da comissão de moradores do Projecto "500 casas", Carlos Cristina, informou que passados 23 anos, os moradores ainda enfrentam problemas básicos.

"Sempre que chove é um problema que temos de enfrentar. Não há ruas asfaltadas aqui no projecto. Todas são de terra batida e esburacadas por consequência das águas", afirmou.

Carlos Cristina diz que a falta de sinalização das ruas e travessas também é um problema que a comissão junto à administração de Viana pretende nos próximos tempos ver resolvido.

Explicou que para isso deu entrada da documentação à administração para a devida enumeração das casas do projecto.

Com oito ruas, igual número de travessas e 12 quarteirões, o Projecto "500 casas" conta com um hospital público, para atender os moradores do projecto e arredores, além de uma Escola Primária e do I Ciclo do Ensino Secundário, bem como uma biblioteca municipal.

O chefe-adjunto dos moradores diz também serem ainda vários os desafios que se prendem com a urbanização. "Um deles é referente à falta de patrulhamento de proximidade e um posto móvel da Polícia Nacional".

A moradora Madalena Narciso disse que as ruas são muito escuras à noite por não haver iluminação, dependendo unicamente da boa vontade dos vizinhos, mas que nos últimos tempos devido o custo da energia eléctrica poucos acendem as lâmpadas, que iluminam as ruas e isso vai favorecendo os delinquentes que ficam à espera das suas vítimas na calada da noite.

"Já alguns moradores foram assaltados quando voltavam do serviço devido a escuridão que se faz sentir", conta.

Outro morador, no caso Elierson Mbata, de 26 anos 19 dos quais no projecto, diz que a Administração de Viana, no quadro da actuação mais próxima às comunidades, devia fazer visitas periódicas para aferir sobre as preocupações dos moradores, "e isso desde que cá vivo, nunca constatei".

Elierson Mbata explica que o projecto foi entregue à sua sorte. E de facto as ruas estão esburacadas e nunca foram asfaltadas. A água que corre pelas torneiras sai suja e é imprópria para o consumo. Muito dos moradores não colaboram com a comissão do bairro quando é solicitada uma contribuição para melhorar o saneamento das ruas. Os espaços de lazer são poucos. Há apenas um campo onde os jovens se reúnem aos finais de semana para um jogo de futebol.

Já Adilson Capita, outro morador das 500, gostaria que houvesse um sistema de esgotos e drenagem de águas residuais, uma vez que na época chuvosa a urbanização fica parcialmente alagada.

"Acredito que com vontade, a Administração de Viana pode fazer mais pela urbanização das 500 casas", disse.

Serviços

Na área dos serviços, vários empresários privados preferem investir no projecto devido a sua posição geográfica favorável à prática de comércio, uma vez que o Projecto "500 casa "está localizado a sul de Viana, limitado a norte por Viana 2, a sul pelo Complexo Kikuxi, a leste pela Vila Chinesa e a Oeste o projecto habitacional Bem Morar.

Os serviços como hospedaria, restauração e clínicas de saúde são visíveis e ajudam no que já se pode chamar de a chegada do desenvolvimento de Viana.

Contraria mente ao passado em que os primeiros moradores estavam isolados, hoje a circunscrição tem uma outra imagem e pouco a pouco ganha forma para outros e novos investimentos.

Isenção às taxas

A comissão de moradores defende que para os primeiros moradores do projecto, no caso os ex-militares deficientes físicos, não se lhes deveria aplicar a mesma tarifa no pagamento da água nem no fornecimento de energia eléctrica, uma vez que com

os escasso recursos que ganham pela caixa social pouco lhes resta para sustentar a família.

Durante a entrevista constatamos dois ex-militares que faziam queixa à Comissão sobre os cortes efectuados pela Ende.

6.32 Cobranças de atrasados desde 2013 divide contribuintes e AGT no Kilamba

Economia e Finanças
30 De Março de 2018
Texto: Isaque Lourenço

Os cálculos hipotéticos dizem que são no mínimo 250 milhões de kwanzas/ano o valor por arrecadar com as cobranças do Imposto Predial Urbano (IPU) pela Administração Geral Tributária (AGT) na centralidade do Kilamba.

O valor médio é de 10 mil kwanzas/ano, taxa a cobrar para os apartamentos da tipologia T3, que são os menores em comparação aos T3+1 e T5 e cujo custo total do apartamento, a pagar por renda resolúvel em 20 anos, está fixado em sete milhões de kwanzas. Sobre este valor, segundo soube o JE junto de técnicos, a Administração Geral Tributária (AGT) aplica ao excesso de cinco milhões que é valor isento de cobrança uma taxa de 0,05 por cento.

No primeiro dia da campanha, no sábado 24, a equipa da AGT cedo fez-se ao campo do quarteirão A e dividiu-se em grupos apoiados por um posto fixo colocado no campo de jogo do referido bloco. Se até aquele momento tudo corria de feição, o cenário mudou de quadro quando os técnicos começaram a notificar os moradores porta-a-porta.

Alguns, segundo relatos do chefe da brigada que trabalha no Kilamba, levaram com a porta na cara.

A moradora Matilde Domingos diz que até onde sabe as cobranças devem ser apenas a partir de 2016 e não o contrário. O que ela recebeu como explicação é que a cobrança do IPU iniciou desde o momento em que ocupou o apartamento, no caso em 2013. Contas feitas, contra os previsíveis 20 mil kwanzas para 2016 e 2017 que julgava ter de pagar, as contas ficam em mais de 84 mil kwanzas, incluindo juros de mora e outras penalidades.

Já Silvia Pereira, outra residente, discorda do procedimento da AGT e diz também não entender como é que uma campanha de sensibilização é acompanhada por agentes da Polícia Nacional.

"E mais um acto de intimidação do que de sensibilização". Para ela, o mais viável era que se eliminassem as dívidas até antes de 2016, porque não se pode cobrar assim com tantos retroactivos. Alguém não terá feito o seu trabalho quando devia, e para ela corno moradora, está a ser penalizada.

O arquitecto e urbanista José Macuanda Morais está de acordo com a cobrança e reitera a satisfação pelo facto de a AGT ir ao encontro dos contribuintes.

"O que não posso deixar de criticar é estar a ser cobrado desde 2013. Nesta época do campeonato e como andam as coisas há que criar a melhor via de o Estado arrecadar receitas sem com isso parecer extorquir os cidadãos", comenta.

Programa vai até Junho

A Administração Geral Tributária (AGT) vai, de Março à Junho deste ano, levar a cabo urna acção de fiscalização e cobrança coerciva porta a porta, do Imposto Predial Urbano (IPU), aos moradores da cidade do Kilamba.

Após ter esgotado o prazo legal de pagamento da primeira prestação do IPU, que compreendia os dias 1 a 31 de Janeiro, a AGT arranjou uma forma "inusitada" de fazer a cobrança.

De acordo com o comunicado da 4ª Repartição Fiscal de Luanda, os moradores do Kilamba irão receber os técnicos em seus apartamentos, devendo munir-se do contrato promessa de compra e venda, comprovativos de pagamento de IPU e o contrato de arrendamento (caso o imóvel-esteja arrendado).

Todos os sábados as equipas da AGT passarão pelos diferentes quarteirões a sensibilizar e ao mesmo tempo cobrar o IPU.

AADIC contraria AGT

O presidente da Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC) discorda da cobrança feita pela AGT aos moradores das centralidades, pois estes estão ao abrigo de um contrato-promessa no regime de compra com propriedade resolúvel.

Diógenes de Oliveira lembra que a Lei 18/11 de 21 de Abril tipifica que a incidência do IPU recai sobre o rendimento do prédio urbano, quando este estiver arrendado, e sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos quando não.

"E praxe na lei que, no primeiro caso, é devido pelo titular ou beneficiário das rendas. No segundo, pelo proprietário, usufrutuário ou beneficiário do direito de superfície. Em simples palavras, a

responsabilidade por unanimidade, salvo melhor interpretação é efectivamente de que detém o direito de propriedade", sustentou.

Para ele, pagar IPU resulta do desconhecimento dos seus direitos, da parte de alguns ocupantes destes imóveis.

6.33 Angola na defesa e na segurança continental

Jornal O NOVO JORNAL
2 De Março de 2018
Texto: Eugenio de Almeida

Esta semana os sotos celebraram o papel de Angola, enquanto detentor da presidência rotativa do Órgão de Política, Defesa e Segurança da SADC (OPDS), na resolução da crise político-militar de Setembro de 2017, no Reino do Lesoto, devido ao atentado que vitimou o general Khoantle Motsornors, comandante-chefe das Forças Armadas deste país (Lesotho Defence Force - LDF).

É certo que, num primeiro momento, os primeiros intervenientes na contenção da crise foram os militares das Forças Nacional de. Defesa da África do Sul (South African National Defence Force - SANDF), ou não fosse este pequeno reino um território encravado na República da África do Sul e que qualquer distúrbio político no reino de Sua Majestade, David Mohato Bereng Seeiso, ou Letsie lII, poderia pôr em causa a já então difícil situação política e institucional de Iacob Zuma, à época presidente em exercício da SADC.

O segundo momento, ocorreu quando Zuma, temendo ser acusado de intervenção armada num outro país e sem, até então, ter sido pedido pelo governo de Maseru (capital soto) qualquer tipo de interferência armada não requerida, em total conflito com as regras de Defesa a e Segurança quer da União Africana, quer da SADC, contactou João Lourenço, presidente em exercício da OPDS para que fosse providenciada e, caso disso, criada no âmbito deste órgão da SADC, uma força de prevenção e intervenção para impedir que a crise resvalasse em mais uma situação crítica, semelhantes a outras situações já ocorridas no passado e que tudo parecia indicar estar a se desenvolver: posicionamento de facções rivais para a tomada do poder no reino de Letsie IIL

Do pronto contacto destes dois estadistas com os seus colegas regionais, e de acordo e legitimação com o Governo de Maseru, saiu, como se sabe, uma força preventiva denominada Missão de Prevenção da SADC para o Lesoto (Preventive Mission in the Kingdom of Lesotho SAPMIL) liderada por Angola.

De registar que a SAPMIL foi aprovada em 15 de Setembro de 2017, na Cimeira da Dupla Troika da SADC (ou Double Troika Summit (DTS) - Zuma, como presidente da SADC e uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC - na prática faziam parte desta Cúpula, Angola, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia e Zârnbia, reunidos na África do Sul, criou a Dupla Troika).

Cumpriam-se assim, os regulamentos dos dois órgãos de Defesa e Segurança da União Africana e da SADC, ainda que, sublinhe-se, o contingente militar da SAPMIL não esteja enquadrado pela estrutura política das ASF (African Standby Force Policy Framewor), ou seja pelas forças de intervenção rápida da União Africana que, no caso da SADC, seria a SADC Brigade - SADC Stand-by Force), mas tão-somente uma força de prevenção e estabilização política, militar e social.

Compreende-se que Angola, no caso João Lourenço, enquanto presidente em exercício da OPDS, tenha aceite e acordado com Zuma, o presidente em exercício da SADC, a criação desta força preventiva para resolver, no imediato, uma situação que poderia ter consequências político- -militares na região. Mas também porque Angola detinha - detém - a liderança da OPDS deveria ter, tão célere quanto possível convocar uma reunião da SADC-SF para legitimar e colocar sob a sua supervisão a SAPMIL.

Nesta matéria, a entidade responsável, é a OPDS e não a estrutura política da SADC; ou seja, é Angola quem deve deter a responsabilidade e o reconhecimento da liderança e não a África do Sul. E esse reconhecimento veio agora a ser dado a Luanda pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Lesoto.

Mas Angola também não pode esquecer - e por isso já deveria ter convocado uma Cimeira no âmbito da SADC-SF - que tem responsabilidades no seio da Defesa e Segurança continental (Conselho de Paz e Segurança da União Africana - CPSUA), até porque tem assento e é parte-integrante em duas brigadas das ASF (seja na SADC Brigade, como na

ECCAS Standby Force, ou FOMAC - Force Multinationale de l'Afrique Centrale) além de ser uma importante nação -parceira no âmbito das nações africanas parceiras das African partner nation's (APN) com a AFRICOM1 para a Defesa e Segurança em África.

Temos de nos afirmar como aquilo que somos, um Estado com responsabilidades ao nível de uma

potência regional, e não continuarmos a nos subalternizar às directrizes das políticas sul-africanas.

6.34 Municípios devem resolver necessidades da população

Jornal de Angola
11 De Março de 2018
Texto: Matias da Costa

As administrações locais devem estar capacitadas para responder às necessidades colectivas e essenciais da população, defendeu a ministra do Urbanismo e Ordenamento do Território, Ana Paula de Carvalho.

A ministra, que orientou o terceiro seminário regional de ordenamento do território, realizado na sexta-feira na cidade do Cuito, capital da província do Bié, entende que as administrações locais do Estado são unidades prestadoras de serviços públicos, pelo que devem simplificar as suas actividades a favor do cidadão.

A governante defende uma administração dotada de mecanismos capazes de criar infra-estruturas nas reservas fundiárias para as famílias que pretendam construir casa própria em regime de auto-construção dirigida.

Ana Paula de Carvalho advoga a elaboração, em todo o território nacional, de procedimentos eficazes para um plano director e de ordenamento, em que as admínistrações devem ser o executor das políticas que fiscalizam, promovem e regulam os processos de concessão dos solos.

O seminário regional sobre orientação metodológica do Ordenamento do Território contou com a participação de responsáveis das províncias do Bié, Moxico, Cuanza Sul, Malanje e Luanda.

6.35 A inscrição matricial de imóveis

Jornal de Angola
12 De Março de 2018

A inscrição matricial é o acto de inscrever o imóvel na matriz predial da Repartição Fiscal da área de jurisdição do mesmo, ou seja, na Repartição Fiscal onde os imóveis se encontram localizados.

Todos os prédios urbanos situados em território nacional, independentemente do seu regime ou isenção com construção ou não, edifícios, ainda que móveis, com carácter de permanência por um período superior a seis meses, devem estar inscritos na matriz predial da Repartição Fiscal da correspondente área de localização.

Os imóveis devem ser inscritos pelos proprietários, usufrutuários, quaisquer outros titulares do direito ao rendimento, ou ainda pelo técnico tributário de forma oficiosa. A inscrição matricial é feita com base na "Declaração Modelo 5", de inscrição/alteração de prédios urbanos. A referida declaração deve ser acompanhada de documentos que auxiliam a descrição do imóvel e a identificação do titular.

São exemplos de documentos anexos, a "Memória Descritiva", planta, certidão ou titulo de constituição de propriedade horizontal, "licença de Obras", "Escritura Pública", "Contrato Promessa de Compra e Venda", para imóveis adquiridos por compra, e "Termo de Quitação", para imóveis comprados ao Estado.

Ainda assim, a não apresentação de documentos anexos não impede a inscrição do imóvel na matriz predial, pois, a mesma depende somente da entrega da "Declaração Modelo 5", que o requerente deve apresentar na Repartição Fiscal competente.

A inscrição matricial deve ser efectuada no prazo de um ano, contado a partir da data de transmissão do prédio urbano (no caso de prédios omissos) e no mês imediato ao da data da conclusão das obras, da ocupação ou da concessão da licença de utilização, conforme a que ocorrer primeiro (nos casos de construção, reconstrução, modificação ou melhoramento do prédio urbano).

A inscrição é efectuada na hora, bastando que o contribuinte entregue na Repartição Fiscal competente duas vias da "Declaração Modelo 5", devidamente preenchidas, das quais uma é-lhe devolvida com o carimbo de recepção da Repartição Fiscal.

O duplicado da "Declaração Modelo 5", devidamente preenchida pelo contribuinte e recepcionada pela Repartição Fiscal competente, comprova que o contribuinte efectuou a inscrição matricial.

Posteriormente, o contribuinte pode solicitar a "Caderneta Predial" ou a "Certidão Matricial". A "Caderneta Predial" é o documento que comprova que determinado prédio urbano se encontra inscrito na matriz predial de uma Repartição Fiscal. Ou seja, não se encontra omisso à matriz predial. Já a "Certidão Matricial" corresponde à cópia integral do artigo matricial, podendo ser solicitada sempre que se necessite atestar a inscrição e a regularização fiscal, do ponto de vista da contribuição predial (Imposto Predial Urbano - IPU).

A Repartição Fiscal competente demora, em média, três dias úteis, dependendo do número de contribuintes em espera, para emitir a "Certidão Matricial".

6.36 Vamos salvar Luanda!

Jornal de Angola
12 De Março de 2018
Texto: José Luís Mendoça

Os nossos dirigentes deviam andar um bocado a pé. Para verem duas coisas muito simples. A primeira: como vive o nosso povo. A segunda: como está a cidade de Luanda. Em plena Baixa da cidade capital, ali mesmo junto àquela imponente construção do Muxima Plaza, logo depois da Mutamba, mesmo no cruzamento que sai do beco, há um espaço abandonado do prédio da cidade-velha, património histórico, que cheira a fossa. Virou latrina pública. É um cheirete que vem de lá dentro!

Mas, para sentir este cheiro só o jornalista desfatado e desengravatado que por ali passa, saído das Edições Novembro para cobrir um evento no espaço Chá de Caxinde, só ele, e só os passageiros que, aos magotes, apanham o táxi no beco, ou as zungueiras que por ali deambulam, só esses é que lhe sentem o pivete.

Quase no outro extremo, já a descer para a Baía, curiosamente próximo das Torres Kianda em gestação, está outro espaço que já foi da Nossa Seguros, na esquina do cruzamento da rua que sai da Mutamba para a rua que vai ter à primeira esquadra da Polícia, que é outro antro de matuji-tuji, duas vezes podridão humana em decomposição. E o cheirete que dali vem é de doer a consciência de quem, nas calmas, vai por aquela rua a ganhar o pão nosso de cada dia.

Se Deus fosse psiquiatra, decerto desceria à Terra, como nos tempos de Moisés, para ministrar aos dirigentes que nos governaram estes 42 anos uma consulta grátis de psiquiatria, porque, na verdade, não se compreende como é que se cria uma Comissão Administrativa da cidade de Luanda e, no final, as coisas ficam pior em Luanda. Para que serviu e para que serve a Comissão Administrativa de Luanda? Luanda está cada vez pior. Nunca se viu uma cidade assim em toda a África. Pelo menos nos países que já visitei. É muita porcaria a fermentar na Baixa. A falta de saneamento básico é o maior dilema da Angola pós independente. É o sinal do nosso maior atraso social, económico e espiritual.

O jornalista que anda com os pés na terra vê estas coisas e sente aquela dor na consciência. É como se o jornalista fosse também, devido a ser parte da Nação em declínio e por associação psíquica, o culpado da miséria que vê. Mas depois olha para as duas mãos, e vê que lhe falta tudo para ajudar a fazer de Luanda a menina dos olhos de Angola. Uma cidade limpa, uma cidade linda uma cidade educada, culta, e com bons centros de saúde. Falta tudo ao jornalista, até o simples diálogo que ele quer manter com os dirigentes lhe é negado. Todo o mundo se esquiva, todo o mundo estigmatiza o jornalista e o acusa a ele (jornalista) de ser o causador até da problemática política que se vive no país. Mas mesmo assim, daqui da minha humilde banca, lanço um apelo a todos os cidadãos, ricos, pobres, empresários, doutores, engraxadores, zungueiras, polícias e ladrões, nacionais e estrangeiros: VAMOS SALVAR LUANDA!

Há dias, a senhora ministra do Ambiente alvitrou que Luanda precisa de espaços verdes. Então vamos lá desanuviar os espaços que já existiam e que foram privatizados na era do cabritismo à solta pelos gabinetes da nossa Administração, vamos desanuviar as escolas cujos espaços de lazer foram alugados a empresários de vária índole, vamos restaurar a Zona Verde, a encosta do Miramar, e vamos criar nos bairros periféricos novos espaços verdes e azuis. Criemos primeiro. Falemos depois. Essa coisa de anunciar projectos do Governo já não colhe. Façam primeiro, falem depois de fazer. Vamos limpar o cocó e o xixi que abundam na Baixa de Luanda.

Os nossos dirigentes deviam andar um bocado a pé. Mas vemo-los passar nas ruas de Luanda a alta velocidade, com um batedor à frente. Terão assim tanto trabalho para fazer, como têm tanta pressa? Como assim tanto trabalho, se o país está parado?

6.37 A vida nos bairros periféricos

Jornal de Angola
17 De Março de 2018

Os bairros periféricos na maioria das cidades angolanas cresceram a uma velocidade considerável, congregam milhares de famílias, fruto do secular êxodo rural, e apresentam hoje desafios monumentais para a governação provincial, para a administração municipal e comunal.

Nas províncias que abrigaram grande número de habitantes, por razões conhecidas e terminadas no dia quatro de Abril de 2002, e a pressão demográfica foi acompanhada de uma desordem urbanística sem precedentes.

Em Luanda, os bairros periféricos, albergam mais de dois terços da população da capital, vivem problemas e desafios, como os ligados à criminalidade, falta de

energia eléctrica da rede pública, água corrente nas canalizações instaladas, lixo degradação das ruas, passeios, apenas para mencionar estas situações.

Todos os dias ouvimos falar de situações evitáveis em bairros como Kalawenda Monte Belo, Mulenvos, só citar estas localidades periféricas da cidade de Luanda que precisam da pronta intervenção de quem de direito.

Tal como as referidas localidades, numerosas outras nas sedes capitais das províncias com elevada pressão demográfica também resultante da situação política e militar que Angola viveu, não precisam de ver esses problemas a persistir como uma espécie de "cancro" da sociedade. Os governos provinciais, as administrações municipais e comunais devem superar os problemas evitáveis e recorrentes. E apenas para exemplificar, não é aceitável que persistam construções erguidas junto das principais linhas de passagem de águas pluviais e, mesmo quando se sabe das graves consequências, lá continuam como se nada estivesse em causa ou em risco. São esses entre outros problemas que precisam de soluções definitivas e permanentes.

E não esta mos a falar de situações que envolvam recursos financeiros, homem e meios que, por razões sobejamente conhecidas, os governos, as administrações municipais não tenham na dimensão de tais desafios.

Falamos de situações como as relatadas, ontem, por uma ouvinte da Rádio Luanda, no bairro Mulenvos de Baixo, que descreveu o que chamou de entraves para a instalação de Postos de Transformação (PT) da rede pública de energia alegadamente por causa de um PT privado, além da actuação impune de criminosos. Parece crescer a percepção de que nos bairros onde existam PTs privados ocorre maior resistência para a instalação da rede pública de energia, uma situação a que repetidas vezes se encontram envolvidos os proprietários dos referidos postos.

A iluminação pública, um activo instrumental para a segurança pública, não pode continuar adiada "ad aeternun".

Ao lado desta situação, há outra ligada à criminalidade que, nos bairros periféricos assume permanentemente contornos de um verdadeiro "modus vivendi" da comunidade. Atendendo à dimensão dos problemas que vivem os bairros periférico das províncias onde se acentuam todos os dias a pressão demográfica, questões de saneamento, os desafios económicos e sociais, urge mudar de estratégia e actuação sob pena de passarmos todos os anos a falar de problemas evitáveis.

6.38 Isabel dos Santos afastada do plano bilionário para Luanda

Jornal A República
23 De Março de 2018
Texto: Por Filipe Alves

A empreSária angolana Isabel dos Santos está em vias de perder mais um grande negócio em Angola. O "Jornal Económico' apurou que, depois da presidência da Sonangol, do negócio dos diamantes e da presidência da Cruz Vermelha, a filha do ex-Presidente da República José Eduardo dos Santos está em vias de ser afastada do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, uma vasta empreitada que prevê investimentos públicos na ordem dos 15 mil milhões de dólares (cerca de 12 mil milhões de euros), até 2030.

Segundo uma fonte conhecedora do processo, as autoridades angolanas pretendem retirar ao consórcio de consultores de Isabel dos Santos o contrato para a elaboração do referido plano. A justificação invocada, segundo a mesma fonte, será a alegada incapacidade de execução por parte da empresária, que nos últimos meses tem travado um braço-de-ferro com o novo poder angolano, chefiado pelo Presidente João Lourenço. Em causa estará não só a coordenação de Isabel dos Santos nega implementação do plano

Questionada pelo «Jornal Económico: fonte oficial de Isabel dos Santos respondeu que a empresária não está envolvida na implementação e gestão deste plano.

No entanto, as notícias publicadas entre 2015 e 2017 sugerem que a empresária teve um papel de destaque na requalificação da capital.

O Plano Director de Luanda foi apresentado em Dezembro de 2015, com a Urbinvest, sociedade de Isabel dos Santos, como "mentora e coordenadora" Também o então presidente José Eduardo dos Santos foi citado na imprensa, na altura, afirmando: «Depois de um longo período de estudo e discussão sobre as soluções para modernizar e desenvolver a capital, eis que a Urbinveste, empresa contratada, nos apresenta então uma proposta de plano director que reuniu consenso de todos os intervenientes"

6.39 TCUL abre rotas para a cidade do Kilamba

Jornal de Angola
Edivaldo Cristóvão
23 De Março de 2018

O transtorno vivido diariamente por moradores da Cidade do Kilamba, na deslocação de e para casa, é uma novela que pode estar a caminhar para o fim, na sequência da celebração de um acordo entre a administração da nova urbanização e a empresa de Transportes Colectivos Urbanos de Luanda (TCUL).

O administrador João Baptista Domingos, que confirmou ao jornal de Angola a celebração do acordo, informou que, a partir do próximo mês, a TCUL vai abrir duas rotas, uma com destino à Mutamba e outra ao Porto Comercial de Luanda.

João Domingos não especificou o dia em que a TCUL vai começar a operar na Cidade do Kilamba por não ter sido decidido ainda o preço da viagem e as paragens, estando o assunto a ser analisado em encontros que a administração e a TCUL estão a realizar com as comissões de moradores da Cidade do Kilamba.

Por força do acordo, está prevista, além das duas rotas externas, também a circulação de mini-autocarros dentro da Cidade do Kilamba, construida para albergar uma população estimada em 150 mil habitantes, 30 mil dos quais referentes à população do KK5000, que é a extensão do projecto habitacional.

O preço já definido para a circulação interna é de 50 kwanzas, informou o administrador da Cidade do Kilamba, que, quanto ao preçário para as duas rotas externas, disse estar em discussão um valor não superior a 600 kwanzas por cada bilhete.

Este valor é defendido pelas comissões de moradores da Cidade do Kilamba, mas não se chegou ainda a um consenso com a TCUL, por esta empresa defender 1.600 como preço de ida e volta.

O administrador afirmou que, quando o acordo entrar em vigor, em Abril, a carência registada nos transportes públicos vai ser reduzida significativamente.

Os autocarros que vão estar em circulação têm comodidade e conforto, podendo o passageiro fazer uso do serviço de lnternet, acentuou o administrador, garantindo que não vai haver excesso de lotação nem confusão no acesso aos autocarros da TCUL. Uma das duas rotas externas vai passar pela Samba, enquanto a outra está definida para passar pela Avenida 21 de Janeiro.

Moradores contactados pelo Jornal de Angola aplaudiram a celebração do acordo, que vai aliviar a aflição diária resultante da inexistência de empresas de transportes públicos na Cidade do Kilamba, por onde circulam apenas táxis que cobram por pessoa 150 kwanzas.

Para o morador Walter Jacinto, a TCUL não pode estipular o mesmo preço praticado pelo serviço de táxi no percurso Kilamba-Mutamba, por o seu objecto social ser de utilidade pública.

"Por mim, cada viagem tinha de custar 450 kwanzas pelo menos, o que corresponde a 900 kwanzas para ida e volta", disse o morador, que adiantou ser uma das vantagens do acordo a conservação das viaturas pessoais, que podem ser usadas apenas aos finais de semana.

Outra vantagem é a diminuição de stress causado pelos engarrafamentos.

O número de autocarros ainda não está definido, estando condicionado ao número de passageiros que pretendem aderir às duas rotas externas.

Um levantamento está a ser feito pela empresa de transportes públicos para aferir o número de pessoas interessadas. Os passageiros vão poder comprar bilhete com um mês de antecedência, não havendo ainda uma informação se podem beneficiar de descontos.

Centralidade às escuras

Até Dezembro último, cerca de 85 por cento da Cidade do Kilamba tinha iluminação pública, mas actualmente o cenário é desolador, porque várias áreas da nova urbanização estão às escuras.

A administração justifica que a chuva tem sido um dos principais causadores da falta de iluminação pública por danificar os cabos de alimentação, além da rescisão do contrato com a empresa responsável pela manutenção ao sistema de iluminação pública.

Alguns postos de transformação de energia para a iluminação pública estão avariados e continuam nesse estado até hoje. A Cidade do Kilamba precisa de 121 milhões de kwanzas por mês, para tratar da iluminação pública, dos jardins, da recolha de lixo, da poda de árvores e da manutenção do saneamento básico. Mensalmente, a administração da Cidade do Kilamba recebe do Ministério das Finanças apenas quatro milhões de kwanzas, valor insuficiente, segundo João Baptista Domingos.

A segurança pública foi também mencionada pelo administrador, que disse haver uma conexão entre a administração e a Polícia Nacional, tendo inclusive a administração disponibilizado meios técnicos para a melhoria do sistema de vigilância. A Cidade do Kilamba dispõe de quatro esquadras, um posto e um destacamento da Polícia Nacional'.

O administrador reconheceu que a Polícia tem sido incansável na caça aos marginais, alguns dos quais já detidos. "Pedimos a colaboração dos moradores para denunciarem os marginais e participarem nas reuniões convocadas pela Polícia", disse o administrador.

A Cidade do Kilamba é habitada desde 2012 e até hoje tem carência de alguns equipamentos sociais, como hospital materno-infantil, Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), mercado municipal, espaço para velórios, sala de conferências, casa para a juventude e centro cultural.

6.40 Famílias vivem dias infernais no "Condomínio de Prata"

Jornal de Angola
28 De Março de 2018
Texto: Augusto Cuteta

Descalços e de tronco nu, seis meninos jogam à bola. Longe de todo o sofrimento retratado pelos mais velhos do bairro, divertem-se como se nunca mais o farão. em o sol abrasador que ronda os cerca de 33 graus célsius, inibe a brincadeira dos pequenos que às correrias, soltam grandes risadas por cada drible que um consente.

Do canto onde foram retiradas há uns tempos, de um espaço baldio, centenas de casotas de chapas habitadas por famílias desistiram do sofrimento que se vive nas Tendas da Ilha do Zango 1, nome por que é conhecido o bairro, por os seus moradores serem provenientes da Ilha do Cabo, os meninos com idades entre os seis e 12 anos transpiram uma vida que dentro dos lares é apenas alegórica.

Entre chutos e tintas, o dia dos meninos é vencido. O júbilo de estar entre amigos parece tudo para as crianças, numa altura em que outros pequenos da sua idade estão em salas de aulas a aprender a ler e a escrever. A vida que têm nas Tendas da Ilha do Zango 1, ainda teima em roubar-lhes tal direito.

Despreocupado com isso, o grupo de menores preenche o dia com brincadeiras intermináveis, quando estas não existem, as horas são dominadas pela ansiedade do regresso dos pais à casa, depois da busca sofrida do pão de cada dia.

Enquanto o pão não chega à mesa, a correria atrás da bola e de outras brincadeiras tomam conta dos pequenos do bairro. São 12 horas, e só dois dessas seis crianças já resolveram a questão do mata bicho. Os outros. embora animados com o jogo, ainda esperam os resultados das vendas do negócio exposto na bancada, ali mesmo, no canto da porta de casa.

"Enquanto a brincadeira não acaba, parece que se esquecem da fome. Podem ficar nisso, quase metade do dia", explica Artur Luis, o coordenador do bairro, para quem é como se os meninos encontrassem no jogo, no tapete pelado, a melhor forma de afogar as adversidades da vida, mesmo na inocência.

Como as seis crianças, que passam a maior parte do dia na brincadeira e a realizar tarefas domésticas, há mais de duas mil outras que nos seus dicionários, a palavra estudar não consta. A falta de salas de aula, é um dos principais factores que deixa os meninos fora do sistema do ensino, explica o coordenador.

"Muitas chegam à adolescência sem nunca terem ido à escola", lamenta o coordenador do bairro de chapas do Zango 1, zona que alberga mais de três mil famílias. Há ali, apenas três escolas improvisadas, construídas por moradores. Uma delas, até ministra o ensino médio com 18 alunos, dos quais 15, no período nocturno. Essa escola não dispõe de capacidade para acolher muitos alunos do ensino médio, por isso, a grande maioria dos adolescentes e jovens da localidade que há uns nove anos era conhecida por bairro Benfica (sector Lelo - Ilha), não estuda. Esses rapazes, por ficarem mais tempo na rua, têm todo o tempo do mundo para fazerem recurso à criatividade e apelidam agora a zona "Condomínio de Prata", dado o número de casebres de chapas.

É nesse bairro do distrito urbano do Zango, município de Viana, onde vivem cerca de 2.400 famílias, transferidas da Ilha do Cabo, em Abril de 2009. A essas famílias, juntaram-se nos últimos tempos mais l.380 outras, que não são oriundas da zona da Peixeira, pelo que são consideradas infiltradas. Vieram de vários bairros de Luanda e por ganância, instalaram-se no local para serem registadas e também receberem casas.

O número de habitantes no bairro era maior. Há uns cinco anos, 440 famílias tiveram a sorte de beneficiar de habitações no Zango 3A, nas popularmente chamadas de casas "Tchuna Baby", designação atribuída porque embora cada tenha dois quartos, sala e casa de banho, os compartimentos são pequenos.

Esse processo de atribuição de casas parou. Os antigos habitantes da zona da Peixeíra desconhecem os motivos, uma vez que as mais de 30 cartas endereçadas ao Governo Provincial de Luanda e às outras entidades, nunca tiveram respostas. A última missiva foi enviada à primeira instituição, no ano transacto.

O que eles sabem, conta Luis Artur, aquando do desalojamento os actuais moradores do "Condomínio de Prata" iam ser transferidos para que a Ilha do Cabo, quando fosse requalificada. Enquanto esperavam pela deslocação, surgiram calemas que desabrigaram mais de 150 famílias.

Em função disso, explica o coordenador, o Governo Provincial de Luanda orientou a transferência urgente, em camiões, de mais de 2.400 famílias para o Zango 1, onde vivem até hoje. Passados nove anos, continuam em casas de chapas!

Nos primeiros meses, viviam em tendas recebidas 30 dias depois de ali estarem. Para conseguir urna e montar no terreno, os moradores submeteram -se à humilhações, pois, era preciso muita luta. "Éramos obrigados a ficar no campo, sem ir trabalhar, debaixo de sol, o que resultou em muitos despedimentos", recorda o coordenador.

50 Empregados

Com os despedimentos, a vida de grande parte das pessoas complicou-se ainda mais, principalmente, porque boa parte dos moradores passaram a encarar a distância como um "bico d'obra", já que os gastos com o transporte superam os bolsos.

Hoje, no bairro, as estatísticas apresentadas pelo coordenador revelam que das 3.780 famílias, em apenas 50, os seus chefes trabalham em empregos fixos estatais ou privados. O que acontece é que a maioria das pessoas, principalmente mulheres, faz pequenos negócios no bairro. "Montam bancadas à porta de casa e vendem ali as suas coisinhas", realça Luís Artur.

O negócio da cerveja, whisky e de bebida de produção caseira, tem muitos adeptos, de ambos os sexos, entre jovens e adultos. Aliás, o elevado número de clientes justifica a empreitada.

Casos caricatos

Antes do almoço, um mufete à moda dos ilhéus, oferecido pelo coordenador do bairro, que esteve acompanhado por José Chimuco, um dos adjuntos, o nosso bloco de notas registou três histórias caricatas, contadas por moradores e confirmadas pelos responsáveis da zona.

6.41 Aprovado plano directo de Luanda

Jornal O PAÍS
01 De Março de 2018

O Conselho de Ministros aprovou o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, instrumento de planeamento que integra o mapa de ordenamento do crescimento e das transformações a realizar na província de Luanda, de modo a assegurar que futuros investimentos públicos e privados estejam em consonância com um objectivo comum.

O Plano vai dotar a província de Luanda de mais infra-estruturas técnicas e de equipamentos, escolas, unidades hospitalares, parques comunitários e outros, preservando o ambiente e o património cultural, bem como o seu carácter urbano e identidade, tornando-a mais habitável, cidade internacional e integrada.

6.42 Vamos salvar Luanda!

Jornal de Angola
12 De Março de 2018
Texto: José Luís Mendoça

Os nossos dirigentes deviam andar um bocado a pé. Para verem duas coisas muito simples. A primeira: como vive o nosso povo. A segunda: como está a cidade de Luanda. Em plena Baixa da cidade capital, ali mesmo junto àquela imponente construção do Muxima Plaza, logo depois da Mutamba, mesmo no cruzamento que sai do beco, há um espaço abandonado do prédio da cidade-velha, património histórico, que cheira a fossa. Virou latrina pública. É um cheirete que vem de lá dentro!

Mas, para sentir este cheiro só o jornalista desfatado e desengravatado que por ali passa, saído das Edições Novembro para cobrir um evento no espaço Chá de Caxinde, só ele, e só os passageiros que, aos magotes, apanham o táxi no beco, ou as zungueiras que por ali deambulam, só esses é que lhe sentem o pivete.

Quase no outro extremo, já a descer para a Baía, curiosamente próximo das Torres Kianda em gestação, está outro espaço que já foi da Nossa Seguros, na esquina do cruzamento da rua que sai da Mutamba para a rua que vai ter à primeira esquadra da Polícia, que é outro antro de matuji-tuji, duas vezes podridão humana em decomposição. E o cheirete que dali vem é de doer a consciência de quem, nas calmas, vai por aquela rua a ganhar o pão nosso de cada dia.

Se Deus fosse psiquiatra, decerto desceria à Terra, como nos tempos de Moisés, para ministrar aos dirigentes que nos governaram estes 42 anos uma consulta grátis de psiquiatria, porque, na verdade, não se compreende como é que se cria uma Comissão Administrativa da cidade de Luanda e, no final, as coisas ficam pior em Luanda. Para que serviu e para que serve a Comissão Administrativa de Luanda? Luanda está cada vez pior. Nunca se viu uma cidade assim em toda a África. Pelo menos nos países que já visitei. É muita porcaria a fermentar na Baixa. A falta de saneamento básico é o maior dilema da Angola pós independente. É o sinal do nosso maior atraso social, económico e espiritual.

O jornalista que anda com os pés na terra vê estas coisas e sente aquela dor na consciência. É como se o jornalista fosse também, devido a ser parte da Nação em declínio e por associação psíquica, o culpado da miséria que vê. Mas depois olha para as duas mãos, e vê que lhe falta tudo para ajudar a fazer de Luanda a menina dos olhos de Angola. Uma cidade limpa, uma cidade linda uma cidade educada, culta, e com bons centros de saúde. Falta tudo ao jornalista, até o simples diálogo que ele quer manter com os dirigentes lhe é negado. Todo o mundo se esquiva, todo o mundo estigmatiza o jornalista e o acusa a ele (jornalista) de ser o causador até da problemática política que se vive no país. Mas mesmo assim, daqui da minha humilde banca, lanço um apelo a todos os cidadãos, ricos, pobres, empresários, doutores, engraxadores, zungueiras, polícias e ladrões, nacionais e estrangeiros: VAMOS SALVAR LUANDA!

Há dias, a senhora ministra do Ambiente alvitrou que Luanda precisa de espaços verdes. Então vamos lá desanuviar os espaços que já existiam e que foram privatizados na era do cabritismo à solta pelos gabinetes da nossa Administração, vamos desanuviar as escolas cujos espaços de lazer foram alugados a empresários de vária índole, vamos restaurar a Zona Verde, a encosta do Miramar, e vamos criar nos bairros periféricos novos espaços verdes e azuis. Criemos primeiro. Falemos depois. Essa coisa de anunciar projectos do Governo já não colhe. Façam primeiro, falem depois de fazer. Vamos limpar o cocó e o xixi que abundam na Baixa de Luanda.

Os nossos dirigentes deviam andar um bocado a pé. Mas vemo-los passar nas ruas de Luanda a alta velocidade, com um batedor à frente. Terão assim tanto trabalho para fazer, como têm tanta pressa? Como assim tanto trabalho, se o país está parado?

7. TERRA

7.1 "A administração trata-nos de ratos por vivermos no buraco"

Jornal PAÍS
1 De Março de 2018
Texto: Romão Brandão e Virgílio Pinto

Sempre que chove, obviamente, o Buraco-enche. Não é apenas pelo facto de ser uma área côncava, mas também porque todos os outros bairros circunvizinhos têm abertas valas que desaguam no bairro em destaque. Resultado: desde a grande enxurrada que se abateu sobre a cidade capital no dia 12 de Fevereiro, até à presente data, contabilizam 4 crianças mortas por afogamento.

Não é um bairro novo, aliás, tem "oficialmente" o nome do primeiro Presidente de Angola, Dr. António Agostinho Neto. Só que, conforme a zona foi crescendo, as mutações feitas, principalmente para a construção da linha-férrea, foi se transformando numa "bacia de retenção". O bairro passou a ser conhecido por Buraco.

A primeira vez que a nossa equipa de reportagem esteve no local, em finais do mês de Outubro, no tempo seco, encontramos apenas marcas indeléveis da chuva, nas paredes, bem como residências, igrejas e comités de partidos abandonados por causa dos estragos das águas.

Visitamos o bairro durante estas enxurradas que se abatem sobre Luanda, e o cenário não podia deixar de ser diferente. É preciso muita coragem para viver naquelas condições. Ruas intransitáveis, residências inundadas, relatos de mortes de crianças e moradores com rostos de amargura, resultante do desespero que dizem ser provocado pela administração local.

A água da chuva, misturada com lixo, ultrapassou a altura do joelho do morador Julião Neves, que aproveitou as lentes da máquina do nosso fotógrafo para expor as dificuldades por que passam há mais de dez anos (altura em que aconteceu a primeira inundação) no Buraco. Foi na área em que escolheu ser fotografado em que encontraram os corpos das quatro crianças a flutuar.

"São crianças daqui do bairro.

Estavam a brincar e foram surpreendidas pela enchente. A família teve de transferir o óbito no bairro da Fofoca (Kílamba Kiaxi). Não sabemos se vamos viver assim até quando ... O administrador já disse que ninguém nos mandou viver aqui, porque no Buraco é lugar de ratos e lagartos", lamentou:

A bacia terásidoaiada

O entrevistado não entende por que razão a Centralidadedo Cazenga tem as casas inabitadas quando os munícipes passam mal. A morte, sempre que chove, bate à porta deles e, na sua opinião, não se está a cumprir o desiderato do Presidente da República quanto ao facto de se "melhorar o que está bem e corrigir o que está mal".

"Se Agostinho Neto dizia que o mais importante é resolver o problema do povo, não se tem acompanhado isso aqui, no bairro que temo seu nome. Nós só estamos assim porque houve alteração na via principal e toda a água vem para aqui. É melhor que nos partam as casas e nos mostrem um sítio para viver", disse o munícipe António Pedro Gaspar.

António Pedro Gaspar recorda-se que lhes tinha sido dito que os moradores do Buraco seriam desalojados e o destino eram as casas da Centralidade que fica no Gamek, mas mesmo depois de feito o cadastro do pessoal, passados anos, nada aconteceu.

Láse foi o tempo em que, no bairro Buraco passavam carros, tal como recorda o jovem Leandro, pois não era uma "bacia". Depois de serem feito as obras na linha-férrea, o bairro nunca mais foi o mesmo. Para além de o administrador ignorar "o nosso clamor, já nos disse que ali vivem ratos", sentimo-nos mal com isso. Agora só procuramos sobreviver".

Só promessas atrás de promessas "O bairro Buraco não é indígena, pois todas as casas têm o cadastro numérico, do quarteirão e sector a que pertencem, feito pela administração do Cazenga", dizem os moradores. Da mesma forma, têm o cadastro da ENDE e, como se não bastasse, foram instaladas torneiras, pela rede pública de distribuição de água.

O levantamento feito pela coordenação local aponta para um total de 345 famílias que lutam contra as enchentes, os mosquitos, a falta de energia e de água corrente, bem como as mortes por afogamento, o desabamento de casas e doenças do tempo chuvoso. Todo o dossier foi entregue à Administração e até ao momento esperam por uma resposta.

Quem normalmente os tem visitado é o administrador comunal, Simão Neto, segundo o morador Gelson Serafim. Mas, no último Domingo, Tany Narciso, administrador do Cazenga, esteve no local e prometeu resolver o problema. Promessas sempre tiveram, o grande problema é o cumprimento das mesmas.

O entrevistado é responsável pela área de evacuação das águas e diz estar cansado de viver sempre o mesmo dilema. A moto-bomba que têm, disponibilizada pela Casa Militar, está cansada e já não aguenta. Os gastos são constantes para a compra de gasolina.

O modo como são tratados, dizem, dá a entender que não são cidadãos angolanos, segundo Dona Pancha, pois, desde 2007 até à presente data anda a pedir por socorro e "a Administração não se preocupa". Para ela, o administrador não pode dizer que no Buraco vivem ratos e não pessoas, "porque na altura das eleições estiveram neste mesmo Buraco a pedir que votássemos".

Tudo o que querem é sair daquele bairro, porque mesmo que coloquem esgotos ou usem moto-bombas, o problema não será resolvido. Pedem que, pelo menos, lhes seja entregue um terreno para construírem novas casas.

Em frente à casa de Dona Pancha tem uma lagoa que "nunca secou", ela luta com os mosquitos e lembra que no ano passado técnicos da Administração deram a cada família um mosquiteiro. "Numa casa em que vivem sete pessoas um mosquiteiro, vamos dormir como?" questiona. Já a preocupação da moradora Arnélia Da Silva é onde vai dormir, porque a sua casa continua inundada.

7.2 Dezenas de famílias em risco de desalojamento resultante da requalificação da Baía Farta

Jornal O PAÍS
1 De Março de 2018
Texto: Zuleide de Carvalho

A administração municipal, por decisão do responsável máximo, José Ferreira, deu à proprietária da porção de terra no bairro Santa Catarina, onde vivem cerca de 100 pessoas, um ultimato: que em 90 dias o espaço deve ter boa apresentação.

Em consequência disto, a dona do espaço informou aos inquilinos de longa data que terão de abandonar as casas, para que ela possa cumprir a directriz da Administração e fazer obras que dêem bom aspecto à rua.

As casas em vias de demolição encontram-se à beira da estrada, numa das ruas asfaltadas do bairro Santa Catarina, situado no município da Baía Farta. Os moradores têm décadas das suas vidas passadas naquele bairro, viram, com o tempo, o avanço da degradação das casas e não conseguiram mudar -se por falta de dinheiro.

Os habitantes, atormentados por saberem que têm menos de três meses para abandonar o local, vêem-se sem sítio para morar e mostram-se revoltados com o administrador.

Residente na área desde 1999, Manuel Carlos, de 29 anos, é pescador e lembra que desde que se mudaram do Lobito para Santa Catarina, na Baía Farta, sempre pagou a renda, tendo parado há dois anos por indicação da senhoria, ao reconhecer que as casas estavam a deteriorar-se.

Outra é a 'senhora Salomé, que disse ter 4S anos, todavia, a sua aparência faz crer que esteja na casa dos 60 anos, está desempregada há 7 anos, sobrevive da solidariedade dos vizinhos que lhe dão alimentos. Sofre de uma mazela na perna direita, há 7 anos, que lhe dificulta a locomoção.

Habitando na casa em escombros há 13 anos, nunca pagou renda. Sem saber o que fazer perante a ordem de despejo, com 90 dias para abandonar o seu refúgio, pergunta: "vou ficar onde? Na rua?"

Administrador chama casas de "cubatas"

José Mário, de 23anos, é outro morador na mesma situação, nasceu, cresceu e sempre viveu nas casas que estão prestes a desabar. Disse que a administração teve um encontro com os moradores, tendo avançado que têm de sair daquele lugar porque dava uma péssima imagem e má reputação ao Estado.

Entretanto, tinha ficado, naquela reunião, a promessa de serem indemnizados, mas houve mais tarde uni segundo pronunciamento da Administração que dava conta de que os terrenos para realojar a comunidade, outrora supostamente gratuitos, custam 47 mil Kwanzas cada, dinheiro que os populares não têm.

O munícipe Mário explicou que há idosos e deficientes físicos a habitar naquelas moradias há décadas. Hoje, não têm forças para começar do zero e construir casas em terrenos que não podem comprar.

Perante esse desespero, expressado ao dirigente municipal, de acordo com o que narrou, o administrador tê-los-á rebaixado, chamando as suas casas de "cubatas". Os lesados contaram a O PAÍS que tiveram ainda três encontros, com a filha da proprietária do terreno e membros da administração municipal, tendo o administrador estado presente em dois.

"Não falo com delinquentes" Questionado sobre os diálogos colectivos que terá tido com os habitantes da área sob ordem de despejo iminente, José Ferreira, administrador municipal da Baía Farta, não aceitou gravar a entrevista.

Apesar disso, prestou um esclarecimento, declarando ser falsa a afirmação dos queixosos. Negou ter conversado com os munícipes em questão, justificando-se dizendo que "não fala com delinquentes". Quanto às condições em que os seus munícipes habitam' alegou que "vivem em cubatas". Logo, pretende "requalificar a área, em risco há pelo menos 10 anos".

Lotes de 2Ox25m custam 27.500Kz

Ireneu Sapupole, enquanto secretário em exercício da Administração, esclareceu que as negociações são exclusivas entre a proprietária do espaço e os moradores, descartando assim a envolvência da Administração.

O território que prevêem ceder, tem lotes de 500m2, de.20x25m, a 27.500,00 Akz. A seu ver, com estes lotes, os populares poderão cons- truir casas condignas, ao invés de continuarem "em cavernas".

Não se sabe, ao certo, quantos cidadãos afectados são, mas relativamente à responsabilização enquanto Estado, o secretário Ireneu disse que "nós, Administração, não exigimos nada a nenhum popular. Demos ao proprietário do imóvel um prazo de 90 dias para que mantenha aquele espaço mais condigno".

7.3 Desfavorecidos recebem terrenos e residências

Jornal de Angola
4 De Março de 2018
Texto: Domingos Mucuta

A Administração Municipal do Lubango, na província da Huíla, esta a distribuir terrenos gratuitamente, e a atribuir algumas residências a cidadãos que residem em zonas consideradas de risco em bairros periféricos da cidade, informou a imprensa o administrador municipal.

"A maioria dos cidadãos residentes nas zonas de risco não tem recursos para construir casas em espaços seguros, daí a intervenção da Administração Municipal neste sentido", disse Francisco Barros, para acrescentar que, "muitas famílias residem nas linhas de agua, em margens de rios, riachos, por baixo de postos de energia de alta tensão, em zonas identificadas para projectos rodoviários e em outras áreas proibidas".

"Por isso", acrescentou Francisco Barros, "Administração Municipal do Lubango esta a apoiar algumas famílias desfavorecidas com terrenos grátis em zonas urbanizadas e, nos casos mais extremos", esta a atribuir casas nas urbanizações da Eywa".

7.4 DISTRIBUIÇAO DE TERRENOS COM FISCAIS SERIOS

JORNAL DE ANGOLA
5 De Março de 2018

O governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, anunciou, para breve, a entrega de parcelas de terrenos às famílias que foram afectadas pelas últimas chuvas. Um beneficiário é Diogo Miguel António, que perdeu um casal de gémeos, em consequência das enxurradas, no bairro Belo Monte, em Cacuaco.

A iniciativa é louvável, mas importa lembrar, ao senhor Governador, que todo o esforço que se faça, com vista à melhoria das condições e qualidade de vida das populações, deve ser com acompanhamento. Sabemos que o Governo Provincial de Luanda tem feito vários esforços com vista a minimizar os problemas dos cidadãos.

Lembramos a construção do Zango, que viria acudir os populares da Boavista, que se encontravam em zonas de risco. Esta atenção estendeu-se a outros bairros, como ilha de Luanda, Cazenga, enfim. Sabemos que muitos destes processos e de outros, como a entrega de lotes de terrenos para construção dirigida, em muitos casos, não chegavam aos reais beneficiários.

Chamamos aqui a atenção do senhor Governador para este aspecto, de forma a organizarmos Luanda. Outro senão é que se cortem, logo de início, as construções que se vêm disseminando um pouco por toda a província e de forma desordenada.

Os novos bairros que crescem em Luanda são, na sua maioria, em zonas fundiárias, sem qualquer preparação para construção dirigida. Os nossos técnicos de engenharia devem juntar-se a esta causa.

7.5 Nova esperança leva moradores ao desespero

Jornal LUANDA
5 De Março de 2018
Mazarino da Cunha

O Bairro Nova Esperança Camama 2 e a Centralidade do Kilamba são duas localidades vizinhas, que partilham o mesmo acesso e localização geográfica. Mas os seus habitantes têm sonhos e histórias do dia-a-dia completamente diferentes. Enquanto Inácio Joaquim, morador do Kilamba, pensa em colocar a filha numa escola de "Ballet", na Nova Esperança Cama ma 2, António Muhongo clama por escolas e acesso à água potável e energia eléctrica. Duas realidades sociais distintas, a dois passos de distância.

O bairro Nova Esperança Camama 2 existe há mais de 48 anos. O mais venho António Muhongo, presidente da Comissão de Moradores, conta que os primeiros habitantes da zona eram camponeses que residiam em cubatas feitas de pau, terra e coberta de capim.

Morador do Bairro desde 1970, ele diz estar cansado de escrever cartas para à EPAL e à ENDE, no sentido de resolver o problema da falta de água e de energia eléctrica.

"O meu sonho é ver água potável a jorrar nas nossas torneiras e ter urna escola", disse. Em respostas as várias cartas enviadas, segundo António Muhongo, estas duas empresas públicas garantem que a qualquer momento poderão aparecer para instalar esses serviços.

"Nenhuma das cartas teve efeito prático para a comunidade. Eles dizem apenas para aguardarmos, que, tarde ou cedo, vão aparecer para colocar a energia e a água", explicou.

António Muhongo frisou que o seu povo vive num desespero, causado pela profunda miséria, há mais de 40 anos. Os moradores, na sua maioria camponeses, reclamam do não pagamento de parcelas de terras vendidas à Soníp, na altura da construção da centralidade do Kilamba.

"Eu mesmo vendi mais de 1.500 metros quadrados à Sonip e, até hoje, não pagam. Dizem que o dia do pagamento vai ser anunciado na imprensa. Até hoje não acontece", lamentou.

Ao contrário de António Muhongo, Rosária Moreira, outra moradora vinda do Golf 2, já não quer sonhar. "Estou desesperada e irritada. É demais a vida que levamos", desabafou. Por cada recipiente de 20 litros de água, Rosária paga 30 kwanzas. A situação, segundo ela, toma contornos alarmantes, quando o marido e a esposa são desempregados. "Nesses casos, ter 30 kwanzas para comprar água é ouro", lamentou.

Com aproximadamente 5.556 habitantes, o bairro Nova Esperança Camama 2 também não tem saneamento básico, escola, centro médico e possui um considerável número de crianças não registadas. "Temos filhos em idade escolar que não estudam por falta de escolas", disse Rosária Moreira.

Com a construção de uma nova via de acesso à centralidade do Kilamba, os moradores vivem agora o trauma dos constantes atropelamentos, devido' a inexistência de quebra-molas, iluminação pública e ao excesso de velocidade dos automobilistas.

Moradora há mais de seis anos, Rosária Moreira diz que todo o sofrimento existente na província de Luanda está localizado no bairro Nova Esperança, onde, quando chove, vivem momentos dramáticos.

"A preocupação do Governo de Luanda é com os moradores da centralidade do Kilamba. Há muito que fomos esquecidos",lamentou.

NÃO HA ESCOLA;

HA CAÇA AOS PASSAROS

Sentados no chão, num beco entre quintais de chapas de zinco estavam Julinho Afredo, Betilson Silva e mais um amigo, todos com 8 anos. Nenhum dos três está registado e não estudam. A falta de escolas e de registo compromete o futuro das três crianças.

Em palavras soltas gramaticalmente, Julinho Alfredo disse: "mô pai nu tem dinhero pra me dar documento e escola. O papá nu trabalha", disse o menino, enquanto afinava a sua fisga para ir à caça de passarinhos nos arbustos à volta do bairro.

Nos instantes em que o Luanda, Jornal Metropolitano, conversava com os três rapazes ouviam-se vozes por alto. Era uma discussão entre senhoras, com filhos ao colo. Também sentadas no chão, tal como os rapazes, as mulheres chamavam-se nomes. As mesmas estavam ao lado da casa do presidente da Comissão de Moradores. O mais velho António Muhongo, que, em poucos minutos, descreveu sobre as dificuldades e as lendas do bairro Nova Esperança.

A maior parte dos jovens ali residentes são desempregados e, como resultado, a delinquência e a prostituição estão em alta.

Uns passam o dia sentados à beira da estrada e em becos tortuosos, enquanto outros encontraram na actividade de lavagem de carros o seu ganha pão.

As raparigas perdem-se no álcool e na prostituição. Elisabete Pimenta, 14 anos, passa o dia a beber. "Aqui, me cuia bué. Estou sempre com o meu parceiro e gostamos de fazer tudo", disse, sem tabus, acrescentando que, "mesmo a viver em casa de chapa, a nossa vida vai bem".UMA REALIDADE DIFERENTE

Inácio Joaquim é um dos moradores da centralidade do Kilamba. Vive num apartamento do tipo T3. Tem água e energia. Muito próximo da sua casa funciona uma escola do Segundo Ciclo. Inácio Joaquim disse que tem um grande sonho: "ver a sua filha de 5 anos frequentar uma escola de Balé." A centralidade começou a receber os seus primeiros habitantes em finais de 2011.

Inácio Joaquim é técnico de informática de uma empresa privada. Ele sublinha que a sua vida e da sua família tomaram um novo rumo, desde que começou a residir na centralidade do Kilamba. "Quase todos os serviços estão disponíveis para os moradores", realçou.

7.6 Fazendeiro refuta informações do relatório da UNITA sobre terras

Novo Jornal
9 De Março de 2018
Texto: Borralho Ndomba

O fazendeiro Mayaya André Filho, acusado de expropriar terras de cerca de 200 famílias na localidade de Njila Ngola, na província do Uíge, refuta as declarações proferidas pelos deputados do grupo parlamentar da UNITA que apresentaram um relatório-síntese sobre a visita de trabalho efectuada na comuna de Vista Alegre, município do Quitexe.

O empresário, acompanhado do seu advogado, apresentou ao Novo Jornal a documentação que comprova ser o legítimo proprietário do espaço em litígio.

Segundo os deputados do maior partido da oposição, o empresário, sem nenhum contacto com as populações, começou a destruir as lavras dos populares, utilizando um tractor.

Ainda de acordo com os parlamentares, Mayaya André Filho justifica a sua atitude, alegando ser o proprietário de 1000 hectares de terra concedidos pela administração municipal, com o conhecimento do governador provincial, à época Paulo Pombolo, que actualmente goza de imunidade pelo facto de ser deputado.

Por esta razão, conta a UNITA, "o referido empresário manda prender, torturar e promete matar quem entrar para o interior da, agora, sua fazenda".

Para inverter a situação, "os habitantes da aldeia, com o regedor, o soba e o coordenador do CAP 100 do MPLA à cabeça, resolveram lutar pelas suas vidas, suas lavras, suas culturas, sua aldeia, sua herança cultural e pelo cemitério onde estão enterrados os seus ancestrais há mais de um século".

O relatório da UNITA, ao qual o NJ teve acesso, descreve que o rosto comum "destas populações é de sofrimento e de terror, resultantes das situações por que passam desde o ano de 2016".

De acordo com os relatos dos deputados do partido do "galo negro", todos os camponeses que tentaram reivindicar as suas propriedades foram presos pela Polícia Nacional, e entre os camponeses detidos constam uma criança de dois anos e um idoso de 65.

"Os camponeses são mesmo impedidos de aceder às suas lavras, sob pena de morte, já que a extensão de terra ocupada pelo suposto empresário é protegida por guardas armados. Aliás, a delegação parlamentar foi aconselhada a não entrar demasiado para o interior do espaço, para evitar, segundo os guias, situações desagradáveis (disparas de armas de fogo pelos guardas)", explicaram.

Mayaya André Filho alegou que o relatório dos deputados da UNITA está mal feito e afirma que os parlamentares não ouviram a sua versão. "O que está no relatório dos deputados e o que está a ser divulgado noutros jornais é tudo mentira".

"Não tenho poder nenhum de pôr alguém na cadeia. Eles, os deputados, invadiram a fazenda. Um Parlamento bem bonito que gastou muito dinheiro do Estado e ter seus deputados agirem daquela forma é lamentável", reagiu.

O empresário alega que quando adquiriu espaço encontrou somente uma comunidade, a de Kissala Funda, e o sobado da mesma aldeia é quem lhe cedeu o espaço de mil hectares. "Quando me foi cedido o lugar, não havia problema nenhum. Quando cheguei onde está a fazenda, havia apenas três ou quatro casas de caçadores. Agora é que está a crescer como bairro

que estão a chamar de Njila Ngola, não era bairro e nunca foi aldeia antiga", contou a sua versão.

O fazendeiro também nega que está a fazer exploração ilegal de madeira.

"Tenho aqui as licenças de exploração de madeira de 2016 e 2017, passada pelo IDF. Mas ainda dizem que estou a destruir a madeira. Isso é tudo mentira", afirmou.

7.7 CASA-CE defende realojamento dos cidadãos

Jornal de Angola
10 De Março de 2018

A necessidade de realojamento dos cidadãos que habitam em zonas de risco, por formas a salvaguardar vidas humanas, foi defendida ontem, em Luanda, pelo presidente da Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE). Abel Chivukuvuku deslocou-se ao bairro Vila Flor, distrito urbano do Tala Hadi, município do Cazenga, em Luanda, para se inteirar das condições em que vivem os cidadãos, ao redor da subestação de energia eléctrica, colocada pela ENDE. Em declarações à imprensa, Abel Chivukuvuku defendeu que estes cidadãos e outros que habitam em zonas de risco devem ser desalojados e colocados em outros pontos, por forma a garantir a segurança dos mesmos. "O fundamental é perceber e compreender os problemas dos cidadãos", disse o político, realçando que o Executivo deve optar por soluções favoráveis.

O líder da CASA-C E, que na visita fez-se acompanhar de deputados e membros do Conselho Presidencial da Convergência alertou que os cidadãos que habitam ao redor da subestação correm risco de vida, devido a proximidade dos cabos de energia de alta tensão. A subestação de energia eléctrica foi montada há mais de quatro anos, pela Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE). Cazenga, conta com seis distritos urbanos, nomeadamente, Tala-Hadi, Hoji Ya Henda, Cazenga, 11 de Novembro, Kima-Kieza e Calwenda.

7.8 Deputados indignados com a destruição de campos agrícolas no Uíge

Jornal OPAÍS
10 De Março de 2018
Texto: Iracelma Kaliengue

A acusação foi feita pelo deputado Joaquim Nafoya, em conferência de imprensa, quando fazia o balanço de uma visita de deputados da UNITA, por si liderados, àquela localidade, no dia 2 do mês em curso.

Os parlamentares apuraram, junto da população, que as lavras dos cidadãos foram destruídas e que os mesmos estão impedidos de se aproximarem dos terrenos.

Joaquim Nafoya considera que atendendo ao volume de depoimentos apresentados pela população e constatados pela sua delegação, integrada pela deputada Clarice Mukinda e pelos assessores, Figueiredo Mateus e Manuel Mumbica, a situação configura "um verdadeiro conflito de terras".

Acrescentou que os deputados concluíram que decorre no terreno uma efectiva expropriação ilegal de terras, com base no que a Constituição da República de Angola prevê, no nº 2, do artigo 37º.

Silêncio das autoridades Joaquim Nafoya disse ter-se verificado um silêncio por parte das autoridades administrativas locais e uma clara cumplicidade da polícia, que ao invés de manter a ordem e tranquilidade públicas, "colocou-se ao serviço do suposto empresário", declarou.

No rescaldo da ocupação dos terrenos agrícolas com plantações de mandioca, milho, feijão, batata-doce e outras culturas, todos os que reivindicavam as suas propriedades foram detidos.

Segundo a fonte, entre os camponeses detidos constam uma criança de 2 anos e um idoso de 65, Joaquim Rodrigues, tendo os campos sido ocupados.

Em consequência dessa ocupação, segundo a fonte,

os camponeses passam necessidades acrescidas para o sustento de suas famílias, porque estão a ser impedidos de aceder às suas lavras, sob pena de morte, segundo alegam os camponeses. A extensão de terra foi ocupada por um suposto empresário, e está a ser protegida por guardas armados, segundo ainda deputado Joaquim Nafoya.

A população de Njila Ngola é essencialmente camponesa, prática uma agricultura de subsistência, cultivando mandioca, batata-doce, feijão, ginguba, citrinos, entre outros.

Existe há pouco mais de 100 anos, e com cerca de 200 famílias, a aldeia de Njila Ngola está situada à sul da comuna de Vista Alegre, município do Dange-Quitexe, província do Uíge, ao longo da estrada nacional número 100.

7.9 Fazendeiro desmente acusações da UNITA

Jornal de Angola
10 De Março de 2018
Bernardino Manje

O fazendeiro Mayaya André Filho é acusado por deputados do grupo parlamentar da UNITA de expropriar terras de cerca de 200 famílias na localidade de Njila Ngola, no município do Quitexe, Uíge, mas aquele nega todas as acusações e promete processar os deputados do maior partido na oposição, pelas falsas acusações.

O grupo parlamentar da UNITA produziu um relatório síntese sobre a visita de trabalho efectuada a localidade, depois de ter sido mandatada para constatar no local as denúncias contidas numa carta supostamente endereçada pela população daquela aldeia.

De acordo com o relatório com a data do dia 27 de Fevereiro e a que o Jornal de Angola teve acesso, a delegação da UNITA, composta pelos deputados Joaquim Nafoia e Clarice Mukinda e pelos assessores Figueiredo Mateus e Faustino Mumbika, a população de Njila Ngola terá denunciado a devastação das suas lavras por parte de Mayaya André Filho, a quem acusam, igualmente, de ter ameaçado a destruição da aldeia.

Os populares, segundo ainda a UNITA, acusam, também, o fazendeiro de fazer o plantio de canábis, vulgo liamba, numa superfície de cinco hectares, bem como a exploração ilegal de madeira.

Os deputados da UNITA pretendem da a conhecer o caso à direcção da Assembleia Nacional o caso, à Provedoria de Justiça e algumas instituições do Executivo, estranham o suposto silêncio das autoridades administrativas locais e a inversão do papel da Polícia que, no lugar de manter a ordem e tranquilidade públicas colocou -se ao serviço do fazendeiro. Isso, de acordo com os parlamentares, pode indiciar suborno, como indicaram as populações.

Reacções do fazendeiro

Em declarações ao Jornal de Angola, Mayaya André Filho refutou todas as acusações do grupo parlamentar da UNITA e ameaçou processar os deputados deste partido por terem invadido a sua propriedade e feito falsas acusações.

"No mínimo, eu devia ser notificado como proprietário da fazenda. Não fui tido nem achado. Eles ouviram apenas a versão de certas pessoas", lamenta o fazendeiro, desconfia também que as autoridades locais e policiais não foram informadas sobre a entrada dos deputados da UNITA na sua propriedade.

Mayaya André Fílho queixa-se do tempo em que está parado sem poder produzir e avisa que a bancada parlamentar da UNITA vai ter de indemnizá-lo, pelo tempo de inactividade. "Eles vão ainda ter de pedir desculpas públicas pelas falsas acusações", afirmou o fazendeiro, que se mostrou bastante chateado pelo facto do seu nome estar a ser mal falado, inclusive nas redes sociais.

Mayaya André Filho deixou claro que não expropriou ninguém. O fazendeiro alega que quando adquiriu espaço encontrou somente uma comunidade, a de Kissala Funda, e o sobado da mesma aldeia é quem lhe cedeu a parcela de mil hectares.

O fazendeiro negou, também, que seja produtor de canabis. "Mas eles acham que o banco vai emprestar dinheiro a alguém para produzir liamba?", questionou Mayaya Filho, que desafia os deputados da UNITA a mostrarem as plantações daquele tipo de estupefaciente e quem foi que os mostrou, pois garante que nenhum dos seus 18 funcionários fez esse papel.

Mayaya André Filho admitiu que produzia madeira, mas apenas no perímetro da sua fazenda. Ao Jornal de Angola, o fazendeiro apresentou a documentação que lhe perrnitia exercer aquela actividade. "Estou legal e pago impostos. Tenho cá comigo o certificado de produção e a licença de exploração florestal 28/UG/IDF/201T", exibiu.

A administradora municipal do Quítexe, Maria Odeth Tavares, diz que não há expropriação de terra na área sob sua jurisdição. Em declarações ao Novo Jornal, Odeth Tavares assegurou que o caso está a ser resolvido a nível do Governo Provincial, que está a encontrar mecanismos para resolver o conflito sem causar danos entre as parte.

A administradora diz que o espaço em disputa foi atribuído ao fazendeiro, que está a explorá-lo. Além disso, acrescenta, tem todos os documentos de base, e com eles deu os passos subsequentes.

7.10 Disputa de terrenos do estádio 11 de Novembro começa a ser dirimida hoje

Jornal OPAÍS
13 De Março de 2018
André Mussamo

Ana Paula Sacramento desloca-se esta manhã à catedral do futebol angolano em companhia dos ministros do Interior, da Construção e Urbanismo, do vice-governador de Luanda para a Esfera Técnica e do representante do Instituto Provincial de Gestão urbana de Luanda, IPGUL.

A visita cuja missão é "avaliar as reclamações da empresa Urbinveste que assume ser a proprietária dos terrenos adjacentes ao estádio" será igualmente presenciada por representantes daquela empresa do sector privado angolano, refere uma fonte conhecedora do dossier.

Tal como referido na reportagem de Novembro o "retalho" dos terrenos continuou, mas a parte oculta era apurar na altura a identidade de quem liderava o projecto.

O vasto espaço delimitado do estádio 11 de Novembro com um muro de vedação à sua volta em alvenaria e pintado em creme está a ser "retalhado" no seu interior.

Na ocasião foi possível vislumbrar novos muros que "confinavam" o estádio 11 de Novembro a um espaço reduzido.

Por sua vez, o novo muro no interior do recinto era subdividido em pequenas parcelas, um facto indiciador da existência de novos projectos.

O director do Estádio 11 de Novembro, Miguel Xisto, abordado pelo OPAÍS, admitiu a existência da obra que supunha ser uma iniciativa do proprietário para "fazer nascer novas infraestruturas que seriam agregadas ao estádio".

Miguel Xisto revelara que "não conhecia o autor da iniciativa de retalhar o perímetro do estádio", mas estava seguro que não era o se um ministério.

O responsável revelou na altura que não lhe passara pela mesa de trabalho (nem que seja para conhecimento) qualquer projecto para ampliar serviços ou erguer surgir novas obras na infra-estrutura. "Sabemos das obras mas nada passou por nós", referiu Xisto em entrevista exclusiva a O PAÍS em Novembro.

Na mesma altura, e em busca de esclarecimento, OPAÍS contactou uma fonte do Ministério da Construção que garantira também nada ter a ver como que se passava no perímetro do estádio 11 de Novembro. "Como pode ver, o ministério construiu a infra-estrutura e de imediato entregou-a ao departamento de tutela. Se tivermos de lá voltar, deverá ser para uma manutenção ou coisa parecida. Por enquanto, não temos nada a ver com o que se passa", disse na altura a nossa fonte.

Uma longa novela

OPAÍS descobriu ainda que um grupo de camponeses alegava não ter sido justamente "ressarcido" pela titularidade do espaço que alegavam possuir. Diz-se que este grupo de camponeses reclama do estado "justa indemnização".

Terá sido por estas favas mal contadas que o pavilhão Arena foi, a última hora, deslocado para nova zona quando a intenção inicial era acoplá-lo ao 11 estádio de Novembro criando como que um complexo desportivo.

Por altura da construção daquelas infra-estruturas desportivas, um grupo tomado pelo oportunismo e com o simples propósito de "extorquir" recompensas do estado, "procurou inviabilizar os projectos" ora erguendo casebres e reclamando uma titularidade que nunca conseguiram provar.

Em Novembro, não foi possível apurar a identidade de quem reclamava a titularidade dos terrenos. Hoje, sabe que trata-se da empresa Urbe investe, cuja directora -geral é Isabel dos Santos, segundo uma notícia pública no site da Angop, a 14 de Abril de 2016. Trata-se da mesma proponente do plano

metropolitano que se propõe requalificar a cidade de Luanda.

7.11 Amiguismo e compadrio permitiram açambarcamento dos terrenos do estádio 11 de Novembro

Jornal O PAÍS
14 De Março de 2018
Texto: André Mussamo

Desde já, estão suspensos os trabalhos de qualquer índole no perímetro adjacente ao Estado 11 de Novembro, até à conclusão dos trabalhos de uma comissão multissectorial a ser brevemente constituída.

A decisão foi tomada, ontem, depois da visita conjunta dos ministros da Juventude e Desporto, Interior e Construção e Urbanismo. A comissão está encarregue de verificar todo o dossier e analisar caso a caso, à luz do idealizado pelo Estado por altura da concepção do projecto da infra- estrutura desportiva.

Ponderados e analisados todos os argumentos apresentados pelos dois grandes intervenientes na ocupação de terrenos no perí- metro adjacente ao Estádio 11 de Novembro, o consórcio BPC/ ABC e a empresa Urbinvest, a reunião concluiu que o interesse público deve ser salvaguardado. A descrição feita pelo director do estádio, Miguel Xisto, é simplesmente "desoladora". O alto funcionário do MINJUD reiterou que "partes" do estádio estão sob controlo de entidades "desconhecidas", as quais, ao longo do seu depoimento evitou mencionar, refugiando-se no argumento segundo o qual trata-se de factos anteriores à sua entrada nas funções.

Segundo Xisto, dos 8 portões de acesso ao estádio, apenas 3 estão ao serviço da infra-estrutura, um facto que representa um perigo e uma violação às regras estabelecidas para a gestão de concentrações de multidões. "A FIFA estabelece regras que estamos a violar. A situação no 11 de Novembro está completamente desequilibrada em termos de gestão de emergências e ou evacuações'" referiu o responsável.

A própria ministra viveu uma situação caricata, ao não ter conseguido chegar ao local onde se encontra o Posto de Transformação de Electricidade, pelo facto de o equipamento, embora pertença ao estádio, está instalado no perímetro vedado pela Urbinvest.

O heliporto, os campos adjacentes e o viveiro de produção de relva, estão igualmente"sequestrados" em espaços privados, apesar destes serem adstritos ao 11 de Novembro. Miguel Xisto denunciou ainda que os restantes portões estão igualmente sob controlo da mesma empresa.

A ministra Ana Paula Sacramento garantiu que a "anomalia" que se verifica naquela imponente infra-estrutura tem os dias contados, assim como em todos os estádios, pavilhões e piscinas construídas com fundos públicos.

A titular do pelouro advoga que todos os equipamentos do género devem estar ao serviço do desporto, beneficiando praticantes e apreciadores, porque essa é a sua finalidade.

A representante da Urbinvest, Neusa Inglês, num depoimento descrito como de "muita palha e pouco grão", foi incapaz de determinar o nível de participação da sua empresa no perímetro do estádio.

Segunda a mesma, a Urbinvest entrou no perímetro para"defender" os terremos de uma eventual ocupação anárquica, onde construiu um muro de vedação. O que não se entende, é o facto de o Estádio 11 de Novembro já possuir um muro de vedação, enquanto o da Urbinvest foi construído no interior do primeiro.

Neusa Inglês, directora de produção da Urbinvest afirmou, no final da reunião, que acabava de participar de um encontro com diversos titulares de pastas ministeriais para "averiguar o tipo de utilização e manutenção do estádio". Disse que a sua empresa não possui obras no perímetro e que a sua intervenção ocorre à margem do mega projecto "Plano Metropolitano de Luanda" liderado pela empresária Isabel dos Santos.

"A Urbinvest veio verificar quais são as medidas a serem tomadas para a devida utilização do estádio em harmonia com os terrenos privados", revelou Neusa Inglês.

Questionado sobre os meandros que permitiram a Urbinvest obter terrenos no perímetro do estádio, a representante declarou: "Não posso responder esta questão". Face à insistência dos jornalistas, a senhora simplesmente abandonou a entrevista a meio, deixando assim muitos questionamentos sem a devida resposta.

7.12 Construções na Praia Morena em Tribunal

Jornal O PAIS
16 De Março de 2018
Texto: Zuleide de Carvallio

A audiência está marcada para as 8h30, na Sala do Cível, do Tríbunal Provincial de enguela e foram notificados os queixosos, embargantes, testemunhas, e a empresa privada que, segundo constou, não respondeu à notificação legal.

O Tribunal dá resposta à providência cautelar que requer o embargo da construção, de carácter definitivo, que começou a ser edificada nas areias da Praia Morena, numa parcela conhecida como Pequeno Brasil, em Janeiro.

Porque o acesso à praia tem sido, há anos, usurpado aos cidadãos, um pouco por toda a costa de Benguela, chegou a altura de a sociedade dizer "basta", lutando agora pela zona balnear Pequeno Brasil. Um jurista, um arquitecto, um engenheiro ambiental, uma escritora e dois jornalistas, figuram na lista dos queixosos, por não terem obtido resposta ou acção, respectivamente, por parte da administração municipal e do governo provincial.

Devido à agitação social que este tema suscitou na cidade das acácias rubras, O PAÍS remeteu uma carta ao governador provincial, Rui Falcão, a 8 de Fevereiro, pedindo-lhe um pronunciamento. Até ao fecho desta edição, aquele responsável não respondeu ao pedido.

Entretanto, o více-governador da província, Leopoldo Muongo, sobre o assunto, em declarações à Rádio MFM, disse que um grupo técnico foi constituído para "estudar o projecto apresentado à administração, para que sejam conhecidas as suas características e as contraversões que cometem contra o ambiente". Quanto ao facto de não se ter procedido à uma avaliação global, antes de passar - se a licença de construção de um ginásio à favor da empresa "E & FitnessGym", na praia do Pequeno Brasil, reconheceu ter faltado uma consulta mais acuidade por parte da administração.

Para o futuro, declarou que o governo pretende "ver mais a fundo, e compreender se efectivamente o licenciamento foi feito já observando isto tudo, e se houve o engajamento das pessoas".

Sendo a praia para todos, o vice-governador Muhongo admitiu que deveriam ter comunicado previamente à população, para evitar o tipo de reacção como aquela que obrigou que o caso fosse parar às barras do Tribunal.

Recorde-se que especialistas na matéria entrevistados por este jornal, defendem que a Administração Municipal de Benguela não deveria ter licenciado a obra em questão. Felisberto Amado, arquitecto, condena tais construções em plena areia da praia, por violar a legislação e os princípios da arquitectura. Enquanto, para o engenheiro ambiental, Isaac Sassoma, dado o impacto provocado ao meio, considera tal obra um "crime ambiental".

7.13 Não há ocupação anárquica, mas há uma ocupação identificada

Novo Jornal
16 De Março de 2018
Texto: Eduardo Gito

É um problema antigo, várias vezes alertado pelos amantes do futebol. Finalmente, na terça-feira, 13, um grupo de três ministros deslocou-se a Camama a fim de apurar as construções em curso no espaço adjacente ao estádio 11 de Novembro. Ana Paula Sacramento, ministra da Juventude e Desportos, Ângelo da Veiga Tavares, do Interior, e a titular da pasta do Ordenamento do Território e da Habitação, Ana Paula de Carvalho, reuniram-se para colocar ordem nas ocupações identificadas dos terrenos adjacentes.

De acordo com uma fonte do NJ, em causa está a titularidade de alguns terrenos, postos em causa pela empresa Urbeinvest Projectos Imobiliários, detida maioritariamente por Isabel dos Santos.

"A empresa, cuja sócia maioritária é Isabel dos Santos, foi convidada para fazer algumas obras, bem como proceder à vedação do muro do mesmo recinto, ocupou alguns terrenos e tem estado a intitular-se como sua proprietária, quando estes estão dentro do espaço que o Governo cedeu para a construção do estádio", confidenciou a fonte.

A Urbeinvest projectos Imobiliários é uma das empresas que esteve presente na construção de algumas áreas do estádio, depois de a mesma ter sido seleccionada pelo extinto Ministério da Construção e Obras Públicas.

Para Manuel Xisto, responsável pela gestão do 11 de Novembro, o estádio "não ocupou terrenos que não lhe pertencessem, tendo sido construído numa área que o executivo entendeu que servia para a sua edificação. É um erro dizer que o estádio tenha ocupado seja o que for".

"Não há ocupação anárquica, mas há uma ocupação identificada. Se realmente os terrenos do perímetro do "11 de Novembro" foram ocupados anarquicamente ou até mesmo legalmente, eles não reúnem as condições para serem infra-estruturas desportivas", esclareceu.

O gestor afirmou que a urbeinvest Projectos Imobiliários foi convidada pelo MINJUD para a construção dos muros, mas "não é a responsável" pela obra, enquanto a ABC-Holding é uma empresa parceira do estádio, encarregue da gestão comercial.

«o estádio deve obedecer às regras da FIFA e da CAF»

Na ronda efectuada ao local, Ana Paula Sacramento reconheceu a existência da ocupação de espaços, mas prometeu repor a legalidade. "O estádio deve obedecer às regras da FIFA e da CAF. As coisas não devem continuar conforme estão, porque estão em causa vidas humanas e temos de cuidar delas", afirmou.

Os integrantes da delegação ministerial ficaram surpresos com a dimensão dos espaços privatizados pela empresa Urbeinvest Projectos Imobiliários e pela ABC-BCP, anterior gestora do perímetro.

"Há, por exemplo, uma obra a ser edificada na entrada principal. O estádio não pode estar circundado desta forma. Deve ter as saídas e entradas conforme as recomendações da FIFA e da CAF. As coisas não devem continuar conforme estão. Em causa estão vidas humanas", disse a ministra.

Urbeinvest promete colaborar Neusa Inglês, representante da empresa que contesta a pertença dos terrenos, garantiu colaboração e o cumprimento das instruções que forem dadas para a reposição da verdade. "Vamos colaborar e trabalhar com a comissão criada", prometeu.

Quanto à vedação do muro e dos talhões, Neusa Inglês esclareceu que a mesma foi feita para prevenir a ocupação anárquica que acontecia no passado. Não há obras nossas por aqui, estamos a representar os projectos privados, de modo a encontrar soluções para a gestão, manutenção e o respectivo desenvolvimento", terminou.

7.14 Dezenas de casas demolidas em Benguela

Data: 16 de Março de 2018
Texto: João Marcos

Famílias que perderam as suas casas nas enxurradas de 2015 voltam a ficar ao relento

Dezenas de habitações foram demolidas no bairro Agostinho Neto em Benguela, deixando ao relento dezenas de famílias.

Entre estas encontram-se famílias vítimas das enxurradas de Março de 2015 que causaram pelo menos 70 mortos.

De acordo com relatos obtidos pela VOA no local, várias máquinas deitaram abaixo as suas moradias em obediência a uma ordem judicial requerida por um antigo membro do Governo de Benguela, apontado como proprietário de uma área total de 300 mil metros quadrados.

O administrador municipal de Benguela, Carlos Guardado, diz que não comenta situações que decorrem de decisões do tribunal.

Já o porta-voz do Comando da Polícia, super intendente-chefe Pinto Caimbambo, sugere a apresentação de queixas para os casos de agressões como foi referido por alguns dos habitantes.

O administrador da Catumbela, lulião de Almeida, assegura que programa de investimentos públicos para 2018 vai contribuir para a construção de habitações na zona dos Cabrais, onde se encontra a maior parte dos desalojados das enxurradas de 2015

7.15 Tribunal embarga obra no pequeno Brasil

Jornal O PAIS
21 De Março de 2018
Texto: Zuleide de Carvalho

Benilde Malé, juiz-presidente da Sala do Cível do Tribunal Provincial e Benguela, decretou Ontem o embargo da obra de construção de um ginásio na areia numa parcela da praia Morena, também conhecida por Pequeno Brasil.

Aos seis cidadãos benguelenses que intentaram a providência cautelar, em defesa de um direito colectivo e bem público, compete agora a decisão de partir para a acção principal, visando o embargo definitivo.

Após interrogar as testemunhas' na audiência de 16 de Março, e face às provas documentais.

Apresentadas pelo advogado de acusação, o juiz ditou a sentença a favor dos queixosos.

"Pelo exposto e porque provado, em nome do povo julgo procedente o presente procedimento cautelar de embargo (...) e, em consequência, ordeno a suspensão das obras que a requerida está a realizar", lê-se no acórdão

O processo de embargo será realizado às 10 horas da manhã de Quinta-feira. A primeira sessão foi realizada na última Sexta-feira, na qual foram ouvidos os queixosos e os advogados da empresa que alega ser proprietária do terreno público.

Nessa ocasião, um dos advogados de defesa da referida empresa pediu a anulação da sessão, apresentando argumentos que não convenceram o juiz da causa, tendo este a recusado de imediato.

O defensor solicitou ao juiz Benilde Malé que cancelasse o julgamento, alegando que o nome notificado judicialmente não é o nome da empresa, mas sim "uma questão de Marketing", criado pela empresa, para o ginásio.

Alegada manobra düatória

Este fundamento, classificado de mera manobra dilatória, provocou alvoroço na sala de audiência.

Por conseguinte, o advogado fundamentou que, em seu entender, não deveria haver audiência ou processo porque, nesse caso, ter-se-ia de julgar "o Marketing", que não é pessoa nem empresa, logo, não pode ser julgado.

Ao que o juiz respondeu que, para reclamações ou esclarecimentos tiveram da data de notificação à de audiência para o fazer, não devendo usar a sessão de julgamento Para fins impróprios.

Estando nos tribunais desde 2002, o juiz não se deixou impressionar pelas jogadas de diversão da defesa. Por não ter sido para discutir esses elementos que o julgamento foi marcado, convidou -os a sentarem-se na plateia ou retirarem-se da sala.

Tendo um dos advogados de defesa se retirado e o outro permanecido. A sessão decorreu sem mais percalços, seguindo o rumo para qual foi convocada.

Foram ouvidas as duas testemunhas presentes, que responderam às questões colocadas pelo advogado de acusação, representante dos direitos dos seis cidadãos benguelenses que lutam pelo Pequeno Brasil.

De seguida, as testemunhas foram inquiridas pelo juiz Benilde Malé, de forma a perceber a razão destes advogarem que as obras deveriam ser embargadas pelo Tribunal.

Os anciãos testemunharam em nome do livre acesso à praia, que está a ser usurpado ao cidadão na província de Benguela e em defesa do ambiente, posto em risco pelas construções na areia da praia.

A primeira audiência do caso do Pequeno Brasil durou uma hora. No final, o juiz dispensou a Inspeção judicial, tendo ele próprio se encarregado de passar pelas obras a fim de analisa -la

Advogado não sabe quem defende Para acompanhar o desenvolvimento do caso, que constitui o processo número 14/2018, na Sala do Cível do Tribunal Provincial de Benguela, a empresa embargada não teve os respectivos proprietários presentes.

A terceira testemunha não compareceu e um dos embargantes esteve em falta, tendo sido atribuída a ambos uma multa no valor de 500 Unidades de Contabilidade Fiscal (UCF), caso não justificassem a ausência no prazo de 5 dias.

O advogado de defesa que permaneceu silencioso durante a "manobra de diversão" do seu colega, questionado por OPAÍS sobre o nome da empresa que representa, como sua constituinte, afirmou desconhecer.

Este é o segundo caso em que a sociedade civil vence uma batalha judicial em defesa da protecção de um bem público. O anterior foi o de ocupação da piscina de Nossa Senhora do Monte no Lubango, província da Huíla.

7.16 Antigo governador de Cabinda acusado de usurpar terrenos do motocross

Novo Jornal
23 De Março de 2018

Uma «guerra» pode estar aberta nos próximos dias entre a direcção Provincial de Motocross e a Administração Municipal de Talatona. Em causa está a disputa de alguns metros do terreno onde está instalada a pista de motocross Jorge Varela. O alerta vem de carlos Soweto, que responde pelo moto ciclismo na capital do país.

"Fui informado pela Administração de Talatona de que a pessoa a quem está a ser atribuída a titularidade de uma parcela de terra é o senhor Mawe- te João Baptista, antigo governador do uíge, que actualmente é deputado à Assembleia Nacional pelo MPLA",refere carlos Soweto.

O ex-piloto afirma ao NJ que a sua instituição não vai abandonar o espaço que refere ser pertença do motrocross há quase duas décadas, período durante o qual garante não ter existido "nenhuma situação de dupla titularidade".

"Não vamos abandonar o terreno que nos pertence há 19 anos. As pessoas que hoje vêm dizer da boca para fora que uma parte do espaço lhes pertence dizem-no sem apresentar provas documentadas. Caso tenham, é porque constituíram os documentos recentemente", declara.

Apesar de admitirem o respeito às 'instituições do Estado, os praticantes da modalidade dizem prontos para de- fender a propriedade do famoso circuito "faça sol, faça chuva", mostrando-se disponíveis a "resistir a todas as tempestades"

"Respeitamos as leis do país, mas não vamos admitir invasão à nossa propriedade", reafirmou", informou em entrevista ao Novo Jornal à presidente da Associação provincial de Motocross.

Entretanto, Carlos Soweto avança ter recebido uma carta datada de 12 de Março, assinada pela administradora do município de Talatona, para que a organização que dirige abandonasse uma parte da pista, pelo facto de esta ser uma pertença de uma entidade privada, que efectuou a legalização do mesmo em 2017.

Segundo o calendário de actividades da direcção provincial de Motocross, neste sábado, 4, precisamente no circuito Jorge Varela, na Avenida Pedra de Castro van-núnern Loy, em Luanda, vai dar-se o tiro de partida do Campeonato provincial de Motocross, com a participação de mais de 20 equipas e um total de 60 pilotos nacionais e um oriundo da Namíbia.

7.17 Efectivado embargo das obras na Praia Morena

Jornal O PAIS
23 De Março de 2018
Texto: Zuleide de Carvalho

Por volta das lOhlSmins, escoltados pela Polícia, oficiais do Tribunal Provincial de Benguela chegaram ao espaço em litígio e embargaram a obra nova, levada a tribunal por lesar o direito de acesso à praia aos munícipes de Benguela e não só.

Na base do embargo, sentenciado pelo juiz da causa, na última Terça-feira, 20, estiveram também o impacto ambiental da obra que se pretende ser de carácter definitivo no Pequeno Brasil, bem como o perigo que representa à saúde pública.

Antes de embargar, o oficial de justiça Cláudio António, em nome do tribunal, conversou com os operários de construção civil, que passaram a manhã a avançar com as obras, dando- lhes a conhecer sobre o embargo. No momento, deixou claro que "a partir daquele dia ninguém pode continuar a trabalhar no local, sob pena de desobediência". Por conseguinte, orientou: "arrumem os vossos materiais de trabalho, até segundas ordens do tribunal."

Posto isto, entregou a notificação ao advogado da requerida, empresa dona da obra, até agora conhecida apenas pelo nome "E & Fitness Gym", informando que deverão comparecer no tribunal até hoje às 9h da manhã. Quanto ao advogado da embargada, recusou prestar esclareci- mentos ou dar entrevista sobre as aspirações da sua constituinte, empresa que representa.

7.18 Militares invadem terreno da UPRA supostamente a mando de um general

Jornal O PAIS
24 DE Março de 2018
Texto: Domingos Bento

Um grupo de seis militares está a ser acusado de se ter instalado, desde Quinta - feira, num terreno pertencente à Universidade Privada de Angola (UPRA), localizado em Talatona, supostamente a mando de um general cujo nome não foi indicado. A

presença dos militares está a causar mal-estar no seio da classe académica, que se sente intimidada pelos homens fardados empunhando armas.

Segundo o reitor da UPRA, Caetano João, os militares alegam que a titular idade do espaço é do referido general e, por isso, a mando deste, a tropa ali se instalou para proteger o terreno de 5 hectatares.

O reitor acrescenta que a alegação dos militares não corresponde à verdade, porque o terreno em causa pertence, desde o ano de 2000, ao Centro de Estudos de Angola da UPRA. Explicou que o referido espaço está reservado para um futuro hospital universitário que se, até ao momento, não foi construído, é devido a dificuldades financeiras.

"É uma ofensa os militares dizerem que o terreno pertence ao tal general. Esse espaço é nosso. Até ao momento, só está baldio porque estamos à espera de um bom momento financeiro para o vedarmos por completo e arrancarmos com as obras", frisou.

Caetano João disse ainda que aquando da sua chegada, na Quinta-feira de manhã, a tropa não contactou a direcção da universidade, tendo apenas se instalado no espaço, causando pânico entre os estudantes, diante da súbita presença dos homens fardados.

"Mesmo até que lhes pertencesse, toda a acção carece de uma comunicação prévia. As coisas não podem ser feitas assim. Então como é possível, dentro de uma comunidade académica, haver militares? É um abuso. As pessoas não podem, à força, usurpar terrenos que não são pertença sua. Estamos num país democrático e é preciso que se respeite as instituições", rematou.

Aulas podem estar suspensas De acordo ainda com Caetano João, por razões de segurança dos educandos, caso os militares persistam em permanecer no local até Segunda - feira próxima, a universidade vai suspender as aulas e responsabilizar o suposto general pelos eventuais danos que esta medida vier a causar. "Não sabemos até aonde pode chegar a reacção destes indivíduos. Se eles são capazes de invadir um terreno que não lhes pertence, então podem chegar a extremos. E queremos evitar coisas piores. Por isso, para protegermos os nossos estudantes, vamos optar por paralisar as aulas, Segunda-feira, casos eles insistam em estar no nosso espaço".

Por outro lado, nos próximos dias, Caetano João garantiu que vai recorrer às instituições de direito, com vista a repor a legalidade dos factos e responsabilizar o suposto general por todos os contratempos que está a causar à universidade com a presença dos seus militares, e, ainda por cima, armados.

No entanto, na altura em que o OPAIS visitou o referido espaço, os militares não se encontravam no local, um facto que impediu a recolha do contraditório.

7.19 Militares invadem terreno da UPRA supostamente a mando de um general

Jornal O PAIS
24 DE Março de 2018
Texto: Domingos Bento

Um grupo de seis militares está a ser acusado de se ter instalado, desde Quinta - feira, num terreno pertencente à Universidade Privada de Angola (UPRA), localizado em Talatona, supostamente a mando de um general cujo nome não foi indicado. A presença dos militares está a causar mal-estar no seio da classe académica, que se sente intimidada pelos homens fardados empunhando armas.

Segundo o reitor da UPRA, Caetano João, os militares alegam que a titular idade do espaço é do referido general e, por isso, a mando deste, a tropa ali se instalou para proteger o terreno de 5 hectatares.

O reitor acrescenta que a alegação dos militares não corresponde à verdade, porque o terreno em causa pertence, desde o ano de 2000, ao Centro de Estudos de Angola da UPRA. Explicou que o referido espaço está reservado para um futuro hospital universitário que se, até ao momento, não foi construído, é devido a dificuldades financeiras.

"É uma ofensa os militares dizerem que o terreno pertence ao tal general. Esse espaço é nosso. Até ao momento, só está baldio porque estamos à espera de um bom momento financeiro para o vedarmos por completo e arrancarmos com as obras", frisou.

Caetano João disse ainda que aquando da sua chegada, na Quinta-feira de manhã, a tropa não contactou a direcção da universidade, tendo apenas se instalado no espaço, causando pânico entre os estudantes, diante da súbita presença dos homens fardados.

"Mesmo até que lhes pertencesse, toda a acção carece de uma comunicação prévia. As coisas não podem ser feitas assim. Então como é possível, dentro de uma comunidade académica, haver militares? É um abuso. As pessoas não podem, à força, usurpar terrenos que

não são pertença sua. Estamos num país democrático e é preciso que se respeite as instituições", rematou.

Aulas podem estar suspensas De acordo ainda com Caetano João, por razões de segurança dos educandos, caso os militares persistam em permanecer no local até Segunda - feira próxima, a universidade vai suspender as aulas e responsabilizar o suposto general pelos eventuais danos que esta medida vier a causar. "Não sabemos até aonde pode chegar a reacção destes indivíduos. Se eles são capazes de invadir um terreno que não lhes pertence, então podem chegar a extremos. E queremos evitar coisas piores. Por isso, para protegermos os nossos estudantes, vamos optar por paralisar as aulas, Segunda-feira, casos eles insistam em estar no nosso espaço".

Por outro lado, nos próximos dias, Caetano João garantiu que vai recorrer às instituições de direito, com vista a repor a legalidade dos factos e responsabilizar o suposto general por todos os contratempos que está a causar à universidade com a presença dos seus militares, e, ainda por cima, armados.

No entanto, na altura em que o OPAIS visitou o referido espaço, os militares não se encontravam no local, um facto que impediu a recolha do contraditório.

7.20 Famílias vivem dias infernais no "Condomínio de Prata"

Jornal de Angola
28 De Março de 2018
Texto: Augusto Cuteta

Descalços e de tronco nu, seis meninos jogam à bola. Longe de todo o sofrimento retratado pelos mais velhos do bairro, divertem-se como se nunca mais o farão. em o sol abrasador que ronda os cerca de 33 graus célsius, inibe a brincadeira dos pequenos que às correrias, soltam grandes risadas por cada drible que um consente.

Do canto onde foram retiradas há uns tempos, de um espaço baldio, centenas de casotas de chapas habitadas por famílias desistiram do sofrimento que se vive nas Tendas da Ilha do Zango 1, nome por que é conhecido o bairro, por os seus moradores serem provenientes da Ilha do Cabo, os meninos com idades entre os seis e 12 anos transpiram uma vida que dentro dos lares é apenas alegórica.

Entre chutos e tintas, o dia dos meninos é vencido. O júbilo de estar entre amigos parece tudo para as crianças, numa altura em que outros pequenos da sua idade estão em salas de aulas a aprender a ler e a escrever. A vida que têm nas Tendas da Ilha do Zango 1, ainda teima em roubar-lhes tal direito.

Despreocupado com isso, o grupo de menores preenche o dia com brincadeiras intermináveis, quando estas não existem, as horas são dominadas pela ansiedade do regresso dos pais à casa, depois da busca sofrida do pão de cada dia.

Enquanto o pão não chega à mesa, a correria atrás da bola e de outras brincadeiras tomam conta dos pequenos do bairro. São 12 horas, e só dois dessas seis crianças já resolveram a questão do mata-bicho. Os outros. Embora animados com o jogo, ainda esperam os resultados das vendas do negócio exposto na bancada, ali mesmo, no canto da porta de casa.

"Enquanto a brincadeira não acaba, parece que se esquecem da fome. Podem ficar nisso, quase metade do dia", explica Artur Luís, o coordenador do bairro, para quem é como se os meninos encontrassem no jogo, no tapete pelado, a melhor forma de afogar as adversidades da vida, mesmo na inocência.

Como as seis crianças, que passam a maior parte do dia na brincadeira e a realizar tarefas domésticas, há mais de duas mil outras que nos seus dicionários, a palavra estudar não consta. A falta de salas de aula, é um dos principais factores que deixa os meninos fora do sistema do ensino, explica o coordenador.

"Muitas chegam à adolescência sem nunca terem ido à escola", lamenta o coordenador do bairro de chapas do Zango 1, zona que alberga mais de três mil famílias. Há ali, apenas três escolas improvisadas, construídas por moradores. Uma delas, até ministra o ensino médio com 18 alunos, dos quais 15, no período nocturno. Essa escola não dispõe de capacidade para acolher muitos alunos do ensino médio, por isso, a grande maioria dos adolescentes e jovens da localidade que há uns nove anos era conhecida por bairro Benfica (sector Lelo - Ilha), não estuda. Esses rapazes, por ficarem mais tempo na rua, têm todo o tempo do mundo para fazerem recurso à criatividade e apelidam agora a zona "Condomínio de Prata", dado o número de casebres de chapas.

É nesse bairro do distrito urbano do Zango, município de Viana, onde vivem cerca de 2.400 famílias, transferidas da Ilha do Cabo, em Abril de 2009. A essas famílias, juntaram-se nos últimos tempos mais l.380 outras, que não são oriundas da zona da Peixeira, pelo que são consideradas infiltradas. Vieram de vários bairros de Luanda e por ganância, instalaram-se no local para serem registadas e também receberem casas.

O número de habitantes no bairro era maior. Há uns cinco anos, 440 famílias tiveram a sorte de beneficiar de habitações no Zango 3A, nas popularmente chamadas de casas "Tchuna Baby", designação atribuída porque embora cada tenha dois quartos, sala e casa de banho, os compartimentos são pequenos.

Esse processo de atribuição de casas parou. Os antigos habitantes da zona da Peixeíra desconhecem os motivos, uma vez que as mais de 30 cartas endereçadas ao Governo Provincial de Luanda e às outras entidades, nunca tiveram respostas. A última missiva foi enviada à primeira instituição, no ano transacto.

O que eles sabem, conta Luis Artur, aquando do desalojamento os actuais moradores do "Condomínio de Prata" iam ser transferidos para que a Ilha do Cabo, quando fosse requalificada. Enquanto esperavam pela deslocação, surgiram calemas que desabrigaram mais de 150 famílias.

Em função disso, explica o coordenador, o Governo Provincial de Luanda orientou a transferência urgente, em camiões, de mais de 2.400 famílias para o Zango 1, onde vivem até hoje. Passados nove anos, continuam em casas de chapas!

Nos primeiros meses, viviam em tendas recebidas 30 dias depois de ali estarem. Para conseguir urna e montar no terreno, os moradores submeteram-se à humilhações, pois, era preciso muita luta. "Éramos obrigados a ficar no campo, sem ir trabalhar, debaixo de sol, o que resultou em muitos despedimentos", recorda o coordenador.

50 empregados

Com os despedimentos, a vida de grande parte das pessoas complicou-se ainda mais, principalmente, porque boas partes dos moradores passaram a encarar a distância como um "bico d'obra", já que os gastos com o transporte superam os bolsos.

Hoje, no bairro, as estatísticas apresentadas pelo coordenador revelam que das 3.780 famílias, em apenas 50, os seus chefes trabalham em empregos fixos estatais ou privados. O que acontece é que a maioria das pessoas, principalmente mulheres, faz pequenos negócios no bairro. "Montam bancadas à porta de casa e vendem ali as suas coisinhas", realça Luís Artur.

O negócio da cerveja, whisky e de bebida de produção caseira, tem muitos adeptos, de ambos os sexos, entre jovens e adultos. Aliás, o elevado número de clientes justifica a empreitada.

Casos caricatos

Antes do almoço, um mufete à moda dos ilhéus, oferecido pelo coordenador do bairro, que esteve acompanhado por José Chimuco, um dos adjuntos, o nosso bloco de notas registou três histórias caricatas, contadas por mora- dores e confirmadas pelos responsáveis da zona.

7.21 Cartoon

Jornal de Angola

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Ver água a passar

Jornal O PAÍS
1 De Março de 2018
Texto: Djalma Lopes

Bom dia ilustre director e amados profissionais do Jornal OPAÍS.

Por esta Angola, em particular na província e cidade de Luanda, onde nasci e habito há 56 anos de vida, há coisas incríveis que nos deixam profundamente admirados e à beira de um acidente cardiovascular.

Vem esta brevíssima introdução a respeito de um pequeno bairro no interior do Projecto Morar, no Luanda-Sul, em Viana Il, denominado de Projecto Caxombo, que não tem água há mais de uma década. Aliás, nunca teve o líquido precioso há mais de 15 anos, os seus moradores' vivem de água transportada e comprada aos motoristas de camiões-cisternas. Não é invenção nenhuma. É um facto real. Os que vivem no Luanda-Sul, entre as quinhentas casas o mercado do Luanda, o Bairro da Polícia, incluindo os que estão na zona da UNTAGA, têm água. Mas, infelizmente, os moradores do Projecto Caxombo, um bairro de poucas casas de cor verde, nunca viram nas suas torneiras a água da EPAL, apesar de estarem próximos da estação de tratamento do Kikuxi. Incrível!

Já parece no Dondo, sede do Município de Cambambe. O rio Cuanza está lá, imponente, nas barbas de toda gente, sobretudo dos administradores, mas não há água nas casasqueestãoamenosde50 metros.

Os moradores do Projecto Caxombo já fizeram de tudo para resolver este grave e triste problema junto da EPAL e de outras entidades, mas até gora só continuam a ver a água a passar nas casas dos bairros vizinhos.

Que caso caricato, incongruente. Que mal terão feito aqueles moradores para não merecem o seu digno direito à água da vida? Inclusivamente, ao anterior PCA da EPLAL, Leonildo de Ceitas, choraram e choramingaram mais, água nihete.

Entretanto, a EPAL, está sempre anunciar nos meios de comunicação social que fizeram mais e mais milhares de ligações aqui e acolá. Mas então, e o Projecto Caxombo, que congrega famílias humildes e trabalhadoras como fica?

Será que há alguma rivalidade entre a Direcção da EPAL e os responsáveis daquele Projecto? Será que há fortes interesses na venda de água através de cisternas a aqueles moradores? Seja como for, os moradores não podem ficar sem o líquido precioso da EPAL que, por sinal, vai ser pago. A Direcção da EPAL tem de dar uma explicação clara sobre o que se passa e resolver urgentemente a situação. Pela gravidade deste caso, julgo não ser demais pedir ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Energiae Águas, Engenheiro João Baptista Borges, para que intervenha e, de facto, fique resolvido mais um problema do povo.

8.2 Estratégia de gestão dos recursos hídricos

Jornal De Angola
1 De Março de 2018

As alterações climáticas no mundo por força do sobreaquecimento global, está ter impacto negativo para numerosas localidades em toda a terra. E tal como diagnosticaram numerosos especialistas estudos, os países em via desenvolvimento em África, na Ásia e na América Latina estão a ser os mais afectados, pelo seu impacto, nessas regiões.

As regiões prejudicadas pela. estiagem e seca acabam hoje por ver acrescidos os desafios para lidar com fenómenos em causa numa altura que urge traçar estratégias que ajudem a minimizar os estragos.

Hoje, acompanhamos com muita preocupação o que se passa em muitas localidades africanas, que passaram a viver uma fase nunca antes vista, de crescente escassez de água para consumo humano.

Em Angola, as autoridades procuram ensaiar estratégias e medidas que sirvam para fazer face aos períodos em que, por força dos fenómenos naturais, as comunidades ficam privadas de acesso à água.

É bom ouvir que o Executivo vai apostar na construção de barragens de retenção de água nas regiões Centro e Sul do país para minimizar o impacto negativo da seca e da estiagem.

Tal como informou, recentemente, em Luanda, o secretário de Estado para as Águas, citado pela Angop, trata-se de uma estratégia que peca apenas por tardia, na medida em que já se devia ter ensaiado algumas das medidas no passado.

Em todo o caso, urge a instalação de projectos hidroeléctricos pelos vários cursos de água existentes no país, para a sua retenção e aprovisionamento.

As barragens, segundo o governante, servirão para a retenção de água em períodos chuvosos e para a sua posterior transferência em outras bacias. Na verdade, trata-se de uma experiência que alguns países vizinhos já a praticam, levando-os a tornarem-se auto-suficientes em água para os mais variados fins.

Atendendo que este processo levará, inevitavelmente, a reutilização das águas pluviais, não há dúvida de que vai ser necessário assegurar condições apropriadas para que as populações não consumam água contaminada. Assim, a perspectiva de reutilização de água para outras necessidades de consumo, constitui um imperativo desafiante, tendo em conta as exigências actuais de uma gestão correcta e sustentável dos recursos hídricos e do meio ambiente.

Nisto, Angola pretende caminhar bem, a julgar pela atenção que o Executivo procura proporcionar às questões relativas ao acesso das famílias e comunidades à água potável, com a criação do Conselho Nacional de Águas, um órgão permanente consultivo do Titular do Poder Executivo, criado pelo Decreto Presidencial 76/17, de 5 de Abril, que vai desempenhar um papel relevante na produção de subsídios necessários para a elaboração e implementação de políticas adequadas no domínio dos recursos hídricos do país.

É salutar a atenção especial que as autoridades proporcionam ao abastecimento em água potável às zonas rurais, no quadro do Programa Água para Todos, um mecanismo que ajuda a minimizar os problemas de saúde resultante do consumo de água não potável.

É ponto assente que a água é um recurso esgotável, sobretudo agora quando nos deparamos com uma realidade desafiadora trazida pelas alterações climáticas.

As autoridades angolanas, ao terem uma estratégia para enfrentarem esse fenómeno, ao abrigo, também, de decisões e recomendações internacionais sobre a matéria, apenas procuram antecipar-se às suas consequências e fazer jus à essência da governação, que passa pela previsão e antecipação aos problemas que possam surgir no decurso do seu exercício. Para frente, ficam os desafios enormes no sentido da sensibilização das comunidades, das famílias, das pessoas, para que a utilização racional da água seja uma medida normal e sustentável.

8.3 Distribuição de água abrange mais municípios

Jornal de Angola
4 De Março de 2018
Texto: Carlos Paulino

Um total de 50 sistemas de captação de água potável vão ser construídos em Abril na província do Cuando Cubango, com financiamento de Israel, anunciou ontem ao Jornal de Angola, o chefe de departamento provincial das Águas, Rodrigues Bongue.

Rodrigues Bongue disse que os sistemas de captação são construídos nos municípios que não têm centrais de captação e tratamento de água. "Neste momento estamos a fazer um levantamento nos municípios abrangidos pelo programa para verificarmos as condições e decidirmos as quantidades que devemos construir em cada localidade", informou, para acrescentar que, "os populares das áreas que serão beneficiados deixarão de tirar água directamente do rio para o consumo, evitando uma série de constrangimentos". Rodrigues Bongue recordou que os municípios de Menongue, Cuito Cuanavale e do Calai já têm centrais de captação, tratamento e distribuição de água potável. "O Ministério da Energia e Águas tem um projecto nesta vertente para abranger também as localidades de Mavinga, Rivungo, Cuangar, Cuchi, Nancova e Dirico", disse.

Rodrigues Bongue fez saber que o projecto de construção de sistemas de abastecimento de água potável está dividido em três níveis, sendo o primário a cargo do Ministério da Energia e Água, o secundário da responsabilidade do Governo da Província, e o terciário ao encargo das Administrações Municipais, no âmbito das acções do Programa de Combate à Fome e à Pobreza.

8.4 Habitantes da região já bebem água potável

Jornal de Angola
5 de Março de 2018

Mais de 18 mil habitantes do município de Golungo Alto, no Cuanza- norte, beneficiam- se de água potável, fruto da inauguração, há dias, de um novo sistema de captação e tratamento de água, informou ontem o director nacional das águas.

Lucrécio Costa explicou ao Jornal de Angola que o empreendimento conta com uma captação instalada no rio Zenza, a cerca de 20 quilómetros da vila municipal, onde possui uma estação elevatória para um caudal de 80 metros cúbicos/hora.

O novo sistema foi inaugurado pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, e pelo governador do Cuanza Norte, José Maria Ferraz dos Santos. O mesmo possui uma conduta de 20 quilómetros e um reservatório de água tratada com capacidade para 240 metros cúbicos de água.

A Estação de Tratamento de Água (ETA) está dimensionada para 100 metros cúbicos/hora, e a rede de distribuição é de 39 mil metros de extensão. O projecto contempla 450 ligações domiciliárias, 25 chafarizes e um laboratório para análise da qualidade da água.

Construido no âmbito do Programa" Água para Todos" , o projecto está orçado em 417 milhões, 727 mil e 808 kwanzas, financiados com os fundos provenientes do Recurso do Ordenmento do Tesouro (ROT) , Programa de Investimentos Públicos e do Orçamento Geral do Estado (OGE).

O novo sistema de abastecimento de água do Golungo Alto é sustentado por energia eléctrica da rede pública proveniente da barragem de Cambambe. Funciona com uma conduta adutora elevatória e outra gravitíca, de água bruta, e um reservatório de betão com capacidade total para 240 metros cúbicos de água.

O director nacional das águas, Lucrécio Costa, disse que, no futuro, a rede de distribuição de água vai estender - se à periferia da vila municipal de Golungo Alto, uma vez que o sistema instalado tem capacidade para atender mais de 27 mil.

8.5 Falta de água na centralidade do KK-5000

Jornal OPAÍS
8 De Março de 2018
Texto: Patrícia de Oliveira

Bom dia, caro Director do Jornal OPAÍS. Espero que esta carta encontre espaço no vosso Jornal, pois tenho lido com muita atenção e noto que têm dado espaço aos temas sociais. É por isso que aproveito para deixar um recado para EPAL, através das páginas deste prestigiado Jornal a nível do país.

Caro Director, de um tempo para cá tem havido cortes constantes no fornecimento de água na centralidade do Kilamba, sobretudo no KK-5000, facto que tem obrigado os moradores a fazerem reserva de água durante a noite. Muitos de nós, sobretudo aqueles que têm familiares na primeira fase do Kilamba, somos obrigados a deslocarmo-nos para lá em busca de água ou procurar em bairros mais próximos.

É um problema que já vivemos quando vivíamos nos bairros tradicionais de Luanda, onde muitos de nós nasceram, como são os casos do Rangel, Popular, Cazenga, Golf, Viana, Cuca e tantos outros. Pela imponência desta centralidade e a propaganda que se fez, nada levava a crer que teríamos esses problemas.

Mas já começaram os problemas. Aliás, foi assim nos prédios do Golf -I e mais tarde no Golf-II (Vila Estoril), e tantos outros bairros que hoje já não têm água corrente. Tudo no princípio é tão lindo. E para agravar a situação, as facturas da EPAL apresentam preços exorbitantes e os funcionários da empresa em questão fecham os contadores.

O que se estará a passar? Alguém tem de vir a público dizer. Ou estamos à espera que Presidente da República se pronuncie sobre o assunto?

8.6 Dande sobrevive sem energia e água potável

Jornal de Angola
10 De Março de 2018
Texto: Alfredo Ferreira

O município do Dande no Bengo vive grandes dificuldades por falta de energia eléctrica. A reduzida capacidade da barragem das Mabubas, que abastece a

província, cuja produção é apenas de 25 megawatts não satisfaz as necessidades locais.

A governadora provincial do Bengo, Mara Quiosa, que revelou o facto após uma curta visita ao município, disse que a barragem das Mabubas, devido à exígua capacidade de produção, fornece energia apenas às localidades de Caxíto, Zona da Açucareira, Musseque Capari, Porto Quipiri e Panguila. "A ideia é de continuar a realizar-se o levantamento das dificuldades que assolam as populações para, paulatinamente, resolvermos os problemas", frisou.

Quanto às dificuldades relacionadas com a falta de energia eléctrica, a governante assegurou que o seu elenco vai trabalhar para que todos os municípios da província tenham energia fornecida da barragem das Mabubas.

"Este é um dos grandes desafios do governo da província para os próximos tempos", admitiu.

Durante a visita ao Dande, a governadora constatou que grande parte da população local não beneficia de água potável, porque o centro de captação das Mabubas, a fonte de abastecimento, possui apenas uma capacidade de 474 metros cúbicos por horas, o que é insuficiente para atender as necessidades da localidade. "Temos de continuar a trabalhar com o objectivo de melhorar todos estes constrangimentos que assolam as populações do Dande", sublinhou Mara Quiosa.

Educação

O sector da Educação do município, segundo Mara Quiosa, é assolado pela falta de professores. Em face disso, a número um da província prometeu ultrapassar este obstáculo, com a realização, em breve, de um concurso público para admissão de mais docentes. "É importante dizer que já estamos acautelar comas administrações comunais para que os próximos professores tenham, essencialmente, perfil pedagógico aceitável", adiantou.

Disse ainda a respeito que, os candidatos ao concurso público devem fundamental ser residentes na província, no sentido de se evitar migração de quadros locais para outras áreas do país.

Requalificação de Caxito

À margem da sua visita ao Dande, a governadora tomou conhecimento do andamento dos trabalhos de requalificação de Caxito, que está sob alçada da Direcção Nacional de Infra-estruturas Públicas (DNIP).O Director do Gabinete das Obras Públicas e Energia e Agua local, Edgar Hilário, explicou a governante que as obras de requalificação de Caxito, abrangem arranjos na estrada circular Porto-Quipiri-Mabubas, numa extensão de aproximadamente 21 mil e 750 quilómetros. As obras de requalificação, orçadas em cerca de 68 mil dólares, tiveram inicio em Maio do ano passado, e nesta altura estão com uma execução de 15 por cento. "O que toca às estradas vamos equipá-las com iluminação ao longo da sua extensão", afirma Edgar Hilário.

De realçar que o município do Dande é o mais populoso do Bengo, com 222 mil e 528 habitantes, o que representa cerca de 62% da população da província.

8.7 Angola participa no 8° Fórum Mundial pensando no futuro

Jornal Liberdade
16 de Março de 2018

O Fórum decorre em Brasília de 18 a 23 de Março, com o lema "Angola, Compartilhando Recursos Hídricos, Rumo à Sustentabílidade" Este Pórum, está a ser encarado pelo pais como uma grande oportunidade de acertos sobre a gestão de recursos hídricos a nível dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O certame vai promover discussões sobre o melhor aproveitamento dos Recursos Hídricos, coisa em que o país tem falhado, bem como apontar soluções rápidas e modernas para o uso sustentável da água.

Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) salientam que os Recursos Hídricos não devem ser privatizados ou precíficados, sendo a água um direito humano essencial e fundamental, reconhecido pelas Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável e redução da pobreza.

Promoção, capacitação, formação, investigação e cooperação entre instituições, devemfacilitar a transferência de tecnologia e boas práticas para gestão, preservação e uso eficiente da água.

8.8 Energias e Águas beneficiam de USD 13 mil milhões em 4 anos

Jornal Economia e Finanças
16 De Março de 2018

O sector de Energia e Águas recebeu no quinquénio 2013/2017 investimentos do Estado no valor de 13 mil milhões de dólares norte-americanos, quê incidiu, numa primeira fase, na expansão da capacidade de produção.

Dados do director do Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística do Ministério de Energia e Águas, José Salgueiro, em declarações ao programa radiofónico de orientação económica "Azimute", da Rádio Nacional de Angola (RNA), indicam que 8ei por cento deste investimento destinou-se ao sub-sector eléctrico, enquanto os 20 por cento foram para construção de novas infra-estruturas e ampliação do sistema de águas.

Associado ao programa de aumento da capacidade de produção, estão em execução os projectos de transporte de energia para os principais centros consumidores, visando interligar os três sistemas do país, designadamente Norte, Centro e Sul.

Disse também que com o arranque da central de ciclo combinado do Soyo, com capacidade de 750 MW, procura-se aproveitar da melhor maneira o gás explorado nos campos petrolíferos do país e diversificar a matriz energética de Angola.

O responsável acrescentou que a estratégia de alargamento da matriz energética é reduzir significativamente os custos de produção.

Retorno dos investimentos

Em relação ao retorno dos investimentos feitos pelo Estado, indicou que numa primeira fase o sector vai procurar trabalhar na eliminação gradual da subsidiação dos preços.

No mesmo programa, o presidente do conselho de administração dos Serviços de Electricidade e Águas (IRSEA), Luís Mourão, questionado se o investimento feito já se repercute na qualidade de vida do cidadão, sublinhou que os reflexos começarão a se verificar na vida do cidadão quando houver mais capacidade operacional.

"Com os investimentos que estão em curso na Barragem de Lauca, com duas turbinas operacionais, vamos também ter o ciclo combinado do Soyo, no Zaire, e assim que tivermos um volume maior, quer na produção, quer na distribuição vai fazer com que os custos operacionais que são redistribuídos na tarifa para o cliente sejam menores", explicou.

De acordo com o gestor do IRSEA, em relação a esta situação, os investimentos que são realizados pelo Estado não têm retorno, por haver uma subvenção ao cliente final, porque a tarifa na sua composição não vai de encontro com o capital investido.

Revelou que o Estado não tem o retorno do capital investido e além do subsídio concedido às empresas, também existe a subvenção dos combustíveis.

"Sendo assim, a tarifa de Angola comparativamente aos restantes países da região Austral do continente e os da Língua Oficial Portuguesa, tendo em atenção o câmbio, está a 2,5 cêntimos de dólares, enquanto a Namíbia e a África do Sul estão com 7 e 8 cêntimos de dólar", explicou.

Reajuste nos preços

O sector aguarda pelo reajuste que possa colocar Angola ao nível dos 6 a 7 cêntimos de dólares (cerca de 14 kwanzas) para permitir que as empresas se tornem rentáveis.

Luís Mourão considera crítica a situação que está a ser vivida pelas três empresas públicas de electricidade, nomeadamente a Empresa de Produção de Electricidade (PRODEL), Rede Nacional de Transporte (RNT) e Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE), porque têm de adquirir acessórios, assim como enfrentam dificuldades de intervir para a recuperação de avarias.

Neste contexto, pretendem a alteração do quadro, dando a possibilidade de o cliente pagar o valor real daquilo que consome.

8.9 EPAL continua a fornecer água turva e não tratada às populações

Jornal Liberdade
16 de Março de 2018
Texto: Pascoal Zua

Neste exacto momento as inquietações são várias atendendo os projectos concebidos pelo Executivo angolano, que vão desde o aumento da captação, armazenamento e tratamento à instalação de canalização nas casas dos habitantes.

O projecto conhecido por "Água para Todos", não passa de uma de propaganda de charme político, para enganar os menos atentos que continuam ainda a aguardar cegamente pelo mesmo processo. Actualmente, as políticas para o cumprimento escrupuloso em benefício dos munícipes, resumem-se em meras expectativas em todo o território nacional, já que este projecto nada de novo trouxe para os possíveis beneficiários. Entretanto, de acordo com algumas constatações feitas em vários bairros da capital do país, este semanário apurou que mesmas as ligações já efectuadas, em várias circunscrições, continuam sem resultados eficazes, pois, nas residenciais consideradas beneficiarias, na zona do Golf II por exemplo, os seus habitantes não veem o precioso líquido jorrar nas suas torneiras e ninguém dá explicações sobre o assunto.

De acordo com Iosefa Madalena, moradora, salientou que na zona de Gipambo, os dois chafarizes construídos naquela circunscrição, apenas beneficiam o coordenador do bairro e uma vizinha, onde foram instalados os mesmos. "Isto é incrível! Um bem público fica privatizado por pessoas que se acham donos do bairro para deixar muita boa gente sem água canalizada", sustentou a moradora, visivelmente agastada com a situação.

O porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, habituado em improvisos para defender o pão, procura sempre justificar situações mal feitas, fazendo dele um simples lacaio que quer estar sempre bem com "Deus e com o Diabo" As duas mil milhas de ligações prometidas ao cidadão nacional, não passam somente de uma mentira que sustenta a má qualidade de alguns dirigentes que se aproveitam dos cargos para dominar os cidadãos e subtrair dinheiro do erário público em favor próprio e de amigos.

Em outros bairros visitados pela nossa reportagem, verificou-se que as ligações feitas não justificam o número de pessoas que beneficiam do precioso líquido em detrimento do seu objecto social. Vários são os bairros adjacentes à cidade que nem possuem pelo menos um chafariz, onde os seus habitantes possam tirar água para o seu consumo. A água consurnida, por exemplo, no bairro do Palanca, é adquirida pelos seus moradores através de Kupapatas, ou seja, motas de três rodas, o que chega a custar mais caro ao bolso do cidadão, mesmo sendo a água um bem indispensável na vida do homem.

Soares Laurindo, idoso de 70 anos, lamenta pelo facto de o bairro aonde mora, não ter sido abrangido nos projectos do Executivo, mesmo em termos de projectos sociais, como escolas, centro médico, esquadras policiais e zonas de recreação para a juventude que tanto necessita.

Recorreu à experiência colonial, para classificar que existe uma diferença tremenda entre o colonizador e os políticos nacionais, que não fazem projectos para durar anos. Segundo ele, estas figuras vestidas de poderes de Estado, são totalmente criminosos, ou seja, usa-ri máquinas para roubar o erário do povo angolano e ninguém diz nada.

8.10 Huíla vai contar com laboratório para testar qualidade de água regional

Jornal Economia e Finanças
16 De Março de 2018
Texto: Arão Martins

A partir de Julho, o laboratório regional do Instituto Geológico, instalado na localidade de Conjenge, município do Lubango, província da Huíla, começa a testar a qualidade da água, rochas ornamentais, areia e outros minérios, nas províncias do Huíla, Huambo, Bié, Namibe, Benguela, Cunene e Cuando Cubango.

Construído com fundos do Programa de Investimentos Públicos (PIP), o laboratório foi visitado pelo secretário de Estado da Geologia e Minas, Jânio Correia Victor que na ocasião disse à imprensa que as obras estão concluídas e nos próximos dias inicia o trabalho de equipar as diferentes áreas criadas para o efeito.

O laboratório da Huíla, construído no quadro do Plano Nacional de Geologia e Minas do Instituto Geológico de Angola vai estar especializado no trabalho de rochas ornamentais e hidrologia.

Empreendimento

O laboratório da Huíla foi instalado numa área total de 5.980 metros quadrados, têm quatro edifícios, um dos quais de quatro pisos, onde vão funcionar salas de rochas ornamentais e industriais, distribuição, exposição, de fusão, de fluorescência de raios-X, espectrómetro, sala de preparação, sala de medidor de ião, cronomatógrafo de ião, processamento de decomposição de amostra.

O edifício tem ainda uma sala de exposição, bibliotecas, armazéns, tratamento de água destilada, pesagem, entre outros. Vão estar ainda disponíveis escritórios, áreas de análises, distribuição, polidoras, preparação da amostra, restaurantes e gabinetes.

O armazém de amostras, salas de emergência de baixa tensão, de exposição, sala de pesagem, de preparação, espectrómetro, de trabalho, de mediação PH, entre outros.

"Ficamos com boa impressão, porque o laboratório está com as obras concluídas a 100 por cento de execução física, já com os equipamentos no local", disse.

Nos próximos dias, revelou a fonte, o empreiteiro vai entregar a obra, que contempla um período de mais dois anos de garantia, onde consta o período de formação on-job dos funcionários.

Apoiar o Planageo

O secretário de Estado explicou que vai se ter nesta região um Centro Regional Sul do Instituto Geológico, que vai apoiar, numa primeira fase, os levantamentos geológicos e geoquímicos da região Centro e Sul do país, no âmbito do Plano Nacional de Geologia.

Jânío Correia Victor reconheceu que o empreendimento vai trazer ganhos enormes. Acrescentou que a província da Huíla tem um potencial geomineiro enorme e o laboratório vai ajudar, na medida em que, por um lado, na questão da certificação e do valor das rochas ornamentais, se quer que seja uma actividade tradicional com futuro.

Disse que o laboratório regional está situado numa zona estratégica, que vai também beneficiar, também a província do Cunene, que tem registado carência de água. Vão se fazer trabalhos de hidrologia para aferir a qualidade do precioso líquido que é aproveitado nas mais diversas localidades daquela província mais a Sul do país.

Informou que as autoridades afins estão a desenvolver igualmente o trabalho de digítalização dos dados, que vai culminar com a realização de novos projectos na área da geologia.

"Sabemos que existe grandes lençóis de água. Com a funcionalidade do laboratório, vai se aferir os corredores com mais água na região", garantiu, depois de acrescentar que as valências do laboratório são positivos, não só o Lubango, mas toda região Sul.

Referiu a existência do laboratório central em Luanda e outro na região Leste, localizado na cidade de Saurimo (Lunda Sul).

Salientou que a instalação do laboratório vai exigir o recrutamento de novos quadros.

"O recrutamento de novo pessoal está a depender da aprovação do novo estatuto orgânico do Instituto Geológico de Angola", anunciou.

Durante a visita, além da visita ao laboratório, o secretario de Estado reuniu com os trabalhadores da direcção regional Sul do Instituto de Geologia de Angola, na Huíla.

Segundo o governante, no encontro, houve muitas preocupações, "mas gostamos do espírito aberto com que os trabalhadores transmitiram as mesmas".

"Somos todos do sector mineiro, e a nova direcção voltará dentro de dias e vai se empenhar para resolver os problemas apresentados, porque existe funcionários que devem ir à reforma e outros que não mudam de cargo durante muito tempo", disse.

Jânio Correia Victor mostrou-se preocupado com a fraca acção da direcção provincial da Geologia e Minas, cujo funcionamento não agradou o governante.

"Os salários estão actualizados, mas também existe o problema do próprio trabalho do funcionário. Estamos a ver agora com a direcção do Igeo, para começarmos a fazer as novas visitas e a criar uma série de programas de hidro-geologia por ser a base do trabalho dos trabalhadores que antes pertenceram à hidromína", frisou.

Unidades de transformação

Na Huíla, o secretário de Estado da Geologia e Minas, Jânio Correia Victor, acompanhado por uma importante delegação do sector visitou também as fábricas de transformação de granito negro "Emanha" e "Granisul". O governante mostrou-se satisfeito com a qualidade do trabalho que é desenvolvido pelas empresas, que têm contribuído bastante no programa de diversificação da economia e diminuição das importações.

Disse que existe na província rochas de muita qualidade e quantidade.

"O trabalho que está a ser Feito pelas empresas é tecnicamente bom, profundo e de qualidade", reconheceu, antes de sublinhar que a estratégia do Governo é de que "a exportação seja feita em produto acabado, em detrimento de blocos em bruto, medida que poderá melhorar o rendimento das empresas".

Constatação

O secretário de Estado da Geologia e Minas deslocou-se ainda para os municípios da Chibia e Gambos, locais onde funcionam as pedreiras da "Tchibemba", "Angostone", "Rodang" e "HM granitos" da Quihita.

No final da visita, Jânio Correia Victor mostrou-se satisfeito com o trabalho que está a ser desenvolvido,

tendo garantido que serão, em breve, implementadas algumas medidas, com realce para a gestão mineira.

"Há produção, mas tem que estar em conformidade com alguns requisitos, que não estão a ser cumpridos", salientou, tendo deixado recomendações que deverão ser seguidas, principalmente na preservação do meio ambiente.

Jânio Correia Victor recordou que a prospecção e produção mineira a sua acção tem regras, não só com o ambiente, mas também a protecção do homem, em primeiro lugar.

8.11 Plano estratégico ajuda a enfrentar crise de água

Jornal de Angola
17 De Março de 2018
Texto: Arão Martins

O município dos Gambos, situado a sul da cidade do Lubango, compreende uma das 14 regiões da província da Huíla. A escassez de chuva tem causado vários problemas à população local, por causa dos ciclos de seca.

Apesar da estiagem que tem assolado a região nos últimos dois anos, a agricultura continua a desenvolver-se com o aumento de áreas de produção de cereais e feijão.

Várias acções integradas no plano estratégico do município, concebido pelo Governo Provincial, contemplam o fornecimento de água potável às localidades de Tyitongotongo, Taka e à sede do município, em benefício de 6.597 pessoas.

Na região, referiu o administrador municipal Elias Sova, foram identificados 42.972 hectares de terras aráveis, mas a insuficiência de tractores e alfaias, de infra-estruturas de apoio ao sector produtivo e a inexistência de pequenas indústrias para a transformação dos derivados da pecuária, preocupam as autoridades locais.

A preocupação é ainda acentuada pela inexistência de uma fonte de energia eléctrica permanente, de um programa de requalificação do sistema de produção, tratamento e distribuição de água, assim como pelo estado precário das vias secundárias e terciárias. Para o ano agrícola 2017/2018, está prevista uma colheita de 18.743 toneladas de produtos em 29.376 hectares.

Crescimento produtivo

O aumento da produção de cereais, leguminosas e cucurbitáceas das actuais 75.400 toneladas paral09.000, em 27 mil hectares de terras aráveis, para garantir a disponibilidade, estabilidade e sustentabilidade da oferta de alimentos em benefício de 576 familias até 2022, são acções que constam das linhas estratégicas do desenvolvimento económico do município dos Gambos.

A produção de feijão passou de 354 kg para 500 kg por hectare, constituindo, assim, a base da subsistência das famílias que vivem nas comunas do Chianje e Chibemba. Existe ainda o compromisso de fornecer água a 60 mil bovinos e 36 mil caprinos e a criação de seis hortas.

Segundo Elias Sova, existem 216.000 exemplares de gado bovino, caprino e suíno, com a previsão de aumentar para 500 mil, beneficiando 15.892 famílias até 2022.

Os objectivos e metas de desenvolvimento económico local estão inscritos nos Programas de Investimento Público (PIP) e no Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural de Combate à Fome e à Pobreza (PMIDRCP) do Executivo.

O município tem 51 fazendas pecuárias na Tunda dos Gambos, representando 10 por cento do efectivo de bovinos, constituído por autóctones e raças melhoradas, como Brahaman, Nelor e Cimental.

Circulação deficiente

Circular no interior do muncípio dos Gambos é uma preocupação. O caso mais preocupante está na lígação entre a sede da comuna do Chianje e a localidade da Taka, numa distância de mais de 70 quilómetros, e entre a localidade da Luvota, a 23 quilómetros da sede do município.

O soba da Luvota, Tchombe, disse que a situação complica-se quando é preciso transferir um doente para a sede do Chianje, onde está situado o Centro de Saúde de referência e a unidade de tratamento da tuberculose.

Para facilitar a circulação de pessoas e mercadorias, está programada a reabilitação de 153 quilómetros dos troços Chiange I Pokolo, Pokolo/Tala, Pokolo/Tyiko e o desvio do Tyipeio à localidade de Tyitongotongo, na distância de 10 quilómetros.

Potencial mineiro

A região dos Gambos dispõe reservas mineiras no subsolo. Actualmente, existem quatro pedreiras de granito negro nomeadamente Angostone, Rodang, DFG África e Geovalor, que produzem aproximadamente 300 metro cúbicos mensais.

A nível produtivo, há ainda, três moagens e uma cozinha, comunitária, que também confecciona pão.

A rede comercial é constituída por estabelecimentos privados de venda aretalho de comércio misto mas não abrange todas a áreas do município.

Além da rede retalhista existe na sede municipal um mercado formal com 84 bancadas e 12 estabelecimentos comerciais.

O administrador municipal referiu que a região desenvolve poucos negócios. O apoio aos pequeno empreendedores é o primeiro passo a ser dado para promover a economia local, evitar o êxodo rural e garantir uma porta de saída para os programas sociais, afirmou Elias Sova.

Acções específicas

A curto e médio prazos, estão prevista a aquisição de 270 pequenos ruminantes, e implementação de hortas de culturas resistentes à seca nas localidades do Dongue, Katoho, Panguelo, Taka, Tyitongotongo e Tyiku 50.

Também está prevista a aquisição de inputs agrícolas para apoiar 29 associações de camponeses e cooperativas nas localidades da Tunda I, Tunda II, Granja, Munailongo, Tyipeio, Rio d'areía Manhengo, rio Caculuvar e Fimo.

A administração municipal programou também, como acção imediata, a instalação de sistemas de água nas localidades do Vihaendwa, Ngandje e Mukalano, e a reabilitação de três tanques nas localidades da Taka, Rio d'areia e sede do município.

Rede eléctrica

O fornecimento de energia eléctrica é ainda deficiente no município dos Gambos, admitiu o administrador municipal. Para colmatar a situação, existe um projecto expansão da rede eléctrica para alavancar a economia e beneficiar 79.462 habitantes e três pequenas indústrias transformadoras de rochas ornamentais e de lacticínios, e pequenos artesãos até 2022.

Nas acções de curto e médio prazos, está prevista a expansão da rede de energia eléctrica proveniente do município da Chibia, com a criação de um ramal de 106 quilómetros, bem como a aquisição de kits de serralharia, carpintaria, recauchutagem e padaria, para beneficiar 180 jovens e 17 antigos combatentes.

Linhas' estratégicas

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyípinge, revelou que as linhas estratégicas de desenvolvimento económico dos municípios visam estabelecer um quadro de referência dos instrumentos de planeamento.

O governador disse que Gambos é um município com forte potencial agro - pecuário e por isso, é necessário o investimento nesta área, na agricultura e no comércio.

"Pretende-se ímplementar de forma integrada e gradual os programas de rendimento mínimo e outras formas de protecção social, bem como valorizar a família e apoiar a geração de rendimentos e sustentabilidade económica", declarou o governador.

"Nesta conformidade, as linhas estratégicas são acções fundamentais estipuladas para alcançar os indicadores de objectivos de nível provincial e metas nacionais relacionadas com a produção, emprego e produtividade com menos custos, tempo e prejuízo e maior beneficio para as populações e empresas que residem e visitam os municípios", referiu.

8.12 Secretario de Estado avalia surto de cólera

Jornal de Angola
17 De Março de 2018
Alberto Coelho

O secretário de Estado da Saúde Pública, José Cunha, deslocou-se a Cabinda, acompanhado de uma comissão multissectorial, para avaliar o estado actual do surto de cólera na região que causou dois mortos entre 30 casos registados.

De acordo com o governante, as principais causas do surgimento da cólera quer no Uíge quer em Cabinda têm a ver com o consumo de água não tratada, retirada directamente das cacimbas e dos rios.

Por este facto, em Cabinda, secretário de Estado da Saúde Pública visitou a principal Estação de Produção e Tratamento de Água na cidade, para "verificar se há ou não dificuldades em termos de distribuição às populações".

José Cunha visitou, igualmente, os bairros Gika, l° de Maio e 4 de Fevereiro, os mais afectados com o surto de cólera, bem como o Hospital Central de Cabinda para verificar as condições de tratamento dos doentes com cólera. O secretário de Estado da Saúde Pública esteve ainda no depósito de medicamentos para

avaliar o stock de fármacos para o tratamento da cólera.

Em relação ao estado actual da doença na província, o governante disse que em Cabinda "a situação é estável e não é tão preocupante como a da província do Uíge".

Para controlar a epidemia, disse, o Ministério da Saúde criou em Luanda um gabinete de crise, que controla diariamente a situação epidemiológica em todas as províncias em relação à malária e à cólera desde que se registou o primeiro caso da doença no Uíge e em Cabinda.

José Cunha aconselhou a população a manter um comportamento responsável face à situação e a acatar todos os procedimentos que têm a ver com a prevenção da doença. "A forma mais correcta de combatermos a cólera é fazermos com que a população deixe de consumir água contaminada retirada das cacimbas e dos rios, e passe a desinfectá-la com os comprimidos de concentrados de hípoclorito de cálcio que se está a distribuir", disse.

Medidas preventivas

Dos 30 casos confirmados de cólera, dois resultaram em morte. Por essa razão, as autoridades sanitárias locais não cruzam os braços e estão a tomar medidas preventivas para evitar que a epidemia alastre.

O chefe de departamento de Saúde Pública em Cabinda disse em entrevista ao Jornal de Angola que o quadro sanitário da província em relação a essa enfermidade não é preocupante. Além disso, a Secretaria Provincial da Saúde está em alerta, tendo redobrado a vigilância epidemiológica para evitar o contágio pela doença. Uma área específica para acomodar os doentes de cólera foi criada pelas autoridades. Os casos suspeitos recebem os primeiros socorros no Hospital Provincial de Cabinda e os doentes mais graves são encaminhados para o Centro de Tratamento de Cólera (CTC) no Hospital 28 de Agosto, onde estão criadas quer as condições técnicas quer humanas para o tratamento. Fernando Kuico garantiu a existência de um stock suficiente de medicamentos para tratar os casos de cólera.

De acordo com Fernando Kuico, ao nível dos quatro municípios da província de Cabinda foram formados 150 técnicos que receberam conhecimentos básicos de prevenção, diagnóstico e tratamento da cólera.

O papel dos técnicos é o de aconselhar a população a acatar as medidas preventivas contra a doença e os procedimentos a ter no caso de um familiar ou um vizinho contrair a cólera. As equipas de vigilância, em coordenação com a Empresa de Águas, vão auxiliar as populações a desinfectar as cacimbas, latrinas, águas estagnadas e distribuir gratuitamente comprimidos de cálcio para purificar o líquido nos bairros Lombo-Lombo, 1° de Maio, Comandante Gika, 4 de Fevereiro e Cabassango, consideradas zonas críticas.

8.13 Fórum Mundial da Água é aberto hoje em Brasília

Jornal de Angola
18 De Março de 2018

Um relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos vai ser lançado durante o 8° Fórum Mundial da Água, que se realiza a partir de hoje até à próxima sexta-feira, em Brasília, com a participação de ministros, especialistas, gestores e organizações envolvidas com a questão da água no planeta Terra.

O relatório, cujo lançamento está previsto para quinta-feira, Dia Mundial da Água, é o principal documento sobre água potável, dá uma visão global sobre o estado dos recursos de água doce no Mundo e tem como objectivo fornecer o conhecimento necessário para a implementação de uma gestão sustentável da água aos decisores políticos.

O relatório é lançado anualmente com um foco temático sobre diferentes questões estratégicas da água. Para este ano, o tema do relatório é "Soluções para a água baseadas na natureza", estando o tema alinhado com o Dia Mundial da Água, pelo que fornece a base de conhecimento para as discussões que vão ocorrer durante o ano.

O Fórum Mundial da Água ocorre de três em três anos, com o objectivo de aumentar a participação do tema da água na agenda política dos governos, além de promover o aprofundamento das discussões, troca de experiências e formulação de propostas concretas para os desafios relacionados com os recursos hídricos.

A nona edição do relatório menciona que os reservatórios canais de irrigação e estações de tratamento de água não são os únicos instrumentos disponíveis para a gestão hídrica. Soluções Baseadas na Natureza (SbN) podem colaborar para a melhoria da qualidade da água e do abastecimento e até mesmo desempenhar um importante papel para evitar desastres naturais.

O Fórum Mundial da Água é o maior evento global sobre o tema e é organizado pelo Conselho Mundial da Água, uma organização internacional que tem

como missão "promover a consciencialização, construir compromissos políticos e provocar acções em temas críticos relacionados com a água para facilitar a sua conservação, protecção, desenvolvimento, planeamento gestão e uso eficiente, em todas as dimensões, com base na sustentabilidade ambiental, para o benefício de toda a vida na Terra".

As edições anteriores do Fórum Mundial da Água aconteceram em Marrakesh, em Marrocos (1997), Haia, Holanda (2000), Quioto, Shiga e Osaka, Japão (2003), Cidade do México, México (2006), Istambul, Turquia (2009), Marselha, França (2012) e Daegu e Gyeongbuk, Coreia do Sul (2015).

8.14 Desafios do executivo divulgados em fórum

Jornal de Angola
19 De Março de 2018

O governo angolano divulga os seus recursos hídricos e os desafios para o desenvolvimento sustentável no fórum mundial de água que decorre desde onte em Brasília, capital do Brasil.

O Ministro de Energia e águas, João Baptista Borges, representa o país. A ministra do Ambiente. Paula Francisco, junta-se hoje ao ministro da energia e águas.

A delegação angolana vai igualmente apresentar as acções em curso no subsector das águas, bem como os desafios para o alcance das metas estabelecidas no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

A par das conferências previstas, Angola vai exibir as suas potencialidades hídricas através de uma exposição com informação sobre os desafios do sector. A delegação quer aproveitar a ocasião para promover a troca de experiencia e, eventualmente estabelecer parcerias com entidades congéneres. O fórum termina na próxima sexta-feira e vai analisar o quadro da sinergia, água e meio ambiente no contexto da Agenda 2030 no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O encontro realiza-se no quadro do Objectivo n°6 da agenda 2030 sobre os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável. O fórum prevê reunir cerca de 400 conferencistas em representação de 70 países.

O fórum mundial é uma organização internacional fundada em 1996, com sede permanente na cidade de Marselha (França). Este ano o foco principal é a promoção de interesses políticos, técnicos, académicos e comercias no domínio hídrico.

8.15 Água: direito de cada um, desafios de todos.

Jornal de Angola
21 De Março de 2018

O acesso à água potável e ao saneamento básico é um direito, é um dos objectivo de desenvolvimento sustentável da ONU, é condição para a vida humana. E, no entanto, chegam a 2 bilhões as pessoas no mundo que não têm fonte segura de água em casa; a 2,3 bilhões as que sofrem com a falta de saneamento. Cerca de 260 milhões - mais do que a população brasileira - precisam andar mais de meia hora para colectar água. Garantir o acesso está entre os principais desafios de nosso tempo.

O Brasil concentra 12% da água doce do planeta - e, apesar disso, não estamos imunes a problemas relacionados à água. Grandes cidades têm enfrentado escassez de abastecimento. Ainda persiste inaceitável deficit de saneamento. E é bem conhecido o sofrimento que estiagens causam à população nordestina.

É em busca de respostas para questões tão urgentes que sediaremos, em Brasília, esta semana, o 8° Fórum Mundial da Água. O fórum deverá. receber mais de 40 mil participantes, de mais de 160 países. Receberemos Chefes de Estado e de Governo, governadores e prefeitos, parlamentares e magistrados, representantes de organizações internacionais e da academia, do setor privado e da sociedade civil. Uma diversidade de actores que faz a riqueza do fórum.

A escolha do Brasil como anfitrião do mais importante evento global sobre recursos hídricos não surpreende. Nosso engajamento internacional no tema é histórico. Sediamos a Rio 92 e a Rio+20 - encontros que reconheceram a íntima relação entre sustentabilidade hídrica e desenvolvimento. Mais recentemente, estive- mos entre os primeiros países a ratificar o Acordo de Paris, que trata de uma das principais ameaças ao direito à água: a mudança do clima.

Esse tradicional protagonismo externo está ancorado em medidas concretas no plano interno. O Brasil sabe que água e saneamento são sinônimos de preservação ambiental e fizemos da segurança hídrica pilar de nossas políticas para o meio ambiente. No intuito de preservar nossos cursos de água, implementamos o programa Plantadores de Rios, que usa ferramentas digitais para defender nossas nascentes e nossas Áreas de Preservação Permanente.

Também avançamos muito na protecção de nossas florestas.

Ampliamos áreas de conservação florestal. Revertemos a curva de desmatamento na Amazônia, que encontramos ascendente. E estamos prestes a criar duas vastas áreas de conservação da biodiversidade marinha. É assim, protegendo nossos ecossistemas, que protegeremos nossas fontes de água.Ter água é essencial, mas não basta. Precisamos que ela chegue a quem precisa.

Disso trata a transposição do Rio São Francisco. É projecto antigo que, agora, estamos finalizando, em benefício de 12 milhões de nordestinos. Já concluímos o eixo que leva água a Pernarnbuco e à Paraíba, e estamos na fase final do trecho que chegará ao Ceará. Ao realizar essa obra grandiosa, não descuidamos da sustentabilidade: lançamos o Novo Chico, dedicado à revitaIização do São Francisco.

Nossa atenção volta-se, também, para o saneamento, em que tanto resta por fazer. Estamos ultimando projecto de lei com vista a modernizar nosso marco regulatório em saneamento e incentivar novos investimentos. O que nos move é a busca da universalização desse serviço básico.

Este é o Brasil que sedia o Fórum Mundial da Água: um Brasil em busca de soluções comuns para problemas globais. Um Brasil que faz e continuará a fazer a sua parte pela preservação de nosso recurso natural mais precioso.

8.16 Angola quer partilha justa de recursos

Jornal De Angola
21 De Março de 2018

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, defendeu ontem, em Brasília, a partilha internacional dos recursos hidricos, de forma justa e equilibrada.

O governante, que falava no 8º Fórum Mundial da Água, em representação do Presidente da República, João Lourenço, referiu que Angola, desde os anos 90, tem participado de forma activa na materialização de cinco acordos internacionais de partilha que subscreveu com países vizinhos.

Desta partilha, destacou os importantes investimentos feitos na regularização do rio Cunene, partilhado com a Namíbia, que garante um caudal regular ao longo do ano.

8.17 Casos de cólera sob controlo

Jornal de Angola
21 de Março de 2018
Texto: Jaquelino Figueiredo

O surto de cólera, que atinge o país desde Dezembro de 2016, como epicentro o município do Soyo e que posteriormente se alastrou às províncias de Cabinda e Uíge, segundo a ministra da Saúde, está controlado, apesar de alguns casos esporádicos registados em Janeiro ao corrente.

De acordo com a ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, o êxito do combate à cólera, deveu -se ao trabalho prestado pelos técnicos, que levou à redução significativa da doença. "Ao nível do país, neste momento, temos a situação mais controlada do que estava em Janeiro, período em que tivemos um surto preocupante no Uíge, que iniciou em Dezembro de 2017, mas por esta altura já temos uma tendência a diminuição dos casos" , disse a ministra, para acrescentar que, no último boletim de 24 horas, houve o registo de apenas quatro casos.

A província de Cabinda, além do Zaíre, também é uma outra que regista alguns casos da doença. As medidas do plano de emergência estão a ser tomadas para controlar a situação em curto prazo. Para debelar a situação, como frisou uma comissão multissectorial integrada pelos Ministérios da Saúde, do Ambiente, das Finanças, da Energia e Águas e Comunicação Social está a trabalhar, com vista a encontrar - se soluções para melhorar o abastecimento de água.

"Temos de olhar os problemas da saúde numa visão multissectorial e a cólera é uma doença que tem uma ligação directa com a qualidade da água que é fomecida e o saneamento do ambiente", disse Silvia Lutucuta, sublínhando que um esforço está a ser feito pela comissão multissectorial para resolver o problema de abastecimento de água potável.

A ministra da Saúde inaugurou no município do Soyo um sistema de abastecimento de água tratada para 240 habitantes da Ilha do Luamba, e visitou o principal hospital da região, antes de entregar medicamentos.

Medicamentos no país

A ministra garantiu a existência de medicamentos essenciais nas unidades hospitalares do país. "Não podemos vir aqui afirmar que temos todos os problemas de medicamentos resolvidos, mas o básico e o essencial para o funcionamento das unidades há", disse Sílvia Lutucuta.

A ministra apela aos profissionais para fazerem melhor uso dos recursos disponíveis e serem usados para as "pessoas mais carenciadas, o contrário haverá mão pesada para os funcionários menos comprometidos com a causa".

Sílvia Lutukuta afirmou que o Hospital municipal do Soyo tem insuficiências de infra-estruturas, que limitam o seu funcionamento pleno, cuja realidade prometeu melhorar a seu tempo. "Temos uma parte nova e outra antiga com 170 camas que não está a funcionar no seu pleno, porque existem áreas que estão desactivadas e outras com funcionamento precário, mesmo assim o trabalho está a ser feito, pelo que felicito os técnicos que muito têm feito para o atendimento dos utentes", acrescentou.

Durante a sua estada na cidade do Soyo, a ministra Sílvia Lutukuta visitou o centro de saúde do bairro Kinganga Mavacala, recém-construído, e a maternidade do Mpinda, afecta à Igreja Católica.

Segunda - feira, a ministra da Saúde defendeu uma intervenção multissectorial para solucionar os principais pro-, blemas que o sector enfrenta, com vista a garantir os cuidados primários às pessoas.

Sílvia Lutukuta defendeu uma abordagem dos vários problemas da área numa visão multidisciplinar. "Devemos olhar os determínantes da saúde e fazermos uma abordagem dos problemas sempre numa visão multídisciplinar ou multissectorial, onde temos que ter água de qualidade, saneamento do ambiente e outras condições sociais dos cidadãos resolvidas para termos saúde em plenitude", acrescentou.

8.18 Milhões de pessoas em Angola ainda não consomem água própria

Jornal De Angola
21 de Março de 2018
Texto: Isidoro Natalício

Angola possui potencialidadesbídrtcasavaliadasena 1.142 hectometros cúbicos de água, dos quais apenas explora 727 hectometros, não sendo ainda o ideal para a satisfação das necessidades dos maís de 27nailhões de habitantes.

O acesso à água para a agricultura e para fins domésticos e agrícolas apresenta nümeros que suscitam reflexão.

Um relatório, já divulgado, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), que aborda o consumo de água potável, o saneamento e higiene em maís de 200 países, até 2016, refere que 44 por cento da população angolana tem acesso a água potável, una número que coloca o país na pior situação entre as nações que falam português.

Também há versões que apontam a subida para 60 por cento dos que já utilizam água própria para o consumo humano. Estes indicadores ocultam problemas como a desigualdade no acesso às fontes, o desequilíbrio na concentração populacional, o preço, o peso nos orçarnentos familiares e a qualidade.

As Nações Unidas revelam que, no país, até 2002, una habitante usava em média, no maxímo, 30 litros por dia, sendo o ideal 120 litros. Em numerosas localidades, as pessoas percorrem distâncias (meio quilómetro ou mais) e enfrentam filas ena chafarizes para acarretar a água que jorra em menos de cinco horas por dia.

Apesar do crescimento da população o consumo de água potável por pessoa em Angola aumenta a julgar pela construção de várias centralidades e infra-estruturas de captação, armazenamento, tratamento e transporte em diferentes pontos do país. Na busca de água própria para consumo experimentaram- se nalgumas zonas os furos artesianos (exploração de água no sub-solo), porem sem grande adesão. O engenheiro hidráulico Jorge David disse que tal processo é caro, pois o furo pode custar até 300 mil dólares, sobretudo quando feito em montanhas.

Milhões de angolanos em cidades e vilas dependem ainda do acarretamento de rios, cacimbas e lagoas. Percorrem distâncias, una quílómetro ou mais, à pé, para transportar a água em bidões, cada una cona20 litros, sendo as pessoas com deficiência, grávidas e idosos as mais penalizadas.

Água bruta nas cidades

No Dondo, por exemplo, os cerca de 70 míl habitantes espalhados pelos dez bairros localizados distantes do rio Cuanza, no mínimo, num raio de dois quilómetros, captam água por meio de moto-bombas e transportam- na em viaturas.

Adão João Mateus, 25 anos, ao volante de una "cupapata" paga ao proprietário da moto- bomba mil kwanzas diários para fazer dez carregamentos e revende o recipiente de 400 litros por 800 kwanzas. Mariana Ngueve, 22 anos, disse que o preço da água é elevado, sendo insustentável para os orçamentos das famílias, a maioria sem nenhum mernbro com emprego fixo e seguro.

Por falta de estudos, desconhece- se quem realmente usa algum dos processos de tratamento maís acessíveis, como a fervura, adição de lixívía ou hipodorito para prevenir a contaminação.

Na opinião do engenheiro Jorge David, a carga poluente ainda é pouco significativa, mas já é motivo de alerta em decorrência da existência de unidades fabris próximas de cursos de água, como a fábrica da multinacional Coca-Cola. Em Angola, a forrna mais comum de poluição de, cacimbas e lagos é a lavagem intensiva de roupa e de viaturas e, nalguns casos, o depósito de excrementos humanos.

No mundo, actualmente mil milhões e 800 milhões de pessoas consomem águade fontes desprotegidas contra a contaminação por fezes humanas e mais de 80 por cento das águas residuais geradas por actividades do homem, incluindo o esgoto caseiro, são despejadas no meio ambiente sem ser tratadas ou reutilizadas, segundo um relatório das Nações Unidas.

Poucas áreas irrigadas

O chefe de Departamento de Recursos Hidráulicos do Ministério da Agricultura e Florestas disse que a irrigação agrícola consome 47 por cento da água disponível e o país tem uma área potencialmente arável, estimada em 35 milhões de hectares, das quais 30 milhões estão ainda virgens. "Apenas estão desenvolvidos 129 mil hectares dos três milhões e 700 mil hectares potencialmente irrigáveis que correspondem a três por cento e meio da superfície irrigada, influindo muito pouco nos níveis de produção dos produtos alimentares no país", disse Jorge David.

O sistema de regadio mais disseminado é o de gravidade, acessível ao produtor de baixo rendimento, mas é de maior desperdício de água.

Alguns agricultores já utilizam sistemas como gota a gota (localizados), micro- aspersão, aspersão, assim como inundação por tabuleiro (travessa).

Recentemente, foi introduzida a hidroponia, nome dado a um sistema de cultivo de plantas caracterizado por não precisar de terra. O investimento para um sistema de irrigação varia entre os três e quatro mil dólares. A pecuária, por sua vez, consome 12 por cento da água disponível.

8.19 Moradores da Maianga recebem promessas de melhorias

Jornal De Angola
21 de Março de 2018
Texto: Kilssia Ferreira

Denúncias de cobranças ílegais e demora no atendimento e na reposição de equipamentos danificados estão entre os principais problemas apresentados ontem às Empresas Nacionais de Distribuição de Electricidade (ENDE) e de Água (EPAL) pelas comissões de moradores dos bairros do distrito urbano da Maianga, município Luanda.

O encontro de auscultação, decorrido na sala reuniões do Gabinete Provincial de Luanda da Educação, foi realizado com objectivo de as duas empresas públicas porem fim as inquietações levantadas por moradores, alguns dos quais dizem haver também demora na celebração de contrantos e cortes ilegais.

Constantino Luís, repnsentante de urna das comissões de moradores do Bairro da Paz, denunciou à EPAL a existência de elementos, que dizem pertencer à empresa pública, que, no bairro, vendem torneiras e lamentou facto de, hájá três, a partir algumas torneiras já não jorarem rarem água potável.

Constantino Luís explico que a área está dividida em três sectores - A, B e C - , mas apenas a última é que beneficia de água potável, uma situação que cria descontentamento entre os moradores dos sectores A e B

José Cândido, representante da Comissão de Moradores do bairro 15 de Julho, quis saber do representante da EPAL quando é que o Sector 2 vai beneficiar da canalização de água potável.

Sobre o fornecimento de energia eléctrica, José Cândido defendeu um encontro entre a ENDE e os agentes autorizados que fornecem energia àquela área, porque, na falta de pagamento, fazem cortes e retiram e levam os cabos de electricidade.

Domingos António, representante do bairro Cassequel do Embondeiro, declarou que a maior preocupação dos moradores é o garimpo de água praticado nas ruas 65,62 e 63 por pessoas e bem , identificadas", alho ainda não terminou.

8.20 Abastecimento de água restabelecido no Sumbe

Jornal de Angola
23 De Março de 2018
Texto: Casimira José

O abastecimento da água, constituído por dois fichafarizes e 40 tanques para lavagem de roupa, no bairro Quissala, arredores da cidade do Sumbe, capital do Cuanza Sul, foi reaberto ontem, depois de obra de reabilitação.

A infra-estrutura, reinaugurada no quadro das comemorações do Dia Mundial da Água, assinalado ontem, custou aos cofres do Estado sete milhões de kwanzas e foi reabilitada e ampliada pela Empresa Provincial de Agua e Saneamento do Cuanza Sul, cujas obras duraram quatro meses.

O vice-governador para o sector Económico, Político e Social, Joaquim de Almeida, disse no acta que o sistema de abastecimento de água tem capacidade para responder às necessidades das populações do bairro.

" Ampliamos e reabilitamos totalmente o sistema de abastecimento combinado de agua para satisfazer a necessidades das populações com água de qualidade; e utilizá-lo também para lavar vários utensílios domésticos, como roupa" Loiça, etc.", Frisou.

"O abastecimento de agua potável às comunidades", prosseguiu, "faz parte das tarefas prioritárias do Executivo angolano, daí que o Governo da província, cumprindo orientações, vai continuar a trabalhar para fazer chegar água potável a todo os cantos do Cuanza Sul".

8.21 Mais de USD 18 milhões investido no projecto "Água para Todos"

Jornal O PAIS
23 de Março de 2018

Doze localidades em sete municípios da Província de Malanje, num total de mais de 20 mil habitantes, passarão a ter água potável nas residências, após a conclusão da construção de novas ínfra-estruturas de abastecimento de água naquela província, no âmbito do Programa Água Para Todos, Ao todo, o programa já consumiu USD 18 milhões,

O prazo de execução das obras, a cargo da Owini, a unidade de projectos de água do Grupo Mitrelli, é de cerca de 18 meses, Kahuce Kamongua, no município de Malanje, deverá ser a primeira aldeia a inaugurar o novo sistema de abastecimento de água potável, num prazo de três meses.

Desenvolvido pelo Ministério da Energia e Águas (MINEA), o Programa Água Para Todos, do Executivo angolano, contacoma parceria técnica da Owini, responsável pelos trabalhos de construção de novos sistemas de abastecimento de água tratada em Malanje e noutras províncias do país, incluindoacaptação, tratamento, transporteedistribuição de água.

Segundo Fernando Ferreira, director de Comunicação e Imagem do Grupo Mitrelli, as novas infra-estruturas incluem sistemas de captação, tratamento e transporte de água, chafarizes, unidades combinadas de chuveiros e lavandarias, tanques de lavagem de roupa, chuveiros e torneiras, e ainda ligações a edifícios públicos.

As aldeias que passarão a beneficiar de água potável no âmbito deste projecto são, no município de Malanje, a KahuceKamongua, a Camibafo, Carianga, e Kalumuxíto, Sautari. Já no município de Kirima, a MunhunguaN'zamba (Major Kanhangulo); no município de Cacusso, a Banje Angola (Ngola Bande), Cambo Sunjinji e Micanda; no município de Cahombo, a Zenza; no município de Massango, a Ginga Izambo; no município de Kangandala e o Sector de Kacualo, no município de Kiwaba Nzoge.

Apenas 22 por cento das famílias angolanas tem água canalizada numa altura em que se comemorou, ontem, o Dia MundialdaÁgua, é importante informar que hoje, 2,1 mil milhões de pessoas no-mundo não têm acesso a água potável. Em Angola, segundo os dados do In- quérito de Indicadores Múltiplos da Saúde, pouco mais da metade dos agregados familiares (53%) tem acesso a fontes de água apropriada para beber, sendo 67% nas áreas urbanas e 32% nas áreas rurais.

8.22 Fórum Mundial aponta soluções inovadoras para a gestão da água

Jornal de Angjola
24 De Março de 2018

Especialistas, governantes e membros da sodedade civil, em representação de 70 paises, incluindo Angola, discutiram, durante cinco dias, em Brasilia, capital do Brasil, as melhores formas de partilhar os recursos hídricos.

No Fórum Mundial da Água, que ontem terminou, várias empresas apresentaram soluções inovadoras

para a gestão dos recursos hídricos, enquanto políticos reafirmaram o compromisso com um dos "grandes objectivos da Agenda das Nações Unidas de levar água potável e saneamento a todas as pes- soas do planeta até 2030.

Em paralelo às intervenções dos representantes dos países presentes, decorreram debates sobre o estado actual do fornecimento de água potável à população, saneamento e expectativas globais. O ministro angolano da Energia e Águas falou das acções em curso em Angola, onde as 77 bacias hidrográ- ficas disponíveis ainda não cobrem, de forma equitativa e regular, todo o território. Na parte centro-sul, uma vasta região está sujeita a estiagens prolongadas, causando impactos sócio-económicos relevantes.

Pavilhões

João Baptista Borges defendeu uma partilha internacional dos recursos hídricos, de forma justa e equilibrada, e destacou os investimentos feitos na regularização do rio Cunene, partilhado com a República da Namíbía, para que este país disponha de um caudal regular ao longo do ano. Mais de cem mil pes- soas visitaram os 'vários pavilhões à disposição no fórum. Com acesso gratuito, o público pôde dialogar com as empresas participantes, procurando entender o que cada uma pensa e faz em prol da água, além de com- partilhar as boas práticas.

A Holanda, que também participou no Fórurn, lançou, em comemoração ao Dia Mundial da Água, simultaneamente, em Haia e na Expo, um programa internacional de cooperação e investimento em projectos ligados à questão hídrica, baptizado de Blue Deal (Acordo Azul). A ideia é incentivar as trocas de conhecimentos e financiamento de iniciativas em outros países, que visem o fomento da inovação e melhorias no sector da água, segurança e saneamento.

Israel, mesmo diante de uma situação de seca, mostrou que é possível abastecer a agricultura doméstica e industrial, através da tec- nologia. Em algumas regiões de África e no Brasil já estão a ser implementadas algumas medidas para controlar os efeitos das alterações climáticas.

No Mali, há quem esteja a plantar árvores endémicas para controlar o avanço dos desertos impulsionados pela seca. No Brasil, várias plantações prejudicadas pela falta de água estão a ser substituídas por vegetação natural dos respectivos terrenos, com potencial para entrar na alimentação humana e combater a falta de colheitas.

Boas práticas

O fórum apresentou, igualmente, exemplos de práticas recomendáveis para a boa utilização dos recursos hídricoso Um relatório cita o exemplo do estado do Rajastão, na Índia. Em 1986, a região passou por uma das piores secas da sua história. Durante os anos seguintes, uma ONG trabalhou com as comunidades locais, para estabelecer estruturas de colecta de água e regenerar solos e florestas na região. A iniciativa levou a um aumento de 30 por cento da cobertura florestal, os níveis das águas subterrâneas subiram em alguns metros e a produtividade das terras de cultivo cresceu.

Outro "caso" citado no texto é o da China, que, recentemente, iniciou um projecto chamado "Cidade Esponja", para melhorar a disponibilidade de água em aglomerados urbanos. Até 2020, a previsão, segundo o levantamento da Unesco, é de que serão construídas 16 cidades-esponjas pelo pais.

"O objectivo é reciclar 70 por cento da água da chuva, através de uma maior per- meação do solo, por retenção e armazenamento, e pela purificação da água e res tau- ração de zonas húmidas adja- centes" , explica o documento.

Verde nas cidades

Soluções baseadas na natureza também foram destaque. Entretanto, não se referem apenas às práticas que poderiam ser adoptadas em áreas rurais ou de grande extensão vegetal. Mostram como é possível preservar as funções dos ecossistemas naturais, artificiais e, também, nas grandes cidades. Um exemplo é o de colecta da água da chuva nas cidades. Ao invés de ser recolhida directamente, dos telhados, o projecto sugere o uso de 'telhados verdes' (com plantas), que traz ainda como benefício a redução das ilhas de calor.

As ínfra-estruturas verdes, segundo especialistas, ajudam a acumular água e na biodiversidade, inclusive nas cidades. Outros exemplos urbanos incluem medidas para reciclar e recolher água, reservatórios para a recarga de águas subterrâneas e protecção de bacias hidrográficas que abastecem cidades. Como alternativa, especialistas apontaram soluções "verdes e cinzas". As expressões referem - se às tecnologias baseadas na natureza, como o reflorestamento de nascentes e bacias, e àquelas que exigem mais infra-estrutura, como barragens e cisternas.

Produtor de água

O Brasil apresentou, durante o fórum, uma solução para a preservação de matas e actuar na recuperação de .mananciais, um dos principais desafios

enfrentados por instituições que trabalham com a protecção da natureza.

O Programa Produtor de Água incentiva a compensação financeira aos agentes, que, comprovadamente, contnbuem para a protecção e recu- peração de mananciais, gerando benefícios para a bacia e a sua população. Trata-se de um programa de interesse da colectividade, que, para que tenha sucesso, depende da adesão maciça dos produtores rurais da região.

Pelo menos 917 municípios brasileiros apresentam algum risco relacionado à seca e à falta de água. O número corresponde a 16 por cento do total de cidades do país ou uma a cada seis.

Números do Fórum

As discussões da edição brasileira do Fórum Mundial da Água atraíram, além do público recorde (cem mil), 12 chefes de Estado, 134 parlamentares e 70 ministros de 56 países. A cobertura foi feita por 1.968 profissionais de imprensa, entre eles 150 estrangeiros. O encontro internacional gerou oito mil empregos directos e indirectos. Além disso, nas actividades de consciencialização,10.333 árvores foram plantadas.

Criado em1996, pelo Conselho Mundial da Água, o fórum foi idealizado para estabelecer compromissos políticos acerca dos recursos hídricos. Japão, Coreia do Sul, Portugal, Suíça, Holanda, Marrocos, Espanha, Senegal, Palestina, Turquia, China, França, Tarjikistão, Israel, Inglaterra, Angola, Austrália, África do Sul e Tunísia estiveram representados nos pavilhões.

O Fórum Mundial é uma plataforma de debate a respeito do tema água, que busca, por meio de uma participação aberta e democrática, promover o debate para influenciar os processos decisórios na área de recursos hídricos. A próxima edição decorre em 2021, no Senegal, sob o tema "A Segurança da Água para a Paz e o Desenvolvimento Durável".

8.23 Mais água, mais saúde no Golungo Alto

Jornal de Angola
24 De Março de 2018

A rede de distribução interna de água potável tem uma extensão de 39.000 metros, facto que criou premissas para a criação de 200 ligações domiciliares e 25 chafarizes, com quatro bicas cada. A estação de tratamento de água abarca um laboratório, sala de manutenção eléctrica, ocupando uma área total de 1.000 metros quadrados.

A redução de casos de doenças de foro intestinal, como as diarreias e a febre tifóide são benefícios tra- zidos pela estação de tratamento de égua potável do Golungo Alto.

O projecto, tutelado pelo Executivo, tem a fonte de captação no curso normal do rio Nzenza, a 18 quilómetros da vila. A execução do programa "Água para Todos" tem uma duração prevista de 12 meses, com um orçamento de 417.727.808.88 kwanzas, e vai beneficiar 27 mil famílias.O centro de captção tem capacidade para bombear 80 metros cúbicos por hora.

O reservatório de água bruta leva 240 metros cúbicos' enquanto a estação de tratamento pode armazenar 100 metros cúbicos por hora.

Nazaré Agostinho, de 38 anos, residente no bairro Tunde Sanji, nos arredores da vila, conta que antes da inauguração do projecto, acarretava água para beber e cozinhar numa nascente, que dista cerca de um qui- lómetro de casa, vulgarmente conhecida como "capopa".

"Tínhamos de acordar cedo para encontrar água limpa e para satisfazer as necessidades de casa. Diariam ente acarretávamos cinco bidões de 25 litros à cabeça, o que doravante vamos esquecer, pelo facto de existir um chafariz ao lado de casa, de onde tiramos água a qualquer hora do dia", disse, com satisfação.

O director do hospital municipal do Golungo Alto, Malenguila Kidia, disse que a abertura do projecto con- tribui para a redução das doenças causasdas pelo consumo de água imprópria, tendo avançado que durante o ano passado foram diag- nosticados 920 casos de diar- reia e 236 de febre tifóide.

José Maria Ferraz dos Santos, governador provincial do Cuanza - Norte, considera o projecto "especial", por acreditar que a água é fonte da vida. O consumo de água própria pode regularizar a vida da população em relação à melhoria da saúde e àqualidade de vida.

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, sublinhou, na ocasião, que a par do Golungo Alto, tem na forja projectos que visam o fornecimento de água potável a outros municípios, alguns dos quais com finan- ciamentos já aprovados, estando apenas a aguardar a respectiva alocação.

JoãoBaptistaBorgesadvertiu a população para estar vigilante, para denunciar os actos de vandalismo e roubos que possam acontecer nas novas infra- estruturas.

Quanto à melhoria do abastecimento de água à cidade de Ndalatando, João Baptista Borges garantiu que em breve o Ministério de tutela vai tornar público o projecto no rio Lucala, com uma tubagem de 25 quilómetros.

8.24 UNICEF apoia 30 milhões de pessoas

Jornal de Angola
24 De Março de 2018

Em alusão ao Dia Mundial da Água, na última quintafeira, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNI- CEF) emitiu, em Brasília, um comunicado, no qual alertou para o extremar climático que o planeta vai sofrer e sugeriu o regresso do homem ao controlo dos ecossistemas através dos métodos da pró- pria Natureza.

O comunicado sublinha que, no ano passado, a UNICEF forneceu água potável - a perto de 30 milhões de pessoas, em emergências humanitárias, 284.184 das quais em Angola. "Pelo menos 263 milhões de pessoas no mundo levam mais de 30 minutos para ir e voltar da busca de água. Em Angola, a situação ocorre com 19 por cento dos agregados em áreas urbanase43 porcento dos agregados em áreas rurais, entre aqueles sem acesso à água para beber dentro de casa", salienta.

O UNICEF realça que houve uma evolução no acesso à água dos agregados familiares em Angola, entre 2015-2016, comparativamente, a 2008-2009, aumentando 12 pontos percentuais (42% para 54%), crescimento que se registou, sobretudo, nas áreas urbanas. Dados avançados pela Angop indi- cam que, entre 2012 e 2017, Angola investiu, no subsector das águas, mais de quatro mil milhões de kwanzas.

Entretanto, o UNICEF alerta que cerca de metade dos agregados familiares (47%) angolanos não tem acesso a fontes de água potável e muitas crianças passam horas a caminhar diariamente para aceder ao líquido. A organização refere ainda que, devido à falta de fontes de água potável, muitas crianças não têm oportunidade de ir à escola e avisa que "esta jornada pode ser perigosa", tendo em conta que os utensílios utilizados para acarretar água pelas crianças podem pesar cerca de 20 quilos.

"Para algumas, essa rotina diária para colectar água pode consumir as suas vidas. Elas temem ataques, temem caminhar longas distâncias e perdem a oportunidade de ir à escola ou de brincar com os amigos", lê-se no comunicado.

8.25 Projectos estruturantes para localidades afectadas pela seca

Jornal De Angola
28 de Fevereiro de 2018-06-13

O secretário de Estado para Águas, Luís Filipe da Silva, informou que em relação às localidades do país afectadas´´pela seca, nas províncias do Cunene, Namibe, Benguela e Huíla, o Executivo estuda a implementação de projectos estruturantes que vão permitir uma melhor gestão das águas que caem nestas regiões, no período chuvoso. "Vamos apostar na construção de barragens em vários cursos de água ou bacias, para fazer a retenção da água nos períodos em que hajam precipitações. Estamos a investir, também, na pesquisa e identificação de águas subterrâneas que vão ajudar a resolver os problemas de seca nessas regiões", assegurou o governante.

Luís Filipe da Silva fez saber que na província' do Namibe não há cursos de água ou rios permanentes. Por essa razão necessita de barragens para a retenção da água. Coordenado pelo Vice-Presidente da República, o Conselho Nacional de Águas (CNA) é um órgão permanente consultivo do Titular do Poder Executivo, criado pelo Decreto Presidencial no 76/17, de 5 de Abril, que aprova igualmente o seu regulamento.

8.26 ÁGUA corrente chega a zona alta do Lobito

Jornal de Angola
Data: 29 de março de 2018
Texto: Jesus Silva

Moradores dos bairros do Alto- Liro e Zâmbía, na zona alta da ddade do Lobito, voltaram a ter, desde terça - feira, água corrente nas suas residências, depois de 10 anos de interrupção por avaria no sistema de bombagem.

Segundo o responsável da Empresa de Água e Saneamento do Lobito (EASL), Henriques Calengue, para o reatamento do fornecimento de água aos bairros Alto- Liro e Zâmbia foram montadas duas moto- bombas na subestação do Morro da Rádio, que resultou no aumento da capacidade de abastecimento aos consumidores de 1.300 para 50 mil metros cúbicos.

"Estamos a abastecer mais de mil metros cúbicos de Já alertámososmoradores água por hora na zona alta do Lobito, fruto dos investimentos que estamos a fazer´´ afirmou Henrique Calengue.

"Os moradores destas zonas exibem hoje um semblante de alegria, pois estavam prívados durante 10 anos de ága corrente´´

O responsável adiantou que a água está a chegar às casas dos consumidores com mais pressão, fruto das capadades elevadas das moto- bombas. "O desafio agora é manter a regularidade do abastecimento e, para o efeito, temos de fazer manutenção regularmente na conduta que já remonta há mais de 20 anos.

Já alertamos os moradores de que nos próximos dias poderão registar-se rupturas na conduta por estar obsoleta, daí que vamos dar prioridade á manutenção sistemática, sublinhou.

Henriques Calengue aconselhou os moradores que ainda não têm água canalizada a aderirem à campanha de ligação domiciliária que está em curso. "Os interessados têm apenas de entregar os materiais necessários à EASL e esta procederá à ligação com a isenção de pagamento das respectivas taxas", frisou Em relação à ímplementação do sístema pré-pago, disse que o processo envolve "grandes investimentos" em infra -estruturas. "Neste momento, a prioridade da EASL é colocar água em todas as localidades do Lobito", assegurou.

Henrique Calengue informou, por outro lado, que a empresa que dirige tem uma facturação mensal de 100 milhões de kwanzas. "Convém notar que os nossos clientes só pagam 40 por cento do consumo, equivalente a um dólar por metro cúbico (cerca de 220 kwanzas)", esclareceu.

O responsável criticou o incumprimento de alguns cidadãos, particularmente daqueles que possuem tanques de água, no que toca ao pagamento regular do consumo.

8.27 Moradores da Mabor agastados com a administração municipal do Cazenga

Jornal A REPÚBLICA
2 De Março de 2018
Texto: Mafuta Malanda

Os moradores do bairro Mabor, distrito urbano do Kimakeza, no município do Cazenga, mostram-se agastados com a administração daquele município, que já foi considerado mais populoso de Luanda.

Em causa está a famosa lagoa do Poupalá, que tem criado enormes dificuldades aos moradores. A lagoa em causa surge na sequência de obras mal feitas, das quais estamos habituados a ver um pouco por essa Angola adentro.

No ano de 2008, durante o consulado da senhora Francisca de Espírito Santo, como governadora de Luanda, asfaltou-se a rua da Sonef, que liga a avenida Ngola Kiluanje a alguns bairros dos municípios de Cacuaco e Viana, passando pelos bairros da Mabor e do Kikolo. A empreiteira da obra prestou um mau serviço, fez uma escavação ao longo da rua e no seu interior colocou o asfalto, tendo as casas nas duas margens ficando por cima, sem esgoto tampouco uma inclinação de maneira que as águas das chuvas não se acumulassem ao longo da estrada.

Dois anos depois, isto é, em 2010, por causa das chuvas, o asfalto desapareceu, tendo-se formado, à frente do supermercado Poupalá, uma vala de drenagem a céu aberto, com uma profundidade não inferior a três metros, com todos os riscos possíveis.

As crianças e os adolescentes acorrem àquele local, uns para tomar banho, como se de praia o local se tratasse, ao passo que outros encontraram aí o seu ganha-pão, lavando viaturas, bem como o improviso de uma ponte, onde se cobra 50 kzs por travessia.

A rua tornou-se quase intransitável, criando dificuldades não só para os moradores, como também para os trabalhadores da ex - ENE, trabalhadores e estudantes do Instituto Superior Politécnico do Cazenga (ISPOCA), que se viu obrigado a transferir os estudantes para os edifícios localizados no distrito do Kala Wenda, pacientes e técnicos do centro médico Progresso e fiéis da igreja Pentecostal "Sião".

Os moradores alegam ter feito vários apelos à administração municipal, mas até hoje não são tidos nem achados.

"Antes de asfaltarem a nossa rua, aqui não parava água. Quando chovesse a água corria até lá mais abaixo, mas quando se fez essa obra mal feita, estragaram a nossa rua desabafou Plácido Zinga, morador há 25 anos.

Já Marcelina João, igualmente moradora, deixa mais um apelo a quem de direito.

"As autoridades não podem esperar que ocorra aqui uma tragédia para depois virem intervir. Pedimos encarecidamente ao senhor administrador que mobilize homens e máquinas para tapar essa vala" disse.

Entretanto, se houvesse vontade política, certamente, esse problema teria sido resolvido,pois a própria natureza encarregou-se de criar uma vala que liga os municípios do Cazenga e Cacuaco ao mar, daí que seria bom se ligassem a lagoa a essa vala que dista a 400 metros.

8.28 Bacia de retenção Transbordada e obstrui vias

Jornal de Angola
5 De Março de 2018

As chuvas que caem sobre Luanda vêem mostrando a quantas andamos em termos de valas de escoamento da águas pluviais. As águas estão a tudo e mais alguma coisa e nem mesno as zonas urbanas são poupas. A bacia de retenção do Talatona localizado na rua S15 é um exemplo o que falamos. Foi construída para suportar as águas pluviais de Talatona e arredores mas nem isso consegue fazer. O surgimento de novos condomínios nos arredores estrangulou os objectivos pelos quais fora criada e do escoamento das águas à vala de drenagem da Ponte Molhada restam apenas saudades. As águas passaram a confinar-se na rua S15. Especialistas na matéria dizem que é possível inverter a situação com a colocação de bóias e electrobombas com capacidade suficiente para escoar a água à vala da Ponte Molhada e deste modo evitar-se o pior. Há já muitas residências nos arredores da bacia de retenção a ser afectadas pela precária situaçã

8.29 Chuvas destapam problemas de saneamento

Jornal LUANDA
5 De Março de 2018
Arcângela Rodrigues

Até quando? Eis uma pergunta que moradores de Luanda têm feito todos os anos, na época das chuvas, e que continua sem resposta. As chuvas vieram destapar, mais uma vez, as debilidades de uma cidade com sérios problemas de saneamento básico. Ruas e estradas de Luanda tomaram-se intransitáveis, pontes desabaram, famílias ficaram sem abrigo e pessoas morreram afogadas em valas de drenagem que transbordaram.

Os estragos causados levaram o governador de Luanda a reunir com arquitectos e engenheiros, no Salão Nobre do Governo da Província, para a recolha de subsídios, com vista a solucionar os problemas.

Adriano Mendes de Carvalho revelou que vai ser criado, num curto espaço de tempo, um memorando no qual vão constar as sugestões apresentadas pelos técnicos, para serem submetidas ao Presidente da República, para aprovação. "Não podemos continuar assistir a esse tipo de coisas. Isto tem que acabar, mas é preciso maior fiscalização à construção de obras públicas", disse. O governador acrescentou estar cansado de ouvir falar de estudos que até hoje tardam em dar respostas aos problemas de saneamento básico da cidade de Luanda. "Não é isso que o povo quer. O povo quer ver soluções duradouras. E não essas que, quando chove, começam a desmoronar", disse.

O arquitecto Resende de Oliveira considerou o encontro útil, pois permitiu a apresentação de "óptimas contribuições" para a solução dos problemas de Luanda. Para tanto, acrescentou, vai ser necessária a destruição de algumas residências, construidas por cima do canal de água, passeios e valas de drenagem", disse.

O arquitecto afirmou que o processo de melhoria é de curto, médio e longo prazo e defendeu a criação de um esquema que permita ao Governo Provincial de Luanda acompanhar, fiscalizar e autorizar as licenças de obra.

O engenheiro Francisco José defende, por seu lado, a criação de um grupo técnico e comités distritais, nos quais os especialistas devem apresentar as suas contribuições para a criação de equilíbrio ambiental e sanitário para que, numa fase mais avançada, sejam criadas soluções urbanísticas e arquitectónicas.

António Venâncio, também engenheiro, recordou que, nos últimos 15 anos, foram visíveis algumas obras mal feitas e outras com erros de engenharia, que têm causado sérios problemas à província de Luanda. Deu como exemplos de erros de engenharia as avenidas Ngola Kiluange, 21 de Janeiro, vala de drenagem da Senado da Câmara e as centralidades do Sequele e do Kilamba.

"Quanto às fissuras e inundações com que se deparam as centralidades do Sequele e Kilamba, é necessário descobrir a sua origem. Normalmente, são resultantes de fundações, má compactação dos solos ou mau estudo do terreno", explicou, acrescentando que" são erros que podem ser corrigidos a curto, médio e longo prazo".

António Venâncio afirmou que o Sequele e o Kilamba foram feitos sem qualquer fiscalização. "Não havendo esta fiscalização, é difícil encontrar a perfeição que se pretende. Sendo uma obra pública, era necessária uma fiscalização, para aferir a qualidade

dos materiais, processo construtivo e revisão do projecto", disse.

O engenheiro definiu o Kilamba como uma pequena cidade ou urbanização e não uma centralidade. "Quem vai fazer do Kilamba uma centralidade são as pessoas, de acordo com o seu comportamento e desenvolvimento naquela área ", concluiu, reafirmando a necessidade de uma maior fiscalização das obras.

8.30 «Lagoa do bagre» irrita moradores da zona do Quintalão do Petro

Novo Jornal
9 De Março de 2018
Texto: A.G

Uma imensa lagoa, que nasceu nas cercanias do Quintalão do Petro, está a deixar preocupados os moradores do Golfe 2, que viram bloqueadas as ruas e entradas de acesso ao bairro.

A água suja e esverdeada aumenta sempre que "São Pedro" entende abrir as torneiras, ou seja, sempre que a chuva cai, representando assim um perigo para a saúde pública, como denunciaram moradores à reportagem do Novo Jornal. "Esta lagoa tem tornado a rua intransitável. As pessoas, para atravessarem a lagoa, vêem-se obrigadas a trepar às paredes", disseram residentes, sublinhando que o lago é fundo e representa um perigo de afogamento para os populares.

Testemunham que várias pessoas já caíram na lagoa e tiveram de ser socorridas por taxista e vendedores do mercado nos arredores. "Há um cidadão que caiu na lagoa e por pouco não se afogou por ter ingerido quantidades de água suja", lamentaram.

Segundo os moradores, a situação já dura há cerca de quatro anos e é do conhecimento da administração, que, "até ao momento, não tomou medidas para a resolução do problema", que voltou a agravar-se com o cair das chuvas dos últimos dias. "A administração apenas tem mandado homens da comissão de bairro para vir cobrar fichas às vendedoras do Quintalão".

O trânsito de viaturas ficou cortado devido à inundação, o que dificulta os automobilistas e residentes, que dizem ver-se mesmo obrigados a deixar os seus carros noutras áreas. "Temos tido muitas dificuldades. Já não conseguimos sair de casa com as nossas viaturas porque existe uma lagoa enorme que condiciona nosso acesso. Recentemente tivemos de levar, a pé, um doente até, estrada", lamentaram.

A lagoa tem tornado a vida dos moradores cada vez mais difícil, os quais pedem que a administração tome medidas urgentes para se evitar uma eventual "desgraça".

Os munícipes apelam à intervenção do Governo da Província no sentido de criar mecanismos urgentes para extinguir a conhecida "lagoa do bagre". "Eles devem colocar aqui esgotos melhorar o saneamento básico da zona que está cada vez pior", pediram

Comissão dos moradores estranha o silêncio da administração

O responsável da comissão de moradores, Moisés António, confirmou à nossa reportagem o drama dos moradores e disse mostrar-se surpreso com o silêncio da administração municipal, que, segundo ele, tem conhecimento do problema. "Já contactámos várias vezes a administração, mas eles nunca resolvem o problema concluiu o coordenador.

8.31 Confirmados 13 casos de cólera em Cabinda

Novo Jornal
9 De Março de 2018

As suspeitas de cólera em Cabinda foram laboratorialmente confirmadas, com o registo de um morto e 13 casos da doença, informaram esta quarta-feira as autoridades locais.

Segundo a secretária provincial da Saúde em Cabinda, Maria Carlota Tati, as amostras de três casos suspeitos foram enviadas para análises laboratóriais, em Luanda, tendo os exames confirmados a presença do vibrião colérico naquele enclave.

A responsável, citada pela agência noticiosa angolana Angop, referiu que há o registo de 13 casos, dos quais foi notificado um óbito, ocorrido numa unidade sanitária privada. Maria Carlota Tati considera a situação controlada, salientando que os casos estão confinados a três bairros da cidade de Cabinda. O primeiro caso suspeito foi registado a 20 de Fevereiro deste ano, no Hospital provincial de Cabinda.

Como medidas imediatas, a responsável avançou que equipas de vigilância estão a desinfectar as cacimbas e a distribuir gratuitamente comprimidos para o tratamento de água para consumo, bem como educar e sensibilizar os moradores sobre medidas de prevenção contra a cólera.

Segundo a Lusa, Cabinda passa assim a ser a segunda província a enfrentar casos de cólera em Angola, depois do Uíge, afectado desde o ano passado pela doença, com mais de uma dezena de mortos em mais de 600 casos, desde Dezembro de 2017.

Na província do Uíge, as autoridades notificaram quarta-feira 28 novos casos de cólera desde o surgimento do surto em Dezembro último, que resultou em oito óbitos. Por este facto, autoridades sanitárias e jornalistas uniram-se para informar com precisão às populações sobre a evolução da epidemia na região.

8.32 Pontes destruídas há menos de três anos desabam em Cacuaco

Novo Jornal
9 De Março de 2018

As infra-estruturas não suportaram a força das correntezas após as chuvas intensas que atingiram a cidade capital. O desabamento da ponte metálica na vala de drenagem do Malweka, que dá acesso ao bairro dos Combustíveis, distrito urbano do Kima-Kieza, ocorreu no dia 28 e o da vala da Pedreira, mais conhecida como vala do Cavuquila, sucedeu mais cedo, a 26 de Fevereiro.

O Novo Jornal esteve no local esta semana e ouviu alguns moradores que se mostraram aflitos com a situação.

"É muito sofrimento, com a idade que tenho, andar essa distância toda. Todos nós estamos impossibilitados de circular de um lado para o outro porque a ponte que liga os dois bairros desabou, o administrador já esteve cá e até agora não se faz nada", atirou Maria de Fátima, de 57 anos, que desde que desabou a ponte percorre uma longa distância para visitar a filha que se encontra internada há duas semanas na maternidade Augusto Ngangula.

Maria de Fátima disse ainda que, com desabamento da infra-estrutura, a população ficou sem opção e a única alternativa que encontrou para a travessia foi passar pela vala que se encontra debaixo da ponte, uma situação que põe em risco a vida dos munícipes.

As obras da construção da ponte, contam os moradores da zona, começaram em finais de 2016, tendo começado a ser utilizada em Julho de 2017. "Não sabemos quem é que se vai responsabilizar por esta obra mal feita. O Governo da Província tinha de responsabilizar os empreiteiros, porque isso não se faz. Em menos de um ano a ponte desabou, e ninguém diz nada", observou, inconformado, Evaristo Mateus. Segundo o morador do bairro da pedreira, a população contactou várias vezes o coordenador do bairro no sentido de interceder junto do administrador municipal para o alertar de que alguma coisa estava mal com a ponte, "mas não nos ouviram porque tinham pressa devido à campanha eleitoral, e o resultado é este".

Boaventura Ramos da Rosa, residente no bairro Belo Monte, disse que vários moradores já se juntaram para marcar um encontro com o governador da província de Luanda, uma vez que o administrador municipal afirmou aos órgãos de comunicação social que a obra não é da responsabilidade da administração. "Ele diz que não é da sua responsabilidade, então temos de cobrar ao governador. Neste momento não há saída, temos de sair do Belo Monte a pé", contou o jovem de 37 anos, visivelmente agastado.

Quem testemunhou o desabamento da ponte foi José Domingos, de 16 anos, morador da zona há 13. No dia 26 de Fevereiro, contou ao NJ, um camião fazia o seu percurso normal de recolha do lixo quando, ao passar pela ponte, esta desabou. "O jovem que estava por cima da viatura só não morreu porque Deus não quis. A circulação está difícil, não estão a passar carros nem motorizadas, está de mais! Nos dias de chuva houve crianças que dormiram na rua porque não tinham como passar para o outro lado".

Ainda de acordo com o adolescente, o administrador municipal de Cacuaco estava no local quatro dias depois das chuvas, tendo garantido aos moradores que levaria a preocupação ao governador de Luanda, e até hoje os moradores continuam à espera da resposta.

O desabamento parcial daquela ponte metálica que dá acesso ao bairro dos Combustíveis, além de tirar o sono aos habitantes daquela parcela da província de Luanda, deixou igualmente isolado o bairro do Malweka. Devido às dificuldades para chegar ao outro lado e ao grande fluxo de pessoas, a população chama o local de "ponte do Luvo", aludindo à fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo.

Há três semanas, para chegar ao mercado do Kikolo, os moradores gastavam 200 kwanzas; mas, devido ao desabamento da ponte, hoje chegam a gastar 600 kwanzas por dia, porque são obrigados a descer do táxi de um lado da ponte e a apanhar um outro.

Governador de Luanda visitou as zonas afectadas pelas chuvas O governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, visitou vários municípios e distritos logo após as chuvas, para constatar no

terreno os danos causados. O município de Cacuaco também foi um dos visitados pelo governante, que prometeu aos munícipes resolver o problema das vias.

A comitiva do governador integrava também o ministro das Finanças, Archer Mangueira, que disse na ocasião tratar-se de um problema cuja solução vai oferecer dois caminhos: uma estruturante, que vai levar muito mais tempo, e outra paliativa, que deve ser posta em acção agora.

Archer Mangueira disse ter consciência de que se trata de um problema que carece de uma pronta intervenção.

8.33 Combate à cólera no Uíge condicionado pela melhoria do saneamento

Jornal OPAÍS
11 De Março de 2018

A melhoria do abastecimento de água potável e do saneamento básico nos bairros com maior incidência de casos de cólera afigura-se urgente para se estancar a propagação da doença, advogou, na cidade do Uíge, o Secretário de Estado da Saúde, José Cunha. Em declarações à imprensa, no final da sua visita de algumas horas à província do Uíge, na Sexta-feira, o responsável disse ser preocupante a situação nos bairros Papelão, Mbemba Ngango e Candombe Velho, onde a população ainda consome água das cacimbas fruto do fraco abastecimento de água potável e do saneamento básico deficiente.

José Cunha, segundo a Angop, explicou que a sua visita serviu para avaliar a realidade da epidemia de cólera que já leva 739 casos registados com 13 óbitos ao nível da província, desde o início do surto a 21 de Dezembro de 2017.

Reconheceu que, apesar dos esforços dos profissionais de Saúde pública e dos demais sectores envolvidos, torna-se necessário a introdução de instrumentos de fiscalização e controlo para a melhoria da situação.

Quanto à malária, assegurou que se está a fazer um acompanhamento meticuloso dos casos para que nos próximos meses não haja aumento dos mesmos.

Assegurou existirem fármacos necessários para o combate à malária, deplorando apenas os mecanismos de controlo e sua distribuição.

Apelou à necessidade do cumprimento rigoroso das medidas transmitidas para se inverter o quadro encontrado na região.

José da Cunha encabeçou uma delegação interministerial que visitou o depósito de medicamentos e os bairros afectados como Candombe Velho, Papelão e Mbemba gango, para avaliar o impacto das acções e medidas implementadas no combate à doença. Integraram a delegação, representantes dos Ministérios da Energia e Águas, Ambiente, Educação, Administração do Território, Ensino Superior e do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

8.34 Autoridades do Bengo fazem combate cerrado ao lixo

Jornal de Angola
12 De Março de 2018

Um total de 55 cinco contentores de lixo serão colocados a partir desta semana na sede das comunas de Mabubas, Caxíto e Açucareira, município do Dande, província do Bengo, anunciou no sábado, o administrador local, João da Silva Castelo Branco.

O responsável que falava no final da campanha de limpeza realizada em Caxito, disse que aliada à distribuição dos contentores, a administração possui um camião compactador para proceder à recolha do lixo.

Nesse sentido, João Castelo Branco apelou à população a continuar a depositar o lixo nos contentores, de forma a manter a cidade limpa e evitar doenças.

Explicou que a campanha de limpeza enquadra-se no plano de acção da Administração Municipal do Dande, para acabar com as grandes quantidades de resíduos sólidos e eliminar os charcos.

A campanha contou com a participação de 170 pessoas, com destaque para os funcionários públicos e agentes da Policia Nacional.

À margem da mesma, os Serviços de Saúde da Administração do Dande promoveram uma feira de Saúde no Largo 10 de Dezembro, onde foram realizados testes rápidos de malária, hipertensão arterial e procedeu-se à entrega de mosquiteiros aos menores de cinco anos e mulheres grávidas.

8.35 Secretario de Estado avalia surto de cólera

Jornal de Angola
17 De Março de 2018
Texto: Alberto Coelho

O secretário de Estado da Saúde Pública, José Cunha, deslocou-se a Cabinda, acompanhado de uma comissão multissectorial, para avaliar o estado actual do surto de cólera na região que causou dois mortos entre 30 casos registados.

De acordo com o governante, as principais causas do surgimento da cólera quer no Uíge quer em Cabinda têm a ver com o consumo de água não tratada, retirada directamente das cacimbas e dos rios.

Por este facto, em Cabinda, secretário de Estado da Saúde Pública visitou a principal Estação de Produção e Tratamento de Água na cidade, para "verificar se há ou não dificuldades em termos de distribuição às populações".

José Cunha visitou, igualmente, os bairros Gika, l° de Maio e 4 de Fevereiro, os mais afectados com o surto de cólera, bem como o Hospital Central de Cabinda para verificar as condições de tratamento dos doentes com cólera. O secretário de Estado da Saúde Pública esteve ainda no depósito de medicamentos para avaliar o stock de fármacos para o tratamento da cólera.

Em relação ao estado actual da doença na província, o governante disse que em Cabinda "a situação é estável e não é tão preocupante como a da província do Uíge".

Para controlar a epidemia, disse, o Ministério da Saúde criou em Luanda um gabinete de crise, que controla diariamente a situação epidemiológica em todas as províncias em relação à malária e à cólera desde que se registou o primeiro caso da doença no Uíge e em Cabinda.

José Cunha aconselhou a população a manter um comportamento responsável face à situação e a acatar todos os procedimentos que têm a ver com a prevenção da doença. "A forma mais correcta de combatermos a cólera é fazermos com que a população deixe de consumir água contaminada retirada das cacimbas e dos rios, e passe a desinfectá-la com os comprimidos de concentrados de hípoclorito de cálcio que se está a distribuir", disse.

Medidas preventivas

Dos 30 casos confirmados de cólera, dois resultaram em morte. Por essa razão, as autoridades sanitárias locais não cruzam os braços e estão a tomar medidas preventivas para evitar que a epidemia alastre.

O chefe de departamento de Saúde Pública em Cabinda disse em entrevista ao Jornal de Angola que o quadro sanitário da província em relação a essa enfermidade não é preocupante. Além disso, a Secretaria Provincial da Saúde está em alerta, tendo redobrado a vigilância epidemiológica para evitar o contágio pela doença. Uma área específica para acomodar os doentes de cólera foi criada pelas autoridades. Os casos suspeitos recebem os primeiros socorros no Hospital Provincial de Cabinda e os doentes mais graves são encaminhados para o Centro de Tratamento de Cólera (CTC) no Hospital 28 de Agosto, onde estão criadas quer as condições técnicas quer humanas para o tratamento. Fernando Kuico garantiu a existência de um stock suficiente de medicamentos para tratar os casos de cólera.

De acordo com Fernando Kuico, ao nível dos quatro municípios da província de Cabinda foram formados 150 técnicos que receberam conhecimentos básicos de prevenção, diagnóstico e tratamento da cólera.

O papel dos técnicos é o de aconselhar a população a acatar as medidas preventivas contra a doença e os procedimentos a ter no caso de um familiar ou um vizinho contrair a cólera. As equipas de vigilância, em coordenação com a Empresa de Águas, vão auxiliar as populações a desinfectar as cacimbas, latrinas, águas estagnadas e distribuir gratuitamente comprimidos de cálcio para purificar o líquido nos bairros Lombo-Lombo, 1° de Maio, Comandante Gika, 4 de Fevereiro e Cabassango, consideradas zonas críticas.

8.36 Populares continuam a recolher alimentos expirados na lixeira

Novo Jornal
29 De Março de 2018
Texto: Isabel João e Osmar Edgar

Nem mesmo a mudança de corpo de segurança trava os populares da zona que, desde Setembro do ano passado, fizeram da empresa de Recolha de Lixo (RECOLIX), em Luanda, a fonte de alimentação e de sustento para as suas famílias.

Carne seca, chouriço, mosquiteiro, chocolates, feijão, frango, azeite doce, salsichas, mortadela e presunto são alguns dos produtos recolhidos diariamente no aterro sanitário dos Mulenvos. Os destinos são os mercados do quilómetro 30, Asa Branca, kwanzas e

Panguila, onde uma parte é comercializada e outra para alimentar as famílias dos populares.

No mês de Janeiro, a direcção da empresa Recolix e a Polícia Nacional ainda tentaram travar a "apetência" dos moradores, fazendo a troca do corpo de segurança, afectos ao Comando de Polícia de Protecção de Objectivos Estratégicos, que era acusado de facilitar a entrada no local dos residentes para recolha dos resíduos, porém, sem o êxito aparente.

Nesta semana, o Novo Jornal esteve no local onde apurou que a recolha de comida estragada continua a ser feita pelos moradores do bairro do Ngomguebo, no município de Cacuaco.

A equipa de reportagem deste semanário embrenhou-se mata adentro, com ajuda de três moradores da zona. Caminhou por 20 minutos e encontrou a entrada por onde passam os moradores. Uma boa parte da rede de cobertura encontrava-se já vandalizada.

Os companheiros da missão revelaram que a rede foi destruída no início do mês de Setembro de 2017, altura em que foram deitados centenas de mosquiteiros no local.

Ao longo do percurso, foi possível observar-se alguns produtos deteriorados como feijão, chocolates e pacotes de chouriço.

Anabela, de 39 anos, moradora da zona, afirmou que comercializa os produtos há mais de cinco meses. Contou que "antes de entrar no negócio andava de lixeira em lixeira, à procura de latas de gasosa nos contentores".

"A minha vida era difícil. Foi um amigo que me contou que fazia esse negócio, de recolha de comida expirada para vender nos mercados. Inicialmente, tinha medo de ser apanhada, mas agora não", confidenciou a mulher, revelando que com dinheiro arrecadado tem conseguido sustentar a si e a sua família. "Até já consegui construir uma pequena casa e colocar os meus filhos na escola", pormenorizou.

Ajudados pela Polícia

Já Francisco, de 32 anos, morador de Viana, contou que está no "negócio" desde Novembro do ano passado. Revelou que numa única noite conseguiu sair do aterro sanitário com duas carrinhas carregadas de frango e carne, que foram comercializados no mercado do 30.

Relatou que tudo foi possível "graças à boa colaboração" que mantinha com os efectivos da polícia que asseguravam o local. "Mas, agora está difícil. Estes polícias estão um pouco mais duros. Contudo, conseguimos sempre alguma coisa" , salientou, acrescentando que a carne estragada é vendida a 500 Kwanzas por pacote e revendidos pelas comerciantes ao preço de mil Kwanzas cada.

'Outros cidadãos disseram, igualmente, que eram efectivos do corpo de guarda policial que comunicavam o momento do depósito dos alimentos deteriorados e facilitava à entrada dos mesmos no local.

"A recolha era feita antes das 6h00 ou depois das 20hOO, e os valores são repartidos entre os polícias e nós", contaram, reconhecendo um maior aperto devido ao reforço policial.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 DEPUTADAS DEFENDEM ACÇÕES CONTRA VIOLÊNCIA NAS FAMILIAS

Jornal de Angola
8 De Março de 2018
Texto: Adelina Inácio

O Grupo de Mulheres Parlamentares está preocupado com a desestruturação de famílias, aumento de casos de violência no seio das famílias, com maior realce para a física, psicológica, laboral, económica, patrímonial e sexual.

A preocupação das deputadas foi apresentada terça feira, em Luanda, pela presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares, Luísa Damião, durante a mesa redonda sobre o Dia Internacional da Mulher, que se assinala hoje.

A deputada reconheceu que a violência doméstica constitui um problema social que tem estado a atingir níveis excessivamente preocupantes no país. Luísa Damião pediu apoio de parceiros sociais, em particular das igrejas, no sentido de moralizar a sociedade. "Devemos todos envídar esforços para termos cada vez mais famílias estruturadas, fraternas e felizes, exaltando o papel socializador da família e o reforço das suas competências", defendeu a deputada.

Para se ultrapassar o elevado índice de violência no país, a presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares propôs a criação de centros de atendimento integral à mulher, que conte, entre outros serviços especializados, com um sector de prevenção e atenção contra a violência doméstica, e outro de apoio à mulher empreendedora, com ferramentas de estimulo ao pequeno negócio, como o micro crédito e a capacitação profissional.

A deputada do MPLA apelou a uma maior coesão no seio das famílias na preservação dos valores culturais, na defesa de uma nova mentalidade e na construção de uma sociedade onde perdure a paz espiritual, social e moral. A presidente do grupo de parlamentares lembrou que a violência contra as mulheres constitui uma das violações dos direitos humanos mais silenciados no mundo, por isso, a deputada defende a cultura de denúncia dos casos de violência para que os infractores sejam punidos. Para a deputada, a existência, em Angola, de uma Lei contra a Violência Doméstica constituí um ganho para as famílias angolanas e se afigura como uma medida de grande alcance para a pacificação e harmonização dos lares, aliadas a outras medidas de educação para a prevenção.

Maior divulgação

Luísa Damião encoraja o desenvolvimento de acções para a sua contínua divulgação, através de palestras, debates e até mesmo junto dos órgãos de comunicação social, para que a mensagem chegue até aos pontos mais recônditos do país.

A deputada disse que a "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", adoptada pelas Nações Unidas, lembra que o pleno reforço do poder das meninas e mulheres é um dos impulsos mais poderosos para o desenvolvimento da humanidade.

No que concerne à igualdade do género, a presidente do grupo de mulheres parlamentares disse que é uma tarefa que o Parlamento deve alcançar com êxito no sentido de continuar a fortalecer o papel das mulheres na vida política, económica e social.

Luísa Darnião entende que a desigualdade entre homens e mulheres penaliza as sociedades. "A violência, ainjustiça e os estereótipos que muitas mulheres sofrem enfraquecem a sociedade como um todo, além de privar as próprias sociedades de um considerável potencial de criatividade, força e confiança no futuro", disse.

Para a deputada do MPLA, a desigualdade de género não é apenas socialmente maléfica, mas também economicamente destrutiva. Por isso, defende a promoção e aumento de políticas públicas a favor das mulheres. Este ano, o lema das comemorações é "Reforço do poder da mulher".

9.2 Grupo de Mulheres Parlamentares quer OGE sensível ao género

Jornal O PAIS
28 De Março de 2018
Texto: Rila Berta

Em entrevista a OPAÍS, a presidente do GMP, Luísa Damião, afirmou que todos os países têm estado a trabalhar no sentido de honrar os compromissos internacionais as- sumidos no capítulo da igualdade dogénero.

Esclareceu que o objectivo do GMP não é defender um orçamento para as mulheres, mas inclusivo, que

satisfaça tanto as necessidades de homens como de mulheres.

"Quando falamos de género, estamos a falar de homens e mulheres. Mas o rosto da pobreza tem a cara de uma mulher, pois são as mais penalizadas", justificou.

Por isso, ressaltou a necessidade de "cultivar o hábito" de elaborar um orçamento na perspectiva do género, para defender todos os programas no âmbito dos compromissosinternacionais, como os que estão ligados à educação da mulher, à saúde, ao alcance de várias oportunidades visando empoderar asmulheres.

"Para empoderaruma mulher ela tem que estar educada, tem de estar ciente das suas oportunidades", enfatizou Luísa Damião, que advoga a implementação de programas que vão de encontro a estes com- promissos internacionais.

Sector agrícola

Luísa Darniãoreferiuque em Angola as mulheres são as que mais tra- balhama terra, contudo, quando se trata de atribuição do crédito agrícola, não se leva em consideração esta situação. Por isso, recomendou a necessidade de avaliar quem, de facto, tem beneficiado destes créditos: homens ou mulheres.

"São estes indicadores que queremos que fiquem plasmados no orçamento, para percebermos até que ponto o orçamento é inclusivo, é equilibrado e que pode responder às necessidades de homens e mulheres", recomendou.

O presidente da comissão de Economia e Finanças da Assem- bleia Nacional, Diógenes Oliveira, garantiu apoio à iniciativa e mostrou –se disponível a dialogar sobre o assunto.

A comissão de Economia e Finanças cuida do Orçamento Geral do Estado e monitora todos os aspectos essenciais na Assembleia que se prendem corri as diversas dimensões da especialidade económica.

De acordo com o último cen- so populacional realizado no país, cerca de 52% da população angolana é mulher.so populacional realizado no país cerca de 52% da população ango lana é mulher.

Fasquia do OGE 2018 para o sector social aumentou, mas não é a desejável.

A proposta do OGE para 2018, que entrou em vigor dia 1 do mês em curso, estima receitas de 9.685.550.810.785,00 (nove triliões, seiscentos e oitenta e cinco mil milhões, quinhentos e cinquenta milhões, oitocentos e dez mil, setecentos e oitenta e cinco kwanzas) e fixa despesas em igual montante.

A taxa de crescimento real do PIE Global é de 4,9%. O preço médio do barril de petróleo é de 50 dólares, para uma produção petrolíferaanual de 620 milhões de barris. A taxa de inflação estará situada em 28,7%, enquanto se prevê um défice fiscal de 3% do PIE.

O primeiro Orçamento Geral do Estado (OGE) com João Lourenço na liderança do país foi aprova- do com 136 votos a favor, do MPLA, e18 abstenções da FNLA, CASA-CE e do PRS. 50 Deputados do maior partido da Oposição, UNITA, votaram contra o documento aprovado a 14 de Fevereiro último, em plenária, na Assembleía Nacional.

O Governo efectuou, neste orçamento' um incremento nas verbas atribuídas aos sectores da Educação, Saúde, Ensino Superior e da Construção, no valor global de 96.453.183.132 (noventa e seis mil milhões, quatrocentos e cinquenta e três milhões, cento e oitenta e três mil, cento e trinta e dois kwanzas). Este incremento correspondea 0,5% de incremento do défice fís- cal. O sector da Saúde beneficiou de aumento na ordem dos 10%, relativamente ao que se previa na proposta orçamental inicial, correspondendoa um valor global de mais de 34 mil milhões de kwanzas.

Nesta senda, os deputados recomendaram, para o presente ano, a contratação de 1500 médicos e de 200 técnicos de enfermagem e de diagnóstico. "É o orçamento pos- sível, mas já resolve muitos problemas, principalmente de recursos humanos", disse a ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta.

No documento é aindarecomendado que o reforço para o sector social seja retirado da dotação orçamental para a concessionária na- cional Sonangol, que dos actuais 7% passa a 5%, sendo o diferencial de 2% para a referida área.

9.3 Lideres das organizações femininas defendem mais dignididade e inclusão social

Jornal o País
29 De Março de 2018
Texto: Miguel José

A secretária provincial da Organização da Mulher Angolana (OMA), Joana de Jeus, defende que a inclusão da mulher nos vários domínios da sociedade e dos órgãos de decisão do Estado deve ser materializada de acordo com o mérito, ao invés ser

pelas vagas estipuladas pelos homens. Joana de Jesus alega que nos dias actuais a mulher se deve entrosar melhor nos movimentos políticos e civis que dizem respeito às suas questões, em todos os aspectos possíveis, porquanto a luta pela participação da mulher na sociedade, embora haja uma corrente cada vez mais sustentada em razão da igualdade dos géneros, a sua inclusão no plano do exercício público precisa de mais esforço, para que se reduza o diferencial ainda existente. "Todos nós devemos ser iguais como seres humanos que pensam, que produzem e e querem o seu espaço na sociedade moderna, para podermos avançar' lado a lado, com todos aqueles que buscam amelhoria de igual modo", refere.

Assim sendo, a responsável da OMA ilustra que na actual realidade do país ainda existe um défice bastante notável de inclusão das senhoras em cargos públicos, nos órgãos de decisão do Estado, principalmente na esfera dos governos locais. Mas, ainda assim, afiança que é um processo que, a seu tempo, com trabalho, formação, saber e persistência, as mulheres hão-de alcançar tal desi- derato. Porém, embora considere sacrificante a luta que as mulheres enfrentam noseudia-a-dia, diante dos vários problemas relacionados com seu enquadramento nos diversos sectores da vida social, a nível da província de Malanje e, principalmente, no sector económico, exorta à paciência e persistência toda sociedade feminina. "A inclusão da mulher como membro da sociedade e capaz de ombrear de igual para igual com o homem, é um processo que vai levar o seu tempo, mas que está a ganhar espaço, à medida do tempo. Aliás, nós, mulheres, somos dotadas de paciência", sublinha.

Na mesma senda, a secretaria provincial da Mulher Patriótica Angolana (MPA) da CASA-CE, Júlia da Silva, pese embora admitir serem poucas as mulheres que lutam empenhadamente para alcançarem o seu espaço em determinados domínios da vida pública se calhar, por muitas delas não conseguirem enfrentar a batalha, ou por conformismo, ou por desconhecimento do seu real valor, exalta mais o envolvimento das organizações femininas (partidárias e civis), mobilizando esse grupo de mulheres com o objectivo de consciencializá -las a se desfazerem da ideia de esposas afáveis que só servem para lidar com as tarefas domésticas e de satisfazerem os "apetites" masculinos. "A mulher tem que dar um basta nisso tudo e partir para uma igualdade entre todos; portanto, deixar de ser tratada como mercadoria sem qualquer valor, por amor para consigo própria", realça.

Quanto à ideia de que as mulheres só conseguem as v7igas através de encomendas de A ou de B, que são concedidas pelos homens, Júlia da Silva considera de falaciosa e de não corresponder à verdade. Pois, assegura, actualmente as mulheres, através do trabalho que fazem e mediante as suas habilidades e capacidade intelectual, vêem que a sua inclusão em órgãos de decisão do aparelho funcional do Estado tem sido progressivo e inevitável. "Nós estamos, sim, habilitadas e capacitadas para dar o nosso contributo em todas as áreas, não apenas como mulheres, mas, sim, como membros da sociedade. Por isso, leve o tempo que levar (...) a nossa afirmação é inevitável", desabafa.

Inclusão e a Condição Feminina

Ao longo da história, a mulher tem conseguido alguns espaços de fundamental importância para a sua participação no mundo político inclusivo, onde possa ouvir e ser ouvida, assim como ser parte activa das decisões, do meio em que estiver inserida. Mas, mês assim, o caminho a percorrer na busca da emancipação e da defesa dos seus interesses, constitui um enorme desafio, por existirem ainda barreiras de natureza, quer objectiva, quer subjectiva.

Por assim ser, a coordenadora da Promoção da Mulher Angolana na Igreja Católica (PROMAICA), Eva Bernardo, diz que a sua organização tem-se dedicado à formação das mulheres, não só com base nos princípios religioso e bíblico, mas também na perspectiva dos direitos humanos, políticos e civis, para que elas se entrosem na vida social sem qualquer tipo de comple xo e compreendam os fenómenos em seu redor. Por isso, afirma que muitas as mulheres já são capazes de assumir cargos públicos com responsabilidade e muita competência.

Por outro lado, emborareconheça que ainda há muito trabalho por se fazer, em torno da emancipação e da defesa dos seus interesses femininos, a líder das mulheres católicas de Malanje exalta as suas companheiras a dizer basta ao clima de subordinação e bloqueamento da sua participação nas actividades quotidianas da vida em sociedade. "A meu ver, porém, ainda não existem condições de se ter uma emancipação rápida das mulheres, no sentido da igualdade dos direitos e obrigações, mas tão somente queremos cada vez mais buscar o nosso espaço, em respeito a nossa dignidade", reafirma.

Dignidade Feminina em Prol dos Desafios

Pelo sim ou pelo não, a mulher é um ser 'frágil', devido ao processo de despotismo que vem suportando ao longo da história, de tal modo que não será do dia para a noite que se vai acabar coma tendência masculina de manter a sua hegemonia perante a sociedade. Contudo, é necessário tempo

para a mulher, no geral, em detrimento do passado, a partir do contexto actual, ter a consciência da sua real contribuição na sociedade, na busca da sua capacidade competente para que, por si mesma, se inclua em todos os campos da vida em sociedade.

De acordo com a líder da organização feminina da Igreja Católica, a PROMAICA tem como finalidade despertar, defender epromover a mulher, no sentido de ocupar o seu lugar na família, na igreja e na sociedade, com dignidade. Assim, acrescenta que o direito da mulher como ser humano deve ser Sagrado, para que o mundo progri- da e avance dentro dos princípios de equidade, de perseverança e de amor; pois, uma vida com atritos, com pelejas editadura, não pode progredir de maneira que proporcione a todos os seres humanos um clima de entendimento e bem-estar. "A mulher tem de, em primeiro lugar, de ser formada e ter forçadevontadepara, com dignidade, conseguir inserir-se na socíedade. Mas tudo isso, também, depende da nossa coesão, longe de qualquer ideologia política ou credo religioso", conclui.

Na mesma sequência de ideias, a responsável do sector feminino do MPLA sugere haver mais oportunidades e mais comprometimento com a causa da mulher, para que elas possam se inserir dentro do actual contexto sócio-político que o país está atravessar. Para tal, sustenta que as mulheres devem ser mais unidas além das fllíações partidárias' porquanto a defesa pelo interesse da dignidade feminina não tem cor, na luta pela emancipação e igualdade de género. "Nós, mulheres, podemos e devemos estar unidas para que a inclusão seja maior e que a nossa participação deve ser feita em conjunto e não em grupos", defende.

Portanto, resumindo e concluindo, as líderes das organizações femininas, em Malanje,apelam àco estão entre si, como chave do respeito, da identidade e da dignidade necessária para a promoção e inclusão social, que englobe todos os âmbitos da vida feminina.

9.4 Huambo regista aumento de violência contra homens

Jornal de Angola
4 De Março de 2018
Texto: Tatiana Marta

Um total de 60 casos de violência contra os homens foram registados no mês passado na província do Huambo, informou ontem à imprensa local a directora provincial da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

Frutuosa Cassinda esclareceu que todos os casos que deram entrada no sector que dirige, durante o referido período, foram resolvidos por via de reconciliação entre os casais, com a mediação de funcionários do Centro de Aconselhamento Familiar.

"Às Famílias devem primar pelo diálogo de modo a evitarem conflitos no lar. Portanto, é necessário que os casais tenham espírito de compreensão, amor e humildade para que construam um lar sem revoltas", disse Frutuosa Cassinda.

Frutuosa Cassinda explícou que em 2016 houve 201 casos, e no ano seguinte 147, dos quais se destacam cinco agressões físicas, cinco sobre disputa de bens patrimoniais, 13 ofensas psicológicas e 37 de abandono familiar.

Para o jurista Arlindo Sawandi, questões culturais, a fraca informação, o baixo nível de instrução, associados aos tabus, têm sido os principais factores que concorrem para o aumento de casos de violência nos lares. Arlindo António defende maior divulgação nas comunidades dos instrumentos que regulam a convivência entre os cidadãos.

"Muitos casos de violência doméstica que ocorrem no seio familiar, como agressão física, falta de prestação de alimentos, entre outros, acabam sempre por desestruturar as famílias" , disse o jurista, acrescentando que, "as vítimas de violência devem denunciar os casos para que os agressores sejam responsabilizados pelos seus actos" .

"Temos estado a registar na nossa província a presença de muitos homens na Direcção da Promoção da Mulher a apresentarem queixa, devido ao mau comportamento de muitas mulheres que deixam de alimentar os filhos, alegando ser apenas tarefa do esposo".

As mulheres devem ter consciência de que as tarefas no lar têm de ser repartidas", concluiu.

9.5 Huambo regista aumento de violência contra homens

Jornal de Angola
4 De Março de 2018
Texto: Tatiana Marta

Um total de 60 casos de violência contra os homens foram registados no mês passado na província do Huambo, informou ontem à imprensa local a directora provincial da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

Frutuosa Cassinda esclareceu que todos os casos que deram entrada no sector que dirige, durante o referido período, foram resolvidos por via de reconciliação entre os casais, com a mediação de funcionários do Centro de Aconselhamento Familiar.

"Às Famílias devem primar pelo diálogo de modo a evitarem conflitos no lar. Portanto, é necessário que os casais tenham espírito de compreensão, amor e humildade para que construam um lar sem revoltas", disse Frutuosa Cassinda.

Frutuosa Cassinda explícou que em 2016 houve 201 casos, e no ano seguinte 147, dos quais se destacam cinco agressões físicas, cinco sobre disputa de bens patrimoniais, 13 ofensas psicológicas e 37 de abandono familiar.

Para o jurista Arlindo Sawandi, questões culturais, a fraca informação, o baixo nível de instrução, associados aos tabus, têm sido os principais factores que concorrem para o aumento de casos de violência nos lares. Arlindo António defende maior divulgação nas comunidades dos instrumentos que regulam a convivência entre os cidadãos.

"Muitos casos de violência doméstica que ocorrem no seio familiar, como agressão física, falta de prestação de alimentos, entre outros, acabam sempre por desestruturar as famílias" , disse o jurista, acrescentando que, "as vítimas de violência devem denunciar os casos para que os agressores sejam responsabilizados pelos seus actos" .

"Temos estado a registar na nossa província a presença de muitos homens na Direcção da Promoção da Mulher a apresentarem queixa, devido ao mau comportamento de muitas mulheres que deixam de alimentar os filhos, alegando ser apenas tarefa do esposo".

As mulheres devem ter consciência de que as tarefas no lar têm de ser repartidas", concluiu.

9.6 Deputadas defendem acções contra violência nas familias

Jornal de Angola
8 De Março de 2018
Texto: Adelina Inácio

o Grupo de Mulheres Parlamentares está preocupado com a desestruturação de famílias, aumento de casos de violência no seio das famílias, com maior realce para a física, psicológica, laboral, económica, patrímonial e sexual.

A preocupação das deputadas foi apresentada terça feira, em Luanda, pela presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares, Luísa Damião, durante a mesa redonda sobre o Dia Internacional da Mulher, que se assinala hoje.

A deputada reconheceu que a violência doméstica constitui um problema social que tem estado a atingir níveis excessivamente preocupantes no país. Luísa Damião pediu apoio de parceiros sociais, em particular das igrejas, no sentido de moralizar a sociedade. "Devemos todos envídar esforços para termos cada vez mais famílias estruturadas, fraternas e felizes, exaltando o papel socializador da família e o reforço das suas competências", defendeu a deputada.

Para se ultrapassar o elevado índice de violência no país, a presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares propôs a criação de centros de atendimento integral à mulher, que conte, entre outros serviços especializados, com um sector de prevenção e atenção contra a violência doméstica, e outro de apoio à mulher empreendedora, com ferramentas de estimulo ao pequeno negócio, como o micro crédito e a capacitação profissional.

A deputada do MPLA apelou a uma maior coesão no seio das famílias na preservação dos valores culturais, na defesa de uma nova mentalidade e na construção de uma sociedade onde perdure a paz espiritual, social e moral. A presidente do grupo de parlamentares lembrou que a violência contra as mulheres constitui uma das violações dos direitos humanos mais silenciadas no mundo, por isso, a deputada defende a cultura de denúncia dos casos de violência para que os infractores sejam punidos. Para a deputada, a existência, em Angola, de uma Lei contra a Violência Doméstica constituí um ganho para as famílias angolanas e se afigura como uma medida de grande alcance para a pacificação e harmonização dos lares, aliadas a outras medidas de educação para a prevenção.

Maior divulgação

Luísa Damião encoraja o desenvolvimento de acções para a sua contínua divulgação, através de palestras, debates e até mesmo junto dos órgãos de comunicação social, para que a mensagem chegue até aos pontos mais recônditos do país.

A deputada disse que a "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", adoptada pelas Nações Unidas, lembra que o pleno reforço do poder das meninas e mulheres é um dos impulsos mais poderosos para o desenvolvimento da humanidade.

No que concerne à igualdade do género, a presidente do grupo de mulheres parlamentares disse que é uma tarefa que o Parlamento deve alcançar com êxito no sentido de continuar a fortalecer o papel das mulheres na vida política, económica e social.

Luísa Darnião entende que a desigualdade entre homens e mulheres penaliza as sociedades. "A violência, ainjustiça e os estereótipos que muitas mulheres sofrem enfraquecem a sociedade como um todo, além de privar as próprias sociedades de um considerável potencial de criatividade, força e confiança no futuro", disse.

Para a deputada do MPLA, a desigualdade de género não é apenas socialmente maléfica, mas também economicamente destrutiva. Por isso, defende a promoção e aumento de políticas públicas a favor das mulheres. Este ano, o lema das comemorações é "Reforço do poder da mulher".

9.7 Mulheres denunciam violência no trabalho

Jornal De Angola
8 De Março de 2018
Kílssia Ferreiro

As Mulheres são as principais vítimas de violência verbal e assédio sexual nos locais de trabalho, afirmou ontem, em Luanda, a presidente do Comité Nacional da Mulher Sindicalizada, Maria Francisco' que assegurou que o seu órgão vai combater este tipo de prática negativa.

Maria Francisco que falava durante o debate sobre as "Causas e Consequências da Violência de Género nos Locais de Trabalho" , salientou que não existe bases de dados credíveis para determinar o número de casos, mais afirmou haver um aumento considerável o que preocupa a instituição que dirige.

A presidente do Comité Nacional da Mulher Sindicalizada disse que os trabalhadores domésticos e funcionários públicos são os que recorrem à sua ínstituíção para queixarem-se de agressões verbais e sexuais proferidas pelos seus superiores hierárquicos.

A responsável sindical, afecta à UNTA-CS, disse que nos últimos meses, a instituição tem recebido queixas frequentes de assédio sexual, agressões verbais e psicológicas por parte de empregadores e principalmente de gestores de empresas públicas.

Segundo Maria Francisco, a UNTA-CS está mais atenta e preocupada com os seus filiados, principalmente desde o assassinato de uma trabalhadora doméstica, morta pelo patrão durante o exercício da sua actividade.

Luzia Aspirante, vice presidente do Comité Nacional da Mulher Sindicalizada, que também interveio na sessão, considerou a violência nos locais de trabalho um fenómeno da actualidade que merece ser debatido pela sociedade, porque geralmente termina com consequências negativas.

No entender de Luzia Aspirante, o Governo deve criar normas no ordenamento jurídico, para a criminalização do assédio sexual, como forma de desencorajar os que praticam o acto.

9.8 Os valores culturais e aviolência doméstica

Jornal De Angola
8 De Março de 2018
Texto: Correia Hilário

Cultura significa todo aquele mosaico complexo que inclui o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo ser humano não somente em família, mas também no local de trabalho, na escola, etc.

As culturas têm muito a aprender umas das outras, os valores e até mesmo a linguagem mundial de uma determinada cultura sobre as outras não significa diálogo, mas imperialismo cultural. "A grande diversidade do mosaico cultural angolano implica a sua valorização permanente, pelo que ela representa para o reforço do sentimento patriótico, da coesão social e da consciência de uma identidade nacional. A internacionalização da nossa cultura, decorrente da globalização, é um desafio que temos para os próximos anos, sobretudo em domínios como a música, a dança, o livro, o teatro, o cinema, a moda e a culinária, que poderão agregar valor à difusão no mundo da cultura nacional" (Extracto da 1ª Mensagem sobre o Estado da Nação, proferida pelo General João Lourenço, Presidente da República de Angola, em Luanda aos 16 de Outubro de 2017).

O domínio cultural é um problema particularmente sério, quando uma cultura predominante transmite valores falsos, contrários ao bem genuíno dos indivíduos e dos grupos. Desta forma a Internet, juntamente com os outros instrumentos de comunicação social, está a transmitir uma mensagem imbuída dos valores da cultura secular ocidental a pessoas e a sociedades que, em muitos casos, não estão adequadamente preparadas para a avaliar e para lidar com a mesma. Daqui resultam problemas sérios - por exemplo, no que diz respeito à vida matrimonial

e familiar, cuja instituição está a experimentar uma crise generalizada e radical em muitas partes do mundo.

Em tais circunstâncias, a sensibilidade cultural e o respeito pelos valores e credos dos outros povos são fundamentais. As culturas encontram no diálogo a salvaguarda das suas peculiaridades e da sua mútua compreensão e comunhão.

Os meios de comunicação social oferecem às pessoas o acesso à literatura, ao teatro, à música e às artes, que diversamente não lhes são disponíveis, e assim promovem o desenvolvimento humano no que concerne à ciência, à sabedoria e à beleza. Falamos não só de apresentações de obras clássicas e dos frutos da cultura, mas também do divertimento sadio popular e das informações úteis que reúnem as famílias, ajudam as pessoas a resolver os problemas quotidianos, animam o espírito dos enfermos, dos inválidos e dos idosos, e aliviam o tédio da vida.

A cultura das redes sociais e as mudanças nas formas e estilos da comunicação colocam sérios desafios àqueles que querem falar de verdades e valores. Muitas vezes, o significado e a eficácia das diferentes formas de expressão parecem determinados mais pela sua popularidade do que pela sua importância intrínseca e validade. E frequentemente a popularidade está mais ligada com a celebridade ou com estratégias de persuasão do que com a lógica da argumentação. Às vezes, a voz discreta da razão pode ser abafada pelo rumor de excessivas informações, e não consegue atrair a atenção que, ao contrário, é dada a quantos se expressam de forma mais persuasiva.

O multiculturalismo é a convivência pacífica de várias culturas em um mesmo ambiente. É um fenómeno social directamente relacionado com a globalização e as sociedades pós-modernas. A actual sociedade da informação é uma verdadeira revolução cultural. O processo de globalização pode criar ocasiões extraordinárias de maior bem-estar, mas ao mesmo tempo e até como parte disto, algumas nações e povos sofrem explorações e marginalização, decaindo cada vez mais na luta pelo desenvolvimento.

A nível internacional, a dominação cultural imposta através dos meios de comunicação social é também um problema sério e grave. Nalgumas partes as expressões culturais tradicionais são virtualmente excluídas do acesso aos "mass media" populares e ameaçadas de extinção; entretanto, os valores das sociedades opulentas e secularizadas suplantam os valores tradicionais das sociedades menos ricas e poderosas. Quando se consideram estas questões, deve-se prestar especial atenção em oferecer às crianças e jovens programas mediáticos que, os coloquem em contacto vivo 'com a própria herança cultural.

É para desejar que a comunicação se verifique ao longo de directrizes culturais. As sociedades podem e devem aprender umas das outras. Mas a comunicação transcultural não deve ser em desvantagem dos menos poderosos.

Hoje, "mesmo as culturas menos difundidas já não estão isoladas. Elas beneficiam de um aumento de contactos, mas também padecem as pressões de uma tendência poderosa para a uniformidade" (Papa Bento XVI). O facto de hoje tanta comunicação fluir numa só direcção - das nações desenvolvidas para os países em vias de desenvolvimento e pobres, levanta sérios problemas éticos. Os ricos nada têm a aprender dos pobres? Os poderosos são surdos às vozes dos frágeis? Em vez de promover o conhecimento, os "mass media" podem distrair as pessoas e fazê-Ias perder tempo. Desta forma as crianças e os jovens são particularmente prejudicados, mas também os adultos sofrem ao serem expostos a programas banais e desprezíveis. Por isso, "a municipalização dos serviços culturais continuará a ocupar um lugar de destaque, para assim alargarmos a formação artística e o conhecimento das raízes culturais angolanas. É preciso apostar na construção de centros culturais em todos os municípios, utilizando também recursos locais" (Extracto da 1ª Mensagem sobre o Estado da Nação, proferida pelo General João Lourenço, Presidente da República de Angola, em Luanda aos 16 de Outubro de 2017).

A produção da indústria cultural é direccionada para o retorno de lucros tendo como base padrões de imagem cultural preestabelecida e capazes de conquistar o interesse das massas sem trabalhar o carácter crítico do espectador. Os adolescentes são bombardeados com produções e marcas internacionais e as crianças estão à mercê dos desenhos infantis. Dessa forma, seria impossível a escola, ou os pais das crianças ignorarem os robots que falam, as naves espaciais que a todos fascinam, a capacidade de voar e de se transformar, a magia, o poder e o terror trazido pelos monstros e vampiros; as lutas do bem contra o mal nos desenhos animados, a violência mostrada nos noticiários. Alguns dos programas de TV apresentam constantemente valores questionáveis. Essas mensagens irão determinar como nossos filhos serão amanhã. Irão determinar sua honestidade, solidariedade, respeito e outros valores sociais.

Neste caso, podemos afirmar que, os meios de comunicação em massa devem contribuir para a valorização da diversidade cultural, a promoção dos

direitos humanos, no combate a todo tipo de violência, no acesso à informação, entre outros.

A violência doméstica

Violência significa usar a agressividade de forma intencional e excessiva para ameaçar ou cometer algum ato que resulte em acidente, morte ou trauma psicológico. Portanto, violência doméstica é todo tipo de violência que é praticada entre os membros que habitam um ambiente familiar em comum. Pode acontecer entre pessoas com laços de sangue (como pais
e filhos), ou unidas por um vínculo social: igreja, escola, etc... Daí que "É necessário continuar a proteger a família como o núcleo social onde se transmitem em primeiro lugar os valores éticos, culturais e morais mais importantes da sociedade. Que cada família se constitua num lugar de serenidade, de paz, de diálogo e de partilha de afectos. É também no seio da família que os jovens podem encontrar a confiança necessária para encarar o futuro com esperança e sentido de responsabilidade" (Eng.º" José Eduardo dos Santos, ex- Presidente da República de Angola, in Mensagem do Fim de ano, 27 de Dezembro de 2012).

O papel da mulher na família alterou-se profundamente, tanto a nível económico – autonomia financeira feminina – como jurídica – deixou de existir o chefe da família –, resultando numa democratização das relações conjugais, sendo que tanto o homem como a mulher são responsáveis pela educação dos filhos. Estas mudanças explicam-se com a generalização da actividade feminina no mercado de trabalho e com o contributo da mulher para os rendimentos da família de forma igual à do homem. As práticas familiares nem sempre coincidem com os princípios estabelecidos, nomeadamente no que se refere à partilha das tarefas domésticas, em que a sobrecarga de trabalho para as mulheres é ainda muito grande.

9.9 A mulher, a violência doméstica e a família

Jornal de Angla
9 De Março de 2018

Estamos em Março, mês da mulher, e, nesta altura, discutem-se sempre problemas que se prendem com a violência que ocorre em muitos lares angolanos e de que ela e a criança são as principais vítimas. A violência doméstica atingiu no nosso país proporções graves, não devendo ninguém ficar indiferente face às suas repercussões negativas na vida de muitos milhares de angolanos.

Sabe-se que há lares que acabam destruídos em virtude da violência doméstica, assistindo-se a casos de crianças abandonadas e expostas a riscos diversos. O Estado não está ainda em condições para atender a todos os problemas decorrentes da violência doméstica, pelo que importa que haja por parte da sociedade um envolvimento maior no sentido de, por via de acções de solidariedade, se superarem situações que podem colocar em perigo a vida muitas crianças, que são vítimas directas ou indirectas de ofensas corporais e outros actos ofensivos da dignidade da pessoa humana.

É importante que continue a haver na nossa sociedade uma corrente de solidariedade com as vítimas de violência doméstica, homens, mulheres ou crianças, com vista a termos um país harmonioso. Que esta corrente de solidariedade não se limite a palavras. É preciso que haja acções que se traduzam na ajuda de diversa natureza, material e psicológica nomeadamente àqueles nossos compatriotas que são vítimas de deste fenómeno.

A muita gente que sofre dentro dos seus próprios lares. A sociedade deve estar permanentemente atenta ao problema da violência doméstica, devendo-se manter activos os mecanismos de denúncia de actos que atentam contra a vida e a integridade física das pessoas nos lares. As crianças são uma camada vulnerável. Ninguém deve permitir, tendo disso conhecimento, que haja angolanos a maltratar crianças. Tudo deve ser feito para a protecção de crianças sujeitas a maus tratos. É proibido o silêncio quando nos apercebemos da violação de direitos humanos em quaisquer circunstâncias. Temos de reagir à violência doméstica com determinação, esteja ela a ocorrer na casa do nosso vizinho ou noutro lugar qualquer. A vida humana é um bem fundamental. Temos todos nós, membros de uma mesma comunidade, de a defender.

O legislador ordinário fez a sua parte, ao aprovar uma lei contra a violência doméstica, já em vigor, criminalizando uma série de condutas, mas não basta termos um diploma legal prevendo penalidades. Temos de trabalhar também no sentido da prevenção de actos que são desestabilizadores de muitos lares.

O sector da Educação tem um papel decisivo a desempenhar no processo de prevenção de problemas relativos à violência doméstica. Nas escolas, nos locais de trabalho e noutros locais públicos devem-se fazer campanhas que façam apelos a boas práticas nos lares. Não é fácil resolver certo tipo de problemas muito rapidamente, em particular este da violência doméstica. Mas não podemos ficar parados. O problema da violência doméstica vai exigir de todos nós muita persistência, pois o seu

combate implica um empenho constante de todos os cidadãos. Estamos todos interessados em termos uma sociedade harmoniosa, pelo que é dever de todos contribuir para que nenhum angolano seja vítima de violência, em qualquer ponto do território nacional.

A família é uma instituição que deve merecer a atenção do Estado e da sociedade. A estabilidade das famílias é fundamental parta construirmos uma sociedade em que sejam respeitados os direitos de todos os angolanos, plasmados na Constituição e em leis ordinárias.

9.10 Mulheres marcham contra a violência em Luanda

Novo Jornal
9 De Março de 2018

Mais de 500 mulheres marcharam, ontem, em Luanda, em protesto contra todo o tipo de violência contra a mulher, desde o Cemitério do Santana até o 1° de Maio, em alusão ao Dia Internacional da Mulher.

Durante a actividade, promovida pelo Conselho das Igrejas Cristãs em Angola (CICA), a organizadora Albertina Neto mostrou-se desapontada com a desigualdade e a desunião entre as mulheres.

Segundo ela, se não houvessem esses factores, as leis que protegem-nas seriam respeitadas. "Que as mulheres se unam de Cabinda ao Cunene, e do mar ao leste. Seja qual for a sua raça e a profissão que exerça, porque enquanto fizerem distinção entre elas, não haverá leis que as protejam", alertou.

Para combater esse mal, que aflige cada vez mais a mulher, Albertina defende que se deve atacar a base. "Podemos fazer muitas leis, mas essas leis não vão surtir efeitos sem combatermos a causa. Quantas leis já fizemos sobre a violência? Pegaram? Não. Não velemos pela violência que é o efeito, velemos pela causa."

No que tange à perda de valores morais que, no entender de alguns especialistas angolanos, tem sido a causa de muitos males que enfermam a nossa sociedade, Albertina recomendou que a mulher deve estar alerta. Por conseguinte, explicou o verdadeiro sentido da palavra igualdade. "Só porque o marido sai com uma, ela também sai com outro. Se o marido sai à noite, ela também sai. Não. Igualdade da mulher não é essa. A mulher tem um papel muito diferente. Não é isso. Ser uma mulher virtuosa é ser uma mulher sábia e com poder de edificar a sua família, clarificou. Esta posição foi corroborada pela pastora Ernestina que exortou, na ocasião, as mulheres para a mudança de mentalidade. Elas, segundo a pastora, devem conhecer os seus direitos, caso contrário continuarão a sofrer.

Igualmente, aconselhou àquelas mulheres que têm conhecimento a partilharem com as outras que não o têm. "A marcha serviu também para mostrarmos a unidade, porque Deus é Deus da unidade. Mais do que uma marcha, isto é uma peregrinação. Para vencermos a desigualdade, temos que ter amor por nós mesmas e união. Porque as mulheres não estão unidas. Que nos unamos, porque onde tem união tem victória", rematou a pastora Filipa Tadeu.

De realçar que a marcha enquadra-se na programação "Especial Março Mulher" do CICA que teve início no Dia da Mulher Angolana, 2 de Março, e se estende até o dia 31 do corrente mês.

9.11 A sociedade e a violência

Jornal de Angola
18 De Março de 2018
Texto: Victor Carvalho

Os dias que correm, em quase todo o mundo, têm sido marcados pela denúncia de vários casos de violência. Uma violência que podemos considerar gratuita por resultar, na esmagadora maioria dos casos, de situações objectivamente inexplicáveis, sobretudo para quem não quer ver a realidade.

Por cá, chocou a sociedade a notícia de que o comandante de uma das unidades de Luanda havia disparado à queima-roupa contra subordinados seus, havendo a lamentar a morte imediata de um deles e ferimentos graves num outro.

Este episódio, que está a ser investigado por quem de direito e por isso se encontra em segredo de justiça, não encontra respaldo em qualquer explicação lógica que algumas pessoas estão a querer encontrar como, por exemplo, na alegação de que o autor dos disparos terá agido sob efeito do álcool.

Do outro lado do Atlântico, na cidade que uns insistem em chamar de "maravilhosa", masque actualmente entregou a sua vigilância nas mãos dos militares, fazendo recordar os tristes dias da ditadura, uma activista dos direitos humanos e vereadora do Rio de Janeiro foi cobardemente assassinada com quatro tiros na cabeça.

Segundo informações divulgadas pela imprensa brasileira, os principais suspeitos da autoria deste crime são pessoas directamente relacionadas com as forças da ordem, estando a Polícia Militar no centro

de todas as críticas pelo modo permissivo como sempre lidou com a violência na tal "cidade maravilhosa".

Estes dois crimes, muitos outros poderiam ser arrolados a esta reflexão, servem para ilustrar os tempos de uma modernidade onde a ausência de valores e a falta de respeito pela vida humana se sobrepõem ao interesse comum de uma fraternidade social capaz de unir e não de dividir as pessoas. Angola e o Brasil, por força da história e por influência das telenovelas, são países cada vez mais parecidos, que falam uma mesma língua e que, infelizmente, começam a copiar e a assimilar os maus exemplos que um tem para oferecer ao outro. Mesmo o tipo de assaltos e de assassinatos que são hoje cometidos entre nós, parecem ser copiados daquilo que diariamente nos chega do irmão brasileiro, razão pela qual não nos podemos surpreender, mas apenas lamentar, de toda a violência a que diariamente se assiste, cá e lá.

Nestes tempos que correm, todos já não somos demais para cumprir o papel que nos compete ter no combate pela elevação dos valores morais que se repercutem na defesa da vida humana. Mais uma vez, as igrejas são chamadas a dar continuidade ao seu importante papel no apaziguamento dos espíritos para que encontremos, entre todos, pontos comuns de interesse que possam criar sinergias positivas de modo a estarmos preparados para desempenhar um papel activo no esforço, que deve ser conjunto, de desenvolvimento social.

Só com um desenvolvimento social forte e sustentado no esforço que o governo está a fazer para melhorar as nossas condições de que vida é que será possível encontrar o antídoto necessário para evitar a violência que, infelizmente, continua a enlutar diariamente as nossas famílias.

Cá, como no Brasil, são essas dificuldades sociais que criam as razões objectivas para que os autores materiais desses crimes continuem a ser, também eles, vítimas de um sistema que tarda em encontrar a fórmula de os ajudar a evitar que trilhem os caminhos da violência.

9.12 Deputadas defendem acções contra violência nas familias

Jornal de Angola
8 De Março de 2018
Texto: Adelina Inácio

O Grupo de Mulheres Parlamentares está preocupado com a desestruturação de famílias, aumento de casos de violência no seio das famílias, com maior realce para a física, psicológica, laboral, económica, patrímonial e sexual.

A preocupação das deputadas foi apresentada terça feira, em Luanda, pela presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares, Luísa Damião, durante a mesa redonda sobre o Dia Internacional da Mulher, que se assinala hoje.

A deputada reconheceu que a violência doméstica constitui um problema social que tem estado a atingir níveis excessivamente preocupantes no país. Luísa Damião pediu apoio de parceiros sociais, em particular das igrejas, no sentido de moralizar a sociedade. "Devemos todos envídar esforços para termos cada vez mais famílias estruturadas, fraternas e felizes, exaltando o papel socializador da família e o reforço das suas competências", defendeu a deputada.

Para se ultrapassar o elevado índice de violência no país, a presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares propôs a criação de centros de atendimento integral à mulher, que conte, entre outros serviços especializados, com um sector de prevenção e atenção contra a violência doméstica, e outro de apoio à mulher empreendedora, com ferramentas de estimulo ao pequeno negócio, como o micro crédito e a capacitação profissional.

A deputada do MPLA apelou a uma maior coesão no seio das famílias na preservação dos valores culturais, na defesa de uma nova mentalidade e na construção de uma sociedade onde perdure a paz espiritual, social e moral. A presidente do grupo de parlamentares lembrou que a violência contra as mulheres constitui uma das violações dos direitos humanos mais silenciadas no mundo, por isso, a deputada defende a cultura de denúncia dos casos de violência para que os infractores sejam punidos. Para a deputada, a existência, em Angola, de uma Lei contra a Violência Doméstica constituí um ganho para as famílias angolanas e se afigura como uma medida de grande alcance para a pacificação e harmonização dos lares, aliadas a outras medidas de educação para a prevenção.

Maior divulgação

Luísa Damião encoraja o desenvolvimento de acções para a sua contínua divulgação, através de palestras, debates e até mesmo junto dos órgãos de comunicação social, para que a mensagem chegue até aos pontos mais recônditos do país.

A deputada disse que a "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", adoptada pelas Nações Unidas, lembra que o pleno reforço do poder

das meninas e mulheres é um dos impulsos mais poderosos para o desenvolvimento da humanidade.

No que concerne à igualdade do género, a presidente do grupo de mulheres parlamentares disse que é uma tarefa que o Parlamento deve alcançar com êxito no sentido de continuar a fortalecer o papel das mulheres na vida política, económica e social.

Luísa Darnião entende que a desigualdade entre homens e mulheres penaliza as sociedades. "A violência, ainjustiça e os estereótipos que muitas mulheres sofrem enfraquecem a sociedade como um todo, além de privar as próprias sociedades de um considerável potencial de criatividade, força e confiança no futuro", disse.

Para a deputada do MPLA, a desigualdade de género não é apenas socialmente maléfica, mas também economicamente destrutiva. Por isso, defende a promoção e aumento de políticas públicas a favor das mulheres. Este ano, o lema das comemorações é "Reforço do poder da mulher".

10. AMBIENTE

10.1 "A administração trata-nos de ratos por vivermos no buraco"

Jornal PAÍS
1 De Março de 2018
Texto: Romão Brandão e Virgílio Pinto

Sempre que chove, obviamente, o Buraco-enche. Não é apenas pelo facto de ser uma área côncava, mas também porque todos os outros bairros circunvizinho têm abertas valas que desaguam no bairro em destaque. Resultado: desde a grande enxurrada que se abateu sobre a cidade capital no dia 12 de Fevereiro, até à presente data, contabilizam 4 crianças mortas por afogamento.

Não é um bairro novo, aliás, tem "oficialmente" o nome do primeiro Presidente de Angola, Dr. António Agostinho Neto. Só que, conforme a zona foi crescendo, as mu- tações feitas, principalmente para a construção da linha férrea, foi se transformando numa "baciadere- tenção". O bairro passou 'a ser co-nhecido por Buraco.

A primeira vez que anossaequipa de reportagem esteve no local, em finais do mês de Outubro, no temposeco, encontramos apenas mar - cas indeléveis da chuva, nas pare- des, bem como residências, igrejas e comités de partidos abandonados por causa dos estragos das águas.

Visitamos o bairro durante estas enxurradas que se abatem sobre Luanda, e o cenário não podia deixar de ser diferente. É preciso muita coragem para viver naquelas condições. Ruas intransitáveis, residências inundadas, relatos de mortes de crianças e moradores com rostos de amargura, resultante do desespero que dizem ser provocado pela administração local.

A água da chuva, misturada com lixo, ultrapassou a altura do joelho do morador Julião Neves, que aproveitou as lentes da máquina do nosso fotógrafo para expor as dificuldades por que passam há mais de dez anos (altura em que aconteceu a primeira inundação) no Buraco. Foi na área em que escolheu ser fotografado em que encontraram os corpos das quatro crianças a flutuar.

"São crianças daqui do bairro.

Estavam a brincar e foram surpreendidas pela enchente. A família teve de transferir o óbito no bairro da Fofoca (Kílamba Kiaxi). Não sabemos se vamos viver assim até quando... O administrador já disse que ninguém nos mandou viver aqui, porque no Buraco é lugar de ratos e lagartos", lamentou:

A bacia terásidoaiada

O entrevistado não entende por que razão a Centralidadedo Cazenga tem as casas inabitadas quando os munícipes passam mal. Amorte, sempre que chove, bate à porta deles e, na sua opinião, não se está a cumprir o desiderato do Presidente da República quanto ao facto de se "melhorar o que está bem e corrigir o que está mal".

"Se Agostinho Neto dizia que o mais importante é resolver o problema do povo, não se tem acompanhado isso aqui, no bairro que temo seu nome. Nós só estamos assim porque houve alteração na via principal e toda a água vem para aqui. É melhor que nos partam as casas e nos mostrem um sítio para viver", disse o munícipe António Pedro Gaspar.

António Pedro Gaspar recorda-se que lhes tinha sido dito que os moradores do Buraco seriam desalojados e o destino eram as casas da Centralidade que fica no Gamek, mas mesmo depois de feito o cadastro do pessoal, passados anos, nada aconteceu.

Láse foi o tempo em que, no bairro Buraco passavam carros, tal como recorda o jovem Leandro, pois não era uma "bacia". Depois de serem feito as obras na linha férrea, o bairro nunca mais foi o mesmo. Para além de o administrador ignorar "o nosso clamor, já nos disse que ali vivem ratos", sentimo-nos malcomisso. Agora só procuramos sobreviver".

Sópromessasatrásdepromessas "O bairro Buraco não é indígena, pois todas as casas têm o cadastro numérico, do quarteirão e sector a que pertencem, feitopelaadministração do Cazenga", dizem os moradores. Da mesma forma, têm o cadastro da ENDE e, como se não bastasse, foram instaladas torneiras, pela rede pública de distribuição de água.

O levantamento feito pela coordenação local aponta para um total de 345 famílias que lutam contra as enchentes, os mosquitos, a falta de energia e de água corrente, bem como as mortes por afogamento, o desabamento de casas e doenças do tempo chuvoso. Todo o dossier foi entregue à Administração e até ao momento esperam por uma resposta.

Quem normalmente os tem visitado é o administrador comunal, Simão Neto, segundo o morador Gelson Serafim. Mas, no último Domingo, Tany Narciso, administrador do Cazenga, esteve no local e prometeu resolver o problema. Promessas sempre tiveram, o grande problema é o cumprimento das mesmas.

O entrevistado é responsável pela área de evacuação das águas e diz estar cansado de viver sempre o mesmo dilema. A moto-bomba que têm, disponibilizada pela Casa Militar, está cansada e já não aguenta. Os gastos são constantes para a compra de gasolina.

O modo como são tratados, dizem, dá a entender que não são cidadãos angolanos, segundo Dona Pancha, pois, desde 2007 até à presente data anda a pedir por socorro e "a Administração não se preocupa". Para ela, o administrador não pode dizer que no Buraco vivem ratos e não pessoas, "porque na altura das eleições estiveram neste mesmo Buraco a pedir que votássemos".

Tudo o que querem é sair daquele bairro, porque mesmo que coloquem esgotos ou usemmoto-bombas, o problema não será resolvido. Pedem que, pelo menos, lhes seja entregue um terreno para construírem novas casas.

Em frente à casa de Dona Pancha tem uma lagoa que "nunca secou", ela luta com os mosquitos e lembra que no ano passado técnicos da Administração deram a cada família um mosquiteiro. "Numa casa em que vivem sete pessoas um mosquiteiro, vamos dormir como?" questiona. Já a preocupação da moradora Arnélia Da Silva é onde vai dormir, porque a sua casa continua inundada.

10.2 Chuva mata mais 3 crianças em Luanda

Jornal O PAÍS
1 De Março de 2018
Texto: Milton Manaça

As enxurradas que se abateram ontem sobre a província de Luanda provocaram a morte de três crianças, em igual número de municípios, e de dois adultos em Cacuaco. No total, morreram cinco pessoas.

Das crianças, o primeiro caso, segundo o porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Minguês, ocorreu no bairro da Mabor, município do Cazenga, e teve como vítima uma criança de um mês e três semanas de vida.

A pequena afogou-se em consequência do desabamento do imóvel onde residia com os seus progenitores. Outra menor, de três meses de vida, não resistiu à quantidade de água que invadiu a sua residência, tendo morrido também afogada, no bairro Paraíso, município de Cacuaco.

A terceira vítima, de acordo com Faustino Minguês, é uma menor de três anos de idade residente no bairro Caop, no município de Viana, que foi encontrada nos escombros de uma residência que desabou.

Importa realçar que no princípio do mês passado outra criança também foi encontrada morta nos escombros de um quintal no bairro Catinton, na Maianga, cuja vedação não resistiu às fortes chuvas.

Os dados provisórios dos bombeiros apontam ainda para a inundação de 6 mil e 196 residências e outras 48 desabadas. Há ainda o registo de nove escolas inundadas.

Os municípios de Viana e Cacuaco são os mais afectados pelos estragos, principalmente no que diz respeito a inun-dações e desabamentos de residências.

O governador Provincial de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, saiu ontem à rua para constatar os estragos causados pelas chuvas em várias artérias da ci- dade.

Em função do que constatou, classificou de crítica a.situação em que se encontram muitos bairros e avenidas.

140 fanúlias desalojadas no Cuanza-Norte

Cento e quarenta famílias ficaram desalojadas devido à inundação de 116 casas e destruição de 24 moradias nos municípios do Cazengo e Lucala, em consequência da chuva que caiu nos últimos sete dias na província do Cuanza-Norte, informou o Comando Provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

Durante o período em referência o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros registou dois incên- dios de pequenas proporções, no município do Lucala, com danos materiais avaliados em 154 mil kwanzas, provocados por fogoposto e curto-circuito.

10.3 Chuvas acentuam sofrimento renovado na mudança do ano

Jornal de Angola
1 De Março de 2018
Texto: Luísa Rogério

Um grito na madrugada desperta os membros da família, Qual alarme, a voz ecoa na vizinhança. Mulheres e homens adultos, idosos e crianças levantam-se. Estão em prontidão. As pessoas com algum tipo de limitação física vão para um reduto relativamente seguro. A cama deixou de garantir

abrigo. Desligar a energia eléctrica é tarefa absolutamente prioritária. Há trabalho abundante. Vassouras, bacias, baldes e até panelas, todos recipientes são escassos para retirar a água de casa. Os movimentos sincronizados não foram ensaiados. O ritmo frenético mantém - se várias horas após o abrandar da chuva. É sempre assim. No Kikolo, na Cuca, Viana, Bairro Popular ou em outras zonas de Luanda. As histórias repetem-se. O sofrimento agudiza-se a cada aguaceiro. Mudam apenas os endereços e as personagens da vida real. É quase inenarrável a realidade agravada nos subúrbios luandenses.

Antes de amanhecer, os transtornos já se fazem sentir. Começam a formar-se os engarrafamentos que se agigantam em poucos minutos. Pessoas que passaram a noite a lutar contra a força das águas correm em busca da vida. É o caso de Madalena. Confrontada com paragens cheias, resigna-se. Caminha pelo próprio pé. No fim da jornada, revive a experiência. Em dias de sorte, consegue lugar no candongueiro. Amiúde, participa em conversas que incidem geralmente sobre o tema do momento: as chuvas em Luanda. Vencida pelo cansaço' adormece na baúca.
Desperta. E volta a cerrar os olhos. Finalmente, desembarca na paragem do Comicha, em Viana. Ainda não chegou a casa. Depois de atravessar charcos e valetas, encontra um "rio caudaloso" onde deixara uma rua ao princípio da manhã.

O rio que separa Madalena recebeu o elucidativo nome da "Vala da Morte". A jovem, de 27 anos, dorme em casa de uma amiga. "Estou segura", telefona para tranquilizar os pais. Na manhã seguinte, refaz o percurso para o serviço, algures na Mutamba. A reportagem do Jornal de Angola abordou-a a um passo de casa. "O chefe dispensou-me mais cedo. Vou arrumar as coisas e, se for possível, descansar um pouquinho", diz. Tem pressa para aproveitar o "intervalo" dado pela chuva. Ela mora na CAOP C, do outro lado da vala. Ali é Cacuaco. Falamos na CAOP A, que pertence ainda ao município de Viana. "Vieram num dia bom. Terça-feira, isto estava intransitável". A disposição de Madalena também é melhor no final da manhã ensolarada de quinta-feira, 22 de Fevereiro.

A jovem integra o grupo de centenas, talvez milhares de pessoas, que diariamente cruzam a rua Brasileira que inicia na Avenida Deolinda Rodrigues, em Viana, e termina perto da chamada "Vala Grande". O primeiro quilómetro está de tal modo inundado, que afasta totalmente a possibilidade de avaliar o tamanho dos buracos.

Seguimos os' outros carros. Adiante, percebe-se alguma intervenção no passado. A brita e resíduos de asfalto permitem o escoamento das águas pluviais. Residências opulentas chamam a atenção na estrada asfaltada. Nem parece que choveu há dois dias.

Mais casas bonitas. Enormes terrenos vedados. Vêem-se pomares. A Rua Brasileira vai para além dos embondeiros. Nela misturam-se, em meia dúzia de quilómetros, os piores e alguns dos melhores panoramas das vias luandenses. Donos e inquilinos de vivendas, que transmitem a sensação de terem sido tiradas do contexto, circulam inevitavelmente com as viaturas topo de gama pela rodovia dos três cenários. A alternativa, inviabilizada pela chuva, seria a vala temida por arrastar pessoas e bens.

"É um desastre quando chove", atira Manuel Mateus, o dono da placa de lotadores. Atribui -se a designação aos trabalhadores informais encarregues de chamar os passageiros até lotar as viaturas. Recebem cem kwanzas por lotação. Os colegas apoiam o lotador. Circundam a viatura do JA para darem informações adicionais. Neste bairro, morreram, aquando da última chuvada, dois irmãos de 4 e 5 anos.

"A mãe lhes deixou com outras crianças. A água lhes levou". Manuel Mateus acrescenta que, instantes antes de lá chegarmos, uma senhora caiu com o filho pequeno na vala. Pretendia apanhar o táxi, "mas recuou. Dia dela de sorte". Admilson António Francisco, condutor da carrinha que faz serviço de táxi, concorda. E resume a gravidade da situação em poucas palavras: "Sério, é muito sofrimento".

"As pessoas andam longas distâncias. Os carros não conseguem chegar ao bairro", lamenta o taxista. "Quando chove, não há vaidades. Ninguém passa com sandálias de salto. As meninas daqui aprenderam a levar chinelos nas carteiras". O lotador avisa que cumpriu a missão. Admilson Francisco deixa o seu recado. "Já morreu muita gente nesta vala. A população sofre. Só chora por uma ponte. Levem essa informação aos mais velhos." A conversa é interrompida por um senhor com cerca de 60 anos. "Vocês todos dias filmam, ouvem as pessoas, mas não fazem nada. Vivo aqui desde 2010, estou farto de falar. O administrador vem visitar a população e não faz nada", esbraveja.

Passageiros e lotadores tentam explicar ao agastado sexagenário que somos jornalistas. "Todos iguais", responde. Visivelmente aborrecido, vira as costas e sobe na carroçaria do táxi improvisado. Ele continua a abanar a mão em sentido negativo até a viatura fazer a curva, enquanto os presentes encorajam a Maria Augusta a fotografar. Os lotadores aproximam - se novamente. Esclarecem as razões da fúria do

kota. Ele perdeu tudo várias vezes. Vive na casa de chapas no marco imaginário que separa os municípios de Viana e Cacuaco.

Submersos

Imaginemos um rio estreito. Coloquemos nas duas margens filas corridas de casas. Façamos emergir, não se sabe com que tipo de tecnologia, bancadas laterais e frontais destinadas à venda de tipos diferenciados de produtos. Desde pão fresco, carne crua e legumes a caixas de fósforos. Imaginemos inúmeros vendedores, principalmente mulheres, ao lado das quitandas. Detalhe: pernas humanas e cadeiras parcialmente mergulhadas em águas escuras mescladas com lodo e dejectos. A ideia não brota de nenhuma mente putrefacta. A descrição fica longe do retrato fiel da rua principal da Cuca, pertinho da linha férrea. O bairro Adriano Moreira junta-se aos locais em que a vida desvaloriza a ficção.

Aventuramo- nos naquela rua por nossa conta e risco.À medida que avançamos, desfaz - se a ilusão. Apelamos à memória para visualizar a zona. Impossível! Os factos bloqueiam qualquer imagem do passado. As vendedoras olham expectantes para o carro que ousa agitar as águas estagnadas. Sai gente das cantinas. Uma senhora idosa quase tropeçou nos sacos de areia amontoados no portão. Ninguém diz nada. Indiferentes, as crianças com botas vermelhas atravessam o lago que absorveu a estrada. Lá do fundo caminham três meninas. Equilibram - se no terreno firme que sobrou do passeio. Alcançam a faixa crítica. Será que vão recuar? Enrolam as batas branquíssimas na cintura e andam. A água está bem acima dos joelhos.

O ruído provocado pelas motobombas tira-nos do mutismo. As máquinas recolhem as águas de quintais e ruelas do Curica. Atiram - nas para o asfalto do Cazenga, onde as obras de requalificação incluíram esgotos. O carro não encalha na lama. A paragem é forçada para que a retroescavadora possa operar com vista a abrir um canal de escoamento. Os habitantes do Adriano Moreira preferem não esperar pela Administração Municipal. Contribuíram para pagar o combustível, mas Carlos Francisco não especifica os valores. Mecânico numa empresa de autocarros, ainda tem ânimo para amenizar a situação. "Tirei férias para trabalhar no bairro. Passei a noite a nadar e a empurrar a água do quintal para fora".

Carlos Francisco acredita que a areia colocada pelos moradores em frente às residências agudizou o problema. "Entulharam, entulharam e provocaram a separação em dois blocos. As casas ficaram abaixo do nível. Deviam ter nivelado o terreno para evitar as condições lastimáveis em que vivemos". Adverte que, se a administração mantiver a passividade, o Adriano Moreira jamais será o mesmo. A chegada do carro de lixo pôs ponto final à entrevista. Carlos Francisco, o "Mboté", figura emblemática da Cuca, continua a orientar o trabalho circunstancial.

Busca de equilíbrios

O som das motobombas acompanha a reportagem. A rua que liga a Filda à Cuca está "inundada" de mangueiras das quais jorra a água que molha o asfalto. Idêntico cenário no Asa Branca, Kwanzas e Kikolo. A maioria dos troços secundários tornou-se inacessível. No São Pedro da Barra, crianças brincam serenamente no foco de lixo nas cercanias de uma área em obras. Como se fosse normal a convivência com fontes de doenças que enchem corredores de hospitais. A combinação resultante das águas residuais, buracos, lodo e construção em terreno impróprio compõe a cena comum ao Bairro dos Ossos, do Urge, Petrangol e demais aglomerados populacionais de Luanda, onde a administração pública denota ser inexistente.

A rua Suja Pé, que liga a requalificada estrada de Cacuaco ao mercado do Kikolo, faz jus à denominação. Contudo, sujar os pés é a menor das preocupações. As ravinas estreitam a estrada sempre que chove. A passagem simultânea de viaturas pode ser perigosa em determinados pontos. O menor descuido implica o risco de resvalar para as ladeiras. Em ambos os lados das valas fundas foram erguidas habitações. Peças de mobiliário, colchões e roupas saltam à vista. Blocos para construção prendem as chapas por cima das casas de edificação precária.

Cá de cima dá para ver os remendos em coberturas furadas. Adivinha - se facilmente o que acontece quando São Pedro abre as portas. Altamente perturbadoras, as imagens dos miúdos a nadarem em piscinas naturais criadas pelas torrentes. Os pequenos correm atrás das objectivas. "Me filma também" , gritam com mão no ar. Na ruela do mercado, optamos pelo recuo estratégico. Trilho demasiado sinuoso, após o embondeiro das chamadas telefónicas.
A foto dos carros enviusados compensa o esforço.

De regresso, a sensação nos equilibrarmos sobre uma ténue linha. Reencontramos os dois adolescentes de mochilas de marca e batas impecáveis. Tinham entrado nos estreitos becos para buscar um colega. Embora vivam na margem seca, são bem conhecidos nas imediações. Eles percorrem o bairro diariamente para apanhar o amigo e juntos encurtarem distâncias. No meio do imenso vale de tormentas com replicações aqui e acolá, em que Luanda se transforma na época chuvosa, reconforta constatar

que os estudantes aprendem as lições do quotidiano. Eles sabem que os atalhos conducentes à outra espécie de vida passam pela escola.

10.4 Cidadãos descrevem experiências sombrias

Jornal de Angola
1 De Março de 2018

Fundado no final da primeira metade do século passado, o Bairro Popular impôs-se como zona resídencíal de referência na capital. Tinha condições básicas de habitabilidade. O projecto incluiu escolas, hospitais, praças de autocarros e de táxis, mercados e largos para prática desportiva. Considerado bairro de classe média baixa, reunia infra-estruturas básicas que o tornaram funcional. Nos anos 1960, foi considerado modelo pelas Nações Unidas. Até princípios dos anos 1990, era razoável. A falta de manutenção e de políticas públicas impulsionaram a decadência.

Poucas ruas foram reabi- litadas desde então. Com excepção da Machado Saldanha, das chamadas sete ruas e mais cinco, apenas pardalmente, grassa a degradação. Das vias secundárias sobram os contornos. Abundam os espaços inacessíveis na época chuvosa. A lama obstrui os becos. Muitas casas foram abandonadas devido à infiltração de lençóis freatícos. Na parte menos corroída pelo desgaste nem parece que choveu ontem, Os problemas provocados pela chuva são igualmente recorrentes no Popula. No fim de cada etapa da luta contra as águas, alguns moradores reiteram o ritual inspirado numa telenovela brasileira. "Levantamos o braço direito com o punho cerrado e a mão esquerda sobre o coração. Gritamos vitória na guerra" , afirma Fatinha.

Ao contrário da produção brasileira, o alvo da celebração triunfal é aliado natural da humanidade, apesar do rasto de destruição que deixa. Prestes a comemorar 47 anos, Fatinha nasceu e viveu sempre no Neves Bendinha, designação oficial do bairro. O corpo ressente-se do cansaço, mas "temos que nos levantar para disputar outras batalhas". Para Fatinha, o betão que substituiu o asfalto nem de longe transmite a ideia do tormento resultante da chuva. Além da forte correnteza que rapidamente enche as fossas, os canais de escoamento de casa para os colectores que deixaram de ser limpos há vários anos.

A água corre naturalmente para a vala do Palanca. Na rua de Moura de baixo, estranha o facto de as casas possufrem muralhas protectoras, prin- cipalmente na parte frontal. Paredões com cerca de metro e meio fecham a entrada das garagenseseconfundemcom janelas abertas como aquelas que vendem bebidas alcoólicas. As pessoas usam os três degraus altos colocados em direcção ao portão para entrar em casa. À primeira vista, faz lembrar as adaptações para viabilizar a movimentação de pessoas de baixa estatura. Os visitantes precisam de segundos adicionais para perceber a lógica do "bizarro" estilo da rua limpíssima.

Idosos, grávidas e pessoas com deficiência locomotora sofrem particularmente. "Primeiro, empurro uma perna, depois puxo a outra. Os kotas bemkotas precísam de ajuda", declara Bruce Miranda. De 35 anos, o mecânico apoia-se na perna direita para caminhar. Bruce conversava animadamente com os amigos, quando os interrompemos.

Na verdade, constatamos acontecimentos similares aos narrados por eles através da comunicação social, nos candongueiros, salões de beleza e hospitais. Todavia, os relatos na primeira pessoa revelam-se assombrosos. Sem saber, acabamos agendando encontro com o pavor.

O mecânico sente dificuldade em contabilizar os prejuízos. "Os estragos são imensos. Perdi mobílias pelo menos três vezes." Casado, Bruce revive as três noites consecutivas em que dormiu no telhado com os três filhos. Durante anos a fio, o telhado serviu também de despensa para" guardar" o que conseguiam salvar. "Você pensa que a água vem pela porta, quando dá conta, os quartos estão cheios" , conta. Nos dias melhores, dormia com as crianças no beliche, única peça de mobiliário pou- pada pelas enchentes nos últimos anos.

"A comandante chuva é má. Todas aquelas pessoas que ali estão perderam as casas", aponta para o outro lado da vala. "A minha tele- visão é pequenina. Com a nossa vida, não valia a pena comprar telas. Perdemos tudo", sublinha. Cita vizinhos em piores condições. "Nem uma panela possuem. O que morava ali ficou com a porta do quarto como recordação da casa que teve", fala, indi- cando as ruínas.

Os utentes de viaturas parqueavam na rua. Ao sentirem os primeiros pingos as recolhiam-nas para um lugar seguro. A água levou muitos carros. Até então calmo, o jovem que se apresenta como pastor Teixeira, afecto a uma igreja Pentecostal, intervém. "Metíamos malha sol nas janelas, para evitar a saída de arcas e botijas de gás. Geralmente passavam".

Os bombeiros estiveram por diversas vezes no local a fim de controlar as pessoas. O pastor destacou o apoio de um técnico da administração, presente em situações calamitosas. "Aquele moço já nadou

connosco para ajudar a salvar um bebé". No ano passado, trouxeram o governador Higino Carneiro, que nos viu a flutuar comas coisas. Não trouxeram os -sacos de arroz, nem as caixas de massa e os colchões que nos prome- teram. Mas vimos passar um camião com colchões directo para o mercado dos Correios.

"Ficaríamos gratos se montassem na vala uma daquelas pontes feitas pelos chineses", almeja o pastor, preocupado, sobretudo, com as crianças. Os bebés anteriormente amarrados às costa por causa da correnteza têm que dar voltas enormes para diminuir a exposição a riscos. Eles tiram a pequena ponte de ferro em dias chuvosos, para não ser arrancada pela força da água, conforme aconteceu no passado.

Volvidos quase 30 anos, a situação mudou, no sábado, 19 de Fevereiro. Partiram a ponte" graças à administradora e ao Presidente João Lourenço." Apelos políticos à parte, a destruição da ponte deixou visível o lixo acumulado que impedia o escoa- mento de águas pluviais provenientes de outras zonas. Na madrugada da terça - feira, 20 de Fevereiro, pela primeira vez, durante anos sofríveis, os moradores viram -se livres dos efeitos da tormenta. Apreciaram a chuva na cama. Faísca, da última casa da MOlU"a não perdeu tempo.

Foi o primeiro a derrubar a muralha. Voltou a ter um portão convencional. Dentro de casa, a pintura recente não esconde totalmente as marcas da chuva. O quadro de energia eléctrica perma- nece fora do lugar. "Estamos em reconstrução", exalta. Os amigos imitam a cantoria do vizinho que vive no bairro desde 1974. "Já vou comprar colchão, vou comprar guarda- fatos novo". A alegria justifica -se. Para eles, a chuva quase tudo levou. O presente sugere que os dias sombrios ficaram para trás.

Cobras e centopeias

Ouvimos descrições índeléveis em todos bairros onde estivemos. Sofrimento e morte foram as palavras frequentes. O clima de celebração terminou mal alguém citou as tragédias que abalaram a comunidade. Duas famílias vizinhas vivenciaram o pesadelo em épocas distintas. O Faísca ainda se recorda do dia em que o Pita pisou um fio eléctrico descascado, perto da vala. Morreu no local do incidente. Passaram -se aproximadamente trinta e cinco anos. O Kanguengue, cujo quintal estava interligado ao Pita, por uma portinhola, perdeu a vida no ano passado, enquanto tirava a água do quintal.

As duas últimas casas da rua foram abandonadas devido à falta de condições de habítabilidade. Os antigos proprietários mudaram-se para o Zango 3. No interior, proliferam águas putrefactas, centopeias de tamanho incomum, ratazanas e insectos voadores. "Às vezes, aparecem cobras e escorpiões", adverte o pastor Teixeira. Contomámos o habitat dos bichos peçonhentos. Na rua a seguir, houve igualmente mortes. Numa noite, deitaram-se duas crianças. Uma sobreviveu. A outra foi apanhada pela correnteza. Distanciadas de desgraças passadas, jovens entrançam o cabelo no quintal completamente alagado. "Habituamo- nos a viver com as pernas mergulhadas", comenta o pastor.

A casa tombada pela fúria das águas lembra imagens sobrepostas em câmara lenta. O único membro da família "residente" nos escombros da habitação dorme debaixo da figueira. Ao relento, portanto. Assirncomo toda aquela gente ao redor da vala.

"Se não tivessem derrubado a ponte, a esta hora estaríamos por cima daquele primeiro andar". Bruce Miranda olha para o edifício protector.

Eles festejam o futuro. Fazem planos. Pretendem pintar paredes e reequipar as casas. Como se fosse a primeira vez. Evidenciam satisfação ao ver a água escorrer livremente pela vala. Isabel Cassule junta a sua voz à da legião de flagelados. Enfrenta os receios comuns que afastam o sono mal começa a pingar. "Se a mesa não for resistente, parte de tanto peso. A comida vai para o lixo e outras makas mais". Isabel reconhece os benefícios da reabertura do canal de escoamento.

Infelizmente, a resolução de um dilema desencadeou outros. Residente na divisória do. Neves Bendinha com o Palanca, assustou-se ao regressar a casa. Se não lhe tivessem avisado, a pouquíssimos metros da ponte, ter-se-ia deparado com o vácuo na noite escura. "Vejo daqui o meu quintal. Para chegar lá, tenho de dar uma volta tremenda".

A ponte derrubadaaumentou a distância. "As crianças dificilmente vão à escola sozinhas. Temos que correr para apanhar os nossos filhos se chover ou faltar energia". Os delinquentes aproveitam qualquer oportunidade. "Muitos moços fumam liamba abertamente. Ando atenta aos movimentos suspeitos, sempre a cantar e a louvar". Roga pela colocação de uma ponte provisória.

10.5 Autoridades apertam cerco contra tráfico de madeira

Jornal NOVO JORNAL
2 De Março de 2018
Texto: .• A.P.

As autoridades angolanas mostram-se implacáveis no combate à exploração ilegal da madeira no país. Um total de 37 camiões encontra-se retido na província de Malanje, com um volume de 900 metros cúbicos de madeira oriunda das províncias do Moxico e tunda-sul, informaram esta semana autoridades ligadas ao Ministério da Agricultura.

Desde o princípio do mês de Fevereiro que o Governo angolano suspendeu todas as actividades relacionadas com a campanha florestal de 2017, como o corte, a circulação e o transporte de madeira em toro ou serrada.

A determinação do Ministério da Agricultura e Florestas, assinada pelo titular da pasta, Marcos Alexandre Nhunga, surge em "cumprimento do Decreto Presidencial N.· 274/17, de 10 de Novembro de 2011', que entrou em vigor rio dia 1 de Fevereiro do presente ano.

Em face do incumprimento das normas, 37 camiões estão retidos em Malanje, segundo deu a conhecer à imprensa, esta semana, Tomás Mizaleque, do Instituto Florestal em Malanje. "Os camiões com cargas de madeira, retidos em Malanje por força do decreto presidencial de 31 de Janeiro, começaram a descarregar os seus produtos em locais definidos pelas autoridades até novas ordens. São 37 camiões com um volume de 900 metros cúbicos de madeira, proveniente do Moxico e lunda-sul", disse.

Salientou ainda que foi criada uma equipa de avaliação do produto, constituída pela Administração Geral Tributária (AGT), Polícia Nacional (PN), Forças Armadas Angolanas (F AA) e o Instituto do Desenvolvimento Florestal (IDF) do Ministério da Agricultura e Florestas.

Por sua vez, o director nacional de Florestas do Ministério da Agricultura, Domingos Nazaré veloso, deu a conhecer em Luanda que as medidas e os destinos a serem dados às madeiras apreendidas serão conhecidos em Maio. "Os infractores terão penalizações agravadas. Vamos passar a apreender todos os meios que estiverem envolvidos na transportação ou no corte da madeira ilegal, isto é, desde os camiões a motosserras e a tractores, e não haverá mais pagamentos de multas para verem restituídos os produtos, como ainda acontece", explicou o interlocutor, garantindo que as pessoas licenciadas verão devolvidos os seus produtos apreendidos. O responsável anunciou igualmente a criação de um entreposto para a comercialização da madeira. "Vamos instalar um entreposto de comercialização da madeira que vai funcionar como ponto de trânsito obrigatório de toda a madeira que for explorada e destinada à comercialização", garantiu

10.6 Chuvas matam pessoas em Luanda

Jornal Liberdade
2 De Março de 2018

As fortes chuvas que caíram na madrugada de quarta-feira, em Luanda, provocaram a morte de três crianças, inundação de mais de 900 residências e o desabamento de mais de 40 outras, divulgaram hoje os bombeiros.

Em declarações hoje à Lusa, o coordenador do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros de Angola, Bênção Cavila Abílio, disse que os dados "são ainda provisórios", estando a decorrer a nível da capital angolana o levantamento das consequências das chuvas.

"Prossegue a nível das comissões municipais de protecção civil e bombeiros o levantamento dos danos das chuvas, temos sim a confirmar a morte dessas crianças, uma delas morreu afogada no município de Cacuaco, um dos mais afectados pelas chuvas" disse.

As fortes chuvas, segundo o responsável, também deixaram dezenas de escolas inundadas, sobretudo no município do Cazenga e provocaram também derrube de várias árvores a nível da província de Luanda.

O município de Viana e o bairro do Quifica, distrito urbano do Benfica, arredores de Luanda, são também, de acordo com os bombeiros, outras das zonas mais afectadas, devido às valas de drenagem que ali desaguam.

As previsões do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica de Angola apontam chuvas para Luanda até ao principio da noite.

10.7 Moradores da Mabor agastados com a administração municipal do Cazenga

Jornal A REPÚBLICA
Por Mafuta Malanda
2 De Março de 2018

Os moradores do bairro Mabor, distrito urbano do Kimakeza, no município do Cazenga, mostram-se agastados com a administração daquele município, que já foi considerado mais populoso de Luanda.

Em causa está a famosa lagoa do Poupalá, que tem criado enormes dificuldades aos moradores. A lagoa em causa surge na sequência de obras mal feitas, das quais estamos habituados a ver um pouco por essa Angola adentro.

No ano de 2008, durante o consulado da senhora Francisca de Espírito Santo, como governadora de Luanda, asfaltou-se a rua da Sonef, que liga a avenida Ngola Kiluanje a alguns bairros dos municípios de Cacuaco e Viana, passando pelos bairros da Mabor e do Kikolo. A empreiteira da obra prestou um mau serviço, fez uma escavação ao longo da rua e no seu interior colocou o asfalto, tendo as casas nas duas margens ficando por cima, sem esgoto tampouco uma inclinação de maneira que as águas das chuvas não se acumulassem ao longo da estrada.

Dois anos depois, isto é, em 2010, por causa das chuvas, o asfalto desapareceu, tendo-se formado, à frente do supermercado Poupalá, uma vala de drenagem a céu aberto, com uma profundidade não inferior a três metros, com todos os riscos possíveis.

As crianças e os adolescentes acorrem àquele local, uns para tomar banho, como se de praia o local se tratasse, ao passo que outros encontraram aí o seu ganha-pão, lavando viaturas, bem como o improviso de uma ponte, onde se cobra 50 kzs por travessia.

A rua tornou-se quase intransitável, criando dificuldades não só para os moradores, como também para os trabalhadores da ex - ENE, trabalhadores e estudantes do Instituto Superior Politécnico do Cazenga (ISPOCA), que se viu obrigado a transferir os estudantes para os edifícios localizados no distrito do Kala Wenda, pacientes e técnicos do centro médico Progresso e fiéis da igreja Pentecostal "Sião"

Os moradores alegam ter feito vários apelos à administração municipal, mas até hoje não são tidos nem achados.

"Antes de asfaltarem a nossa rua, aqui não parava água. Quando chovesse a água corria até lá mais abaixo, mas quando se fez essa obra mal feita, estragaram a nossa rua',desabafou Plácido Zinga, morador há 25 anos.

Já Marcelina João, igualmente moradora, deixa mais um apelo a quem de direito.

"As autoridades não podem esperar que ocorra aqui uma tragédia para depois virem intervir. Pedimos encarecidamente ao senhor administrador que mobilize homens e máquinas para tapar essa vala" disse.

Entretanto, se houvesse vontade política, certamente, esse problema teria sido resolvido, pois a própria natureza encarregou-se de criar uma vala que liga os municípios do Cazenga e Cacuaco ao mar, daí que seria bom se ligassem a lagoa a essa vala que dista a 400 metros.

10.8 Sobe para seis o número de mortes causadas pelas chuvas

Jornal O PAIS
2 De Março de 2018

Das vítimas, o destaque recai para as tres cnanças menores de 5 anos, nos municípios do Cazenga, Cacuaco e Viana, a primeira por desabamento de uma residência e as duas últimas por afogamento, segundo o porta-voz da corporação em Luanda, Faustino Minguês. Para além das seis mortes, as chuvas de Quarta-feira, 28 de Fevereiro, afectaram directamente três mil e 270 pessoas, sendo que 545 famílias ficaram desalojadas.

As enxurradas deixaram ainda 12 mil e 253 casas inundadas, consequências que se fizeram sentir maio-ritariamente em diferentes bairros dos municípios de Viana, Cacuaco, e Cazenga, segundo os dados defi-nitivos dos Bombeiros.

Escolas e igrejas não foram poupadas

As águas aceleraram o alargamento de seis ravinas e o número de escolas inundadas subiu de nove para 37. Na sequência, 13 templos religiosos ficaram inundados, assim como cinco bancos comerciais. O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMEI) prevê um abrandamento das chuvas na capital do país nos próximos dias.

Importa realçar que ogovernador provincial de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, suspendeu as autorizações de gozo de férias e viagens a todos os funcio- nários que exerçam cargos de

administradores, directores e chefes de gabinetes, até 20 de Maio.

Adriano Mendes de Carvalho esclarece que a medida está relacionada com as fortes chuvas que assolam a província e os danos humanos e materiais causados.

10.9 Activistas defendem responsabilização do Estado pelas mortes de menor nas chuvas

O PAÍS
4 De Março de 2018
Texto: Domingos Bento

A activista social Magda Borges defende que as administrações municipais e distritais devem responder pela morte destas crianças por não terem criado condições de cobertura ou interdição destes espaços.

De acordo com a defensora, que falava ontem à margem do encontro de análise e balanço dos efeitos das últimas chuvas sobre as famílias, é necessário a responsabilização criminal das administrações que têm, no seu perímetro, valas e fossas à céu aberto e que não dispõe de dispositivos de segurança ou sinais de alerta. Para ela, é um acto criminoso deixar estes espaços abertos, principalmente em épocas de chuvas, devido ao perigo que apresentam.

A título de exemplo, Magda Borges apontou a bacia do Coelho e do Zango que, nos últimos dias, foram palco de mortes de muitas crianças que vivem nas proximidades.

"As administrações municipais recebem dinheiro público e não podem ter, no seu território, espaços que ponham em perigo a vida dos próprios munícipes. E, infelizmente, é isso que tem acontecido. É preciso que as famílias, que têm filhos que morreram por afogamento nestes espaços, denunciem as administrações junto dos tribunais'" concluiu.

Por seu lado, José Caxinda, em representação da organização "Cuidados da Infância", defende a criação de programas e iniciativas comunitárias com vista a se evitar que mais crianças venham a morrer por afogamento durante o período das chuvas.

De acordo com José Caxinda, muitos menores acabaram afogados porque, quando chove, estão normalmente sozinhos ou sob cuidados de outras crianças indefesas. É preciso, para ele, que os chefes de família, antes de saírem de casa, se preocupem com as questões de segurança dos seus filhos, deixando-os em locais seguros e de preferência sob os cuidados de um adulto de forma a evitar que, em caso de calamidade, possam ser socorridos e salvos do perigo.

Conjugação de esforços

José Caxinda deu ainda a conhecer que sua organização, em pareceria com o SPCB, está a trabalhar no cadastramento de todas as vítimas mortais para, posteriormente, fazer chegar os dados às instituições do Estado de forma a se reforçar os programas de segurança e cuidados das crianças junto das comunidades. "Entendemos também que muitas famílias, em função das dificuldades económicas, não têm muitas alternativas. Mas, se o Estado apoiasse essas famílias, com a criação de centros e outros espaços públicos infantis, onde as mães pudessem deixar os seus filhos quando vão a labuta, penso que hoje não estaríamos a chorar a vida das nossas crianças. Portanto, há toda necessidade de conjugar os esforços entre o Estado e as famílias".

Por outro lado, apesar de o Instituto Nacional de Metereologia (INAMET) ter anunciado o abrandamento das chuvas durante os próximos dias, as organizações da sociedade civil solicitam o reforço das medidas preventivas, tendo em atenção o aproximar do mês de Abril que é tido como o período do ano que mais chove.

As chuvas que vêm caindo com regularidade em Luanda já causaram, até ao momento, de acordo com dados do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB) mais de uma dezena de mortos. Parte destas vítimas são menores. Muitos deles morreram depois de tropeçarem em valas, bacias e fossas à céu aberto no decorrer das chuvas.

10.10 INAMET prevê fortes chuvas no Cuando Cubango

O PAÍS
3 De Março de 2018

O Instituto Nacional Meteorologia e Geofísica (INAMET) prevê chuvas fortes acompanhadas de trovoadas na província do Cuando Cubango, durante hoje e amanhã, de acordo com o boletim de ocorrências enviado a OPAÍS.

As chuvas fortes e moderadas cairão com maior incidência em Menongue e nos municípios de Mavinga, Lumbala N'guirnbo, Chiume, Cuangar e arredores.

O INAMET prevê períodos de ocorrência de chuva moderada a forte (30-50 mm/24 horas) e vento

moderado a forte (30-40 km/hora) nos dias atrás referidos. A chuva poderá ocorrer com maior intensidade durante a noite e manhã.

Razão pela qual, recomenda a tomada de medidas de precaução e segurança face ao risco de descargas eléctricas e chuva intensa.

10.11 O drama das chuvas

Jornal de Angola
4 De Março de 2018
Texto: Victor Carvalho

As chuvas, que em muitos países são consideradas dádivas da natureza destinadas a abençoar quem delas beneficia, para os angolanos são recebidas com o temor próprio de quem sabe que elas colocam as suas vidas em risco, quais lágrimas vertidas do céu onde se afogam e morrem todas as suas esperanças.

Se fosse nova, a situação poderia ser encarada como se de uma fatalidade se tratasse. O problema é que a situação tem de tudo, menos o ser nova, uma vez que se repete a cada ano que passa, com a única diferença de ser mais ou menos grave consoante a intensidade da chuva que se abate sobre o nosso país.

O diagnóstico para o efeito causado pelas chuvas na cidade de Luanda, sejam elas mais ou menos intensas, está à vista de todos e foi exemplarmente reflectido nas páginas deste jornal pela pena da Luísa Rogério, que assinou uma reportagem que mostra bem a amplitude do problema que parece cada vez mais difícil de resolver.

O que não ouvimos nem lemos, até agora, é qual a "receita" que está a ser preparada pelas entidades responsáveis para que o efeito perverso daquilo que deveria ser encarado como uma dádiva da natureza seja devidamente combatido e consequentemente anulado.

Ao governador de Luanda não basta visitar os bairros mais afectados pelas chuvas mostrar-se constrangido com situações que todos sabemos que se iriam repetir, por nada ter sido efectivamente feito para as impedir.

O que se esperava - e ainda se espera - dos que têm a responsabilidade política de bem governar a cidade de Luanda, e logo de zelar para proteger os cidadãos dos efeitos trágicos de todas estas fatalidades, é que sejam o líderes na busca de soluções para problemas antigos e, por isso mesmo, já há muito tempo mais que devidamente diagnosticados.

A cidade de Luanda, no seu todo, não apenas nos bairros periféricos, precisa de um programa urgente para o seu saneamento básico sob pena de, literalmente, se afundar ao ritmo da intensidade das chuvas.

Neste momento, a cidade capital de Angola está completamente indefesa perante os caprichos da natureza sem que nada se veja estar a ser feito para impedir as tragédias que infelizmente se sucedem. O que se esperava é que fossem tomadas medidas urgentes e eficazes que pudessem impedir a sistemática repetição das cenas deprimentes a que todos temos assistido, e vivido, com mortes de crianças, casas destruídas e as esperanças de milhares de angolanos desfeitas.

Os efeitos das chuvas não afectam exclusivamente Angola, longe disso. Este ano, em especial, quase todos os países do mundo têm conhecido um aumento significativo da carga pluviométríca. Mas, o que torna Angola diferente dos outros, infelizmente, é o facto de nada de concreto se estar a ver ser feito para minimizar os efeitos das chuvas.

Pelo contrário, o pouco que se tem ouvido falar vai no sentido de se apontar somente o dedo aqueles que constroem em lugares inadequados para isso, ou que contribuem para entupir as valas de escoamento das águas.

Claro que quem assim actua terá que ser punido, mas com a mesma dureza daqueles que, tendo poderes legais para evitar que o façam, parecem estar mais interessados em perseguir e interpelar, por vezes de modo particularmente rude, quem tenta vender na rua para conseguir sustentar as suas famílias.

Seria injusto, também, não punir" os que constroem em centralidades e bairros casas e aplanam armamentos sem o mínimo de rigor técnico, onde basta chover para que se desnudem todas as suas incompetências.

10.12 Recados e reclamações

Jornal de Angola
4 De Março de 2018
Texto: Caetano Júnior

As chuvas que caem sobre a província de Lunada e os danos (fisícos, emocionais e materiais) delas consequentes a muita gente já não assombram. A este agregado, a notícia de mortes, desaparecimento de pessoas, o alagamento e desabamento de residências, a abertura de crateras, o isolamento de famílias ou a transformação destas em grupos de desabrigados há

muitos anos que passou a constituir "evento normal", de tão repetitivo.

Também para este conjunto de indivíduos, visitas às zona mais afectadas pelas enxurradas, reuniões com técnicos, para levantamento da situação e posterior busca de soluções, promessa de apoio às vítimas e outros expedientes não passam de exercícios sem resultados práticos, como se tem comprovado. Afinal, jornadas de campo juntam hoje milhares de quilómetros e são comuns à autoridades que ao longo dos anos governaram a província, assim como semelhantes são os efeitos dessas incursões sobre a realidade quotidiana do vulgar cidadão.

Ao longo de muitos anos, sempre que a chuva fustiga Luanda, os resultados são tão previsíveis que aquele que mais sofre com as consequências aperfeiçoou a providência. Tem, por exemplo botas de borracha para calçar e sacos de plástico para envolver os pés, para quando a necessidade o obrigar a atravessar a rua, que, de repente, quer fazer concorrência ao rio Kwanza. Se, entretanto, lhe faltarem os "apetrechos" para os pés, deve dispor dos recursos mínimos para alugar as costas de um assalariado a quem a chuva ofereceu a oportunidade de abrir um pequeno "negócio".

De tão conhecido o quadro que as chuvas desenham, sempre que descem sobre a província de Luanda, visionários preparam fios, que instalam ao longo de percursos enlameados, para que neles transeuntes se apoiem e façam a travessia. Há ainda quem tenha à disposição baldes com água, que usa para limpar os pés daquele que chegou do outro lado da lagoa. Portanto, embora seja, neste exacto contexto, fonte, sobretudo, de desgraça, a chuva transformou-se, também, num meio pelo os mais engenhosos conseguem dinheiro.

Assim, quem reconhece na chuva fenómeno natural ofensivo rodeia-se de cuidados, protegendo-se de perigos que a sua passagem pode potenciar. Aquele que, por seu lado, a vê como fonte de rendimento mune-se dos "apetrechos" indispensáveis aos serviços que deve prestar a quem deles se vir necessitado. Só as autoridades parecem, entretanto, colocar-se a leste das várias situações, entre as quais as tragédias anunciadas, no rescaldo das enxurradas.

De outro modo, não há como encaixar que, ano após ano, as autoridades da província continuem por criar, pelo menos, medidas preventivas, que, em tempos de quase calamidade, seriam accionadas para atender pessoas em dificuldades e zonas sob risco. "Pelo menos" porque, ao tempo que já duram o desconforto e os males maiores que vêm com a chuva, as acções de quem dirige deviam ir para lá de preventivas.

Os problemas que Luanda vive, sempre que sofre a acção da chuva, são velhos e recorrentes e não se circunscrevem aos bairros mais antigos. Por exemplo, sofre com alagamentos aquele que habita o Cazenga ou a Samba, como o morador de uma centralidade ou de um condomínio em Talatona, erguidos nestes tempos de demanda tecnológica. O quadro é de uma tal gravidade, que acções preventivas estariam já desajustadas da realidade em que se transformou a maior parte dos bairros, embora possam ainda servir de recurso, em contextos como o actual, de emergência e de dificuldades financeiras. Contudo, e em respeito ao rigor, intervenções paliativas, tendentes a aliviar situações eventualmente mais graves num determinado lugar, nunca deviam ter sido encorajadas, sobretudo, quando o país acreditava ser, além de petróleo, produtor de dinheiro.

Por isso, a visita a locais afectados pelas chuvas nem sempre é vista como um gesto genuíno de quem está, realmente, preocupado com o bem-estar da população. Mais ainda quando feitas por autoridades metidas em fatos e sapatos reluzentes. As pessoas falam, lamentam, queixam-se, resmungam. Jornalistas têm sido, em determinadas circunstâncias, o recurso do cidadão para passar recados ou expedir reclamações. Há quem avalie essas jornadas como redundantes e cíclicos compromissos de agenda, porque cumpridas a cada ano, automaticamente, sem que dele o cidadão saboreie qualquer vantagem prática. Levada a avaliação ao extremo, estas romarias chegam até a desgastar mais do que a arejar a imagem de figuras da governação da província.

A menos que delas nasçam vantagens concretas. É, pois, nesta perspectiva que as autoridades do novo tempo devem trabalhar.

10.13 Activistas defendem responsabilização do Estado pelas mortes de menor nas chuvas

OPAÍS
4 De Março de 2018
Texto:Domingos Bento

A activista social Magda Borges defende que as administrações municipais e distritais devem responder pela morte destas crianças por não terem criado condições de cobertura ou interdição destes espaços.

De acordo com a defensora, que falava ontem à margem do encontro de análise e balanço dos efeitos das últimas chuvas sobre as famílias, é necessário a responsabilização criminal das administrações que têm, no seu perímetro, valas e fossas à céu aberto e que não dispõe de dispositivos de segurança ou sinais de alerta. Para ela, é um acto criminoso deixar estes espaços abertos, principalmente em épocas de chuvas, devido ao perigo que apresentam.

A título de exemplo, Magda Borges apontou a bacia do Coelho e do Zango que, nos últimos dias, foram palco de mortes de muitas crianças que vivem nas proximidades.

"As administrações municipais recebem dinheiro público e não podem ter, no seu território, espaços que ponham em perigo a vida dos próprios munícipes. E, infelizmente, é isso que tem acontecido. É preciso que as famílias, que têm filhos que morreram por afogamento nestes espaços, denunciem as administrações junto dos tribunais'" concluiu.

Por seu lado, José Caxinda, em representação da organização "Cuidados da Infância", defende a criação de programas e iniciativas comunitárias com vista a se evitar que mais crianças venham a morrer por afogamento durante o período das chuvas.

De acordo com José Caxinda, muitos menores acabaram afogados porque, quando chove, estão normalmente sozinhos ou sob cuidados de outras crianças indefesas. É preciso, para ele, que os chefes de família, antes de saírem de casa, se preocupem com as questões de segurança dos seus filhos, deixando-os em locais seguros e de preferência sob os cuidados de um adulto de forma a evitar que, em caso de calamidade, possam ser socorridos e salvos do perigo.

Conjugação de esforços

José Caxinda deu ainda a conhecer que sua organização, em pareceria com o SPCB, está a trabalhar no cadastramento de todas as vítimas mortais para, posteriormente, fazer chegar os dados às instituições do Estado de forma a se reforçar os programas de segurança e cuidados das crianças junto das comunidades. "Entendemos também que muitas famílias, em função das dificuldades económicas, não têm muitas alternativas. Mas, se o Estado apoiasse essas famílias, com a criação de centros e outros espaços públicos infantis, onde as mães pudessem deixar os seus filhos quando vão a labuta, penso que hoje não estaríamos a chorar a vida das nossas crianças. Portanto, há toda necessidade de conjugar os esforços entre o Estado e as famílias".

Por outro lado, apesar de o Instituto Nacional de Metereologia (INAMET) ter anunciado o abrandamento das chuvas durante os próximos dias, as organizações da sociedade civil solicitam o reforço das medidas preventivas, tendo em atenção o aproximar do mês de Abril que é tido como o período do ano que mais chove.

As chuvas que vêm caindo com regularidade em Luanda já causaram, até ao momento, de acordo com dados do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB) mais de uma dezena de mortos. Parte destas vítimas são menores. Muitos deles morreram depois de tropeçarem em valas, bacias e fossas à céu aberto no decorrer das chuvas.

10.14 Bacia de retenção Transbordada e obstrui vias

Jornal de Angola
5 De Março de 2018

As chuvas que caem sobre Luanda vêem mostrando a quantas andamos em termos de valas de escoamento da águas pluviais. As águas estão a tudo e mais alguma coisa e nem mesno as zonas urbanas são poupas. A bacia de retenção do Talatona localizado na rua S15 é um exemplo o que falamos. Foi construída para suportar as águas pluviais de Talatona e arredores mas nem isso consegue fazer. O surgimento de novos condomínios nos arredores estrangulou os objectivos pelos quais fora criada e do escoamento das águas à vala de drenagem da Ponte Molhada restam apenas saudades. As águas passaram a confinar-se na rua S15. Especialistas na matéria dizem que é possível inverter a situação com a colocação de bóias e electrobombas com capacidade suficiente para escoar a água à vala da PonteMolhada e deste modo evitar-se o pior. Há já muitas residências nos arredores da bacia de retenção a ser afectadas pela precária situação.

10.15 Chuvas desnudam Belo Monte, causam luto e desabrigam

Jornal LUANDA
5 De Março de 2018
Texto: Nilza Massango

Quando chove, o bairro Belo Monte, no município de Cacuaco, fica completamente alagado e arrasado. Umas casas inundam ou desabam. Nas ruas, grandes charcos de água se formam. Perdem-se vidas humanas nas inundações, desabamentos de terra e outras intempéries decorentes das cheias.

Nestes dias, fica visível que de belo, o bairro não tem nada, senão a sua denominação. Belo Monte é um bairro precário e constituído num terreno argiloso e escorregadio. Por isso, também é chamado bairro do lodo. Há uma mistura de casas de blocos, chapas de zinco e muita terra vermelha.

Por lá também há muitos casebres, cujas precárias estruturas são derrubadas facilmente pela força da água das chuvas. Também muitas casas foram construídas sob rede de água em outros locais de risco.

GEMEOS MORREM AFOGADOS

Um casal de gémeos, de quatro anos, morreu no Belo Monte, no dia 19 de Fevereiro. A casa onde ocorreu o incidente está construída sobre a linha de água. Com a pressão da água da chuva, uma das paredes caiu e a água entrou para o interior da residência, onde se encontravam os gémeos, um bebé de oito meses e a irmã de 20 anos. Infelizmente, os vizinhos só tiveram tempo de salvar o bebé e a jovem. Os pais das vítimas encontravam-se a trabalhar. Tudo aconteceu por volta das14 horas, como contou o pai dos gémeos, Diogo António.

No Belo Monte as chuvas deixam muitas casas submersas. Muitos moradores chegam mesmo a "nadar", para saírem do bairro. As ruas ficam alagadas, lamacentas e intransitáveis. Não há asfalto, passeios nem sistemas de drenagem das águas.

AUTORIDADES SOUDARIAS

Em função da tragédia causada pela chuva, o governador da província de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, e a secretária do Presidente da República para a área Social, Fátima Viegas, estiveram no Belo Monte e solidarizaram-se com a família de Diogo António. Também levaram mantimentos.

No local, Adriano Mendes de Carvalho anunciou que o pai das crianças falecidas vai beneficiar, em breve de um terreno, numa zona segura e urbanizada. O gesto vai se estender a outras 50 famílias que vivem ao longo da linha de água, no Belo Monte.

Sem adiantar a data da entrega dos terrenos, Adriano Mendes de Carvalho disse que a intenção é retirar essas famílias do local para evitar que as próximas chuvas provoquem mais danos.

Em representação do Chefe de Estado, Fátima Viegas apelou o reforço das campanhas de sensibilização às famílias sobre o perigo de construírem e residirem em zonas de risco.

PONTE DA CERAMICA CAIU POR TERRA

A ponte sobre a chamada vala da Cerâmica, no município de Cacuaco, desabou. Em consequência disso, os moradores daquela zona de Cacuaco estão indignados, porque agora estão obrigados a fazer uma travessia arriscada, apoiando-se em pedras para chegarem ao outro lado.

Desde que a ponte caiu, no dia 19 do mês passado, a casa da moradora Isabel Jamba, que fica a escassos metros da vala, inunda com as chuvas. A vala enche e transborda, a água entra para a sua residência.

Na chuva do dia 28 Isabel quase perdeu tudo, até a vida de seus filhos. Mas, a casa que fica ao lado da sua já não teve a mesma sorte, desabou. "Felizmente ninguém se magoou, mais perderam- se todos os pertences. "A minha vizinha perdeu tudo", contou Isabel Jamba, que vive na rua da Cerâmica desde 2010 e nunca sua casa havia inundado.

A obra de construção da via e da ponte da Cerâmica, que começou em 2016, ainda não terminou. Segundo explicações do vice-governador da província de Luanda, para área Técnica e Infra-estruturas, José Paulo Kai, entende-se que a ponte desabou porque não estava concluída, não foi compactada devidamente e acabada. O governador da província de Luanda,

Adriano Mendes de Carvalho, esteve na rua da Cerâmica, na companhia do ministro das Finanças, Archer Mangueira, para constatar os estragos das chuvas e ver que soluções encontrar a curto prazo, para minimizar os problemas que os moradores enfrentam.

"Constatamos que aqui há problemas estruturais que têm de ser resolvidos. A nosso nível, vamos intervir junto do Ministério da Construção, sector responsável para coordenar as soluções", disse, acrescentando que uma dessas soluções, pode ser paliativa para atenuar os problemas que os moradores estão a viver neste momento, até se encontrar uma mais estruturada.

Por sua vez, O administrador municipal de Cacuaco, Carlos Cavuquila, disse que a solução passa pela disponibilização de recursos financeiros para que a empresa termine a obra da ponte Cerâmica e a estrada onde está a empresa Recolixo.

Carlos Cavuquila disse que a ponte da Cerâmica nunca foi inaugurada, por não estar concluída. O governante explicou aos moradores que a obra não é da responsabilidade da administração municipal e que ele mesmo desconhecia o contrato e o valor do projecto. "A ponte desabou porque a obra não foi

concluída por falta de dinheiro. Por isso, trouxemos o ministro das Finanças", explicou.

RUAS DO SAMBIZANGA SUBMERSAS

Só mesmo os moradores dos muitos bairros de Luanda, para descreverem o calvário que têm vivido por causa dos estragos provocados pelas chuvas. Em algumas ruas do distrito urbano do Sambizanga, os moradores simplesmente "bóiam" sobre as águas sujas. Quem se atreve a sair de casa, obrigatoriamente terá de molhar os pés. Não passeios nem pedras de apoio. A água engoliu tudo. A água invadiu as portas das casas e as ruas. Na tentativa de evitar as águas sujas, observamos alguns moradores a penduram-se às paredes.

No Sambizanga, a água que inundou praticamente todo o bairro, chegava até ao nível do joelho de um adulto de estatura mediana. Quem se atreveu a desafiá-las constata isto mesmo. A água das chuvas ironicamente tomou de assalto as ruas da Frescura, adjacente à 12 de Julho, da Capela que dá para a rua do Baião e da Casa Magone. As inundações no Sambizanga são recorrentes. A única motobomba, colocado no meio do bairro para fazer a sucção da água, parece inútil porque o bairro continua na mesma. Os moradores dizem que a mangueira está danifica da. Tios tirem já essa água da rua", disse um menino que estava à porta de casa, vestido de bata branca, pronto para ir à escola. Infelizmente, o apelo cheio de esperança foi dirigido à nossa equipa de reportagem que acompanhava a caravana do governador da província de Luanda e que tem poder apenas para narrar factos.

10.16 Chuvas destapam problemas de saneamento

Jornal LUANDA
5 De Março de 2018
Texto: Arcângela Rodrigues

Até quando? Eis uma pergunta que moradores de Luanda têm feito todos os anos, na época das chuvas, e que continua sem resposta. As chuvas vieram destapar, mais uma vez, as debilidades de uma cidade com sérios problemas de saneamento básico. Ruas e estradas de Luanda tomaram-se intransitáveis, pontes desabaram, famílias ficaram sem abrigo e pessoas morreram afogadas em valas de drenagem que transbordaram.

Os estragos causados levaram o governador de Luanda a reunir com arquitectos e engenheiros, no Salão Nobre do Governo da Província, para a recolha de subsídios, com vista a solucionar os problemas.

Adriano Mendes de Carvalho revelou que vai ser criado, num curto espaço de tempo, um memorando no qual vão constar as sugestões apresentadas pelos técnicos, para serem submetidas ao Presidente da República, para aprovação. "Não podemos continuar assistir a esse tipo de coisas. Isto tem que acabar, mas é preciso maior fiscalização à construção de obras públicas", disse. O governador acrescentou estar cansado de ouvir falar de estudos que até hoje tardam em dar respostas aos problemas de saneamento básico da cidade de Luanda. "Não é isso que o povo quer. O povo quer ver soluções duradouras. E não essas que, quando chove, começam a desmoronar", disse.

O arquitecto Resende de Oliveira considerou o encontro útil, pois permitiu a apresentação de "óptimas contribuições" para a solução dos problemas de Luanda. Para tanto, acrescentou, vai ser necessária a destruição de algumas residências, construidas por cima do canal de água, passeios e valas de drenagem", disse.

O arquitecto afirmou que o processo de melhoria é de curto, médio e longo prazo e defendeu a criação de um esquema que permita ao Governo Provincial de Luanda acompanhar, fiscalizar e autorizar as licenças de obra.

O engenheiro Francisco José defende, por seu lado, a criação de um grupo técnico e comités distritais, nos quais os especialistas devem apresentar as suas contribuições para a criação de equilíbrio ambiental e sanitário para que, numa fase mais avançada, sejam criadas soluções urbanísticas e arquitectónicas.

António Venâncio, também engenheiro, recordou que, nos últimos 15 anos, foram visíveis algumas obras mal feitas e outras com erros de engenharia, que têm causado sérios problemas à província de Luanda. Deu como exemplos de erros de engenharia as avenidas Ngola Kiluange, 21 de Janeiro, vala de drenagem da Senado da Câmara e as centralidades do Sequele e do Kilamba.

"Quanto às fissuras e inundações com que se deparam as centralidades do Sequele e Kilamba, é necessário descobrir a sua origem. Normalmente, são resultantes de fundações, má compactação dos solos ou mau estudo do terreno", explicou, acrescentando que" são erros que podem ser corrigidos a curto, médio e longo prazo".

António Venâncio afirmou que o Sequele e o Kilamba foram feitos sem qualquer fiscalização. "Não havendo esta fiscalização, é difícil encontrar a perfeição que se pretende. Sendo uma obra pública, era necessária uma fiscalização, para aferir a qualidade

dos materiais, processo construtivo e revisão do projecto", disse.

O engenheiro definiu o Kilamba como uma pequena cidade ou urbanização e não uma centralidade. "Quem vai fazer do Kilamba uma centralidade são as pessoas, de acordo com o seu comportamento e desenvolvimento naquela área ", concluiu, reafirmando a necessidade de uma maior fiscalização das obras.

10.17 MORADIAS SÃO ABANDONADAS POR RISCO DE DESABAMENTO

Jornal de Angola
06 De Março de 2018

Várias moradias erguidas junto às ravinas localizadas nos bairros Kapalanga, Caop B, Boa Fé e Mulenvos de Cima, no município de Viana, província de Luanda, correm o risco de desabar a qualquer momento.

As chuvas que caem em Luanda estão a aumentar ainda mais o risco de desabamento, uma preocupação manifestada, há dias, à comunicação social pelo presidente da Comissão de Moradores da Caop B.

Mário Ferraz informou que, pelo perigo que a situação representa para a população, dezenas de moradores já abandonaram as suas moradias, encontrando-se em casas de familiares. Sempre que as chuvas caem, as ravinas alargam-se, provocando o desalojamento de muitas famílias, alertou Mário Ferraz, que disse ter sido feito já um levantamento, de cujo trabalho se soube que cerca de 600 pessoas vivem próximos a ravinas. O administrador do distrito Urbano da Estalagem, Eduardo João, defendeu a tomada de medidas preventivas" nas zonas de risco, a fim de evitar a perda de vidas humanas e de bens das famílias.

10.18 Chuvas causam estragos no Cuanza Norte

Jornal O PAIS
6 De Março de 2018
Texto: André Mussamo

Na cidade de Ndalatando, a capital do Cuanza-Norte, os bairros das redondezas estão tomados por cursos de água que arrastam tudo e todos, mas sem registo de vitimas mortais.

O cenário nos arredores da Camundai, Posse) Camungo e outros musseques, construídos com base no adobe (bloco de barro), é simplesmente aterrador com pessoas ao relento e utensílios e movéis a flutuarem.

Uma fonte familiarizada com a situação contou a OPAÍS que o "problema é o bloqueio das passagens naturais das águas pluviais em consequência do desordenado crescimento habitacional" que tomou conta da então cidade jardim.

O comando provincial do serviço de Protecção Civil e Bombeiros registou um total de 77 desabamentos, nos municípios de Cazengo, 24 no Samba-Cajú, 48 Lucala e 4 no município do Cambambe, afectando 83 familias que totalizam um universo de 409 pessoas.

Cazengo contínua a ser o município mais afectado por inundações, no total 167 registadas, seguindo - se-lhe os municípios de Cambambe e Lucala, o que deixou sem tecto mais 167 famílias, qualquer coisa como pouco mais de 1000 cidadãos.

De todos os registos dos últimos tempos, os números de 25 de Fevereiro ultimo são os quetristemente ressaltam na estatística. Neste dia, as águas transbordaram sob a ponte do rio Catende, no Bairro Camundai, inviabilizando a circulação rodoviária das 17H30 minutos às 20H30 minutos do mesmo dia.

Os afectados estão a ser apoiados pelas autoridades locais com meios de primeira necessidade, nomeadamente, bens alimentares e não alimentares (roupa usada, utensílios domésticos e tendas).

A operação de socorro às vitimas permitiu já o reassentamento provisório em zonas seguras alguns dezenas de sinistrados.

10.19 Vítimas das chuvas beneficiam de apoio

Jornal de Angola
7 De Março de 2018
Texto: Jaquelino Figueiredo

Elo menos 14 das 344 famílias que viram a suas casas destruídas pelas chuvas que se abateram nos últimos dias sobre o município do Soyo, na província do Zaíre, começaram ontem a receber ajuda do Governo Provincial.

Cada família recebeu, numa primeira fase, 20 chapas de zinco ,12 litros de óleo e roupa, entregues pelo governador Joanes André, na qualidade de coordenador provincial dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

O governador Joanes André aconselhou às vitimas das chuvas, no bairro Nóna, a abandonarem as zonas de risco, para se evitarem perdas humanas e danos materiais.

"A ajuda que estamos a proporcionar- vos serve para reconstruirem as suas casas. Em locais seguros, onde não vão correr perigo. A Administradora Municipal vai arranjar lotes deterreno para aqueles se encontram nas linhas de água e valas de escoamento de águas pluviais", acrescentou.

A beneficiária Vírgnia Alexandre, que viu a casa no bairro nóna destruída, mostrou-se feliz por receber 20 chapas de zinco que vai ajudar a minirnizar as suas dificuldades. "Agradecemos ao Governo do Zaire, na pessoa do governador Joanes André, por ter olhado para nós, depois da nossa casa ter sido destruída pelas águas da chuva" , acrescentou.

Marcelino Sebastião, outro morador do bairro Nóna contemplado com 20 chapas de zinco, agrade eu a ajuda proporcionada pelo Governo.

"Agradeço ao Governo Provincial do Zaire, por nos ter ajudado com 20 chapas de zinco. Esta ajuda constitui um passo para o recomeço, agora vamos aguardar pelos terreno que nos prometeram, para sairmos de ta zona de risco", acrescentou.

Novos professores

Um total de 778 professores vão ser admitidos na provinda do Zaire, com vista a diminuir o elevado número de crianças em idade escolar fora do sistema de ensino.

De acordo com o primeiro secretário provincial do MPLA, Joanes André, durante a reunião com os membros do comité municipal do partido no municipio do Soyo, o concurso público para o enquadramento de novos professores para o presente ano, no sentido de reduzir a demanda no sector da educação, vai ser desconcentrado.

"Vamos desconcentrar o concurso público para admissão de professores a nível da província, as vagas são por município, e o júri é constituído por membros das admini trações municipais e o administrador municipal é o responsável de todo o processo", acrescentou.

Joanes André apelou aos administradores municipais para darem atenção especial aos jovens das comunas com capacidade comprovada, para se evitar admitir professor que não se fixam nas localidades, por terem a vida toda na cidade, colocando em causa o processo de ensino na aldeias.

10.20 Pontes destruídas há menos de três anos desabam em Cacuaco

Novo Jornal
9 De Março de 2018

As infra-estruturas não suportaram a força das correntezas após as chuvas intensas que atingiram a cidade capital. O desabamento da ponte metálica na vala de drenagem do Malweka, que dá acesso ao bairro dos Combustíveis, distrito urbano do Kima-Kieza, ocorreu no dia 28 e o da vala da Pedreira, mais conhecida como vala do Cavuquila, sucedeu mais cedo, a 26 de Fevereiro.

O Novo Jornal esteve no local esta semana e ouviu alguns moradores que se mostraram aflitos com a situação.

“É muito sofrimento, com a idade que tenho, andar essa distância toda. Todos nós estamos impossibilitados de circular de um lado para o outro porque a ponte que liga os dois bairros desabou, o administrador já esteve cá e até agora não se faz nada", atirou Maria de Fátima, de 57 anos, que desde que desabou a ponte percorre uma longa distância para visitar a filha que se encontra internada há duas semanas na maternidade Augusto Ngangula.

Maria de Fátima disse ainda que, com desabamento da infra-estrutura, a população ficou sem opção e a única alternativa que encontrou para a travessia foi passar pela vala que se encontra debaixo da ponte, uma situação que põe em risco a vida dos munícipes.

As obras da construção da ponte, contam os moradores da zona, começaram em finais de 2016, tendo começado a ser utilizada em Julho de 2017. “Não sabemos quem é que se vai responsabilizar por esta obra mal feita. O Governo da Província tinha de responsabilizar os empreiteiros, porque isso não se faz. Em menos de um ano a ponte desabou, e ninguém diz nada”, observou, inconformado, Evaristo Mateus. Segundo o morador do bairro da pedreira, a população contactou várias vezes o coordenador do bairro no sentido de interceder junto do administrador municipal para o alertar de que alguma coisa estava mal com a ponte, “mas não nos ouviram porque tinham pressa devido à campanha eleitoral, e o resultado é este”.

Boaventura Ramos da Rosa, residente no bairro Belo Monte, disse que vários moradores já se juntaram para marcar um encontro com o governador da província de Luanda, uma vez que o administrador municipal afirmou aos órgãos de comunicação social que a obra não é da responsabilidade da administração. “Ele diz que não é da sua

responsabilidade, então temos de cobrar ao governador. Neste momento não há saída, temos de sair do Belo Monte a pé", contou o jovem de 37 anos, visivelmente agastado.

Quem testemunhou o desabamento da ponte foi José Domingos, de 16 anos, morador da zona há 13. No dia 26 de Fevereiro, contou ao NJ, um camião fazia o seu percurso normal de recolha do lixo quando, ao passar pela ponte, esta desabou. "O jovem que estava por cima da viatura só não morreu porque Deus não quis. A circulação está difícil, não estão a passar carros nem motorizadas, está de mais! Nos dias de chuva houve crianças que dormiram na rua porque não tinham como passar para o outro lado".

Ainda de acordo com o adolescente, o administrador municipal de Cacuaco estava no local quatro dias depois das chuvas, tendo garantido aos moradores que levaria a preocupação ao governador de Luanda, e até hoje os moradores continuam à espera da resposta.

O desabamento parcial daquela ponte metálica que dá acesso ao bairro dos Combustíveis, além de tirar o sono aos habitantes daquela parcela da província de Luanda, deixou igualmente isolado o bairro do Malweka. Devido às dificuldades para chegar ao outro lado e ao grande fluxo de pessoas, a população chama o local de "ponte do Luvo", aludindo à fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo.

Há três semanas, para chegar ao mercado do Kikolo, os moradores gastavam 200 kwanzas; mas, devido ao desabamento da ponte, hoje chegam a gastar 600 kwanzas por dia, porque são obrigados a descer do táxi de um lado da ponte e a apanhar um outro.

Governador de Luanda visitou as zonas afectadas pelas chuvas O governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, visitou vários municípios e distritos logo após as chuvas, para constatar no terreno os danos causados. O município de Cacuaco também foi um dos visitados pelo governante, que prometeu aos munícipes resolver o problema das vias.

A comitiva do governador integrava também o ministro das Finanças, Archer Mangueira, que disse na ocasião tratar-se de um problema cuja solução vai oferecer dois caminhos: uma estruturante, que vai levar muito mais tempo, e outra paliativa, que deve ser posta em acção agora.

Archer Mangueira disse ter consciência de que se trata de um problema que carece de uma pronta intervenção.

10.21 Temos factores ambientais críticos apesar da baixa emissão de gases

Jornal de Angola
9 De Março de 2018
Texto: António Pimenta

Como está a saúde do ambiente em Angola?

A saúde do ambiente em Angola continua a evoluir, rumo ao desenvolvimento que se pretende. O surgimento das novas tecnologias e a consciencialização da população constituem os principais vectores para a evolução gradual do sector. Notamos que, dias após dia, os cidadãos vão discernindo melhor a relevância das questões ambientais, para a melhoria da sua qualidade de vida. Embora não haja, em Angola, níveis elevados de problemas com o Ambiente, a prudência aconselha-nos a estar atentos e a trabalhar para a criação de sistemas de prevenção.

As questões ambientais acompanham as transformações do país? O crescimento económico que pretendemos alcançar passa pela exploração de recursos naturais, o que nos obriga a tomar várias medidas preventivas, para atenuar os impactos negativos sobre o ambiente. Estas medidas implicam a criação de diplomas legais, para regular a utilização dos recursos existentes, a fiscalização e monitorização dos processos produtivos, a educação ambiental e a criação de infra-estruturas com utilização de tecnologias verdes. Existem ainda questões relevantes em análise, tais como a perda de biodiversidade, o deficiente saneamento em algumas áreas, as consequências das alterações climáticas, os assentamentos desorganizados, entre outros.

Em termos ambientais, Angola é uma nação estável?

Angola pode ser considerada "estável", se comparada a outras nações. Apesar de sermos um país em vias de desenvolvimento, não somos aquilo que se pode considerar um Estado potencialmente poluidor. Em termos económicos, temos no País uma indústria que funciona à base de combustíveis fósseis, como o petróleo. Mesmo assim, não temos níveis altos de emissão de gás, devido aos índices muito baixos de industrialização. Entretanto, e é bom que se diga aqui, temos factores ambientais críticos, como o deficiente saneamento, a gestão de resíduos o uso não sustentado dos recursos naturais, a seca e desertificação. Nesta perspectiva, o conceito de estabilidade é relativo, se tivermos em conta o nível de desenvolvimento que se pretende. Ao desenvolver o pais na proporção que almejamos, iremos,

impreterivelmente, interferir no equilíbrio do ecossistema.

As alterações climáticas são fonte de preocupação, mesmo tendo um nível industrial ainda marginal?

Não podemos preocuparmos com as alterações climáticas apenas quando sentirmos o elevado grau de poluição do ar ou a falta do equilíbrio do ecossistema. Devemos basear as nossas acções na identificação das causas, para, posteriormente, atacarmos os efeitos, que são visíveis em todo o mundo.

Que políticas estão a ser traçadas para termos uma capital mais ecológica?

Ter a cidade o mais ecológica possível passa pela redução do consumo de energia proveniente de combustíveis fósseis. Passa pela gestão integrada e valorização dos resíduos, controlo da mobilidade urbana, com utilização de veículos "amigos do ambiente". Teríamos também de aumentar os níveis de arborização e espaços verdes, optar por construções de baixo impacto ecológico, garantir baixo teor de poluição das águas e assegurar o consequente abastecimento de água com qualidade, além de saneamento adequado às exigências.

Em que proporção se sentem, no ambiente, efeitos negativos da exploração petrolífera, em particular sobre os recursos marinhos?

A indústria petrolífera em Angola representa um factor preponderante da nossa economia. Isso não invalida a observância de normas que regulem os processos de produção. Neste contexto, o sector é controlado por directrizes especificas, quer sejam nacionais, quer internacionais, para reduzir ao máximo os impactos inerentes à actividade de exploração petrolífera no pais. Em Angola existe um Plano Nacional de Contingência, que na eventual ocorrência de derrames, define as acções a serem desenvolvidas.

O que está o Ministério a fazer para travar o abate indiscriminado das tartarugas marinhas?

O Ministério do Ambiente, associado à Policia Nacional, tem tomado medidas coercivas contra aqueles que são detectados a capturar ou comercializar tartarugas. A problemática das tartarugas marinhas reside mais no contexto da ocupação das áreas de desova, do que propriamente no abate desta espécie, que está em vias de extinção.

Enquanto órgão regulador, trabalhamos na educação e sensibilização da população para mudança de comportamento, no que tange à ocupação e destruição do seu habitat, particularmente, a zona costeira. Com a participação da Marinha angolana, fazemos a fiscalização integrada ao longo da zona marítima, em apoio aos projectos de protecção destes animais, como o Projecto Kitabanga, desenvolvido pelo núcleo da Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto. O abate e comercialização das tartarugas estão severamente proibidos por lei e as penalizações vão desde as multas até à detenção dos infractores, por tempo indeterminado.

Qual é o estado actual do Ilhéu dos Pássaros?

O Ilhéu dos pássaros é de grande interesse para a conservação desta espécie de animais. É uma zona húmida, classificada pela Convenção de Ramsar e precisa de protecção, a julgar pelo grande impacto que tem na sobrevivência do ecossistema costeiro. Neste momento, a ilha não apresenta, claramente, o mesmo nível de biodiversidade que tinha, devido à intervenção humana. Mas pensamos que isso pode ser ultrapassado com algumas intervenções, como a marcação e sinalização dos limites da zona húmida, aliadas à fiscalização. Podemos juntar a esse trabalho as campanhas de mobilização que podem permitir melhor estabilização e, consequentemente, o aumento das espécies que anteriormente existiam.

Quando é que o cidadão vai sentira vossa existência por via de uma intervenção proactiva?

Desde a sua criação, em 2008, o Ministério tem desenvolvido esforços para a protecção, conservação e melhoria do ambiente no seu todo. As licenças ou estudos de viabilidade ambiental são tidas como ferramentas necessárias, no contexto da protecção do ambiente e da melhoria da qualidade de vida das populações. A emissão de licenças ou estudos de viabilidade ambiental permitem o controlo das actividades produtivas, a utilização sustentável dos recursos e a definição das medidas de mitigação dos impactos ambientais. Estas questões, sem o devido controlo, podem convergir para consumação de danos irreversíveis.

E qual é o conteúdo essencial da vossa mensagem para o grande público?

Continuamos a defender a educação como um dos principais vectores de gestão ambiental. Estamos a falar de um processo educativo contínuo, através do qual o cidadão pode ser moldado e impelido a mudar de comportamento. Neste contexto, estão a ser implementados, desde 2009, vários programas e subprogramas, como o Programa Nacional de Gestão Ambiental, o Programa Nacional de Educação e Consciencialização Ambiental, a Estratégia Nacional

da Biodiversidade e o Plano Estratégico das Tecnologias Ambientais, entre outros.

Que projectos existem para reverter a fraca arborização de Luanda?

É relevante analisar que Luanda tem características próprias, adquiridas ao longo dos anos. Foi projectada para 500 mil habitantes, mas conta, actualmente, com cerca de 7 milhões, como resultado do êxodo rural e de assentamentos desorganizados, na sua maioria. Neste contexto, podemos dizer que a província foi crescendo sem um ordenamento eficaz, o que impossibilita o cumprimento das directrizes urbanísticas. A Estratégia Nacional da Biodiversidade engloba a protecção e conservação da Biodiversidade Urbana, através da plantação de árvores, reflorestação, protecção e mapeamento das zonas húmidas, etc.

Quando é que vamos poder ter oceanários e jardins zoológicos em Luanda e noutras cidades?

Qualquer dessas iniciativas é viável e contribui tanto num contexto ambiental como também cultural. Está em carteira a construção de um jardim zoológico, o qual requer alocação de fundos, entre outras directivas, para o repovoamento de animais na infra-estrutura a ser construída. Por outro lado, existem vários parques nacionais com urna grande variedade de fauna e flora, os quais merecem ser visitados e explorados de forma sustentável, através do ecoturismo.

Qual é a tipologia de lixo mais comum em Luanda e no País?

A tipologia de resíduos mais comum no país é o lixo inorgânico. É aquele que não se decompõe na natureza, tal como o plástico (quer seja em garrafas ou sacos). É o mais comum.

Que tratamento é dado ao lixo proveniente dos hospitais?

O lixo hospitalar é considerado, pelo PESGRU (Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Urbanos) como lixo perigoso para a saúde pública, a julgar pelos seus produtos. O tratamento dado a este tipo de lixo é a incineração. Em Luanda, esse procedimento é feito apenas no Aterro Sanitário dos Mulenvos. Actualmente, existem apenas duas incineradoras, uma estatal e outra privada.

Tem ideia da quantidade de lixo produzido em Luanda?

A quantidade de lixo que Luanda produz gira a volta dos 0,65 kg por pessoa/dia. No total, seis mil toneladas de lixo são depositadas diariamente nos Mulenvos.

Temos em Luanda o número de aterros sanitários necessários para responder à quantidade de lixo produzida?

Ainda não. Actualmente, temos apenas o aterro dos Mulenvos, que já é insuficiente, para a grande quantidade de resíduos, que aumenta todos os dias. Perante esta problemática, foi criada uma comissão para análise da situação. Estão identificados dois lugares para a construção de novos aterros, um a Sul e outro a Norte de Luanda.

Que tratamento final é dado ao lixo em Luanda?

Apesar de fazermos o aproveitamento de resíduos em Luanda, ainda não conseguimos, com o trabalho que realizamos, satisfazer a grande procura. Realizamos trabalhos específicos, que consistem no aproveitamento do papelão, garrafas de plásticos e de vidro, latas, carcaças, matéria orgânica, entre outros. Existem já algumas empresas e cooperativas envolvidas neste tipo de trabalho, que consiste na valorização dos resíduos.

O saneamento básico continua a representar um verdadeiro problema para os citadinos...?

Sim. O saneamento básico representa um problema grave para os cidadãos e para o próprio país, se tivermos em conta a ausência de uma série de infra-estruturas e tecnologia de ponta para o processamento correcto dos resíduos. A própria palavra "saneamento" implica sanear o meio e isso passa por uma convergência activa entre as medidas mplementadas pelo Executivo e o cumprimento das normas estabelecidas pelos cidadãos, no geral.

Que soluções aponta, então?

Quando analisamos a componente do saneamento, vemos que a sua complexidade nos remete ao abastecimento de água com qualidade, a existência de um sistema operacional de escoamento de águas residuais e pluviais, a prática de uma boa gestão de resíduos e hábitos sustentáveis, por parte da população. Neste momento, muitos destes factores não estão acautelados 100 por cento, o que se torna evidente na nossa sociedade, pelo surgimento de surtos de doenças como a cólera, malária, parasitoses, entre outras.

Como está o projecto de municipalização dos sistemas de reciclagem de lixo?

A municipalização dos serviços é algo que paulatinamente vai avançando para concretização. A

gestão de resíduos é, sem dúvidas, um processo que deve ser implementado ao nível local, visto que cada área geográfica tem a sua especificidade na produção de resíduos. Para chegar à componente reciclagem não podemos dissociar as outras componentes, como a deposição na origem, a recolha, o transporte, a triagem, a mobilidade dos resíduos e o seu tratamento.

E o que tem sido feito para abarcar todas estas componentes?

Para tal, é necessária a criação de infra-estruturas diversas para a gestão deste processo. Existem alguns avanços nesta vertente, como a criação de fábricas de reciclagem, a construção de dois novos aterros em Luanda e um no Huambo, a operacionalização da reciclagem em empresas transformadoras, como a Vidrul, Fabrimetal, Flotek, entre outras. Os materiais mais utilizados na reciclagem, neste momento, são o metal proveniente da sucata e das latas, o vidro e o plástico.

Existem, em Luanda e em todo o país, sistemas de incineração?

Existem incineradoras no país, utilizadas para tratamento do lixo hospitalar. Neste momento, estamos a analisar a abertura de mais incineradoras com a participação do sector privado. Mas, por se tratar de um processo sensível, precisamos de acautelar as disposições e directrizes, tendo em conta o impacto ambiental resultante desse tipo de empreitadas.

Já se pensou na exportação do lixo produzido em Angola?

No contexto de exportação de resíduos, Angola já realizou algumas acções. Existem várias fábricas vocacionadas para a reciclagem, que fazem não só a triagem e tratamento mas também a transformação do produto. Desta feita, o material reciclado está a ser incorporado no processo de produção, que, posteriormente, pode ser alvo de exportação.

Qual é a envolvência do Ministério do Ambiente nos grandes projectos estruturantes realizados ou em curso na capital e no país?

O Ministério do Ambiente tem uma envolvência significativa na realização dos grandes projectos estruturantes (centralidades, aeroportos, vias de comunicação, entre outros), por ser o órgão competente para acompanhamento e contribuição na 'elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica. Desta forma, procuramos definir regras claras, de forma a permitir a sustentabilidade dos projectos e a prevenção de danos futuros.

10.22 CASA-CE defende realojamento dos cidadãos

Jornal de Angola
10 De Março de 2018

A necessidade de realojamento dos cidadãos que habitam em zonas de risco, por formas a salvaguardar vidas humanas, foi defendida ontem, em Luanda, pelo presidente da Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE). Abel Chivukuvuku deslocou-se ao bairro Vila Flor, distrito urbano do Tala Hadi, município do Cazenga, em Luanda, para se inteirar das condições em que vivem os cidadãos, ao redor da subestação de energia eléctrica, colocada pela ENDE. Em declarações à imprensa, Abel Chivukuvuku defendeu que estes cidadãos e outros que habitam em zonas de risco devem ser desalojados e colocados em outros pontos, por forma a garantir a segurança dos mesmos. "O fundamental é perceber e compreender os problemas dos cidadãos", disse o político, realçando que o Executivo deve optar por soluções favoráveis.

O líder da CASA-C E, que na visita fez-se acompanhar de deputados e membros do Conselho Presidencial da Convergência alertou que os cidadãos que habitam ao redor da subestação correm risco de vida, devido a proximidade dos cabos de energia de alta tensão. A subestação de energia eléctrica foi montada há mais de quatro anos, pela Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE). Cazenga, conta com seis distritos urbanos, nomeadamente, Tala-Hadi, Hoji Ya Henda, Cazenga, 11 de Novembro, Kima-Kieza e Calwenda.

10.23 Moradores da vila nova culpam a administração municipal pelas inundações no bairro

Jornal O Crime
10 De Março de 2018
Texto: Manuel Camalata

A história não é recente. Em todas as épocas chuvosas, as águas que saem da Rua 11 de Novembro, o coração do município, concentram-se no bairro Vila Nova, por trás da Comarca de Viana, onde as residências inundam e seguem para a bacia de retenção do Coelho. Pelo caminho, deixam danos incalculáveis.

Casas inundadas, ruas intransitáveis, fissuras em paredes, asfalto danificado, foram alguns dos estragos causados pelas chuvas da última quarta-feira, 28.

Segundo os moradores daquele bairro do município de Viana, no passado, o bairro não inundava, até que, a cerca de cinco anos, a área sub-elevada que servia de retenção das águas foi vendida e nele autorizada a construção de vários armazéns e fábricas de plásticos, fazendo com que as águas procurassem seu próprio curso, originando inundação às residências da Vila Nova e dos bairros KM14 e 12-A.

Fernando André disse que vive na Vila Nova a mais de 14 anos. Segundo ele, "o bairro só passou a inundar quando construíram aqui estes armazéns, porque a água parava mesmo ali onde estão os armazéns e a fábrica de plástico".

Outro morador, que tem a residência na área mais elevada, disse "a culpa toda é da administração que vendeu aqueles terrrenos e autorizou a construção das infra-estruturas na zona".

Na quinta-feira, 1 de Março, a equipa de reportagem d´O CRIME fez-se ao local. 13 horas marcava o relógio, dona]ú estava defronte à sua residência, aborrecida. Apesar do muro de quatro fiadas construidos no portão, a água inundou o quintal e a residência a dentro. "Como é que estão a ver a água aqui, irmãos?", perguntou ela ao ver a nossa equipa aproximar-se para junto dela.

Dona ju estava à espera da electro bomba do vizinho para retirar primeiro a água do quintal, para depois limpar a casa. "Mano, está a ver esse bidon de um litro e o outro de cinco? É de combustível para tirar esta água toda. Desde manhã que estou à espera do electrobomba", disse em tom de lamentos.

Numa recente entrevista à Rádio Eclésia, o Administrador Adjunto de Viana para Área Técnica, Infra- Estruturais e Serviços Comunitários, Fernando Bingi, reconhece a situação. "A construção de armazéns na zona é apenas parte do problema" a própria população também construiu casas desordenadas, ocorreram também cedências fora do conhecimento da administração municipal. Femando-Bingi informou ainda que está para breve a construção de valas de drenagem que servirão para transporte das águas pluviais até ao Rio Kambamba. "A idéia é construir uma vala de macro- drenagem, que parte da Comarca de Viana, corta os bairros KM14, 12, A, a mesma salta a estrada do Camama, passa pelo Belas, até interligar o rio Kambamba", ressaltou.

10.24 Vitimas das chuvas recebem apoios

Jornal de Angola
12 De Março de 2018
Texto: Carlos Paulino

Pelo menos 68 famílias, que correspondem a um total de 408 pessoas que foram desalojadas no bairro Terra Nova, em Menongue, Cuando Cubango, em consequência das fortes chuvas que se abateram nos últimos três meses sobre a região, receberam no sábado, mil chapas de zinco e 400 quilogramas de pregos para repararem as suas casas.

Os meios foram entregues pelo governador do Cuando Cubango, Pedro Mutindi, e cada família sinistrada recebeu 15 chapas de zinco e SOO gramas de pregos, para facilitar a reposição da cobertura das suas casas. O governante lamentou a situação das vítimas. Neste sentido, garantiu que o Governo vai continuar a apoiar as famílias que foram desalojadas pelas chuvas ao nível da província, principalmente dos municípios de Menongue, Cuito Cuanavale e de Mavinga, os mais afectados pelo fenomeno natural.

O secretário do bairro Terra Nova, João Kahiata, agradeceu o gesto Governo da província do Cuando Cubango, atendendo que os meios entregues aos sinistrados da sua área de jurisdição vão ajudar os mesmo regressarem às suas residências.

O responsável pediu ao governador que coloque à disposição dos morado do bairro Terra Nova serviços sociais básicos, como energia eléctrica e água potável, bem como apoio em medicamentos e reinício das obras de construção de uma escola do ensino primário e do primeiro ciclo, paralisada há mais de três anos, e outros.

A construção de um posto policial e de residências para os professores técnicos de saúde, bem como facilidades na emissão do bilhete de identidade, são outras prioridades.

10.25 Mais de duas mil famílias deixaram as residências devido ás inundações

Jornal De Angola
15 De Março de 2018
Texto: César Esteves

Mais de duas mil famílias que viviam em aproximadamente 300 casas do Bairro 11 de Novembro, município do Cazenga, estão agora em casas de familiares por as suas continuarem inundadas pelas águas das últimas chuvas.

As casas permanecem inabitadas porque na rua do Mabululu, onde se situam, há uma bacia de retenção da água da chuva e faltam canais de saída.

Alguns moradores, que disseram ao jornal de Angola que sempre que chove a zona fica completamente inundada, culparam a administração municipal por "tudo isto", pois permitiu que "várias famílias construíssem casas nas linhas de saída da água" .

Agora, sublinhou um deles, "nós é que pagamos". João Marques, 82 anos, residente há 42 na Rua do Mabululu, lembrou que, até 2008, "quando não havia ainda casas sobre as linhas por onde passa a água da bacia de retenção, os moradores não tinham este problema".

"Não se pode culpar as famílias que construíram sobre aqueles pontos. A responsabilidade é da administração municipal", afirmou revoltado.

João Marques é vítima a dobrar. Além de a casa ter sido afectada pela chuva, tem uma padaria, que era o único meio de sustento, praticamente inoperante desde 2009, devido igualmente às inundações. "Agora, para comer, tenho de mendigar. A minha esposa tem de ir aos supermercado pedir restos de comida para nos alimentarmos" , lamentou, para acrescentar que devido "a esta situação" está "muito endividado e não sabe "onde encontrar dinheiro para pagar as dividas" .

A padaria do senhor João Marques foi, no tempo do partido único, supermercado mandado construir pelo Ministério do Comércio Interno.

O ancião, que vive com a mulher, uma filha e um irmão, referiu que, além do estabelecimento estar encerrado' perdeu um gerador de sete KVA e uma electrobomba, que deixaram de funcionar em consequência as últimas chuvas.

Cabine submersa

A Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE) instalou na zona adjacente à bacia de retenção urna cabine que fornece, quando não chove, energia eléctrica a mais de 20 bairros do município do Cazenga. Quando chove, fica submersa.

Tany Narciso disse ao jornal de Angola que aquelas famílias têm as casas inundadas por as terem construído à volta da bacia de retenção e que, além da Rua do Mabululu, há mais duas do mesmo bairro nas mesmas condições.

O administrador declarou que parte das famílias com casas à volta da bacia de retenção foram realojadas em zonas seguras, mas que acabaram por as vender ou arrendar para regressarem à Rua do Mabululu.

"Estamos à espera das casas que estão a ser erguidas na zona de requalificação do Cazenga que vão ser entregues às pessoas que vivem em áreas de risco", garantiu.

"Apagar fogo com gasolina" A administração instalou uma motobomba na lagoa para diminuir a quantidade de água na bacia de retenção e, posteriormente, a das casas afectadas, mas alguns moradores contestam a decisão:

"Ao invés de solucionar o problema, a administração está a criar um outro, pois a água sugada pela motobomba é mandada para a avenida que vai dar à Textang II, o que pode deteriorar o asfalto e condicionar a normal circulação automóvel naquele troço.

Inundações aumentam

O arquitecto urbanístico da ONU-Habitat, Claudio Acioly, que esteve em Angola a convite da Imogestin, disse que o problema das inundações no país pode agravar - se se não se acabar com "o crescimento de bairros desordenados".

Angola, recordou, faz parte da Africa subsariana, onde se registam as mais altas taxas de urbanização informal, o que significa que os processos sociais e políticos estão a determinar a forma das cidades.

"Os planos e gestão urbana nesta região não estão a ser capazes de absorver o crescimento populacíonal de umaforma sustentável, reflexo de uma urbanização não planeada", referiu.

Com o problema da ocupação informal, acentuou,

Angola arrisca - se a criar áreas de inundações, porque essas zonas não deviam ser ocupadas, como, por exernplo, as de preservação do meio ambiente,

pelas quais não deve passar estrada nem outras redes de infra-estruturas importantes para as cidades.

Claudio Acioly disse que Luanda perde muito no capítulo da produção e prosperidade porque várias partes da cidade estão isoladas do resto das infra-estruturas, como rede de electricidade, vias de circulação de pessoas e veículos e redes de drenagem, importantes para uma urbe do seu tamanho. "Fazer um plano de urbanização depois de ocupação é muito mais caro e difícil por ter de envolver a população", alertou. Claudio Acioly disse que as cidades que dispõem de uma malha urbana acessível são as que produzem os maiores índices de prosperidade.

10.26 Madeira da Lunda Sul transformadas em carteiras

Jornal Economia e Finanças
16 De Março de 2018

Desde a entrada em vigor da proibição de corte e transportação de madeira, por via do decreto presidencial, estima-se que na Lunda Sul estejam apreendidos 31 camiões carregados com várias toneladas.

Para diminuir a pressão que é exercida, actualmente, pelos proprietários das cargas, muitos dos quais alegam ter feito o corte e arrumo ainda antes de 31 de Janeiro quando se pôs termo a campanha florestal de 2017, o governo da Lunda Sul já tomou uma posição.

Na óptica do governador Ernesto Kiteculo, ao que soube o JE, a madeira apreendida vai ser transformada em carteira para as escolas públicas da província, sendo que para o efeito está em vias de contratação a empresa que se vai responsabilizar deste processo.

De acordo com a informações avançadas, em Saurimo, pelo chefe do departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal da direcção provincial da Agricultura na Lunda Sul, Afonso Maquexa, a madeira em causa era explorada localmente e outra na vizinha província do Moxico. Os referidos camiões apreendidos encontram-se nos quatro municípios da província.

Para campanha florestal de 2017, disse que foram licenciados na Lunda Sul 15 empresas, para explorar oito mil metros cúbicos de madeira em toro.

Milhões de dólares à solta

A nível da cidade de Saurimo circula por semana cinco milhões de dólares, através dos prontuários de compra e venda de diamantes e nas mãos de alguns citadinos.

Fez saber que os valores bem controlados, deveriam servir para a recuperação das infraestruturas rodoviárias, desde as vias secundária e terciárias, construção de mais hospitais, garantindo mais saúde e uma imagem cada vez mais digna a urbe.

O governante disse que estudos estão a ser feitos para que haja maior controlo e fiscalização do diamante, para que as receitas advindas deste produto, possa necessariamente beneficiar a região.

O país conta com uma fábrica de lapidação de diamantes inaugurada em Novembro de 2005 na zona sul de Luanda (Talatona), tendo capacidade para processar cerca de 240 milhões de dólares por ano.

O projecto resulta de uma parceria entre a Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola (SODIAM), com 48 por cento do capital, e a LLD Diamonds, do Grupo Lev Leviev, o maior lapidador de diamantes do mundo, que assumiu 47 por cento do capital. Os restantes cinco por cento pertencem ao consórcio PROJEM, formado por várias empresas angolanas.

Combater ravinas

Um dos grandes desafios do governo da Lunda Sul e que conta com apoio do governo central é o da contenção das ravinas, que ameaçam chegar a cidade.

Neste sentido, o governador Ernesto Kiteculo disse que estão identificadas 28 ravinas de grandes proporções, as quais vão ser intervencionadas este ano.

"Todas as ravinas foram radiografadas e levadas a consideração do governo central, mas devido a chuva não será possível iniciar-se um trabalho mais aprofundado, aguardando a época da estiagem para avançar com os trabalhos", disse.

Já as ravinas de pequenas proporções serão intervencionadas pelo governo local, através da plantação de árvores da espécie dos bambus e outras que visam estancar a progressão de fendas, que paulatinamente retardam o desenvolvimento de algumas áreas.

10.27 Dezenas de casas demolidas em Benguela

Data: 16 de Março de 2018
Texto: João Marcos

Famílias que perderam as suas casas nas enxurradas de 2015 voltam a ficar ao relento

Dezenas de habitações foram demolidas no bairro Agostinho Neto em Benguela, deixando ao relento dezenas de famílias.

Entre estas encontram-se famílias vítimas das enxurradas de Março de 2015 que causaram pelo menos 70 mortos.

De acordo com relatos obtidos pela VOA no local, várias máquinas deitaram abaixo as suas moradias em obediência a uma ordem judicial requerida por um antigo membro do Governo de Benguela, apontado como proprietário de uma área total de 300 mil metros quadrados.

O administrador municipal de Benguela, Carlos Guardado, diz que não comenta situações que decorrem de decisões do tribunal. Já o porta-voz do Comando da Polícia, superintendente-chefe Pinto Caimbambo, sugere a apresentação de queixas para os casos de agressões como foi referido por alguns dos habitantes.

O administrador da Catumbela, lulião de Almeida, assegura que progrprna de investimentos públicos para 2018 vai contribuir para a construção de habitações na zona dos Cabrais, onde se encontra a maior parte dos desalojados das enxurradas de 2015

10.28 A chuva como causa justificativo das faltas ao trabalho

Jornal O PAIS
19 De Março de 2018

Em Angola registam-se fortes chuvas. Não devíamos estar a escrever sobre isso, se estivéssemos num país onde as chuvas obrigariam apenas a providenciar um guarda-chuvas e um sapato hídro- fóbico.

Entretanto, o nosso país, sobretudo a capital, não está preparado para recebimento de chuvas (também, se nem mesmo o Laúca está). Deste modo, são vários os danos causados pelas correntes de águas, mas o balanço mais trágico decorreu das fortes chuvas, que, segundo o comando provincial de Luanda do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros, provocou cinco mortos e mais de 2.000 inundações em residências.

Por outro lado, há ainda registo, ao longo da última semana, de vários adultos e crianças desaparecidas, bem como dezenas de famílias desabrigadas, devido à destruição das casas pela força das chuvas. Escolas, centros de saúde e igrejas ala- gadas fazem igualmente parte do balanço das chuvas dos úl- timos dias.

Em declarações à agência Lusa, sexta-feira (02), o administrador municipal adjunto de Via na, Fernando Binge, disse que as últimas chuvas causaram "danos incalculáveis ao município", entre eles, o desabamento de 40 residências. "Quer dizer que temos por esta altura mais de 500 famílias desalojadas e muitas delas foram procurar abrigo nos respetivos familiares, por conta das inundações e desabamentos das residências. Tivemos ainda o registo de abertura de cerca de II ravinas no distrito urbano da Vila Flor", disse.

Segundo o responsável, as chuvas em Viana causaram ainda a abertura: de novas ravinas em vários distritos do município e uma delas "está a colocar em risco cerca de 20 casas no Zango 3C", apontando igualmente ruas intransitáveis e inundações, de escolas e hospitais, como outras consequências. Fernando Binge, que considerou "desoladora" a consequência das chuvas em Viana, lamentou também a incapacidade técnica da administração municipal, para dar resposta às inquietações dos munícipes. Para o administrador municipal adjunto, as causas das inundações a nível do município de Viana "estão identifica das", apontando as construções de residências nas linhas naturais de passagem de água como um dos maiores obstáculos.

No quadro que se apresenta, coloca -se então a questão de saber se a chuva justifica ou não a falta ao trabalho.

Ora, nos termos do n.º 16 do artigo 3. º, falta é a ausência do tra- balhador do centro de traba-lho durante o período normal de trabalho diário. O trabalhador deve comparecer ao serviço com assiduidade e pontuali dade' como se encontra previsto no artigo 44. º al c. A noção de falta pressupõe, assim, a conjugação de um elemento material (ausência física do local de trabalho) e de um elemento normativo (durante o período de trabalho diário a que está adistrito). Daí não bastar o trabalhador se encontrar no período normal de trabalho, mas sim ao horário de trabalho que está adstrito.

Deste modo, se o trabalhador comparecer ao serviço, mas estiver ligado ao facebook ou às redes sociais, não se pode con- siderar falta, mas sim, prova- velmente, violação do dever de diligência (al c)) a que

também se encontra adstrito, mas não o dever de assiduidade.

Para além do dever de assiduidade é necessário verificar-se, também, o dever de pontuali- dade do trabalhador, ou seja, o dever de comparecer à hora ao trabalho, daí que, embora a falta tenha como referência geral o período de trabalho diário do trabalhador, o artigo 143.º, 3.º determina que, em caso de ausência do trabalhador por tempo inferior a que este período, o conjunto dos tempos de au- sência seja adicionado até completar o tempo correspondente ao período normal de trabalho do trabalhador, para efeitos de configurar uma situação de falta. Nesta conformidade, a soma de atrasos reiterados do trabalhador, que se consubstanciam, em si mesmos, apenas na quebra do dever de pontualidade, também determina o surgimento de uma situação de falta. Por exemplo, Se durante 22 dias, o trabalhador atrasar-se ao trabalho, soma-se as horas de atraso até completar ao equivalente de dia de trabalho, mesmo que seja inferior a um dia, mesmo que não corresponda a um dia, pode-se descontar o equivalente, nos termos do n.? 5 do referido artigo.

Por conseguinte, as faltas não têm a mesma consequência distinguem-se em faltas justi- ficadas e injustificadas. (artigo 143.º, n.? 1). As faltas justificadas são as previstas no artigo 143.º, 2, designada mente as ausências autorizadas pelo empregador (faltas autorizadas] e as estabelecidas nos artigos 14S.º e seguintes. Ao passo que se ausência não for autorizada pelo empregador e nem estiver prevista no artigo 14S.º, bem como a falta de observância do dever de solicitar as faltas, são consideradas faltas injustificadas. Assim, nem toda a situação justiçável configura uma jus- tificação de falta, ou seja, para ser considerado falta justifica- da deve preencher os requisitos acima referidos, ou seja, a chuva em muitas situações configuram justificação para não com- parecer ao serviço, mas nem por isso é motivo para justifi- car a falta (por não estar tipi- ficada no artigo 14S.º), salvo se for atendível pelo empregador (porquanto o empregador pode autorizar, face à invocação pelo trabalhador de motivos não constantes nas alíneas do n.º 1 do artigo 14S.º, mas que pe- la avaliação do empregador entenda dever considerar atendí- veis, nos termos do 3.º do mesmo artigo).

Com efeito, nos termos da lei, a referida apreciação dos motivos depende do empregador, através de uma solicitação/comunicação, nos termos do número 3 do artigo 143.º, podendo um dia considerar atendível e outro dia não. Mas a nossa opinião vai no sentido de que a chuva, atendendo a circunstância deve ser considerada uma falta justificada, mas agora se vai ser remunerada ou não, depende do empregador, no acto da autorização, entendendo-se que não remuneradas se aquando da autorização nada for determinado, artigo 145.º. n.º 4.

10.29 Moxico aposta em unidades para transformar madeira

Jornal Expansão
23 De Março de 2018

Depois de se confrontarem com o abate indiscriminado de ma- deira, as autoridades da província do Moxico acreditam que o cenário da última época flores- tal não se repetirá, este ano, com regras mais apertadas e a aposta em transformar a província na capital do móvel no País.

Na última época florestal, suspensa pelo Governo a 31 de Ja- neiro de 2017, foram constantes os relatos de camiões a circular diariamente na província, carre- gados com toros de madeira para exportação, sem qualquer trans- formação local.

O vice-governador da província, Carlos Alberto Masseca, admitiu a preocupação com o cenário vivido no último ano e garantiu que a definição de um "melhor modelo" de exploração de madeira está ser preparado, com o Governo central, para a época que deverá arrancar em Maio.

Segundo Carlos Alberto Masseca, a prioridade passa por apostar nas indústrias de transformação que já existem na provincia e captar outros investimentos, paragarantir que a madeira, elemento importante na economia da província, seja tratada localmente.

Para o director provincial de Agricultura do Moxico, Tomás Manuel lnácio, já funcionam cinco indústrias locais de trata- men to primário da madeira em toros e mais duas de carteiras e cadeiras. Aposta que será reforçada este ano. O responsável garantiu ainda que há contactos com investidores privados para a instalação no Moxico de unidades para o tratamento local da madeira, daí a confiança de que o cenário de abate indiscriminado de madeira, sem retorno para a província, não se repita.

A intenção de apertar as regras da exploração florestal,já anunciada pelo Governo, junta-se a voz do bispo da diocese do Moxico, Tirso Blanco, que denunciou publicamente o "abate indiscriminado e selvagem" da floresta da província, realçando que chegava a contar 200 camiões por dia carregados de madeira retirada da floresta.

Com nove municípios, a província do Moxico tem uma superfície superior a 223 mil quilómetros

quadrados, mais do dobro da área de Portugal, mas en- frenta a falta de vigilantes para os vários polígonos florestais.

10.30 Industrias de serrações podem encerrar por falta de madeira

Jornal O PAIS
25 DE Março de 2018
Tesxto: Brenda Sambo

Desde o dia 1 de Fevereiro do ano em curso, o Mínistéio da Agricultura e Florestas proibiu a entrada e corte da madeira serrada em toros, em tdo país, situação que está a levar ao encerramento de várias serrações e criar dificuldades nas carpintarias:

O período de proibição imposta pelo Executivo vai até Maio do ano em curso, mas até lá muitas indústrias de serragem estarão paralisadas por falta da matériaprima, como conta à nossa repor- tagem o chefe da área de produção da serração Matos & Jean, Benedito Cuvale.

Na fábrica, localizada na província do Bengo, logo à entrada nota-se o silêncio, fruto da fraca produção que a unidade regista nos últimos dias.

Em exclusivo ao OPAÍS, Benedito Cuvale avança que as dificuldades em torno da produção existemdesde o final do ano transacto, e que, apesar de ter havido alguma melhoria no mês de Janeiro, no entanto, a partir do mês de Fevereiroa situação agravou-se por causa da medida tomada pelo Executivo.

De acordo com o responsável, que já está agastado com a situação, se o governo não tomar medidas para contornar a situação no que concerne a liberalização da madeira a fábrica poderá encerrar dentro de dias.

"Estamos a ser muito prejudicados pelas medidas implementadas pelo Executivo, pois a situação tem outros contornos dia após dia. E a tendência é fechar as portas", declarou.

Segundo Benedito, para o seu funcionamento normal a empresa precisa cerca de 5OO metros cúbicos de madeira mensalmente, mas tendo em conta as restrições e a época chuvosa que também tem prejudicado, chegam a receber menos de 5OO metros cúbicos de madeira.

Lembrou que, em 2015/2016, a empresa empregava cerca de 103 trabalhadores, mas foram obrigados a reduzir tendo em conta a si- tuação económica do país.

Com 27 trabalhadores, para pagar os salários Benedito tem que fazer cálculos uma vez que a fabrica já não dá lucros como anteriormente.

"Já não há lucros, pois o pouco que entra serve apenas para abastecer as fontes geradoras de energia, alimentação e os salários que muitas vezes são pagos com muitas dificuldades", lamentou.

Tal como os seus colegas, Benedito referiu que existem fábricas que correm o risco de encerrar, e outras cujas portas já foram mesmo encerradas por falta de matéria-prima (madeira).

Neste momento, referiuque sobrevive apenas através de alguns clientes fiéis que muitas vezes ainda procuram os seus serviços.

"A idoneidade dá- nos vantagem para com os fornecedores e também alguns clientes que ainda são fieis e procuram sempre pela em- presa", enfatizou.

Questionado sobre o preço actual da madeira, o empresário disse que, actualmente não existe um preço fixo para a compra do produto, mas, explica que as mais caras são aquelas utilizadas para a carpintaria, tais como a moreira e a tacula.

Referiu que um metro cúbico da madeira moreira por exemplo, pode custar de Kz 50. OOO(cinquen- ta mil Kwanzas) , quando anteriormente era comercializadano valor de Kz 40.000.

Por outra, as madeiras mais baratas são as usadas para a construção, em que um metro cúbico custa Kz 35.000 (trinta e cinco mil kwanzas).

Salientou que actualmente a madeira em toro é proveniente das províncias do Uíge e do Bengo.

Para ele, as medidas tomadas pelo Executivo para o escoamento da madeira em toros, de uma determinada província para outra, tem afectado a própria aquisição da matéria-prima, pois a província do Uíge é a principal fonte de entrada de matéria-prima em toros.

Actualmente avançou o responsável, a fábrica conta apenas com uma máquina de serragem com capacidade de produzir cerca de 50 a 60 metros cúbicos de madeira pordia.

Fiscalização excessiva

Outra dificuldade que ainda enfrentam tem a ver com a fiscalização. Segundo contou Benedito, os transportadoresd de produtos serrados na fábrica, ao atravessarem a ponte de Kifangondo, sobre o Rio Zenza, são muitas vezes interpelados pelos agentes da

polícia na via pública, o que tem afugentado muitos clientes vindo de Luanda.

De acordo com o responsável, houve um erro por parte dos órgãos de comunicação social na altura quando publicaram "a proibição de madeira serrada", sem especificarem ao menos que tipo de madeira.

"Devido esse erro da publicação da notícia muitos clientes têm medo de vir aqui comprar a madeira serrada", avançou.

Benedito disse ainda que, para conseguirem sair caro a mercadoria muitos clientes são obrigados a pagar multas aos fiscais para transitarem com as mercadorias adquiridas nas serralharias.

"A madeira cerrada nas in- dústrias legalizadas devem passar e transitar normalmente, pois quando esses transtornos acontecem implica que não há livre circulação para o nosso negócio", disse, acrescentando que "deste jeito estão a afundar a serralheiras", desabafou.

Na mesma situação está o empresário e proprietário da empresa Cascais, localizada no município de Viana. Carlos Carvalho avançou que vai encerrar a sua empresa nos próximos dias, pois não sabe como fazer para continuar asua actividade.

"Não há madeira, temos muitas dificuldades para aquisição do produto", reclama, acrescentando que, "antes do final do mês de Março a indústria vai encerrar", declarou. Sublinha que "sem madeira não existe serração", lembrou.

Para o responsável, com a proibição da circulação da madeira em toros não há condições das indústrias de serragem continuarem a funcionar.

"Em Luanda as serrações estarão difíceis ou então todas têm que mudar para as provinciais, com todos os custos inerentes", disse.

Preços dos móveis sobém e as carpintarias perdem clientes

A nossa reportagem prosseguiu em algumas carpintarias para saber como muitas têm sobrevivido.

Dada a dificuldade na aquisição da madeira e também do preço elevado que os carpinteiros pagam, muitas carpintarias foram obrigadas a subir os preços dos móveis, o que muitas das vezes tem afugentado os clientes, como conta o gerente da carpintaria

"Junta Mão" do bairro Calemba-Il, no município de Viana.

Para Simão dos Santos Carlos, a medida do "confisco" da madeira por parte do Executivo tem criado muitos constrangimentos para a actividade diária dos carpinteiros.

Segundo o gerente, por causa da subida houve a necessidade de se ajustar também os preços e, consequentemente a carpintaria também teve que ajustar os preços.

Avançou, por outro lado, que uma folha de madeira de quatro metros cúbicos, por exemplo, compram no valor de Kz 14.000 (catorze mil kwanzas), enquanto nos meses anteriores era comercializada a Kz 4.000 (quatro mil kwanzas).

O responsável assegura que adquire a madeira através de alguns fornecedores que de algum tempo para cá também estão com dificuldades em fornecer o produto.

E não é tudo, contou à nossa reportagem que o princípio do mês é sempre muito difícil, por isso normalmente chegam a atender por dia dois a três clientes e produzir cerca de três artigos.

Por sua vez, Figo Mateus, igualmente carpinteiro, revelou que as dificuldades para aquisição da madeira aumentaram nos últimos meses.

Dada a situação, o responsável conta que há encomendas que estão paradas por falta de matéria-prima.

Actualmente, explica, "a madeira é comprada no mercado do Kikolo, mas a preços muito elevados, facto que tem suscitado muitas reclamações por parte dos clientes", disse.

Mercado lnforma também ressente as dificuldades

A proibição de entrada de madeira em touro na capital do país está também a afectar o mercado ínformal. Maria Antonio vendedora do mercado do kikolo localizado no munidpio do Cacuaco, também reclama que nos últimos dias têm sentido dificuldades para adquirir prooduto e quando adquire normalmente é por um valor muito alto

Para além do preço, Maria salienta também a dificuldade ter carros que transportam as mercadorias da praça.

Segundo conta, actualmente paga por uma tábua de quatro metros cúbicos o valor de Kz 8.500 e revende por Kz 9.500.comerciante de madeira há 5 anos, Maria conta que este é o ano mais difícil para ela, pois tem sido uma luta para conseguir vende.

10.31 Chuvas causam estragos no Cuanza Norte

Jornal O PAÍS
06 De Março de 2018
Texto: André Mussamo

Na cidade de Ndalatando, a capital do Cuanza - Norte, os bairros das redondezas estão tomados por cursos de água que arrastam tudo e todos, mas sem registo de vitimas mortais.

O cenário nos arredores da Camunda i, Posse, Camungo e outros musseques, construídos com base no adobe (bloco de barro), é simplesmente aterrador com pessoas ao relento e utensílios e movéis a flutuarem.

Uma fonte familiarizada com a situação contou a OPAÍS que o "problema é o bloqueio das passagens naturais das águas pluviais em consequência do desordenado crescimento

DR habítacíonal" que tomou conta da então cidade jardim.

O comando provincial doserviço de Protecção Civil e Bombeiros registou um total de 77 desabamentos, nos municípios de Cazengo, 24 no Samba-Cajú, 48 Lucala e 4 no município do Cambarnbe, afectando 83 farnilias que totalizam um universo de 409 pessoas.

Cazengo contínua a ser o município mais afectado por inundações, no total 167

regístadas, seguindo-se-lhe os municípios de Cambarnbe e Lucala, o que deixou sem tecto mais 167 famílias, qualquer coisa como pouco mais de 1000 cidadãos.

De todos os registos dos últimos tempos, os números de 2S de Fevereiro ultimo são os que tristemente ressaltam na estatística. Neste dia, as águas transbordaram sob a ponte do rio Catende, no Bairro Camundaí, inviabilizando a circulação rodoviária das 17H30 minutos às 20H30 minutos do mesmo dia.

Os afectados estão aser apoiados pelas autoridades locais com meios de primeira necessidade, nomeadamente, bens alimentares e não alimentares (roupa usada, utensílios domésticos e tendas).

A operação de socorro às vitimas permitiu já o reassentamento provisório em zonas seguras alguns dezenas de sinistrados.

10.32 Obras travam avanço de ravina no Dundo

27 De Março de 2018
Texto: Victorino Matiasl

A ravina que ameaça destruir pré- dios da Zona 4 da centralidade do Mussungue, no Dundo, província da Lunda-Norte, começou a ser estancada com trabalhos que íncí- dem em na colocação de pedras de grande diâmetro para abrandara sua progressão.

A ravina que começou a progredir a partir de valas de condutas que transportam águas pluviais e resi- duais da centralidade, já alcançou 976 metros de comprimento e a sua cabeceira é de 25 metros de largura e 15 metros de profundidade.

O governador provindal da Lunda- Norte, Ernesto Muangala, visitou no sábado as obras de estancamento provisório da ravina e disse esperar, que "no período de uma semana", as empresas intervenientes possam concluir o trabalho e devolver segu- rança aos moradores dos prédios que se encontram próximo.

Ernesto Muangala informou que a intervenção definitiva é da res- ponsabilidade do Ministério da Construção e que o atraso que se verifica no estancamento desta e de outras ravinas se deve à morosidade na execução financeira do Orçamento Geral do Estado, e à realização dos concursos públicos por meio da Lei da Contratação Pública.

De acordo com o governante a realização dos concursos públicos para o estancamento destas é feita através da lei de contratação pública.

"Estes procedimentos podem levar tempo e por consequência, haver danos significativos ao segundo maior projecto habitacional do Estado", disse.

Por isso, o governante esclareceu, ter encontrado soluções locais, com a mobilização das empresas de construção civil instaladas na região no sentido de evitar a progressão da ravina.

"Os esforços estão a ser envidados no sentido de não perdermos as nossas residências por consequência da ravina que tira o sono das nossas populações e moradores desta zona da centralidade", realçou Ernesto Muangala. O governador da Lunda-

Norte falou, ainda da existência de 71 ravinas em progressão que tam- bém' ameaçam destruir infra estruturas sociais e residenciais em várias localidades da província, particularmente no Dundo e nas vilas do Lucapa e Cafunfo.

Estão envolvidas nas obras de estancamento provisório da ravina iniciadas no sábado várias empresas contratadas pelo 'Governo da Lunda-Norte, como a Capilongo, a Grinner e a CGGC, que intervêm na requa- lifieação da central hídroeléctríca do Luachimo.

Por seu turno, Mário Mendonça da empresa de construção civil, Grinner, fez saber que a ravina que ameaça engolir a centralidade tem como causa principal a falta de infra-estruturas de macrodrenagem das águas pluviais na centralidade.

Martins Canzari, morador do prédio 19-1, que está a ser ameaçado pela ravina, na centralidade do Dundo, enalteceu os esforços que estão a ser envidados pelo Governo da provinda no sentido de travar a progressão da ravina.

Adelino Camavo, morador do mesmo edifício, falou da necessidade de se salvaguardar, não só as vidas humanas, mas também de se rever todo o projecto de infra-estruturas de miero e macrodrenagem da centralidade do Dundo, para evitar situações do género.

10.33 Projectos estruturantes para localidades afectadas pela seca

Jornal De Angola
28 de Fevereiro de 2018-06-13

O secretário de Estado para Águas, Luís Filipe da Silva, informou que em relação às localidades do país afectadas´´pela seca, nas províncias do Cunene, Namibe, Benguela e Huíla, o Executivo estuda a implementação de projectos estruturantes que vão permitir uma melhor gestão das águas que caem nestas regiões, no período chuvoso. "Vamos apostar na construção de barragens em vários cursos de água ou bacias, para fazer a retenção da água nos períodos em que hajam precipitações. Estamos a investir, também, na pesquisa e identificação de águas subterrâneas que vão ajudar a resolver os problemas de seca nessas regiões", assegurou o governante.

Luís Filipe da Silva fez saber que na província' do Namibe não há cursos de água ou rios permanentes. Por essa razão necessita de barragens para a retenção da água. Coordenado pelo Vice-Presidente da República, o Conselho Nacional de Águas (CNA) é um órgão permanente consultivo do Titular do Poder Executivo, criado pelo Decreto Presidencial no 76/17, de 5 de Abril, que aprova igualmente o seu regulamento.

10.34 Alterações climáticas debatidas no Huambo

Jornal de Angola
29 de Março de 2010
Texto: Victória Quintas

Governantes, responsáveis de instituições ambientais, e especialistas ligados ao sector de Investigação Científica no país abordaram, na província do Huambo, os resultados da primeira fase do projecto sobre "Alterações Climáticas e Gestão Sustentável dos Solos", de 2013 a 2017.

O encontro, que juntou ainda entidades de outros sectores, decorreu no âmbito dos projectos financiados pelo Centro da África Austral para as Ciências e Serviços para a Adaptação às Alterações Climáticas e Gestão Sustentável dos Solos (SASSCAL).

Os resultados sobre as alterações climáticas em Angola, de 2013 a 2017, será ainda descutido, sob a égíde da SASSCAL em Maio próximo, num símposío internacional em Lusaca, capital da Zâmbía, onde também vai ser abordado os resultados alcançados nesta vertente pela África do Sul, Botswana, Namíbía e Zâmbia, países que fazem parte da iniciativa da instituição.

A partilha e a troca de experiências sobre a contribuição da ciência, tecnologia e inovação, na resolução dos problemas sociais decorrentes das alterações climáticas, bem como a gestão sustentável dos solos e a promoção do desenvolvimento sustentável, constam igualmente dos objectivos do encontro de Lusaca.

Com financiamento inicial em 2009, pelo Governo alemão, através do Ministério Federal da Educação e Pesquisa e contribuição equitativa a partir de 2017 dos países membros, o SASSCAL actua na capacitação e formação de recursos humanos.

O organismo presta, igualmente, serviços nas áreas climáticas, água, agricultura, florestas e biodiversidade.
O administrador do SASSCAL, Gabriel Míguel, referiu que em 2012 foi criado o portfólio para a investigação cíentifica com 88 projectos regionais, dos quais 13 foram implementados em Angola. Os mesmos estão focados em cinco áreas, designadamennte . clima, águas, agricultura, florestas e biodiversidade.

Gabriel Miguel realçou que o SASSCAL apostou ainda na capacitação de recursos humanos, atribuindo 19 bolsas de estudos, das quais dois doutoramentos,

12 mestrados e cinco licenciaturas, todas nas áreas das engenharias e geo-ciências. Angola, Alemanha, Portugal e Zâmbía albergam as referidas formações.

A rede meteorológica nacional cresceu em 2013 com a instalação de dezoíto estações meteorológicas automáticas, queestão sob responsabilidade do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofisica (INAMEf). Estão localizadas maioritariamente na região Sul de Angola, abrangendo as províncias do Namibe, Hufla e Cunene.

10.35 Cartoon

Jornal De Angola

11. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 Negócios entre Angola e China ultrapassam USD 23 biliões

Jornal A REPÚBLICA
2 De Março de 2018

O volume de negócios entre China e Angola, no ano transacto, cifrou-se acima dos 23 biliões de dólares norte-americanos, informou nesta sexta-feira, em Luanda, o embaixador daquele país asiático acreditado em Angola, Cui Aimin.

Ao falar à imprensa, à saída de um encontro com o presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, o diplomata chinês realçou que o volume de investimentos entre os dois Estados, à escala global, é superior a 40 biliões de dólares.

Mas se levar em consideração as pequenas unidades ou esferas de negócios, disse o embaixador, este valor deve ultrapassar os 60 biliões de dólares norte-americanos, o que significa dizer que mais de 30 por cento de financiamento da China para o continente africano vai para Angola.

A China é o maior destino de exportação de Angola, sendo Angola o segundo maior destino de exportação da China.

O gigante asiático vai continuar aproveitar as vantagens tradicionais de cooperação com Angola, nomeadamente a construção de infra-estruturas e ampliar a parceria nas áreas da agricultura, indústria, formação humana e saúde pública e, por último, impulsionar o intercâmbio entre os parlamentos dos dois países.

O embaixador chinês lembrou que, o ano passado, as relações bilaterais conheceram uma nova etapa, um novo contexto. "Agora temos que ampliar as áreas de cooperação, incluindo o intercâmbio e interacção entre os dois parlamentos".

Garantiu que o seu país vai continuar apoiar o desenvolvimento económico e social de Angola, para quem, a China vai mobilizar esforços ao seu alcance para ajudar Angola alcançar êxitos de desenvolvimento.

Angola é o maior fornecedor de petróleo à China, que, por sua vez injecta, biliões de dólares na modernização do país.

13.2 China alivia dificuldades do Hospital Geral de Luanda

3 De Março de 2018
Texto: César André

O Governo chinês doou, ontem, em Luanda, ao Hospital Geral de Luanda, localizado no município do Kilamba Kiaxi, equipamentos hospitalares e materiais gastáveis, avaliados em cerca de 809 mil dólares.

A doação foi entregue pelo embaixador da China em Angola, Cui Aimin, ao secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas do Ministério das Relações Exteríores, Domingos Vieira Lopes.

Na ocasião, o secretário de Estado reconheceu que a doação chinesa vai contribuir para a melhoria da assistência prestada à população pelo Hospital Geral de Luanda.

Domingos Vieira Lopes disse acreditar que a doação vai ajudar a diminuir as dificuldades, devendo o estabelecimento hospitalar público dar "maior aproveitamento possível" aos equipamentos hospitalares.

Domingos Vieira Lopes afirmou que a cooperação bilateral continua a dar passos cada vez mais crescentes e recordou que o Governo chinês financiou a construção do Hospital Geral de Luanda.

"Hoje, acabou de fazer uma doação de equipamentos hospitalares que, para nós, é muito importante", acentuou o secretário de Estado, para quem a doação é mais uma demonstração de que as relações entre os dois países estão cada vez mais consolidadas.

A cooperação bilateral continua a dar passos cada vez mais crescentes. O Governo chinês financiou a construção do Hospital Geral de Luanda

O embaixador da China em Angola lembrou que, em Janeiro, foi assinalado o 35º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre Angola e a China, encontrando-se "no melhor nível da história" da amizade entre os dois países.

O diplomata acentuou que a cooperação na área da Saúde Pública é resultante dos Dez Planos das Cooperações Sino-Africanas, anunciados pelo presidente Xi Jinping, no decurso do Fórum de Cooperação China - África, realizado em Joanesburgo.

O diplomata chinês lembrou ainda que o seu país ofereceu, em 2016, medicamentos para o combate à

malária e à epidemia da febre-amarela. No mesmo ano, a China enviou a Angola um grupo de especialistas em Saúde Pública, que investigou e criou com técnicos angolanos o mecanismo transfronteiriço de monitorização das doenças infecciosas.

No âmbito do projecto de assistência técnica gratuita ao Hospital Geral de Luanda, a China já enviou, desde 2009, quatro equipas medicas, com 60 especialistas, que fizeram duzentas mil consultas gratuitas.

A quarta equipa, integrada por doze especialistas, chegou, no ano passado, ao país, tendo começado a trabalhar no Hospital Geral de Luanda, onde fez, até Janeiro deste ano, mais de 15.300 consultas externas, 953 cirurgias, 370 punções e 1. 794 tratamentos à base da acupuntura, medicina tradicional chinesa.

Em Novembro último, o Governo chinês enviou o navio hospitalar "Arca da Paz", que fez consultas gratuita em Luanda a mais de 6000 pacientes.

A China enviou a Angola um grupo de especialistas em Saúde Pública, que investigou e criou com técnicos angolanos o mecanismo transfronteiriço de monitorização das doenças infecciosas

O embaixador chinês deu ênfase ao facto de já estar concluída a construção do Centro de Demonstração de Tecnologia Agrícola, devendo agora entrar na fase de cooperação técnica, além de ter mencionado que a obra do Instituto Superior das Relações Internacionais vai terminar no final do ano e que o projecto do Cinfotec na província do Huambo está em fase de preparação.

13.3 Grupo empresarial chinês investiu mais de USD 30 milhões em 18 anos

O PAÍS
4 De Março de 2018
Texto: Miguel Kitari

Quando chegou a Angola, em 2000, o grupo estava apenas virado para o sector da construção civil, tendo participando em várias obras, com realce para infra-estruturas ligadas ao Ministério do Interior. Actualmente, o grupo está engajado na construção de um novo hangar no aeroporto de Saurimo, província da Lunda-Sul. De acordo com o presidente do Conselho de Administração do Grupo, Francisco Shen, apesar de haver um abrandamento nas obras públicas, Angola continua a ser um bom destino para investir, pois oferece muitas oportunidades de negócio. Ressalva que a questão das divisas têm estado a adiar a realização de muitos investimentos do seu grupo.

Todavia, lamenta que a redução de contratos para execução de Obras Públicas e privadas provocou a desvinculação de mais de 80% dos colaboradores que actuavam no sector da construção.

"Até 2014 tínhamos mais de 1000 trabalhadores, e hoje temos menos de 100. Além do problema financeiro que isso causa à empresa, reduz também a possibilidade de os angolanos terem um emprego e poderem sustentar as suas famílias", referiu.

Desde 2000 que o grupo empresarial se instalou em Angola, foram já investidos mais de USD 30 milhões, divididos em vários segmentos de negócios.

"Estamos prontos para investir mais, entretanto, temos alguns constrangimentos. A obtenção de divisas para importar material é um dos problemas", lamentou.

A título de exemplo, o também více-presidente da Associação de Empresários da província de Jiangsu em Angola cita o caso da agricultura que, segundo ele, é muito onerosa. "Precisamos de fazer um grande investimento em tecnologias, e, como disse anteriormente, não há divisas no país. Além disso, tem alguns riscos, sobretudo por causa das pragas e da estiagem", enumerou.

Universidade na forja

Dentre os vários investimentos projectados, o Grupo SYZ prevê a abertura de uma universidade no Distrito Urbano do Zango, no espaço onde funciona hoje o seu estaleiro central.

Sobre a futura instituição de ensino superior, Francisco Shen avança que terá capacidade para albergar mais de 1000 alunos, divididos em três turnos, ma nhã, tarde e pós laboral. "Arrancamos agora com cursos técnicos profissionais, através da Escola Profissional de Angola-China, onde estamos a leccionar inglês, francês, mandarim e administração pública. É o nosso ensaio", considerou.

Fábrica de massa alimentar "encalhada"

Com olhos na diversificação económica do grupo e do país, Francisco Shen revelou a OPAÍS que projecta a abertura de uma fábrica de massa alimentar e bolachas. "Pelas voltas que tenho dado por Luanda e não só, percebi que se consome muita bolacha e massa alimentar, mas não há aqui fábrica. É por isso que pretendemos investir neste subsector da indústria alimentar", argumentou.

Entretanto, a falta de produção de trigo em grande escala no país, bem como a escassez de divisas para importar a matéria-prima "encalham" o surgimento da unidade industrial.

"Preferimos não investir na produção de trigo em Angola, pois seriam outros custos. Por outra, a cadeia produtiva deve funcionar. Uns produzem no campo e outros compram para transformar. E assim cria-se riqueza e novos trabalhos", defendeu, o empresário.

Além do trigo, Francisco Shen sublinhou igualmente que o país ainda não possui uma indústria de plástico para o empacotamento de alimentos, como são os casos da bolacha e da massa alimentar. Sendo assim, "as embalagens teriam de ser importadas. Voltamos outra vez às divisas, que continuam a ser uma dor de cabeça para os empresários", considerou.

Quanto ao investimento global previsto, não avançou, disse apenas que já foram identificadas as empresas que irão fornecer as máquinas que serão instaladas na futura fábrica, "mas só quando houver disponibilidade de divisas para fazer funcionar.

Mais de USD 12 milhões investidos no sector da Saúde em Angola

Uma clínica equipada com material de ponta foi instalada no Distrito Urbano do Zango, município de Viana, província de Luanda.

De iniciativa do grupo SYZ, a clínica é agora gerida pelo hospital Sagrada Esperança, do Grupo Endiama. De acordo com Francisco Shen, o edifício de dois pisos resulta de um investimento de USD 12 milhões e tem as portas abertas desde 2015. Com corpo clínico angolano (fornecido pelo grupo Endiama), a clínica presta serviços de clínica geral, medicina interna, ortopedia, infecciologia, pediatria, genecologia obstetrícia, maternidade, pequenas e grandes sirurgias, inclusive cesarianas.

A clínica possui ainda uma maternidade, com condições para fazer trabalho de cesariana, bloco operatório, refeitório, internamento (não funcional) e outros serviços médicos. "Nesta altura estamos a montar novos equipamentos para que possamos realizar outros serviços médicos de especialidade", avançou.

Por dentro do grupo empresarial

Com sede no Distrito Urbano do Zango, município de Viana, em Luanda, o grupo SYZ tem representações nas províncias da Lunda-Sul, Cunene, Benguela. Actua nas áreas da construção civil, Educação e Saúde. A indústria alimentar pode ser a próxima aposta do grupo.

13.4 País obteve os maiores empréstimos da China

Jornal de Angola
13 De Março de 2018

Angola foi o país africano que mais financiamento chinês captou para a construção de infra-estruturas energéticas desde o ano 2000, conclui um estudo recente da Universidade de Boston, Estados Unidos, citado ontem na imprensa internacional.

O estudo do Centro de Políticas de Desenvolvimento Globais da Universidade de Boston lembra que, nos último 18 anos, a China concedeu financiamento de perto de 34,8 mil milhões de dólares em infra-estruturas energéticas aos países africanos, dos quais 8,9 mil milhões de dólares em Angola, muito acima da Nigéria (6,6 mil milhões de dólares).

Zâmbia, Uganda e África do Sul receberam empréstimos chineses de mais de dois mil milhões de dólares no mesmo período, o Sudão 1,6 mil milhões e o resto dos países africanos II mil milhões.

No âmbito do apoio à reconstrução á reconstrução infra-estruturas em Angola, a China tem apostado no financiamento da construção de barragens, nomeadamente a de Caculo Cabaça.

A nova barragem, cuja primeira pedra foi lançada em Agosto de 2017, será a de maior potência em Angola, tendo o projecto de construção recebido um financiamento de 4,5 mil milhões de dólar concedido pelo Banco Industrial e Comercial da China.

O ministro da Energia e Águas de Angola. João Baptista Borges, disse que i construção da nova barragem de Caculo Cabaça, na bacia do médio Kwanza, vai permitir atingir a metade nove mil megawatts de capacidade instalada em todo o pais até 2025 e ainda exportar electricidade angolana para os países vizinhos.

O estudo da Universidade de Boston indica que a proporção de financiamento chinês em infra-estrutura energéticas em África tem vindo a aumentar, em relação a outras regiões e que, no ano passado, o continente africano foi mesmo o que recebeu mais destes fluxo de capitais (6,8mil milhões de dólares), acima do Sudoeste Asiático (5,8 mil milhões de dólares).

Os dados do estudo incluem os números do Banco de Desenvolvimento da Chína e do Banco de Exportações e Importações da China.

"Os bancos de desenvolvimento multilaterais tradicionais não têm sido pró-activos em relação aos grandes projectos de energia e a China está mais do que disposta a preencher esse vazio", afirma Kevin Gallagher, professor de política de desenvolvimento global na Universidade de Boston.

O mesmo especialista adianta que a explosão demográfica de África, que deverá elevar a população do continente para mais de 1,3 mil milhões de pessoas até 2050, permite antecipar um aumento da procura por produção e transmissão de energia nas próximas décadas.

O mais recente relatório da Economist Intelligence Unit (EIU) sobre Angola afirma que as relações com a China vão continuar a receber "prioridade elevada" das autoridades angolanas, o que está patente no recente acordo obre vistos de entrada entre os dois países.

"A abertura de uma dependência do Banco da China em meados de 2017 deverá fazer de Angola um destino mais atractivo para pequenas médias empresas chinesas", refere a EIU

"O Governo também continuará a procurar empréstimos da China para permitir prosseguir com os programas de despesas de capital, para construir estrada e centrais eléctricas", apesar de uma maior atenção das entidades chinesas ao "risco em relação aos projectos com capacidade de reembolso duvidoso" adianta a EIU.

13.5 Fórum ambiental de Macau pode ter presença angolana

Jornal Economia e Finanças
16 De Março
Texto: Xavier António

A câmara do Comércio e Indústria de Angola (CCIA) pretende levar pelo menos 10 empresas nacionais ao "Fórum e exposição internacional de cooperação ambiental de Macau 2018".

O evento que vai realizar-se de 12 a 14 de Abril próximo, na China, é uma iniciativa do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM), que visa juntar empresas a nível internacional com interesses em investir no sector ambiental.

Segundo o responsável do Departamento de Apoio ao Sector Privado, José Rodrigues Alentejo, além de uma vasta exposição, o fórum vai contar com conferências aonde serão debatidas questões como a cultura ambiental, cidades limpas e inteligentes, assim como o fomento e oportunidade de negócios no ramo de reciclagem dos resíduos sólidos.

Falta de interesse

Revelou ao JE que até ao momento nenhuma empresa manifestou interesse em participar. "Nos últimos tempos tem sido um grande problema conseguirmos um número de participações de locais em encontros que envolvem deslocações ao exterior do país", frisou.

José Alentejo explicou que o repto foi lançado a vários membros que constituem a sua agremiação e outras com as quais têm trabalhado, mas não houve qualquer retorno.

Sublinhou que a organização do certame dispõe de incentivos que envolve quatro noites de alojamento e subsídio de bilhete de passagem até 625 dólares.

Afirmou que embora as questões ambientais serem ainda uma realidade nova local, mas há muitas oportunidades de negócio, know-how e tecnologia.

"Deitamos tudo que é papel, plástico que bem aproveitados podem fazer surgir indústrias de reciclagem a fim de garantir empregos", assinalou.

Realçou que a Câmara do Comércio e Indústria de Angola tem feito aquilo que está ao seu alcance apesar da actual situação de crise que o país enfrenta, acrescentando que há uma "luz no fundo do túnel" com o novo Governo que já aprovou o Orçamento Geral do Estado (OGE), assim como a criação de vários programas de suporte ao empresariado nacional.

"Esperamos que haja uma abertura na prática de financiamento aos projectos privados, sobretudo para as pequenas e médias empresas", disse.

José Alentejo revelou que estão em contacto com alguns bancos comerciais de modo a acordarem mecanismos de facilitação de crédito e outros projectos que vão permitir alavancar a actividade das firmas.

Critica à banca

Acrescentou que no passado, a tendência da banca local era apenas apoiar as "ditas grandes" empresas, e essas tinham mais acesso a tudo e o Estado concentrava igualmente todo o negócio que girava em torno da economia, quer por via da

comercialização de títulos de tesouro, quer da dívida pública.

Assegurou que havia bancos que na sua carteira de crédito mais de 50 por cento era crédito ao Estado e não à economia o que não é correcto, uma vez a banca existe para potenciar as empresas, criar capacidade produtiva e captar poupança.

A meta da instituição é ter um relacionamento sustentável, mútuo e coeso com os bancos comerciais.

Disse que muitos projectos criados não passaram do papel e desafia alguma entidade que financiou em termos de quantidade de projectos em todo país.

Sobre o sucesso do empresariado local o síndico garantiu que há muitas falhas no comportamento. Disse mais adiante que a corrupção prejudicou de forma drástica o ambiente de negócios em Angola.

Fez saber que a CCIA tem na forja um projecto denominado "Angola inova" que visa apoiar iniciativas de jovens empreendedores e contará com financiamentos internos e externos.

Explicou que sendo a câmara recebe um subsídio mensal por parte do Governo, mas que não cobre todas as despesas, por isso recorre a outras fontes de receita como é o caso das quotas das empresas filiadas "e promovemos alguns cursos de capacitação".

A Câmara do Comércio e Indústria de Angola tem mais de cinco mil membros e foi criada com o propósito de promover e reforçar as relações comerciais com o resto do mundo.

13.6 Iniciar uma nova fase nas relações entre a China e Angola

Jornal de Angola
17 De Março de 2018
Texto: Aimin

Primavera é tempo para planificar. Nos meses de Março, época de Primavera na China, realizam-se em Beijing as sessões plenárias da Assembleia Popular Nacional (APN) da República Popular da China, e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), momento para fazer planeamento do desenvolvimento do país. Trata-se dos mais importantes eventos na agenda política chinesa, que atraem a atenção do mundo inteiro. Este ano, por ser o primeiro ano na implementação da directriz definida pelo 19° Congresso Nacional do Partido Comunista da China, além de celebrar os 40 anos da Reforma e Abertura, os dois eventos revestem-se de um significado especial.

Nos últimos cinco anos, o desenvolvimento económico e social da China alcançou resultados históricos, que se interpretam nas mudanças históricas do país. O PIB chinês cresceu de 54 triliões de RMB Yuan para 82,7 triliões, um aumento médio anual de 7,1%, o que traz consigo mais 66 milhões de novos empregos. O bem-estar do povo chinês testemunha uma constante melhoria, com 68 milhões de pessoas que saíram da pobreza e um crescimento anual de 7,4% na renda per capita, bem acima do crescimento económico. Como resultado, a China conta hoje com o maior número de pessoas da classe média do mundo.

Ao mesmo tempo, não podemos esquecer que a China continua ser o maior país em desenvolvimento, que enfrenta numerosas dificuldades e desafios no seu caminho para o desenvolvimento, com destaque da imparidade entre crescente expectativa por uma vida melhor para o seu povo e o desenvolvimento ainda insuficiente e desequilibrado, situação que nos exige continuar no caminho escolhido, superando as dificuldades sempre através do aprofundamento das reformas. Neste contexto, chamam atenção algumas medidas mais importantes adoptadas pelas duas sessões.

Primeiro, a aprovação da emenda constitucional que tem como objectivo fortalecer e aperfeiçoar o mecanismo de liderança do Estado. Com amplas consultas prévias a diferentes sectores da sociedade, a emenda passou na votação com uma grande folga, demonstrando a vontade comum dos delegados e de toda população chinesa. Segundo, a decisão de instalar a Comissão Nacional da Supervisão, uma mudança de cima para baixo no sistema de inspecção e supervisão do país, que reflecte o princípio de governação baseado nas leis.

Terceiro, a aprovação do plano de reforma institucional do Conselho de Estado, órgão supremo do poder executivo, dando início a uma profunda reforma que visa a modernização da estrutura administrativa e da capacidade de governação. Estas três medidas, que reflectem a corrente da nossa época e as exigências da nossa nobre causa, vão impulsionar novos avanços do Socialismo com Característica Chinesa. No final da sessão da APN, vai-se eleger o Presidente da República e aprovar a composição do novo Governo para dirigir a China nos próximos cinco anos.

O mundo está de olhos nas Duas Sessões da China, porque o desenvolvimento da China não traz apenas benefícios ao seu próprio povo, mas também abre

novas oportunidades ao mundo. Nos últimos cinco anos, a China contribuiu com 30% do total do crescimento económico mundial. Nos próximos cinco anos, vamos importar mais de oito triliões de dólares americanos de mercadorias, investir mais de 700 biliões no exterior como IED, e distribuir 700 milhões de turistas pelo mundo, factores que dão grande impulso ao desenvolvimento global.

A China terá como missão fazer uma maior contribuição a toda humanidade. Com o objectivo de uma comunidade de destino comum, promover-mos um novo modelo de relações internacionais, baseado nos princípios de respeito recíproco, justiça e imparcialidade, cooperação de benefício, construindo um mundo de paz duradoura, segurança generalizada, prosperidade compartilhada, abertura compreensiva, e com ambiente protegido.

A África é um parceiro indispensável na jornada rumo à comunidade de destino comum. A China e a África enfrentam tarefas comuns no seu desenvolvimento, compartilham interesses estratégicos e possuem uma grande perspectiva de cooperação. A China sempre ligou o seu desenvolvimento estreitamente com o desenvolvimento dos países em desenvolvimento em geral, que inclui os africanos. O Presidente Xi Jinping apontou bem que "a China e a África estabeleceram amizade na adversidade, uma amizade nunca mais esquecível. Nada quebra a amizade Sino-Africana, nem a transformação do mundo, muito menos as palavras dos outros. "A China vai sempre insistir nos princípios de realidade, efectividade, afinidade e sinceridade na sua cooperação com a África, promovendo a sua melhoria constante, oferecendo novo dinamismo e oportunidade para o desenvolvimento sustentável do continente.

As relações sino-angolanas têm sido um exemplo de cooperação de benefício mútuo e desenvolvimento comum entre a China e a África. Neste momento, o Socialismo com Características Chinesas entrou na Nova Era, e Angola num novo círculo de desenvolvimento, proporcionando às relações bilaterais, que já são excelentes, uma nova janela de oportunidades. Insistindo nos princípios de amizade sincera e de tratamento de igualdade, esperamos aproveitar a realização da Cimeira de Beijing do Fórum de Cooperação China-África, prevista para este ano, para intensificar as visitas e diálogo de alto nível, aprofundando a confiança política mútua entre os dois países. Esperamos elevar o nível de cooperação bilateral, em particular, melhorar a qualidade e eficiência da cooperação económica e comercial, promovendo a sua transformação, com o aperfeiçoamento no mecanismo de nossa cooperação em financiamento e investimento, contribuindo paraa diversificação económica de Angola. Esperamos aprofundar o intercâmbio e cooperação nas áreas sociais como a saúde, saneamento e combate à pobreza, aumentar as trocas culturais, assim como tirar melhor proveito económico e social das obras da doação do Governo chinês, para melhor concretizar a nossa parceria e atingir ganhos compartilhados.

A Primavera é uma estação de esperança. As "Duas Sessões" chinesas em curso não só abrem nova perspectiva para a China e às suas relações com o mundo, como também acrescentam novo dinamismo nas relações sino-angolanas. Sendo parceiros e irmãos, a China e Angola vão trabalhar para inaugurar uma nova era nas suas relações de cooperação amistosa e da parceria estratégica.

13.7 Os chineses têm bons produtos

Novo Jornal
29 De Março de 2019
Hortênclo Sebastião

Como está o país em termos de manutenção e gestão de activos? Todos vemos diariamente, não só em Luanda, mas em todo o país, quando viajamos, que estamos mal no que diz respeito à manutenção, porque mesmo antes da independência já havia alguma manutenção, embora não muito organizada. Depois veio a guerra, o que fez com que ficássemos um pouco mais estruturados. Houve um período, mesmo durante a guerra, que começou a olhar-se para a indústria com outra dimensão e houve alguma melhoria em termos de manutenção.

Podemos dizer que há alguma preocupação ligada à manutenção da indústria petrolífera e mineira, mas creio que, nos outros ramos, os esforços de manutenção não são muito desenvolvidos. Mesmo na construção, edificaram-se muitos prédios, mas os aspectos da manutenção creio que não foram muito ouvidos. Quando aparece o conceito de manutenção e gestão de activos, a grande diferença é que anteriormente, quando se via manutenção, se via a partir do desenvolvimento. Existe um activo que é um prédio ou um equipamento. A partir daí, fazer as reparações e as manutenções preventivas em função daquilo que é o estado do equipamento. Mas hoje, quando estamos a olhar para a manutenção e gestão de activos, o conceito é totalmente diferente. Quando olhamos para o equipamento, o edifício ou a estrada, a manutenção deve partir do princípio, ou seja, da altura em que o projecto está a ser desenvolvido. Temos de ter em conta todo o ciclo de vida do equipamento, desde o projecto, a implementação, a produção até ao fim, ou o abate do equipamento, do edifício ou da estrada. É essa a nossa grande

preocupação. O que temos que fazer é consciencializar a indústria, os técnicos, para esse novo conceito de âmbito internacional, por isso é que a nossa associação existe e pretendemos fazer essa divulgação em todo o país, das escolas, institutos às universidades.

Haverá alguma preocupação particular em relação às estradas? Nós somos uma associação nova, mas temos membros colectivos, além dos individuais e estudantes, sendo que os membros colectivos são empresas de grande porte. Viajámos pelo país, e vemos que algumas estradas possivelmente não deviam ter sido destruídas, devia ter-se continuado a fazer a manutenção, porque eram estradas muito movimentadas e notamos que, além disso, eram boas. Muitas delas foram mexidas e hoje temos autênticas crateras e buracos que não nos permitem circular em condições. Notamos que existem estradas feitas há quatro anos e estão completamente danificadas, eventualmente porque não devem ter seguido os critérios adequados na construção, e depois as devidas fiscalizações e análises dos solos.

Diz-se que está em causa, às vezes, qualidade dos serviços que pedimos...

Pode ser o caso. A nossa associação nunca participa em muitos desses projectos, nem em nenhum encontro para o desenvolvimento desses trabalhos de construção, por sermos eventualmente uma associação nova. Mas o que vemos no dia-a-dia dá para chegar a essa conclusão. Não só no que diz respeito a estradas, mas também vemos em edifícios e alguns equipamentos, que às vezes não trazem os devidos catálogos, se tanto vêm em línguas que não entendemos.

Terá a questão das insuficiências nas manutenções a ver com o que se soe dizer que os produtos chineses não têm qualidade?

Os chineses têm bons produtos. O que é preciso é analisá-los e controlá-los. Eles têm produtos de boa qualidade. Já estive em sectores específicos de petróleo na China e verifiquei que têm boa qualidade.

Então é um falso problema?

Sim, é falso. Vamos olhar para um disjuntor no mercado. Se eu quiser um disjuntor topo de gama, tenho de pagar mais caro. Eles, os chineses, têm tudo isso. Desde produtos bons, disjuntores médios, de primeira, e muito bons. Ao adquiri-los é que temos de saber pelas especificações o que é que queremos. Digo isso em relação aos disjuntores, como em relação a outros produtos, como o aço. Ao comprá-lo na China, vão dar-me uma amostra, vou analisar e ver se aquele está de acordo com aquilo que preciso na construção. Se eu não fizer isso, terei problemas, porque a oxidação será maior ou menor consoante a qualidade do produto.

E passa-se o mesmo com os automóveis?

Com tudo. Os chineses têm os automóveis BMW modernos. Eles fazem a montagem da BMW, da Scania e de outros automóveis. Nós é que temos de saber escolher. É verdade que os chineses, durante muito tempo, não estavam muito preocupados com a qualidade, mas hoje estão a apostar nela. Ao fazerem uma obra, tinham numerosos acidentes de trabalho, não estavam preocupados com o risco. Mas eles hoje estão a ver que há concorrência e estão a ir buscar aos Estados Unidos e a outros mercados os níveis de qualidade que precisam. Eles estão preocupados com o padrão de qualidade ISO 9000 na sua indústria.

Que resposta a organização espera das autoridades perante as inconformidades que têm a ver com as manutenções?

Quando inicialmente disse qual era o nosso objectivo, lembrei que era fundamental sensibilizar a partir das universidades, na indústria, mas também nos encontros e jornadas de manutenção. Por outro lado, fomos indicados como entidade sectorial de normalização da manutenção em Angola a partir do Instituto Angolano de Normalização da Qualidade (IANORQ), um órgão ligado à indústria. Pertencemos ao grupo CT3, que é aquele que participa na elaboração das normas de manutenção. Essas normas estão disponíveis no IANORQ, as normas 55000, em que qualquer empresa ou entidade pública poderá adquiri-las.

Elas orientam a manutenção e gestão de activos de qualquer tipo, sejam edifícios, seja estradas, equipamentos, seja a forma de organizar a gestão, pois são normas bastante críticas e amplas.

Temos no nosso plano de trabalho outras normas, como a contratação de manutenção, que não existe no país. Hoje faz-se manutenção, mas não existe nada normalizado. Estamos a preparar-nos para a realização dessa norma. A norma sobre os indicadores de manutenção é outra norma importante, quando uma empresa tiver de fazer a sua planificação de manutenção tem de medir.

O que é que afinal o país perde pela não observância dessas normas?

Perde porque vai gastar mais. Se não tivermos a manutenção devidamente implantada no país, desde a grande à pequena empresa, vamos perdendo

eficiência e eficácia. Quer dizer que numa indústria que poderia produzir, por exemplo, 100 mil pregos num dia vai produzir somente 70 mil pregos, porque o equipamento danificou. Houve perda de tempo na reparação, ou devido à não existência de determinado material para reparar, ou porque faltou o stock dos acessórios que fazem parte da manutenção. O país só perde por isso. A nível internacional, os custos de manutenção relativamente ao Produto Interno Bruto (PIB) rondam entre os 5% e 6%. Nós aqui não sabemos porque não existem indicadores, ou eventualmente não encontrei ainda esses indicadores.

A associação não pensa num mecanismo sancionatório a implementar no futuro no sentido de obrigar as empresas e instituições a observar as normas de manutenção e gestão de activos?

O nosso objectivo inicialmente não está direccionado para isso, e nem é nossa função. O nosso principal objectivo é sensibilizar, formar, mostrar qual é o caminho certo para a manutenção e gestão de activos no país, porque nesta fase o que é mais indicado é isso. Agora, o sancionamento, creio que são as entidades próprias que devem medir a execução dessas manutenções e fazer aquilo que é correcto. Se ela faz os seus planos e mede e vê se, por exemplo, em termos de produção algo vai mal, tem de fazer uma análise de toda a conjuntura até chegar aos aspectos da manutenção e ver a que nível é que a manutenção está, como ela está, porque é que está assim e quais são os elementos determinantes que levam a que, realmente, a manutenção não tenha o seu papel activo e tomar as devidas decisões. Mas, para que isso exista, é fundamental o que a norma 55000 exige; que haja um engajamento da liderança. Se não houver uma preocupação da liderança em relação aos planos de manutenção, não se fará manutenção, nem gestão de activos numa empresa. Mas a associação não pode propor às autoridades um mecanismo que obrigue as empresas nesse sentido?

Acho que sim, pode propor, mas a parte mais interessada é a empresa. Vamos supor que eu seja o accionista de uma empresa. Se eu próprio não me preocupar que a manutenção seja executada de tal forma que não tenha perda na produção, para que não saiam produtos com defeitos e sem qualidade, nem é preciso dirigir-me ao governo. Eu, enquanto accionista, devo tomar as medidas correctivas para corrigir tudo na empresa.

Está a dizer que as empresas angolanas não observam isso?

Acho que uma boa parte não está sensibilizada para os problemas de manutenção. Acredito que as grandes empresas façam a manutenção a diferentes níveis, mas a maioria não o fazem. E hoje a manutenção está a ficar cada vez mais globalizada. Recordo que, quando fizemos um congresso falamos, bastante sobre um conceito que é a indústria de 4 ponto zero, um conceito de manutenção que eu posso fazer a determinado equipamento estando longe da minha empresa. Posso estar nos Estados Unidos, ter algum equipamento em Luanda e com as tecnologias de informação fazer a sua reparação. Se tiver todos os dados e um software adequado para fazer a manutenção com baixos custos, poderei fazê-lo, daí a vantagem de hoje o Governo estar a apostar na fibra óptica, no satélite.

Em Angola isso já ocorre?

Uma ou outra empresa do sector petrolífero já faz uma parte, não na totalidade, mas uma parte.

E o capital humano?

Hoje já temos capacidade, já estivemos muito mal. Depois da independência, a nossa preocupação foi segurar o país, mas houve investimentos na formação